7
LAD Roc
+c
TIA

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
MESTRADO EM HISTÓRIA E CULTURA DAS REGIÕES

TESE DE MESTRADO EM HISTÓRIA DE ARTE / HISTÓRIA DA MADEIRA
Orientador: Prof. Doutor Rui Carita



O ROCOCÓ NA MADEIRA

A TALHA E A PINTURA DO ÚLTIMO BARROCO AO PRIMEIRO NEOCLÁSSICO

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
BIBLIOTECA

Paulo Lade
Outubro de 20

ÍNDICE

Abreviaturas utilizadas 3

1. Introdução 4

2. O arquipélago da Madeira e as obras de finais da década de 1760 a 1820 8
2.1. Contexto político, social e económico 8
2.2. A acção da Igreja, da Fazenda Real, e das confrarias 11
2.3. Engenheiros e mestres das obras reais 19
2.3.1. Da década de 60 do século XVIII à aluvião de 1803 19
2.3.2. Da aluvião de 1803 à década de 30 do século XIX 30
2.4. Contexto das obras nas igrejas 38

3. A Talha Rococó 42
3.1. O continente português, influências e condicionantes do rococó europeu 42
3.2. O arquipélago da Madeira 45
3.2.1. Entalhadores em actividade 45
3.2.2. Os retábulos 51
3.2.2.1. A decadência do Barroco e as primeiras manifestações Rococós 51
3.2.2.2. O apogeu das obras Rococós 63
3.2.2.3. Os primeiros sinais de decadência do Rococó e a transição para o Neoclássico 84
3.2.3. Talha complementar 96
3.2.3.1. Os sacrários 96
3.2.3.2. Os frontais 99
3.2.3.3. Os púlpitos 101
3.2.3.4. Outros objectos cultuais e de adorno 103
3.2.4. Os Estuques 107

4. A Pintura na Madeira nos finais do século XVIII e inícios do XIX 109
4.1. Pintores em actividade e sua obra 110
4.1.1. José António da Costa e José Agostinho da Costa 110
4.1.2. João António Vila Vicêncio 111
4.1.3. António da Trindade da Cruz 115
4.1.4. Boaventura Béze 117
4.1.5. Filipe Caetano da Trindade e Silva 118
4.1.6. Nicolau Ferreira Duarte 121
4.1.7. Outros pintores 124
4.2. Caracterização 138
4.2.1. Os douramentos / marmoreados e pinturas aplicadas na talha 138
4.2.2. A Pintura de cavalete 141
4.3. A aula de desenho e pintura no Funchal e seus protagonistas 149

5. Conclusão 157

6. Fontes e Bibliografia 161
6.1. Fontes manuscritas 161
6.2. Fontes impressas / colectâneas documentais 170
6.3. Bibliografia 171
6.3.1. Obras de carácter geral 171
6.3.2. Obras sobre a História da Madeira 171
6.3.3. Obras sobre História de Arte na Madeira 173

7. Anexos
Textos, tabelas e gráficos ..... 58 pp.
Ilustrações relativas à talha e pintura ..... 91 pp.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

SIGLAS:

ACEF ..... Arquivo da Câmara Eclesiástica do Funchal
AHM ..... Revista do *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal
APEF ..... Arquivo do Paço Episcopal do Funchal (microfilmes in ARM)
APPSt.º ..... Arquivo paroquial do Porto Santo
ARM ..... Arquivo Regional da Madeira
BMF ..... Biblioteca Municipal do Funchal
CEHA ..... Centro de Estudos de História do Atlântico
CF ..... Conselho da Fazenda
CMF ..... Câmara Municipal do Funchal (ARM)
CMPST ..... Câmara Municipal do Porto Santo
CNSBM ..... Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte (ARM)
CON ..... Confrarias
DAHM ..... Revista *Das Artes e da História da Madeira*
DRAC ..... Direcção Regional dos Assuntos Culturais (GR Madeira)
ER ..... Erário Régio (Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Lisboa)
GC..... Governo Civil do Funchal (ARM)
GR ..... Governo Regional da Madeira
IAN/TT ..... Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo (Lisboa)
IOTSF ..... Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco (ARM)
JRPC/CON..... Juízo de Resíduos e Provedoria Capelas / Confrarias (ARM)
PJRFF ..... Provedoria da Junta Real Fazenda do Funchal (IAN/TT)
RG ..... Registo Geral
RN ..... Registos Notariais (ARM)

ABREVIATURAS:

as. ..... assinado
atr. ..... atribuído
carpt. ..... carpinteiro
cfr. ..... confraria
cit. ..... citado
cx. ..... caixa
f. ..... fólio (s)
f.º (ª) ..... filho (a)
fig. ..... figura
fnn ..... fólio não numerado
Fch. ..... Funchal
Freg. ..... Freguesia
ig. ..... igreja
L.º ..... Livro
n/a ..... não assinado
nsa. ..... não sabia assinar
ob. cit. ..... obra citada
p. (pp.)..... página (s)
proc. ..... processo
rev. ..... revista
sa. ..... sabia assinar
séc. (s) ..... século (s)
SS. ..... Santíssimo Sacramento
test. ..... testemunha (s)
v.º ..... verso
vol. ..... volume

1. Introdução

A historiografia sobre a arte na Madeira tem dado uma especial ênfase à época áurea do açúcar, sobretudo no que diz respeito à arte flamenga dos séculos XV / XVI, período em que se importou do melhor que as oficinas do Norte da Europa produziram. A partir do XVII, no entanto, há muito a fazer na investigação sobre a História de Arte da Madeira, sendo ainda o período mais deficitário o correspondente ao XVIII e XIX, de que não se conhecem muitas investigações recentes. Sobre este período existem alguns estudos pontuais sobre a pintura e a talha existentes na Madeira, em finais do século XVIII e inícios do XIX [1], mas pouco mais, carecendo ainda alguns desses trabalhos de uma nova leitura das fontes de que partiram. A situação aponta assim para a necessidade de um estudo de carácter geral e que procure esclarecer e aprofundar, tanto quanto possível, mesmo alguns casos pontuais, como os pormenores da execução das obras e a descrição das suas características, mas também o contexto em que surgiram, quem as encomendou, projectou e depois, quem as arrematou e efectivamente executou o trabalho.

A lacuna referida e o nosso interesse nesta área levaram-nos à realização do presente trabalho, tentando deste modo dar o nosso possível contributo, solidificar algumas ideias levantadas por alguns historiadores e abrir novos horizontes, alargando a compreensão e o conhecimento da História em geral e da Arte no arquipélago da Madeira neste período, em particular, tendo em conta a especificidade insular no contexto português e europeu. Esta investigação procura ainda responder ao desafio lançado em 1952 pelo engenheiro Luiz Peter Clode, quando este afirmava a necessidade e o interesse que havia em se registar a obra do pintor Nicolau Ferreira, "*tão esquecido pelos seus conterrâneos*" [2] e o desafio depois lançado pelo investigador José de Sainz-Trueva, em 1990, quando se interrogava: "*Existirão outros pintores do séc. XVIII-XIX? Certamente que de uma investigação mais apurada poderá surgir a revelação*" [3].

De um modo, de certa forma alargado à documentação disponível, pretendeu-se estudar a evolução técnica e temática da talha e pintura em finais do século XVIII e inícios do XIX, a acção dos mestres das obras reais, dos pintores e entalhadores, tentando dar a conhecer alguns dados biográficos dos principais protagonistas. Procurámos ter em consideração o enquadramento das obras de talha e pintura com as obras de carácter geral realizadas nos igrejas da Região e outros aspectos que condicionaram a execução das mesmas, ou seja, o seu contexto social, político,

---

[1] José de Sainz-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira Um Pintor Madeirense do séc. XVIII na Vila de Câmara de Lobos", in revista *Girão* n.º 5, 1990, pp. 201 – 203; padre Fernando Augusto da Silva, "A propósito da «Aula de Desenho e Pintura», in *Arquivo Histórico da Madeira*, 1931, vol. I, pp. 67 – 72; Cabral do Nascimento, "Criação e funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal", idem, vol. I, 1931, pp. 34 – 40 e vol. IV, p. 139 - 158. Também padre Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, Funchal, 1963 e Rui Carita, *História da Madeira – O século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, Funchal, 1990, pp. 419 – 448.

[2] Luís Peter Clode, "O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte", revista *Das Artes e da História da Madeira*, n.º 13, Sociedade de Concertos da Madeira, Funchal, 1952, p. 38.

[3] Ob. cit. José de Sainz-Trueva, pp. 201 - 203.

religioso e económico, a acção dos encomendantes, da Fazenda Real, da Igreja e da sociedade civil, para assim melhor inserirmos e compreendermos a temática abordada.

Como o próprio título da tese indica, entendemos o espaço temporal da pesquisa a partir da decadência do Barroco na Madeira, por volta da década de 60 do século XVIII, até a decadência do Rococó, aquando das primeiras manifestações do Neoclássico na Madeira, ou seja até as duas primeiras décadas do século XIX, em que de certa forma coexistiram as duas correntes. Entre os protagonistas deste período e no intuito em dar a conhecer uma longa carreira de entalhador e mestre das obras reais, aprofundámos em especial a figura de Estevão Teixeira de Nóbrega, que foi um dos grandes responsáveis pela direcção e execução das obras de talha rococó no arquipélago da Madeira. Procurámos ser o mais sintéticos possível dentro da disponibilidade dos diversos documentos consultados, tratando e apresentando os dados em anexos (textos, quadros, gráficos e imagens), de modo a permitirem uma melhor leitura dos mesmos e poderem ser utilizados em outros estudos.

Quanto ao corpo do trabalho propriamente dito, a sua estrutura é composta por sete capítulos, correspondendo o primeiro e quinto às inevitáveis introduções e conclusões. Para uma melhor compreensão da talha e da pintura no período em estudo, no segundo capítulo efectuou-se uma breve contextualização à realidade política, social e económica; focamos a acção da Igreja, da Fazenda Real e das confrarias na execução das obras religiosas, a acção dos engenheiros e mestres das obras reais no arquipélago da Madeira na segunda metade do século XVIII e inícios do XIX, que juntamente com o contexto estilístico da arte realizada nesse período a nível nacional e europeu, teriam determinado as características da arte rococó na Madeira.

No terceiro capítulo abordamos sumariamente a talha produzida em Portugal Continental e na Europa em finais do século XVIII, assim como os entalhadores em actividade e a produção na Madeira no período em estudo. Para uma maior simplificação, compreensão e melhor organização dos dados recolhidos, optou-se por separar as diversas obras "*catalogando-as*" por objectos (retábulos e talha complementar) e por estilos e, depois, por igrejas. No primeiro estilo referimos os retábulos da decadência do barroco e as primeiras manifestações rococós, depois o apogeu da produção das obras rococós e, finalmente, os retábulos com os primeiros sinais da decadência do rococó e a transição para o neoclássico. Posteriormente, analisamos a talha complementar, ou seja, os sacrários, púlpitos, frontais e outros objectos cultuais e de adorno. Finalmente e num último sub-capítulo, analisamos as obras de estuque, que também estavam relacionadas com as obras de talha, pois por vezes os entalhadores colaboravam com os estucadores na realização dos mesmos estuques.

O quarto capítulo apresenta a pintura realizada na Madeira no período em estudo, analisando nos sub-capítulos os vários pintores em actividade e as diversas pinturas sacras e profanas realizadas. Procuramos neste capítulo analisar as obras através de uma leitura iconográfica,

tais como a linguagem plástico-expressiva e os aspectos estéticos e temáticos. Posteriormente, no capítulo VI apresentamos as referências bibliográficas e fontes documentais utilizadas. Finalmente, apresentamos os anexos relativos às ilustrações da talha e pintura, alguns textos, tabelas e gráficos para melhor compreensão do tema abordado nesta dissertação.

Os acervos documentais básicos para a realização deste trabalho foram: o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, o Governo Civil, a Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal, os Registos Notariais e alguns documentos, dos poucos existentes, das fábricas de igrejas no Arquivo Regional da Madeira, Paço Episcopal do Funchal e Arquivo Nacional da Torre do Tombo, disponíveis estes últimos em microfilme no Centro de Estudos e História do Atlântico e em boa hora digitalizados na Internet por acção deste mesmo Centro. De um modo geral a documentação consultada encontrava-se em bom estado de conservação, o que permitiu uma boa leitura, recolha e estudo de dados dos períodos disponíveis.

Nas pesquisas dos registos notariais, devido ao grande acervo documental de finais do século XVIII e inícios do XIX existente no Arquivo Regional da Madeira, encontrando-se alguma ainda por catalogar, não nos foi possível consultar a totalidade dos livros existentes para este período. No entanto o acervo de documentos notariais consultados tornaram-se essenciais para a realização deste trabalho, sobretudo com os aspectos relacionados com a vida social e económica dos entalhadores, carpinteiros e pintores e com a realização de contratos para a execução das obras. Encontramos ainda algumas lacunas na consulta de livros de receita e despesa de confrarias, que pelo seu mau estado de conservação estavam fora de consulta, mas que eram pertinentes para o estudo das obras em algumas igrejas [4]. Infelizmente, em relação às primeiras décadas do século XIX, a pouca existência de documentação relacionada com as obras, exceptuando a do Governo Civil e os Registos Notariais, em parte motivada, por certo, pela profunda crise política vivida nesses anos, não nos permitiu muitas vezes, em determinados aspectos, um estudo mais aprofundado sobre a sua execução e seus autores.

Em relação ao tratamento do texto, no que diz respeito aos diversos nomes dos intervenientes nas obras, optou-se por uma actualização da ortografia, à excepção de quando se tratou de citações. Refira-se que as fotos apresentadas em anexo onde não consta na legenda o nome do autor, são da nossa autoria. Optámos por não o mencionar para não se tornar uma tarefa repetitiva. Dentro do pouco tempo disponível, pois acumulámos diversos afazeres, entre os quais funções docentes com o decorrer da pesquisa e realização da dissertação, esperamos ter conseguido alcançar os objectivos a que nos propusemos.

---

[4] Da igreja de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas (confrarias de: S. Pedro, N.ª S.ª do Rosário, Almas, SS., Santo António); ig. do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço (cfr. do Senhor Jesus); ig. de N.ª S.ª da Luz, em Gaula (cfr. N.ª S.ª da Luz); ig. da Santíssima Trindade, na Tabúa (cfr. N.ª S.ª do Rosário) e do convento de São Francisco, no Funchal (Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco).

Por fim, agradecemos, ao Professor Doutor Rui Carita em ter aceitado a orientação desta tese. Com os seus conhecimentos da realidade histórica artística madeirense deu-nos o seu apoio através de orientações de pesquisa, na identificação de algumas obras de pintura, organização e tratamentos de dados, assim como na organização final do trabalho. Agradecemos ainda o apoio prestado pelos diversos responsáveis e funcionários das bibliotecas, arquivos e igrejas onde decorreram as investigações, às pessoas que realizaram a revisão do texto, bem como o convívio e apoio dos colegas de mestrado nas muitas tardes passadas no Arquivo Regional da Madeira a investigar, os momentos passados nos cafés das redondezas, a agradável vistoria a observar, identificar e fotografar as diversas obras dispersas nas igrejas e capelas deste arquipélago, não esquecendo ainda a família pelos vários dias passados longe da Calheta.

2. O arquipélago da Madeira e as obras de finais da década de 1760 a 1820

2.1. O contexto político, social e económico

O reinado de D. João V (1706 – 1750) foi marcado por uma franca prosperidade económica. A situação foi fruto, em grande parte, do ouro oriundo do Brasil, que foi uma das principais fontes de receita para o surto de construção e, especialmente, da excelente arte da talha barroca existente em Portugal. Com a subida ao trono de D. José I e do seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, depois marquês de Pombal, impôs-se de uma nova forma a autoridade do poder absoluto, efectivado pela centralização régia e, retomaram-se as ideias mercantilistas; implementou-se alguma indústria, reformou-se o ensino, tentando estabelecer assim em Portugal o que de mais moderno se fazia na Europa. Tudo isto foi reforçado pelos ideais iluministas, bem patentes na reconstrução da cidade de Lisboa, após o terramoto de 1755, com o seu traçado geométrico, também vigente no urbanismo europeu e que daria abertura ao estilo neoclássico.

As reformas pombalinas também se estenderam ao arquipélago da Madeira. Procedeu-se à centralização régia com a incorporação na Coroa das capitanias da casa de Castelo Melhor (1766), sendo posteriormente extintas, na década de 90, juntamente com as ouvidorias. Procedeu-se também a reformas na organização religiosa, na tentativa de reduzir as regalias, posse de bens e a percentagem de membros pertencentes ao clero em relação à população activa. A Madeira neste período foi governada por João António Sá Pereira e Diogo Pereira Forjaz Coutinho, que comandaram os destinos do Arquipélago num quadro ideológico de centralização do poder, na sequência do regime ideológico do iluminismo pombalino [5].

O século XVIII foi marcado por grandes conflitos internacionais inspirados no liberalismo inglês e no enciclopedismo francês, que haveria de conduzir à Revolução Francesa. As guerras europeias haveriam de se transmitir ao Atlântico e levar à Independência da América. No final do século os conflitos haveriam de se agudizar, conduzindo às guerras napoleónicas e à ocupação de Portugal pelas tropas francesas, já no início do século seguinte. A coroa portuguesa sempre se tentou distanciar desses conflitos e manter-se neutra, mas nem sempre o conseguiu.

A partir de 1781, por exemplo, instalou-se o pânico na ilha da Madeira, com os franceses a estabelecerem um apertado bloqueio, cortando os contactos com o exterior e pondo em causa a liberdade e segurança da circulação naval no Oceano Atlântico. O reflexo imediato na Ilha foi o corte das linhas de reabastecimento de que dependia para a sua subsistência. O porto do Funchal foi sempre um importante apoio estratégico na expansão e consolidação do império e da navegação

---

[5] Rui Carita, *História da Madeira, O séc. XVIII: Arquitectura de Poderes*, vol. IV, SRE, Funchal, 1996, pp. 21 - 31, 78, 454 - 455, 460 - 462, 487 - 489. Idem, *O Século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, pp. 25 – 27 e 451 – 455; e também, Paulo Miguel Rodrigues, *A Política e as questões militares na Madeira – o período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999.

britânicos. Os britânicos, tendo interesses na Madeira puramente comerciais, haviam-se demarcado da sociedade madeirense, não investindo muito em propriedades agrícolas, mas apenas no comércio. Acrescia que tinham também como barreiras a língua e a religião, mas ao contrário de outras colónias estrangeiras anteriores, que se haviam integrado, nunca o tentaram fazer, entendendo sempre a Ilha como uma *sua* colónia.

A Madeira estava totalmente dependente do tráfego internacional, quer de importações, com destaque para a subsistência directa, como de exportações, como era para a sua produção vinícola, imprescindível ainda para pagar as primeiras. Face à situação, viu reduzir drasticamente o comércio marítimo que passava pela Ilha, diminuindo essencialmente a exportação do vinho entre 1775 e 1783 com a guerra da independência da América, voltando somente a subir em finais do século. Com a redução do tráfego marítimo, ressentiu-se a importação de cereais, pelo que a Madeira, nessa época, passou por graves períodos de fome.

Nas três primeiras décadas do século XIX viveu-se uma época de grande agitação política e religiosa, como consequência da ocupação francesa do território continental europeu e da fuga da Corte para o Brasil, da proclamação da Constituição de 1820, da reacção absolutista de 1823, da Carta Constitucional de 1826 e depois das guerras civis que opuseram absolutistas e liberais. Ao mesmo tempo desenvolveram-se inúmeras polémicas derivadas da separação da Igreja do Estado, que já vinham dos meados do século anterior, provocando grandes mudanças a nível económico, social, político e religioso, situação que se veio a reflectir no aspecto cultural e artístico.

A França governada por Napoleão, entretanto, tinha voltado a assumir a sua vocação de hegemonia na Europa, não encontrando oposição no continente, mas acabando por a encontrar nos mares, onde dominava a Inglaterra. Decretou assim o Bloqueio Continental, impondo aos países europeus o fecho dos seus portos aos navios ingleses. Portugal, que tinha relações comerciais privilegiadas com a Inglaterra, e das quais dependia para manter contacto com as suas colónias ultramarinas, ainda procurou entender-se com os franceses, de modo a não aderir ao Bloqueio, numa atitude algo dúbia, chegando a mandar prender os comerciantes ingleses. Todavia, os franceses não se compadeceram e acabaram por invadir Portugal em 1807, retirando depois perante as forças luso-inglesas, mas voltando nos anos seguintes a invadir o continente português.

Perante a invasão dos finais de 1807, D. João VI e a família real tinham-se retirado para o Brasil, deixando em seu nome uma Junta Governativa. Os franceses entretanto tinham ocupado Lisboa e estabelecido outro governo e, com o seu afastamento, embora tenha sido constituído uma junta governativa portuguesa, o comando militar inglês, que tinha ajudado Portugal durante as invasões francesas, acabou por controlar todo o exército e, em grande parte, também a administração portuguesa.

Aproveitando a ida do general Beresford ao Brasil, eclodiu no Porto, em Agosto de 1820, uma revolta liberal, defendendo uma Constituição com os ideais da igualdade de todos os cidadãos

perante a lei. O general inglês, que entretanto regressara do Rio de Janeiro com amplos poderes, não foi sequer autorizado a desembarcar. A revolução entretanto estendera-se a Lisboa e a então Junta de Governo Supremo, convocou umas *Cortes Constituintes*, encarregadas de elaborar uma Constituição, que seria depois aprovada em 1822. Passou-se assim de uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional.

Temendo que as novas *Cortes Constituintes* o pudessem afastar, o rei D. João VI regressou a Portugal a tempo de jurar e, no fundo, aprovar a nova Constituição. Entretanto, em 1823, deu-se o pronunciamento dos absolutistas contra o novo regime, que levou o Rei a suspender a Constituição. A morte de D. João VI, em 1826, levou à criação de uma Regência e, num processo pouco linear, à outorga de uma Carta Constitucional, que em breve seria também suspensa. O trono haveria de ser colocado à disposição do infante D. Miguel e o país seria palco nos anos seguintes de uma guerra civil entre liberais e absolutistas, que só terminaria em 1834.

Os liberais foram então liderados pelo infante D. Pedro, que se tornara o primeiro imperador do Brasil após a independência e que assumiu essa liderança em nome da sua filha, D. Maria da Glória. Os absolutistas tinham como líder o infante D. Miguel, que regressara a Portugal após ter aceite casar com a sobrinha, filha de D. Pedro, mas que uma vez em Lisboa, aceitou a *eleição* como rei absoluto. A guerra seria ganha pelas forças liberais do infante D. Pedro e o trono entregue a D. Maria II, mas a polémica, com todos os seus contornos sociais, políticos e religiosos, arrastar-se-ia no entanto muito para além da guerra civil.

Ao longo de toda esta época, a Madeira acabou por ser sucessivamente invadida, duas vezes por forças militares inglesas e, em 1828, ainda por forças militares absolutistas, vivendo até 1834 um dos períodos mais difíceis da sua História. Os ingleses entendiam o espaço Atlântico como área fundamental da sua estratégia e estando os seus interesses ameaçados no continente europeu, empenharam-se na conquista de apoios periféricos, entre os quais a Madeira, em que "*entraram nesta ilha surpreendendo* (...) *a boa fé dos Governadores*", no final de Julho de 1801, como escreveu então o governador José Manuel da Câmara. As forças inglesas eram comandados pelo general William Henry Clinton e a título de salvá-la de um ataque francês, permaneceriam até Janeiro de 1802. Voltariam novamente em finais de 1807, então comandadas pelo general William Carr Beresford, quando se configurava a invasão do Continente pelas tropas de Junot, assumindo nessa altura a sua acção como conquista e tomando posse absoluta da Ilha. Embora depois entregassem o governo ao capitão general português, permaneceriam na Madeira até aos inícios de 1814 [6].

---

[6] Arquivo Regional da Madeira, *Governo Civil*, L.º 202, f. 5 v.º - 10: 1 Nov. 1813. Vide a este respeito: Paulo Miguel Rodrigues, *A Política e as questões militares na Madeira(...)*, ob. cit. e "Entre a Europa e o Atlântico, A Madeira e os interesses britânicos nas vésperas da primeira ocupação inglesa (1796 - 1801)", rev. *Islenha* n.º 28, Funchal, Jan. - Jun. 2001, pp. 5 - 12.

Nesses anos, outras catástrofes ainda assolaram a ilha da Madeira, como a trágica aluvião de 1803, que abordaremos mais adiante, obrigando à tomada de medidas urgentes pelos governantes. Estas crises, revoluções e condicionantes reflectiram-se na Fazenda Real, nomeadamente na administração e na diminuição da arrecadação dos impostos, provocando estrangulamentos financeiros e obrigando ao desvio de verbas, inicialmente destinadas a outros fins. Como é lógico, a quantidade de obras na Madeira diminuiu no decurso do século XIX e simplificaram-se as que se construíram, também por influência das características da arte neoclássica vigente na Europa e em Portugal. A título de exemplo, em 1820, aquando da construção da ponte sobre a Ribeira dos Socorridos, o governador da Madeira, então Sebastião Xavier Botelho, pedia que "*esta obra se torne util aos povos, e não caprichosa*" [7].

Desde os meados do século XVIII, com a progressiva centralização do poder régio e, mais especificamente no século XIX, com a expansão das ideias liberais, as igrejas foram de certa forma afrontadas na sua vivência e luxo anteriores. Embora de forma não linear, dadas as alternâncias contínuas de poder, por exemplo, entre constitucionais e absolutistas, a cativação de verbas para outras actividades e uma nova tentativa de delimitar o campo da Igreja, do campo do Estado, que culmina inclusivamente na extinção dos conventos, encarregaram-se de, por várias formas nem sempre bem sucedidas, tentar apagar a vivência social e religiosa do Antigo Regime.

2.2. A acção da Igreja, da Fazenda Real e das confrarias

A Igreja desde sempre teve uma grande presença no quotidiano da população europeia, portuguesa e, não fugindo à regra, da madeirense. Esta Instituição exerceu desde muito cedo o seu poder com grande eficácia, influenciando as questões políticas, sociais e económicas. A sua acção exercia-se desde as comunidades urbanas às pequenas comunidades rurais, por intermédio da disciplina imposta pelos prelados, seus visitadores e delegados, desde as grandes igrejas urbanas às pequenas ermidas e capelas rurais, ocupando assim um lugar relevante no quotidiano de toda a população.

A gestão do espaço sagrado, local onde os fiéis se juntavam para orar e assistir aos ofícios divinos estava confiada à Igreja, mas cabia à Fazenda Real a manutenção do clero, assim como a construção dos edifícios, ornamentação das capelas mores, compra de alfaias e paramentos para o culto, e o pagamento das côngruas ao Clero, tudo suportado pelos fundos da alfândega. Esta situação resultava do facto do *espiritual* do arquipélago da Madeira ter sido doado à Ordem de Cristo, por carta régia de D. Duarte, em 26 de Setembro de 1433 e da Ordem ter sido depois incorporada na Coroa.

---

[7] **ARM**, *GC*, L.º 713, f. 330 v.º: 22 Jun. 1820.

Além do patrocínio régio, a Igreja recebia outros donativos materiais provenientes de todos os estratos sociais, desde os governantes e burguesia mercantil e terra-tenente, possuidora de morgadios e administradora de capelas, como também a população de menor extracto social, lavradores que viviam de uma agricultura pobre, derivada dos altos encargos senhoriais, mas que não se poupavam a esforços para dotar o seu local de culto com o máximo de dignidade, decência e beleza, pois a decência do espaço sagrado da igreja era considerada como equivalente ao asseio da sua própria alma. Nesta época as igrejas eram os "*Palácios dos Pobres*", quase que a única propriedade pública do povo, a única coisa que valia a pena e através da qual era possível alcançar a vida eterna. A Igreja procurava mostrar uma imagem de riqueza situada num plano superior a tudo o que existia na terra, uma beleza pré-configurada com o esplendor do futuro reino dos céus, em contraste com o quotidiano das populações, maioritariamente empobrecidas e em difíceis condições de vida [8].

As confrarias desempenharam também um papel importante no quotidiano social e religioso, com a realização de obras de talha e de pintura. Contribuíam muitas vezes com donativos para a construção da igreja, da capela mor, principalmente as confrarias do orago da igreja e do Santíssimo Sacramento, bem como outras, mesmo na edificação de capelas próprias ao lado do arco triunfal e depois ao longo das naves das matrizes. Por vezes nos seus compromissos, obrigavam-se a despender parte da sua receita na conservação e reparo geral da igreja, adro, paramentos e alfaias, para além da respectiva capela da confraria, suas dependências, propriedades e conservação das suas alfaias [9]. Algumas confrarias, principalmente as de menor rendimentos e, logicamente, com menos poder de manobra, entregavam ao vigário da freguesia os sobejos dos seus proventos para a "*arca geral*", que eram depois aplicados nas despesas diárias e em obras na igreja, do que resultava que em muitas delas nunca houvesse dinheiro em arca própria.

A Igreja sempre satisfez assim as suas obrigações e acautelou com rigorosa legislação e desveladas providências tudo quanto tinha sob sua guarda e responsabilidade, suprindo a falta dos doadores e da Fazenda Real. Através das visitas pastorais às diversas freguesias, inteirava-se da conservação e provia às suas necessidades e contingências dos mesmos, dentro dos parcos recursos das respectivas *fábricas*. O espaço sagrado da igreja, alfaias e paramentos, devia estar sempre em perfeito estado, não podendo haver tolerância para com os estragos, veiculando assim uma Igreja sem máculas, que deveria corresponder à postura dos cristãos em relação à sua alma. Cada peça que estivesse estragada deveria ser logo consertada ou substituída, como podemos constatar através das

---

[8] Ana Cristina Machado Trindade, *A Moral e o pecado público no Arquipélago da Madeira na segunda metade do séc. XVIII*, CEHA, Funchal, 1999, p. 71.

[9] **ARM**, *Confrarias*, caixa 1, processo 35, compromisso da confraria do Santíssimo Sacramento, ig. do Campanário, f. 1 v.° (Título 3.°, art.° 5.°, alínea 4; Título 4.°, art.° 6.°, alínea 1). Idem, proc..3, compromisso da cfr. de N.ª S.ª do Monte, ig. do Monte (capítulo 1, art.° 2.°, alínea 2; capítulo 10.°, art.° 35, alínea 4). Idem, proc. 4, estatutos da cfr. SS., ig. do Monte (Título 6, art.° 28, alínea 1).

acções realizadas pelos Visitadores, apelando-se constantemente para a "*decencia do culto divino*" e "*que o público tanto fiscalisa*" [10] e, quando o estado de degradação de um objecto fosse tal que não houvesse hipótese de recuperação, deveria ser retirado de uso.

A título de exemplo, vejam-se as visitações realizadas na capela de N.ª S.ª da Boa Morte, situada na Ponta do Pargo, em 1791, em que se mandava fazer um vasto leque de obras e se proibia celebrar missa enquanto a capela estivesse por consertar, ou a realizada depois na igreja de N.ª S.ª da Encarnação, no Porto Moniz, em 1794, em que foi ordenado ao pároco que fizesse várias obras e adquirisse algumas alfaias e paramentos [11]. Os visitadores apelavam ainda para os cuidados a ter com a visibilidade e colocação das imagens que ornamentam as igrejas. A título de exemplo, na igreja de Ponta Delgada, em 1765, proibia-se os padres de celebrarem em altar "*que não tiver crux com imagem de Santo Christo*", determinando-se ainda, especificamente, que "*sarão as ditas cruzes de tal altura que excedem a dos castiçaes da banqueta em forma que se possa ver pello povo a imagem do Santo Christo, para que se lembrem os fiéis da sagrada morte e payxão de Nosso Senhor Jesus Christo*" [12].

Em contraposição à Reforma Protestante que empreendia o despojamento de imagens sagradas como mediadoras entre os homens e Deus, a Igreja Romana possuindo um vasto património, demarca-se da iconoclastia protestante e estabeleceu na 25.ª sessão do Concílio de Trento, normas para reabilitar o culto da Virgem e dos Santos, definindo regras de orientação na produção das imagens sagradas. Após o Concílio a arte sacra em Portugal girou à volta das imagens de Cristo, sua Mãe, Santos e Martírios, com o intuito dos fiéis encontrarem mais facilmente o caminho para Deus, educando pela emulação através de representações do purgatório e do inferno destinadas a despertar sentimentos de temor puro e já não de elevação. As imagens tinham uma função de clarificação, punição e didáctica, a par da importância do sermão para veicular a palavra divina, pois eram "*os livros dos ignorantes* (...) *e para nos trazerem á memória os originaes, ou os Mysterios, que representão*" [13].

Na 25.ª sessão do Concílio de Trento determinou-se aos Bispos, em relação às imagens, que "*se lhes deve tributar a devida honra e veneração* (...) *porque a honra que se lhes da, se refere aos originais que ellas representão em forma que mediante* (...), *com pinturas e outras semelhanças se instrue e confirma o povo para se lembrar e venerar com frequencia os artigos da Fé (...). Se*

---

[10] Idem, *GC*, L.º 728, f. 51: 11 Jul. 1827.

[11] Idem, *JRPC/CON*, cx. 2, proc. 190, f. 16 - 16 v.º; ibidem, proc. 191, f. 4 v.º (28 Jul. 1791); idem, cx. 10, proc. 775, f. 3 (14 Ag. 1794).

[12] Arquivo da Câmara Eclesiástica do Funchal, *Livro de Provimentos de Ponta Delgada*, Visitação de 1765, f. 103 – 103 v.º.

[13] *Instrucções Geraes em forma de Catecismo nas quaes se explicão em compendio pela Sagrada Escritura, e Tradição a Historia, e os Dogmas da Religião, a Moral Christã, os Sacramentos, as Orações e os Usos da Igreja*, impressas por ordem do Senhor Carlos Joaquim Colbert, Bispo de Montpellier, para uso do bispado de Coimbra, 2.ª parte, Lisboa, 1770, p. 120. Cit. Ana Cristina Machado Trindade, ob. cit., p.73.

alguem pois ensinar ou sentir o contrario destes Decretos seja excomungado (...)". Determina-se ainda, "*que toda a superstição pois na invocação dos Santos, na veneração das reliquias e sagrado uso das Imagens seja extinta; todo o lucro sórdido desterrado; toda a lascívia evitada: de modo que as imagens não sejão pintadas com formosura dissoluta* (...)" [14].

As *Constituições Sinoidaes* do bispado do Funchal, na mesma sequência, apelavam "*pera que as Imagens se façam, pintem, & vistam com honestidade & decencia conveniente aos Sanctos que representam* (...)". Assim, determinam as mesmas: "*Mandamos aos Pintores, e a quaesquer outros officiaes deste nosso Bispado que não fação ou pintem Image alguma de sanctos ou sanctas de modo que não seja usado ou recebido commumente na igreja*" [15].

Cabia ao Monarca, através da Fazenda Régia, primeiramente através da Provedoria e depois pela Junta da Fazenda do Funchal, a obrigação da construção e reparação das igrejas matrizes, construção da capela mor "*com seu retábulo e pinturas*", assim como a aquisição das suas alfaias e ornamentos. Saliente-se que este facto era assinalado com a colocação das armas reais no ponto mais visível da construção, quer exteriormente, quer interiormente.

As matrizes recebiam anualmente dinheiro para a *fábrica*, nomeadamente para a manutenção pontual do edifício, 8$000 para as matrizes do Sul da Ilha e 4$000 para as matrizes mais pequenas e do Norte. No entanto, quando as obras envolviam alterações ou ampliações dos templos ou retábulos, esse quantitativo, logicamente, já não chegava. O pároco e os fregueses da paróquia em questão solicitavam então, através do provedor da Fazenda do Funchal, autorização ao Conselho da Fazenda, em Lisboa. Seguia-se depois uma vistoria e orçamento do projecto e obras pelo mestre das obras reais da Madeira, informando posteriormente o Provedor e este, o Conselho da Fazenda. O projecto e respectivo orçamento eram geralmente aprovados, sendo depois colocados em praça e arrematados pelo lance mais baixo por um dos mestres da Ilha, apoiado em fiadores, para edificar o projecto em causa pelo preço estipulado. Assim que a arrematação era autorizada por Lisboa, procedia-se à execução da obra. Depois de inspeecionada pelo mestre das obras reais, e caso estivesse em sintonia com as condições estipuladas, era então paga [16].

No século XVIII, o sistema de aquisição das alfaias e paramentos era já um pouco diferente do processo utilizado na construção dos edifícios. Os preços do Funchal eram, em princípio, superiores aos praticados no Continente, pelo que com a centralização do poder régio, estas aquisições passaram a ser efectuadas em Lisboa. A alteração afectou principalmente os prateiros madeirenses, tendo havido um certo decréscimo no seu número em relação aos séculos anteriores. Para Lisboa passaram a seguir não só letras para pagamento das novas peças, como,

---

[14] João Baptista Reycend, *O Sacrossanto e Ecuménico Concílio de Trento*, Sessão XXV, pp. 347 - 353. Cit., idem, p. 75 – 76.

[15] *Constituições Extravagantes*, Título 6, Constituição 4.ª, p. 14. Cit. idem, p. 76.

[16] Vide ob. cit.: Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p.419 - 420. Rui Carita "Os mestres de obras reais no séc. XVIII e a reconstrução do paço episcopal do Funchal", rev. *Islenha*, n.º 17, Jun. - Dez. 1995, p. 19.

inclusivamente, as antigas danificadas, para serem fundidas. Os parteiros locais ficaram com as avaliações, um ou outro restauro e, com a execução das peças determinadas por doações particulares.

Para as grandes aquisições, o provedor do Funchal, após pedido ao Monarca e sua aprovação, enviava assim para Lisboa o dinheiro em letra, vindo de lá os respectivos objectos. Embora seja um assunto que vá um pouco além do tema da tese, somente a partir dos finais do séc. XVIII verificamos um acréscimo da actividade de prateiros e ourives no Funchal, sobretudo a realizar consertos, limpezas de objectos em prata e por vezes alguns novos objectos, onde estão patentes as características da arte rococó, também empregues na talha. A título de exemplo, o caldeireiro Miguel Florêncio fez um lampadário para a capela da confraria de São Miguel, erecta na Sé do Funchal, e o prateiro José Francisco de Freitas Ferraz fez outro lampadário, para a capela da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro, no Funchal [17].

A Provedoria da Fazenda do Funchal, extinta por carta régia de 6 de Abril de 1775, foi substituída pela Junta da Real Fazenda, a quem cabia a arrecadação dos dinheiros e dívidas através do almoxarifado da alfândega do Funchal para os pagamentos, entre outros, dos ordenados aos militares, religiosos e mais oficiais régios, das diversas obras de fortificação, igrejas, suas alfaias e ornamentos. Com as crises existentes no início do século XIX, mencionadas anteriormente, em 1822 as dívidas da Junta da Fazenda da ilha da Madeira chegaram ao cúmulo de perfazerem a enorme quantia de 1.460:781$043, sendo 308:368$525 referentes a dívidas pretéritas, 1:032:345$654 a dívidas correntes, 84:676$580 a dívidas da Inconfidência e 36:389$525 de dívidas do Subsídio Literário que "*na presente crise se torna ainda mais doloroza*" [18].

O Rei, conhecendo entretanto estas dívidas, pedira ao novo governador D. Manuel de Portugal e Castro que promovesse eficazmente na sua cobrança e administração, pondo termo aos "*escandalosos procedimentos, desordens e contínuas fraudes e falências*" que existiam no tempo da antiga Provedoria, investigando porque é que a Junta Real tinha deixado de promover a cobrança das dívidas, para que Sua Majestade pudesse pôr cobro a essas negligências [19]. No entanto não foi fácil inverter o saldo negativo das contas, pois em 1829 relatava-se, aquando dos trágicos acontecimentos e "*violentos procedimentos*" realizados pelo governador José Lúcio Travassos

---

[17] **ARM**, *Registos Notariais*, L.º 1014, f. 86 - 87: 1782. Pelo seu trabalho levou 95$000 (cfr. de S. Miguel). GC, L.º 227, f. 51v.º - 52: 1801; em prata gastou 119$600 e pelo seu trabalho levou 104$200 (cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte). Sobre os prateiros e ourives madeirenses vide o trabalho dos "Ourives Madeirenses séculos XVI a XIX", de Fátima Freitas Gomes, rev. *Islenha*, n.º 10 Jan. – Jun. 1992, pp. 39 - 58. E ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 444 - 445. Aquando das nossas pesquisas, sobretudo nos livros dos Registos Notariais e das Confrarias, constatamos a presença de vários prateiros e ourives a exercerem a sua actividade. Sobre os prateiros e ourives em actividade na ilha da Madeira, em finais do séc. XVIII e inícios de XIX, vide o anexo 1, onde estão documentadas algumas peças de ourivesaria realizadas neste período, entre muitas outras que ficaram no anonimato.

[18] Idem, GC., L.º 725, f. 11 - 12, 12 v.º - 15, palácio da Bemposta, 20 e 23 Ag. 1823; palácio do Governo no Funchal, 29 Ago. 1823.

[19] Ibidem, f. 11 - 12, palácio da Bemposta, 20 Ag. 1823; palácio do Governo no Funchal, 29 Ago. 1823.

Valdez, no dia 22 de Junho de 1828 "*o estado de decadencia a que ficarão reduzidos os Cofres Reaes*" em consequência destes acontecimentos [20].

O Monarca mandava cumprir à risca as Instruções patentes na Carta da criação da Junta, essencialmente proibindo que se desse para as obras a cargo da Junta, qualquer quantia a mais da que foi inicialmente marcada, sem nova determinação régia e caso fosse necessário mais dinheiro, dar-lhe conta das razões e valor do novo orçamento. Outro aspecto foi a redução estrita ao necessário do que se gastava com as despesas excessivas em algumas repartições, nomeadamente pelo Trem Militar, perguntando ainda o Rei ao Governador se nas actuais circunstâncias as despesas aplicadas nas obras de fortificação eram necessárias. Outro aspecto que proibiu e que era lesivo e vacilante para a Junta, era a prática de se arrematar os Contratos sem a competente abonação por parte dos arrematadores, determinando a arrematação a contratadores abonados e habilitados, apresentando obrigatoriamente fiadores abonados, sob a responsabilidade dos vogais da Junta [21].

Por provisão de 28 de Setembro de 1808, a Junta do Funchal estava autorizada para gastar anualmente somente um conto de reis no reparo de fortificações e 800$000 no conserto e ornamento de todas as igrejas da Madeira. No entanto, a Junta observou que este valor era tão pequeno que era impossível proceder ao reparo dos quarenta e seis edifícios paroquiais da Madeira, entendendo que este valor limite destinava-se para cada um dos edifícios. Estando em 1827 "*metade das igrejas, que actualmente há, tanto ou mais precisadas*" de reparos e consertos, a Junta havia já pedido em 1824 um valor superior aos 800$000 para todas as igrejas, no entanto foi-lhe reduzida por provisão de 20 de Julho de 1826 para se aplicar apenas 400$000 nos reparos de fortificações e igrejas, "*sendo este limite tanto mais pequeno, quanto mais cresce com o tempo a necessidade dos reparos ainda mesmo nos edificios mais bem construídos*", sendo assim absorvidos no reparo de poucas igrejas, o que poderia levar à infalível ruína de outras.

D. Maria II, atendendo a esta situação, resolveu dar 600$000 somente para reparo de edifícios religiosos e prédios da Fazenda, o que mesmo assim era pouquíssimo, pois "*ficão ainda a maior parte d'esses edificios em risco proximo de se inutilisare, faltando-lhes annualmente o reparo preciso, visto não haver um só que sem isso, possa conservar-se*". A título de exemplo de eminente ruína encontrava-se a igreja do Porto do Santo, que "*ameaça grande perigo podendo abater-se, e perigar a gente, que estiver dentro, e grande parte das casas dos habitantes, contiguas á mesma igreja*". A Junta com esta quantia apenas podia acudir a um ou dois edifícios religiosos por ano, e estando a maioria dos edifícios em "*sítios desabridos, e seus telhados em argamasso*", estes

---

[20] Idem, f. 103: 23 Jul. 1829. A informação aqui citada é do novo governador absolutista, José Maria Monteiro e alude ao enorme esforço de defesa levado a efeito, sem grande êxito, pela governo liberal anterior e que descapitalizara totalmente as finanças madeirenses. A situação, infelizmente, com o "*governo arruaçeiro*" de novo Governador ainda haveria de piorar nos anos seguintes, chegando ao ponto de ser recolhida na fortaleza do Pico grande parte das pratas das confrarias da Madeira, no entanto, depois devolvidas aos seus locais de origem.

[21] Idem, f. 12 v.º - 15, 23 Ag. 1823. Idem, f. 36 v.º - 38, palácio de Mafra, 23 Out. 1823.

400$000 apenas davam para a condução da telha que anualmente é necessária para todos os edifícios. Perante a necessidade destes reparos "*que muitas vezes salvão a total ruina, e sempre maior dispeza*", o Governador enviou estes dados à Rainha para ficar isento "*de toda a responsabilidade nos prejuizos, que possão acontecer*" [22].

Estes reparos, no entanto não foram logo resolvidos, pois o governador liberal Luís da Silva Mousinho d'Albuquerque, em 22 de Junho de 1835, recebia uma resposta de Sua Majestade sobre "*o deploravel estado de ruina em que encontrei as differentes Igrejas Parochiaes desta Provincia*". A Coroa pedia então ao Governador e ao vigário capitular da diocese do Funchal, cónego António Alfredo de Santa Catarina Braga, que lhe informasse sobre as igrejas que estão carecidas de reparo "*para que eu possa começar por estas a revista, que acompanhado de peritos conto fazerlhes, para orçar as obras indespensáveis*" [23]. Posteriormente, as igrejas foram bastante melhoradas no tempo do governador civil, conselheiro José Silvestre Ribeiro.

Quanto às confrarias, estas surgem com uma ligação bastante profunda à Igreja. Sendo uma das primeiras expressões do associativismo profissional, desempenharam um papel activo e importante, tanto na vida eclesiástica, como na secular. As confrarias estavam organizadas por vezes em corporações profissionais ou simplesmente associações de pessoas piedosas que se comprometiam a realizar em comum certas práticas religiosas, desempenhando encargos pios e assumindo uma grande importância na assistência social e religiosa.

As confrarias assumiam dentro das comunidades paroquiais um importante papel na organização e coesão social ao estabelecer normas de comportamento, embora a sua acção não se circunscreva exclusivamente às práticas religiosas, como podemos constatar pelos bens que muitas vezes administravam. Mas a razão principal da existência das confrarias e de um irmão pertencer a uma confraria prende-se com a necessidade de louvar a Deus, à Virgem e aos Santos, representando uma maior espiritualização do quotidiano e aumento da fé através da prática religiosa, na crença do ideal da vida eterna, na sua protecção divina e no sufrágio da sua alma após a morte [24].

A propagação das confrarias nas igrejas e capelas do arquipélago da Madeira, ficou a dever-se ao crescimento das devoções dos fiéis, aos incentivos por parte dos prelados e às directivas canónicas, tais como a determinação do Concílio de Trento que obrigava a existência da confraria do Santíssimo Sacramento em todas as igrejas matrizes, concedendo a Coroa donativos de cera e azeite para a sua manutenção. Não podemos esquecer a confraria da devoção das Almas, que tinha também grande implantação na Madeira, bem como as do orago das respectivas igrejas, entre

---

[22] Idem, L.º 728, f. 51 - 52: 11 Jul. 1827.

[23] Idem, L.º 720, f. 100 v.º: 22 Jun. 1835.

[24] Nelson Veríssimo, "Confrarias Algumas questões sobre conflitos jurisdicionais na 2.ª metade do séc. XVIII", in rev. *Islenha* n.º 14, Jan. - Jun. 1994, pp. 26 - 31.

muitas outras devoções espalhadas pelas várias igrejas. Dada a proliferação destas instituições, chegava a existir usualmente no mesmo altar de um edifício religioso, mais do que uma confraria.

Cada irmandade tinha o seu orago e respectivo compromisso, sendo administrada por vários mordomos, um escrivão, um tesoureiro, juiz e presidente que, muitas vezes, era o vigário da igreja. Muitas das confrarias subsistiam e pagavam as despesas do culto através das esmolas de entrada e anuais dos irmãos, esmolas de *eiras e lagares*, e do contributo de dinheiro dos irmãos que serviam em Mesa, entre outros donativos. As mais poderosas administravam bens, desde o arrendamento de fazendas e casas, e emprestavam dinheiro a juro, regularmente movimentado no *Livro de Receita e Despesa*. Estas instituições começaram a entrar em decadência ao longo do último quartel do século XVIII, em consequência de várias crises e do conflito pela posse da jurisdição das mesmas entre a Igreja e a Coroa, ou seja entre o Juízo Eclesiástico e o Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas [25].

Analisando a título de exemplo as receitas entre 1765 e 1807 da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro, no Funchal, podemos constatar que os juros representavam 38% (2.583$187) do total arrecadado. A receita da entrega dos capitais e vendas de imóveis correspondeu a 28 % (1.949$887), as esmolas anuais pagas pelos irmãos representaram 20 % (1.370$150), as esmolas de *eiras e lagares* significaram 6 % dos rendimentos da confraria (403$770), as receitas da entrada de irmãos 4% (287$400), entre outras fontes de receita, tais como provenientes das fazendas, o arrendamento de casas, pagamentos de legados e esmolas de devotos que representavam uma pequena percentagem das receitas [26].

Esta confraria, por exemplo, despendia grande parte das suas receitas nas despesas correntes com o culto, em missas, cera, festa e procissão do seu patrono, confecção de capas, com a aquisição de ornamentos para a capela, tais como flores, toalhas, tapetes, cortinados e outros tecidos, com os acessórios das imagens, com os serviços de limpeza da capela e seus acessórios e com quem realizava estas tarefas. A situação das restantes confrarias, salvaguardando as diferenças, pois a de N.ª S.ª da Boa Morte teria sido uma das mais abastadas do seu tempo, não era muito diferente.

Quando uma confraria decidia edificar ou reconstruir uma capela ou realizar grandes obras como a feitura do retábulo em talha, o maior volume das receitas era absorvido nestas obras, tornando-se num encargo monetário bastante avultado e árduo sobretudo paras as confrarias de fracos recursos económicos. As grandes confrarias tentavam arrecadar muitos dos capitais que tinham emprestado a juro, vendiam algumas das propriedades que possuíam, o que originava posteriormente uma diminuição dos seus rendimentos. Por outro lado, as mais pequenas tinham

---

[25] Idem, Nelson Veríssimo, ob. cit.

[26] Cf. nosso trabalho, *A confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, da freguesia de São Pedro do Funchal*, Seminário de História das Instituições, trabalho realizado no âmbito deste mestrado, Universidade da Madeira, 2001, que apresentamos resumidamente como anexo 2.

maiores dificuldades na arrecadação de dinheiros. Por isso acumulavam ao longo de vários anos todas as pequenas sobras para então realizarem as obras [27], e na generalidade, pagavam-nas às prestações ao longo da feitura da obra, também como salvaguarda do contrato realizado com os mestres.

Entre 1770 e 1774, por exemplo, período que durou a construção da referida capela de N.ª S.ª da Boa Morte, gastaram-se 1.716$271, o que correspondeu a 70 % das despesas totais neste período; enquanto que entre 1765-69 e 1775-1807, em obras, ornamentos e manutenção da capela, gastaram-se 1.209$004, ou seja 17 % da totalidade das despesas da confraria. Portanto, desde 1765 a 1807 gastaram-se 2.925$275, o que correspondia a 39 % das despesas totais da confraria [28].

2.3. Engenheiros e mestres das obras reais

2.3.1. Da década de 60 do século XVIII à aluvião de 1803

Os mestres das obras reais eram os responsáveis por todas as obras realizadas no Arquipélago com os dinheiros régios, pagos através da Provedoria da Fazenda Real. Tinham alguma autonomia de manobra nas suas acções, nomeadamente nos serviços que prestavam, tais como: feitura de *riscos* / projectos, orçamentos, avaliações e vistoria das várias obras nas igrejas e fortificações, embora depois tudo o que fosse dinheiro, tal dependesse do provedor da Fazenda. Para efeitos de pagamento e enquadramento, na sequência da reforma do Exército de 1754, passaram a ser equiparados a oficiais de Infantaria com a patente de "*capitão e exercício de Engenheiro*".

Os ofícios da Fazenda Real ao longo do século XVIII, onde se inclui os mestres das obras reais, eram reconhecidos oficialmente, não como meras serventias acumuláveis, transmissíveis e dadas por mercê, mas sim funções que pressuponham habilitação específica, não sendo legitimados e herdados de pais para filhos [29], como acontecera até então. No entanto e seguindo uma antiga tradição, alguns filhos de mestres das obras reais chegaram a ser providos a ajudantes e outros chegaram mesmo a exercer o cargo de mestres das obras reais, não já apenas por elo familiar, em princípio, mas por mérito próprio.

---

[27] Entre outros, vejamos os exemplos das dificuldades das confrarias: da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco e de N.ª S.ª da Conceição, no convento de São Francisco, no Funchal; do SS., na ig. do Estreito da Calheta; cfr. do SS, na ig. de N.ª S.ª da Encarnação, na Ribeira da Janela; cfr. das Almas, na ig. de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; cfr. do SS., na ig. de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas, casos estes que iremos abordar individualmente ao longo deste trabalho.

[28] Vide anexo 2.

[29] Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, ob. cit., p. 93 - 94.

Domingos Rodrigues Martins, por exemplo, serviu no posto de mestre das obras reais desde 1748 até 1779, dirigindo na Madeira as obras de edificação de igrejas e fortificações, como o cargo lhe competia [30]. No entanto, para assumir o lugar em definitivo, teve de frequentar em Lisboa a Real Academia de Fortificação e Desenho, e só mediante a apresentação de um documento em como frequentara a mesma Academia, se lhe deu posse no Funchal [31]. Desde as Guerras da Aclamação, depois identificadas como da *Restauração*, que se tinham instituído aulas e academias de Arquitectura e Fortificação, extensivas inclusivamente ao Brasil e que nos meados do século XVIII também foram montadas nos arquipélagos do Atlântico.

Durante este período, para trabalhos especiais, como foram as obras do porto do Funchal, estiveram assim na Madeira, pontualmente, alguns engenheiros militares provenientes dessas escolas, dependentes essencialmente do Governador e, só da provedoria da Fazenda, para efeitos de pagamento. O primeiro de que temos conhecimento nos meados do século XVIII foi **Francisco Tossi Columbina**, que seguiu depois para a Índia com o governador Manuel de Saldanha de Albuquerque, futuro conde da Ega [32]. Na sua sequência esteve em serviço na Ilha o engenheiro **Francisco de Alincourt**, com a patente de seis anos de 11 de Maio de 1767 e com soldo de sargento mor de infantaria "*e exercício de Engenheiro*", mas sendo depois preso em 1770, por se envolver em irregularidades, desvios de fundos e falsificações [33]. Veio acompanhado para a Madeira com um ajudante, **Faustino Salustiano da Costa**, com patente de 18 de Janeiro de 1768, para exercer o cargo também por seis anos. Salustiano da Costa partiu para Lisboa em 1775, regressando depois e partindo definitivamente em 1777.

Os dois engenheiros realizaram alguns trabalhos na Madeira, por exemplo, no concelho da Calheta analisaram o melhor modo para se aproveitarem as águas do concelho, planearam a levada do Rabaçal e tiraram a carta topográfica da ilha da Madeira [34]. Francisco de Alincourt trabalhou nas obras do porto do Funchal, em que pretendia unir os dois ilhéus [35], chegando a montar uma escola militar para a formação dos técnicos de fortificação. As aulas no entanto não correram muito bem,

---

[30] Teve várias patentes no cargo por um ano: **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 972, f. 257 v.º - 258: 23 Out. 1748; idem, L.º 973, f. 21 v.º: 12 Fev. 1749; idem, f. 75: 12 Nov. 1749; idem, f. 157: 24 Mar. 1752; idem, f. 184 v.º: 23 Mar. 1753; idem, f. 216 v.º: 15 Mar. 1754; idem, f. 264: 20 Jun. 1755; idem, L.º 975, f. 133 v.º - 134: 16 Abr. 1766. Pagava 10$000 de novos direitos em cada ano. Era mordomo da cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. de São Pedro no Funchal e deu em 1778 termo de entrada a Antónia Rosa e Filipa de Santiago, moradoras em sua casa (**ARM**, *GC.*, L.º 240, f. 4 v.º).

[31] Cf. Rui Carita, *Conhecimento e Definição do Território. Os Engenheiros Militares (Séculos XVII-XIX)*, catálogo de exposição in Torre do Tombo, Lisboa, Junho a Julho de 2003.

[32] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 973, f. 286 v.º - 287: 22 Mar., 2 Abr. 1756. Idem, L.º 201, f. 6 – 6 v.º: 13 Nov. 1768. Sobre Columbina e as obras do Porto cf. Rui Carita, "As obras de defesa da Madeira no séc. XVIII", rev. *Islenha*, n.º 23, Jul. - Dez. 1998, p. 174 – 176. Sobre as instituições de ensino, mesmo autor, textos in catálogo supracitado, pp. 19 a 25.

[33] Ibidem, L.º 976, f. 69.

[34] **ARM**, *GC.*, L.º 526, f. 41 - 42, 43 v.º - 46, 50 v.º - 51 : Out. 1768.

[35] Cit. Rui Carita "Os mestres de obras reais no séc. XVIII e a reconstrução do paço episcopal do Funchal", rev. *Islenha*, n.º 17, Jun. - Dez. 1995, p. 19.

informando o Governador para Lisboa, "*que ninguém percebia nada*" nas mesmas, pelas suas dificuldades em se expressar em português, sendo substituído pelo seu ajudante Salustiano da Costa [36].

Por falecimento do mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins, encontrava-se o cargo vago, pelo que a Junta da Real Fazenda abriu concurso, concorrendo **João António Vila Vicêncio**, que em Abril de 1781 já era denominado profissionalmente por "*P*(e)*rito architecto*" [37]. João Vila Vicêncio ocupou o respectivo lugar em Julho de 1781, por ser "*o mais habil*" e ter as qualidades, requisitos e capacidades necessárias para preencher a vaga, "*para cumprir toda, e qualquer execução d'Engenharia, que se fáz tão necessária a Fortificação desta Ilha*" e pela experiência adquirida nas obras em que trabalhara e riscos de que tinha sido encarregado. A Junta da Fazenda conferiu-lhe a patente de capitão engenheiro e mestre das obras reais por tempo de um ano, pagando de novos direitos 25$000, e recebendo o ordenado de 100$000 pagos pela consignação da Fortificação, entre outras *proes* e parcelas a que tinha direito [38], desempenhando esta actividade até pelo menos Abril de 1796, ano em que faleceu [39].

João António Vila Vicêncio radicou-se na Madeira, realizando a partir da década de 50 algumas pinturas em igrejas da Madeira [40]. Como mestre das obras reais, executou vários riscos para obras de diversas igrejas na Madeira: N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água; Santo António da Serra; N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; Santo António, no Funchal e a igreja de São Roque, no Funchal. Para além das obras em igrejas também realizava obras na área da fortificação, como por exemplo em 1781 / 1782, quando lhe foi ordenado, que juntamente com o apontador das obras reais, reparassem as obras do porto do Funchal arruinadas pelo mar [41], obra que foi depois bastantes vezes arruinada, face às dificuldades de construção e obras de que tinham sido responsáveis anteriormente os engenheiros Francisco Tossi Columbina e Francisco de Alincourt.

---

[36] Idem, *História da Madeira*, vol. IV, pp. 417, 457 - 460.

[37] **ARM**, *IOTSF*, L.º 9, f. 66: 15 Abr. 1781.

[38] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 977, f. 61 - 63: 9 Ag. 1781; GC, L.º 535, f. 5 - 5v.º: 3 Jul. 1781. Em 1779 Quitéria do Espírito Santo, irmã de Domingos Rodrigues Martins, habilitou-se ao ordenado de seu irmão, e sendo provido Vila Vicêncio, este só recebeu metade do ordenado: 50$500 recebendo a outra metade a herdeira do mestre falecido (**IAN/TT**, ibidem, L.º 785. Pagamentos de 1781. Mestre das obras presente desde 1780; recebeu a 18 Jun. 1782. Idem, L.º 786: embargado o vencimento do novo mestre das obras reais e regularizado em 1783: idem, L.º 787. Cit. Rui Carita, art. cit. in *Islenha*, n.º 17, Jun. - Dez. 1995, p. 19).

[39] **ARM**, *RN*, L.º 1066, f. 56 v.º - 57 v.º: 28 Abr. 1796.

[40] João António Vila Vicêncio em 1754 / 1755 realizou a pintura dos confessionários, pintura geral da capela mor, cadeiral do coro e geral da Sé do Funchal aquando de importantes obras que se fizeram na Sé, ou seja o levantamento do lajeado, escoramento do pavimento, que foi colocado de novo, envolvendo estas obras 3:000$000. Em 1766 procedeu a um contrato com a CMF para pintar e dourar o altar e camarim da igreja de Santiago (padroeiro do Funchal) por 120$000 (**ARM**, *CMF*, L.º 1358, Vereações, 1766 - 1768, f. 20: vereação de 19 Fev. 1766, cit. ob. cit., Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 445; idem, vol. IV, p. 255). João António Vila Vicêncio era irmão da cfr. de N.ª S.ª da Soledade, erecta no convento de São Francisco, no Funchal, pagando de entrada 1$000, apresentando-se como morador na Ponte de São Lázaro (idem, *GC*, L.º 246, f. 7: 7 Mar. 1785).

[41] **ARM**, *GC*, L.º 535, f. 79 v.º - 80 v.º: 15 Jan. 1782. Cit. Rui Carita, art. cit. in *Islenha*, n.º 23, Jul. - Dez. 1998, p. 176.

O palácio de São Lourenço, residência do governador e capitão general da Madeira, passava constantemente por obras, adaptando-se logicamente aos gostos e necessidades dos vários governadores que o ocuparam. Em finais do século XVIII, por exemplo, o governador Diogo Forjaz Coutinho mandou levantar a sala-torreão, sobre a praia do Funchal e no extremo ocidental do conjunto, executada então pelo mestre das obras reais João Vila Vicêncio. O estilo da nova edificação, de alto pé direito e marcadamente neo-clássico, estender-se-ia depois a todo o piso superior de São Lourenço ao longo dos séculos XIX e XX.

Com a expulsão dos jesuítas, no seu antigo Colégio, instalou-se ali também o seminário diocesano, passando o edifício por algumas obras de adaptação, também a cargo de Vila Vicêncio entre 1784 e 1788 [42]. Tomou ainda as providências para cessar os incómodos causados às religiosas do Mosteiro das Mercês "*que as janelas e cerca do seo convento são devassadas de diferentes citios*" porque as pessoas têm a "*ousadia de abrir boracos, e encostarem escadas, e outros instrumentos ao muro da dita cerca, para assim poderem ver as Procissoens, e outros actos religiosos em que as mesmas clausurádas se entretem*" [43]. Vistoriou e orçamentou também as obras nas velhas fontes de João Diniz, sob a fortaleza de São Lourenço [44] e colaborou na direcção das obras da nova povoação da Aldeia Nova da Rainha D. Maria I, situada na freguesia de Santo António da Serra, planificada e edificada em simultâneo com a igreja da mesma localidade [45].

O arquipélago da Madeira, dado o seu limitado espaço em mão de obra específica para realizar obras de talha e pintura, obrigava a uma relação profissional muito próxima entre os vários mestres que aqui trabalhavam, como temos oportunidade de observar nos contratos, nas ligações familiares e até na área de residência. Esse aspecto pode ser constatado também através dos registos notariais e de casamento, em que muitas vezes eram testemunhas entre si, ora por relações profissionais, familiares, vizinhança ou simplesmente por amizade. A pequena quantidade de mestres envolvidos nas diversas obras, levava por vezes mesmo a que os entalhadores arrematassem obras de pedreiro e carpinteiro, e vice-versa, no intuito de arrecadarem o máximo de obras e os lucros daí advindos [46].

Catarina Delfina do Sacramento e Inácia Maria da Encarnação, esposas respectivas de João António Vila Vicêncio e do pintor António da Trindade da Cruz, sendo irmãs obtiveram de herança

---

[42] Ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 53, 316.

[43] **ARM**, idem, L.º 520, f. 10 - 10 v.º: 1782.

[44] Ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 254.

[45] Idem, p. 435. Esta aldeia devido aos seus elevados custos e ao clima frio da região, tão frio que os portossantenses que foram enviados para lá, habituados a um clima mais quente, não queriam lá viver, fizeram com que o projecto da aldeia fosse um insucesso.

[46] Em 1787 o entalhador António de Agrela arrematou por 800$000 a obra de pedreiro, de protecção à igreja da ribeira da Madalena do Mar (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 427, f. 10). O entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega arrematou a obra de pedreiro e carpinteiro da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos: arrematação do altar mor e retábulo em 849$000: idem, f. 38 - 42; arrematação da obra geral em 12:000$000: 27 Mai.; nova arrematação em 12:212$000: 15 e 17 Fev. 1791. (idem, f. 38 - 42).

de seus pais, de seu irmão Eusébio José, que faleceu solteiro, e dos restantes herdeiros, uma moradia de casas "*altas e baixas com seu quintal*", situadas no beco dos Aranhas, sob terra foreira em 1$666 ao capitão mor Mendo de Brito de Oliveira Bettencourt. Em Março de 1784, João Vicêncio e sua esposa venderam a sua parte da casa, por 457$960, ao referido pintor e sua esposa [47].

As referidas duas famílias, nesse mesmo mês, em conjunto, venderam por 329$750 ao carpinteiro / entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, uma morada de casas "*altos e baixos e seu quintal*", situada nesse mesmo beco, sob terra foreira ao mesmo Capitão em 1$666, onde Estevão Teixeira de Nóbrega vivia como inquilino. A casa confrontava a Norte com casa e quintal de João Paulo de Vasconcelos e Medina; a Sul com casa e quintal de um dos vendedores, o pintor António da Trindade; a Leste com o dito beco e a Oeste com a muralha real [48]. João Vicêncio possuía a maioria da casa, que obteve de compra em 1758 a Tomé de Azevedo e a sua esposa Doroteia Maria da Conceição, de trespasso de António da Trindade, no valor de 133$448 e de herança legítima de seu cunhado Eusébio José (37$538).

Por partilhas amigáveis e trespasso que fez a João Vicêncio, António da Trindade ainda possuía na dita casa 81$158 (que herdou de seus sogros), o que somava o valor da casa em 329$750. O mestre entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega pagou em dinheiro aos dois, excepto 206$300 que era para satisfazer um empréstimo que João Vila Vicêncio devia ao Hospital da Misericórdia do Funchal . No entanto, depois pactuaram entre si para não pagar à Misericórdia, "*mas sim a ele*", porque estava precisando do dinheiro, ficando João Vicêncio responsável pelo pagamento do empréstimo à Misericórdia [49].

O largo período de trabalho na Madeira de João Vila Vicêncio como pintor e mestre das obras reais, cerca de quarenta anos, permitiu-lhe adquirir alguns bens, que pelo menos dava para viver confortavelmente, pois possuía alguns bens e até uma moça vivia em sua casa voluntariamente [50]. Francisco Correia Bettencourt, fidalgo cavaleiro da casa de Sua Majestade, aforou a João Vicêncio um terreno de um alqueire e ¾ de "*pedra molle, e roxa insignificante que não rendiam nada*", situado nos Ilhéus, freguesia de São Pedro, pagando 3$000 de foro anual, para

---

[47] **ARM**, *RN*, L.º 1022. f. 51 - 52: 7 Mar. 1784. A casa confrontava a Norte com casas dos vendedores e compradores, Sul com casa dos herdeiros de Domingos Rodrigues Martins, Leste com o beco dos Aranhas e Oeste com a muralha real. António da Trindade pagou a casa com as porções que possuía na casa contígua a Norte da casa vendida (que herdou dos pais, sogros e cunhado Eusébio José), no valor de 133$448, mais o valor do aposento onde os vendedores vivem no dito beco, junto á Ribeira de São Lázaro *de legítima e terça*: 258$472, o que tudo soma 391$920, tendo pago o restante em dinheiro. Foram test. neste acto notarial o carpinteiro José Rodrigues Gonçalves e o pintor António Pinto Felgueira.

[48] Ibidem, f. 52 – 53 v.º: 8 Mar. 1784. No acto desta escritura de venda foram test. os pintores Francisco Xavier e António Pinto Felgueira e no acto de posse da casa, foram test. os carpinteiros Domingos Nunes e Manuel Cabral.

[49] Idem, L.º 1035, f. 84 - 85: 27 Fev. 1787. Foram testemunhas nesta escritura os carpinteiros Manuel António e Joaquim dos Santos.

[50] Mariana Rosa já tinha sido moça em outras casas. Era natural da freguesia do Seixal, f.ª de Manuel Fernandes, natural do Porto Moniz e de Maria Fonseca, natural da freguesia de São Roque (Fch.), casou aos 25 anos, a 27 de Set. 1789, com Manuel de Sousa, natural e morador na freguesia de São Martinho, de 27 anos, f.º de João de Sousa e Francisca Gomes, da freguesia de São Pedro, no Funchal (**ARM**, *RN*, L.º 1043, f. 98 – 98 v.º).

construir um forno de cozer cal. O mesmo fidalgo ainda aforou depois nesse mesmo sítio a João Vila Vicêncio, mais dois alqueires e uma "*maquia de terreno*", pagando 6$300 de foro de todo o terreno [51]. Falecendo sua esposa e estando com algumas dívidas, para poder cobri-las teve que vender algumas propriedades, vendendo por 380$000 a D. Ana Joaquina de Freitas e Mendonça, viúva do capitão Francisco de Abreu Freitas, uma casa térrea situada no caminho que ia para o Beco dos Aranhas, para a Ponte da Ribeira de São Lázaro [52].

João Vila Vicêncio, por não poder acudir a todas as funções que lhe eram atribuídas como mestre das obras reais, havendo por vezes algumas demoras no seu expediente, pelo desejo que seu filho, **José António Vila Vicêncio** tinha de se empregar nesse serviço, conseguiu que o mesmo fosse nomeado seu ajudante. Entre Março de 1783 e em Fevereiro de 1786, foi assim o mesmo nomeado pelo Governador no posto de "*capitam agregado ao effectivo de engenharia*" da ilha da Madeira [53].

José António Vila Vicêncio não esteve muito tempo como ajudante de seu pai. Dedicando-se entretanto muito provavelmente ao comércio marítimo, em 1786 seguiu para a ilha de Gran Canária, onde possuía família, casando com D. Maria do Carmo Mendonça [54]. Na Madeira ficou por seu procurador Joaquim José Vieira, com poderes para poder vender em "*qualquer parte do mundo uma escuna que possuía*" denominada "*São Rafael e Nossa Senhora da Luz*" [55]. Posteriormente, consta a sua presença na Ilha em 7 de Dezembro 1797, um pouco depois da morte de seu pai [56], mas por pouco tempo, pois em 11 de Dezembro pretendendo obter passaporte para ir com sua família novamente para as Canárias, o seu cunhado, o capitão Januário Ferreira de Castro assinou um termo de fiança para poder responder pelas "*faltas de crime ou dívidas*" que ele pudesse ter [57].

---

[51] **ARM**, *RN*, L.º 1051, f. 80 v.º - 81 v.º: 30 Dez. 1791; idem, L.º 1052, f. 7 v.º - 8: 9 Fev. 1792. Foi testemunha o carpinteiro José dos Reis.

[52] Ibidem, L.º 1066, f. 56 v.º - 57 v.º: 28 Abr. 1796. Esta casa confrontava pelo Norte com parede da fazenda de Nuno Freitas da Silva, Sul com o dito caminho, leste com parede do sapateiro José Duarte e oeste com outra casa térrea que pertencia a João Vila Vicêncio entre outras confrontações.

[53] Idem, *GC.*, L.º 521, f. 52 v.º - 53: 11 Mar. 1783. Ibidem, L.º 522, f. 132 v.º - 133: 21 Fev. 1786.

[54] Idem, *RN*, L.º 1031, f. 44 – 44 v.º: 12 Fev. 1786.

[55] Idem, L.º 1037, f. 80 v.º - 81: 19 Out. 1787. Foram testemunhas nesta escritura Januário Francisco da Costa e Francisco Xavier da Silva (pintor ?).

[56] Idem, L.º 1072, f. 57 v.º - 58 v.º: 7 Dez. 1797. Da sua presença na Madeira ainda constatamos a presença de José António Vila Vicêncio quando numa escritura notarial assinou a rogo de Filipa Pereira, por não saber assinar, casada com António Gomes Jardim, moradores na freguesia de Santo António, que fizeram um dote de casamento a sua f.ª Antónia da Cruz, que casou com João da Silva; foram test. neste acto de escritura José Joaquim de Oliveira e Manuel João de Freitas. Podemos constatar ainda a sua presença na Madeira, em 27 Fev. 1802, ao ser testemunha juntamente com Manuel Joaquim de Azevedo, na escritura de procuração que fez João Pedro de Andrade, cavaleiro professo na Ordem de Santiago da Espada, oficial maior da contadoria da Junta da Administração e Arrecadação deste Estado a seus procuradores: seu irmão Joaquim José de Andrade e ao capitão Domingos João de Afonseca e a Nicolau Anacleto Quintal e Silva (idem, L.º 2092, f. 104 - 105); e em 19 Jul. 1802 ao ser testemunha juntamente com António da Luz, numa escritura de aforamento do coronel de milícias José Joaquim Esmeraldo a João Fernandes (idem, L.º 2095, f. 95 v.º - 97).

[57] Idem, *GC*, L.º 525, f. 36: 11 Dez. 1797.

José Vila Vicêncio tinha três irmãs: Joaquina Cândida, casada com o referido capitão, Joana Flora e Ana Rita Vila Vicêncio, ambas solteiras e maiores de idade (em 1802). Por morte de seus pais e por partilhas amigáveis que fizeram entre si, Ana Rita herdou um quarto de uma fazenda situada no Ribeiro Seco, na freguesia de São Pedro, avaliada em 521$975, pensionada em foro a José Joaquim Esmeraldo, permutando com Joaquina Cândida e seu esposo, um quarto de uma moradia de casas sobradadas situadas na Ponte de São Lázaro, no valor de 483$078, cuja parte de casa compraram a seu irmão José, dando este 38$897, correspondente ao valor da diferença entre os dois prédios [58]. A partir de 1802 não constamos mais a presença desta família na Madeira, dando os quatro irmãos procuração ao entalhador António de Agrela de Azevedo, para poder receber, pagar, etc., tudo o dizia respeito a suas justiças e administração de bens e dinheiros, podendo passar declarações em seus nomes [59].

O cargo de mestre das obras era ambicionado pelos mestres carpinteiros e pedreiros da Madeira, pois usufruía de um razoável ordenado e de vários direitos aquando do exercício desse cargo. Não sendo José António Vila Vicêncio o substituto, o pedreiro **António José Barreto**, com a sua larga experiência profissional em obras e acumulando a actividade de avaliador ajuramentado na Câmara Municipal do Funchal (de 1773 até 1810), requereu e foi provido a ajudante do mestre das obras reais em 5 de Fevereiro de 1794, face à avançada idade de João Vila Vicêncio e ao muito trabalho acrescido ao seu expediente, "*para que nos seus impedimentos executasse tudo o que por elle fosse incumbido do Real Serviço*" [60], vindo a substitui-lo logo após o seu falecimento. Não conhecemos a sua patente de mestre das obras reais, que também aparece com a denominação de *mestre das obras públicas*, mas em Outubro de 1796 já era designado com este novo cargo, que iria desempenhar até 1810, ano provável do seu falecimento [61].

António José Barreto era casado com Antónia Maria e morava também no beco dos Aranhas, sendo referido como pedreiro desde o final da década de 60 e, como tal, em 1769 recebeu um aforamento de Francisco de Ornelas [62]. Em 1796 vendeu a seu irmão José Barreto por 20$000 dois terrenos que herdou de seus pais e que comprara a seu irmão, Inácio Francisco Xavier Barreto [63]. Sendo capitão engenheiro e mestre das obras reais, necessitava de um procurador em Lisboa, pelo que nomeou o reverendo Vicente Anastácio de Afonseca, ali residente, com amplos poderes para tratar de documentações, mesmo "*de revista perante o Real Trono de Sua Magestade*

---

[58] Idem, *RN*, L.º 2082, f. 38 – 39 v.º: 13 Nov. 1800.

[59] Ibidem, L.º 2092, f. 41 v.º - 43: 28 Jan. 1802.

[60] Idem, *GC*, L.º 523, f. 25 v.º - 26.

[61] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 366, f. 4: Out. 1796. Idem, *RN*, L.º 1126, f. 123: 19 Fev. 1810. Numa escritura de 1811 refere-se confrontações de prédios "*com os herdeiros de António José Barreto*" (Ibidem, L.º 1130, f. 71 – 71 v.º: 16 Mar. 1811).

[62] Idem, *RN*, L.º 2231, f. 89 v.º - 90; L.º 2239, f. 19 v.º: Abr. 1769.

[63] Ibidem, L.º 2058, f. 107 v.º - 108 v.º: 10 Jan. 1796.

Fedelisima" [64]. Era irmão de algumas confrarias, desempenhando o lugar de escrivão (1771) e mordomo de S. José da Sé do Funchal (1768, 1771) [65], assim como também mordomo de N.ª S.ª da Boa Morte da igreja de São Pedro do Funchal, onde deu "*termo de entrada*", em 1779, a sua filha Ana Joaquina [66].

A larga experiência e capacidade profissional, que adquirira com o cargo de avaliador ajuramentado na Câmara Municipal do Funchal, cargo que tinha por função medir e avaliar financeiramente as obras de pedreiro e carpinteiro, quando tal era requerido pelos vendedores / compradores, foi o ponto de partida para obter o cargo de mestre das obras reais. Efectivamente, para o cargo de avaliador camarário (e de mestre das obras reais), além de outros requisitos, era indispensável saber fazer orçamentos para as obras [67]. Tais foram os casos de António José Barreto e, posteriormente, do entalhador **Estevão Teixeira de Nóbrega** [68], que foi igualmente avaliador da Câmara Municipal do Funchal desde 1783 e até à década de 20 do século XIX. Este último aparece pontualmente na Câmara referido como *mestre avaliador*, ou seja *mester*, na documentação camarária, indicando não só que era ajuramentado como elemento de confiança da Câmara no seu ofício [69], nomeando-o a Junta da Real Fazenda do Funchal, em 1798, ajudante do mestre das obras reais António José Barreto [70].

---

[64] Ibidem, L.º 2066, f. 55 v.º - 56 v.º: 26 Ag. 1797.

[65] *Livro de Eleições dos Juizes, escrivães, tesoureiros e mordomos da Confraria de São José do Funchal: 1760 - 1859.* Cit. Rui Carita, art. cit. "A Confraria de S. José da Sé do Funchal ....", pp. 65 - 66.

[66] **ARM**, GC, L.º 234, f. 1, f. 21: 1778/79, 1801/02; idem, L.º 240, f. 6 v.º: 1779.

[67] Aquando da nossa pesquisa, nos livros dos registos notariais encontrámos entre 1767 e 1817 outros avaliadores de ajuramentados do senado da CMF: de carpt.: Cristóvão Gomes Jardim (1767-1769), António Pereira da Silva (1773), José Francisco (1775), Domingos Nunes (1781, 1797, 1799), Manuel João Teixeira (1781-1815), António Félix Álvaro (1794), Martinho José de Sá (1798), António Fernandes (1800), António João da Silva Costa (1802-1817), António Marques de Mendonça (1803), António João Baptista (1805), Francisco de Freitas Mendes (1807) e Manuel João (1810); de pedreiro: António Manuel de Gouveia (1767-1769), Matias José (1775-1781), Manuel Luís (1789, 1793, 1795-1804), Francisco Pedro de Sousa (1794), José Joaquim Vieira (1796-1797), António de Pontes (1800), Manuel Valentim Fernandes (1802, 1805, 1809), João Pedro Fernandes (1802-1803), António de Abreu (1803, 1805), João de Freitas (1805, 1808-1810, 1812-1814), Manuel Gomes Garcês (1807), Nicolau Francisco Gomes (1807, 1811-1812, 1817), Domingos Rodrigues (1810-1813, 1816) e José Gomes Jardim (1813-1817). Vide anexo 3 e 4.

[68] Estevão Teixeira de Nóbrega era natural da freguesia de São Pedro, do Funchal, onde foi baptizado a 30 – 01 – 1746 (**ARM**, *RP*, L.º 102, f. 111, Baptismos, São Pedro, cit. Luís Cabral de Moncada e de José António Bettencourt de Mendonça e Vasconcelos Martins, *Espinoza Martel e Mendonça e Vasconellos - Alegretes*, Lisboa, 2002, p. 91). Era f.º de Manuel Teixeira e de Isabel Maria, naturais da mesma freguesia, neto paterno de António de Nóbrega e de Isabel Maria, naturais da mesma freguesia e neto materno de João Gomes Brazão, da Calheta e de Isabel Bettencourt, da freguesia de Santo António. Casou a 4 de Jan. de 1770 com Joana de Freitas, natural da freguesia de São Martinho, f.ª de Francisco Manuel [de Sousa] e de Antónia Francisca do Rosário, naturais da mesma freguesia, neta paterna de Simão Nunes, da freguesia de Machico e de Mariana Ferreira e materna de João Rodrigues, das Quebradas e de Maria de Freitas, natural de Santo António. Foram test. no seu casamento o pintor João António Vila Vicêncio e o alferes Manuel Jesus da Costa. (Idem, L.º 122, f. 99, *Casamentos*, São Pedro: Fch.). Teve pelo menos dois filhos e uma filha : Jacinto de Freitas (Idem, *RN*, L.º 2259, f. 168 v.º - 168 v.º: 23 Dez. 1809), Vicente de Paula Teixeira, futuro mestre de obras públicas e Antónia Maria do Carmo que nasceu na freguesia de São Pedro a 14 – 07 – 1779 (idem, *Baptizados*, L.º 105, f. 18 v.º, cit. ob. cit. Luís Cabral de Moncada ..., p.19, 20, 91) e casou a 02 – 02 – 1799 com Gonçalo José Moniz nesta mesma freguesia (idem, *Casamentos*, L.º 125, f.10, cit. ob. cit.).

[69] **ARM**, *RN*, L.º 1045, f. 89 v.º - 91; idem., L.º 1046, f. 9 v.º, 10 v.º, 11 v.º: Abr. 1790; idem., L.º 2068, f. 94 v.º: 1 Jun. 1797.

[70] Idem, *GC*, L.º 524, f. 112 - 112 v.º: 3 Fev. 1798.

Na freguesia de São Pedro, nomeadamente no espaço compreendido entre os Arrifes, calçada do Pico, a rua da Carreira e o beco dos Aranhas, moravam assim a maioria dos mestres pedreiros, carpinteiros e pintores residentes na cidade do Funchal, pois a baixa da cidade estava mais vocacionada às grandes casas comerciais e às famílias mais abastadas. Estevão Teixeira de Nóbrega, morava primeiramente como inquilino no prédio que posteriormente comprou, no beco dos Aranhas, como já referimos anteriormente. Em 1789, o morgado Jacinto Joaquim de Freitas Silva Lomelino e sua esposa, a *Illm.ª D.ª* Maria Antónia Correia, possuíam e administravam um serrado situado no beco dos Aranhas, que dividiram e aforaram em várias partes, confrontando todas as partes a Leste com o muro do quarteirão do convento de São Francisco e a Oeste, com o dito beco que dava para as Fontes, aforando a Estevão Teixeira de Nóbrega um sítio situado nesse serrado [71].

Nesse mesmo serrado, no topo Norte, Teixeira de Nóbrega comprou ao reverendo Francisco Pinto da Silva, umas casas de telha sobradadas com suas lojas e benfeitorias, no valor de 1:525$150, de que era senhorio o mesmo morgado, confrontando pelo Norte com a ermida de N.ª S.ª da Conceição e fazenda do morgado Baltazar de Ornelas Valdevesso Magalhães, o conjunto denominado por *Solar de D. Mécia*, a Sul com o sítio aforado a Francisco Xavier Ribeiro, a Leste com o muro do convento de São Francisco e a Oeste com o beco dos Aranhas [72].

O mestre Estevão Teixeira de Nóbrega, comparado com outros carpinteiros da sua época [73], foi o carpinteiro / entalhador de maior sucesso, pois o amplo leque de cargos em que estava envolvido permitiu-lhe ganhar dinheiro e administrar bens, alguns dos quais estavam em constante movimento financeiro, na tentativa de rentabilizá-los ainda mais. Sobre os mesmos emprestava dinheiro, recebia e fazia alguns aforamentos, comprava e vendia propriedades, numa actividade financeira deveras interessante para um carpinteiro e entalhador.

A título de exemplo, contraiu alguns empréstimos, nomeadamente 120$000 à confraria de N.ª S.ª de Santa Ana e 120$000 à de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, ambas erectas no convento de São Francisco, no Funchal [74]. Emprestou ainda vários valores a juro de 5%, como era habitual:

---

[71] O Morgado aforou os diversos sítios respectivamente de Norte para Sul: o primeiro a Estevão Teixeira de Nóbrega que confrontava pelo Norte com o serrado do morgado Baltazar de Ornelas Valdevesso Magalhães; depois o segundo a António Francisco Xavier Ribeiro (casado com Ana Maria do Carmo, portanto era cunhado de Estevão Teixeira de Nóbrega); António Gonçalves da Conceição (fanqueiro), José Joaquim de Gouveia, Estevão José Moniz (tanoeiro) e o sítio aforado a Manuel de Gouveia (*mercador de loge aberta*) que confrontava a Sul com fazendas do capitão mor Mendo de Brito de Oliveira Bettencourt. Cada um dos sítios tinha 40 palmos, pagando cada um de foro 12$000 e sendo cada um dos foreiro obrigados a fazerem uma casa de telha com fronteira para o dito beco, excepto o sítio aforado a Estevão Teixeira de Nóbrega que estava aforado em 24$000, pelo que devia ser de maior extensão. (**ARM**, *RN*, L.º 1042, f. 11 - 16, 17 v.º - 19: 11 Março 1789).

[72] Idem, *RN*, L.º 1042, f. 16 - 17. Pagou ao reverendo 300$000 neste acto, pagando o resto em prestações anuais de 150$000.

[73] Em relação à grande quantidade de carpinteiros e marceneiros que estavam em actividade em finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, vide anexo 5.

[74] **ARM**, idem, L.º 2244, f. 30 - 31: 18 Nov. 1783. Neste empréstimo da confraria de Santana deixou sobre penhores "*huma bacia de prata de tirar esmolla, hum par de castiçais de prata e hum par de galhetas com suas tampas, hua*

100$000 a Tomé Rodrigues, morador ao pé do pico de São Martinho, que depois seriam entregues ao reverendo Francisco Pinto da Silva, para pagamento da casa que lhe tinha adquirido [75]; 30$000 ao sapateiro Caetano Gomes de Aguiar; 281$600 a seu cunhado, o carpinteiro António Francisco Xavier, para fazer uma casa no beco dos Aranhas e ainda 100$000 a João Agostinho Teles Menezes, casado com D. Ana Francisca [76]. Esta, já viúva, arrendou-lhe entre 1 de Janeiro de 1797 e 31 de Dezembro de 1802, "*fazendas de terra sementeira*", algumas cobertas de vinhas e árvores de fruto, de que eram colonos António Gomes Jasmim e seu filho António Gomes Jasmim Júnior, situadas na Casa Branca, freguesia de São Martinho, pagando em cada ano 135$000 [77].

Estevão Teixeira de Nóbrega comprou a António Gonçalves uma casa de "*alto e baixo*", situada na rua do Valverde, no valor de 400$000 [78]; arrematou por 585$950 uma fazenda que seus sogros possuíam e venderam para pagamento de uma dívida no valor 308$839, situada na Ribeira de João Gomes, na freguesia de Santa Maria do Calhau [79]; vendeu ao sapateiro Francisco Pinto de Gouveia uma casa térrea de telha avaliada em 54$400, que possuía na Caboqueira, freguesia de São Pedro, sobre terra foreira na quantia de 1$800 ao capitão Filipe de Carvalho Esmeraldo, que obteve por compra a Anastácia Josefa [de Jesus] e seu marido José da Silva [80].

Já no século XIX e então como mestre das obras reais, recebeu dos *Monteiros e Companhia*, administradores do contrato do tabaco e sabão na ilha da Madeira, um arrendamento entre 1 de Janeiro de 1810 a 31 de Dezembro de 1812, mais precisamente das redízimas das "*rendas grandes e moinhos*" das freguesias do Porto Moniz, Ribeira da Janela e Seixal, pagando em cada ano 680$000 pela redízima e 8$000 pelos moinhos que os *Monteiros* tinham feito ao Marquês de Castelo Melhor [81], arrendando logo em 19 de Janeiro de 1810, a Lourenço Bartolomeu de Barros,

---

salva de prata que serve das mesmas galhetas, que tudo peza conforme o escritto do contrastes outto marcos e duas onças, que tudo faz a quantia de 52$800, e mais hum titullo de huma casa terrêa cita a Figueira Caboqueira comprada a Joze da Silva e sua mulher, Anastacia Joseffa de Jesus". Idem, *GC*, L.° 230, f. 18 v.°; idem, L.° 243, f. 129, 131 v.°: 28 Fev. 1789. Deu por hipoteca 6 cordões, 2 pares de cadeados e 3 pares de botões, tudo em ouro no valor de 132$650. Em 1791 destratou 90$000, (ficando por fiador, seu cunhado António Francisco) destratando o resto em Fev. 1796.

[75] Idem, *RN*, L.° 1042, f. 17 – 17 v.°: 12 Mar. 1789.

[76] Ibidem, L.° 2050, f. 36 v.° - 37 v.°: 15 Set. 1794; idem, L.° 2101, f. 134 - 135: 26 Nov. 1804. Idem, L.° 2050, f. 37 v.° - 39: 15 Set. 1794. Idem, f. 71 v.° - 73: 7 Nov. 1794. Nos 2 primeiros empréstimos foi test. o carpinteiro José dos Reis Silva.

[77] Idem, L.° 2061, f. 72 v.° - 74: 27 Out. 1796; idem, L.° 2065, f. 5 v.° - 6 v.°; idem, L.° 2069, f. 31 – 31 v.°: 23 Jan. 1797.

[78] Idem, L.° 2189, f. 98 – 99 v.°, 100 v.°: 19 Abr. 1793. António Gonçalves, oficial de *taverneiro*, era casado com Ana Francisca, morador na Rua do Caldeireiro. Nesta casa morava o inquilino Matias José Fernandes de Sousa, escrivão do Juízo Geral de Fora e já tinha pertencido a João Catanho.

[79] Idem, L.° 1021, f. 61 - 62, 74 v.° - 75: 15 Dez. 1783. Os restantes: 144$814 pagou-lhe em dinheiro e 132$297 foram pagos com um serrado de terra *semiadiça* que possuía na Praia Formosa, freguesia de São Martinho, que herdou de sua sogra e seu cunhado Frei Manuel de Santa Ana

[80] Ibidem, f. 93 - 94; idem, L.° 1022, f. 16: 19 Jan. 1784.

[81] Idem, L.° 2259, f. 173 - 174. Ficou por seu fiador e *principal pagador*, o tanoeiro Gonçalo José Moniz, seu genro.

morador na freguesia do Porto Moniz, durante os três anos referidos, por preço de 270$000 [82]. Não entendemos o porquê da diferença entre o valor da aquisição da redízima e o valor da venda.

O mestre das obras reais recebeu ainda em Maio de 1809 do "*Illm.º fidalgo da Casa de Sua Alteza Real*", Rodrigo Barba Correia Alardo, um aforamento de terrenos situados nas Portas Novas, em Santa Luzia, com foro anual de 10$000 e que trespassou em Dezembro de 1809 à José António Pereira e sua esposa [83]. Em 1810 e 1811, os capitães Luís António da Silva e Pedro António da Câmara Almada, separadamente, aforaram-lhe e ao major engenheiro Feleciano António de Matos terrenos baldios e calhau, situado por cima do Torreão, na freguesia de São Pedro por onde passava a ribeira antes da aluvião de 1803 [84].

Estevão Teixeira de Nóbrega foi mordomo da confraria de S. José, da Sé do Funchal, dedicada ao ofício de carpinteiro, e ainda em 1778-79 da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro no Funchal [85]. Fez por seus procuradores concedendo "*todos os seus poderes em direito necessarios para que figurando* (...) *posssa requerer, solicitar* (...) *todas as suas dependencias e causas civis ou crimes* (...)" ao Doutor José Marques de Mendonça e Joaquim José de Sousa [86]. Foi testemunha em várias escrituras notariais [87], ficando ainda como principal pagador de uma de dívida de 120$000 [88].

Nem tudo era no entanto a seu favor. Em 1780, por exemplo, envolveu-se em confrontos com vários elementos, entre os quais António de Nóbrega, morador às Angústias, que foi ferido pelo então entalhador. A discussão havia envolvido outras pessoas e António de Nóbrega, juntamente com outros, "*oz quis apauzigar com palavras muito comedidas*", mas Estevão Teixeira de Nóbrega "*e oz maiz rixantes continuaráo em se maltratar de pancadas, e para os sosegar succedeu, sem animo de o ofender, de o ferir*". O mestre Estevão Teixeira de Nóbrega declarou-se inocente, mas obrigou-se a pagar-lhe o salário dos dias perdidos até que António de Nóbrega pudesse trabalhar e este, perdoou-lhe a acção [89].

---

[82] Ibidem, f. 196 v.º - 197.

[83] Idem, L.º 2260, f. 65, 89: 14 Mai. 1809; idem, L.º 2259, f. 167 v.º - 168 v.º, 171: 23 Dez. 1809, foi test. o entalhador Miguel da Câmara.

[84] Idem, L.º 2263, f. 70 – 72 v.º, 76 v.º - 77 v.º: 28 Dez. 1810; idem, L.º 1134, f. 46 - 47: 21 Fev. 1812. Idem, L.º 1131, f. 120 – 121 v.º: 22 Jul. 1811. Foi test. o carpinteiro José de Freitas, morador no sítio do Socorro.

[85] *Livro de Eleições* (...) *da Confraria de São José do Funchal: 1760 - 1859* cit. Rui Carita, art. cit. in rev. *Islenha*, nº 27, p. 66. Idem **ARM**, *GC*, L.º 240, f. 42 (ano de 1779) Deu um termo de entrada para a confraria a António Francisco.

[86] **ARM**, *RN*, L.º 2248, f. 8: 5 Mar. 1798.

[87] Idem, L.º 2185, f. 39 v.º: 16 Mar. 1790; idem, L.º 1103, f. 24 – 25 v.º: 15 Mai. 1804; idem, L.º 2102, f. 124 v.º - 125 v.º: 18 Mai. 1804; idem, L.º 2259, f. 67: 26 Out. 1809; idem, L.º 2262, f. 77: 16 Abr. 1810; idem, L.º 2265, f. 62 v.º - 63: 6 Abr. 1811; idem, L.º 2265, f. 95 – 95 v.º: 13 Mai. 1811; idem, L.º 2265, f. 188 – 189 v.º: 6 Ag. 1811; idem, L.º 1139, f. 8 v.º - 9 v.º: 1 Set. 1813; idem, L.º 1145, f. 78: 19 Jun. 1815.

[88] Idem, L.º 2235, f. 45 v.º - 46 v.º: 10 Jun. 1784.

[89] Idem, L.º 1010, f. 146 v.º - 147: 10 Jul. 1780.

2.3.2. Da aluvião de 1803 à década de 30 do século XIX

A trágica aluvião da madrugada de 9 de Outubro de 1803 provocou o transbordar das ribeiras, arrasando a parte baixa da cidade do Funchal e causando grandes danos nos edifícios e vias públicas junto às ribeiras de quase toda a ilha da Madeira. Refere-se então que teriam falecido cerca de seiscentas pessoas em toda a Ilha, das quais duzentas faleceram na zona afecta à ribeira de João Gomes e na área de Santa Maria Maior, na zona baixa da cidade do Funchal.

O Governo e a Fazenda Real, assim como as Câmaras Municipais tiveram que reformular as suas estratégias de distribuição de orçamentos nas diversas obras e conter as despesas correntes, dando prioridade à reconstrução das ruínas provocadas pela aluvião, ou seja, o encanamento das ribeiras e melhoramento das vias públicas, como nos afirma o governador da Madeira: *"sendo presentemente hum dos objectos de maior concideração do meo Governo o estrago feito pelas enchentes"* [90]. O Governador como primeiras medidas, ordenou ao sargento mor das ordenanças, Caetano Fernandes Pimenta, ao inspector geral das obras públicas, o morgado Agostinho José de Ornelas e Vasconcelos que acompanhados do mestre das obras reais, António José Barreto e seu adjunto Estevão Teixeira de Nóbrega, para que fizessem uma vistoria nos lugares mais arruinados e que dificultavam o trajecto do público, para aí mandarem construir paredes, muros e pontes de madeira e fazerem demolir as habitações que ameaçavam ruína [91].

Tendo estado na Madeira, entre 1801 e 1802, o capitão do Real Corpo de Engenheiros, **Pedro José Botelho**, o mesmo foi apontado pelo Governador como indispensável nas obras de fortificação, estradas e direcção das ribeiras que se deviam proceder, dado que possuía bons conhecimentos hidráulicos e tinha já muitos anos de serviço na sua profissão [92]. No entanto, perante o grande estrago causado pela aluvião, foi entendido em Lisboa o envio de uma equipa mais experiente, com o fim de dirigir e fazer um plano com o delineamento das obras indispensáveis para reparar os estragos e prevenir futuros causados por um semelhante acontecimento.

O Príncipe Regente nomeou então para a Madeira uma comissão temporária do Real Corpo de Engenheiros composta por três engenheiros, dirigida pelo brigadeiro **Reinaldo Oudinot**, homem experiente neste tipo de comissões e que trabalhara nas barras de Aveiro e do rio Douro, tendo como ajudante o capitão **Feleciano António de Matos e Carvalho** e recebendo cada um, respectivamente, 1$200 e $800 diários. Alguns dias depois, ainda integrou a equipa o tenente de

---

[90] Idem, *GC*, L.º 713, f. 19; idem, L.º 800, f. 66 v.º: 29 Mar. 1804.

[91] Ibidem, L.º 717, f. 2 v.º, 8: 12 Out. 1803. Ficou debaixo da direcção de Estevão Teixeira, a obra no sitio da Senhora do Calhau (idem, f. 17: 21 Out. 1803). A 2 de Novembro deu-se uma nova enchente, decidindo-se que o estado actual das ribeiras não permitia outro trabalho, senão o de desentupir, alargar e aprofundá-las, procurando-se conduzi-las em linha recta para que o seu serpenteado não prejudicasse o resto da cidade do Funchal (idem, f. 24).

[92] Idem, L.º 198, f. 6 v.º: 8 Abr. 1801. Idem, f. 22 – 22 v.º: Nov. 1801. Idem, f. 24: Jan. 1802.

artilharia **Paulo Dias de Almeida**, ficando este encarregado dos desenhos dos planos das obras na ilha da Madeira [93].

Além dos trabalhos dos encanamentos das ribeiras no Funchal, a comissão examinou os estragos provocados pelo aluvião nos diversos municípios da Madeira e, especialmente, na cidade do Funchal, onde em menos de um ano foi levantado um mapa da cidade do Funchal, indicando o sítio das Angústias como o lugar mais indicado para a edificação de uma nova cidade do Funchal, ideia que já havia sido ventilada alguns anos antes, na sequência dos trabalhos então em curso em Lisboa. Estando a ser bem sucedidas estas obras dirigidas pelo Brigadeiro, foi-lhe encomendado igualmente um projecto para a construção de estradas, pontes e encanamentos das fontes; dirigiu ainda alguns reparos nas fortificações do Funchal, fez um plano para a edificação da nova cadeia [94].

Em atenção aos serviços de Reinaldo Oudinot, "*que foi uma fortuna para esta (...) Colonia*", como então refere a Junta da Fazenda Real, concedeu-se-lhe de aforamento perpétuo, ficando em vínculo de morgado para ele e seus herdeiros, uma capela instituída por D. Beatriz Drumond, Sebastião Teixeira e D. Leonor de França, na freguesia da Ribeira Brava de que era possuidora por uma vida, a recém falecida Joaquina Teresa de Jesus. Infelizmente o brigadeiro Oudinot não teria quase oportunidade de usufruir dessa doação, pois faleceria num curto prazo de tempo [95].

Falecido o brigadeiro Oudinot a 11 de Fevereiro de 1807 de "*hua catarral*", a direcção da comissão de obras de encanamento das ribeiras, fortificação e estradas foi entregue ao seu ajudante, o capitão Feleciano de Matos e Carvalho, executando à risca o plano e o método que o Brigadeiro havia deixado em textos e desenhos, servindo de ajudante o tenente Paulo Dias de Almeida [96]. O antigo ajudante de Oudinot foi promovido a capitão agregado ao batalhão de artilharia da ilha da Madeira e a capitão do Real Corpo de Engenheiros, por decreto de 24 de Março de 1808, continuando no levantamento da planta da ilha da Madeira iniciada pelo falecido Brigadeiro [97].

---

[93] Idem, L.º 199, f. 6; idem, L.º 203, f. 83: 22 Dez. 1803. Idem, f. 7; idem, L.º 199, f. 6 v.º - 7: 22 Fev. 1804. Idem, f. 13 v.º. Idem, *RN*, L.º 1110, f. 221 v.º. Sobre esta equipa, cf. Rui Carita, *Paulo Dias de Almeida e a Descripção da Ilha da Madeira*, DRAC, Funchal, 1982, já desactualizado em alguns aspectos e Paulo Miguel Rodrigues, *A Política e as Questões Militares na Ilha da Madeira*, ob. já aqui citada.

[94] Ibidem, f. 10 v.º; idem, L.º 203, f. 7, 23 v.º - 24; idem, L.º 800, f. 73, 96. Idem, L.º 203, f. 23 v.º - 24; idem, L.º 199, f. 22; idem, L.º 800, f. 115 v.º - 117; idem, L.º 203, f. 61 v.º - 62 v.º e 70 v.º - 71. Cf. a este respeito, Nelson Veríssimo, "Depois da Aluvião a Nova Cidade", in *Atlântico*, nº 8, Funchal, 1986, pp. 297-301.

[95] Ibidem, f. 38; idem, L.º 203, f. 69 v.º, 80 - 81. Falecido o brigadeiro Oudinot, sua viúva Vicência do Carmo Oudinot e restante família foram para Lisboa (idem, L.º 199, f. 41 – 41 v.º: 14 Abr. 1807), ficando esta capela a mando do Rei e do Governador e administrada em seu nome (**IAN/TT**, *JRPFF*, RG, L.º 978, f. 87 - 90: 30 Set. 1807; **ARM**, *GC*, L.º 199, f. 53: 14 Jun. 1808), por seu procurador, o padre Lúcio António Lopes Rocha que arrendou por 400$000 os frutos dos bens e fazendas desta capela a D.ª Josefa de Sousa em 1811, e por 420$000 em cada ano, de 1812 a 1815 (**ARM**, *RN*, L.º 1130, f. 74 v.º - 75: 16 Mar. 1811. Idem, L.º 1135, f. 45 v.º - 46 v.º: 5 Jul. 1812). O brigadeiro Oudinot, pela pessoa de seu procurador, Estevão Teixeira de Nóbrega, comprou por 375$200 algumas benfeitorias rústicas na freg. de Santa Luzia (**IAN/TT**, ibidem, L.º 1112, f. 87 v.º - 88 v.º: 8 Jul. 1806).

[96] Idem, L.º 203, f. 82 - 83; idem, L.º 800, f. 187 v.º; idem, L.º 199, f. 41 – 41 v.º.

[97] Paulo Dias de Almeida, foi ainda encarregado do plano de nivelamento e direcção das águas do Rabaçal para a freguesia do Porto Moniz, Ponta do Pargo e suas freguesias adjacentes da Calheta (**ARM**, *GC*, L.º 724, f. 56 – 56 v.º:

Feliciano António de Matos foi promovido em 25 de Janeiro de 1809 a sargento mor "*desempenhado as respectivas funções, já no tocante a Ribeiras, já a obras interinas de Fortificação*" determinadas pelo governador da Madeira [98]. Pelas várias promoções que obteve e pelos vários serviços prestados na Madeira, requereu ao Rei, em 1816 e 1817, o posto de tenente coronel efectivo e o poder regressar a Portugal, o que segundo o Governador podia ser atendido, pois na Madeira era então desnecessário, acrescentando que "*não se lhe tenha conhecido outro prestimo que o de construir muralhas*"[99]. No entanto, foi-lhe dada a patente de tenente coronel do Real Corpo de Engenheiros e permaneceu em actividade na Madeira até 1831, ano em que se reformou e que pediu ao Rei para passar a residir em Portugal Continental [100].

O capitão Paulo Dias de Almeida acabou por casar e se radicar na Madeira [101], vindo a ser promovido em 9 de Março de 1815 a sargento mor [102] e pedindo, em 7 de Julho de 1818, o provimento no posto de tenente coronel, mas o que segundo a opinião do Governador era um abuso, pois não possuía estudos próprios de artilharia e de engenharia, numa alusão a não ter frequentado a Escola Militar ou a Academia Real. Acrescenta ainda Sebastião Xavier Botelho: "*e só com os Serviços de levantar Planos, os quais se fazião eternos, se eu os não tivera apressado, sendo assim mesmo muito duvidozo, que elles sahissem exactos*" [103].

Paulo Dias de Almeida já tinha obtido várias graduações na guarnição insular e, inclusivamente, a mercê do hábito da Ordem de Cristo e encontrando-se também na Ilha Feleciano de Matos, inclusivamente, com o cargo de sargento mor, mais antigo em praça e graduação e não inferior em merecimento ao requerente, era opinião do Governador não lhe ser concedida a mercê [104].

---

7 Ag. 1822), responsável por diversas obras de estradas, a título de exemplo da continuação da estrada do Palheiro Ferreiro para Santa Ana (ibidem, L.° 723, f. 327 v.°: 1820 / 22) e a examinar o estado, reparos a fazer e seus orçamento na estrada entre o Funchal e a Calheta (idem, L.° 724, f. 236- 236 v.°: 9 Fev. 1824). Após a apresentação da uma planta, o Governador apresentou a ideia da possibilidade de se edificar um porto para abrigo dos navios na Enseada de Abra, próxima a Ponta de São Lourenço, local apropriado pelas suas condições naturais (idem, L.° 195, f. 147 v.° - 148 v.°: 22 Mai. 1822).

[98] **ARM**, idem, L.° 203, f. 94 – 94 v.°.: 21 Jul. 1807; idem, L.° 199, f. 51 v.° - 52; idem, L.° 203, f. 120 – 120 v.°, f. 125 v.° - 126.

[99] Ibidem, L.° 200, f. 28: 5 Set. 1816; idem, L.° 202, f. 63 – 63 v.°: 24 Mar. 1817.

[100] Pediu em 5 Jul. 1823 a continuação do abono da importância do arrendamento da casa (**ARM**, *GC*, L.° 194, f. 89). O Rei concedeu-lhe 3 meses de licença em 8 Jul. 1825 para ir ao Continente tratar da sua saúde (idem, L.° 727, f. 55).

[101] O Rei diz ao Governador em 6 Ag. 1825 que se satisfaça a Paulo Dias de Almeida a renda das casas em que residia, como acontecia com o sargento mor Feliciano António Matos (**ARM**, *GC*, L.° 727, f. 63 v.°). Paulo Dias, tinha um filho e uma filha, pedindo ao Governador para que desse ao seu filho a patente de cadete do batalhão da cidade do Funchal, quando tivesse a idade própria do serviço (idem, L.° 200, f. 92: 23 Fev. 1820).). A 4 Set. 1815 as religiosas do mosteiro de Santa Clara fizeram um aforamento perpétuo ao capitão Paulo Dias de Almeida de um "*hum terreo baldio sito onde chamam os Ilheos freg. de São Pedro*" para cultivar vinhas, por 25$000; a posse foi dada a 5 Set. 1815 (idem, *RN*, L.° 1145, f. 122 – 123: 4 Set. 1815).

[102] **ARM**, *GC*, L.° 200, f. 39 v.°: 13 Jul. 1818; idem, f. 47, f. 49: 20 Fev. 1818.

[103] O Governador envia a descrição e a planta da ilha da Madeira, tirada pelo tenente coronel engenheiro Paulo Dias de Almeida, dirigida ao Soberano Congresso pela repartição da Marinha, que é cópia de outra planta que enviaram a Sua Majestade em 1817: 27 Setembro 1821 (**ARM**, idem, L.° 195, f. 85 v.° - 86 v.°: 27 Set. 1821).

[104] **ARM**, idem, L.° 202, f. 83 – 83 v.°: 7 Jul. 1818.

No entanto em 1825, Paulo Dias de Almeida pediu a confirmação da nomeação de Director Geral dos Caminhos e Estradas da Madeira [105]. Envolveu-se depois nas lutas liberais, sendo desterrado para Moçambique pelos absolutistas, na sequência da conquista da Ilha em 1828 e faleceu em Moçambique, a 4 de Setembro de 1832, com cinquenta e quatro anos de idade [106].

O porto do Funchal era um assunto debatido há muito tempo. Em 1811, no entanto, o major Feleciano de Matos e Carvalho, assim como a Real Fazenda, achavam inadmissível a sua construção pela avultada despesa que os *Cofres Reais* não poderiam suportar [107], numa altura em que a Ilha se encontrava ocupada por forças inglesas. Posteriormente, avançou-se para a proposta de construção de um cais e molhe, "*a custo de Sua Majestade*", mas tentando a participação monetária dos comerciantes madeirenses, pois "*ahi* [na Madeira] *há proprietários mui ricos que tirão muita vantagem destas obras*".

Para os estudos de construção do novo porto, o Rei enviou "*extraordinariamente*", em 1824, o brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros, **Francisco António Raposo**, que possuía larga experiência em semelhantes obras, pois tinha adquirido conhecimentos nas viagens que realizara pela Europa. Deslocou-se à Madeira com o objectivo de dar "*hum juizo definitivo antes de se arriscar o começo de huma obra tão dispendiosa, que se fosse menos acertada na sua execução, levantaria prejuízos de difficultozo, ou nenhum remedio*", examinando ainda o estado das pontes e estradas da Ilha e das fortificações "*da Cidade, e Ilhas, na combinação que offereção para a sua melhor defesa*" [108].

Após a estadia e as instruções do brigadeiro Raposo, a direcção da obra do cais e molhe ficou a cargo do sargento mor do Real Corpo de Engenheiros, **Jerónimo Martins Salgado** [109], que esteve em comissão na Madeira entre 1820 e 1827, tendo anteriormente prestado serviço no Rio de Janeiro e nas ilhas de Cabo Verde [110]. Além desta obra, desempenhava funções idênticas aos outros engenheiros aqui estabelecidos, ou seja, também estava "*encarregado das obras públicas, estradas e encanamentos das Ribeiras*" [111]. A título de exemplo, esteve sob sua inspecção a construção da

---

[105] Ibidem, L.º 194, f. 6 v.º: 15 Mai. 1821; idem, L.º 727, f. 100 – 100 v.º: 19 Out. 1825; idem, L.º 191, f. 63: 15 Jul. 1826.

[106] Idem, L.º 729, f. 195 v.º e 199 v.º - 200: em 19 Abr. 1830. Pedido de Paulo Dias de Almeida que lhe fosse concedida a reforma. Idem, L.º 192, f. 23 v.º: 21 Jan. 1831. Pedido de licença para ir para o Continente.

[107] Idem, L.º 199, f. 62 v.º - 63: 20 Mai. 1809; idem, L.º 203, f. 174 – 174 v.º: 30 Mai. 1811.

[108] Idem, L.º 725, f. 126 v.º - 128: palácio da Bemposta, 13 Set. 1824; idem, L.º 724, f. 314 v.º: 12 Out. 1824.

[109] Idem, L.º 190, f. 109 – 109 v.º; idem, L.º 724, f. 344 v.º: 16 Dez. 1824. Idem, L.º 724, f. 334 v.º, 344 - 345, 354 v.º - 355, 365 v.º, 378 v.º, 383, 389, 400: ano de 1824. Idem, L.º 191, f. 33; L.º 190, f. 120: ano de 1825 / 26. À imitação dos outros dois engenheiros em actividade na ilha da Madeira, também teve uma gratificação anual de 200$000, para pagamento da renda da casa onde residia (idem, L.º 195, f. 24: 18 Abr. 1821; idem, L.º 726, f. 45 v.º: 26 Jun. 1826). Francisco de Paula e Souza Pegado, primeiro tenente do batalhão de artífices engenheiros destacado na ilha da Madeira, estava em comissão na Ilha (idem, L.º 729, f. 205 v.º - 206: 22 Set. 1830.

[110] Idem, L.º 204, f. 13 v.º: Set. 1820; idem, L.º 195, f. 39 v.º - 40: 18 Mai. 1821. **IAN/TT**, *PJRF*F, RG, L.º 978, f. 267: 14 Mai. 1819.

[111] Idem, L.º 195, f. 57: 1821 / 23; idem, L.º 713, f. 289 v.º: 1 Jan. 1820; idem, f. 329 v.º e 330: 22 Jun. 1820.

Ponte dos Socorridos em Câmara de Lobos e o reparo de algumas das fortalezas da área do Funchal [112].

Debaixo da alçada e ordens dos referidos engenheiros estava o mestre das obras reais. A título de exemplo, Estevão Teixeira de Nóbrega, em 11 de Junho de 1819, recebeu uma portaria do governador da Madeira para orçar as obras de fortificação que lhe fossem declaradas pelo tenente coronel Paulo Dias de Almeida e o major Feleciano de Matos, e ainda nessa mesma data, juntamente com o agrimensor geral da ilha da Madeira, mediu e avaliou o terreno designado pelos engenheiros para a construção do novo paiol [113].

Estevão Teixeira de Nóbrega tinha sido nomeado em 1798, ajudante do mestre das obras reais António José Barreto [114], mas em Julho de 1807 já era chamado de mestre das obras reais [115], sendo denominado com este título em simultâneo com António José Barreto entre 1807 e 1810, talvez pelo facto de António José Barreto ser já de idade avançada e Estevão Teixeira de Nóbrega desempenhar as funções de mestre das obras reais, embora fosse na teoria apenas ajudante do referido mestre. Estevão Teixeira de Nóbrega desempenhou o cargo de mestre das obras reais até 1819 acumulando ainda o cargo de avaliador ajuramentado da Câmara Municipal do Funchal, como já referimos anteriormente, e em 1804 e 1807 o de *Fiel das Munições Reais*, também denominado de *Fiel dos Armazéns Reais* [116].

Em Julho de 1819, entretanto, foi nomeado o carpinteiro **Nicolau José Vieira** para mestre das obras públicas, "*como servia antecedentemente Estevão Teixeira de Nóbrega, e com o mesmo vencimento que este recebia*" [117]. Mais tarde, na sequência da vitória absolutista, veio a ser nomeado o mestre pedreiro **António Gonçalves Pereira**, então representante dos mesteres e juiz do povo. O representante dos mesteres alegou que fora ocupado pelos governadores do Funchal no "*serviço de pedreiro*" desde 1826, sendo representante dos mesteres na câmara do Funchal desde então e juiz do povo, em 1829.

António Gonçalves Pereira, como ferrenho absolutista e no momento de anarquia que então se viveu, foi nomeado nesse ano de 1829 capitão engenheiro e "*mestre pedreiro das obras reais, estradas e caminhos* [da Madeira] *e Inspector geral delas, como ajudante do actual engenheiro Feleciano António de Matos e Carvalho em comissão nesta ilha ou de qualquer outro*

---

[112] Idem, L.º 713, f. 330 v.º: 22 Jun. 1820; idem, L.º 191, f. 124 v.º: 19 Jun. 1827.

[113] Ibidem, f. 238.

[114] Idem, L.º 524, f. 112 – 112 v.º: 3 Fev. 1798.

[115] Idem, *RN*, L.º 1117, f. 6 - 7: 1 Jul. 1807.

[116] Idem, *GC*, L.º 713, f. 19; L.º 800, f. 66 – 66 v.º: 27 Mar. 1804; idem, f. 197 v.º: 20 Nov. 1807. Estevão Teixeira de Nóbrega, em 11 Jan. 1825 pediu 3 travetas de 10 palmos e pregos ao tenente inspector do Real Trem, tabuado para se tapar o vão do soalho, frontal e dois degraus da escada do armazém de António Caetano Aragão (idem, L.º 724, f. 355 v.º).

[117] Ibidem, L.º 713, f. 248 v.º: 30 Jul. 1819. Pelo menos em 1811 era um dos representantes dos mesteres na Câmara Municipal do Funchal: (idem, *RN*., L.º 1129, f. 148 v.º: 26 Jan. 1811; idem, L.º 1131, f. 108: 16 Julho 1811; idem, L.º 1131, f. 71: 18 Junho 1811).

engenheiro", recebendo o salário de 1$600 como recebia Estevão Teixeira de Nóbrega. No Funchal, nesta época, estava de serviço somente o engenheiro Feleciano de Matos "*porque os mais se acham refugiados e outros presos pela Alçada que Vossa Magestade foi servido ali mandar e este bastantemente avançado em idade, bem como é o Mestre das Obras Reaes* [Estevão Teixeira de Nóbrega] *achar-se tambem com perto de 90 annos, e pela mesma idade, e molestias, inapto, e incapaz de serviço algum*" [118].

Sob ordens dos membros do Real Corpo de Engenheiros de hierarquia superior, estavam os mestres das oficinas de construção de carpintaria e artilharia do Trem Real da ilha Madeira, para colaborar no que lhes fossem ordenado "*nos trabalhos braçais*", contabilidade dos materiais entrados e saídos da oficina e orçamentos de obras públicas [119].

Estevão Teixeira de Nóbrega, em 1816, enquanto mestre das obras reais, tinha requerido que o seu filho, **Vicente de Paula Teixeira**, fosse nomeado seu ajudante. O Governador achou que merecia esse posto, pois este cargo não tinha nenhum ordenado, encontrava-se vago e tendo em atenção aos muitos anos de serviço de seu pai, e pelos seus próprios merecimentos, podendo mesmo suceder-lhe, pela sua capacidade e habilidade para o desenho, principalmente em arquitectura civil "*objecto necessario para este emprego*" [120]. Vicente de Paula havia frequentado com aproveitamento a aula de desenho e pintura do Funchal e a de geometria, na qual se distinguira pelo seu talento, encontrando-se desde 1804 ligado às ordens dos engenheiros, nomeadamente aos trabalhos de desenhos das obras públicas, nos quais possuía uma grande experiência profissional [121].

As capacidades para o desenho de Vicente de Paula teriam sido reconhecidas em 1804, pelo então tenente Paulo Dias de Almeida e o assunto veio a público na ocupação inglesa. As forças militares inglesas chegaram à Madeira nos finais de 1807 como ocupantes, mas segundo a Convenção assinada depois em Londres, a 16 de Março de 1808, a governação do arquipélago da Madeira voltou ao comando português estando-lhe subordinada a jurisdição económica, a organização e a tropa de linha portuguesa. No entanto, o cargo de comando militar, foi entregue ao

---

[118] Idem, L.º 729, f. 119 v.º - 121: 8 Fev. e 7 Mai. 1829.

[119] Idem, L.º 728, f. 32 v.º - 34; idem, L.º 205, f. 136 v.º - 137. Nas 3 primeiras décadas do séc. XIX, temos conhecimento de três carpinteiros a desempenharem estas funções. Em 1814 afirmava-se que Joaquim José de Freitas serviu desde " *há muitos anos*" até cerca de 1823, altura em que faleceu (idem, L.º 205, f. 136 v.º - 137: 30 Abr. 1814; idem, L.º 201, f. 34 v.º - 35: 21 Mai. 1823). João de Freitas Martins, inicialmente serviu como ajudante do anterior carpinteiro, servindo de 1801 até pelo menos a década de 30, pois em 1827 pediu a confirmação do cargo (idem, L.º 728, f. 38 v.º - 39 v.º: 24 Jul. 1827; idem, L.º 205, f. 6 v.º - 7: 5 Out. 1801; idem, L.º 725, f. 30 v.º - 31: 15 Out. 1822). António Gomes Camacho, primeiramente serviu como segundo mestre e após 1823 por falecimento de Joaquim José de Freitas, recebendo $900 diários (idem, L.º 201, f. 34 v.º - 35: 21 Mai. 1823; idem, L.º 727, f. 52 v.º: 5 Jul. 1825; idem, L.º 728, f. 32: 11 Jul. 1827), tendo andado já nos *serviços contínuos* [carpinteiro] desde 1808; era ainda coronheiro, torneiro e serviu de condestável do Forte de Santa Catarina durante 6 anos (idem, L.º 728, f. 32 v.º - 34: Jul. 1827); foi encarregado da fábrica de pregos (idem, L.º 191, f. 51, 51 v.º), "*sendo depois demitido deste emprego pela sua fidelidade à Carta Constitucional da Monarquia, entrando só em serviço depois de proclamado na ilha da Madeira o Governo de Sua Majestade*" (idem, L.º 421, f. 103 v.º - 104: 15 Jul. 1835), voltando a ser nomeado interinamente em 20 Jan. 1837 com o vencimento diário de 1$000, como recebia (idem, L.º 73, f. 16).

[120] Idem, L.º 202, f. 58 v.º: 15 Nov. 1816.

[121] Ibidem, f. 6, 58 v.º: 1 Nov. 1813, 15 Set. e Nov. 1816; idem, L.º 195, f. 167 – 168 v.º: 31 Ag. 1822.

general inglês [122], o que gerou alguns conflitos entre estas duas autoridades, um dos quais por causa da obtenção dos desenhos das plantas da ilha que Paulo Dias de Almeida estava realizando.

O major general inglês, Robert Meade, comandante militar das tropas da Madeira, queria que lhe fossem facilitado a si e ao capitão engenheiro inglês essas plantas, com o pretexto que eram necessárias para o plano de defesa da Ilha [123]. O Governador proibiu Paulo Dias de Almeida de mostrar os referidos desenhos aos ingleses, salvaguardando assim, de alguma forma a soberania portuguesa. O comandante militar inglês, no entanto, considerava Paulo Dias de Almeida seu subordinado, por ser capitão agregado ao batalhão de Artilharia, pelo que o Governador pediu esclarecimentos ao Príncipe Regente, no Rio de Janeiro e pediu que o oficial português ficasse inteiramente sujeito ao governador português, sem dependência da outra autoridade. Obteve o apoio régio com a justificação que "*para a defeza desta Ilha, nunca pode sêr necessario a Planta exacta que della se está tirando, mas o seria apenas de alguns pontos que se quisessem fortificár-se disso se tratasse*" [124].

O general inglês Robert Meade e depois o seu sucessor, general Gordon tornearam no entanto o assunto, através do segundo tenente do batalhão de artilharia, Alexandre Teles de Menezes e o "*paisano*" Vicente de Paula Teixeira, mandando-os tirar plantas dos principais pontos da marinha da Ilha sob segredo, o que realmente suspeitava outros interesses ocultos por parte dos ingleses, nomeadamente a posse da Ilha, como refere o Governador. No entanto, este caso veio a transparecer a público a 14 de Agosto de 1813, quando Vicente de Paula "*que temeo alguma pena em logar do premio que esperava*" quando se queixou que Alexandre Teles recebia pelo referido serviço 30$000 por mês e não lhe dava nada. O tenente português, aliás filho de uma inglesa, apropriava-se e plagiava as plantas, pois dava por suas as obras de Vicente de Paula, "*involvendo tambem o capitam Paulo Dias de Almeida, (...) o qual senão tem pecado de commissão, tem-o certamente de omissão*" [125].

As Câmaras elegiam anualmente dois agrimensores para avaliarem e medirem propriedades rústicas, que sem grandes conhecimentos científicos utilizavam medidas pouco exactas formadas a seu arbítrio, como nos descreve exageradamente o Governador, "*ignorando a redução dos palmos a braças, e das polgadas a pés*", e que não eram uniformes entre os vários agrimensores, o que provocava por vezes litígios entre a população aquando das avaliações a que procediam. Para a utilidade pública criou-se o cargo de Agrimensor Geral da ilha da Madeira,

---

[122] Idem, L.º 202, f. 7 v.º - 8: 1 Nov. 1813.

[123] Idem, L.º 203, f. 176 v.º: 8 Mai. 1811.

[124] Idem, L.º 199, f. 93 v.º, 97 – 97 v.º: 17 Jan., 23 Fev. 1811; idem, L.º 203, f. 163 v.º - 164: 26 Nov. 1810; idem, L.º 198, f. 60: 12 Fev. 1812.

[125] Idem, L.º 202, f. 5 v.º - 6.

pretendendo-se que fosse dirigido por alguém que conhece-se princípios geométricos, aferi-se com exactidão as medidas para poder inspeccioná-las [126].

Após terem recusado aceitar este cargo um lente de Geometria e um outro jubilado de Matemática, o coronel Joaquim Pedro Cardoso Casado Geraldes requereu esse lugar e foi provido a 6 de Fevereiro de 1818 com o ordenado de 15$000 mensais pagos pela Junta Real, regendo-se por um regulamento provisório por ele criado [127]. Casado Geraldes era um interessante intelectual liberal, membro fundador depois de uma célebre *Sociedade Literária Funchalense*, mas desfasado da sociedade profunda insular, pelo que tal regulamento foi bastante contestado pelas câmaras da Madeira, sendo considerado "*escandalozo e arbitrario, ficou frustado e de nenhum effeito*" [128]. Por reunir as qualidades e os requisitos necessários Vicente de Paula Teixeira a 31 de Agosto de 1818 veio a ser nomeado ajudante do Agrimensor Geral [129].

Vicente de Paula, depois capitão auxiliar da Praça das Fontes, serviu às ordens dos engenheiros entre 1804 e até finais de 1830, altura em que se reformou o último dos vários engenheiros que estiveram em comissão neste início do século XIX. Foi entretanto arquitecto da Câmara Municipal do Funchal, ficando incumbido de " *dirigir as obras públicas e executar o plano de melhoramento dela, que tem feito gratuitamente, porém cercado de uma numerosa família e mui pensionado*" [130]. Tendo-se ausentado do arquipélago em 1823, o coronel Joaquim Geraldes, para ocupar o lugar de Cônsul Geral da França, o cargo de agrimensor geral encontrava-se vago, passando Vicente de Paula em 1828 a servir no cargo de agrimensor geral e de arquitecto da Câmara com o ordenado diário de 1$000, mais o vencimento de agrimensor de 15$000 mensais [131].

Vicente de Paula foi autor do risco do *Monumento Patriótico* que se erigiu no dia 28 de Janeiro de 1822, para perpetuar os factos da *Nova Regeneração política* [132], referindo-se que o monumento o "*qual póde ser uma estatua equestre, pela gratidão desses povos, pelos incomparáveis beneficios geralmente recebidos*" de D. João VI [133]. Posteriormente, desde 1835 e até pelo menos 1847, nesse ano na vigência de governador do futuro conselheiro José Silvestre

---

[126] Idem, L.º 198, f. 103: 16 Set. 1814.

[127] Idem, L.º 202, f. 52 v.º - 53: 8 Mar. 1816; idem, L.º 525, f. 115 v.º: 6 Fev. 1818; idem, L.º 200, f. 43: 25 Fev. 1818; idem, f. 44 v.º: 6 Fev. 1818; idem, L.º 202, f. 92: 26 Ag. 1818. Joaquim Pedro Cardoso Geraldes, tenente coronel de milícias, veio degredado para a Madeira por acórdão da Relação de Lisboa de 23 Fev. 1811, por ter aderido ao Governo Francês ao servir de interprete a alguns generais, acabando o seu degredo em Jul. 1820 (idem, L.º 204, f. 3 – 3 v.º). Antes de ser nomeado Agrimensor Geral servia no lugar de Interprete de Línguas do Governo da Madeira, sem vencimento algum (idem, L.º 202, f. 82 v.º - 83, 97 v.º). Pediu ainda a mercê do Habito da Ordem de Cristo, o que parece não lhe ter sido concedido (idem, L.º 202, f. 97 v.º e 101 v.º: 1 Dez. 1818).

[128] Idem, L.º 728, f. 118 v.º - 119 v.º e L.º 729, f. 84 v.º: 23 Mai. 1828.

[129] Idem, L.º 205, f. 178 – 178 v.º; idem, L.º 525, f. 115: 31 Ag. 1818.

[130] Recebendo 1$000 diariamente entre 1804 e 1822. (**ARM**, idem, L.º 195, f. 167 – 168 v.º: 31 Ag. 1822).

[131] Idem, L.º 729, f. 84 - 85: 7 Mar. 1828; idem, L.º 728, f. 118 v.º - 119 v.º: 23 Mai. 1828, idem, L.º 194, f. 129 – 129 v.º: Mar. 1824.

[132] Idem, L.º 195, f. 167 – 168 v.º: 31 Ag. 1822.

[133] Idem, L.º 197, f. 22 – 22 v.º: 28 Abr. 1822.

Ribeiro, exerceu funções de director das obras públicas da *Província* da Madeira, desempenhando as funções antigamente a cargo dos engenheiros [134]. No seu rol de funções também constava a vistoria e orçamentos das obras realizadas nas igrejas. A título de exemplo, examinou e orçou a obra que era necessário fazer para o reparo da capela mor e corpo da igreja paroquial dos Prazeres que se tinha abatido [135].

2.4. Contexto das obras nas igrejas

Na madrugada de 31 de Março para 1 de Abril de 1748, a Madeira foi abalada por um terramoto, que danificou o paço episcopal, a alfândega do Funchal e quase todas as igrejas matrizes, entre outros edifícios civis. A ocasião foi aproveitada pelo bispo do Funchal, D. João do Nascimento, que ocupava nessa altura também o lugar de governador, para efectuar uma série de obras, não só no paço episcopal, transferindo-se então para São Lourenço com toda a sua família e pessoal, como em algumas das igrejas matrizes, dadas como muito danificadas e que foram então alvo de profunda remodelação [136].

A igreja de N.ª S.ª do Monte, construída havia poucos anos, não teria resistido e "*experimentara conçideravel ruina (...) em diversas partes de suas paredes abrira fendas pequenas e huma grande atravessada no frontespício, do qual saltara fora o cruzeiro, fazendoçe em pedaços, como tambem o muro do adro*" [137]; a ermida de N.ª S.ª da Boa Hora, em Câmara de Lobos ficou com as paredes "*todas abertas e arruinadas*", as ombreiras da porta "*fora do lugar*" e a "*parede detrás do altar*" caída [138]; a igreja de São Lourenço, na Camacha experimentou a "*ruína da parede das costas da capella mor (...) que caindo desmanchara o Altar mór* [de talha dourada], *e quebrara as Imagens*" [139].

---

[134] Idem, L.° 405, f. 6 v.°: Dez. 1835; idem, L.° 720, f. 111 v.°, 139 v.°; idem, L.° 720, f. 113 v.°: 19 Ag. 1835; idem, L.° 73, f. 87 – 87 v.°: 3 Ag. 1847; idem, L.° 93, f. 13 v.°: Jun. 1841. Entre 1834 e 36, esteve encarregado entre outras obras, dos reparos das ruínas das ribeiras provocadas pelo Inverno de 1835; a título de exemplo esteve encarregado da direcção da muralha da ribeira da Ponta do Sol e na Ponte e ribeira do Seixal (idem, L.° 720, f. 111 v.°, 113, 139 v.°, f. 141, 161 v.°), procedendo a vistorias de obras, avaliações de casas (idem, f. 159 v.°, 162; idem, L.° 721, f. 96 v.°); encarregado da direcção de várias estradas (idem, L.° 720, f. 176 – 176 v.°, 180 v.°; idem, L.° 721, f. 233 v.°; idem, L.° 405, f. 2, 15, 17, 26 v.°, 43, 51 v.°). Em 1822 aprovou o plano para o Mercado, projectado para São Sebastião (idem, L.° 195, f. 167 –168 v.°: 31 Ag. 1822).

[135] Idem, L.° 405, f. 45; idem, L.° 720, f. 182 v.°: 1 Jul. 1836.

[136] **IAN/TT**, PJRFF, RG, L.° 973, f. 65 – 65 v.°: 20 Set. 1749. Sobre o terramoto de 1748, vide Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., pp. 424-429 e "Os mestres das obras reais no séc. XVIII e a reconstrução do Paço Episcopal", art. cit., pp. 18 - 24.

[137] Ibidem, f. 57 – 57 v.°: Lisboa 5 Set. 1749.

[138] **ARM**, *JRC*, cx. 19, proc. 4. Cit. Jorge Valdemar Guerra, "Breves apontamentos acerca do morgado Torre Bela em Câmara de Lobos", in rev. *Girão*, n.° 5, 1990, p. 211 - 216, cit. in Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 425.

[139] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 973, f. 103 v.° - 104: Lisboa 3 Jul. 1750.

Ainda ficaram danificadas a igreja de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas [140]; de N.ª S.ª da Conceição, no Porto Moniz [141]; São Tiago, no Funchal [142]; a igreja e convento de N.ª S.ª da Piedade em Santa Cruz [143]; a Sé que abriu algumas fendas na torre [144]. Ainda N.ª S.ª do Calhau, no Funchal, que se perdeu quase que totalmente, não tendo recuperação possível; Santo António, também no Funchal; N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água; N.ª S.ª da Conceição, no Porto Moniz, sendo estas duas últimas as mais necessitadas, embora a de N.ª S.ª do Calhau, dado servir uma das áreas mais densamente povoadas da Madeira, não pudesse "*esperar dilatado tempo*" [145].

D. Fr. João do Nascimento não perdeu tempo em escrever para Lisboa, lembrando que cabia ao Rei pagar o reparo das igrejas, através do almoxarifado e da alfândega do Funchal, face à situação do espiritual do arquipélago da Madeira estar consignado à Ordem de Cristo [146]. Face à situação, o Conselho da Fazenda mandou examinar as igrejas que careciam de mais urgente reparo e facultou em 1750, até 50$000, para o reparo de qualquer igreja paroquial, para assim evitar maior ruína [147], sendo a maior fatia das verbas da Fazenda aplicadas "*para a factura e reparo de várias Igrejas que o terremoto que houve na dita Ilha poz quasi no chão*" [148].

A situação de ruína de algumas igrejas recentemente edificadas, colocou à vista que por vezes, os pedreiros tentavam economizar nos gastos dos materiais, "*baixavam tanto de preço que para ficarem utilizados faziam Igrejas com pouca fortaleza de que naçia durarem poucos anos, em grave prejuízo da Fazenda Real*", ficando as paredes mais finas e frágeis, pelo que até as igrejas construídas recentemente, não haviam resistido aquando do terramoto. D. João V ordenou assim que em caso de ruína, a situação seria remediada à custa do mestre pedreiro que fizera a obra e o Conselho da Fazenda ordenou ao mestre das obras reais para verificar se estavam sendo construídas com a segurança necessária, e caso não, dar conta para se proceder contra os mestres [149].

Perante estas igrejas mal construídas o Rei, em 8 de Março de 1751, remeteu um *Regimento* constando como deveriam ser edificadas as igrejas e um *Regimento* de como deveria actuar o mestre das obras reais. D. João V determinou então que as obras se arrematassem a mestres

---

[140] Idem, f. 102 v.° - 103: Lisboa 30 Out. 1750.

[141] Idem, f. 253: Lisboa 29 Jan. 1755, Fch. 8 Mar. 1755.

[142] **ARM**, *CMF*, L.° 1353, *Vereações, 1766 - 1768*, f. 20. Vereação de 19 de Fev. 1766. Cit. ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 255; idem, vol. V, p. 445.

[143] Manuel Juvenal Pita Ferreira, "Notas para a história da freguesia de Santa Cruz", rev. *DAHM*, n.° 19 e 20, Fch., 1955, p. 50 - 51.

[144] Idem, *A Sé do Funchal*, 1963, Funchal, p. 18.

[145] Ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 428 - 429.

[146] Carta do bispo do Funchal enviada ao Rei sobre a reconstrução dos Templos arruinados pelo terramoto de 1748: **ARM**, microfilme 719 (cota *APEF*, doc. 110 – O, f. 1 – 5 v.°: 13 Ag. 1750).

[147] **IAN/TT**, ibidem, f. 103 v.° - 104: Lisboa 18 Nov. 1750, Fch., 3 Jul. 1750. Idem, f. 140, 149: 6 Mai., 3 Dez. 1751.

[148] Ibidem, L.° 974, f. 8 v.° - 10 v.°: Lisboa 25 Set. 1755, Fch., 9 Out. 1756.

[149] Idem, L.° 972, f. 123: Lisboa, 20 Nov. 1744.

abonados e as que excedessem 400$000, a mestres que tivessem servido na casa dos Vinte e Quatro, que realizassem as obras pelos preços que ajustaram; em cada uma das obras arrematadas o mestre das obras reais deveria fazer "*uma planta, sendo a dita obra nova, ou um papel de apontamentos, se ela consistir só em reparações*" para servir de regra nas arrematações e para se julgar depois da obra estar feita, se o mestre arrematador cumpriu em tudo o que estava estipulado; não esquecendo as determinações de como seriam medidas as espessura das paredes e a qualidade dos materiais a empregar. Quanto às "*obras de escultura, assim em pedra, como em madeira, (...) estas se poderão arrematar à vista de debuxos que delas se fizerem, por lanços fechados, que sejam respectivos à justa estimação que mereçam. E o mesmo se obrará nas obras de pintura*" [150].

Neste contexto e na sequência do terramoto, com as necessidades da época e o aumento da população, as igrejas da Madeira na segunda metade do séc. XVIII, foram-se alvo de numerosas obras, numa campanha sem precedentes na Região. Para o seu recheio foram ainda executadas uma série de obras de talha e pintura, executadas essencialmente por mestres madeirenses, que iremos abordar mais detalhadamente nos capítulos seguintes [151]. Para melhor nos enquadrarmos no contexto artístico da Madeira, refira-se que vários mestres de uma velha geração de entalhadores de finais do século XVII e primeira metade do XVIII, foram autores de vários e excelentes retábulos de talha barroca realizados na Madeira, entre os quais se deve destacar Francisco Martins, Manuel da Câmara (pai e filho), João Rodrigues, João de Freitas [entalhador ?] [152], Agostinho de Almeida, Manuel Pereira e o açoriano Julião Francisco Ferreira, tendo este último ainda trabalhado em 1770 / 71 na capela de N.ª S.ª da Boa Morte da igreja de São Pedro, no Funchal [153].

Em finais da década de 60 do século XVIII, a par de alguns entalhadores da velha geração, começa a surgir na ilha da Madeira uma nova geração de pintores, douradores, carpinteiros e entalhadores, alguns deixando descendência e que irão continuar com os mesmos ofícios de seus pais até as primeiras décadas do século XIX, sendo todos juntos, os responsáveis pela feitura dos

---

[150] Idem, L.º 973, f. 238 v.º - 239. Cit. ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 429 - 431 e vide o documento publicado na íntegra in Rui Carita "Os mestres das obras reais no séc. XVIII ....", in rev. *Islenha*, n.º 17, já cit., p. 18 - 24.

[151] Na segunda metade do séc. XVIII edificaram-se as igrejas de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água; Santo António, no Funchal; Santo António da Serra, no Santo da Serra; N.ª S.ª da Conceição, no Porto Moniz; N.ª S.ª das Neves, nos Prazeres; São João Baptista na Fajã da Ovelha; São Brás, no Arco da Calheta; N.ª S.ª do Faial, no Faial, N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; etc.

[152] João de Freitas arrematou em 1756, por 178$000 o douramento do altar da ig. de São Sebastião, situada no Caniçal (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 974, f. 36: 18 Nov. 1757. Este valor foi considerado elevado pelo Conselho da Fazenda, sendo novamente posto à arrematação). Refira-se que esta ig. tinha sido edificada nesta década por volta de 1750, por a anterior igreja ser muito pequena e se encontrar arruinada. Foi orçada em 2:708$435 e arrematada por 2:200$000 sendo novamente mandada pôr a lanços uma segunda vez (ibidem, L.º 972, f. 179: 15 Mar. 1746; idem, f. 248 v.º: 1 Mar. 1748).

[153] **ARM**, *GC*, L.º 227, f. 11 v.º, 13 v.º. O entalhador Julião Francisco Ferreira em 1769 foi test. juntamente com Ambrósio Marques Caldeira, numa escritura de acrescentamento de arrendamento que fez Manuel José da Câmara Bettencourt (representado por seu filho e procurador Laureano Francisco da Câmara Falcão), morador na vila do Porto, na ilha de Santa Maria, nos Açores, a Francisco Manuel Jardim, Familiar do Santo Ofício (Ibidem, *RN*, L.º 2239, f. 106 - 108: 3 Jul. 1769).

trabalhos de talha e pintura com características que diferem já das do período barroco, denotando deste modo o declínio daquele até surgir verdadeiramente o período e gosto neoclássicos, ou seja o período do rococó na Madeira. Desta nova geração de mestres, grande responsável pelas mudanças artísticas, através dos seus contributos na feitura de *riscos* e direcções de obras de talha para retábulos neste período, destacamos o entalhador / mestre das obras reais Estêvão Teixeira de Nóbrega, juntamente com diversos pintores / douradores: António da Trindade da Cruz, José Agostinho da Costa, José António da Costa "*que nesta Ilha* [da Madeira] *tem feito algumas obras de sua arte com perfeição*" [154], Filipe Caetano da Trindade e Silva, o pintor Nicolau Ferreira Duarte e o pintor e mestre das obras reais João António Vila Vicêncio.

[154] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 974, f. 24 – 24 v.º: 7 Jun. 1749. Em 1749, juntamente com o mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins orçaram em 209$600 (madeira, tintas, ouro e trabalho dos oficiais) as molduras para os quatro painéis para as paredes laterais da capela mor da igreja de São Pedro, no Funchal e "*uma janela fingida*", informando ainda as medidas dos nichos e da boca da tribuna para se mandar fazer em Lisboa o painel e imagens para os respectivos lugares.

3. A talha rococó

3.1 O continente português, influências e condicionantes do rococó europeu

Em meados do século XVIII, a Europa ainda vivia sob a influência do pensamento barroco, movimento cultural gerado a partir do Concílio de Trento (1545 – 1563). As resoluções tomadas na sessão XXV daquele Concílio, embora só uma tivesse sido dedicada às artes e subordinada ao tema *«Da Invocação, Veneração, e Relíquias dos Santos, e das Sagradas Imagens»* e publicada, a mesma produziu um enorme efeito na arte religiosa. A resolução em causa, ordenando aos fiéis a "*Inclinação para venerá-las mas sem que por elas se manifeste adoração, que só a Deus se deve dirigir*", mas insistindo: "*Quem venera uma imagem venera a pessoa que ela representa*" [155], desencadeou todo uma nova maneira de estar perante as igrejas e capelas e, por conseguinte, dos altares e das suas imagens.

As imagens deviam possuir rigor iconográfico de modo a serem facilmente identificadas. A função das imagens foi definida em Trento como sendo de natureza essencialmente pedagógica, procurando fazer passar a mensagem religiosa através de sinais que apelassem à emotividade, devendo instruir os crentes na "*intercessão dos Santos, sua invocação, veneração das Relíquias, e legítimo uso das Imagens»; devendo-se evitar imagens de «formusura dissoluta»*" [156]. A hierarquia da Igreja vigiava este programa ao mesmo tempo que a frequente publicação de constituições sinodais, informava o clero e dava força de lei às resoluções tomadas.

O Concílio de Trento refutou o ataque da idolatria realizado pelo Protestantismo. A ameaça protestante ao poder da doutrina católica, deu azo a choques políticos e religiosos e, em vez de uma esperada reforma, deu origem à Contra-reforma. Tentou-se então disciplinar o movimento artístico cristão e, embora dando origem a um novo e interessante movimento na imaginária religiosa europeia, o Barroco, também desenvolveu um certo *academismo* na arte, com uma forte censura. Este estilo, caracteriza-se pela profusão de imagens, onde cada espaço é preenchido por anjos, santos, motivos florais, conchas, pinturas e uma infinidade de motivos decorativos, todos dispostos simetricamente. Esta expressão artística denuncia, tanto nas artes plásticas como na literatura, um pensamento de carácter conturbado, discursivo e conflitante, fruto de uma certa insegurança ideológica causada pela Contra-reforma.

Em oposição à vitalidade e movimentação do Barroco, surgiu depois o Rococó, uma arte aristocrática e da classe média superior, que expressava o espírito, os interesses e os hábitos da aristocracia palaciana através da sua delicada elegância, fragilidade e graça, de um caprichoso

---

[155] Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa – Do barroco à contemporaneidade*, vol. 3, Temas e Debates, 1995, p. 26.

[156] Ibidem.

decorativismo e inspiração fantasista e mundana. Portanto, em contraste com a arte Barroca, o Rococó ganhou em preciosismo e brilho, em encanto gracioso e caprichoso, mas também em ternura e espiritualidade. Por um lado torna-se a arte de sociedade por excelência, mas por outro, aproxima-se da predilecção pelas formas miniaturais, características da classe média. No tempo de Luiz XIV a nobreza da corte ainda ostentava um ideal de perfeição heróica e racional, se bem que na realidade vivesse principalmente para o prazer. No tempo de Luiz XV a própria nobreza professa um hedonismo que estava em harmonia com o ponto de vista e maneira de viver da burguesia rica, o que de certa forma a nível ideológico o Rococó é incompatível com os ideais da religião e da fé cristã [157].

O Rococó é um estilo de certa forma eminentemente francês, a começar pela sua denominação, que surgiu num sentido depreciativo a partir do termo francês "*rocaille*" (concha), elemento profusamente usado na época e estilizado pelos decoradores e ornamentistas. O termo depois foi usado para designar o novo estilo surgido em França, depois da morte de Luís XIV e sobretudo durante o reinado de Luís XV. Para além da reacção aos excessos de solenidade e pompa cortesã que marcaram o reinado de Luís XIV, o novo gosto caracterizou-se pelo alargamento da arte a alguns sectores da burguesia (que dela se encontravam excluídos), e a influência das novas ideias filosóficas do século das Luzes conduziu à procura do que é "*verdadeiro*" e natural, por oposição ao que era ilusório e pretendia impressionar [158].

O estilo Rococó, predominante nas artes europeias dos meados do século XVIII, veio a atenuar-se e finalmente a desaparecer nas duas últimas décadas do século, quando surgiram as primeiras manifestações do neoclassicismo, inspiradas, como as artes renascentistas, na Antiguidade Clássica Greco-romana. O Rococó representa, dentro de certos limites, a última fase do processo iniciado na Renascença, na medida em que conduziu à vitória do princípio dinâmico e libertador. Tratou-se do natural desenvolvimento do Barroco através da continuidade ou da ruptura, preparando o caminho para as novas alternativas artísticas e corroendo na base o classicismo do último Barroco [159].

Na generalidade, o Rococó caracteriza-se por curvas caprichosas, uma certa rebeldia, formas assimétricas e uma delicadeza dos elementos decorativos, demonstrando um certo cansaço à profusão de imagens e até em relação à vida em geral. A concha é o motivo decorativo mais usado, assimétrica e adaptando-se a todas as superfícies, evoluindo para "*asa de morcego*" e sendo acompanhada de folhas de acanto, grinaldas, trepadeiras e outras variedades de flora. O Rococó

---

[157] Sobre os aspectos da origem, características, evolução e difusão o Rococó na Europa vide: Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003, p. 23 – 49, 51 – 97. Arnauld Hauser, *História social da arte e da cultura – Rococó, classicismo e romantismo*, vol. IV, Estante editora, Lisboa, 1989, pp. 45 - 47.

[158] Nelson Correia Borges, *História da Arte em Portugal, do Barroco ao Rococó*, Publicações Alfa, vol. 9, Lisboa, 1986, p. 91.

[159] Arnauld Hauser, ob.cit., pp. 46 - 47.

visava a graça, a elegância, o requinte, o exótico, a alegria e a felicidade de passar deste mundo para a vida eterna [160].

Face à prosperidade económica e à estabilidade política que se vivia no continente europeu, o Rococó irradiou-se pela Europa e chegou a Portugal na época joanina, sobretudo a partir do mobiliário francês. Em Portugal, nos começos do século XVIII, a talha continuou a fazer-se segundo esquemas composicionais da centúria anterior, numa continuidade do denominado "*estilo nacional*" cujos elementos, nunca desapareceram da talha portuguesa apesar das alterações "*estilísticas*" de setecentos. Em Portugal, o Rococó foi um estilo de ruptura com a sublime grandiosidade do barroco, muito embora uma separação radical entre ambos seja difícil de fazer. Há continuidades e promiscuidades formais entre ambos os estilos, por exemplo, o Rococó, nomeadamente na talha, nem sempre se libertou da ostensiva valorização da matéria. No entanto, oferece uma temática com um naturalismo acentuado, de sinal anti-clássico e sentido mais estilizado [161].

Com o reinado de D. João V (1706-1750) as obras de talha continuaram a dominar o panorama artístico português, com o chamado "*estilo joanino*". Este Rei, apoiado nos "*quintos do Brasil*", importou artistas estrangeiros (franceses e italianos) e inúmeras obras, provocando uma mudança, sobretudo na gramática decorativa essencialmente virada para o Barroco romano. Por vezes aparecem peças trabalhadas "*à romana*", alargando-se o vocabulário decorativo às conchas, feixes de plumas, grinaldas, festões e flores de toda a espécie, substituindo lentamente os ícones canónicos do período Barroco, sobretudo os cachos de uvas, mas mantendo-se o tipo de coluna salomónica, embora com o terço inferior estriado [162].

Apesar de introduzida em Portugal por arquitectos e escultores estrangeiros, impôs-se por todo o país como manifestações de arte rica e atraente, assemelhando nas diversas províncias tradições e motivos locais expressos em plantas, frutos, animais, flores e aves, revelando-se principalmente na exuberância da talha dos altares. Contrariamente aos exteriores das igrejas, nos interiores o Barroco e o Rococó tiveram uma grande adesão, sobretudo nos retábulos de talha dourada, que associada ao azulejo alcançou uma expressão e originalidade especificamente portuguesa, ultrapassando muitas vezes a sua função decorativa, deixando de se circunscrever aos altares, estendo-se aos púlpitos, janelas, móveis, molduras e tectos, chegando ao ponto de ser uma das condicionantes da arquitectura.

Em Portugal, no período Rococó surgiram várias manifestações regionais com um cunho próprio que exprimem correntes artísticas opostas. Por exemplo, na zona de Lisboa a decoração é denominada entre o estilo pombalino e um classicismo severo, enquanto que na zona do Minho

---

[160] Flavio Conti, *Como reconhecer a arte rococó*, edições 70, Lisboa, 1978, p. 3.

[161] Paulo Pereira (direcção de), ob. cit., p. 112.

[162] Ibidem, p. 108. Idem, Nelson Correia Borges, idem, pp. 7 – 8 e 48.

surge uma versão monumental do Rococó português, caracterizado pelo seu grande vigor, pela talha gorda, de influência dos gravadores de Ausburgo [163]. O reinado de D. José I marcou o desenvolvimento pleno do Rococó, alcançando o seu maior esplendor, vindo a prolongar-se pela época de D. Maria I e mesmo durante inícios do século XIX.

A partir do século XVI, com as novas directivas do Concílio de Trento, no interior das igrejas e com intenção pedagógica e de dignificação do culto, vulgarizou-se ao longo das naves a colocação de retábulos de talha dourada, destinados a enquadrarem pinturas e imagens. Daí o grande número de edificações de altares laterais nas naves dos templos durante os séc. XVII e XVIII, que se restringiam nos séculos anteriores somente à capela mor e à área do transepto.

A talha, uma das formas artísticas mais beneficiadas pelo ambiente religioso da Reforma católica, conheceu a partir do século XVII e até inícios do XIX, uma grande produção favorecida pelas "*potencialidades simbólicas do dourado que recria uma antevisão do próprio Céu, oferecendo ao crente a visão da eternidade*" [164] e, ao mesmo tempo, uma expressão narrativa permitindo apresentar para além de outros elementos decorativos, alguns dos símbolos do catolicismo como os relacionados com a Eucaristia.

3.2. O arquipélago da Madeira

3.2.1. Entalhadores em actividade

A mão de obra do ofício de entalhador no arquipélago da Madeira era auto suficiente para as exigências das encomendas regionais, até pela quase impossibilidade da importação desse tipo de obras em madeira, que provenientes de outros climas e obrigadas a uma viagem por mar, alteravam irremediavelmente as suas dimensões, não se adaptando depois aos espaços a que se destinavam. Na sua generalidade os entalhadores eram madeirenses, à excepção de dois casos conhecidos, o de **Miguel Francisco da Câmara** e do veterano **Julião Francisco Ferreira**, que eram naturais do arquipélago dos Açores. Os entalhadores e ofícios similares, tais como carpinteiros, pertenciam à confraria de São José, erecta na Sé do Funchal [165].

Os retábulos e outras obras de talha eram encomendadas mediante um processo em que os encomendantes, oficiais ou particulares, lançavam a obra em risco com um preço base, nas obras oficiais, dada pelo oficial de entalhador da provedoria da Fazenda Real e aprovada pelo mestre das obras reais. Depois era arrematada por um mestre pelo lanço mais baixo, e geralmente lavrava-se num notário um contrato entre as duas partes com dois fiadores, geralmente homens do mesmo

---

[163] Nelson Correia Borges, ob. cit., p. 92.

[164] Paulo Pereira (direcção de), ob. cit., p. 22.

[165] Rui Carita, "A confraria de S. José da Sé ....", art. cit., pp. 61 - 70.

ofício ou afim, tais como pintores, douradores, pedreiros e carpinteiros. O entalhador obrigava-se a cumprir o trabalho dentro de um determinado prazo, sendo-lhe pago em três ou quatro prestações a quantia ajustada, à medida que se desenrolava a feitura da obra. As confrarias, por vezes, em vez de lançarem a obra à arrematação, contratavam um mestre para realizar a obra pretendida. Terminada a obra, ficava sujeita à aprovação do mestre das obras reais, a fim de vistoriá-la, quando se empregava na obra dinheiros da Fazenda.

Alguns entalhadores tinham discípulos a aprenderem o ofício, ou simplesmente a ajudar no entalhamento, pois, por vezes o prazo de entrega assim o exigia e sempre era mão de obra mais barata, do que pagar somente a entalhadores. Segundo Robert Smith, um aprendiz depois de ter completado a aprendizagem e ter trabalhado como oficial durante cinco anos na tenda do mestre, podia requerer o exame perante os dois juizes do ofício, eleitos anualmente pelas Câmaras [166]. Em finais da década de 60, aquando da feitura do sacrário da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, além de outros mestres entalhadores, trabalharam **Estevão Teixeira de Nóbrega** e um seu discípulo [167]; aquando da feitura dos estuques na igreja de Santo António, no Funchal, referia-se vários estucadores a trabalharem com seus discípulos, nomeadamente o estucador **Manuel Luís**, ganhando $700 por dia e dois discípulos, um a $500 e outro a $200; **Francisco Luís** a $550 e seu discípulo Jacinto, a $500 e outro mais pequeno a $200; o carpinteiro **José dos Reis** a $550 e um discípulo, a $050 e o entalhador **António de Agrela** a $700 e a $500 e um seu discípulo, a $300 [168].

Para além das obras de talha, os entalhadores por vezes arrematavam obras de carpinteiro, pedreiro e realizavam obras de estuque, tendo assim várias fontes de rendimento [169]. Em finais da década de 60 e inícios de 70 encontramos alguns mestres a trabalharem em talha, tais como: os entalhadores **António José**, **António João**, **Manuel Francisco Gomes**, o alimpador **João de Nóbrega** e o escultor **Agostinho José Marques** [170], que trabalharam na talha da capela do

---

[166] Prudêncio Q. Garcia, *Documentos para as Biografias dos Artistas de Coimbra*, Coimbra, 1923, p. 57. Cit. Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1962, p. 12.

[167] Manuel Gonçalves Pita, "O sacrário da igreja de Nossa Senhora da Graça", in rev. *Girão*, n.º 5, 2.º semestre 1990, p. 217.

[168] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 32 v.º, 33, 34 v.º.

[169] Em 1787 o entalhador António de Agrela arrematou por 800$000 a obra de pedreiro, de protecção à igreja da ribeira da Madalena do Mar (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 427, f. 10). O entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega arrematou a obra de pedreiro e carpinteiro da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos: arrematação do altar mor e retábulo em 849$000: idem, f. 38 - 42; arrematação da obra geral em 12:000$000: 27 Mai.; nova arrematação em 12:212$000: 15 e 17 Fev. 1791. (ibidem, f. 38 - 42).

[170] Encontramos um casamento referente a Agostinho José Marques, não sabemos se é o escultor em causa, mas aqui fica a hipótese muito provável em o ser, porque no período em estudo consultamos os Registos Paroquiais da Madeira e não encontramos outro indivíduo homónimo. Agostinho José Marques era natural da freguesia da Sé e morador em Santa Luzia, f.º de Pedro José Marques (natural de Santana) e de Antónia Maria (natural da freguesia de São Pedro, do Funchal). Casou com Francisca Teodora Perpétua Souto Maior, natural de São Vicente, f.ª de Francisco Machado Correia (natural da freguesia da Sé) e de Maria Rosa Souto Maior (natural de São Vicente). Foram testemunhas do casamento, o irmão do nubente, o reverendo Doutor Manuel José da Rosa e o provedor e contador da Fazenda Real, Domingos Afonso Barroso (**ARM**, *Sé, Funchal, Casamentos*, L.º 61, f. 30 v.º : 26 Fev. 1775).

Santíssimo, na Sé do Funchal, entre 1769 e 1771 [171]. O mestre **João Nóbrega** também trabalhou com o seu discípulo em 1771 / 1772, na talha da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, no Funchal [172]. Nesta capela laborou ainda **Manuel João** que *alimpou* a obra do sacrário da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos [173] e **António Mendes** que trabalhou também no entalhe de mesmo sacrário [174].

Já na década de 70 do século XVIII a inícios do século XIX, encontramos vários entalhadores, alguns dos quais com actividade documentada assiduamente. O entalhador **Estevão Teixeira de Nóbrega**, também apelidado de carpinteiro e que como já tivemos oportunidade de referir, desempenhou o cargo de mestre das obras reais, foi um dos entalhadores mais influentes na realização das obras rococós na Madeira, dado o seu largo período de actividade em que dirigiu e executou inúmeras obras de talha [175].

O entalhador **António de Agrela de Azevedo**, residente nos Moinhos, na freguesia de São Pedro do Funchal era descendente de uma família originária da Calheta [176]. Realizou algumas obras de talha e estuque em finais do século XVIII e inícios de XIX. Por exemplo, em 1790

---

[171] Padre Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., pp. 258 - 259.

[172] **ARM**, *GC.*, L.º 227, f. 13 v.º, 16 v.º, 17 v.º.

[173] Manuel Gonçalves Pita, art. cit., p. 217. **ARM**, *GC.*, L.º 227, f. 13 v.º, 15 v.º, 16 v.º, 18 v.º.

[174] Ibidem.

[175] Sobre o seu ofício de mestre das obras reais, vide o capítulo 2.3 referente aos engenheiros e mestres das obras reais em actividade na Madeira em finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX. Refira-se que Estevão Teixeira de Nóbrega, por exemplo, trabalhou na talha de diversas igrejas: ig. do Monte, no Funchal; ig. de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas; capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. de São Pedro no Funchal; de Santo António, no Funchal; do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço; de São Salvador, em Santa Cruz; de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; da Santíssima Trindade, na Tabúa; de São Martinho, no Funchal; Sé do Funchal; do convento de São Francisco, no Funchal; de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo; etc., como iremos ter oportunidade de observar mais detalhadamente ao longo do capítulo dedicado à talha na Madeira.

[176] António de Agrela de Azevedo, era f.º de António de Agrela e de sua esposa Angela Maria da Ascensão, ambos naturais do Arco da Calheta. Era neto paterno de José de Agrela, natural do Estreito da Calheta e de sua mulher Beatriz de Azevedo, natural do Arco da Calheta e materno de Francisco Gomes Jardim, da freguesia da Calheta e de sua esposa Maria da Ascensão da dita freguesia do Arco. Casou a 10 de Nov. de 1777 com Joana Maria Coelha, natural da freguesia da Ponta do Sol, f.ª de Manuel António Garcês e de sua esposa Isabel Teixeira, neta materna de Manuel Fernandes Coelho e de sua esposa Isabel de Jesus, todos naturais da freguesia da Ponta do Sol. Foram testemunhas no casamento, o cónego da Sé João Francisco de Ornelas e José Pestana Teixeira. (**ARM**, *São Pedro, Casamentos*, L.º 122, f. 193 v.º: 10 Nov. 1777). António de Agrela morava no sítio dos Moinhos, na freguesia de São Pedro do Funchal (idem, *RN*, L.º 2188, f. 102 v.º - 103: 12 Nov. 1792). Por diversas vezes constamos a sua presença em actos notariais juntamente com pessoas associadas ao seu ofício, por ex.: foi test. juntamente com o carpt. Estevão Teixeira de Nóbrega (ibidem, L.º 2185, f. 39 v.º: 16 Mar. 1790); test. juntamente com Vicente Ferreira da Silva, no contrato entre o pintor Filipe Caetano da Trindade para fazer um altar para a confraria de São Jorge da Sé (idem, L.º 2066, f. 125 - 126: 25 Set. 1797); assinou juntamente numa escritura, com o marceneiro João António de Agrela, provável familiar (idem, L.º 2076, f. 23 v.º: Abr. 1799). Foi ainda test. em outros actos notariais (idem, L.º 2184, f. 51 v.º: Maio 1788; ibidem, idem, L.º 2188, f. 102 v.º - 103: 12 Nov. 1792), numa venda do morgado António Norberto Carvalhal Esmeraldo e sua esposa D. Quitéria Narciza do Monte Falcão a Francisco Gonçalves Monte e António Gonçalves P.', da freguesia dos Prazeres (idem, L.º 2224, f. 82 - 83: 23 Fev. 1795) e assinou a rogo de Mariana Rosa por não saber assinar, numa escritura de reconhecimento de dívida que esta fez juntamente com seu marido, António Gomes, moradores na Rochinha, a Manuel Teixeira de Almada (idem, L.º 2218, f. 46 - 47: 1 Jan. 1794). Foi procurador de várias pessoas: de Rosa Maria, esposa de Manuel António do Nascimento, moradores no beco dos Aranhas, no Funchal, com poderes para arrecadar todas as dívidas que se lhe deviam nas partilhas amigáveis que pretendia fazer com seu marido (idem, L.º 2217, f. 22 v.º: 13 Out. 1793; idem, L.º 2224, f. 62 - 63: 9 Fev. 1795); de Joana Maria Coelho (sua esposa), José Resende e outros (idem, L.º 2091, f. 27: 8 Nov. 1801); e dos filhos de João Vila Vicêncio, como já foi referido anteriormente (idem, L.º 2092, f. 41 v.º - 43: 28 Jan. 1802).

trabalhou no estuque da igreja de Santo António, no Funchal e para esta mesma igreja construiu umas *sobreportas* em 1797 [177]; fez alguns castiçais para a capela de N.ª S.ª da Conceição, em Câmara de Lobos (1796) e para a capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro, no Funchal (1804) e trabalhou no retábulo para o altar mor da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito da Calheta (1791) [178].

O entalhador **João da Câmara Sá** para além de pequenas obras de talha, trabalhou na igreja de S. Martinho, no Funchal (1787); fez as banquetas para o altar mor da Sé do Funchal (1790), laborou no altar da confraria de Santa Ana e São Joaquim, na Sé do Funchal (1794); na igreja de Santo António no Funchal (1796); na igreja de N.ª S.ª do Rosário, em São Vicente (1795) e na igreja de S. Salvador, em Santa Cruz (1799) [179].

Já o entalhador **Miguel Francisco da Câmara**, natural de Ponta Delgada (Açores), casou na Sé do Funchal em 1782 com Francisca Josefa Xavier [180], morava no beco de São Sebastião, no Funchal. Mantinha contactos com os entalhadores do Funchal, estando em actividade pelo menos até 1809 [181]. Trabalhou na talha do altar do Bom Jesus, da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos (1774); da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro, no Funchal (1793) e arrematou em 1784 as obras de talha e pintura da igreja de São Lourenço, na Camacha [182].

O entalhador **José Joaquim da Trindade**, filho do pintor António da Trindade da Cruz, morava na freguesia de São Pedro, do Funchal. Por trabalhar assiduamente na igreja de N.ª S.ª da Luz, na vila da Ponta do Sol (1799) [183], enamorou-se de Maria Joaquina Rosa, filha de João Pedro da Silva, natural da freguesia do Arco da Calheta e de sua esposa Luísa Maria, natural e moradores na dita vila. No entanto, não foi fácil obter o consenso paterno de Maria Joaquina para casar, pois José da Trindade pediu ao pai casamento à filha por duas vezes, o que lhe tinha sido negado, mas atingida a maioridade de idade (25 anos), segundo a lei de 6 de Outubro de 1784, não precisava do

---

[177] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 32 v.°, 33, 34 v.°. Idem, proc. 513, f. 2 v.°

[178] Ibidem, cx. 3, proc. 237, f. 2 v.°, 6, 7, 11; idem, *GC.*, L.° 227, f. 58; idem, *RN*, L.° 2191, f. 127 – 127 v.°.

[179] Idem, cx. 6, proc. 418, f. 2 v.°, 5; **IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.° 8, L.° da Fábrica da Sé do Funchal (1769 - 1795, f. 199 v.°); **ARM**, *RN*, L.° 1072, f. 13 v.° - 15 v.°; idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 512, f. 4; ibidem, cx. 14, proc. 1201, f. 2 v.°; ibidem, cx. 13, proc. 1049, f. 2 v.°.

[180] Miguel Francisco da Câmara era f.° de Manuel da Câmara Lopes e de Valentina Josefa do Espírito Santo (já falecidos em 1782). Sua esposa era viúva de João de Freitas Olival, era natural da freguesia da Sé do Funchal, f.ª de João Machado Correia e de sua primeira esposa, Ana Teresa, natural de Santo António. Foram testemunhas do casamento Francisco Soares de Castro e o cónego Feliciano Soares de Castro (**ARM**, *Sé do Fch.*, *Casamentos*, L.° 61, f. 230 v.°, 16 Out. 1782).

[181] Pois vejamos: foi test. juntamente com António do Rosário e Estevão T. de Nóbrega, numa escritura de declaração entre partes Manuel Gomes Garcês, sua f.ª Maria do Monte e seu marido o carpt. Domingos Nunes (**ARM**, *RN.*, L.° 1021, f. 16 v.° - 18: 3 Nov. 1783). Foi test. juntamente com António José Barbosa e Jacinto de Freitas (f.° de Estevão T. de Nóbrega), numa escritura de trespasso que fez Estevão T. de Nóbrega a José António Pereira (ibidem, L.° 2259, f. 167 v.° - 168 v.°: 23 Dez. 1809). Fez um arrendamento por 3 anos a Miguel Gonçalves Pires, foram test. Estevão João de Sena e Anastácio José de Sena: (ibidem, L.° 2076, f. 80 v.° - 81 v.°: 27 Abr. e 9 Jun. 1799). Era mordomo da cfr. de S. José da Sé do Funchal em 1779 (*Livro de Eleições dos Juizes ...*,", in rev. *Islenha* n.° 27, já cit., p. 66).

[182] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 4, proc. 294, f. 13; *idem*, *GC.*, L.° 227, f. 38.

[183] Ibidem, cx. 9, proc. 682, f. 7.

consenso paterno (depois o pai veio a aceitar), casando em 1800, ele com 39 e ela com 26 anos de idade [184]. José Joaquim da Trindade trabalhou também na Sé do Funchal, em 1790, onde juntamente com seu pai fez os lustres; em 1795 fez um resplendor e um pé de castiçal para a capela de São Roque, em Machico, obrando ainda na igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo (1807) [185].

Para além das obras principais e de maior envergadura que eram os retábulos, estes entalhadores juntamente com carpinteiros fizeram uma infinidade de obras em talha de menores dimensões, tais como: castiçais, ceroferários, peanhas, molduras, etc., restauros, como podemos verificar no seguinte quadro algumas das obras, entre muitas outras anónimas encontradas no decorrer das nossas pesquisas [186].

Ano / Igreja	Entalhador	Obra / Custo	Dourador / pintor	Bibliografia / Fontes
1787 – igreja de São Martinho no Fch., confraria. do SS.	João da Câmara Sá	10 castiçais entalhados à "*romana*" (35$500)	(?)	ARM, *JRPC/CON*, cx. 6, 418, f. 2 v.º e 5.
1796 – capela de N.ª S.ª da Conceição em Câmara de Lobos, confraria de N.ª S.ª da Conceição.	António de Agrela de Azevedo	12 castiçais entalhados (27$500)	Boaventura Béze (36$000)	ARM, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 237, f. 2 v.º, 6, 7. Idem, f. 2 v.º, 11.
		Uma peanha e uma cruz para a imagem do Santo Cristo (4$500)	(?)	
1804 – capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de S. Pedro do Funchal.	António de Agrela de Azevedo	6 castiçais "*modernos*"	(?)	ARM, *GC.*, L.º 227, f. 58.
1796 e 1800 – convento de São Francisco no Funchal., confraria de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros.	Estevão Teixeira de Nóbrega	Esquife para os irmãos defuntos (14$000)	António da Trindade (7$200)	ARM, *GC*, L.º 243, f. 137, 139, 141. O esquife não foi feito no convento, pois foi pago $100 a quem o levou para o convento.
1797 – igreja paroquial dos Prazeres, confraria do SS..	José Rodrigues (carpinteiro)	4 varas do pálio (2$700)	António da Trindade (2$400)	ARM, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 124, f. 3.
	António de Agrela (9$000)		António da Trindade (5$600)	
	(José Rodrigues ?) carpinteiro	Molduras para 3 pares de sacras (1$800)	? (1$000)	
1799 (igreja de S. Salvador, em Santa Cruz.	João da Câmara	6 castiçais (14$000)	António da Trindade (14$000)	ARM, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, f. 2v.º.
1800 – Sé do Funchal.	João da Câmara	12 tocheiras pequenas (126$000)	Bernardino João de Sena	Livro de receita e despesa da cfr. do SS. da Sé (1801 - 1854), f. 3 e seguintes. Ob. cit. Pita Ferreira, p. 255.

Outro entalhador em actividade, embora não se conheça nenhuma obra em que tenha participado, foi o entalhador **José Pereira de Lima**. No entanto, sabemos que era mordomo (1772?)

---

[184] Idem, *RN*, L.º 2083, f. 97 - 98: 15 Mai. 1800. Idem, *Ponta do Sol, Casamentos*, L.º 460, f. 86 – 86 v.º (9 Set. 1800). José Joaquim da Trindade foi test. numa escritura notarial em 21 Maio 1804: (idem, *RN*, L.º 2102, f. 133). Em 28 Ag. 1815 foi test. juntamente com João Joaquim Nipper, numa escritura de aforamento que fizeram as religiosas do mosteiro de Santa Clara a Manuel Ferreira Pestana, feitor da alfândega (ibidem, L.º 1145, f. 115 v.º - 117).

[185] **IAN/TT**, *Manuscritos da Sé*, recibos de 1790, doc. 21. Cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 261; **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 626, f. 6 v.º; APPSt.º, Confraria do SS, Cit. Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, Tese de Mestrado em História da Arte: "*Martim Conrado, «insigne pintor estrangeiro» – um pintor do século XVII na Ilha da Madeira*", Universidade da Madeira, p. 146, Funchal, Maio de 2000.

[186] Encontram-se descritas no anexo 7.

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

da confraria de S. José, erecta na Sé do Funchal [187]. De igual modo, não conhecemos nenhuma obra do entalhador **António Francisco**, que não sabia assinar. Era casado com Ana Joaquina e morava na rua de Santa Maria Maior do Calhau e em 1793 fez um reconhecimento de uma dívida de 67$000 ao negociante Francisco José de Oliveira [188].

Ainda que não sendo entalhadores, mas com uma profissão análoga, os carpinteiros trabalhavam assídua e juntamente nas obras com os entalhadores. Dos carpinteiros, destaquemos Domingos Nunes, José dos Reis Silva e José Rodrigues. O carpinteiro **José dos Reis Silva** trabalhou em finais da década de 60 do século XVIII na obra do sacrário da igreja do Estreito de Câmara de Lobos; no retábulo do altar mor da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito da Calheta (1791); na igreja de Santo António, no Funchal (1790); na capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro, no Funchal (1793) e em 1800 recortou a talha das ilhargas da capela do SS. da igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol [189]. Quanto ao carpinteiro **José Rodrigues**, laborou no altar da confraria de Santa Ana e São Joaquim, da Sé do Funchal (1794) e ainda **José *o Aninhas*** [José Rodrigues ?] obrou na talha para a igreja de N.ª S.ª do Rosário, em São Vicente (1795) [190].

O carpinteiro **Domingos Nunes** [191], natural da freguesia dos Canhas, morava no Funchal e trabalhou muito em conjunto com Estevão Teixeira de Nóbrega, repare-se que este último juntamente com o entalhador José Joaquim da Trindade foram testemunhas no seu casamento e é constante e reciprocamente testemunha em diversos actos notariais [192]. Domingos Nunes possuía

---

[187] *Livros de eleições* ..., in art. cit., p. 66.

[188] **ARM**, *RN*, L.º 2191, f. 68 v.º - 69 v.º: 14 Ag. 1793. Foram test. nesta escritura José Rodrigues de Freitas, morador no Funchal e Manuel António de Freitas, morador na Ribeira de João Gomes (Funchal).

[189] Ibidem, L.º 2191, f. 127 – 127 v.º; idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 32 v.º, 33 e 34 v.º; idem, *GC.*, L.º 227, f. 58; idem, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 682, f. 20. Vide anexo 5.

[190] Ibidem, L.º 1072, f. 13v.º - 15 v.º; idem, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1201, f. 2 v.º.

[191] Domingos Nunes, morador no beco dos Aranhas e não sabia assinar. Era f.º de Francisco Nunes e de Domingas Rodrigues, neto paterno de Manuel Nunes e de Maria das Neves, neto materno de Francisco Rodrigues e de Maria Rodrigues, todos naturais da freguesia dos Canhas. Casou em 1759 com Josefa Maria (**ARM**, *São Pedro do Funchal*, *Casamentos*, L.º 121, f. 252.). Ficou viúvo, casando novamente a 6 de Agosto de 1783 com Maria do Monte, natural da freguesia de São Pedro, do Funchal. Maria do Monte era f.ª de Manuel Gomes [Garcês de Macedo], natural da freguesia da Serra de Água e de Josefa Francisca [Ferreira, ou Pereira ?], natural do Estreito da Calheta, neta materna de Manuel Afonso e de Maria Francisca, naturais do Estreito da Calheta e paterna de Manuel Gomes e Clara da Corte, naturais da Serra de Água (ibidem, L.º 122, f. 243 v.º - 244). Domingos Nunes tinha por seu procurador em Lisboa, Estevão João de Andrade (idem, *RN*, L.º 1030, f. 42 v.º - 43: 29 Nov. 1785) e na cidade do Funchal os doutores Bartolomeu Luís Pimenta, o reverendo João Manuel de Couto e Andrade e o solicitador José António de Freitas (ibidem, L.º 1036, f. 74 v.º - 75: 12 Mai. 1787).

[192] Estevão Teixeira de Nóbrega foi por diversas vezes test. em actos notariais que celebrou Domingos Nunes. A 3 Nov. 1783 foi test. juntamente com o entalhador Miguel Francisco da Câmara (**ARM**, *RN*, L.º 1021, f. 16 v.º - 17 v.º, 76); 28 Nov. 1785 (ibidem, L.º 1030, f. 41 – 41 v.º); foi test. juntamente com o serrador Joaquim Inácio: 28 Nov. 1785 (ibidem, f. 42 – 42 v.º); 16 Abril 1801: foi test. juntamente João Joaquim Pestana e Francisco Pinto, moradores na rua da Carreira e assinou a rogo de Maria do Monte por esta não saber assinar (idem, L.º 1087, f.43v.º-45). Domingos Nunes foi test. em 10 Junho 1784, numa escritura de dívida de juro (120$000) de José Gomes Camacho a Caetano de carvalho, ambos da freg. de São Pedro, e ficou por principal pagador Estevão T. de Nóbrega (idem, L.º 2235, f. 45 v.º - 46 v.º); a 8 de Março de 1784 foi test. juntamente com o carpinteiro Manuel Cabral na compra de uma casa que fez Estevão T. de Nóbrega (idem, L.º 1022, f. 53 v.º); em 15 de Junho e 10 de Out. 1795 tinha emprestado dinheiro a Manuel Gomes Jardim, da Levada do Cavalo, da freg. de São Pedro, foram test. os pedreiros Manuel Luís e Francisco

metade de uma morada de casas situadas na rua da Carreira [193], que as colocou em hipoteca para satisfazer um pagamento do empréstimo no valor de 100$000, que tinha feito seu sogro, Manuel Gomes Garcês ao Recolhimento do Senhor Bom Jesus da Ribeira [194].

Domingos Nunes foi avaliador ajuramentado da Câmara Municipal do Funchal em 1781, 1797 e 1799 [195]. Era desde há alguns anos mordomo, escrivão e foi proposto em 1779 inclusivamente para tesoureiro da confraria de S. José da Sé do Funchal [196]. Foi também mordomo da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte (1786 - 1787), na igreja de São Pedro do Funchal e deu ali termo de entrada, em 1787, a sua esposa Maria do Monte [197]. Em 1785 comprou por 9$600 a seu irmão, Manuel Nunes da Cova, da freguesia dos Canhas, dois pedaços de terra com inhame que tinham herdado do pai, situados nessa freguesia, sob terra foreira em $100 anuais ao morgado João José de Sá Cabral [198]. Fazendas estas que sua esposa, Maria do Monte, já viúva, vendeu em 1801, por 60$800 a um familiar também da freguesia dos Canhas, Domingos Nunes da Silva [199].

Domingos Nunes para além de outras igrejas, trabalhou na de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas, levantando em 1786 / 1787, juntamente com Estevão Teixeira de Nóbrega e o pintor António da Trindade, o altar mor dessa igreja [200]; foi ainda sócio com Estevão Teixeira de Nóbrega e o carpinteiro João António da Silva de Viveiros na reedificação da igreja da Serra de Água [201].

3.2.2. Os retábulos

3.2.2.1. A decadência do Barroco e as primeiras manifestações Rococós

Na Madeira, as fachadas exteriores de inspiração maneirista, de decoração sóbria com formas rectangulares estáveis, iniciadas no século XVII sob a inspiração da Companhia de Jesus e baseadas na defesa dos ideais do Concílio de Trento, impuseram-se até aos séculos XIX / XX, passando-se na Madeira quase do Maneirismo para o Neoclássico. Exceptuando talvez três ou quatro edifícios religiosos francamente barrocos e rococós, embora já edificações dos meados do

---

Luís de Paula (idem, L.º 1063, f. 89 – 89 v.º; idem, L.º 1065, f. 21 – 21 v.º); a 5 de Junho de 1796 fez um empréstimo de dinheiro a Sebastião Fernandes, morador na Achada (idem, L.º 1067, f. 7).

[193] **ARM**, idem, L.º 1021, f. 16 v.º - 17 v.º, 76: 3 Nov. 1783.

[194] Ibidem, L.º 1030, f. 41 – 41 v.º: 28 Nov. 1785. A escritura de empréstimo que fez Manuel Gomes em 29 Mar. 1783.

[195] Idem, L.º 2234, f. 45 v.º: 1781; idem, L.º 1071, f. 1 v.º - 2: 1797; idem, L.º 1078, f. 79 v.º - 81: 1799. Vide anexo 3.

[196] *L.º de Eleições* in art. cit., p. 64, 67.

[197] **ARM**, *GC*, L.º 240, f. 29 v.º.

[198] Idem, *RN*, L.º 1030, f. 42 – 42 v.º: 28 Nov. 1785.

[199] Ibidem, L.º 1087, f. 43 v.º - 45: 16 Abr. 1801.

[200] Idem, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 654, f. 3 v.º, 6.

[201] Idem, *RN*, L.º 2246, f. 270 - 271: 29 Out. 1786.

século XVIII, nomeadamente a igreja de São Tiago, hoje matriz de Santa Maria Maior e também denominada do Socorro, no Funchal; a capela de N.ª S.ª da Conceição, na rua da Carreira, no Funchal e as igrejas do Espírito Santo, na Ponta do Sol e de São Brás do Arco da Calheta [202]. No entanto, nos interiores das igrejas madeirenses, que são na sua generalidade rectangulares de nave única, separadas da capela mor por um arco cruzeiro, a talha barroca do século XVII impôs-se com fulgor, embelezando-os com esplendor, e nesta continuidade, o gosto rococó teve um prolongado e certo domínio na Madeira, bem expresso na abundância de obras existentes.

A arte ao longo do século XVIII não foi muito esplendorosa, principalmente no âmbito da talha dourada, pintura, escultura e da ourivesaria, comparada com a actividade de séculos anteriores, onde a Madeira produziu e comprou o que de melhor se produzia no espaço nacional e internacional. Para esta decadência, derivada da quebra de capacidade económica em relação às épocas anteriores, da contenção económica resultante da centralização régia, que obrigaram à aprovação em Lisboa de todas as despesas da Fazenda Régia, concorreu ainda o facto de existir uma certa dependência da colónia britânica e, por conseguinte, dos seus interesses e do seu tipo de gosto, o que levou a Ilha a por vezes abdicar das suas próprias concepções de gosto e a importar as peças de fabricação inglesa [203].

A partir da segunda metade do século XVIII, começam-se a manifestar algumas diferenças formais nas características da talha realizada no arquipélago da Madeira. No retábulo do altar mor da igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos, executado em meados do século XVIII, denota-se um certo afastamento do barroco insular, começando a aparecer partes lisas e brancas, embora se continue a utilizar os usuais motivos decorativos tais como os cachos de uva, flores, folhas, anjos, como está bem patente em outros acervos patrimoniais de talha barroca existente por diversas igrejas e capelas madeirenses, desde a igreja e sacristia do Colégio; sacristia, altar de Jesus Crucificado e de Santo António, na Sé do Funchal, etc., obras maioritariamente entalhadas por Manuel Pereira, Manuel Pereira de Almeida e Julião Francisco Ferreira.

A década de 60 marcou ainda a continuação do período anterior e fez a transição para o novo estilo. No arquipélago da Madeira, uma das primeiras igrejas a conhecer as manifestações do rococó, embora ainda se note muitas influências do barroco tardio, é a capela mor que também é a capela do SS. da **igreja de São Jorge,** em Santana, que é um dos exemplos mais notáveis de talha deste período existentes no arquipélago da Madeira [204], bem como os dois retábulos laterais ao arco

---

[202] Com idêntica fachada, seria ainda de referir a antiga igreja de N.ª S.ª da Natividade do Faial, de que se conhece aguarela de Andrew Picken, 1842, mas que posteriores alterações dos séculos XIX e XX e, essencialmente, o incêndio dos anos 60 do século XX desfiguraram totalmente.

[203] Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 454.

[204] Mandado do CF pelo qual se mandou dar 400$000 para se fazer camarim à proporção da nova igreja, "*com declaração de se aproveitarem as paredes, e outros materiais que se entendiam estarem bons*", o camarim foi orçado em 720$430 (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 973, f. 56 v.º - 57, Lisboa 9 Set. 1749). Mandado do CF para se darem 2400$000 para as obras da capela mor "*a qual necessitava de retábulo dourado, quadro do mesmo Santo, azulejo*

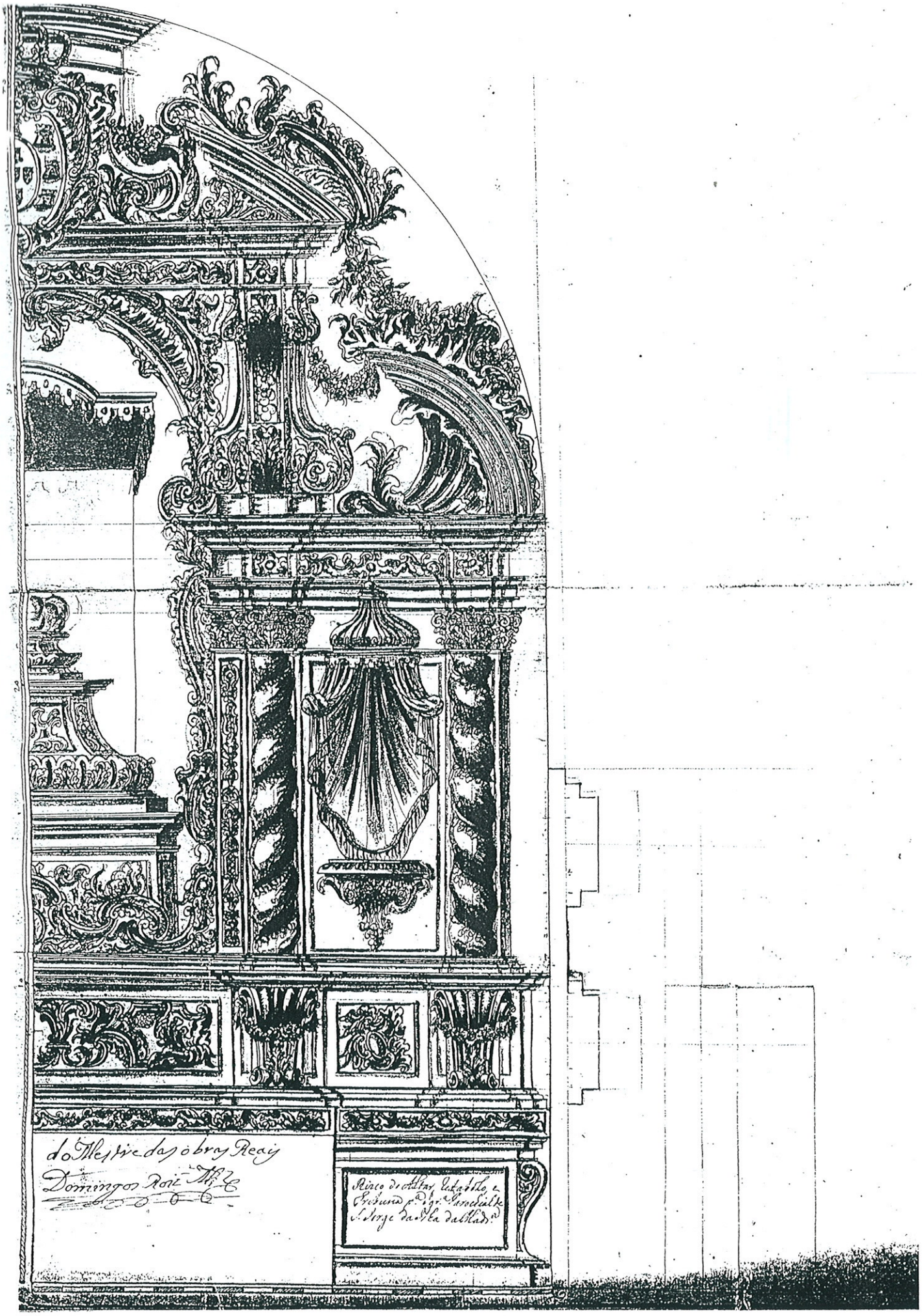


Fig. 1 – Risco do retábulo para a capela mor da igreja de São Jorge, em Santana, realizado pelo mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins, em Julho de 1750. (colecção particular).



Igreja de São Jorge, em Santana:

Fig. 1.1 – Retábulo da capela mor

triunfal, que se encontram dentro da mesma gramática e morfologia da talha da capela mor, embora estes dois apresentem colunas salomónicas e sanefas superiores [205].

O risco para a talha deste retábulo, foi realizado em Julho de 1750 pelo mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins [206], e que se conheça até ao momento é o único exemplar do séc. XVIII que chegou até aos nossos dias, ficando a talha a cargo do entalhador Julião Francisco Ferreira e o douramento, do pintor José António da Costa. O risco do retábulo integra-se já na gramática rococó, bem patente nos "*Cs*", grinaldas de flores, folhas de acanto, concheados, volutas e com algumas partes lisas nomeadamente nas colunas e entablamentos. O risco depois ao ser executado em talha, não foi copiado integralmente, tendo sido alterado em muitos pormenores decorativos, embora mantenha a sua estrutura base.

Os entalhadores adaptaram o risco ao tamanho das paredes da capela mor, buscaram inspiração e motivos decorativos a outros riscos de altares ou com base na sua experiência profissional valorizaram o retábulo tornando-o mais monumental, o que revela criatividade e engenho na adaptação dos riscos por parte dos entalhadores. As principais diferenças do risco para o retábulo notam-se no tamanho que passou a ter três pares de colunas em vez das dois previstas no risco, e em vez de ter planta recta ficou com planta curva. Relativamente ao risco, no retábulo acrescentaram anjos no remate, o trono é muito mais majestoso, o brasão das armas reais foi substituído por um brasão com motivos rococós e apresenta no centro uma frase alegórica à Eucaristia e na generalidade do retábulo acentuou-se e exagerou-se os aspectos decorativos o que revela resistência dos entalhadores em se libertarem da gramática barroca.

Depois, em inícios do séc. XIX a confraria do SS, mandou fazer uma bandeira para servir nos funerais, encarnou o Senhor Morto e pintou o arco do cruzeiro [207], tendo em 1819 mandado fazer três frontais pintados para os altares, gastando-se em tintas, 52$200 e em duas dúzias de tabuado e mais despesas, 47$100, pagando-se ainda ao mestre José Francisco 8$000 por fazer uns bancos [208].

Outro exemplo notável do *último barroco* na Madeira é a **capela do Santíssimo** da Sé do Funchal. A sua talha afasta-se do barroco insular, é de grande leveza e denota alguma influência do

---

para a Capela, e muros para o adro" (ibidem, f. 122 v.º, 226: Lisboa 18 Maio 1750, 7 Jun. 1754). Mandado do CF para se entregar 734$200 para ornamentos (idem, f. 243: Lisboa 7 Ag. 1754). Mandado do CF para averiguar os gastos do dinheiro dado ao vigário da freguesia de São Jorge para o retábulo e ornamentos da igreja (idem, L.º 974, f. 13 v.º - 14: 20 Set. 1756).

[205] Vide fig. 1.1 - 1.9.

[206] Vide fig. 1, Colecção particular do Professor Doutor Rui Carita, ao qual agradecemos a cedência de uma cópia.

[207] Bandeira mandada fazer pelo vigário Freitas Branco: 28$000 (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 711, f. 13, 14: 1807). Para a pintura do arco do cruzeiro vieram do Funchal diversas tintas: 2 barris de alvaiade, 1 duque de óleo, 2 garrafas de aguarrás e vermelhão, secante e flor de anil (20$000), e para o encarne do Senhor vieram tintas no valor de 1$800 (ibidem, f. 13, 14; ibidem, idem, proc. 712, f. 3: 1807 / 08). O conserto do Senhor Morto importou em 8$000 e a pintura do arco do cruzeiro 9$000 (idem, proc. 712, f. 5 v.º: 1809).

[208] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 714, f. 2.

estilo D. João V., patente na aplicação de mármores vindos de Londres. A talha foi realizada entre Janeiro de 1769 e Fevereiro de 1772, custando à confraria 8:310$593 [209]. Foi executada por um grupo de entalhadores, do qual faziam parte António José, António João, Manuel Francisco Gomes, o alimpador João de Nóbrega, o escultor Agostinho José Marques que à excepção de alguns serafins esculpidos pelo entalhador António João, esculpiu todas as esculturas, recebendo 90$000 em 1770 pelo feitio das figuras alegóricas, Fé, Esperança e Caridade e ainda em 1770 e 71, por conta dessas figuras recebeu mais 91$925; fez ainda alguns serafins recebendo por cada um 1$800 (total: 11$600) e por conta dos Anjos, em várias prestações, recebeu 30$000 [210]. Posteriormente, a capela foi dourada, entre 7 de Julho de 1770 e Fevereiro de 1772, pelo dourador José António da Costa, também pintor, gastando-se 27 milheiros de ouro [211].

Nestas duas obras de São Jorge e do Santíssimo da Sé as características tradicionais do barroco desapareceram, começando as obras da segunda metade do século XVIII a apresentar outras formas decorativas, o que podemos chamar de um barroco tardio, e que irá dar inícios ao rococó. Típicos desta época foram a introdução na gramática decorativa de grandes imagens angélicas e alegóricas, como estão presentes nas figuras esculpidas para a capela do Santíssimo, da Sé do Funchal, e a combinação de marmoreados com dourados, o que foi muito apreciada a partir desta época, como está patente no retábulo da igreja de São Jorge.

Em relação às obras do barroco insular, a amalgama decorativa começa a desaparecer. Mantém-se as colunas torsas revestidas de folhas e flores, com grinaldas de flores no cavado, mas lisas na parte convexa, começando a surgir um novo vocabulário como concheados deformados e assimétricos a decorar frisos verticais e outras passagens, medalhões, algumas rendas de folhas de acanto, continuando nestes dois referidos retábulos, a talha a ser empregue nas paredes laterais emoldurando pinturas e janelas, tudo isto com semelhanças morfológicas à talha rococó executada nesta época no Norte de Portugal, sobretudo na zona do Minho e do Porto. Nestas duas obras começa a aparecer a decoração mais representativa do verdadeiro espírito rococó, dado a sugestões do fantástico, domínio do ornato complicado, como um labirinto de curvas e contracurvas, empregando-se composições de concheados de formação fantástica, volutas enlaçadas, com uma penetração de folhas e grinaldas florais de mais assimétrica execução [212].

---

[209] Pita Ferreira, ob. cit., p. 257.

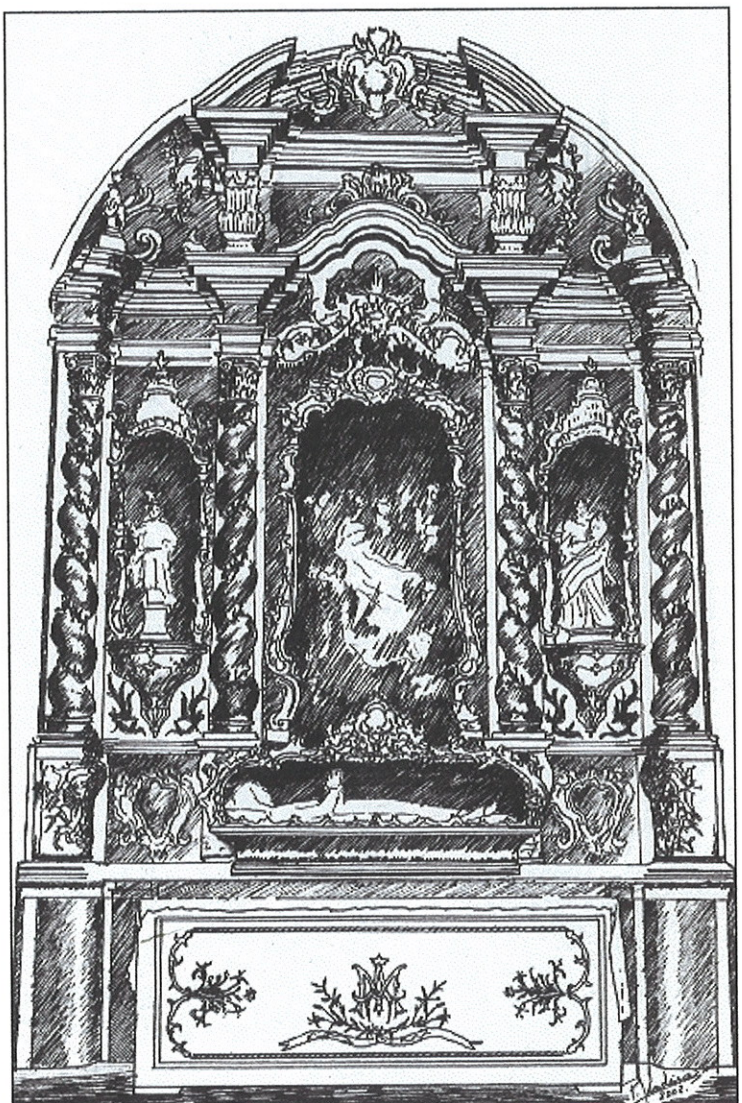
[210] Ibidem, p. 258 - 259.

[211] *Livro de receita e despesa da cfr. do SS. da Sé (1739 - 1772)*, f. 152 v.°, cit. Pita Ferreira, ob. cit., pp. 257 - 260. A madeira para a feitura das figuras veio de um mastro comprado a Diogo Aires, que custou 15$000. Foram ainda utilizados chaprões de madeira de cedro nas figuras e nos pés [pedestais] das figuras, feitos com uma *madreta* de pinho adquirida também a Diogo Aires. Foram empregues pregos "*de telhado e meio*" para os braços das figuras e nos anjos, gesso e vermelhão. As pedras em mármore para a capela vieram de Londres e foram compradas a Guilherme Smith, por 350$000 (ob. cit., idem).

[212] Vide fig. 1.1 – 2.3.

No retábulo em talha, edificado em 1770 / 1773 para a **capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro** do Funchal, denota-se uma grande alteração nas características da talha, notória na ausência dos exageros ornamentais. Há um equilíbrio decorativo entre "*os intalhes e lisos*", surge o gosto por superfícies planas e relativamente lisas, ou seja há uma harmonia entre a obra de marcenaria e a de talha, reduzindo-se a talha a um tecido rico e frágil, revestindo apenas algumas superfícies com as suas delicadas rendas e decorações, o que dá grande leveza formal ao conjunto da capela [213].

É um trabalho de talha dourada de três panos, sendo o central ocupado pelo nicho que alberga uma pintura alusiva a N.ª S.ª da Boa Morte e os laterais com esculturas de São Joaquim e Santana, encimadas por baldaquinos inspirados em concheados. As separações entre a pintura e as esculturas são marcadas por colunas salomónicas, tendo o fuste na parte côncava ornamentações com grinaldas de motivos florais e vegetalistas e encimadas por capitéis de ordem coríntia; assentam em estilóbadas salientes e contidas na predela. À frente da faixa central da predela, encontra-se o túmulo de N.ª S.ª, sendo as estilóbadas e as faixas laterais decoradas com cartelas envoltas com motivos concheados e vegetalistas trabalhados ao gosto rococó. As colunas exteriores são rematadas superiormente por pináculos.



Retábulo da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, no Funchal

O retábulo é rematado por frontão quebrado, possuindo ao centro uma cartela decorada com motivos "*rocailles*" e vários "*Cs*" vegetalistas, sendo rematado lateralmente o frontão por motivos florais e aletas, enquanto que o entablamento apresenta-se completamente despido de talha. Este é o esquema arquitectural básico de retábulo que irá prevalecer na Madeira até inícios do século XIX, havendo por vezes pontualmente algumas modificações na estrutura, bem como nos motivos decorativos empregues e a sua organização. Este esquema depois vai ser adaptado aos altares colaterais, ou seja os colocados aos lados do arco triunfal, existentes em outras igrejas, que

[213] Vide fig. 3.



Igreja de São Pedro, no Funchal:

Fig. 3 – Capela de Nossa Senhora da Boa Morte.

são de estrutura mais simples, sendo compostos apenas por duas colunas; é como que se retirasse as partes laterais do retábulo.

A boca da tribuna desta capela é emoldurada em talha, dentro da gramática rococó e existente na restante talha da capela, e que se espalha pelas molduras das pinturas que ilustram as paredes laterais, as pilastras que separam as mesmas, a talha das "*sobre-portas*", à talha que remata as paredes laterais e na urna de Nossa Senhora [214].

Neste retábulo figuram delicadas cartelas, que irão depois ser adoptadas em muitos outros retábulos, e colocado nos frontões dos mesmos, ora adornados simplesmente com motivos decorativos, ora ostentando o brasão de armas reais quando colocado no altar mor. Nos ornamentos, prevalecem os motivos vegetalistas, concheados, torçais, os motivos decorativos em "*C*" e em "*S*" que conferem grande dinâmica às formas embora dispostos simetricamente, característico do Barroco e que foi sempre empregue nos retábulos edificados no arquipélago da Madeira, mesmo no período Rococó. Os motivos assimétricos por vezes utilizados no Norte de Portugal não tiveram muita implementação na talha realizada na Madeira, à excepção de alguma aplicada na igreja de São Jorge e capela do SS. da Sé, já referenciadas anteriormente. As grinaldas, florões e superfícies apaineladas foram a evolução da nova linguagem decorativa da talha, uma nova preocupação com folhagens de acanto e flores estilizadas que percorrem e emolduram o quadro pintado e alusivo a N.ª S.ª da Boa Morte, com uma rica moldura rectangular rematada em arco com uma cartela decorativa ao centro.

Com o Rococó voltou a moda da colocação do quadro pintado no centro do retábulo em substituição da tribuna aberta. Vamos encontrá-la com alguma frequência, por exemplo nos retábulos de São Miguel e as Almas na Sé do Funchal e nos retábulos dos altares mores das igrejas do convento de Santa Clara e do Monte, no Funchal; de São João Baptista, na Fajã da Ovelha; de Santa Ana, em Santana; para além de alguns altares colaterais da mesma época em algumas igrejas [215]. No entanto, também se continuaram a empregar tribunas abertas, tronos ou a imagem tridimensional do Santo padroeiro da igreja envolto por cortinas, em vez dos quadros emoldurados, sobretudo nos retábulos dos altares mores. Por exemplo, ostentam o tradicional *trono* as igrejas de São Salvador, em Santa Cruz; N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço; São Jorge, em Santana; e do Socorro, em Santa Maria Maior, no Funchal; enquanto que ostentam a imagem do Santo Padroeiro a igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar; de Santo António e de São Roque, ambas situadas no Funchal [216].

---

[214] Vide fig. 3.1 - 3.4.

[215] Vide fig. 7, 13, 22, 14.3 e 15.2. Os altares colaterais que ostentam pinturas na parte central existem na: ig. de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; ig. do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço e ig. do convento de Santa Clara, no Funchal (fig. 9.12, 9.13, 5.8, 5.9 e 13.4).

[216] Ostentando o trono na tribuna do retábulo, vide fig. 1.1, 1.7, 5, 9, 12.3, 23.1; e com a imagem do padroeiro na tribuna do retábulo, vide fig. 4, 6 e 11.

Em relação à capela de N.ª S.ª da Boa Morte, foi-lhe edificada este novo retábulo em talha por se encontrar danificado o existente, "*por ser obra muito antiga*" e por "*não ser suficiente*" para o culto e veneração de Nossa Senhora, os elementos que serviam em Mesa da confraria resolveram remodelá-la a 4 de Fevereiro de 1770 [217]. Segundo Telmo Reis e Rui Carita, nos meados do século XVIII a empresária Dona Guiomar Madalena de Vilhena, administradora de cerca de quarenta capelas e morgadios, entre os quais as capelas de N.ª S.ª da Boa Morte e do SS. da matriz de São Pedro, teria sido por certo uma das grandes benfeitoras da igreja de S. Pedro [218]. Referências directas à sua contribuição nas obras da capela de N.ª S.ª da Boa Morte não encontrámos, no entanto sabemos que Dona Guiomar deixou em testamento 50$000 a render juro e que serviriam depois para pagar o ornato do altar da mesma capela [219]. Na sua sequência, as famílias de maior influência na vida madeirense dos finais do XVIII foram juizes na confraria, tais como as famílias ligadas à mesma Morgada: Carvalhal, Bettencourt, Atouguia, Ornelas, Câmara Leme, Vasconcelos e Acciauoly [220], pelo que deveriam ter contribuído também com donativos.

João António Vila Vicêncio apresentou à Mesa da confraria o *risco* que tinha feito para o altar e lados da capela, que seria construído em madeira de castanho e tabuado de casquinha, com talha conforme o *risco* apresentado, ficando esta "*obra mais moderna que de presente se usa com os intalhes e lisos*". A Mesa da confraria aceitou o estudo do retábulo e ajustou com o referido pintor para realizá-la por 600$000, com o prazo de entrega previsto para o mês de Julho de 1771, embora as obras se tivessem prolongado até 1773. No dia deste contrato, 9 Fevereiro de 1770, o referido pintor já recebia uma prestação de 100$000, sendo as restantes pagas à medida que os oficiais iam executando a obra, dado que a confraria não possuía na altura a totalidade da quantia ajustada [221].

Nos primeiros anos de obras na capela (1770 / 1772), encontramos despesas relacionadas sobretudo com pedreiros e serventes (em cal, pedra, etc.), carpinteiros (madeiras) e com o pintor responsável pela obra. No ano seguinte (1772 / 1773), estando já a estrutura da capela edificada, iniciaram-se as despesas com a feitura da talha, começando a actividade dos carpinteiros e entalhadores, para posteriormente os pintores realizarem a pintura dos quadros e douramento das

---

[217] **ARM**, *GC*, L.º 228, CNSBM., São Pedro, Funchal, f. 57 v.º.

[218] Telmo Corujo dos Reis, "Sobre as legendas latinas do baixo coro de S. Pedro do Funchal", rev. *Islenha*, n.º 27, Jul. - Dez. 2000, p. 71. D. Guiomar morava na Rua de São Pedro, na enorme casa que faz esquina com a Rua do Castanheiro, em cuja parte mais antiga se levantaram os prédios onde funciona a *Casa de Ferragens Bazenga* (*Armazéns de São Pedro*) e funcionou a *Imperial de Bordados*.

[219] **ARM**, *CMF*, L.º 1259, f. 88 v.º - 93 v.º (testamento de Dona Guiomar) cit. Maria Bernardete Pestana Andrade Henrique de Barros, *Dona Guiomar de Sá Vilhena, Uma mulher do século XVIII*, SRTC, CEHA, Funchal, 2001, p. 56.

[220] Paulo Ladeira, *A confraria de Nossa Senhora da Boa Morte, da freguesia de São Pedro do Funchal*, trabalho realizado no âmbito deste mestrado, História das Instituições, Universidade da Madeira, Junho de 2001.

[221] **ARM**, *GC*, L.º 228, f. 57 v.º, 58 v.º: 4 e 9 de Fev. 1770.

madeiras [222]. No período que durou a construção da capela, entre 1770 e 1774, gastaram-se ao todo 1:716$271 [223].

Nestas obras trabalharam mestres que durante os finais do século XVIII e inícios do XIX fizeram obras para outras igrejas e capelas da Madeira. Um deles foi Estevão Teixeira de Nóbrega [224], entre outros mestres que não se encontram mencionados nos registos da confraria. Trabalharam ainda em 1770 / 1771, o veterano entalhador Julião Francisco Ferreira, que também ficou como fiador e principal pagador do contrato de obrigação do pintor João Vila Vicêncio para fazer a capela [225]; o mestre Manuel João [226], o carpinteiro Sebastião Ferreira, o mestre João Nóbrega e um seu discípulo [227].

Na capela foram empregues madeiras de castanho, pinho de casquinha, pinho *da terra*, vinhático e alguma madeira de jacarandá [do Brasil] [228]. Quarenta e oito chaprões de pinho foram adquiridos a Alex Gordon e algumas lajes, a Manuel de Abreu e a José Dias [229]. A urna que servia na festividade do Tríduo de Nossa Senhora estava incapacitada para desempenhar as suas funções [230], pelo que a Mesa da confraria, a 25 de Janeiro de 1795, ajustou por 160$000, com Estevão Teixeira de Nóbrega para realizar um novo túmulo em madeira entalhada, pondo ele somente a madeira e feitio da mesma, e não metendo em conta "*os pedaços de madeira da urna velha que se tiraram para a feitura da nova*", nem a pintura e o douramento. Para pintá-la e dourá-la gastou-se trinta livros de ouro (42$000) e no trabalho de dourá-la, 70$000 [231]. Para cobrir parte da despesa da feitura da urna, a confraria vendeu uma casa térrea que possuía no sítio dos Arrifes, no Funchal, que foi avaliada em 56$600 e arrematada pelo capitão Agostinho José de Brito por 56$100 [232].

Outro retábulo rococó (ou neorococó) que segue um esquema compositivo semelhante ao de N.ª S.ª da Boa Morte é o do altar mor da **igreja de Santa Maria Madalena**, na Madalena do Mar, embora neste último, a parte central seja ocupada pela imagem do orago e um trono. Na igreja da Madalena do Mar o retábulo da capela mor, como também os altares dedicados actualmente a N.ª S.ª de Fátima e ao Sagrado Coração de Jesus, onde os motivos decorativos são entalhados em alto

---

[222] Em 1773 para dourar a capela, a cfr. despendeu 269.075 réis em livros de ouro e verniz (**ARM**, idem, f. 18 v.º, 20).

[223] Vide anexo 2: Receitas e despesas (1765 - 1807) da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte.

[224] **ARM**, idem, f. 13 v.º.

[225] Ibidem, L.º 227, f. 11 v.º, 13 v.º; idem, L.º 228, f. 58 v.º.

[226] Ibidem, f. 13 v.º, 15 v.º, 16 v.º, 18 v.º, 16 v.º.

[227] Idem, f. 13 v.º, 16 v.º, 17 v.º.

[228] Idem, L.º 228, f. 57 v.º, 58 v.º. Idem, L.º 227, f.11 v.º, 12 v.º, 13 v.º, 15 v.º, 20.

[229] Idem, f. 11 v.º, 13 v.º.

[230] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 366, f. 2.

[231] Idem, *GC*, L.º 234, f. 15. Ibidem, L.º 227, f. 46. Vide fig. 3.4.

[232] Idem, *JRPC/CON* , idem, proc. n.º 366, f. 1 - 3, 4, 7.

relevo, sendo mais salientes, mais grossos e com poucos rendilhados em comparação com a capela de N.ª S.ª da Boa Morte [233].

Nas colunas destes três referidos retábulos na igreja da Madalena do Mar, a parte cavada, onde foram esculpidas ramos de folhas e flores, ocupam uma área de maior extensão em relação às colunas do retábulo da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, sendo mesmo a parte cavada das colunas dos altares de N.ª S.ª de Fátima e do Sagrado Coração de Jesus mais larga que a parte convexa. Na gramática decorativa destes retábulos, organizada simetricamente, proliferam rechonchudas folhas de acanto, enormes conchas nos remates dos retábulos, algumas grinaldas flores suspensas com laços, os anjos patentes, sendo ainda de realçar os dois peixes exóticos e fantásticos em forma de "*S*", inspirados em folhas de acanto existentes nos altares de N.ª S.ª de Fátima e do Sagrado Coração de Jesus, que são figuras únicas na talha deste período realizada na Madeira.

Com estas características formais são também os altares de Santo António e o da capela do SS. dessa mesma igreja. O altar de Santo António com uma técnica de entalhe e motivos decorativos muito semelhantes aos outros retábulos da mesma igreja, já descritos anteriormente, embora difiram nas colunas que são de fuste liso, sendo o terço inferior decorado com fitas, folhas de acanto e algumas flores entrelaçadas e dispostas simetricamente. Quanto ao retábulo da capela do SS., onde está um crucifixo com um baldaquino entalhado, é um retábulo com talha mais simplificada, já proto-neoclássica, sendo de grande despojamento formal, pelo que se deduz ter sido realizada posteriormente em relação aos outros retábulos da igreja. O tecto da capela do SS. é decorado com cabeças de anjos com asas, os chamados querubins, divulgados desde o maneirismo e grinaldas de flores que ornamentam um céu estrelado, enquanto que nas paredes laterais encontramos outros símbolos religiosos [234].

A igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar, tinha sido construída nos finais do século XVI, com origem numa edificação mais antiga, fundada no século XV por Henrique Alemão, o lendário rei Ladislau III da Polónia, para a qual teria vindo depois da Flandres, encomendado por Isabel Lopes, conforme mandou escrever no seu testamento de 1524, o retábulo hoje exposto no Museu Diocesano de Arte Sacra, atribuído a Jan Provoost, pintor que faleceu em 1529 [235]. No entanto, o bispo D. José da Costa Torres, em visita de 5 de Outubro de 1791, ordenou que se mandasse "*logo* (...) *reformar o retábulo da igreja*" [236], sendo arrematado em 1794 um novo

---

[233] Vide fig. 4 - 4.6, 4.13.

[234] Vide fig. 4.6 - 4.12.

[235] Rui Carita, in *Feitorias. L'árt au Portugal au temps des Grands Dècouvertes*, Antuérpia, Europália, 1991, p. 118 e Lisboa, 1992, p. 266 e Fernando António Baptista Pereira e Luiza Clode, *Museu de Arte Sacra do Funchal, Arte Flamenga*, Edicarte, Lisboa, 1997, pp. 84 – 87. A imagem de Santa Maria Madalena serviu mesmo de cartaz à exposição das *Feitorias* da Europália, realizada em Antuérpia em 1991.

[236] Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, p. 698. A robusta figura de Maria Madalena, profusamente coberta de jóias não poderia ter agradado ao bispo do Funchal e só nos espanta como conseguiu escapar às directivas da Contra Reforma nas Visitações anteriores.

projectado por João António Vila Vicêncio, dando a Fazenda Real ao vigário da igreja, 400$000 para a sua execução [237].

Ainda deste período inicial do Rococó, e após a conclusão da capela da Boa Morte, em 1774, para a **igreja de São Martinho, no Funchal**, o pintor João António [Vila Vicêncio] deu um risco para o novo altar da confraria de Santo António por 3$800, sendo construído no ano seguinte por Estevão Teixeira de Nóbrega, nomeadamente o altar e o forro da capela, por 115$000, conforme o ajuste que fez [238]. A confraria de Santo António, dada a parca receita anual que rondava os 20 / 30$000, todos os anos, por mais pequenos que fossem os valores dos seus balances, todos eram reencaminhados para as despesas da feitura deste altar [239]. Sendo uma confraria sem possibilidades de poder possuir um altar exclusivo, partilhava-o com a confraria de N.ª S.ª da Piedade, pelo que esta comparticipou com 15$425 na despesa do novo altar [240].

3.2.2.2. O apogeu das obras Rococós

Contrastando com a unidade formal da talha do Barroco, no decorrer do Rococó e, principalmente nos finais do século XVIII, encontramos uma diversificação na estrutura composicional e decorativa dos retábulos edificados no arquipélago da Madeira. Consegue-se mesmo identificar uma certa evolução no estilo dos mesmos, que se encaminharam em finais do século XVIII e inícios do XIX para uma maior simplificação ornamental, prevalecendo cada vez mais as zonas brancas e lisas em detrimento da talha dourada, embora as estruturas retabulares não sofressem grandes alterações, até mesmo com a chegada do Neoclássico. Por vezes, uma obra realizada no século XIX tem as mesmas características de uma realizada em finais do século XVIII, como podemos constatar por exemplo nas semelhanças existentes entre o retábulo da capela mor da igreja de Santo António (século XVIII) e o retábulo da capela mor da igreja de São Roque (século XIX), ambas situadas no Funchal [241].

Esquema estrutural semelhante à capela de N.ª S.ª da Boa Morte foi seguido no retábulo da **capela mor da igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço** [242]. No entanto, esta capela

---

[237] **IANTT**, *PJRFF*, RG, L.º 427, f. 82: arrematação: 2 Nov. 1794, 400$000 ao vigário: 15 Jul. 1797. Cit. ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 435. Refira-se que em 1787 o entalhador António de Agrela arrematou por 800$000 a obra de pedreiro, de protecção à igreja da ribeira da Madalena (ibidem, L.º 427, f. 10).

[238] **ARM**, *CON*, L.º 60, f. 36 v.º, 37 v.º. A ig. de São Martinho em 1581 já tinha a mercê anual de 4$000 para a fábrica (**IAN/TT**, *PJRFF*, L.º 7, f. 130 v.º, Ob. cit. *Índex Geral*..., f. 116).

[239] Os balances de 1767 até 1774 foram gastos na obra do novo altar, sendo os valores respectivamente em 1769 de 2$700, 1770 de $400, 1771 de 1$380 e em 1774 de 6$000 (**ARM**, *CON*, L.º 60, f. 38; 32, 33, 34, 36 v.º, 40). Relativamente a outras pequenas despesas da confraria de Santo António e outras realizadas na igreja vide anexo 7.1.

[240] **ARM**, idem, L.º 60, f. 37 v.º.

[241] Vide fig. 6 e 11.

[242] No Caniço existiam duas antigas igrejas, uma de cada invocação. Encontrando-se ambas em estado de ruína bastante avançado em finais da década de 70, optou-se por edificar uma única igreja em finais do século, como consta na inscrição de 1780 no frontispício: "*SANCTO SPIRITUI PARACLITO. ATQUE DIVO ANTONIO ABBATI, SACRUM*

mor, já de finais da década de 70 e inícios de 80, apresenta um retábulo de talha branca e dourada, predominando os brancos em detrimento dos dourados, o que lhe dá um toque palaciano, tornando-a no único exemplar rococó existente na Madeira com colunas torsas pintadas de branco e dourado. O esquema do retábulo mantêm-se com ligeiras modificações nos elementos decorativos, como a ausência de concheados, apresentando delicados motivos vegetalistas e florais abertos, inspirados em "*Cs*" e "*Ss*", volutas, folhas de acanto e outros tipos de flora, que se espalham até às molduras dos quadros e janelas que ornamentam as paredes laterais e iluminam a capela. Outro aspecto que difere da capela de N.ª S.ª da Boa Morte é o camarim fundo que apresenta, em detrimento do esquema com pintura [243].

A realização da talha deste altar mor foi arrematada em Agosto de 1779, por 1:350$000, pelo mestre Estevão Teixeira de Nóbrega, pintando-a José António da Costa, em 1781, por 100$000 [244]. Existindo um velho altar na igreja velha, o mestre das obras reais João Vila Vicêncio transferiu-o para a igreja de Santa Beatriz, em Água de Pena, que havia sido reconstruída noutro local recentemente, porque a antiga estava em local "*despenhado, muito ventoso, e dezabrido*" [245]. Na década de 80 e 90 continuaram-se com as obras miúdas, tais como aquisição de pendões, castiçais, cruzes e a feitura das capelas colaterais [246].

Ladeando o arco triunfal, os retábulos dos **altares laterais da igreja do Caniço**, dedicados a N.ª S.ª e ao SS., têm a mesma linguagem visual do retábulo mor da mesma igreja. No entanto, os altares laterais têm as colunas com fuste liso, tendo no terço inferior e na parte superior motivos decorativos mais esguios, baseados em flores, ramos e laços, pelo que se deduz que tenham sido feitos depois do altar mor [247]. Outro motivo que vem realçar esta teoria é o facto de uma das pinturas existentes nestes altares laterais estar assinada pelo pintor Timóteo A. Marques, que só esteve em actividade a partir dos últimos anos do século XVIII, ou mesmo já em inícios do XIX,

---

MARIA. 1.ª LUSITAN.ª REGINA FIDELISS.ª EQUESTRIS D.N.I.C. ORDINIS GUBERNAT.ª INSULANO TRIBUNALI REGIO CURANTE ANNO DID. ID. CC. LXXX. REGNI AUTEMIIII".

[243] Vide fig. 5 - 5.4.

[244] Em 1779, o mestre António de Freitas arrematou a obra de pedraria e carpintaria por 9:829$950.

[245] Pagamento ao mestre das obras pela transferência dos altares (50$000): **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 426, f. 93 v.º: 21 Jan. 1781; pintura do altar mor: idem, f.78; arrematação da obra geral: idem, f. 32; obra de talha: idem. Mandado do CF para se fazer orçamento da nova ig. de Santa Beatriz em Água de Pena (ibidem, L.º 972, f. 80 v.º: 6 Jul. 1743). Mandado do CF para se mandar rematar e fazer de novo a ig. de Água de Pena, arrematada em 4:000$000, foi mandado pôr novamente a lanços, e ser construída em novo lugar, mandando avaliar judicialmente o referido novo sítio (no valor de 80$000) em presença de seu dono e assistência do mestre das obras reais (idem, f. 179 v.º: Lisboa 2 de Abr. 1745, passado por despacho do CF em 5 de Mar. 1745. Registado no Funchal, 15 Jul. 1746).

[246] Em obras miúdas: 284$445: **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 426, f. 91: 1786. Das várias aquisições da cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo da Ordem Terceira refira-se: tabuado para a ig. (8$000), um pendão para os enterros (15$000): **ARM**, *CON*, L.º 9, f. 65 v.º, 66: 1793 e 1794; um frontal de duas faces (32$400), 6 castiçais (15$000) e de dourá-los (16$400): idem, f. 68 v.º: 1798 e 1800; dourar uma cruz e 2 pirâmides para um pendão da cfr. (2$400 no Funchal): **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 992, f. 4: 24 Jul. 1806. Em 1923 o entalhador Manuel Luciano [Inocêncio ?] de Sousa construiu um frontal em estilo Luís XV, para o altar mor (**BMF**, "Igreja do Caniço", *Correio da Madeira*, Funchal, ano I, n.º 228, 06-01-1923, p. 1; "Frontal de altar", idem, n.º 277, 09-03-1923, p. 1).

[247] Vide fig. 5.8, 5.9, 5.11 - 5.13.

pois em 1803, Timóteo Marques contava 24 ou 25 anos de idade. No entanto, as pinturas podem ter sido feitas depois dos altares estarem colocados.

O altar mor da igreja de Santo António, no Funchal, executado entre a década de 80 e 90 do século XVIII, tem a mesma tipologia decorativa e compositiva destes altares laterais, exceptuando as telas existentes ao centro desses altares laterais e que se encontram envoltas por molduras rectilíneas que são percorridas por longos ramos e decoradas na parte superior e inferior por pontas de folhas de acanto. Como é usual nestes pequenos retábulos colaterais, em vez das quatro colunas que compõem geralmente os altares mores, o retábulo é apenas composto por duas colunas sendo suprimidas as laterais [248].

Mas o esquema mais usado nos retábulos construídos em finais do século XVIII começa a afirmar-se nos retábulos da igreja de Santo António, no Funchal, que é uma igreja rococó quase sem paralelo no arquipélago da Madeira, pela unidade e harmonia existente em toda a talha, adornos e pinturas dos retábulos. O esquema de planta recta e três eixos marcados por colunas coríntias enquadrando mísulas com imagens e baldaquino, existente no retábulo da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, é repetido na **capela mor da igreja de Santo António, no Funchal**, sendo o centro deste retábulo composto com a imagem do padroeiro enquadrada por uma grande moldura rectangular e rematada por um arco, terminado em frontão interrompido com espaldar com o mesmo tipo de remate, decorado por aletas. A predela apresenta cartelas decoradas com "*Cs*" e flores trabalhadas ao gosto rococó e as estilóbadas e entablamento do retábulo são esquinadas. As grandes mudanças em relação à capela de N.ª S.ª da Boa Morte, revelam-se no fuste das colunas que se tornam lisas, tendo no terço inferior um enrolado de três voltas de talha com uma grinalda de folhas e flores abertas, e do capitel da coluna suspende-se um ramo em talha dentro da mesma gramática da parte inferior da coluna [249].

A cartela existente em cima da boca da tribuna, ostenta no interior o Sol e por cima no remate do frontão o brasão das armas reais, de onde partem delicadas grinaldas de rosas, outras flores e folhas, modeladas em dourado com grande naturalismo, fluência, desenvoltura e liberdade e que se espalham em pequenos apontamentos pelas restantes superfícies do retábulo e da capela mor, organizados de um modo simétrico e que tornam esta capela mor com uma composição algo estática, como acontece com a maioria dos retábulos rococós do arquipélago da Madeira.

A **capela do Santíssimo** desta igreja segue uma estrutura copiada directamente da capela mor da mesma igreja. A capela do SS apresenta paredes apaineladas e divididas por pilastras assentes em altos plintos contracurvados, decorados por elementos fitomórficos e vegetais

---

[248] Ainda na ig. do Espírito Santo e de Santo Antão, no Caniço, existem 2 capelas laterais com retábulos de madeira pintada com pequenas aplicações entalhadas e douradas, já de sabor neoclássico, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus no lado do Evangelho e a Santo Antão no lado da Epístola, este mais elaborado e com imagens de roca (vide fig. 5.14 e 5.15).

[249] Vide fig. 6 - 6.3.

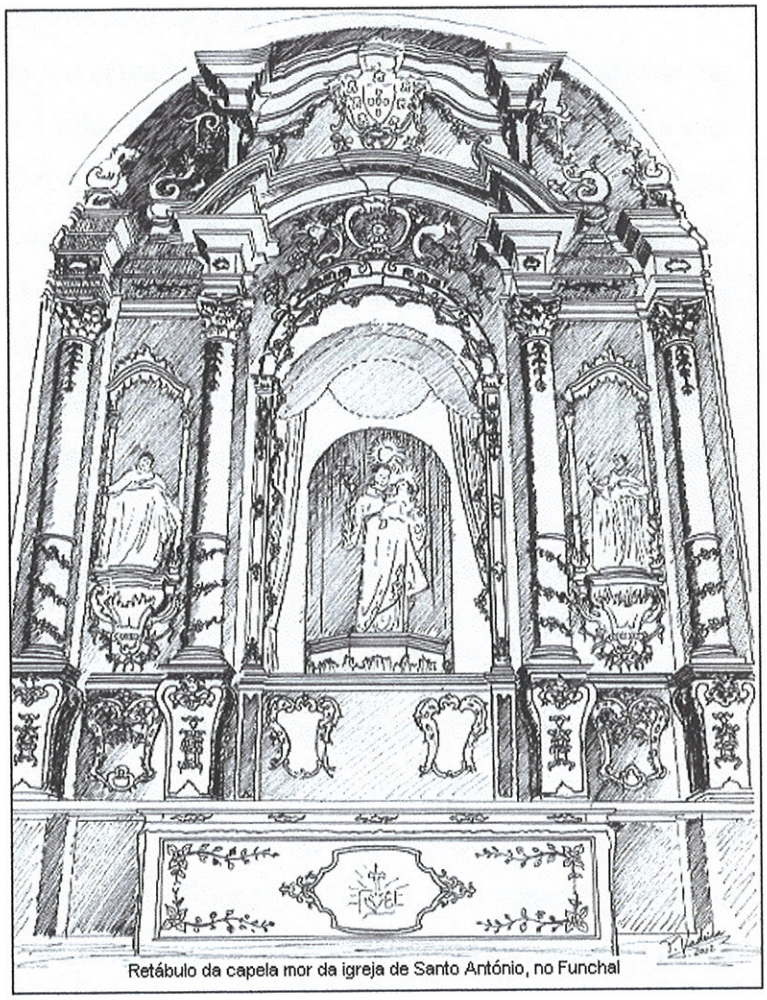


Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 6 – Retábulo da capela mor.

dourados, sobre fundos pintados a imitar mármore de tom lápis-lazúli, inscrevendo telas figurando alegorias às Virtudes.

O retábulo é em talha policromada e o tecto, em abóbada de berço, é decorado com trabalhos de estuque formando painéis pintados. As estilóbadas contracurvadas das colunas laterais do retábulo e o entablamento contracurvado aparece associado aos serpenteados florais patentes na predela do altar, à moldura da boca da tribuna e ao colorido marmoreado, tudo conferindo um certo dinamismo à capela. No remate do retábulo as formas continuam simples e as linhas relativamente severas, notando-se os entablamentos lisos, os painéis quase vazios, as proporções magras, os perfis orlados de folhagens calmas em vez dos atormentados efeitos do barroco final.


Retábulo da capela mor da igreja de Santo António, no Funchal

Da parte superior da boca da tribuna crescem ramificados que se desenvolvem em serpenteado por toda a boca da tribuna, como também nas cartelas existentes entre as colunas laterais, que foram inspiradas em concheados e folhas de acanto e que conferem um maior dinamismo à capela, o que difere ligeiramente da capela mor. Outro aspecto diferente é o facto da talha da capela do SS. ser menos delicada, ou seja, é inspirada em folhas de acanto mais largas, como podemos constatar nas cartelas e no baldaquino que envolve a cruz existente ao centro do retábulo. Para além destas novidades para as composições estruturais e decorativas dos retábulos, neste aparece uma outra novidade que é a imitação em madeira de outros materiais, sobretudo o mármore que é trabalhado com diversas tonalidades, neste caso em tons azulados [250].

Estes retábulos foram edificados após a construção da nova igreja, a partir de 1781 [251], iniciando-se a obra da capela do Santíssimo em 1783, sendo chamado a mando da Real Fazenda

[250] Vide fig. 6.8 - 6.12, 6.16 e 6.17.

[251] A antiga igreja foi arruinada pelo terramoto de 1748, pelo que decidiram construir uma nova, sob projecto de João António Vila Vicêncio. Sobre a construção da nova igreja vide anexo 7.2.

para vir da freguesia do Monte, o pintor José Agostinho da Costa [252]. Em 1789 / 1790, o referido pintor recebeu 150$000 pelo risco que "*deu*" para o altar, ajustando a confraria do SS. com Estevão Teixeira de Nóbrega para o edificar por 700$000, juntamente com o sacrário e ilhargas da capela [253], sendo posteriormente pintada e dourada pelo dourador Boaventura Béze [254].

O retábulo do SS. foi construído no Funchal, mais precisamente no Armazém do Colégio [255], sob direcção do pintor José Agostinho da Costa, que também deu o risco para a dita obra. Foram adquiridos dois mastros em 1789 para as colunas (32$000) e pagou-se a Francisco Fernandes Camacho, Manuel Rodrigues e José de Freitas, $600 por "*atourar os ditos mastros para as mesmas colunas*" [256]. Para a obra do altar vieram ainda três peças de chaprão ($600), duas dúzias de chaprão comprado a Diogo Aires (28$000) e outra madeira comprada a Tomé Gomes (12$200). Transportaram essa madeira para o altar o servente Sebastião Martins, juntamente com Francisco Rodrigues, Manuel António e Caetano de Freitas, conduzindo em dez "*caminhos*" ($100 cada um) "*o mais tabuado*" ($900) [257].

Para além do dinheiro fornecido pela Fazenda Real para a construção da igreja, os tesoureiros das diversas confrarias e da Fábrica da igreja tentaram arrecadar os dinheiros dos vários devedores. As confrarias contribuíram com dinheiro dos seus balances e o povo, com esmolas, por "*determinação de Sua Majestade*" [258]. A título de exemplo, a confraria do SS. em 9 de Julho de 1791, vendeu ao capitão Norberto Fernando de França por 419$800, uma fazenda, "*pertendendo fazer venda d'ella para completar a obra e Altar da capella da referida confraria*" [259]. A confraria do SS. teve uma acção importante na administração da edificação da igreja, pois aquando das obras de pedreiro, o zelador da confraria de N.ª S.ª de Guadalupe, o reverendo cura Manuel João Pereira de Sousa, pagou em 1784 à confraria do SS., 603$800 e em 1793 cerca de 153$566, pelos gastos realizados no arco da capela de N.ª S.ª, portas e janelas [260]. Em 1790, o mesmo reverendo tinha já apresentado um rol de 934$225 de despesas que fez nas duas capelas das confrarias [261].

---

[252] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 8 - 8 v.°, 11 v.°: 1783. Pagou-se-lhe 1$700 de papel para fazer o risco para a capela e 7$300 pelo início da obra, pagos em 3 remessas. Pagaram ainda em 10 prestações, 38$000, entre 16 de Abril e 20 de Junho de 1785 ao referido pintor pelo trabalho dos oficiais que deram início à obra do altar (idem, f. 15 v.° - 16).

[253] Ibidem, f. 40 v.°, 41: ano de 1790.

[254] Idem, cx. 7, proc. 515, f. 3. Idem, *RN*, L.° 2077, f. 19 – 20 v.°; idem, L.° 1089, f. 15 – 15 v.°.

[255] Idem, proc. 510, f. 11 v.°. Pagaram 2 dias ($400) a Manuel Fernandes por esvaziar o armazém para se construir o altar.

[256] Idem, f. 30 v.°.

[257] Idem, f. 28 v.°, 37, 39 v.°.

[258] Idem, proc. 497, fnn. : 1785.

[259] Idem, *RN*, L.° 1050, f. 21 - 22.

[260] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 7: 1784; 42 v.°:1793.

[261] Ibidem, proc. 510, f. 41: 1790.

Em 1796 / 1797 o entalhador António de Agrela recebeu 3$600 por conta de umas "*sobre Portas*" [262]. Já no século seguinte, nomeadamente em 1806 / 1807 continua-se com a feitura de talha para ornamentação da igreja, tendo-se pago avultadas despesas, cerca de 1.603$900 em diversas obras nomeadamente aos mestres que trabalhavam no Funchal e na igreja, a entalhadores, serradores, despesas de carretos de madeira (chaprões, alguns de vinhático do Brasil comprados na casa comercial de Paulo Malheiro de Melo, tábuas, etc.), carretos de talha e de pregá-la [263]. O entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, em 1807, já capitão engenheiro fez um risco "*em grande e em pequeno*" para a mesa e grades da capela (16$400), pagando-se depois 510$000 ao mestre João Pereira pela feitura das grades e vestuário [264]. As despesas continuaram nos anos seguintes, embora então com a aquisição de panos vários para as capelas e com os pormenores finais de acabamento das mesmas [265].

Como foram os mesmos mestres os responsáveis por toda a talha da igreja matriz de Santo António do Funchal, desde os retábulos da capela mor e das do SS. e de N.ª S.ª de Guadalupe, como do púlpito, castiçais e demais ornamentos, assim como dos altares colaterais dedicados ao Senhor Crucificado e a N.ª S.ª da Conceição, que foram feitos sensivelmente no mesmo período, a igreja ficou com uma grande uniformidade estética, podendo ser considerada um dos melhores exemplares rococós existente na ilha da Madeira [266]. Embora o retábulo da capela de N.ª S.ª de Guadalupe, um pouco posterior, apresente um certo despojamento e simplificação formal, patente nas colunas que são de fuste totalmente liso, foi edificado com uma estrutura semelhante ao retábulo do SS., o mesmo se passando com os altares colaterais, com a mesma gramática decorativa da capela mor, em talha branca e dourada mais simplificada [267], tudo concorreu para uma grande unidade de todo o conjunto.

Na **Sé do Funchal**, ao longo das naves laterais, existem seis retábulos também rococós e dos mestres anteriormente citados, edificados entre os finais do século XVIII e inícios do XIX. Os do lado do Evangelho são dedicados às Almas, a N.ª S.ª da Conceição e a Cristo Crucificado e do lado da Epístola, a N.ª S.ª de Fátima, São José e São Miguel. Nestes retábulos as colunas laterais

---

[262] Idem, proc. 513, f. 2 v.°. De 1790 a 1793 não há registos das despesas da cfr. do SS., o que não nos permite analisar mais em pormenor as despesas com os mestres, pintores, entalhadores.

[263] Idem, proc. 520, f. 2 v.° - 4; ibidem, proc. 521, f. 2 v.°. Nestas obras trabalharam entre outros, os mestres: António Gomes Jardim, António Rodrigues, António Martins (de ferragem), Francisco Gomes e o servente Manuel Gomes Serrão.

[264] Ibidem, proc. 520, f. 3 v.°; ibidem, idem, proc. 521, f. 2 v.° e 5.

[265] Em 1810 a confraria gastou 250$000 num pavilhão e 193$773 em tecido de damasco para a boca da capela. Em 1812 o tesoureiro da confraria entregou 240$055 ao Reverendo Vigário José Joaquim de Sousa para comprar um "*frontal rico*" para o altar do Sacrário, comprou um frontal branco e um pavilhão roxo; no feitio do andor de N.ª S.ª [de Guadalupe ?] gastaram 30$000 e na pintura e douramento do dito 25$000. Gastaram 252$500 em obras na sacristia (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 522, f. 2 v.°, 3. Ibidem, idem, proc. 523, f. 3 v.° e 8.; ibidem, proc. 524, f. 3.; idem, proc. 525, f. 2 v.°.).

[266] Vide fig. 6.1, 6.13 e 6.14.

[267] Vide fig. 6.18 - 6.21.

são substituídas por pilastras, decoradas longitudinalmente por um fino e longo ramo composto de pequenas folhas e flores em botão e suspenso por um laço entalhado. Estes finos ramos, embora com flores abertas, também se apoderam dos frontais dos altares, da parte inferior das colunas desenvolvendo-se em espiral, da predela, da mísula e da parte inferior da boca da tribuna, da moldura que circunda os nichos centrais e laterais que albergam esculturas ou pinturas e da parte do remate do retábulo envolvendo as cartelas existentes em cada um. Embora dentro de uma aparente unidade, estes retábulos diferenciam-se pela cor da pintura geral e dos efeitos marmoreados [268].

Os retábulos das naves laterais da Sé, à primeira vista, parecem assim idênticos. No entanto, para além das variações cromáticas dos efeitos de marmoreados, revelam diferenças em pequenos pormenores decorativos, tais como nas decorações das estilóbadas e nos grandes baldaquinos, "*Cs*" e folhas de acanto, nos quais as linhas orientadoras e as arestas da parte central dos baldaquinos em forma de concha são diferentes. Por exemplo, os retábulos de N.ª S.ª de Fátima, S. Miguel e Cristo Crucificado são mais geométricos e rectilíneos, enquanto que os outros três são mais ondulados. O altar de São José ainda difere dos restantes, por possuir um pequeno nicho, onde está colocada a imagem de N.ª S.ª do Rosário, decorado com folhas de acanto em forma de "*C*" e por um fino ramo que percorre em serpenteado as molduras laterais. No mesmo espaço dos outros retábulos, existe somente uma mísula da largura da boca da tribuna, decorada com folhas de acanto e uma flor aberta ao centro de onde partem algumas folhas [269].

Na década de 90 realizaram-se assim importantes obras na Sé do Funchal. Construiu-se por exemplo, o coro por cima da porta principal, que até então estava na parede poente do braço norte do transepto e fez-se a abertura de dois janelões no frontispício, com a respectiva varanda sobre o antigo largo da Sé. Estas obras obrigaram à deslocação das portas travessas, de forma a saírem debaixo do novo coro. Tapou-se ainda o enorme poço do corpo da igreja, cuja boca oferecera D. Manuel em calcário brecha da serra da Arrábida e abriu-se um novo poço, na cerca da Sé [270]. Estas obras foram realizadas quando eram fabriqueiros os cónegos João Paulo de Berenguer e João Manuel de Couto [271], sendo muitas delas dirigidas pelo pintor António da Trindade da Cruz [272].

---

[268] Vide fig. 7 - 7.11.

[269] Vide fig.7.2 - 7.5.

[270] A descrição da Sé antes destas obras pode ser consultada em Henrique Henriques de Noronha, "*Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na ilha da Madeira 1722*", Transcrição e notas de Alberto Vieira, SRTC / CEHA, Funchal, 1996, pp. 139 - 141.

[271] **APEF**, *Cabido da Sé do Funchal*, 103.8.20, documentos diversos, 12 Set. 1798 [**ARM**, microfilme 738, n.º 286].

[272] Estas obras dirigidas pelo pintor António da Trindade encontram-se descritas no capítulo 4.1.3, referente aos pintores em actividade na Madeira. Ainda neste período foi pago a António Ferreira Duarte (familiar do pintor Nicolau Ferreira Duarte ?) "*pela reforma da solfa, e letras redondas e concerto de 9 Psalterios do coro*" 43$200 em 1792 e 7$000 em 1793 "*pela solfa, e escrita no Livro que mandou fazer o mestre das Serimónias para servir na capitulação e nas matinas da Conceição, Nascimento e tambem para as Preces do parto de Nossa Augusta Princesa*" (**IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 8, L.º da fábrica da Sé do Funchal (1769 - 1795), f. 234 v.º, 245 v.º.), sendo todos estes gastos, em materiais e com os oficiais vistoriados pelo mestre das obras reais João António Vila Vicêncio, em 1791: 1:864$455 e em 1792: 2:496$145 (Ibidem, f. 223, 234 v.º).

Até a década de 90 do século XVIII, existiam oito altares e duas capelas nos braços do transepto e aos lados da capela mor da Sé, algumas encostadas ao próprio arco triunfal, num esquema que hoje, dado o espaço em causa, nos confunde. Se acrescentarmos, que nesse espaço ainda funcionava o coro e, na nave principal, ao centro, existia o poço geral de serviço das várias dezenas de cónegos, capelães, sacristães e demais funcionários da Sé, todo o conjunto necessitava de uma ampla reformulação.

Refere o cronista Henrique Henriques de Noronha que no lado do evangelho existiam os altares de N.ª S.ª da Conceição, de N.ª S.ª do Amparo, em capela própria, hoje dedicada a N.ª S.ª de Lourdes, de S. Jorge, e de S. Miguel, ambos e até então debaixo do primitivo coro; no topo do cruzeiro ainda o de Santo António, único que ficou e, na parede seguinte, o das Almas, que informa o cronista que era recente e "*fabricado*" pelo seu tio, o cónego Francisco Henriques, então tesoureiro da Sé. Do lado da epístola, ao lado da capela mor, o altar de N.ª S.ª do Rosário, a capela do SS., os altares de S. José e da Ascensão do Senhor e, na cabeceira do cruzeiro, o do Senhor Jesus, que antigamente se chamava de Santa Ana [273].

Por determinação do Bispo do Funchal, D. José da Costa Torres, em inícios da década de 90 foram retirados os altares do cruzeiro, ficando nos seus lugares somente o de Santo António e o do Senhor Jesus, assim como os das capelas colaterais, ou seja de N.ª S.ª do Amparo e do Santíssimo. Foram então levantados seis deles ao longo do corpo da igreja [274], já referidos anteriormente e mandados fazer pelas confrarias das respectivas devoções dos altares. Foi desmanchado o enorme altar da Ascensão do Senhor, não susceptível de integração no pé direito das naves laterais e cuja monumental tela de Fernão Gomes se encontra hoje no Museu Diocesano de Arte Sacra.

A 25 Setembro de 1797, o carpinteiro Manuel José de Freitas, tesoureiro da confraria de São José, dos oficiais de carpinteiro e pedreiro e que depois encorporou outros ofícios, contratou o pintor Filipe Caetano "*em por hum altar completo e acabado de tudo que persizo seja para a mesma obra segundo o risco que tem em seu poder para a mesma obra, bem entendido que hé de carpinteiro, e intalhador, e pintor,*" para estar concluído a 1 de Março de 1798, por 390$000, dando o tesoureiro a madeira e o ouro necessário, a pagar em três prestações de 130$000, uma em Outubro, outra em Dezembro e a última quando o altar estivesse assente. Para fazer este altar o referido pintor fez uma escritura, de que foram testemunhas o entalhador António de Agrela Azevedo e o serralheiro Vicente Ferreira da Silva, prováveis trabalhadores no mesmo altar [275]. Em 1798 o referido tesoureiro afirmava que embora a confraria seja "*huma das ricas desta cidade*", não podia levantar o altar de S. José "*com a ostentação e decência*" que o mesmo altar requeria,

---

[273] Henrique Henriques de Noronha, ob. cit., pp. 139 – 140.

[274] **APEF**, *Cabido da Sé do Funchal*, 103.8.20, documentos diversos, 12 Set. 1798 [**ARM**, microfilme 738, n.º 286].

[275] **ARM**, *RN*, L.º 2066, f. 125 - 126.

deliberando a Mesa que o tesoureiro fizesse as cobranças em atraso e recolhesse assim o dinheiro necessário [276].

A confraria de Santa Ana e São Joaquim também quis fazer um novo altar, até por se encontrar instalada então no do Senhor Jesus. Assim, em 8 de Julho de 1794, o tenente de Infantaria, Agostinho Domingos de Gusmão, na qualidade de tesoureiro e administrador da confraria vendeu o antigo altar ao *Illm.º* Luís Vicente de Carvalhal Esmeraldo Vasconcelos Bettencourt Sá Machado, por 400$000, pagos em prestações semanais de 10$000, que teve seu princípio aquando do início da feitura do novo altar, sendo obrigado a desmanchá-lo à sua custa e a dar todo o material necessário para o novo altar [277].

Em 14 de Novembro de 1797, o então já sargento mor de milícias do regimento da Calheta [278], Agostinho Domingos de Gusmão, tesoureiro da confraria, contratou o carpinteiro José Rodrigues, o entalhador João da Câmara Sá e o pintor Filipe Caetano da Trindade para construírem o novo altar. Filipe Caetano ficou responsável em dirigir a obra e fornecer todas as plantas e riscos que fossem necessários ao carpinteiro e entalhador, fazendo a selecção qualitativa das madeiras "*sendo estas boas, sem samago ou nó*" e ficou ainda incumbido de visitar todos os dias as *tendas* dos dois oficiais, para que assim pudesse dirigir bem a obra, conforme as instruções que lhe deu o tesoureiro da confraria. Ficou ainda obrigado a dourar e pintar o altar por 120$000 e estabelecendo-se a data limite do trabalho, até 15 de Julho de 1798 [279].

José Rodrigues e João da Câmara Sá fizeram o novo altar, idêntico *ao "que se está fazendo para o Altar de São José da mesma Cathedral"*, levando cada um respectivamente pelo seu trabalho, 260$000 e 100$000. José Rodrigues punha à sua custa toda a madeira, ferragens e mais materiais necessários, ficando o entalhador responsável pela condução de todas as peças aparelhadas do altar, da *tenda* de José Rodrigues para a sua, ficando concluída a obra de carpinteiro e de entalhador até ao dia 15 de Maio de 1798 [280].

Até ao momento afirmava-se que Estevão Teixeira de Nóbrega tinha colaborado e até sido o grande responsável pela feitura destes retábulos, o que não é verdade, pois entre outros mestres, encontramos essencialmente o pintor Filipe Caetano da Trindade, o entalhador João da Câmara e a oficina de José Joaquim da Trindade e de seu pai a trabalharem na Sé. Não encontrámos assim referências a Estevão Nóbrega., o que não quer dizer que não tenha elaborado o risco geral que serviu de modelo ao conjunto dos retábulos, pois a traça dos mesmos não difere muito dos retábulos em que trabalhou. Saliente-se que na época, na Madeira, parece não haver grande distinção entre o

---

[276] *L.º de Eleições dos Juizes...* cit. Rui Carita, "A Confraria de S. José (...)", art. cit., pp. 67 - 68.

[277] **ARM**, idem, L.º 1060, f. 74 – 74 v.º. O altar não foi desmanchado, pois ainda hoje se encontra na Sé, inclusivamente com as anteriores pinturas evocativas de Santana, assinadas por Miguel de Coxcye e datadas de 1581.

[278] De que era coronel o mesmo morgado Luís Vicente de Carvalhal, irmão mais velho do futuro conde de Carvalhal.

[279] **ARM**, idem, L.º 1072, f. 13 v.º - 15 v.º.

[280] Ibidem.

tipo de entalhamento e os motivos decorativos realizados pelos vários entalhadores. Realizava-se assim mais um trabalho de artífice do que criativo e de artista. Assim, como escrevemos acima, o altar de Santana devia ser semelhante ao de São José e esse, com certeza que, pelo menos, teve a concordância do mestre Estevão Teixeira de Nóbrega, membro que era da mesa da Confraria.

Ainda na década de 90, encontrando-se muito danificado o antigo camarim da Sé, edificado entre 1648 e 1654, pelo imaginário Manuel Pereira e pelos douradores Baltazar Gomes e Manuel Duarte [281]. A confraria do SS. reuniu-se a 23 de Junho de 1797 e pelo "*deplorável estado em que se acha o sepulcro que anualmente serve na Semana Santa e igualmente a necessidade que há de outro novo*", foram apresentados dois riscos à Mesa, que escolheu o melhor e o pôs com seu orçamento à arrematação [282]. No entanto, em 22 de Agosto de 1798, a confraria do SS., pela pessoa de seu tesoureiro José António Monteiro e seu advogado, o doutor João Pedro de Freitas Drumond, o depois célebre genealogista *Doutor Piolho*, contrataram o carpinteiro Estevão Teixeira de Nóbrega para realizar uma obra nova, para se poder fazer "*aquela augusta função com a honra devida a tão alto ministério*".

Entre vários riscos que apresentou Estevão Teixeira de Nóbrega, a Mesa aprovou um "*segundo a prespectiva, e planta do dito risco, só com a differença de levantado em toda a sua altura, de sorte que fique a resplendor do Sacramento em quarenta e hum palmos, ou onde se achar na verdade pela medição que ao depois se fês; e bem apsim de reduzir a cupula, que no desenho hé de quatro columnas a seis, com a regularidade, que pede a obra, e bem apsim de fazer huma talha, forte, e decente, que corresponda á grandeza, e dignidade da obra a seu arbitrio, cuja obra, com a sua ferrage correspondente de parafusos, e trancas, segura, solida, e duravel deve dar prompta no espaço de dois annos, se mais sedo o não puder fazer, e isto completa de páo, e ferrage, á excepção dos sanefoens, e cortinas, que no risco se acháo delineados, porque epses seráo de seda, e náo de madeiras, más sendo o fundo de madeira, delles para baixo*", ajustado por dois contos de réis, pagos em três prestações, 800$000 pagos no acto desta escritura e os outros 1:200$000 pagos em duas prestações, a primeira a meio da obra e a última quando estivesse completa [283].

Este risco apresentado em 1798, não foi no entanto executado e em 22 de Maio de 1800, foi aprovado um novo risco para o trono de exposição do SS., utilizando-se a parte inferior do antigo camarim e a velha "*Ceia*" esculpida por Manuel Pereira, hoje patente no Museu de Arte Sacra do Funchal, modificando-se apenas a parte superior [284]. Em 21 de Junho de 1800, Estevão Teixeira de Nóbrega já havia recebido os 800$000 iniciais e mais 100$000, que os já havia

---

[281] Livros de receita e despesa da cfr. do SS.: 1652 - 54, f. 22 v.º, 25 v.º e 28, cit. de Pita Ferreira, ob. cit., p. 253 - 254.

[282] Pita Ferreira, ob. cit., p. 254.

[283] **ARM**, *RN*, L.º 1076, f. 58 – 59 v.º.

[284] Livro das determinações da cfr. do SS. (1784 - 1857), f. 19, ob. cit. de Pita Ferreira, p. 254.

distribuído no emprego das madeiras, "*seus carretos e outros gastos precisos*", como os salários dos oficiais que estavam empregados nesta obra.

Face à situação foi-lhe mandado parar o trabalho, achando a Mesa que seria uma avultada despesa, pelo que mandou vir da *Patriarcal*, em Lisboa, um modelo "*para se fazer por ele o pretendido Monumento*", mas modelo este que não foi aprovado em nova reunião da mesa. Foi então ordenado a Estevão Teixeira de Nóbrega que fizesse um novo risco, que foi aceite, fazendo-se novo ajuste e distratando-se o contrato da escritura de 22 de Agosto de 1798.

Estevão Teixeira de Nóbrega obrigou-se a fazer o último risco, fazendo toda a despesa por conta da confraria, aplicando a madeira e peças já feitas, que estavam em seu poder para a construção do primeiro trono e recebendo do tesoureiro todas as quantias que fossem precisas para a compra das madeiras, pregos, e mais coisas necessárias, como para satisfação das férias dos oficiais empregados na obra. Dos 900$000 do primeiro contrato que haviam sido pagos ao entalhador, este apenas possuía então 45$150 em dinheiro, que foram empregues nos gastos da segunda obra [285].

Neste novo sepulcro, segundo conta de Estevão Teixeira de Nóbrega, pagaram-lhe 1:591$140, dando-lhe ainda 10$000 "*de mimo, pelo grande zelo com que assistiu à dita obra, trabalho pelas freguesias em procura de madeiras, para a dita obra*", sendo depois o douramento executado por Boaventura Béze por 850$000 [286]. Refira-se que entretanto já nada resta deste segundo camarim, enquanto que ficou grande parte do primitivo da época de Manuel Pereira.

Na Sé do Funchal, entretanto, mais precisamente na sacristia dos capelães e por debaixo da torre sineira, foi colocado nos inícios do século XX, um altar também construído em finais do século XVIII. Este altar pertencia à capela de N.ª S.ª do Monte do Varadouro, situada junto ao portão no largo dos Varadouros, na freguesia e não longe da Sé. O altar foi retirado porque tanto a capela, como a muralha da cortina da cidade com que se articulava, foram demolidas por prejudicar a estética do novo largo, sendo o altar deslocado para a Sé em 1911, o que gerou alguma polémica na época [287]. Este retábulo assemelha-se aos retábulos rococós das naves laterais da Sé,

---

[285] **ARM**, idem, L.º 1083, f. 85 v.º - 87.

[286] Livro de receita e despesa da cfr. do SS da Sé (1801 - 1854), f. 3 e seguintes, cit. ob. cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 255. Ainda aquando das obras do sepulcro fizeram-se 4 tocheiras grandes (80$000), 6 pequenas (*67$000 e mais obra que fez*) e o mestre José Jacinto fez outras 6 pequenas (51$000). Foram comprados no Carmo, dois *anjos velhos* ao mestre Estevão José Moniz (16$000) e o mestre Eugénio António, reformou o apostolado do sepulcro (120$000); veio um tapete de Londres (252$350), o ourives José Joaquim de Freitas consertou a prata (5$800), vieram de Londres pêndulas de cristal para os lustres (43$056), um pavilhão de Lisboa, por José Caetano Monteiro (1:614$784 e mais 153$081 de despesas em Lisboa), vidros das placas e olhos de vidro para o apostolado também comprados em Lisboa (26$771), um lustre de vidros comprados a Thomas de Cantuária Júnior (75$000) e 4 peças de carmesim para forro da capela do sepulcro, vindas de Londres e remetidas pela *Burmister S. Nach* (363$788) (ob. cit., Pita Ferreira, p. 255). Ainda para a cfr. do SS. em 1806, foi construída a mesa dos Irmãos segundo risco e planos dados pelo mestre Manuel Fernandes (vide anexo 5), que custou 2:732$500, em substituição da antiga que estava "*inteiramente indecente, pela sua antiguidade, ruína e grosseira*" (L.º das determinações da cfr. do SS. da Sé, f. 26 v.º). Em 1966 achou-se que era demasiado volumosa a obra monumental do camarim e que tapava a talha renascentista do altar e painéis flamengos, sendo então resolvido baixá-lo cerca de 3 metros (Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª Edição, 1989, p. 663).

[287] Rui Santos, "A demolição da muralha da cortina da cidade", rev. *Islenha*, n.º 25, Jul. - Dez. 1999, p. 51 - 53.

nomeadamente nos esquemas decorativos, predela e cartela de remate do retábulo, assim como no marmoreados das colunas. No entanto, este retábulo é de planta curva, bastante mais largo e um pouco mais simplificado na ornamentação, sendo as colunas de fuste liso [288].

Outro retábulo com características rococós é o da capela mor da **igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos**. Este retábulo é composto por dois pares de colunas com fuste liso imitando lápis-lazúli, com o terço inferior decorado com ramos de flores em espiral, que assentam em estilóbadas ligeiramente salientes e decoradas com motivos concheados espalmados. Superiormente e sobre os capitéis coríntios das colunas assenta a arquitrave, com friso e cornija interrompida na parte central para enquadrar o trono, que está metido no camarim em arco de volta perfeita, decorado com rendas e ornamentações semelhante ao esquema do resto do altar. O remate superior do conjunto é interrompido e enquadra uma cartela com os símbolos da Eucaristia e é encimada por uma concha ladeada por anjos. As paredes laterais também são decoradas com a gramática do retábulo, destacando-se as largas e requintadas molduras entalhadas que ornam os quadros e as janelas [289].

O retábulo apresenta pequenos apontamentos de talha dourada, proliferando por todas as partes do retábulo elementos decorativos de volutas, fragmentos de concheados, flores abertas, folhas de acanto em baixo relevo em forma de "*S*s" e "*C*s", como que fossem "*colados*" ao fundo branco e liso e pertencessem a um tecido de delicadíssima decoração. Contrariamente ao ramo fino de flores que cobre as pilastras da igreja de Santo António no Funchal e dos altares laterais na Sé, aqui existem motivos decorativos compostos com folhas de acanto, lembrando de alguma forma cascas de camarão, ou "*C*s", adornados no lado convexo com pequenos fragmentos de folhas de acanto e flores dispostas simetricamente em eixos transversais e longitudinais. Estas pilastras que separam diversas telas e janelas, estão assentes em altos plintos de base mais delgada que a base em que assentam as pilastras, o que as torna bastante elegantes. Este esquema decorativo, embora mais simplificado, também está presente nos altares laterais da nave e nos altares laterais ao arco triunfal da igreja [290].

Para esta igreja, estava previsto em 1761 a construção de uma obra em talha para o altar mor, tribuna e sacrário, orçada em 3:107$000, sendo pedido pelo Conselho da Fazenda que se fizesse um retábulo "*tám liso de ornamento como pede a boa architectura com seu ornato decente, ou architectura pintada cor de perola com as colunas fingidaz de pedra e as paredes da capela cobertas de azulejo na altura de 10 ou 12 palmos*", que foi arrematado em 1764 pelo entalhador Julião Francisco Ferreira por 2:990$000 [291], após se ter construído a nova igreja por a antiga ser

---

[288] Vide fig. 8 - 8.3.

[289] Vide fig. 9 - 9.7.

[290] Vide fig. 9.8 - 9.13.

[291] **IAN/TT**, *PJRFF*, L.º 974, f. 71 v.º: 27 Nov. 1758 e 30 Julho 1761; ibidem, L.º 975, f. 75 – 75 v.º: 15 Fev. 1764.

pequena e ameaçar ruína [292]. No entanto, com estas características de talha da década de 60 não existe nada na igreja, à excepção do sacrário que foi construído nessa época [293].

A talha existente na igreja de N.ª S.ª da Graça é assim das últimas décadas do século XVIII. A talha mais antiga é a do altar da confraria do Senhor Jesus, que estava em obras nos inícios da década de 70, tendo recebido o entalhador Miguel Francisco França [Miguel Francisco da Câmara ?] em Agosto de 1774, 12$000 "*pela talha que fez para o altar do Senhor Jesus*", dourando-a e pintando-a João António Vila Vicêncio, em 1774 / 1775 [294].

Por volta de 1786 / 1787 as confrarias da igreja adquiriram alguns objectos de talha [295] e em inícios de 1797, fez-se uma casa para guardar as alfaias e móveis da confraria das Almas e um cemitério "*para os ossos dos defuntos como há em muitas igrejas*" [296]. Posteriormente, na década de 90, esta igreja foi novamente reconstruída. O projecto foi do capitão engenheiro Vila Vicêncio e em Maio de 1790, a obra base de pedreiro foi arrematada pelo entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, enquanto a obra do altar mor e retábulo, foi arrematada pelo entalhador António de Agrela, mas tendo o despacho da Junta da Fazenda de "*Sem efeito*" [297]. A obra acabou por ser arrematada no ano seguinte novamente pelo entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, com a colaboração do mestre das obras reais João Vila Vicêncio, que ficou como responsável pelas obras de pedreiro e carpinteiro [298].

---

[292] Mandado de 23 Set. 1692 para se fazer a obra da nova ig. arrematada por Francisco Rodrigues em 811$000. (L. 12 da *PJRFF*, f. 193 v.°, cit. *Índex. Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda*, ob. cit., f. 119 v.°.). Mandado do CF para se mandar fazer orçamento e pôr a pregão a obra (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 972, f. 189 v.°: 30 Jul. 1744) Mandado do CF para a feitura da ig. e pagamento de 551$662 da casa do vigário e abateram 194$900 de 1 alqueire e ½ quarta de terra por ser necessário estes espaços para a construção da nova ig. (ibidem, f. 256 v.°: 5 Março 1748). Mandado para fazer as obras, orçadas em 7:028$020, tirando-se 1:631$320 em que foram orçadas as obras dos muros do adro e circuito da mesma ig. por ser menos precisa (idem, L.° 973, f. 102: 13 Nov. 1750). A 3 de Fev. de 1753 foi lançada e benzida a primeira pedra da nova igreja e a 18 de Jan. de 1756 foi benzida a capela mor pelo vigário da freguesia, Manuel Borges de Alemanha (in: arquivo paroquial da ig. do Estreito de Câmara de Lobos, *Livro de Contas de N.ª S.ª da Graça*, cit. Graça Freitas e Manuel Santos, "Notas sobre a freguesia do Estreito de Câmara de Lobos", rev. *Girão*, n.° 4, 1.° semestre 1990, p. 132).

[293] Manuel Gonçalves Pita, "O sacrário da igreja de Nossa Senhora da Graça", in rev. *Girão*, n.° 5, 1990, pág. 217.

[294] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 4, proc. 294, f. 10, 11, 13, 17. O entalhador e o pintor foram auxiliados pelo carpinteiro Bernardo Gomes e seu f.° na feitura dos andaimes e em outros serviços de apoio. Para o altar foram compradas tábuas a Manuel de Abreu. (ibidem, f. 12, 14, 15, 16, 18). O Vigário Borges de Alemanha mandou vir de Lisboa um frontal de damasco roxo para o altar do Senhor Bom Jesus que custou 15$911 (idem, proc. 291, f. 18).

[295] A confraria do SS. pagou 3$100 em 1787 a João dos Santos Correia, pelo feitio da talha e madeira para uma peanha para um Menino Jesus, encarnando, dourando e pintando a dita peanha António da Trindade em 1788 por 5$900 juntamente com uma cruz que o Menino Jesus tem na mão (**ARM**, idem, proc.270, f. 12: 1787); (ibidem, f. 13: 1788). Em 1794 a confraria do SS. no conserto do camarim gastou 49$200 (idem, proc. 275, f. 4). Já a confraria de N.ª S.ª da Salvação em 1786 / 1787 gastou 21$500 na aquisição de 6 castiçais dourados, tendo a confraria de N.ª S.ª da Candelária gasto 3$200 para pagar o resto dos castiçais do altar, entregando ainda para o mesmo fim 18$000 ao vigário Borges de Alemanha (idem, proc. 264, f. 2; idem, proc. 253, f. 2, 5.).

[296] Em relação às obras no cemitério e outras obras miúdas tais como: castiçais, tumbas, lanternas, etc., vide o anexo 7.3.

[297] Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 434 - 435.

[298] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 427, fs. 38 a 42. Arrematações do altar mor e retábulo, 849$000: 27 Maio; arrematação da obra geral: 29 Mai. 1790, 12:000$000; nova arrematação, 15 e 17 Fev. 1791, 12:212$000.

Em finais do séc. XVIII, entre 1794 e 1804, foram realizadas obras na **capela do Santíssimo da igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol**, situada no lado da Epístola [299]. Para o referido altar, realizado no Funchal, em 1794 a confraria pagou 3$800 aos oficiais e serventes "*que apiaram o Altar na cidade*" e o conduziram para o calhau, deslocando-se até o Funchal para este efeito o carpinteiro Eugênio Varela e sendo o altar depois transportado de barco para a Ponta do Sol, pelo que se pagou de frete 6$000 [300].

Para as obras de talha e pintura, a localidade da Ponta do Sol não era auto-suficiente, pelo que vieram mestres do Funchal para ultimarem a colocação do altar e esculpirem mais alguma obra. Trabalhou então ali o pintor António da Trindade, que fez o risco do arco da capela do SS. e restante talha [301], assim como o entalhador e filho do referido pintor, José Joaquim da Trindade. O entalhador trabalhou muitos dias entre 1795 e 1800, ganhando $500 por dia e recolhendo-se em 1799 para o Funchal com a sua ferramenta [302]. Regressaria novamente em 1800, trabalhando nesse ano durante 93 dias e ganhando 51$150 ($550 por dia). Foi pago ainda nesse mesmo ano, 45$000 ao mestre José dos Reis, por recortar a talha das ilhargas da cúpula, gastando-se 6$000 em chaprão para acabar a cúpula e 65$000 com um entalhador [José da Trindade ?] à conta desta última obra [303].

O retábulo desta capela difere em muitos aspectos dos outros retábulos edificados no arquipélago da Madeira. O retábulo é em talha dourada, branca e vermelha, rematado por um frontão interrompido enquadrando uma pomba branca, símbolo do Espírito Santo. O frontão assenta sobre dois colunas de capitéis estriados, contendo na parte inferior uma fila de folhas de acanto e rematados superiormente por volutas. O fuste das colunas é decorado na parte superior e inferior por fitas e laços ostentando ramos com folhas e flores abertas que também percorrem a parte restante do retábulo e os elementos de talha das paredes desde a predela, as estilóbadas, os frisos, o frontão, as molduras e as pilastras. Na parte central do retábulo encontramos duas pilastras em vez do habitual camarim ou boca da tribuna, que enquadra um sacrário com baldaquino com características que divergem dos seus congéneres entalhados no Arquipélago [304].

---

[299] Vide anexo 7.4.

[300] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 682, f. 7.

[301] Ibidem, f. 10 v.°.

[302] 1794 (**ARM**, ibidem, proc. 682, f. 7). 1795: 86 dias e meio (ibidem, f. 10 v.°). 1796: 115 dias: 57$500 (idem, f. 17 v.°). 1799: tabuado que comprou em 1796 em casa do comerciante *Alen*: 65$350 (ibidem). 1799: frete quando se recolheu para o Funchal com sua ferramenta: $200 (idem, f. 18).

[303] **ARM**, idem, f. 20. Aquando desta obra da cúpula trabalharam ainda o mestre Eugênio Varela: 29 dias a $450 (13$050) e o mestre Francisco Teixeira 28 dias a $450 (12$600) (ibidem), gastando-se 18$450 em tabuado para assoalhar o monumento e pregos e trancas para o dito (idem, f. 20v.°); 2$200 em papel e para o oficial que tomou as medidas para o risco do tecto (idem, f. 20) e 5$050 na pintura de branco no arco da capela (idem, f. 18). No ano de 1803 a capela foi dourada e pintada, pagando-se 400$000 a um pintor que veio do Funchal, construindo-se em 1804 o sacrário (idem, f. 30) e adquiriram os seis quadros para os lados da capela por 244$000 (idem).

[304] Vide fig. 10, 10.2 - 10.5.

Das décadas de 80 / 90 do século XVIII sabemos ainda da existência de retábulos em outras igrejas, mas a maioria deles desapareceram ou foram transferidos para outros locais. Teriam sido muito provavelmente edificados em estilo rococó, pois neste período os retábulos apresentavam todos as características desta tendência artística. As igrejas a que nos referimos, são N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas; N.ª S.ª da Graça, no Estreito da Calheta; N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água e no convento de São Francisco, no Funchal.

A **igreja de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas**, abalada pelo terramoto de 1748 ficou em tal ruína que obrigou à sua reconstrução [305]. As obras prolongaram-se desde a década de 50 até a década de 60, como consta na inscrição de 1756, à entrada do edifício. A estrutura da igreja foi concluída em 1766, quando foi orçada a obra do retábulo, tribuna e camarim do altar mor em 1:500$000 e posta em praça. No entanto, a quantia arrematada não foi a desejada pela Fazenda Real, pelo que mandou arrematar novamente, alegando que "*haverá quem a faça por menos*" [306].

A igreja estava sem altar mor e sacrário, pelo que o vigário e fregueses requereram à Real Junta a confecção da dita obra, orçada em um pouco mais de 900$000, enviando a Real Junta em 1787 para a referida obra, apenas 400$000 [307]. Como não era possível conclui-la somente com este dinheiro, o vigário da paróquia suplicou aos paroquianos e devotos para concorrerem com as suas esmolas. A 4 de Setembro de 1786, o tesoureiro da confraria de N.ª S.ª da Piedade, António Agostinho de Carvalho pediu ao Provedor dos Resíduos e Capelas para poder aplicar na obra, os balances pertencentes às confrarias. O vigário da igreja pediu que a confraria de N.ª S.ª da Piedade entrasse nas despesas, porque esta colocava no mesmo altar a imagem da Santa, por ser a padroeira da freguesia, "*e* [a obra] *nam ficar inperfeyta porque só per este modo pode ter finalizaçam*". Foi ainda arrecadado um empréstimo de 100$000, que D.ª Maria Luísa Antónia Betencourt tinha contraído à confraria de N.ª S.ª da Piedade, 30$000 de esmolas que estavam em poder de alguns dos anteriores tesoureiros e outras esmolas que recolheram de 1786 a 1788 [308].

Os carpinteiros Domingos Nunes e Estevão Teixeira de Nóbrega ajustaram por 332$000 com o reverendo vigário dos Canhas, António Agostinho de Carvalho para fazerem o altar mor de N.ª S.ª da Piedade, nomeadamente o altar, camarim, sacrário e colunas do altar, conforme o risco apresentado, devendo o mesmo estar concluído até 30 de Novembro de 1786. Foi feito de madeira de castanho e de pinho de casquinha, dando o vigário a madeira de castanho e responsabilizando-se

---

[305] Autorização da proposta de demolição, fazer orçamento, por a lanços e aproveitar os materiais da velha ig. (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 973, f. 102 v.°: 30 de Out. 1750); Mandado do CF para se fazer a nova ig. noutro local, aproveitando os materiais da velha e o trabalho dos fregueses para abrir os alicerces; importada a ig. em 9:148$670 para se arrematá-la no menor lanço, o lajeado do corpo da ig. foi orçado em 1:655$500 e não se fazer com estrados de madeira, ficando só o meio e capela mor da ig. com lajeado (ibidem, f. 167: 2 Jun. 1752).

[306] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 975, f. 121: Lisboa 21 Jan. 1766, passado por despacho do CF de 17 Jan. 1766.

[307] Este era o valor que a Fazenda Real disponibilizava anualmente para o reparo de todas as igrejas da Madeira (**ARM**, *GC.*, L.° 728, f. 51 - 52: 11 Jul. 1827.). Portanto neste ano, esse valor foi atribuído a esta igreja.

[308] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 654, f. 3 e 14.

pela condução da obra do calhau da Ponta do Sol para os Canhas. Gastaram ainda 10$300 fora do ajuste, em tabuado de pinho para forro dos lados do altar, "*fingirem-se cortinas e forro do camarim*" [309], sendo o altar pintado e dourado pelo pintor António da Trindade da Cruz [310] e vistoriado, em 1788, pelo capitão engenheiro João António Vila Vicêncio [311]. No entanto, este altar mor já não existe na igreja, mas uma decoração neo-maneirista e neo-barroca do século XX..

A **igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito da Calheta** também passou na década de 90 do século XVIII por várias obras de ampliação e melhoramentos, como consta na fachada principal a inscrição de 1791. O entalhador António de Agrela arrematou a execução do retábulo e altar mor, fazendo sociedade com o carpinteiro José dos Reis Silva, em 17 de Fevereiro de 1791, para o realizarem em conjunto. A 16 Setembro 1793 anularam a sociedade, por José dos Reis não querer continuar na dita obra, recebendo o dinheiro pelo tempo e pelas peças em que tinha trabalhado, ficando exclusivamente encarregado da conclusão da mesma o referido entalhador [312]. O altar antigo foi vendido em 1792 por 16$000, para o vigário Leandro José da Fonseca, para ser colocado na igreja de N.ª S.ª dos Prazeres [313].

As confrarias de menores recursos financeiros, sobretudo as de zonas rurais, revelavam algumas dificuldades financeiras quando se abalançavam a obras de maior envergadura, como a construção de uma capela ou retábulo de talha, obrigando os tesoureiros a uma melhor administração dos seus bens. A confraria do SS. do Estreito da Calheta, por exemplo, aplicava as suas receitas nas várias despesas cultuais, entre as quais com a Semana Santa, sendo esta a mais avultada que faziam. Esta última despesa teve a censura do Desembargador e Juiz do Resíduo, numa visita realizada em 1799, que censurou também outras confrarias sobre o mesmo assunto, acusando de má administração dos tesoureiros, que em vez de aumentarem os seus bens, os destruíam com os gastos das Semanas Santas.

Advertia o juiz dos Resíduos que "*os demais thezoureiros desta Confraria, não tem feito outra couza mais do que reduzila a hú estado de pobreza, (...) até ficar inteiramente pobre, e devidora*", afirmando que a confraria não tinha nenhuma obrigação de gastar os seus rendimentos

---

[309] Ibidem, f. 3 v.º e 6.

[310] Idem, f. 3 v.º, 9 e 12. Em tintas gastaram-se 88 livros de ouro, importando cada um em 1$200 (soma: 105$600); um arrátel de vermelhão: 3$000, um arrátel de flor de anil: 11$200, 3 arráteis de [?]: $600, 4 arráteis de cor amarelo claro: $800, 5 garrafas de verniz de *espirito*: 12$000, meio arrátel de [lacas ?]: 5$600, 6 broxas de aparelhar: $600, 6 ditas mais pequenas: $300, 2 dúzias de pincéis de cabra: $400, 5 barris (de 2 arrobas cada um) de alvaiade entrando roxo terra: 60$000, 3 duques (de 8 canadas cada um) de óleo: 12$000, em papel para os riscos, algodão, tigelas, giz, sabão, panela e roxo terra: 1$200 (soma 213$300). Recibos com as datas de 14 de Junho de 1789. No período destas obras, Maria Luísa fez um ornamento em tecido para o sacrário no valor de 18$900.

[311] Idem, f. 3 e 7: 21 Jan. 1788. Pela dita vistoria recebeu 4$800.

[312] Idem, *RN*, L.º 2191, f. 127 – 127 v.º. O contrato para a feitura deste altar foi celebrado a 17 de Fevereiro de 1791, por escritura celebrada no L.º 60, f. 60 – 64 v.º do notário de Francisco Inácio Xavier, escritura que até ao momento não encontramos (por ter desaparecido ou por estar ainda por catalogar no ARM). Destes altares já nada consta na ig., pois as grandes alterações que se fizeram na ig. na primeira metade do séc. XX, transformou o interior em carácter modernista.

[313] Idem, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 122, f. 5.

nessa despesa e que esta deveria ser suportada pelas bolças dos tesoureiros. Afirmava ainda que se não se tivesse oposto a esse "*abuso até há poucos annos pratticado, não teria conseguido fazer-lhe hú novo Altar para a Capella*", que custara mais de trezentos mil reis e que ele conseguira "*juntar dos poucos rendimentos desta Confraria*" [314].

O tesoureiro da confraria do SS. entregou em 1792 ao vigário Lourenço Justiniano dos Reis e, a partir de 1793, ao novo vigário Leandro José da Fonseca, várias quantias monetárias para a construção da capela [315]. O tesoureiro da confraria entregou ainda 64$720 ao vigário, em 1796 "*para a factura do Altar do Santíssimo Sacramento, que se está fazendo*" [316], 101$200 e 8$635, em 1797, "*para o Altar novo*" e "*para ajuda de pagar o sacrario que se esta dourado*" [317]. A partir daqui, entregou ao dito vigário mesmo os balances da confraria, para este aplicarem nas despesas do altar e sacrário da capela do SS. [318]. Em 1809 - 1810 a confraria despendeu 97$880, que foram empregues no douramento do altar, pintura da capela, frontal, lanternas e mais alfaias da confraria [319]. Desta campanha de obras também já nada existe, pois o que actualmente existe é uma construção modernista do século XX.

A primitiva **igreja de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água** foi levantada nos finais do século XVII [320] e, por estar arruinada ou ser pequena, nos meados do século XVIII, a Real Fazenda a pedido do vigário e dos fregueses, por certo, optou por edificar uma nova. A arrematação da construção ocorreu em 1786 e foi feita pelo carpinteiro João António da Silva de Viveiros, que fez sociedade com os carpinteiros Domingos Nunes e Estevão Teixeira de Nóbrega [321].

Depois de se encontrar levantada a igreja, procedeu-se à execução dos retábulos, altares, pinturas e mais ornamentos, sendo algumas dessas despesas suportadas pelas diversas confrarias da freguesia [322]. Sendo assim, a confraria do SS. pagou 55$000 em 1795 aos entalhadores e

---

[314] Ibidem, proc. 26, f. 3 v.º; idem, proc. 37, f. 3.

[315] 1792: 49$500 (**ARM**, idem, proc. 33, f. 4); 1793: 145$800 (idem, proc. 34, f. 2 v.º); 1794: 41$900 (idem, proc. 33, f. 5); 1795: 77$820 (idem, proc. 35, f. 2 v.º).

[316] **ARM**, idem, proc. 29, f. 6.

[317] Ibidem, proc. 36, f. 3 v.º.

[318] 1798: não se encontra especificado o valor (**ARM**, idem, proc. 37, f. 2 v.º e 3), 1799: 61$740 (idem, proc. 38, f. 4), 1800: 79$880 (idem, proc. 39, f. 2 e 3), 1801: 65$770 (idem, proc. 40, f. 2, 3), 1803: 69$405 (idem, proc. 42, f. 2 e 3), 1806: não especifica o valor (idem, proc. 44, f. 2 v.º), 1807: 14$000 (idem, proc. 45, f. 2 v.º), 1808: 34$100 (idem, proc. 46, f. 2 v.º).

[319] **ARM**, idem, proc. 47, f. 3. A cfr. do SS. em 1805 encomendou um altar portátil para utilizar na Semana Santa (4$400); entregou 11$895 ao vigário em 1813 para a despesa da capela; em 1817 entregou 48$914 para um tapete para a capela (idem, proc. 44, f. 2; idem, proc. 48, f. 2; idem, proc. 50 e 51, f. 2). A cfr. das Almas em 1791 gastou 12$500 para fazer uma tumba nova, 14$600 em pano para a dita, 2$600 no conserto da tumba velha e 2$600 para 2 toalhas para o altar (idem, proc. 23, f. 2).

[320] Mandado do CF de 4 de Maio de 1689, para se fazer orçamento da nova ig. e pôr-se a lanços: L.º 12, f. 49 v.º. Mandado do CF de 2 de Maio de 1698 para se acabar a dita obra: L.º 13, f. 100 e 138 v.º. (Cit. *Índex Geral* ..., ob. cit., f. 122 v.º).

[321] Sobre a construção da nova igreja vide anexo 7.5.

[322] Já na década seguinte a cfr. do SS., em 1808 gastou 8$200 no frete e carreto do sino, $400 num resplendor para a imagem do sacrário, $700 num Menino para a imagem de N.ª S.ª, $900 no conserto do Nosso Senhor Morto, $400 no

carpinteiros que trabalharam na feitura do altar; 12$000 para assoalhar a capela; 19$500 de forrar o tecto da capela e camarim; 46$200 em gastos com os pintores e serventes e 10$000 de dourarem a Senhora, "*mais dois mil reis que se pagou a Francisco Teixeira que se arencau para o camaril*" (sic). O entalhador e os pintores eram oriundos do Funchal, pois pagaram-se na altura 3$600 a três homens, por três dias, de irem buscar os pintores [323]. A igreja foi vistoriada por "*um ministro mandado pelo Tribunal da Junta*" em 1806, gastando a confraria de N.ª S.ª da Ajuda $300, em ½ libra de pólvora para comemorar o evento [324]. Estas obras no entanto, desapareceram aquando da demolição e reconstrução da igreja durante o século XX..

A **igreja do convento de São Francisco, no Funchal** erigida conjuntamente com o convento desde o século XV, foi sofrendo obras de ampliação ao longo dos séculos seguintes, chegando a albergar uma comunidade de cem religiosos ao longo do século XVIII. A igreja foi construída de novo em finais do século XVIII, porque os religiosos precisavam de um espaço mais amplo e digno, pois a actual "*se achava totalmente arruinada e incapaz de nella se celebrarem os oficios divinos*". No entanto, estas obras, prolongaram-se lentamente até o século XIX, aliás numa desastrosa administração, nunca se acabando na totalidade a enorme igreja, que foi logo depois demolida no século XIX após a extinção das instituições conventuais. As várias confrarias erigiram de novo as suas capelas porque as antigas não concordavam com a estética da nova igreja, embora algumas estivessem em perfeitas condições para realizarem as funções cultuais, o que originou algumas disputas na conquista de espaço no interior da igreja, na orientação N / S das capelas e na contribuição das despesas na construção destes espaços [325].

Os elementos da "*Mesa da Venerável Ordem Terceira, após exposição oral e mostra do risco do plano do corpo e porta da nova capela*" que fizera o "*p*(e)*rito architecto*" João António [Vila Vicêncio], concordaram que se fizesse uma nova porta de cantaria para a entrada da nova capela, melhorando o seu aspecto estético. Segundo o arquitecto "*a fabrica da nova capella devia no modo possivel concordar com a obra da Igreja dos Religiosos*" e, embora a que lá estava fosse

---

conserto do cofre que serve no enterro de Nosso Senhor, e $600 em dois dias de trabalho na cabeça de Madalena e S. João. Em 1813 / 1814 no conserto do altar 10$000. Em 1815 por feitio de dois ceroferários e uma cruz 13$000, madeira para estes 4$000, de prateá-los 13$000 (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 12, proc. 939, f. 2 v.º; idem, proc. 945, f. 2; idem, proc. 946, f. 2 v.º). A cfr. das Almas em 1807 deu 10$750 para ajuda da despesa do sino e em 1809 para conserto do altar deu 9$850 (idem, proc. 918, f. 2 v.º; idem, proc. 919, f. 3 v.º). A cfr. de N.ª S.ª da Ajuda, em 1806, por côvados de bertangil para ajuda das cortinas do altar despendeu 2$800, ao mestre Manuel de Freitas $400 para um pé da cruz e 3$000 para conserto do adro. Em 1810 despendeu 4$050 em cal e para caiar a ig. (idem, proc. 930 / 931, f. 4 v.º, 5; idem, proc. 934, f. 3).

[323] **ARM**, idem, proc. 938, f. 3 v.º, 4. Foram ainda gastos pela confraria do SS. 197$750 com os pedreiros, carpinteiros e serventes nas primeiras quatro semanas destas obras. Gastou-se ainda 28$000 em 4 moios de cal, frete e carreto; em madeiras: 4 chaprões de pinho (pelo frete e carreto: 14$300); compra, frete e carreto de tabuado (69$750), 2 castanheiros (3$500) e madeira comprada para o camarim (30$000) (idem). Em 1794 a cfr. de N.ª S.ª da Ajuda comprou 2 ceroferários e uma hóstia da cruz por 1$850, gastando 3$000 para os pratear 3$000 (idem, f. 3).

[324] Ibidem, proc. 930 / 931, f. 5.

[325] Sobre as diversas obras realizadas no convento de São Francisco no Funchal, vide o anexo 7.6.

suficiente, "*nam concordava com o risco da nova Planta da Igreja e prespectiva regular della, e para que esta fosse situada na mesma frente em que esta a porta da Igreja dos Religiosos*" [326].

Em Abril de 1781, João Vila Vicêncio fez o risco do retábulo e nicho para se colocar a imagem de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros. Mas porque a construção dessa grandiosa capela necessitava de um retábulo proporcional [327], ficou um dos irmãos da Ordem, o alferes Caetano Fernandes Pimenta encarregado de responder pela obra, com o risco da porta e mais o do corpo da capela que fizera João Vila Vicêncio em seu poder, para que se cumprisse o que estava no risco e as condições pactuadas na escritura, sendo os gastos à custa da mesma Ordem [328].

O risco para o altar foi apresentado pelo pintor António da Trindade da Cruz em Abril de 1785 e aprovado pela Mesa para que o executasse, celebrando-se escritura onde constava o preço do ajuste e as outras clausulas [329]. Quanto ao velho retábulo da capela, a Mesa ajustou que fosse vendido por 50$000, para a igreja dos Prazeres, cuja importância seria paga pela Real Junta da Alfândega [330].

Por terem demolido entretanto parte da igreja e das capelas, houve a necessidade de se edificarem novos altares. Em 9 de Outubro de 1784, a confraria de N.ª S.ª Mãe dos Homens e Patriarca São José contratou o carpinteiro Estevão Teixeira de Nóbrega para fazer um altar para a sua capela, "*na forma de seu risco que foy patente ao mesmo contratado*", sendo o mesmo "*obrigado a executá-lo sob a forma do risco e sentá-lo na capela no prazo de um ano e meio*", por 834$000, que seriam satisfeitos em quatro pagamentos, sendo 234$000 no acto desta escritura e os restantes 600$000, pagos de seis em seis meses, sendo o último pago no fim [331].

Aos 22 de Novembro de 1786, Dona Guiomar Madalena de Sá e Vilhena, administradora de duas capelas neste convento, a do Espírito Santo e a de São João Baptista, pela pessoa de seu procurador, o padre Manuel de Jesus, contratou o carpinteiro Estevão Teixeira de Nóbrega para fazer os altares e assentá-los nos devidos lugares à sua própria custa, "*somente o que dis respeyto a madeyra entalhe, grudes, pregoz, como o mais necepsario, tudo em páo sem mais outro algum benefficio, e náo dourar ou pintar os ditos altares*". O altar do Espírito Santo foi feito à imitação do risco do altar de N.ª S.ª Mãe dos Homens e o de São João Baptista à imitação do de Santa Ana, excepto "*o lugar do Mazuleo na forma mais comoda*", feitos com boas madeiras duráveis, ambos por 950$000, pagos em mesadas de 50$000 até daí a dezanove meses, altura em que estariam completos. Acrescentava-se a condição, "*que havendo na caza da Illustripsima Contrahente*

---

[326] **ARM**, *IOTSF*, L.º 9, f. 66: 15 Abr. 1781.

[327] Ibidem, f. 68: 30 Maio 1781.

[328] Idem, f. 65: 23 Fev. 1781.

[329] Idem, f. 82 v.º - 83: 12 Abr. 1785.

[330] Idem, f. 68: 30 Maio 1781.

[331] Idem, *RN*, L.º 1024, f. 81 - 82.

algumas madeyras, ou outroz matereaes para os ditos Altares os tomará elle contratado pello seu justo valor levando em conta nas mesmas mezadas" [332].

Em 1834, com extinção dos conventos, tudo o que existia no convento de São Francisco foi encaminhado para outras igrejas da ilha da Madeira, sendo demolido posteriormente o convento e a igreja, existindo actualmente aí o Jardim Municipal. Os altares, retábulos e colunas foram ficando conservados no lugar aonde existiam, até que o vigário capitular e governador do bispado do Funchal "*lhes vá dando destino, que julgar util*", como então se determinou. Dois desses altares deviam passar à igreja paroquial de São Roque, no Funchal e "*indo ainda para a boca do camarim*" dessa igreja o retábulo da capela mor representando "*o Povorelo a receber os estigmas em Monte Alverne*" [333].

Os retábulos que foram para a **igreja de São Roque, no Funchal**, entretanto desapareceram, pois a mesma igreja foi reedificada nos primeiros anos do século XIX [334]. Contém vários retábulos de talha branca e dourada, não com as características dos retábulos realizados na Madeira em finais do século XVIII e inícios do XIX, mas com as características da transição do Rococó para o Neoclássico. Resistiram entretanto duas pinturas sobre tela, de muito fraca execução e, uma delas, de grandes dimensões e que não apresentam muitas hipóteses de poderem vir a ser recuperadas, encontrando-se nas arrecadações daquela paroquial.

No retábulo do altar mor, com camarim aberto de arco de volta perfeita está colocada a imagem do orago da igreja, que é decorado com um fino ramo de talha de motivos florais que percorre toda a boca da tribuna. As partes entalhadas do retábulo apresentam um entalhe de fino recorte, predominando os motivos florais, fitas e laços que estavam muito em vigor nesta época na Madeira. Uma fita entrelaçada com um ramo de eras percorre o terço inferior das colunas, enquanto que na parte superior das mesmas está suspenso de uma fita com um laço um pequeno ramo. As estilóbadas onde assentam as colunas são ornamentadas na parte superior com largas ramagens inspiradas em folhas de acanto, de onde emerge um interessante ramo abaulado, o que é um caso único na Madeira nos motivos decorativos das estilóbadas [335].

A capela do SS. e os altares laterais ao arco triunfal, é de características mais severas, já dentro da gramática neoclássica, visível no despojamento de pormenores nos motivos decorativos

---

[332] Ibidem, idem, L.º 1034, f. 90 – 90 v.º. Infelizmente, alguns livros de receita e despesa desta confraria estão fora de consulta devido ao seu mau estado de conservação, o que nos poderia dar mais algumas informações sobre os mestres e as obras no convento de São Francisco. Fica o registo da despesa de 11 de Junho de 1802 "*para se tirar em lapiz o verdadeiro retrato da Imagem da Senhora para por elle se tirar a chapa*" (ibidem, *GC.*, L.º 233, f. 1). Tratar-se-á do pagamento do trabalho que levou à execução da gravura de N.ª Senhora do Monte, única que conhecemos editada por esses anos ?

[333] Ibidem, *GC.*, L.º 721, f. 104, 28 Fev. 1835. O retábulo que foi para a ig. de São Roque: in F.V., "S. Francisco do Funchal", rev. *DAHM*, n.º 23, Funchal, 1956, p. 39.

[334] Relativamente à edificação da nova igreja, vide anexo 7.7.

[335] Vide fig. 11 - 11.4.

simétricos e estáticos, nas colunas de fuste completamente liso da capela do SS. ou no grande laço que segura duas flores nos fustes das colunas dos altares laterais [336].

A confraria do Santíssimo da matriz de São Roque, entre 1802 e 1810, entregou várias somas monetárias ao vigário da igreja para os regulares gastos no culto e para a construção da nova capela do SS., pelo que se deduz que o vigário através da *Fábrica Grande da Igreja* foi o grande responsável pelas obras, e repare-se que nas contas da confraria do SS. não encontramos quaisquer referências a gastos com mestres e materiais [337]. Pela harmonia existente em toda a talha da igreja, deve ter sido realizada na mesma oficina (Estevão Teixeira de Nóbrega ?). Estando as obras de edificação avançadas, entre outras aquisições [338], encontramos referências a despesas com o estuque em gesso da capela do SS. [339], o carpinteiro Manuel Cabral que fez duas bancas (19$390) [340] e a aquisição de diversos ornamentos [341].

3.2.2.3. Os primeiros sinais de decadência do Rococó e a transição para o Neoclássico

As características de transição do Rococó para o Neoclássico, patentes por exemplo, na igreja de São Roque, no Funchal, tais como o despojamento formal e as composições estáticas e geométricas, as colunas com o terço inferior decoradas com motivos florais atados com laços e fitas entalhadas e dispostos simetricamente, também estão presentes em outros templos madeirenses. São assim também exemplo dessa época de transição os altares da igreja do convento de Santa Clara, da igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha e da capela do Santíssimo da igreja de Santa Cruz.

A igreja **de São Salvador, em Santa Cruz**, com arquitectura em estilo gótico mendicante dos primeiros anos do século XVI, passou por obras de ampliação no XVII e depois, ainda de melhoramentos na sequência do terramoto de 1748 [342], procedendo-se posteriormente à ornamentação

---

[336] Vide fig. 11.5 - 11.11.

[337] Em 1802 a confraria entregou 123$900; em 1803: 21$900; em 1807: 287$300 e em 1810: 120$777 (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 568, f. 2 v.°; idem, proc. 569, f. 2; idem, proc. 572, f. 3; idem, proc. 573, f. 2 v.°, 4; idem, proc. 575, f. 2).

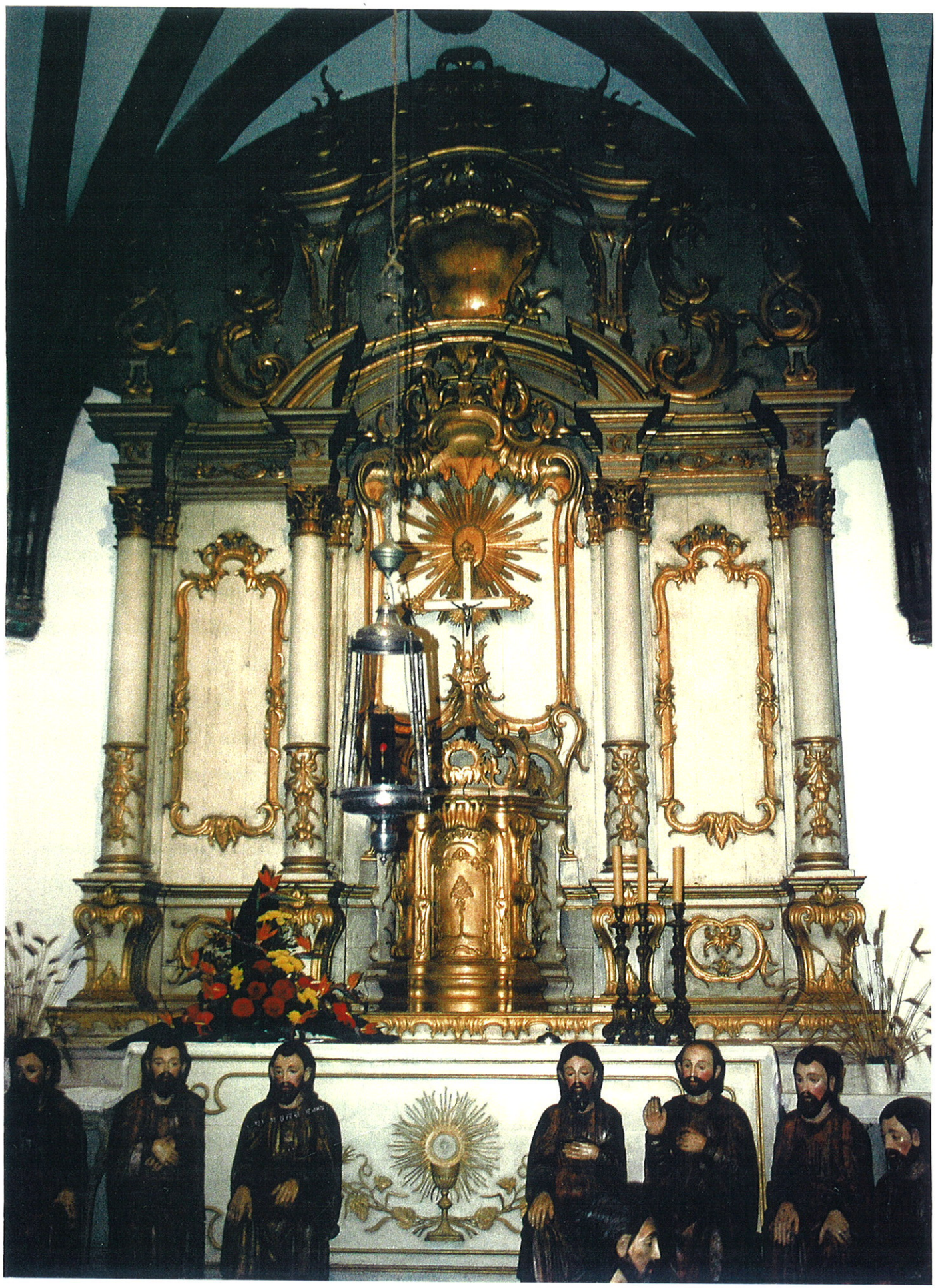
[338] Para a cfr. do SS., em 1797 o pintor António da Trindade, prateou 8 castiçais recebendo 3$800 (**ARM**, idem, proc. 563, f. 6 v.° e 11). Neste mesmo ano o mestre João Luís de [Nóbrega ?] fez um armário por 20$440 (12 dias a $500) para se guardar a cera da confraria (ibidem, f. 6 v.° e 12). Em 1812 a cfr. do SS. tinha uma dívida, derivada das alfaias que mandaram buscar a Lisboa (idem, *RN*, L.° 2266, f. 33 - 34: 8 Fev. 1812). Já a cfr. do Senhor Jesus, em 1784 pagou $200 ao mestre João Luís pelo conserto da cruz (idem, proc. 534, f. 3 v.°).

[339] **ARM**, idem, proc. 572, f. 2 v.°: 1807.

[340] O mestre Manuel Cabral em 1809 recebeu 19$390 pela feitura de duas bancas, sendo a despesa pela madeira e chaprões para as banquinhas 38 pés: 3$040, por 10 dias e meio a $900 ao carpinteiro: 9$450, por 8 dias ao entalhador a $800: 6$400 e por carretos, grude e pregos: $500 (**ARM**, idem, proc. 574, f. 2 e 5).

[341] Em 1807 compraram 14 côvados de pano para o tapete da capela: 19$600 (ibidem, idem, proc. 573, f. 2). Já em 1788 / 1789 o tesoureiro da cfr. mandou para Lisboa letra de 175$845, para ajuda de uns ornamentos ricos para a mesma ig. (**ARM,** idem, proc. 558, f. 6), despendendo para este fim em 1794, 95 e 98, respectivamente 165$400, 26$700 e 170$000 (idem, proc. 562, f. 3; idem, proc. 563, f. 4 v.°; idem, proc. 565 e 166, f. 8).

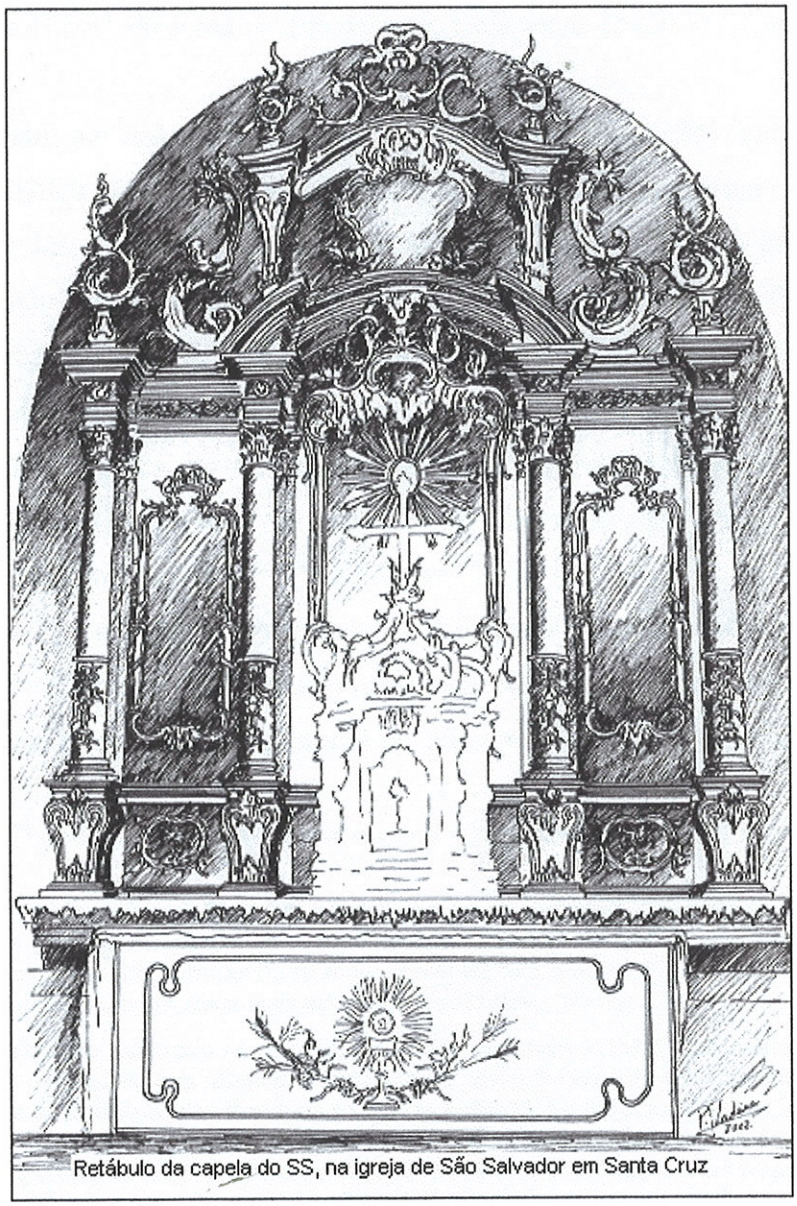
[342] Sobre a História da igreja do Salvador existe uma colecção de documentos vários no Corpo Cronológico do **IAN/TT**, ainda não estudados e, de 1507 a 1650, vide padre Manuel Juvenal Ferreira Pita, "Notas para a História da freguesia de Santa Cruz", rev. *DAHM*, vol. III, n.° 14, 1953, pp. 33 - 34; ibidem, n.° 17, pp. 14 - 16.



Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

Fig. 12 – Retábulo da capela do SS.

interior com retábulos de talha rococó tardio e já anunciando a época neoclássica. Assim, se a capela mor se enquadra já no Neoclássico, a capela do SS., outrora denominada de São Tiago, ainda apresenta motivos decorativos da gramática rococó, tais como motivos vegetais serpenteando por algumas partes do retábulo.


Retábulo da capela do SS, na igreja de São Salvador em Santa Cruz

O altar da confraria do Santíssimo da matriz de Santa Cruz possui colunas de fuste liso, com a parte inferior guarnecida por duas grandes flores suspensas por um laço, análogas às dos altares laterais da igreja de São Roque, no Funchal [343]. O trabalho do altar do SS. iniciou-se em 1783, quando a confraria o encomendou ao mestre Estevão Teixeira de Nóbrega, ficando acordado em 202$400, pagos em quatro prestações. Em 1787 já tinham mandado vir de Lisboa 114$000 em ouro, para dourar o altar. O conserto da capela e o altar novo importaram no entanto em mais de 1.000$000, sendo essa verba satisfeita com os juros de oito mil cruzados deixados à confraria do SS. por D. Juliana de Vasconcelos, esposa do capitão António Teixeira da Silva, falecido em 1706 [344].

As diversas confrarias da matriz de Santa Cruz contribuíram entretanto para as obras que se realizavam na igreja na década de 90 do século XVIII e nos primeiros anos do XIX. Em 1797, por exemplo, a confraria do Senhor Jesus deu 15$000 ao vigário da igreja, para ajuda da pintura da capela mor [345] e a confraria de Santo António comprou um andor (6$500), consertou o altar ($200) e mandou-o pintar (13$000), gastando ainda nessas despesas do altar, 2$100 num livro de ouro e em

---

[343] Vide fig. 12 - 12.6.

[344] Padre Manuel Ferreira Pita, art. cit. na rev. *DAHM*, n.º 8, 1951, p. 20.

[345] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1056, f. 23 v.º. Em 1791 gastou 107$900 em 12 castiçais dourados, adquiridos em Lisboa (idem, f. 4 v.º).

mordente [346]. Em 1801 a Fazenda Real contribuiu com 400$000, para tabuado e pregos para o reparo e "*estradamento*" da igreja, mas o que foi insuficiente para essas obras [347]. O vigário da igreja, padre frei Vicente Anastácio de Afonseca, propôs e "*suplicou*" então ao bispo do Funchal, para que ordenasse às confrarias das Almas e de N.ª S.ª do Rosário que dessem, cada uma, 150$000 [348], o que realmente veio a acontecer [349].

A confraria das Almas entretanto, por ordem do bispo do Funchal, ajustou em 1795 com um mestre, a feitura do seu altar por 180$000 e, em 1796, com um pintor, por 95$700, para pintar o mesmo [350]. Em 1799, frei António de Jesus pintou o quadro das Almas (26$000) [351]. Para os diversos gastos deste altar, o morgado João Agostinho (de Agrela, escrivão da câmara do Funchal ?) deu à confraria "*a conta do que deve dar*", 223$500 [352]. Actualmente podemos observar na nave lateral do lado da Epístola um altar de talha pintado a azul e branco dedicado a N.ª S.ª da Conceição e o da capela das Almas a azul e branco, ambos em estilo Neoclássico [353]. Também em estilo Neoclássico são as capelas que estão no topo das naves com retábulos de talha dourada e branca, dedicados actualmente ao Sagrado Coração de Jesus e a N.ª S.ª de Fátima [354].

Para a **igreja do convento de Santa Clara**, no Funchal, edificada nos séculos XV a XVII [355], executaram-se em finais do séc. XVIII, os vários altares da igreja e o púlpito atribuíveis ao entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega e em 1799, as pinturas de Nicolau Ferreira, datadas e

---

[346] Ibidem, proc. 1055, f. 7: 1796. Em 1790 / 1791 tinha-se gastado $400 para encarnar a imagem de S. António (idem, proc. 1054, f. 2 v.º).

[347] Pensamos que teria sido nesta campanha de obras que se reformulou o tecto de alfarge, aproveitando-se parte do vigamento para apoio do sobrado. Mais tarde e noutra campanha, aproveitaram-se as tábuas de madeira de um dos primitivos retábulos, provavelmente alguns dos painéis maneiristas do retábulo da capela mor dos meados do século XVI, de cujo políptico só sobreviveram três painéis, ou outro ainda mais antigo, para se fazerem bancos.

[348] **ARM**, idem, proc. 1049, f. 8: 1801. Este pedido do tesoureiro ao Bispo não foi bem visto pelo juiz dos Resíduos e Capelas, Pedro Nicolau Bettencourt de Freitas e Meneses, pois intimou o vigário da ig., informando-o de que o poder para conceder essa licença era da competência da jurisdição dos Resíduos e Capelas e não da Eclesiástica (ibidem, f. 5, 6 – 6 v.º, 8 v.º, 9 – 9 v.º: 18 Set. 1802). A competência então da aprovação e supervisionação das contas das confrarias era da jurisdição dos Resíduos e Capelas, mas a Igreja e, essencialmente o Prelado, nem sempre aceitavam a situação (cf. Nelson Veríssimo, "Confrarias Algumas questões sobre conflitos jurisdicionais na 2.ª metade do séc. XVIII", rev. *Islenha* n.º 14, Jan. - Jun. 1994, p. 26 - 31).

[349] Ibidem, proc. 1052, f. 9 v.º: 1801, cfr. de N.ª S.ª do Rosário. Idem, proc. 1049, f. 5, 6, 6 v.º: 1801, cfr. das Almas.

[350] Idem, proc. 1048, f. 5, 6 v.º. Pintou-se ainda o arco de entrada da capela, gastando-se em alvaiade 3$000 (ibidem, f. 6 v.º). A confraria das Almas em 1795, gastou 17$650 no "*conserto da capela do sumitério, teilha, cal, madeira, pregos, ferrage e alenterna, tintas e ferias*" (idem, f. 5).

[351] Em 1801, frei António de Jesus recebeu mais 4$000, do "*resto de pintar o quadro*" (**ARM**, idem, proc. 1049, f. 5). Em 1797 um carpinteiro fez o aro para o quadro, recebendo 8$000 (ibidem, proc. 1048, f. 8).

[352] **ARM**, idem, proc. 1049, f. 4 v.º: 1801.

[353] Vide fig. 12.7

[354] Vide fig. 12.8 e 12.9.

[355] A primitiva capela, panteão dos capitães do Funchal, datava dos meados do século XV e foi fundada por Zarco, sendo então denominada por *Conceição de Cima*, para a diferenciar da *Conceição de Baixo*, ou seja Nossa Senhora do Calhau. Em anexo construiu o 2.º Capitão o convento, que já tinha freiras perto do Natal de 1496 (**ARM**, *CMF*, *Vereações* 1496, fl. 89. *Item, na dita vereação* (...) *viera Luís Mendes de Vasconcelos e assim hoje viera o bacharel Diogo Afonso, ouvidor do dito capitão, a lhe falar* (...) *como ora vem o Natal e as ditas freiras am mester pão para a Festa*).

assinadas, que estão nos altares colaterais e laterais [356]. O retábulo do altar mor possui quatro colunas, com o terço superior e inferior trabalhados com motivos florais de pequena dimensão, formando um padrão rendilhado e dispostos simetricamente, que contrastam com a talha de larga dimensão existente nas cartelas que rematam o frontão desse altar e dos quatro laterais existentes na igreja, que são bastante idênticas às cartelas dos seis retábulos das naves laterais da Sé do Funchal. O púlpito, das peças mais notáveis existentes na Ilha, será objecto de estudo um pouco mais à frente.

Em finais da década de 80 e na década de 90, fizeram-se também algumas obras na recém edificada **igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha** [357]. Em 1793 por exemplo, a confraria de São João Baptista pagou 5$000 pelo frete do altar mor novo, tendo nesse mesmo ano o pintor Filipe Caetano estufado a *imagem grande* de São João [358]. Por determinação do *Resíduo Eclesiástico* foi então nomeado inspector dessas obras o vigário da igreja, Manuel Homem de Gouveia, que recebia o dinheiro dos balancetes das confrarias e o aplicava nas obras da igreja e das capelas das confrarias [359]. Assim aconteceu com a confraria do SS., que efectuou obras na sua capela entre 1788 e 1795 [360] e, em 1797, com a confraria de N.ª S.ª da Candelária, que deu do balance a quantia de 9$000 para frontais para o seu altar, frontais esses feitos no Funchal [361]. Posteriormente, em 1815, a confraria do SS. encomendou uma imagem do Senhor Morto a Francisco António de [G.ª ?] e Costa e que veio depois dos Canhas [362].

O retábulo mor é de estrutura rectangular e algo atarracada, ocupando a pintura central dedicada a São João Baptista uma grande área, encimada por arco de volta perfeita. Os nichos laterais são rematados por um ornato fantasista e tipicamente rococó. Nas restantes partes do retábulo encontramos finas ramagens que percorrem a moldura da boca da tribuna, os lados dos nichos laterais, o frontão do retábulo, aos lados do brasão das armas reais e ainda as molduras e

---

[356] Vide fig. 13 - 13.4, 76 - 79. Um submarino alemão a 12 de Dez. 1917 bombardeou o Funchal atingindo a igreja, ficando a capela mor parcialmente destruída, sendo o altar reconstruído depois e, em 1931, o pintor Alfredo Miguéis pintou a nova tela da Imaculada Conceição, seguindo o modelo divulgado por Murillo.

[357] Sobre a construção do corpo da igreja, edificado por volta de 1747, vide anexo 7.8.

[358] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 79, f. 2: 1793: cfr. de São João Baptista.

[359] Ibidem, proc. 55, f. 4: 1794: cfr. de N.ª S.ª do Carmo. Idem, proc. 79, f. 3: 1790: cfr. de São João Baptista.

[360] O tesoureiro da cfr. entregou os balances da cfr. ao vigário da ig. para as obras da capela do SS.: 58$525 (**ARM**, idem, proc. 64, f. 2: 1788); 25$850 (ibidem, proc. 66, f. 2: 1792); 29$865 (idem, proc. 67, f. 3: 1793); 78$090 (idem, proc. 68, f. 2: 1794 / 1795). Em 1797 / 1798 pagou-se a um pedreiro um dia para retelhar a capela e caiar a via sacra, $500, a um servente, $200 e a um carpinteiro de consertar o caixão para a cera, $300 (idem, proc. 70, f. 3). Em 1811, para ajuda das cortinas de bertangil para o cruzeiro deu-se 7$000 e 20$000, para os ornamentos que estavam em poder do *Reverendo Vigário* (idem, proc. 71, f. 2 v.º). Em 1787 deu 10$000 para os castiçais (idem, proc. 63, f. 2).

[361] **ARM**, ibidem, proc. 54, f. 2 e 5.

[362] Por condução dos Canhas: 1$000 (**ARM**, idem, proc. 73, f. 2 v.º: 1815); 14$000 a Francisco António da Costa, por fazer a imagem (idem); mais 11$800 ao mesmo, por fazer a *dita* (idem, proc. 75, f. 2: 1817) e mais 15$000 em 1819 (idem, proc. 77, f. 2). Ainda em 1816, fez-se um esquife para o Senhor Morto (idem, proc. 74, f. 2 v.º: 1816; idem, proc. 75, f. 2: 1817) e em 1818, gastaram 20$000 em mudar a porta dos irmãos (idem, proc. 76, f. 2).

janelas da capela mor. As colunas são de fuste estriado, possuindo no terço inferior folhagens em "*C*" dispostas simetricamente [363].

Nos últimos anos do século XVIII os entalhadores locais mantiveram algumas das estruturas retabulares do Rococó, mas foram-nas depurando progressivamente, abandonando a "*talha antiga, que até ali se usava com muito mais dispêndio por ser de mais trabalho e de mais fantasia*" [364], reintegrando-as nos velhos moldes do Renascimento, que informou o Neoclássico. A coluna de fuste liso sem ornamento torna-se então regra geral e as bases são quase meras caixas rectangulares. Observa-se a severidade dos perfis, a pobreza de ornatos, revelando os retábulos um trabalho mais de carpinteiro do que de entalhador, mas que caracterizam a fase a que podemos chamar a última da talha rococó ou do proto-neoclássico madeirense. Com estas características, encontramos retábulos com analogias semelhantes à estrutura retabular da igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha, como o retábulo da capela mor da igreja de Santa Ana, em Santana e o retábulo da capela da Misericórdia, no Porto Santo [365].

A **igreja de Santa Ana, em Santana** edificada em inícios do século XVIII [366], esteve com pequenas obras em finais do mesmo século, nomeadamente na capela mor, entre 1785 e 1787, contribuindo para as despesas a confraria de Santa Ana, orago da igreja [367]. O pintor Nicolau Ferreira pintou a tela para a capela mor em 1786 [368], tendo a confraria de Santa Ana em 1800, encomendado a um pintor não mencionado uma bandeira nova [369] e estradado a igreja na parte junto ao cruzeiro, "*por estarem espedacadas as pedras*", em 1803 / 1804 [370].

Em correição do juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas de 1817, afirmava-se que a capela onde estava colocada a imagem de Santa Ana "*se acha bastantemente dannificada e necepsitada de hum frontal para o Altar toalhas e castiçaes e outras muitas couzas indespensavelmente necepsarias para nella se celebrar com depsencia os officios devinos*",

---

[363] Vide fig. 14 - 14.4.

[364] Padre Manuel de Aguiar Barreiros, *Catedral de Santa Maria de Braga*, Porto, 1922, p. 19. Cit. Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1962, p. 147.

[365] Vide fig. 15 - 15.3, 16 - 16.2.

[366] **IAN/TT**, *PJRFF*, L.° 13, f. 129 v.° e L.° 14, f. 114, cit. in *Índex Geral...*, ob. cit. Mandado do CF de 20 Set. 1698 para se rematar a obra da nova ig. por 1:193$900 (Ordem do CF para se fazer a nova sacristia para se guardarem as alfaias e insígnias, "*que se iam destruindo e descorando*" por não haver condições então na sacristia, "*por estar feita em sítio húmido do lado do Norte*" e que se fizesse do lado do Sul (ibidem, L.° 972, f. 160 v.°, Lisboa 4 Out. e 29 Nov. 1745, registado no Fch. a 8 Jan. 1746).

[367] **ARM**, *CON*, L.° 37, f. 7 v.°: 23$350 em 1785 "*para a obra da Igreja da capela mor em que prezentemente andos os oufficiais*"; idem, de 77$450 em 1786 (ibidem, f. 10); 57$390 em 1787 (idem, f. 12 v.°). Em 1794 entrega do balancete de 39$250 para "*recolher à Arca Geral*" (idem, f. 24 v.° - 25 v.°).

[368] José de Sainz- Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira um pintor madeirense do séc. XVIII na vila de Câmara de Lobos", rev. *Girão*, n.° 5, 2.° semestre 1990, p. 203. Esta pintura foi repintada por A. Taveira em 1912.

[369] **ARM**, *CON*, idem, f. 39 – 39 v.° Ao pintor que pintou a bandeira nova pagaram 5$600, a quem fez a bandeira, $550, em pano 7$200, pau $400 e a quem fez a *cova* no dito pau, $200.

havendo para estas obras dinheiro em arca da confraria proveniente dos balancetes dos anos anteriores [371]. Também neste ano a mesa da confraria do SS. afirmava que a sua capela "*se acha precizada do ornato necepsario para com decencia se celebrar as suas festividades, assim como necessita de um tapete, um pavilhão para o sacrário, duas alenternas de mãos, cortinas, conserto de uma alampada e uma banqueta de castiçais*". Havendo saldo nos balancetes de anos anteriores para se despenderem nessas obras [372], o saldo de 1817 foi logo aplicado nos "*quadros da Capela Mor que hoje se achão já danificados*" [373].

Esquema semelhante ao retábulo da igreja de Santana tem o retábulo existente na **capela da Misericórdia do Porto Santo**, embora mais despojado de ornamentos, mais pequeno e mais simples. A capela teria sido erigida em finais do século XV e inícios de XVI, mas degradando-se irremediavelmente por incúria e razões várias ao longo dos tempos. Aquando da deslocação em 1771 ao Porto Santo do governador João António de Sá Pereira, a primeira que um governador e capitão general do Arquipélago fazia, acompanhado do engenheiro Francisco Salustiano da Costa [374], constatou-se a necessidade da reconstrução da capela, tendo-se deslocado em 1774 ao Porto Santo o mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins para, entre outras mais coisas, tomar providências para a reconstrução da capela [375]. A capela foi reconstruída nos anos seguintes, possuindo actualmente a capela um pequeno retábulo com marmoreados, de finais do século XVIII ou inícios do século XIX.

Exemplos de retábulos com elementos a preverem o fim do Rococó, já havíamos encontrado nos altares laterais da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; altar de N.ª S.ª do Monte dos Varadouros, colocado na Sé do Funchal; capela de N.ª S.ª de Guadalupe, da igreja de Santo António no Funchal, embora estes retábulos apresentassem colunas marmoreadas mas já são completamente lisas. Com colunas lisas e brancas já tínhamos encontrado os altares laterais ao arco triunfal da igreja de Santo António no Funchal e na capela do SS. da igreja de São Roque no Funchal.

---

[370] Ibidem, f. 44 – 44 v.°. Trabalhou o carpinteiro Manuel Teles durante 15 dias ($750 por dia), um servente durante 8 dias ($400 por dia), gastou-se 14$000 em 2 dúzias de tabuado, 35 varas de traveta, 1$000 e ainda frete desta madeira da cidade para S. Jorge, 2$400 e carretos de S. Jorge para Santana, 1$600 e em pregos 2$000.

[371] Idem, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 694, f. 3 – 3 v.°: 15 Out. 1817; idem, proc. 695, f. 6 – 6 v.°; idem, proc. 699, f. 5 – 5 v.°, 6 v.°, 7 v.°.

[372] Ibidem, proc. 699, f. 4 – 4 v.°, 6 – 6 v.°; idem, proc. 700, f. 3 – 3 v.°; idem, proc. 701, f. 4 v.°. Ainda em 1815 / 1816 pagaram 4$800 a 2 homens que trabalharam na ig., e pagaram por serviços na Semana Santa a um carpinteiro (1$500) e a André Rufino (8$000) (idem, proc. 701, f. 3). Em 1816 / 1817 pagaram 5$500 ao carpinteiro que fez os *tabornaculos* na ig. (idem, proc. 702, f. 2).

[373] Idem, proc. 696, f. 2; idem, proc. 697, f. 2: 5 Out. 1817.

[374] Salustiano da Costa assina então um dos mais antigos mapas do Porto Santo que se conhecem, hoje no Arquivo Histórico Ultramarino. Sobre a situação da capitania do Porto Santo e a viagem do governador da Madeira em 1771, com o corregedor, o engenheiro, o seu médico e 25 soldados, cf. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, ob. cit., pp. 177 e 178.

[375] Vide fig. 16 - 16.2.

Outros retábulos análogos a estes e ao período final do Rococó na Madeira, existem na **igreja de N.ª S.ª da Piedade,** no Porto Santo, que foi ao longo dos tempos alvo de constantes obras, derivadas dos saques dos corsários, incêndios, assim como da normal degradação de uma igreja ao longo dos tempos. Nessa Ilha também se realizaram obras no período em análise em algumas das suas capelas, como a confraria do Espírito Santo, que entre 1793 e 1817, reedificou a "*capella que pertende levantár, forrar, e fazer nova porta, de cantaria e madeira, e ao depois hum presbiterio e Altar conrespondente*" [376], e a confraria de N.ª S.ª da Graça, embora já na década de 10 do século XX.

A capela do Espírito Santo teve obras de reconstrução entre 1790 e 1796, quando se fizeram os alicerces, o "*semalhão*", o arco e o lajeado [377]. A partir de 1803 fizeram-se "*as portas e os seus aros*", trabalho de que se encarregou o carpinteiro Francisco de Freitas, sendo forrada e pintada a capela em 1807 [378]. Em 1804 tinha sido adquirido à confraria do SS. da igreja matriz, o altar velho da capela mor, por 35$000, que foi então montado na capela do Espírito Santo [379].

Na igreja matriz do Porto Santo efectuaram-se obras a partir de 1802, que se prolongaram até 1807. Nessas obras trabalhou Estevão Teixeira de Nóbrega, que por conta do altar-mor "*que estava fazendo*", recebeu em 1803, em três prestações, 299$538. Em 1807 o entalhador José da Trindade recebeu 100$000 pelos seus trabalhos, o carpinteiro João José Coelho, por trinta e nove dias de trabalho, 31$200, o marceneiro Bartolomeu Pereira, 8$800, e os pintores Filipe Caetano da Trindade e Bartolomeu João, 531$800 [380]. Em 1812 foi forrada a igreja, feito o púlpito, uma porta para o mesmo e alguns balaustres para o coro [381], para finalmente o pintor Filipe Caetano da Trindade pintar em 1817, por 49$500, o tecto da igreja [382], estando assim em perfeito estado para ser benzida dois anos depois [383].

Atribuída à oficina de Estevão Teixeira de Nóbrega é ainda alguma talha existente na **igreja do recolhimento do Bom Jesus** [384], na **capela da Penha de França** [385] e na **capela**

---

[376] **ARM**, *CMPST*, L.º 69, f. 14 v.º. Sobre estas obras vide anexo 7.10. O altar acabou por não ser feito, pois o que existe, em princípio é do século XVII e lembra a talha da oficina de Manuel Pereira, tendo vindo da Matriz. Ao centro encontra-se uma pintura mural a enquadrar uma excepcional pequena tábua flamenga, atribuível à oficina de Josse Van Cleve. A tábua foi acrescentada com uma alegoria ao Espírito Santo.

[377] Ibidem, f. 15 - 16, 17, 17 v.º, 18 v.º, 20.

[378] Idem, f. 25, 26 v.º, 28. Em 1804 veio 400 "*reilhas: 16$000*" [azulejos ?] para cobrir as paredes. Em 1807 pagou-se 25$000 aos pintores que pintaram a capela, somando as despesas de forro e tintas 156$250 (idem.).

[379] **APPSt.º**, *Confraria do SS* (iniciado a 1778), cit. ob. cit. Rita Rodrigues, tese mestrado, p. 146.

[380] "*A dr.º per papel p/a o Risco do altar 10$000*" (1803); "*A frete dos pintores e intalhadores e seus pertences 6$000*" (1807); **APPSt.º**, ibidem, Rita Rodrigues, ibidem, p. 146. Vide fig. 17, 17.1.

[381] **ARM**, *CMPST*, L.º 69, f. 30 v.º, 31.

[382] Ibidem, f. 35.

[383] Idem, f. 36 v.º (1819).

[384] Rui Carita, "Os Conventos da Madeira no séc. XVII. O Recolhimento do Bom Jesus", *Diário de Notícias*, Fch., 21 Jul. 1991, Eker Melim, "Recolhimento do Bom Jesus vai sofrer uma recuperação", ibidem, 4 Jun. 1992 e Luísa Gonçalves, "Igreja do Bom Jesus da Ribeira. Restauro devolve-lhe originalidade", *Jornal da Madeira*, 1 Dez. 1996.

particular **de N.ª S.ª da Consolação**, situada no Imaculado Coração de Maria, todas no Funchal. A capela da Consolação foi fundada no século XVII e reconstruída em meados do século XVIII, possuindo dois altares colaterais dedicados a N.ª S.ª e outro a Santo António, ambos em talha branca e dourada de finais do século XVIII, e molduras entalhadas em forma de "*asa de morcego*" nos quadros das paredes laterais, com telas assinadas por Nicolau Ferreira [386].

Para a **capela de São João da Ribeira**, situada em São Pedro, no Funchal [387], com altar mor de 1750 atribuível a Julião Francisco Ferreira e azulejos rococós da década 50, encomendados pelo governador D. Álvaro José Xavier Botelho de Távora, conde de S. Miguel e decorados com as suas armas. O pintor Nicolau Ferreira Duarte pintou alguns quadros para esse espaço, possuindo ricas molduras em talha estando datado de 1793 o primeiro painel do lado do Evangelho e situado na capela mor. Depois, aproximadamente em 1795 e atribuível à oficina de Estevão Teixeira de Nóbrega encontramos talha rococó nos altares laterais ao arco triunfal [388].

Em 1746 encontrando-se muito arruinada a **igreja de São Lourenço, na Camacha**, tendo o terramoto de 1748 ainda a afectado mais, destruindo a capela mor e o retábulo de talha dourada. Por estas circunstâncias e por ser pequena a existente, a Junta da Real Fazenda providenciou construir uma nova, orçada em 5:918$155 pelo mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins. O pedreiro Manuel Teixeira ofereceu em 1783 5:859$000, que foi o menor lanço, ordenando o Conselho da Fazenda para se pôr novamente à arrematação. O entalhador Miguel Francisco da Câmara, em Agosto de 1784 arrematou as obras de talha, pintura e douramento do altar mor por 555$000, tendo-se-lhe depois pago, em 29 de Julho de 1786, 200$000 pelo entalhe do sacrário, castiçais, frontal e outros reparos [389].

Como podemos constatar, encontramos muitas obras de talha em finais do século XVIII e inícios de XIX, dadas as grandes remodelações por que passaram as igrejas da Madeira. No entanto, alguns templos estiveram apenas com obras de pedreiro e carpinteiro, sem executarem obras de talha e pintura [390]. Também encontramos as habituais pequenas obras nas igrejas, tais como os

---

[385] Vide fig. 18 - 18.2.

[386] Lília Mata, "Capela de N.ª S.ª da Consolação. Templo foi restaurado e aguarda classificação", *Diário de Notícias*, Funchal, 3 Nov. 1989. Vide fig. 20 - 20.1, 84. Esta capela foi propriedade do comendador Harry Winton nos inícios do século XX, que para a mesma recolheu inúmero material, não sendo hoje fácil saber o que pertenceria inicialmente à capela.

[387] Nesta primitiva capela funcionou o primeiro convento franciscano do Funchal, de que restam alguns vagos vestígios. Teria tido uma campanha de obras nos finais do século XVII, de que ficaram azulejos repostos noutros locais.

[388] Vide fig. 19 - 19.1, 79 e 80. Rui Carita, "A capela de São João da Ribeira (II)", *Jornal da Madeira*, 29 de Mar. 1988. Em inícios do séc. XIX esta capela foi arrebatada por uma enchente da ribeira, procedendo-se a reparações, deixando em 1805 Joaquim Manuel de França em testamento, 100$000 para as obras (**ARM**, *RN*, L.° 1107, f. 128 - 131: 24 Abr. 1805).

[389] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 973, f. 103 v.° - 104: 18 Nov. 1750; idem, f. 156 v.°: 11 Mar. 1752; idem, f. 238 – 238 v.°: 1 Ago. 1754. Inspecção das obras pelo capitão engenheiro J. Vila Vicêncio (14$350): 2 Abr. 178. Em 1783, fiscalização de Vila Vicêncio das obras da nova ig., que importaram em 5:315$700: Jul. 1783 a 1785. Entre Fev. 1803 e Abr. 1804 o carpinteiro António João da Silva e Costa reparou a escada e patim para o campanário (490$000).

[390] Vide anexo 7.17.

pavimentos e retelhamentos necessários para manter em boas condições os templos e as normais aquisições de objectos de culto, desde as pratas a paramentos. A colocação de novos soalhos em madeira, os chamados *estradamentos*, deveu-se essencialmente às alterações provocadas pelos enterramentos, que desde os meados do século XVIII e depois de uma série de surtos epidémicos [391], passaram para os adros e, nos inícios do século seguinte, para cemitérios já de certa forma afastados das igrejas.

A **igreja de N.ª S.ª do Rosário**, em São Vicente, esteve em obras em finais da década de 80 e ao longo da de 90, pagas pela confraria de N.ª S.ª do Rosário. Em 1788 / 1789 procedera-se à colocação do novo altar mor, que tinha vindo do Funchal, ao forro e armação da capela mor e ao soalho da igreja [392], sendo a colocação do altar feita sob a inspecção do vigário Joaquim José de Faria e paga com as esmolas que recolhera [393]. Em 1794 / 1795 vários mestres trabalharam ainda na obra do altar [394], tendo o entalhador João da Câmara e o mestre José *o Aninhas* [José Rodrigues ?] feito a talha no Funchal, recebendo em 1795 respectivamente, 26$000 e 2$300 cada um [395].

O altar ainda não corresponderia totalmente às aspirações da confraria, pelo que em 1794 / 1795, António da Piedade [António da Trindade ?] fez um "*risco no papel*" para o altar ($500) [396], tendo neste ano a confraria adquirido o quadro de Nosso Senhor (15$800) e gasto 14$400 em alvaiade e flor de anil [397]. Posteriormente, em 1796, o balancete da confraria, de 26$300, foi aplicado num frontal de madeira dourado pela "*muita necessidade* [e] *pella indecencia que tem o actual*" [398], tendo sido forrado o tecto da capela [igreja ?] em 1798 por estar "*indecente e necessita*[do] *muito desta obra*" [399], continuando-se no século seguinte com pequenas obras [400]. A

---

[391] Cf. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., "Os surtos epidémicos da segunda metade do século", p. 453.

[392] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1198, f. 2: 1788 / 1789 pagamento de 18$000 por frete do barco que trouxe o altar e tabuado. Por carreto de tabuado na cidade $600, para os carpinteiros que forraram a capela mor 4$500, para os *ditos* que assentaram o altar e factura dos cordões (...$..?), para satisfação de quem armou a capela e forrou pagaram 16$000, em telha 17$500, areia, cal (idem). Em 1790 fizeram um Santo Cristo para o Altar, 1$250 (idem). Em 1791 adquiriram travetas, com que *estradaram* a igreja, 7$500 e tabuado, 8$200 (ibidem, proc. 1199, f. 2).

[393] Ibidem, proc. 1201, f. 3.

[394] O mestre João Rodrigues trabalhou 51 dias na obra do altar a $500 (25$500) e o mestre José António a 41 dias a $500 (20$500) (**ARM**, ibidem, f. 2). Também trabalhou o mestre Manuel Rodrigues e o mestre António V.' (?) ambos a $500 e o mestre António Rodrigues, a $400. Compraram-se tábuas a Manuel G.ª Brazão e ao capitão José Gomes (idem, f. 2 v.º).

[395] **ARM**, idem, proc. 1201, f. 2 v.º. Aos portadores que trouxeram da cidade a talha pagaram 1$600 (idem).

[396] Ibidem, proc. 1200, f. 2 v.º; idem, proc. 1201, f. 3.

[397] Ibidem, f. 2 v.º.

[398] Idem, proc. 1202, f. 2 v.º.

[399] Idem, proc. 1203, f. 3. A cfr. de N.ª S.ª do Rosário para esta despesa colaborou com 60$250.

[400] Em 1803 por oito castiçais prateados pagaram 20$400 (**ARM**, idem, proc. 1204, f. 2). Em 1809 trabalhou o pedreiro Costa e o mestre Manuel Pestana realizou pequenos reparos (ibidem, proc. 1209, f. 2). Em 1817 a quem conduziu cantaria para a escada do púlpito pagaram $600, para pedra comprada a Bento Gomes 3$000, trabalharam o mestre Eleutério, António e seu servente, os serventes António e Manuel António. Em 1818 o mestre serralheiro Manuel Pestana fez ferragem para a capela, trabalhou o pedreiro Eleutério António, o serralheiro António João de Meneses, adquiriram 2 chaprões a António João Brazão, compraram madeira a Rosa Januária e trabalharam o carpinteiro Simão

talha existente na capela mor da igreja é lisa, mas com decorações de motivos rococós, desde volutas, "*Cs*" e "*Ss*" como que fossem colados, parecendo posteriores e executados de acordo com alguma talha que aparece na boca da tribuna, no frontão do altar e nos nichos.

Na área de São Vicente existem ainda outras pequenas obras de talha rococó, nomeadamente na **capela dos Reis Magos**, situada no Terreiro em Ponta Delgada, que foi reconstruída em 1778 pelo morgado João Carvalhal Esmeraldo. O altar mor tem um retábulo de talha dourada do século XVIII, com uma tela representando a Adoração dos Reis Magos e duas pequenas telas laterais dedicadas a São João Baptista e a um bispo da Igreja. O frontal do altar e o tecto de berço são pintados com elementos florais e vegetalistas, ao gosto do século XVIII [401]. Motivos vegetais e florais que também estão presentes num pequeno oratório da residência da família Leal, na rua das Mercês, n.º 37, hoje Escola Secundária do Funchal [402].

O gosto Rococó persistiu no entanto no decorrer da década de 10 e de 20 do século XIX, quanto já dominava um outro tipo de gosto mais austero e despojado decorativamente. São os casos da igreja de N.ª S.ª do Monte no Funchal e da igreja da Santíssima Trindade, na Tabúa, onde subsistem obras de talha com apontamentos decorativos ao gosto rococó, quer pela sequência de obras anteriores e até dos mesmos mestres e oficinas, quer pelo tipo de gosto dos encomendadores.

A actual **igreja da Santíssima Trindade, na Tabúa** foi reedificada em finais do século XVII, dado o mau local em que havia sido edificada a primitiva do século anterior [403], voltando a estar em obras em finais do século XVIII. A confraria de N.ª S.ª do Rosário desta igreja entregou em 1799 ao vigário, 49$600 para as obras [404] e em 1815, pagou ao capitão Estevão Teixeira de Nóbrega, 187$750 por ter feito um novo altar [405]. Refere a documentação da confraria que a maior fonte de rendimento desta confraria eram "*as meias partes de três barcos*", acumulando o balancete de 1814, 204$085, que fora acumulado ao longo de vários anos e juntamente com a receita de 1815, somava 240$635, sendo quase toda a verba absorvida na confecção do novo altar [406].

A **igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal** foi novamente reconstruída na sequência dos danos que sofrera com o terramoto de 1748 e, sucessivamente ampliada, realizou-se a sua sagração

---

António e seu discípulo no conserto da capela (idem, proc. 1214, f. 3), tendo ainda o mestre Simão consertado a cruz em 1819 (idem, proc. 1215, f. 3).

[401] Alberto Vieira, *A Vila de São Vicente – Evocação dos duzentos e cinquenta anos (1744 – 1994)*, São Vicente, 1994, pp. 46 – 49.

[402] David Ferreira de Gouveia, "Santo António no Folclore", rev. *Islenha* n.º 6, Jan. - Jun. 1990, p. 29. Vide fig. 21.

[403] Cit. *Índex Geral* ..., f. 123 v.º. Alvará de 15 de Jun. 1598 de mercê anual de 4$000 para a fábrica (L.º 1, f. 161 v.º); mandado do CF de 22 Out. 1675 para a feitura da nova igreja (L.º 11, f. 37); mandado do CF de 13 Out. 1747 para a remessa de 274$200 para ornamentos (L.º 20, f. 150).

[404] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 12, proc. 950, f. 6. As Confrarias das Almas e Santíssima Trindade em 1792 pagaram $500 e 2$000 por feitio de um Santo Cristo para o altar (cada confraria fez um) (idem, proc. 947, f. 3, idem, proc. 956, f. 4). e a cfr. do SS. em 1784 / 1785 pagou $750 a um carpinteiro pelo conserto da sacristia, ao pedreiro do conserto da capela, sacristia e servente 4$300, areia, cal, telha 3$800 (idem, proc. 960, f. 2 v.º.).

[405] Ibidem, proc. 951, f. 10 v.º. Por frete ao barco que trouxe o altar do Funchal pagaram 4$000 (idem).

[406] Ibidem, f. 9 v.º.

em Dezembro de 1818 [407]. Nessa altura estaria ainda em obras a inicial capela do Santíssimo, que nos dois seguintes ficou dotada de altar, executado nas oficinas do entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, tendo ainda a confraria efectuado entretanto outras despesas em objectos de culto e retoques de pintura na capela [408].

A devoção a N.ª S.ª do Monte entretanto não parava de crescer e, com a mesma, as obras na Igreja, pelo que entre 1821 e 1824 foi edificada uma nova capela do SS., onde existia a capela de Santo António [409], assim como uma nova sacristia e uma casa sobre a sacristia. Gastaram 180$500 em levantar os alicerces, parede da capela, cal e areia, rebocar e assentar o presbitério, e com o oficial de pedreiro e carpinteiro em fazer o tecto da capela [410]. Ficou responsável por estas obras o mestre das obras reais Estevão Teixeira de Nóbrega, que também dirigiu como entalhador a obra de talha da capela recebendo em várias prestações os pagamentos em dinheiro pela mão do tesoureiro da confraria do SS. [411]. Colaboraram na obra os carpinteiros José dos Passos, António João da Silva e Teodoro de Freitas (ganhando por dia $600 cada um) [412], e utilizaram-se madeiras de pinho e castanheiro [413].

As despesas da capela, sacristia e casa sobre a mesma foram pagas essencialmente com as esmolas de N.ª S.ª do Monte, porque a confraria do SS. era de fracos rendimentos [414]. Dentro das suas possibilidades, a confraria do SS. colaborou monetariamente com o dinheiro dos saldos dos balancetes anuais, gastos nessas obras [415], feitas assim "*á proporção dos rendimentos, que fôr alcançando da mesma confraria*", como se registou [416]. Refira-se que neste período, nomeadamente

---

[407] Sobre a edificação da nova igreja e outras pequenas obras vide anexo 7.9.

[408] **ARM**, idem, cx. 5, proc. 303, f. 2: 1804: foi retocada a imagem do Senhor Jesus, que custou 14$000; adquiriram 8 castiçais de madeira dourados: 43$600 (ibidem, proc. 313, f. 2); adquiriram um frontal (idem, proc. 305, f. 3 v.º). Fizeram alguns retoques na pintura (idem, proc. 317, f. 2; idem, proc. 318, f. 4; idem, proc. 304, f. 3; idem, proc. 318, f. 5 v.º).

[409] Idem, *CON*, L.º 22, f. 21.

[410] Ibidem, f. 24: 1822.

[411] Idem, f. 12. Em 1819 pagaram 200$000 ao mestre das obras reais, Estevão T. de Nóbrega "*á conta da obra do novo altar do Sacramento*" e em 1821 pagaram-lhe 125$790 para ultimar o pagamento do novo altar do SS no que diz respeito à obra de entalhador. Pagaram 3$600 para carretos das peças da dita obra (idem, f. 21). Pagaram ainda mais 4$800 ao dito mestre das obras reais, que dirigiu a dita obra de carpintaria (idem, f. 28: 1823). Sobre as obras de talha existentes na igreja vide fig. 22 - 22.8.

[412] Idem, f. 24 v.º, 28: 1822 / 23.

[413] Idem, f. 18 v.º - 19: 1821. Empregaram-se 3 dúzias de tabuado de pinho mole comprado ao tanoeiro António de Oliveira (32$300), travetas de castanheiro; 1 dúzia de tabuado de pinho para servir de "*verdugage*" no estuque do tecto (13$120), estrado em pinho 10$00 (idem, f. 24 v.º: 1822); pagaram 19$800 na compra de 12 tábuas e 4 chaprões de pinho, comprados em *casa de March* para ultimar a obra da capela do Senhor no que respeita ao oficio de carpinteiro (idem, f. 28: 1823), um chaprão de pinho, com que fizeram a porta da sacristia que serve a nova capela do Senhor, travetas de castanho seco para aros, feitio e ferragem: 6$800 (idem, f. 33: 1824).

[414] Idem, f. 1 v.º.

[415] Idem, f. 10. Em 1819 deu 156$360. Em 1820: 95$170 (ibidem, idem, f. 16). Em 1821: 168$160 (idem, f. 19 v.º, 23). Em 1822: 22$374 (idem, f. 25). Em 1823 o balancete era negativo em 57$502, dinheiro que o vigário da igreja, José Joaquim de Sousa tinha adiantado para a obra (idem, f. 29), tendo ainda o mesmo emprestado 181$416 para poder ultimar a capela em 1824 (idem, f. 34, 34 v.º).

[416] Idem, f. 25 v.º, 29 v.º.

em 1820, Estevão Teixeira de Nóbrega fez o orçamento para a restruturação da igreja do Porto da Cruz [417].

Com a relativa pobreza do século XIX, associada a uma outra maneira de entender o culto, a talha nas igrejas foi-se depurando, pressupondo um retorno aos valores do Classicismo, desaparecendo o luxo dos douramentos, que tinham distinguido a talha portuguesa do século XVII e grande parte do XVIII, a favor da pintura branca "*à moderna*", com ligeiras aplicações de ouro, como podemos observar, por exemplo, nos retábulos da igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo [418]. Desapareceram simultaneamente as ricas sanefas dos retábulos e das janelas das capelas mores. Tudo caminhou na direcção de uma empobrecida simplicidade, de uma banalidade de certa forma pesada e que, quando pretendeu ultrapassar a situação, não foi além de trabalhos neorococós e neoclássicos, gosto que vigorou na Madeira ao longo do século XIX e mesmo do XX [419].

3.2.3. A talha complementar

3.2.3.1. Os sacrários

Os retábulos ocuparam um lugar de destaque na arte da talha ao longo dos séculos XVI e XVII, mas o advento do Barroco e o seu "*horror ao vazio*", a mesma extravasou-se ao longo do XVIII e estendeu-se às paredes laterais, orlando janelas, quadros, envolvendo púlpitos, frontais dos altares e outros objectos, como cadeiras e cadeirais, oratórios, grades, castiçais, peanhas, etc. Muitas vezes a talha complementar era executada em simultâneo com os retábulos nas mesmas oficinas, mantendo assim idênticas características estilísticas e contribuindo para uma unicidade do espaço sagrado.

---

[417] **Arquivo Histórico Ultramarino** – Madeira, cx. 22, 6242 a 6244, de 22 – 12 – 1820. O custo total da obra seria de 26 010$124 (cit. ob. cit. Luís Cabral de Moncada ..., p. 20). Sobre as obras na igreja do Porto da Cruz vide anexo 7.17.

[418] Vide fig. 24 - 24.2. Sobre mais pequenas obras realizadas na ig. de São Pedro, na Ponta do Pargo em finais do séc. XVIII e o retábulo para o altar mor que estava previsto ser edificado em finais da década de 60 do séc. XVIII, vide anexo 7.11.

[419] Por exemplo, a ig. do Senhor Bom Jesus, na Ponta Delgada, após o incêndio que a destruiu a 12 de Junho de 1908, por iniciativa do Padre Casimiro Augusto de Freitas, em 1910, procedeu-se à sua reconstrução. Possui talha do séc. XX (1915), feita pelo escultor Manuel Bernardes, muito semelhante à talha da capela mor da ig. do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço (**BMF**, "Trabalhos de esculptura – Inauguração em vulto do Coração de Maria", *Diário da Madeira*, ano IV, n.º 1199, 07-05-1915, p. 1). O artista continental António Maria Cardoso fez também em 1927 um altar em estilo Renascença para o altar mor da ig. de São Brás, no Arco da Calheta (ibidem, "Uma obra de arte – António Maria Cardoso", *Diário de Notícias*, Fch., ano 51, n.º 15907, 09-07-1927). A talha do altar mor da ig. do Curral das Freiras que "*obedece ao estylo corintho*", foi realizada em 1917 pelo entalhador Manuel Inocêncio de Sousa, estabelecido no Funchal, à rua do Dr. Câmara Pestana, (idem, "Egreja do Curral das Freiras", *Diário da Madeira*, Fch., ano VI, n.º 1803, 07-03-1917, p. 1), realizando ainda neste ano um frontal em estilo Renascença para o altar mor da ig. paroquial da Tabúa (idem, "Trabalho d'arte", *Idem*, n.º 1800, 03-03-1917, p. 3). Em 1923 o entalhador Manuel Luciano [Inocêncio ?] de Sousa construiu um frontal em estilo Luís XV, para o altar mor da ig. paroquial do Caniço (idem, "Igreja do Caniço", *Correio da Madeira*, Fch., ano I, n.º 228, 06-01-1923, p. 1; idem, "Frontal de altar", *Correio da Madeira*, idem, n.º 277, 09-03-1923, p. 1).

Os sacrários construídos no arquipélago da Madeira são de estrutura idêntica aos do restante mundo católico. Geralmente são um pequeno monumento em forma quadrangular, decorado com motivos usados desde o Maneirismo e Proto-barroco, que teriam sido divulgados na Ilha pela oficina de Manuel Pereira [420]. O *modelo* manteve-se no Barroco e no Rococó, com ramos, flores, "*Ss*" e "*Cs*", sendo usualmente encimados com a Ave Fénix [421] e na porta do sacrário ostentam a "*árvore do pecado*" com a serpente [422] ou motivos alusivos à Eucaristia e ao Evangelho, como podemos observar na custódia entalhada no sacrário da igreja do Monte, no Funchal.

São ornados por vezes apenas com motivos decorativos vegetais trabalhados ao gosto rococó, como acontece nos sacrários das igrejas paroquiais da Madalena do Mar e do Estreito de Câmara de Lobos. A porta do sacrário muitas das vezes é adornada por uma moldura serpenteada inspirada em folhas de acanto, com pequenas grinaldas de flores e ramagens e é encimada por um baldaquino em forma de concheado ou uma pequena cartela inspirada em folhas de acanto. A técnica como são esculpidos estes motivos decorativos muda consoante o decorrer do século XVIII e a entrada no século XIX, como aconteceu também com a evolução dos retábulos.

Comparando os sacrários realizados neste período no arquipélago da Madeira, uma excepção à generalidade da estrutura compositiva é o sacrário da igreja matriz da Ponta do Sol, construído em 1804 e pago pela confraria do SS. da referida igreja [423]. Este sacrário difere bastante dos seus homólogos madeirenses, é mais esguio, despojado de decorações, ostentando apenas uma árvore na porta e por cima desta, um motivo decorativo inspirado em folhas de acanto e dois ramos de flores e folhas que estão suspensos por uma fita entalhada, mas a grande originalidade reside no enorme baldaquino que o envolve, que é decorado com volutas inspiradas em folhas de acanto e outras ramagens.

Um dos primeiros sacrários que demonstra já alguns motivos rococós e a decadência do barroco está patente na capela mor da igreja matriz de S. Jorge, ostentando os motivos decorativos análogos à restante talha da capela, embora numa escala menor e trabalhados com

---

[420] O conjunto mais monumental deve ser o da igreja do Colégio, que Manuel Pereira teria executado em 1645 e reformulado em 1660. Dessa época e oficina deverá ser o de Ponta Delgada, mantendo-se o modelo no século XVIII, com o sacrário da capela do Santíssimo da matriz de São Pedro, no Funchal. Afastam-se um pouco, o da matriz da Calheta e os sacrários de prata dos séculos XVII e XVIII.

[421] Encimados com a Ave Fénix, são por exemplo os sacrários existentes na capela mor da ig. matriz de São Jorge, em Santana; capela mor da ig. de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos; capela mor da ig. paroquial de Santana; capela do SS. da ig. de N.ª S.ª do Monte, no Funchal ; na capela do SS. da ig. de Santo António, no Funchal e a capela do SS. da ig. de São Pedro, na Ponta do Pargo.

[422] Com a árvore do pecado entalhada na porta do sacrário, encontramos vários sacrários existentes na capela mor da ig. matriz de São Jorge; capela do SS. da ig. de Santo António, no Funchal; capela mor da ig. de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo; capela do SS. da ig. matriz da Ponta do Sol; capela do SS. da ig. de São Salvador, em Santa Cruz e a capela do SS. da ig. de São Pedro, na Ponta do Pargo.

[423] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 682, f. 30. Pagou-se 43$000 ao carpinteiro por fazer o sacrário, ao pintor de pintá-lo e gesso 40$000, ao entalhador 7$200, 18 livros de ouro 25$200, e 1 fechadura, missagras e 1 escudo de prata para o dito 1$350, 1 canastra para o dito sacrário $300. Gastaram ainda 10$805 em tabuado do caixão, pregos, mão de obra do carpinteiro e em pregos de *folezia* para os painéis; 16$000 para o pintor dourar 2 tocheiras 16$000 (12$600 em 9 livros de ouro). Vide fig. 25.5.

maior minúcia [424]. Como nos retábulos, também nos sacrários o trabalho de marcenaria e carpintaria se foi sobrepondo ao de entalhe, começando a aparecer espaços progressivamente mais lisos, primeiro pintados em coloridos marmoreado, mas depois com uma cor muito mais uniforme e até, progressivamente, branca.

Essa evolução está bem patente no sacrário realizado para a igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, em finais da década de 60 do século XVIII [425]. Ainda nesse período, nomeadamente em 1764, realizou-se um sacrário para a igreja paroquial de Gaula, que segundo uma declaração de Novembro de 1765, do vigário António Xavier, contida nos registos dos livros da confraria do SS., importou em 59$750, gastando-se "*4 taboas de pinho por 50 reis cada hua 36 pés faz 7$200; 15 travetas de castanho a 30 reis palmo e todas de 15 palmos 7$750; 4 taboas de castanho a 20 reis $800; taxinhas e grude 1$200; ao carpinteiro 36 dias a seco a 500 reis 18$000, ao emtalhador de 25 dias a seco, por dia $600: 15$000; 2 misagras para a porta do sacrario $100; dinheiro ao torneiro 4 colunas para o dito 500 reis"; dinheiro de 16 livros de ouro para dourar o sacrário e 10 livros que se deram de graça e 6 que se pagaram 1$150 cada um: 6$900 e a dinheiro a quem os dourou de suas mãos* [?]" [426].

A tendência formal e decorativa dos sacrários caminhou assim progressivamente para uma certa simplicidade. Por exemplo os sacrários da igreja de Santo António, no Funchal [427], da igreja da Madalena do Mar, da igreja paroquial do Caniço, da igreja matriz de Santa Cruz, da igreja de N.ª S.ª do Monte no Funchal [428], todos realizados aquando da feitura da talha das capelas onde estão colocados, enquadram-se nas características do espírito rococó, com a pouca severidade patente na presença de linhas curvas nos remates, das volutas dos frisos e "*pilastras*" decorativas das orlas.

Estas características estão patentes ainda no sacrário da igreja paroquial de Santana, embora este esteja em discrepância formal com a restante talha da capela onde está colocado. Ainda em finais do século XVIII foram realizados os sacrários da igreja de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas

---

[424] Vide fig. 1.7.

[425] Em finais da década de 60 os entalhadores António Mendes, Estevão Teixeira de Nóbrega e seu discípulo, juntamente com o mestre Manuel João que *alimpou* a obra e o mestre José Reis, fizeram o sacrário, então pago pela confraria de N.ª S.ª da Graça na quantia de 75$450, sendo utilizadas madeiras de castanho e pinho mole. Refira-se que nesta época o entalhador Estevão T. de Nóbrega ganhava $350 réis por dia (trabalhou 36,5 dias: 12$775), enquanto que António Mendes ganhava $500 por dia (51,5 dias: 25$750). O trabalho foi executado na tenda de um mestre no Funchal, porque foram transportadas as madeiras de Câmara de Lobos para o porto do Funchal e deste, para "*a sua tenda*". Depois de feito o sacrário, foi transportado para a ig. por 8 homens a $200 cada um. (Cit. Manuel Gonçalves Pita, "O sacrário da igreja de Nossa Senhora da Graça", in rev. *Girão*, n.º 5, 2.º semestre de 1990, pág. 217.). Vide fig. 25.4.

[426] **ARM**, *CON*, L.º 20, f. 10 v.º, 11. Este sacrário da matriz de Gaula não chegou aos nossos dias, foi devorado por um incêndio que deflagrou na igreja no séc. XX.

[427] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 40 v.º- 41. Ajuste para a construção do sacrário entre a confraria do SS. e o entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, 1790. Vide fig. 25.2, 25.3.

[428] Vide fig. 4.9, 25, 25.1, 25.6.

em 1788 [429], e da igreja paroquial de Boaventura que foi dourado e pintado em 1793 / 1794, então por 10$000 [430].

A chegada dos primeiros sinais do Neoclássico nos retábulos reflecte-se também nos sacrários, como podemos observar no sacrário da igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo e no da igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo, onde a parte lisa do sacrário é pintada de branco e os motivos decorativos entalhados são reduzidos a formas muito mais simples e estáticas [431].

3.2.3.2. Os frontais

O frontal foi uma consequência do Concílio de Trento, quando o altar abandonou o centro da ousia e se posicionou debaixo do retábulo. Com a consolidação da sua posição na frente da mesa do altar, além do sacrário, passou a ser um dos elementos da talha secundária mais intimamente relacionados com o retábulo. O frontal de altar derivou da ornamentação geral efectuada com tecidos, passando a formas mais definitivas através da talha, com o *estilo nacional*, nos meados do século XVII. Como as igrejas continuavam a empregar frontais de seda ou damasco, não é de estranhar que os entalhadores se esmerassem numa primeira fase a repetir as estruturas e decorações dos tecidos, tendência que veio sendo substituída posteriormente pelo painel único com relevos esculpidos [432]. Por vezes, os frontais eram decorados com pinturas a imitar brocado, em tons de dourado, verdes e vermelhos, como podemos observar em inúmeros frontais de altar, como os da capela de N.ª S.ª do Monte dos Varadouros, no altar da capela do SS. da igreja de Santo António, no Funchal e no altar da capela do SS. da igreja paroquial da Ponta do Sol [433].

Os frontais na Madeira são maioritariamente de formato tradicional rectangular, com um único painel de escultura em relevo, exceptuando um caso ou outro, como a mesa do altar da igreja paroquial de Santana que assenta em dois pés sugerindo uma estrutura de pilastras [434]. Exceptuando o frontal do altar mor da igreja matriz de S. Jorge, onde o desenho foi elaborado em forma mais complexa e delicada e com aglomerados de motivos decorativos em consonância com o grandioso retábulo do altar mor [435], a maioria dos restantes frontais espalhados pelas igrejas da Madeira e

---

[429] **ARM**, idem, cx. 9, proc. 654, f. 3 v.º, 6, 9, 12.

[430] Ibidem, cx. 14, proc. 1062, f. n n. Gastou-se em 7 livros de ouro 9$100, e outros acessórios tais como: alvaiade, óleo, uma fechadura para o dito, missagras, um escudo, uma pirâmide para cima do sacrário e pincéis.

[431] Vide fig. 24 e 25.7.

[432] Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, p. 157; idem, Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, p. 117.

[433] Vide fig. 6.8, 8 e 10. Para além destes, em arrecadações dispersas um pouco por toda a Ilha, existem imensos frontais deste tipo, infelizmente em precárias condições de conservação e cuja recuperação é em já em muitos casos economicamente difícil.

[434] Vide fig. 15.2.

[435] Vide fig. 1.6.

referentes a este período, ou mesmo a totalidade, são ornados com motivos decorativos representados com grande realismo.

A ornamentação dos frontais consiste basicamente numa moldura feita em talha, ora com motivos de ramagens de folhas e flores, ora com motivos torçais, trabalhados de modos diferentes consoante o estilo da restante talha da igreja e consoante o período em que foi construído. A parte central do frontal é decorada com motivos relacionados com a Eucaristia e motivos descritos nas diversas cenas bíblicas. Encontramos por exemplo, espigas de trigo, ramos de videira com uvas, cálices, custódias, hóstias, a inscrição "*A.* [Avé] *M.* [Maria] / *ROGAE POR NÓS* " ou simplesmente "*A M*", o Cordeiro Pascal, motivos relacionados com a Crucificação de Cristo (coroa de espinhos, pregos, martelo), o Sagrado Coração de Jesus e de Maria, raios de sol, etc.

Os frontais da igreja paroquial da Madalena do Mar, revestidos com longas ramagens curvas de folhas de acanto, alguns anjos e algumas grinaldas de flores envolvem a parte central dos frontais onde estão representados símbolos alusivos a cenas bíblicas, tais como: o Cordeiro Pascal, a coroa de espinhos, o Sagrado Coração de Jesus, o cálice e a hóstia, as uvas e o trigo [436]. O frontal da capela mor da igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha é de estrutura decorativa semelhante [437].

A capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro no Funchal, possui um frontal emoldurado na parte superior e inferior com um motivo torçal e nas partes laterais, um ramo de flores que se dirige para o centro, onde está representado a inscrição "*A. M. Rogai Por Nós*" e um ramo de flores [438]. Os frontais das capelas mores das igrejas paroquiais do Caniço e de N.ª S.ª do Monte no Funchal, apresentam um padrão quadriculado envolto com uma moldura lisa e nos vértices motivos florais, ao centro o símbolo da Eucaristia (ramos de videira com uvas, espigas de trigo, o cálice e a hóstia) envolvido numa moldura lisa ornada com motivos florais [439].

Seguindo este esquema decorativo, temos os diversos frontais existentes nas capelas mores e laterais das igrejas matrizes de Santo António e de São Roque, no Funchal. No entanto, nestes frontais, a moldura envolvente é lisa e apresenta quatro flores abertas nos vértices de onde partem ramos (esculpidos em sintonia com a decoração da restante talha da igreja) paralelos às partes laterais para o centro, onde estão representado diversos símbolos religiosos [440]. Os frontais dos altares da igreja paroquial do Estreito de Câmara de Lobos são decorados com uma moldura composta por pequenos "*C*s" e "*S*s" inspirados em folhas de acanto e concheados (semelhantes com as decorações patentes na decoração dos retábulos da igreja), envolvendo ao centro símbolos

---

[436] Vide fig. 4.3, 4.6, 4.13 - 4.15.

[437] Vide fig. 14.3.

[438] Vide fig. 3.

[439] Vide fig. 5.2 e 22.

[440] Vide fig. 6, 6.15 - 6.17, 11, 11.8, 11.9, 11.12 - 11.14.

eucarísticos [441]. Já os frontais da igreja de São Salvador, em Santa Cruz apresentam uma severidade linear e ornamental patente na moldura fina e lisa, lembrando um ramo com pequeninas folhas, estando assim também em consonância com a restante talha proto-neoclássica dos retábulos da igreja e que nos últimos anos do século XVIII e inícios do século XIX inundaram as igrejas [442]. Já de gosto neoclássico, são os frontais dos altares da capela mor da igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo e da capela do SS. da igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal [443].

Os frontais dos altares laterais da Sé possuem uma decoração bem integrada nos retábulos, composta por um motivo central com folhas de acanto de onde está suspenso uma grinalda de flores e folhas até aos lados da mesa do altar [444]. Quanto ao frontal da capela mor da igreja do convento de Santa Clara, no Funchal, dividido em três painéis de forma quadrada, é bastante simplificado em termos de ornamentações, tendo somente em cada faixa cinco motivos decorativos padronizados e inspirados em flores [445].

Para alguns destes retábulos levantados em fins do século XVIII e inícios do século XIX, alguns frontais foram feitos já no decorrer do século XX, por estarem degradados os antigos ou por os existentes serem em tecido, no entanto, mantêm consonância formal com a anterior restante talha do retábulo. Por exemplo, a talha do altar mor da igreja do Curral das Freiras que "*obedece ao estylo corintho*" foi realizada em 1917 pelo entalhador Manuel Inocêncio de Sousa, estabelecido com oficina à rua do Dr. Câmara Pestana, realizando ainda neste ano um frontal em estilo renascença para o altar mor da igreja paroquial da Tabúa [446]. Em 1923 o entalhador Manuel Luciano [Inocêncio] de Sousa construiu "*um belo frontal de estilo* [Luís] *XV*", para o altar mor da igreja paroquial do Caniço, sendo pintado pelo pintor Cirilo Nunes [447].

3.2.3.3. Os púlpitos

Os púlpitos foram elementos que teriam equipado as mais antigas igrejas da Madeira, devendo o mais antigo ser o da sé do Funchal, enviado por D. Manuel nos primeiros anos do século XVI. Subsistem ainda alguns exemplares dessa época, como o púlpito da matriz da Ribeira Brava e, do século XVII, alguns datados, como o da matriz da Calheta, de 1639 e muito semelhante ao da matriz de São Pedro, no Funchal. Dos inícios do século XVIII, provavelmente da campanha de

---

[441] Vide fig. 9, 9.8, 9.9, 9.12 e 9.13.

[442] Vide fig. 12, 12.4, 12.8 e 12.9.

[443] Vide fig. 17.1, 22.2.

[444] Vide fig. 7.7 e 7.8.

[445] Vide fig. 13.

[446] **BMF**, "Egreja do Curral das Freiras", *Diário da Madeira*, Funchal, ano VI, n.º 1803, 07-03-1917, p. 1; idem, "Trabalho d'arte", *idem*, n.º 1800, 03-03-1917, p. 3.

[447] Idem, "Igreja do Caniço", *Correio da Madeira*, Funchal, ano I, n.º 228, 06-01-1923, p. 1; idem, "Frontal de altar", *Correio da Madeira*, Funchal, ano I, n.º 277, 09-03-1923, p. 1.

obras de 1720, são os púlpitos duplos da igreja do antigo colégio jesuíta do Funchal, numa execução e escala quase ímpar na Região, até por serem em madeiras embutidas, o que à época não era usual, salvo nas igrejas jesuítas. Na ilha da Madeira realizaram-se depois púlpitos nas várias campanhas de obras seguintes, como nos finais do século XVIII e inícios do XIX, período a que diz respeito o nosso trabalho.

Como era hábito nas igrejas portuguesas, também os púlpitos existentes no arquipélago madeirense são sempre acostados ou embutidos nas paredes da nave, logicamente do lado do Evangelho [448] e com acesso por uma escada existente numa das capelas laterais ou, menos comum, por escada à vista, tornando mais majestosa a nave da igreja e acrescentando-lhe maior aparato e cenografia. Principalmente no reinado de D. João V, introduzidos em Portugal por influências exteriores, talvez de Espanha, ou da Índia Portuguesa, onde estes elementos possuem uma presença ímpar [449], generalizou-se o uso de quebra-voz ou dossel lavrado sobre a caixa, o que valorizava a figura do pregador tornando mais sonora a sua voz e chegando a ter quase tanta importância como o púlpito propriamente dito [450].

Para além dos quebra-vozes da igreja dos Jesuítas e um outro exemplar dos meados do século XVIII, como os exemplares da matriz de São Pedro, no Funchal e de São Jorge, em Santana, executados pelo entalhador Julião Francisco Ferreira, os restantes são praticamente todos, em princípio, já dos finais do século XVIII. O exemplo mais marcante é o da Sé do Funchal, que só quando em 1790 foram executadas obras no púlpito existente desde a época manuelina, lhe foi acrescentado pelo entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega, por 58$250, o dossel e o coruchéu [451].

Os púlpitos a partir do chamado "*estilo nacional*" são compostos por uma caixa de painéis sólidos quadrados e um alto dossel, encostado à parede ou integrado em revestimentos de talha [452], sendo este modelo de caixa quadrada transportado para quase todos os púlpitos que se edificaram no arquipélago da Madeira entre os finais do século XVIII e inícios do XIX. Os quebra-vozes de estrutura mais ou menos piramidal, são rematados por um elemento decorativo, em forma de pináculo e geralmente inspirado em folhas de acanto. A caixa assenta na base numa só obra comprida e esbelta, também em forma piramidal invertida, sendo interligado o dossel com a caixa através de decorações realizadas na porta e nas partes que ladeiam a mesma.

---

[448] Talvez a única excepção seja o da capela do Corpo Santo do Funchal, colocado do lado da Epístola e, muito provavelmente, na campanha dos Monumentos Nacionais de 1950 / 1960, o que não está canonicamente correcto.

[449] Cf. Ilda Maria Moreira Frias e Rodrigues, *Púlpitos Luso-orientais. Origens e difusão*, 2 vols., tese de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002 (policopiado).

[450] Nelson Correia Borges, *Do barroco ao rococó - História da arte em Portugal*, vol. 9, Publicações Alfa, 1986, p. 53; idem, Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, p. 159.

[451] "*33$750 de feitio da parte de madeira do púlpito, 7$000 de 70 pés de traveta de pinho, 2$200 de vinte e dois pés de chaprão e 15$300 da talha*": in *Manuscritos da Sé*, recibos de 1790, doc. 22, 42 (cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, p. 17 e 262); **IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 8, Livro de receita e despesa da fábrica da Sé do Funchal (1769 - 1795), f. 199 (1790). *Ao pintor que o pintou pagou-se* 12$300 (ibidem, f. 199 v.º).

[452] Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, ob. cit., p. 118.

Nas decorações dos púlpitos abundam as imitações de franjas inspiradas em ramagens, (sobretudo folhas de acanto) nas orlas dos dosséis e das caixas, nas cornijas e sobre as portinhas de acesso. Podemos presenciar estas características, por exemplo, nos púlpitos das igrejas matrizes de N.ª S.ª do Monte, de Santo António e Santa Maria Maior, e no convento de Santa Clara, todas situadas no Funchal. Dominam no grupo de púlpitos madeirenses deste período as fórmulas decorativas existentes na talha dos retábulos das igrejas onde estão colocados, pois foram desenhados e construídos praticamente aquando da feitura da restante talha dessa campanha de obras.

A sobriedade é grande nas linhas e decoração, já que se reduzem ao mínimo as partes esculpidas, prevalecendo uma decoração plana e suave, com delicadeza nos ornatos e perfis. A beleza destes púlpitos expressa-se principalmente na graça fluída de algumas linhas dos elementos decorativos que os ornamentam, dando-lhes um pequeno movimento delicado, que contrasta com a rigidez da forma sólida e geométrica da caixa. A parte lisa dos púlpitos foi, ora pintada a fingir marmoreados, como podemos observar nos púlpitos das igrejas do convento de Santa Clara e de N.ª S.ª do Monte [453], ou ficando simplesmente em branco, como podemos observar nas igrejas de Santo António e de Santa Maria Maior [454].

Ainda em finais do século XVIII, em 1798, fez-se no Funchal o púlpito para a igreja de Santa Maria Madalena, no Porto Moniz, por 32$500, sendo pintado, muito provavelmente por artistas funchalenses, que se deslocaram para tal até ao Porto Moniz. Foi-se-lhes assim pago 28$900, incluindo "*comedoria e conduções*" de ferramentas, pintando ainda os mesmos a igreja e retocando os altares e frontais, levando 415$150 pelo seu trabalho, tintas e ouro [455].

Extravagante no abandono das folhas de acanto da orla, dos brancos, marmoreados e grande quantidade de dourados, é o púlpito da igreja matriz de São Roque, no Funchal, que apresenta tons planos de azuis e baixos relevos de carácter mais suave e linear, característicos do estilo de transição do Rococó para o Neoclássico, da épocea de D. Maria I [456].

3.2.3.4. Outros objectos cultuais e de adorno

A capacidade dos entalhadores de trabalharem grandes composições de riquíssimo ornato, revelaram-se com especial efeito nas sanefas dos retábulos, arcos, janelas e outros pontos dos interiores religiosos. Essas molduras decorativas são um fenómeno dos finais do século XVII e que

---

[453] Vide fig. 26.1.

[454] Vide fig. 23 e 26.

[455] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 753, f. 4, 1798. O frete do púlpito custou 3$500, o carreto $600 e gastou-se 6$500 em ouro para o mesmo; o frete do barco com os baús dos pintores custou 2$500 e pagou-se $800 a quem os transportou do calhau para a capela. Sobre as obras de pedreiro e carpinteiro realizadas na ig. em finais do séc. XVIII e inícios do XIX vide o anexo 7.12.

[456] Vide fig. 26.2.

se manteve ao longo do XVIII em Portugal, pois em nenhum outro país se desenvolveram com tanta intensidade e brilhantismo [457].

Em diversas igrejas madeirenses ao longo do século XVIII, as janelas, tribunas e pinturas são enriquecidas com enquadramentos e molduras espectaculares, de grande valor plástico, como nas molduras das pinturas de Nicolau Ferreira na capela da Consolação do Funchal. Tal como aconteceu nos outros empregos da talha, as molduras começaram a acolher elementos soltos do vocabulário Rococó, como a "*asa de morcego*", elementos vegetalistas, grinaldas de flores, folhas de acanto, volutas, e como não podia deixar de ser, conchas.

Estes elementos decorativos são dourados ou por vezes intercalados com o branco, dispostos sempre simetricamente, tanto longitudinal como transversalmente, tendo muitas vezes na parte central superior e inferior medalhões inspirados em conchas ou folhas de acanto, de onde se propagam em tamanho e quantidade, diversos ornatos decorativos, muitas vezes de natureza caprichosa. Os ornatos são dispostos por vezes de modo padronizado ou suspensos em perfil, mas geralmente percorrem em serpenteado, com grande liberdade compositiva e com extrema e nervosa delicadeza todos os lados do objecto emoldurado.

De grande minúcia decorativa e com motivos inspirados em concheados e ramagens, sobretudo folhas de acanto e dispostos de modo assimétrico, podemos apreciar nas decorações das molduras existentes nas paredes laterais da igreja paroquial de São Jorge [458]. Especialmente belos são os exemplares rococós das paredes laterais da capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro no Funchal, onde se aprecia largas molduras irregulares, decoradas com volutas de folhas de acanto, outros motivos vegetalistas e motivos concheados [459]. O tratamento das molduras das janelas e quadros da capela mor da igreja paroquial do Caniço é mais extravagante nos seus efeitos plásticos, eminentemente grandiosos, com finas e grandes ramificações, com os motivos decorativos ricamente trabalhados e inspirados em folhas de acanto e flores, sendo pintados de branco e alguns dourados [460].

De molduras planas e lisas por onde se enrolam em largas espirais motivos vegetalistas e florais, são os efeitos decorativos presentes nos trabalhos de talha da capela do SS. da igreja matriz de Santo António, no Funchal, na igreja do convento de Santa Clara e na capela de N.ª S.ª da Conceição situada na rua da Carreira no Funchal [461]. Já como adorno exterior às molduras lisas,

---

[457] Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, Livros Horizonte, 1962, Lisboa, p. 169. A situação é já patente nos finais do XVII, como podemos constatar nas capelas laterais da igreja dos Jesuítas do Funchal, especialmente nas capelas de São Miguel e de Santo António, levantadas pouco depois de 1682, onde a talha passa já então às molduras das paredes laterais.

[458] Vide fig. 30 e 31.

[459] Vide fig. 3.1, 3.2, 34 - 39.

[460] Vide fig. 5.5-5.7.

[461] Vide fig. 6.9; 13, 13.3 - 13.4; 83. A capela da Conceição foi fundada por Luís Bettencourt de Albuquerque e Freitas, de uma família recentemente regressada de Pernambuco, tendo sido benzida a 7 de Dezembro de 1777.

encontramos nas paredes laterais da igreja paroquial do Estreito de Câmara de Lobos trabalhos com motivos baseados em flores, grinaldas de flores, folhas de acanto e pedaços de concheados [462]. De grande fineza no tamanho e requinte decorativo são os ornamentos esculpidos na talha das paredes laterais da capela mor da igreja de Santo António no Funchal [463]. Com disposição dos elementos decorativos de modo mais padronizado, são os existentes nas paredes laterais da capela do SS. da igreja matriz da Ponta do Sol [464].

O tratamento linear e esguio das formas que ornamentam as molduras das janelas e quadros das paredes laterais da capela mor da igreja matriz de Santa Cruz lembram a talha das molduras das congéneres capelas mores das igrejas paroquiais de Santo António no Funchal e do Caniço, embora sem a mesma riqueza em elementos e tratamentos decorativos, característico do proto-neoclássico [465]. Refira-se que estas características e esquemas decorativos propagam-se a todos os elementos entalhados das paredes laterais das capelas mores e laterais, desde os frisos, pilastras, remates, estilóbadas, plintos e, mesmo grades, como a magnífica grade da capela do Santíssimo da matriz do Porto Santo, executada por Estevão Teixeira de Nóbrega, como já escrevemos.

Embora trabalhados de certa forma menos caprichosa, também outros objectos foram embelezados com talha, desde as peanhas, estantes de missal, ceroferários, tocheiras, lampiões e candeeiros. Neste conjunto é de salientar principalmente os dois ceroferários imponentes existentes na capela mor da igreja de São Jorge, em Santana [466], e a grande quantidade de castiçais entalhados e espalhados pelo arquipélago, basicamente com efeitos plásticos baseados em concheados, volutas acabando em "*plumas*" de folhas de acanto, ou com duplas volutas enquadrando folhas e flores em alto relevo em cada uma das várias faces do objecto [467].

Desta época podemos observar diversos candeeiros entalhados e dourados dispersos por várias igrejas da Madeira. Por exemplo, nas igrejas do Estreito de Câmara de Lobos e do Caniço, possuindo esta última sete, sendo o central de três andares e mais elaborado e os candeeiros existentes na Sé do Funchal. Os candeeiros da Sé foram feitos na década de 90 pelo pintor António da Trindade da Cruz juntamente com seu filho, o entalhador José Joaquim da Trindade, custando

---

[462] Vide fig. 9.4 - 9.7.

[463] Vide fig. 6.4 - 6.7.

[464] Vide fig. 10.3, 65-70.

[465] Vide fig. 12.4, 12.5.

[466] Vide fig. 1.1.

[467] A título de exemplo veja-se o quadro com obras miúdas realizadas pelos entalhadores, no capítulo referente aos entalhadores.

282$300 o lampião grande [468], que foi dourado por José Rodrigues Pereira (308$400) [469] e os dez lampiões dos arcos das naves, que custaram 205$800 [470].

Ainda na Sé do Funchal, realizaram-se diversas obras miúdas em talha e marcenaria no século XVIII, a balaustrada das naves por exemplo, foi torneada pelos mestres Francisco Brandão e João Ferreira, por 50$400; a tábua do calendário foi adquirida em 1790, por 1$300 ao mestre Henrique José de Oliveira; um canapé e dois assentos foram fornecidos por George Colson Smith no mesmo ano por 42$550 [471]. Também na Sé, António da Trindade fez em 1792 o novo candeeiro do círio pascal, recebendo 49$350 pelo ouro, feitio, madeira e mais coisas necessárias [472] e em 1790, o entalhador João da Câmara Sá fez as banquetas para o altar mor (25$000) e o pé da cruz grande do mesmo altar, fazendo a ferragem o serralheiro Jerónimo (11$950) e sendo o trabalho dourado pelo mestre Henrique José de Oliveira, morador no beco dos Aranhas (62$400: gastos em ouro, tintas e serviço de douramento) [473]. Para a confraria do Arcanjo São Miguel foram feitos oito castiçais e um pé da cruz para o altar, por 9$200, tendo o pintor Filipe Caetano da Trindade e Silva dourado tudo por 20$970 [474].

A maioria das igrejas madeirenses não eram de grandes dimensões, pelo que em relação a órgãos, na Madeira não existe nenhum que fosse entalhado nesse período, contrariamente a alguns imponentes com custosas e ricas imagens existentes em Portugal Continental. Quanto a cadeirais, elemento que teve uma importância significativa nas primeiras fases da talha portuguesa, tornando-se indispensável no interior das igrejas, com o passar dos anos e, especialmente, depois da extinção das ordens religiosas e com o lento apagamento das confrarias, a grande maioria desses cadeirais desapareceu.

Em relação à Madeira, em finais do século XVIII e inícios de XIX ainda se fizeram alguns cadeirais para as colegiadas, com alguma desenvoltura, como o da matriz de Machico e para assento

---

[468] Cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 261 (*Manuscritos da Sé*, recibos de 1790, doc. 21.) Do referido dinheiro, António da Trindade pagou aos serralheiros Jerónimo Lourenço de Freitas e Vicente Ferreira da Silva 47$000 por toda a ferragem e cadeia; ao picheleiro Manuel de Matos as rodas e cachimbos, 4$700; tabuado e madeira de bordo, 36$350; aparelho e tintas, 6$350; grude e jornais, 88$750; de ouro, 54 livros a 1$200 (37$840). Em 1769: "*dinheiro que custou o lampeão grande do cruzeiro da Sé, feito todo de ferro, vestido de madeira e todo dourado: cadeia de ferro, borla, com o custo do candeeiro velho, tudo contando a borla, feitio e lã e candeeiro velho a José Rodrigues Pereira – 308$400*" (**IAN/TT**, *Cabido Sé do Funchal*, L.º 8, *Receita e despesa da fábrica da Sé do Funchal* (1769 - 1795), f. 202).

[469] **IAN/TT**, ibidem, f. 201.

[470] Cit. Pita Ferreira, ididem, p. 261 - 262 (*Manuscritos da Sé*, recibos de 1790, doc. 42: 20 Dez. 1790;). Despesa dos lampiões: madeira 6$800, ferragem e tarraxas ao mestre Jerónimo 13$000, rodas e cachimbos, que fez o mestre picheleiro, 5$000; férias de Janeiro, ao mestre entalhador e torneiro, 14$150, de Fev. aos *ditos*, 14$000; de Março, 14$600, de Abril, 11$200; de 71 livros de ouro a 1$200 (13$800); de dourá-los a $700 cada livro (43$050); do gasto e dias do aparelho, 8$000; de um rolo de cera para trabalhar de noite $400; carretos, $400; beberetes, $800.

[471] Ibidem, p. 262.

[472] **IAN/TT**, ibidem, f. 204, 215 e 231 v.º.

[473] Ibidem, f. 199 v.º.

[474] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 372, f. 2.

dos irmãos de confrarias várias, entre outras, para a do SS. da matriz de São Pedro, no Funchal. Mas os exemplares existentes são muito despojados de ornamentos, com grande simplicidade formal e decorativa, já dentro da gramática decorativa Neoclássica, como podemos constatar no cadeiral da igreja do Caniço [475] e no da confraria do SS. da Sé, hoje no Museu de Arte do Funchal, já todo em embutidos de madeira, tendo assim desaparecido o entalhador a favor do marceneiro.

3.2.4. Os Estuques

Complementando, mas também rivalizando com a decoração pictórica e com a talha, no século XVIII os estuques tornam-se num elemento essencial, conhecendo-se as suas aplicações desde as molduras de quadros até aos tectos. Na Madeira não foi muito prolifero o ofício de estucador (*estuqueiro*, como então se escrevia) e apenas em 1774 se registou uma carta de exame de estucador, verificando-se em alguns casos a inexistência de juiz para o exame de oficial dessa arte [476]. Talvez por isso, encontramos por vezes os entalhadores a executarem juntamente com os estucadores esses trabalhos, como aconteceu na igreja de Santo António, no Funchal, quando a confraria do SS. em 1789, começou com as obras de estuque na sua capela, como se pode depreender através dos livros de receita e despesa da confraria.

Em Maio de 1788 já haviam adquirido trinta e oito quintais de gesso a $200 (76$000) [477], para serem aplicados nas obras de estuque realizadas na capela do SS. da matriz de Santa António. Em finais da década de 80 e inícios de 90 trabalharam ali os estucadores Manuel Luís, ganhando $700 por dia, e dois discípulos, um a $500 e outro a $200; Francisco Luís, a $550 e a $500, um seu discípulo Jacinto, a $500 e outro discípulo mais novo, a $200; Francisco *Vencelão*, e José Agostinho [da Costa ?], ambos a $700, o mestre Melim, a $300, o mestre entalhador António de Agrela a $700 e a $500 e um seu discípulo, a $300. Em simultâneo com os estucadores e o entalhador, trabalharam no fasquiado de madeira que suporta o gesso, os carpinteiros José dos Reis, ganhando $550 por dia e um seu discípulo, a $050, Manuel Gomes, Francisco de Freitas e António João, a $400 e os mestres José Lima e Alexandre, a $500 [478].

O tecto da capela do SS. é constituído por diversos painéis em estuque branco sobre fundo azul, ostentando ao centro, em dourado, o triângulo simbólico da Santíssima Trindade. Os relevos em estuque formam molduras envolvendo seis pinturas de Nicolau Ferreira e foram inspiradas em

---

[475] Vide fig. 5.16.

[476] José de Sainz Trueva, "Tectos estucados da cidade do Funchal", revista *Islenha* n.º 12, p. 62. Vide Fátima de Freitas Gomes, "Oficiais e Ofícios Mecânicos no Funchal (Séculos XVIII a Princípios do Século XIX)", Separata, *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, SRTC, CEHA, 1989.

[477] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 22 v.º. Continuaram as despesas na capela com pedreiros, serradores e começamos a observar a condução de madeira e gesso da cidade do Funchal para a igreja para serem empregues nos estuques, muitos pregos e chaprões, comprados a Diogo Aires: 37$600 (idem, f. 39) e na casa de Thomaz Gordon (idem, f. 40) e comprada a Tomé Gomes Camacho (idem, f. 39 v.º), tabuado de casquinha, travetas de pinho (idem, f. 40, 40 v.º); fornadas de gesso, cozidas pelo mestre Melim por $150 cada uma (idem, f. 31).

[478] Ibidem, f. 32 v.º, 33 e 34 v.º.

folhas de acanto. Ao centro, ladeando o símbolo da Trindade, os relevos incluem finos motivos vegetalistas descrevendo curvas que se destacam com algum ritmo do fundo azul do tecto. Estes motivos também estão presentes no tecto da capela de N.ª S.ª de Guadalupe, da mesma igreja, ladeando uma cartela com uma moldura decorada com "Cs" e folhas de acanto, tendo representado no centro uma pintura dedicada a Nossa Senhora [479].

Já em finais da década de 60 e inícios da de 70 do século XVIII, foram também executados estuques no tecto da capela do SS. da Sé do Funchal, quando da execução da talha do altar e das paredes. Neste tecto existem sólidas molduras de pedra formadas pela cruzaria de ogivas da abóbada, delimitando painéis de formato triangular de onde se destaca um fino trabalho de estuque, com elementos vegetalistas (folhas e ramos de flores), descrevendo curvas cheias tipicamente rococós [480]. Ainda na Sé do Funchal e na mesma época, realizou-se o tecto de estuque da sacristia do SS., muito simples e enquadrando as armas reais dessa época, assim como as molduras dos quadros das paredes laterais da capela mor, ostentando delicados e minuciosas decorações baseadas em motivos vegetalistas [481].

Posteriormente, já na década de 20 do século XIX, no tecto da capela do SS. da igreja de N.ª S.ª do Monte, empregaram-se estuques realizados por João Mamede Zeferino, recebendo por toda a obra, 127$300. Estes relevos são algo lineares e incluem vasos de flores, flores abertas, folhas em forma de "*Cs*", sendo a característica principal deste tecto a grande simplificação formal, comparado com os tectos já mencionados da igreja de Santo António e da Sé [482]. Também do século XIX, encontramos referências a despesas em gesso para estuque nas obras da capela do SS., da igreja de São Roque, no Funchal, quando se encontravam avançadas as obras de pedreiro e carpinteiro para levantamento da capela [483].

Noutros estuques da arquitectura religiosa do século XVIII podemos encontrar motivos decorativos mais diversificados. Nas capelas de São João da Ribeira e do SS. da Tabúa podemos observar representações de Agnus Dei; na capela do SS. da igreja da Ribeira Brava, as Armas Reais Portuguesas semelhantes às da sacristia da capela da confraria do SS. da Sé do Funchal; na capela do conde de Carvalhal, na Quinta do Palheiro Ferreiro, encontramos o triângulo simbólico da Santíssima Trindade e o Baptismo de São João Baptista; na capela de Penha de França, as coroas reais e ainda com decoração profana, refiram-se os singelos estuques parietais da capela do Espírito Santo, na Lombada da Ponta do Sol [484], entre outros exemplos.

---

[479] Vide fig. 56 e 57.

[480] Vide fig. 2.

[481] Vide fig. 41 – 43.

[482] **ARM**, *CON*, L.º 22, f. 28. Vide fig. 22.2, 22.3.

[483] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 572, f. 2 v.º: 1807.

[484] José de Sainz Trueva, "Tectos estucados da cidade do Funchal", in rev. *Islenha* n.º 12, 1993, p. 69.

4. A Pintura na Madeira nos finais do século XVIII e inícios do XIX

Terminada a obra de talha, era necessário pintá-la e dourá-la, e os novos espaços de capelas e igrejas também precisavam de quadros e de pinturas nos tectos para sua ornamentação. Embora se possa fazer a distinção entre pintores e douradores de talha, e pintores de cavalete, no arquipélago da Madeira há por vezes uma certa promiscuidade nestes ofícios. Havia assim pintores de cavalete que também executavam a pintura e o douramento de retábulos, pois eram então ofícios afins e o mercado era restrito para uma diferenciação desses trabalhos. Nessa situação encontramos José António da Costa, João António Vila Vicêncio e Nicolau Ferreira Duarte [485], como inclusivamente houve pintores que projectavam altares e arrematavam obras de talha, como teremos oportunidade de escrever mais adiante.

O arquipélago da Madeira durante o período em estudo apresenta-se auto-suficiente em mão de obra para a execução de pintura, encontrando-se muitos madeirenses a trabalharem no douramento e na pintura, contrariamente ao que se passou em períodos anteriores, em que muitas vezes foram adquiridas, numa primeira fase a oficinas estrangeiras e depois, a oficinas continentais, sobretudo até meados do século XVIII. Em princípio, terão surgido neste período as primeiras oficinas de pintura regionais e, na transição para o século XIX, pelo menos uma com alguma qualidade, embora nem sempre, especialmente pela quantidade assombrosa da sua produção: a oficina de Nicolau Ferreira Duarte.

Temos o cuidado de escrever "*em princípio*", pois ao longo dos séculos anteriores existem referências à actividade na Madeira de vários pintores e que poderiam ter produzido pintura de cavalete, mas documentalmente, ao que saibamos, não existe correspondência entre as obras produzidas e a referência da actividade. Encontram-se nesse caso algumas pinturas provenientes do convento de Santa Clara e outras instituições religiosas, hoje no Museu Diocesano de Arte Sacra, com características de poderem ter sido produzidas na Região. O mesmo se pode ter passado com as pinturas da capela do Corpo Santo, assinadas por uma sigla, talvez *LSV* e datadas de 1615 e 1616 [486], assim como outros exemplos pontuais. A comprovação de tal, no entanto, não foi até ao momento documentada.

---

[485] **ARM**, *GC*, L.º 227, f. 11 v.º, 13 v.º, 20 v.º. Idem, *JRPC/CON*, cx. 4, proc. 294, f. 10, 11, 17; idem, cx. 8, proc. 626, f. 6 v.º.

[486] Rui Carita, *História da Madeira*, vol. III, . ob. cit., p. 418. Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, tese de mestrado em História de Arte, ob. cit., p. 288 – 289.

4.1. Pintores em actividade e sua obra

4.1.1. José António da Costa e José Agostinho da Costa

Um dos pintores douradores de transição do Barroco para o Rococó na Madeira foi José António da Costa, "*que nesta Ilha tem feito algumas obras de sua arte com perfeição*", como afirmava o provedor da Fazenda Real na Madeira em 1749, aquando de uma informação que deu para a Corte sobre o retábulo da matriz de São Pedro, no Funchal. Em causa estava um pedido que se fizera para que o mestre das obras reais, Domingos Rodrigues Martins, juntamente com o referido pintor o informassem sobre as medidas dos nichos e da boca da tribuna e orçamento necessário com os gastos dos oficiais, tintas e ouro, para depois se mandarem fazer na Corte as imagens e o painel para o camarim do novo retábulo [487].

Quando o provedor se referia que o pintor José António da Costa "*tem feito* algumas *obras de sua arte com perfeição*", entre outras obras, referia-se certamente à obra de douramento e pintura da capela mor da igreja de São Jorge, em Santana. Pois, no termo de baptismo de Domingos Bartolomeu, seu filho, menciona-se que o pintor está a residir na ilha da Madeira, juntamente com sua família "*por causa do douramento e pintura da igreja de São Jorge*" [488]. José António da Costa era casado com Maria Josefa Vila Vicência, de Santa Cristina de Alaguna (ilhas Canárias) [489], provável familiar do pintor João António Vila Vicêncio, pelo que se deduz que trabalhariam conjuntamente nalgumas obras de pintura de tectos e douramentos.

José António da Costa continuou no ofício de pintor dourador até a década de 80 do século XVIII, dourando importantes obras de retábulos construídos nesse período. Para a capela de N.ª S.ª da Boa Morte trabalhou em 1771 / 1773, recebendo em 1773 "*pelo resto da obra da capela 20$000*" [490]. Em 1772 já aparece referido: "*A* ***José da Costa*** *por conta do seu trabalho, 3$000*", mas também "***José António Pintor,*** *3$000*". Neste mesmo fólio estão descriminadas despesas com o pintor (embora não se escreva quem era) em várias parcelas, com despesas com vermilhão,

---

[487] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L. 974, f. 24 – 24 v.º: Fch., 7 Jun. 1749. O retábulo para a boca da tribuna não chegou até nós, mas chegaram as pinturas das paredes laterais. Em 1912, realizaram-se trabalhos na igreja e que orçaram em 1.315$740 réis, sendo vigário o célebre padre Manuel Joaquim de Paiva. Nesta campanha de obras retiraram o quadro que se encontrava no altar mor e que representava o orago da igreja, "*em virtude do seu estado não permitir o seu apparecimento á vista especialmente de extrangeiros que em grande numero visitam o templo*", para depois mandar "*pintar um novo quadro para ser collocado no altar mór*", o que não veio a acontecer (**BMF**, "Egreja de São Pedro – Melhoramentos importantes", *Diário da Madeira*, Fch., ano I, n.º 81, 22-03-1912, p. 1.).

[488] [**ARM** ?], Sé, Funchal, Baptismos, Sé, L.º 672, f. 49 (04 – 08 - 1756). Cit. padre Silvério Aníbal de Matos, *São Jorge e suas ermidas*, edição da Câmara Municipal de Santana, Junta de Freguesia de São Jorge e Casa do Povo de São Jorge, Imprensa Regional da Madeira, 2000, p. 47. José António da Costa era natural das ilhas Canárias, filho de Nicolau da Costa e de Margarida Ilhares, de São Miguel da ilha de Palma e era casado com Maria Josefa Vila Vicência de Santa Cristina de Alaguna. Refira-se no entanto que pesquisamos no ARM, a dita fonte original, o livro 672, e não encontramos o registo deste baptismo. Do mesmo modo pesquisamos em vários livros de diversas paróquias referentes a Agosto de 1756 e não encontramos quaisquer referências. Tudo leva a crer que deve ter ocorrido algum lapso na informação da fonte documental deste baptismo.

[489] Ibidem.

[490] **ARM**, *GC*, L.º 227, f. 16 v.º a 18 v.º.

alvaiade, estuque, carpinteiro, ... Juntamente nesta folha de 1773 onde se refere "*A **José da Costa** pello resto da obra da cappella 20$000*", existe o registo de despesas pagas ao entalhador, ao carpinteiro, ao pintor, respeitantes a tintas óleo, grude e alvaiade, inclusivamente ao mestre Manuel João de Nóbrega, daí que achemos que o pintor José António da Costa andou no douramento da talha, como já havia feito na capela do SS. na Sé entre Julho de 1770 e Fevereiro de 1772, gastando-se vinte e sete milheiros de ouro [491], e posteriormente, em 1781, pintou por 100$000, o altar mor da igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço [492].

Na igreja de Santo António, no Funchal, iniciou-se entretanto em 1783 a obra da capela do SS. e respectivo altar, sendo chamado a mando da Fazenda Real para vir da freguesia do Monte, o pintor José Agostinho da Costa, provável familiar do pintor José António da Costa [493]. Em 1789 / 1790, José Agostinho da Costa recebeu 150$000 pelo risco que "*deu*" para o referido altar, tendo dourado em 1790 o pavilhão do sacrário (5$700) e anteriormente, pintado o arco da capela (3$600) gastando-se 22$450 em alvaiade, óleo e tintas [494]. O altar foi construído sob a direcção e risco do referido pintor José Agostinho [495]. Mas não era, por certo e ao que a documentação confirme, um pintor de cavalete.

4.1.2. João António Vila Vicêncio

O pintor João António Vila Vicêncio, como já tivemos oportunidade de referir, dirigiu várias empreitadas de obras de arquitectura como mestre das obras reais, realizando também alguns riscos para retábulos e executando pinturas várias. A 9 de Fevereiro de 1770 por exemplo, apresentou à Mesa da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, situada na igreja de São Pedro, no Funchal, um risco para a construção do retábulo em talha e trabalhos nas paredes laterais da capela, ajustou a sua construção por 600$000 [496], tendo depois executado o seu douramento e em 1774, ainda dourou por 50$600 um "*frontal com tranquetas*". Nesse ano de 1774, deu também um risco para o novo altar da confraria de Santo António, na igreja de São Martinho, por 3$800, risco executado no ano seguinte por Estevão Teixeira de Nóbrega, nomeadamente o altar e o forro da capela, por 115$000 [497].

Após demolição da igreja do convento de São Francisco do Funchal, nos meados do século XVIII, algumas capelas existentes no seu interior foram também demolidas para que se construísse

---

[491] *Livro de receita e despesa da cfr. do SS. da Sé (1739 - 1772)*, f. 152 v.°, cit. Pita Ferreira, ob. cit., pp. 257 - 260.

[492] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.° 426, f. 78.

[493] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 510, f. 8 – 8 v.°, 11 v.°: 1783. Pagou-se-lhe 1$700 do papel para fazer o risco para a capela e pelo início da obra recebeu 7$300 pagos em 3 remessas. Pagou-se ainda 38$000 em 10 prestações, entre 16 de Abril a 20 Junho de 1785 ao referido pintor pelo trabalho dos oficiais que iniciaram a obra do altar, (idem, f. 15 v.° - 16).

[494] Ibidem, 21, 39 v.°, 40 v.°, 41: ano de 1790.

[495] Idem, f. 11 v.°, 30 v.°.

[496] Idem, *GC*, L.° 228, f. 57 v.°, 58 v.°: 4 e 9 Fev. 1770.

[497] Idem, *CON*, L.° 60, f. 36 v.°, 37 v.°.

tudo novamente, havendo assim harmonia entre o corpo do templo e as várias capelas. Após conversação entre os elementos da Mesa da irmandade da Ordem Terceira da Penitência sobre como é que se deveria construir a nova capela (traça, orientação, tamanho, etc.), o "*p*[e]*rito architecto*" Vila Vicêncio fez "*um risco do plano do corpo e porta em cantaria*" da nova capela da referida Ordem e em Abril de 1781, fez o risco do retábulo e nicho para colocar no dito retábulo a imagem de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros [498].

Posteriormente, na década de 90, já como mestre das obras reais projectou o novo retábulo para a igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar, depois do bispo D. José da Costa Torres ter ordenado que se mandasse reformar o retábulo, em *Visita* de 5 de Outubro de 1791. O trabalho foi arrematado em 1794, dando a Fazenda Real 400$000 para a sua execução ao vigário daquela igreja matriz [499].

João António Vila Vicêncio era um pintor de origem italiana, em princípio, pois tinha família nas Canárias e que se radicara na Madeira na década de 50 do século XVIII. Antes de fazer riscos para retábulos e ser mestre das obras reais, já havia realizado a partir dessa década algumas pinturas e douramentos em igrejas madeirenses. As razões porque veio para a Madeira não sabemos, mas certamente estaria ligado às modas implementadas por D. João V em Portugal, tendo-se importado inúmeros artistas estrangeiros, sobretudo italianos, embora não tenha havido nenhuma obra especialmente monumental na Madeira, como aconteceu no Continente, para que tivesse vindo para cá nesse propósito. Refira-se no entanto, que em inícios do século estiveram a trabalhar na Madeira dois pintores de origem italiana: Carlos de Bronio (entre 1707-1710) e com obra assinada e datada, assim como ainda um outro, dado como proveniente da Toscana e que teria efectuado trabalhos na igreja jesuíta de São João Evangelista (1724) [500].

Em 1754 / 1755 João António Vila Vicêncio realizou a pintura geral da Sé do Funchal, incluindo os confessionários, pintura geral da capela mor e do cadeiral do coro [501], aquando de importantes obras que se fizeram nesse templo, ou seja o levantamento do lajeado, escoramento e recolocação de novo do pavimento, envolvendo estas obras 3:000$000 [502], o que não deixa de ter sido então uma muito importante verba. Assim, deve ter sido ele o autor das pinturas em "*brutesco*" do tecto da capela-mor, recentemente restauradas e repostas nas partes em falta.

---

[498] Idem, *IOTSF*, L.º 9, f. 66, 68: 15 Abr. e 30 Mai. 1781.

[499] **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 427, f. 82: arrematação: 2 Nov. 1794, 400$000 ao vigário: 15 Jul. 1797. Cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, . ob. cit., p. 435.

[500] Cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 439, 445. Saliente-se que nas obras de Carlos de Bronio, datadas, existem inclusivamente referências a D. João V, embora isso não indique em absoluto que aqui tenha vindo explicitamente a convite do Rei.

[501] Que infelizmente não chegou até aos nossos dias. Também se deve a esta campanha de obras a execução das guardas exteriores do cadeiral manuelino dos cónegos, decoradas com larga talha ainda barroca.

[502] Rui Carita, ibidem.

Para a igreja de N.ª S.ª da Luz, em Gaula, danificada pelo terramoto de 1748 [503], realizaram-se obras na capela mor em 1764, nomeadamente o frontispício, camarim e sacrário. Estas obras importaram num gasto total de 318$850, concorrendo para o efeito a Fazenda Real, a confraria do SS. e a de N.ª S.ª da Luz, por estarem ambas sedeadas no altar mor, tendo ainda as restantes confrarias dado "*voluntariamente*" 50$295, e os "*fregueses concorreram para a factura do sacrario todos segundo suas posses*, [com] *40$000*" [504]. Toda a presente obra foi depois dourada e pintada por João António [Vila Vicêncio] por 180$000, sem se lhe pagarem as despesas de comida, como então se registou [505].

O tecto da capela foi forrado por conta da Fazenda Real, gastando-se ainda 61$180 em cinquenta e quatro livros de ouro para as molduras dos quadros, remates e ceroferários [506]. Nestas obras a igreja foi decorada com pinturas no tecto da nave e da capela mor, que foi "*totalmente pintado com espaços azuis-claro alusivos ao céu e ao mar, ranchos de anjos nus, cachopas de cardos, uns em botão, outros floridos, cabeças de anjos e de demónios de cornos curtos e língoa de fora e outras figuras alegóricas. Nos quatro cantos podia ver-se uma estrela com a legenda Stella Matutina, um palácio dourado de porta aberta, com a legenda Porta Coeli, um veleiro em direcção a uma estrela que reflectia no mar calmo, com a legenda Avé Maris Stella, um templo dourado rodeado de anjos com a legenda Domus Aurea*".

No centro do tecto foi ainda pintado uma grande oval com a imagem de Nossa Senhora, uma imagem de uma pomba branca irradiando raios dourados, tendo nas paredes da capela mor quatro rectângulos esboçados para colocar pinturas, um dos quais preenchido com uma pintura de São Pedro com a chaves na mão. No retábulo do camarim uma tela a óleo (2 x 3 m) representando N.ª S.ª da Luz, tentando o artista conciliar "*duas virgens*", a *Sol in Virgine*, figurada na roda do Zodíaco e a *Virgem Mãe dos Homens*: a *grande Mater*, como se refere antes do incêndio que consumiu toda a igreja [507]. Será que foi Vila Vicêncio que pintou também o tecto aquando das pinturas que fez na capela mor ?

Afectada pelo sismo de 1748 foi também a velha capela de Santiago Menor, em Santa Maria Maior, no Funchal, que era de protecção do senado camarário do Funchal [508]. Em 1766 João Vila Vicêncio procedeu a um contrato com a Câmara do Funchal para pintar e dourar o altar e

---

[503] Relativamente à edificação da igreja, pequenas obras e aquisições realizadas em finais do séc. XVIII, vide anexo 7.13.

[504] **ARM**, *CON*, L.º 20, f. 12 v.º; f. 15 – 15 v.º; 11 v.º.

[505] Ibidem, f. 12 v.º.

[506] Idem, f. 12 – 12 v.º.

[507] J. Lourenço de G. e Freitas, "A antiga igreja matriz de Gaula", rev. *Islenha*, n.º 22, Funchal, Jan. - Jun. 1998, p. 20 - 21.

[508] Depois foi remodelada durante o século XVIII e a partir do século XIX passou a ser a igreja matriz de Santa Maria Maior. Vide anexo 7.14.

camarim do santo padroeiro, Santiago Menor, por 120$000 [509], tendo pintado na parede por cima do arco triunfal a curiosa, e abusiva, representação das armas camarárias a par das armas reais. João Vila Vicêncio também deveria ter colaborado na pintura do tecto onde está representado uma composição de varandas com balaustradas, colunas, pórticos, entablamentos, simulando estruturas arquitectónicas em perspectiva, remetendo para um espaço infinito, como era característico e usual no barroco italiano em que a pintura ilusionista de perspectivas arquitectónicas se tornou num elemento fundamental para decorar tectos e abóbadas.

Outro tecto pintado na segunda metade do século XVIII por José António da Costa (e João António Vila Vicêncio ?) e decorado com motivos arquitectónicos e ilusão de fuga da perspectiva através da representação de nuvens no centro, é o tecto da capela mor da igreja de São Jorge, em Santana e, provavelmente, também o da capela mor da matriz de São Pedro, no Funchal [510].

A igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos, também passou por remodelações em meados do século XVIII [511], tendo-se construído com dinheiro de esmolas um altar mor novo com camarim, dentro do estilo barroco regional. Em 1766 pintaram-no e douraram-no, sob licença do bispo do Funchal, com dinheiro dos balancetes das confrarias dos anos anteriores, de esmolas particulares, o que somou 154$109, concorrendo também com dinheiro o vigário da igreja [512]. Segundo os livros da confraria de São Sebastião, trabalharam os oficiais vindos do Funchal: João António [Vila Vicêncio], António da Trindade, António Pinto e o Gerardo, recebendo todos juntos, 93$000 de salário. A confraria pagou ainda $250 de "*subsídio de alimentação*" por dia aos referidos mestres, tendo os mesmos respectivamente, trabalhado vinte e cinco dias (6$250), trinta e três dias (8$250), setenta dias (17$500), cinquenta dias (12$500) e ainda oito dias, o mestre Domingos [Francisco ?] (2$000) [513].

Ainda em Câmara de Lobos, mais precisamente na freguesia do Estreito, na igreja de N.ª S.ª da Graça, Vila Vicêncio dourou e pintou em 1774 / 1775 o altar do Senhor Jesus, aquando de várias obras realizadas na igreja, recebendo em três prestações 27$000, numa das quais se referia que o pintor "*espera há muito, e tem necessidade*" [514].

---

[509] **ARM**, *CMF*, L.º 1358, Vereações, 1766 - 1768, f. 20: vereação de 19 Fev. 1766. Cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 445. Ibidem, vol. IV, p. 255.

[510] Vide fig. 27 e 28 (tecto da igreja de São Jorge). O tecto da nave principal da igreja de São Pedro foi pintado (ou repintado) pelo pintor madeirense Luís Bernes, como consta na assinatura do tecto "*L. BERNES 1900*".

[511] Lisboa, 20 Mai. 1747; passado por despacho do CF de 19 Nov. 1746 (**IAN/TT**, *PJRFF*: L.º 972, f. 213 v.º). Esta igreja já tinha a mercê anual para a Fábrica no séc. XVI, teve obras de reedificação e construção da torre no séc. XVII, e em 1746 teve um mandado do CF de 21 de Fev. 1746 para se reedificar a torre da igreja e remessa de 291$000 para um novo sino (L.º 19, f. 170: in **ARM**, *Índex Geral...*, f.118) e um de 5 Mai.1747 para remessa de 620$700 para ornamentos (idem, f. 213: idem.)

[512] **ARM**, *CON*, L.º 3, f. 94.

[513] Ibidem, f. 94 – 94 v.º. As tintas e pincéis custaram 135$620 (idem, f. 94) e houve alguns gastos em outros produtos, tais como: óleo, alvaiade, gesso, cola, vermelhão e pregos. Sobre as obras realizadas aquando da pintura e douramento do altar e outras obras miúdas realizadas em finais do séc. XVIII na igreja pelas confrarias, vide anexo 7.15.

[514] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 4, proc. 294, f. 10, 11, 17.

4.1.3. António da Trindade da Cruz

Como tivemos oportunidade de verificar, em 1766 o pintor António da Trindade havia trabalhado trinta e três dias (pelo menos) juntamente com João Vila Vicêncio e outros pintores, no douramento do altar mor na igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos. Era natural da freguesia de São Julião, em Setúbal, casando a 2 de Março de 1756 na freguesia de São Pedro, no Funchal, com Inácia Maria da Encarnação, sendo testemunhas de casamento António João de França e o pintor João António Vila Vicêncio, seu cunhado, o que vem demonstrar as relações profissionais próximas existentes entre estes dois pintores, situação que se mantém nesses ofícios, pelo menos até finais do século XVIII [515].

Entre outras obras de douramentos realizadas durante a década de 70, de que não conseguimos encontrar referências documentais, António da Trindade trabalhou na ilha da Madeira até inícios do século XIX (1806 / 1807), altura a partir da qual não o encontramos a desempenhar a sua actividade, por impossibilidades físicas ou por ter falecido. Para a igreja de N.ª S.ª da Piedade, nos Canhas, em 1788 / 1789, por 95$000, pintou e dourou o altar mor, sacrário e camarim novo existente no mesmo altar, assim como pintou as paredes contíguas, o tecto e portas da capela mor, gastando-se 213$300 em tintas. Por ordem do pároco da igreja mandou fazer um nicho para N.ª S.ª da Piedade e duas banquetas para o altar mor, que importou tudo em 26$200 [516].

António da Trindade, para além do douramento de grandes obras, também se ocupava de outros trabalhos, pois mantinha oficina aberta no Funchal. Para a igreja da Sé, por exemplo, realizou na década de 90 uma série de trabalhos. Na sua tenda, onde trabalhava juntamente com seu filho, o entalhador José Joaquim do Espírito Santo [José Joaquim da Trindade] fizeram o lampião grande por 282$300 que foi dourado por **José Rodrigues Pereira** (308$400) e os dez lampiões dos arcos das naves, por 205$800 [517]; pintou em 1790 as quatro urnas dos altares do corpo da igreja, recebendo pelo trabalho e tintas 29$250; em 1791 pintou as portas da igreja (2$700) e em 1792, fez o novo candeeiro do círio pascal, recebendo 49$350 por ouro, feitio, madeira e mais coisas necessárias [518].

---

[515] António da Trindade da Cruz era f.º de Francisco Lopes da Cruz e de Tomásia Maria, neto paterno de Sebastião Lopes e de Guiomar Correia, naturais de Vila Verde (distrito de Braga no Norte de Portugal ?), neto materno de Domingos dos Santos e de Ana Pereira, naturais de Setúbal. Sua esposa era f.ª legítima de Manuel António Garcês e de Isabel Maria do Espírito Santo, neta paterna de João Vieira, natural de São Martinho no Funchal e de Antónia Pestana, natural de São Pedro e neta materna de Manuel Rodrigues Camacho, natural da Tabúa e de Isabel Gonçalves, natural da vila da Calheta. (**ARM**, *São Pedro, Funchal, Casamentos*, L.º 121, f. 225 v.º - 226). Em 1800 já era viúvo aquando do casamento de seu f.º, o entalhador José Joaquim da Trindade (idem, *RN*, L.º 2083, f. 97 - 98: 15 Maio 1800).

[516] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 654, f. 3 v.º, 9, 11, 12.

[517] *Manuscritos da Sé*, recibos de 1790, doc. 21. cit. Pita Ferreira. *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 261. **IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 8, *Receita e despesa da fábrica da Sé do Funchal* (1769 - 1795), f. 201 – 202. Sobre as despesas dos lampiões vide nota de fim de página m.º 468 e 470.

[518] **IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 8, L.º da fábrica da Sé do Funchal (1769 - 1795), f. 204, 215, 231 v.º.

Para a igreja de São Salvador, em Santa Cruz, dourou por 14$000, então pagos pela confraria das Almas, seis castiçais entalhados por João da Câmara [519]. Para a igreja dos Prazeres, em 1797 pintou e dourou os castiçais entalhados por António de Agrela (5$600) e quatro varas do pálio em madeira feitas pelo carpinteiro Rodrigues (2$400) [520]. Para a igreja do Monte fez e dourou (5$200) uma pauta para os Irmãos [521] e para a igreja de São Brás no Campanário, fez na sua oficina um pau da cruz e dois ceroferários, tudo prateado, para a confraria de N.ª S.ª do Monte do Carmo (10$500) [522] e para a confraria do Senhor Jesus e Almas, pintou uns ceroferários (10 tostões) [523].

António da Trindade não realizava assim só obras de douramento, mas verdadeiras empreitadas. Quando das obras no convento de São Francisco, no Funchal, por exemplo, apresentou em Abril de 1785 um risco para o altar da irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, sendo aprovado pela Mesa da Irmandade que se o viesse a executar, se celebraria então escritura com o pintor, onde constaria o preço do ajuste e mais clausulas [524]. Para a igreja de N.ª S.ª do Rosário, em São Vicente, em 1794 / 95, António da Piedade [António da Trindade da Cruz ?] pintou (1$200) e fez "*um risco no papel*" para o altar ($500) [525], tendo ainda nesse ano lhe sido adquirido por uma das confrarias da igreja, o quadro de Nosso Senhor (15$800) e gasto 14$400 em alvaiade e flor de anil [526].

Como era normal, as zonas rurais não eram auto-suficientes em mestres para realizarem obras de talha e pintura nas suas igrejas, pelo que nos últimos anos do século XVIII, para a matriz da Ponta do Sol se deslocaram alguns mestres do Funchal para ultimarem a colocação do altar do SS. e fazerem mais algumas obras de talha. Aqui o pintor António da Trindade da Cruz trabalhou assiduamente, recebendo 3$700 em 1795 "*pelo risco do arco da capela* [do SS.] *e mais talha*" [527], realizando também pequenas obras para a confraria do Senhor Jesus / Santíssimo Nome de Jesus, tendo nomeadamente consertado *alenternas*, feito uma nova e pintado outras quatro. Após consertadas duas tumbas pelo mestre Eugénio de Abreu, pintou uma tumba e uma bandeira (3$600), pintando uma segunda tumba (1$200) e a *bandeira melhor* da confraria (2$900), prateando ainda os jogos de ceroferários e o pau da cruz [528].

---

[519] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1049, f. 2 v.º.

[520] Ibidem, proc. 124, f. 3. Ainda em 1797, ao carpinteiro pelas molduras para 3 pares de sacras, a confraria do SS. pagou 1$800 e por pintar e dourá-las 1$000.

[521] Idem, cx. 5, proc. 312, f. 2 v.º: 1800.

[522] Idem, cx. 11, proc. 848, f. 15 v.º: 1784. Esta confraria, neste ano adquiriu uns castiçais por 13$000 (idem, proc. 841, f. 4 v.º).

[523] Idem, proc. 897, f. 13: 25 Jan. 1801.

[524] Idem, *IOTSF*, L.º 9, f. 82 v.º - 83: 12 Abr. 1785. Refira-se que anteriormente, em 1781, Vila Vicêncio já tinha apresentado um risco para o corpo, porta e retábulo da capela.

[525] Idem, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1200, f. 2 v.º; idem, proc. 1201, f. 3.

[526] Ibidem, proc. 1200, f. 2 v.º.

[527] Idem, f. 10 v.º.

[528] Idem, cx.9, proc.686, f.2 v.º, 6: 1794; 3$200. Idem, f.14 v.º, 15, 16, 18, 19, 22: 1795. Idem, *CON*, L.º78, f.15: 1806.

4.1.4. Boaventura Béze

O oficial de dourador Boaventura Béze e sua esposa Magdalena Maison, com três filhas: Leonor, Luiza e Magdalena Béze, respectivamente com 13, 8 e 6 anos de idade, chegaram à ilha da Madeira em 9 de Maio de 1794, juntamente com o alfaiate Henrique José Mugniu, sua esposa Maria Joana Colonde e sua irmã Maria Mugniu, todos de nacionalidade francesa, e com mais três companheiros. Viajavam todos num navio dinamarquês que se deslocava de Bordéus para a América Setentrional, para depois se dirigirem para a ilha de São Domingos, onde possuíam seus domicílios e bens. No entanto, uma galera inglesa aprisionou o navio em que viajavam deixando-os na Madeira. Estas duas famílias com medo de serem novamente aprisionadas se seguissem viagem, resolveram ficar por uns tempos na Ilha a gozarem da sua tranquilidade, sujeitando-se no entanto a algumas limitações, pelo menos no que dizia respeito à *Convenção Francesa* [529].

Boaventura Béze integrou-se facilmente na vida madeirense com os outros mestres, pois podemos localizá-lo em várias obras. Na igreja de Santo António, no Funchal, em 1795 / 1796, juntamente com os entalhadores Estevão Teixeira de Nóbrega e João da Câmara Sá, quando receberam todos 67$910, pelo feitio, madeira, douramento e cobertura de duas banquinhas para a capela do SS. [530]. Em 1796, na capela de N.ª S.ª da Conceição, em Câmara de Lobos, onde dourou doze castiçais por 36$000, entalhados por António de Agrela de Azevedo [531].

Estando entalhado o altar e ilhargas da capela do SS. da igreja de Santo António, no Funchal, e encontrando-se por pintar e dourar, o dourador Boaventura Béze, morador na freguesia de Santo António, ofereceu-se para fazer a dita obra e ajustou com a confraria do SS. por 1:825$000, a 19 de Agosto de 1799 e para estar concluída daí a dois anos, pondo o dourador todas as tintas, ouro e mais materiais precisos, e "*fingindo pedra em todas as colunas e o mais que for nesesario com a maior prefeisão que for posive*l", sendo seu fiador Estevão Teixeira de Nóbrega. O dinheiro foi pago do seguinte modo: 800$000 dos quais o *reverendo doutor* António José Mendes da Silva, já falecido, e suas irmãs Antónia Filipa, Francisca de Oliveira, Ana Quitéria e Maria de Oliveira tomaram a juro à dita confraria por escritura de 11 de Maio de 1775, com 287$137 de juros vencidos; 200$000 que devia António Rodrigues de Gouveia, da freguesia de São Roque, com

---

[529] Idem, *GC*, L.º 525, f. 14 v.º - 15. Pediram autorização ao Governador Civil para residirem no Funchal. Este aceitou sob várias condições, tais como: de se conservarem nesta cidade e seus subúrbios vivendo pacificamente e honradamente sujeitos às leis deste país; evitarem de introduzir nesta Ilha doutrinas, costumes e sistemas estranhos, em especial o sistema da *Convenção Francesa*, e não fazer conversações sobre este assunto; entregar na secretaria do Governo Civil todos os papéis, livros e insígnias que tenham relação com a liberdade, ou que pudessem levantar a curiosidade e murmuração do povo, mas que depois lhes seriam entregues quando saíssem da Ilha; sob "*pena se serem acusados e punidos como homens sediciosos e perturbadores do sossego público*" em caso contrário. Em nota lateral: "*em 14 de Julho de 1795 recebeu por ordem de V. Ex.ª tudo o que tinha nesta secretaria Henrique José Mugnie, excepto 17 livros da revolução E como recebeu assignou comigo hoje J. Mugnie*".

[530] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 512, f. 4.

[531] Ibidem, cx. 3, proc. 237, f. 2 v.º, 6, 7, 11.

58$000 de juros vencidos, o que tudo importava em 1:345$137 e os restantes 479$863, foram pagos no decorrer dos dois anos segundo os rendimentos da mesma confraria [532].

Em inícios do século XIX, em 1801, Boaventura Béze ainda trabalhou na Sé do Funchal, dourando o novo sepulcro entalhado por Estevão Teixeira de Nóbrega, por 850$000 e dourando ainda dez placas para a mesma obra (70$000) [533]. Mas tendo os ingleses ocupado a Madeira em finais de Julho de 1801, Boaventura Béze e a família não esperaram muito tempo e decidiram-se a partir. Assim, a 29 de Julho de 1801, Béze fez seu procurador o comerciante José António Monteiro, cônsul da França, para que em seu nome pudesse receber tudo quanto lhe deviam e pertencia na ilha da Madeira, especialmente a dívida de 223$233, consequente do ajuste de douramento que lhe devia a confraria do SS. da igreja de Santo António e ainda dinheiro que lhe devia Bernardo Moniz Bettencourt [534].

4.1.5. Filipe Caetano da Trindade e Silva

Na década de 90, a actividade do pintor Filipe Caetano da Trindade e Silva [535] estava em ascensão. Depois da primeira obra que lhe conhecemos, o estofamento da imagem grande de São João, da igreja da Fajã da Ovelha, em 1793 [536], dirigiu e apresentou mesmo alguns riscos para obras de retábulos em talha, pintou e dourou alguns e realizou várias pinturas de quadros e de bandeiras.

Manuel António Gomes da Estrela, escrivão das marcas na alfândega do Funchal, arrendou-lhe em Junho de 1793, por três anos, uma morada de casas *altos e baixos*, com sua *loge* situada na rua dos Ferreiros, pagando em cada ano 50$000. O pintor ainda arrendou depois nessa propriedade, um pequeno telheiro que servia de botequim e algumas benfeitorias, a Matias da Silva e sua esposa Josefa Maria, moradores no Vale Verde, por um período de seis anos e meio, entre Junho 1794 e 1802, por 132$500 [537].

---

[532] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 515, f. 3. Ibidem, *RN*, L.º 2077, f. 19 – 20 v.º. Tendo falecido o referido Reverendo Doutor e suas irmãs, em 8 Março de 1800, Bernardo Moniz Betencourt e sua esposa D.ª Jacinta Theodora da Silva, Boaventura Béze tinha-lhe emprestado dinheiro: agora dos juros só devia 121$794 (devendo ainda 921$794 do total principal, mais os juros). Obrigou-se a pagar 200$000 neste acto notarial, 200$000 em cada um dos dias 8 de Março dos anos de 1801, 1802 e 1803 e, 121$794 no dia 8 de Março de 1804. Foram testemunhas: António Gomes Gusmão, da cidade do Funchal e Francisco Fernandes, dos Álamos, da freguesia do Monte (ibidem).

[533] *Livro de receita e despesa da cfr. do SS. da Sé (1801 - 1854)*, f. 3 e seguintes. Cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 255.

[534] **ARM**, *RN*, L.º 1089, f. 15 –15 v.º. Foram test. desta escritura Francisco Alexandre da Silva e Francisco Xavier da Silva (pintor ?), ambos da cidade do Funchal. Referente a conta de 1799 / 1800 a cfr. do SS. pagou a José António Monteiro como procurador de Boaventura Béze 115$000 (idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 516, f. 2 v.º; idem, proc. 515, f. 3.).

[535] Era natural da freguesia da Sé, f.º de António Lopes, natural da Vila da Ponta do Sol e de Domingas Rosa, natural da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos. Casou na Sé, a 1 de Outubro de 1792 com Jacinta Perpétua da Natividade, f.ª legítima de João José da Cunha e de Jacinta Maria da Encarnação, naturais da freguesia da Sé. Foram test. do casamento João Nepomuceno da Câmara Sá e o entalhador João da Câmara Sá. (**ARM**, *Sé*, *Casamentos*, L.º 62, f. 27 v.º).

[536] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 79, f. 2: 1793.

[537] Idem, *RN*, L.º 1057, f. 17 – 17 v.º: 27 Jun. 1793; idem, L.º 1095, f. 97 – 98 v.º: 7 Dez. 1802.

Em 1772, o capitão Manuel de Moura e Vasconcelos, filho de D.ª Mariana Clara de Mesquita, sua irmã D.ª Ana Maria de Vasconcelos, juntamente com o capitão Pedro João Velozo e Lira e sua esposa D.ª Antónia Maria de Vasconcelos dotaram o pintor com duas fazendas de terra *semiadiça* e outra de vinhas, árvores de fruto e terra *semiadiça*, situada na Ribeira de João Gomes, por ter sido criado em casa deles "*com muito amor, sempre aos mesmos servio com tanto zello e cuidado*" e para desistir de uma petição que tinha contra os dotadores, em que pretendia oferecer-se como herdeiro de António Lopes da Silva, seu pai [538]. Ainda referente a Filipe Caetano da Trindade, sabemos que foi procurador de Guilherme José Nunes, capitão da galera *Diogo Mor*, emigrado à vários anos, a fim de receber em seu nome, Antónia Angélica por sua legítima esposa [539] e foi nomeado em 1785 com o posto de ajudante do reduto da Atalaia, nos Reis Magos [540].

A 25 de Setembro de 1797, o carpinteiro Manuel José de Freitas, tesoureiro da confraria de São José, erecta na Sé do Funchal, contratou o pintor Filipe Caetano para fazer o altar da confraria, custando a obra de carpinteiro, entalhador e pintor, 390$000 [541]. Também a confraria de São Joaquim e Santa Ana, também na Sé, contratou o pintor Filipe Caetano da Trindade, o carpinteiro José Rodrigues e o entalhador João da Câmara para edificarem um novo altar para a sua capela. Filipe Caetano ficou responsável em dirigir a obra e fornecer todas as plantas e riscos que fossem necessários ao carpinteiro e entalhador, fazendo a selecção qualitativa das madeiras, ficando ainda incumbido de visitar todos os dias as *Tendas* dos ditos dois oficiais para que assim pudesse dirigir bem a obra conforme as instruções que tinha recebido do tesoureiro da confraria. Obrigou-se ainda a dourar e pintar o altar por 120$000, e até 15 de Julho de 1798 [542]. Ainda na Sé do Funchal, para a confraria do Arcanjo São Miguel, dourou um pé da cruz para o altar e oito castiçais por 20$970 [543] e em 1790, pintou por 20$000 o painel de N.ª S.ª do Rosário [544].

A 4 de Junho de 1804, a confraria da Senhora Santa [Isabel], erecta no convento de São Francisco, no Funchal, representada por seu tesoureiro, João dos Santos Silva, contratou e ajustou com o pintor Filipe Caetano da Trindade para com as "*suas proprias maons e de seos ofeciais*" dourar, pintar na capela da confraria e "*fingir pedra, bornidas das cores mais agradaveis que a ele contratado lhe agradar, linpamdo aparelhos velhos que tiverem deneficasáo para que algum tempo náo posa ter algua obra deneficasáo*", por 350$000 pagos em mesadas de 20$000 e o restante, pago

---

[538] Ibidem, L.º 2242, f.92 v.º - 94: 23 Nov. 1772.

[539] Idem, L.º 1067, f. 32 – 32 v.º: 9 Jul. 1796.

[540] Idem, *GC*, L.º 522, f. 115 v.º.

[541] Idem, *RN*, L.º 2066, f. 125 - 126.

[542] Ibidem, L.º 1072, f. 13 v.º - 15 v.º.

[543] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 372, f. 2.

[544] *Manuscritos da Sé, recibos de 1790*, doc. 68. Cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, . ob. cit., p. 261.

daí a um ano, quando estivesse concluída a obra, com a condição do tesoureiro dar todos os materiais necessários que o pintor pedisse [545].

Para a igreja de Santo António, no Funchal, em 1794 / 1795 dourou e pintou um frontal do altar da capela do SS. (28$200) e por outro frontal, "*feitio, e todos os mais perparos*", recebeu 6$850 [546]. Na igreja da Ponta do Sol, no ano de 1803, a capela do SS. foi dourada e pintada, sendo pago 400$000 ao pintor que veio do Funchal, morando provisoriamente numa casa naquela vila alugada a Roque Mendes, por 6$000 pagos pela confraria do SS. [547]. Muito provavelmente a casa foi alugada para António da Trindade da Cruz ou Filipe Caetano da Trindade, pois o primeiro já havia realizado alguns douramentos nesta igreja e o último pintor, para a confraria do Senhor Jesus / Santíssimo Nome de Jesus, em 1803 / 1804 pintou a sepultura do Senhor Morto (11$400) e posteriormente, em 1820 / 1821, pintou a bandeira da Misericórdia para os enterros, por 8$000 [548].

Filipe Caetano já havia pintado em 1795 / 1796 uma bandeira e um painel para o altar das Almas da igreja de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água, dos quais recebeu respectivamente 5$500 e 12$000 [549]. Infelizmente, não encontrámos este painel que já deve ter desaparecido, o que nos poderia levar a um estudo da sua técnica pictórica e poder comparar com a de outros pintores que trabalharam na Madeira neste período, decifrando assim a autoria de mais alguns quadros, dos muitos atribuídos à oficina de Nicolau Ferreira Duarte, que foi o pintor que nos deixou maior quantidade de obras assinadas e outras atribuíveis à sua oficina, mas de que não sabemos ao certo a sua autoria.

Já no século XIX, para a igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo, em 1807 os pintores Filipe Caetano e **Bartolomeu João**, pelo trabalho, provavelmente douramentos, que fizeram na igreja receberam 531$800. É de referir que nos anos anteriores (entre 1803 e 07) o entalhador Estevão Nóbrega fez um altar para a igreja e em 1807, pagaram 100$000 ao entalhador José da

---

[545] **ARM**, *RN*, L.º 2102, f. 154 v.º - 155 v. Foram testemunhas nesta escritura Gerardo da Conceição Silva e Manuel João de Freitas.

[546] Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 511, f. 4, 7 e 9.

[547] Ibidem, cx. 9, proc. 682, f. 27 v.º, 30. Gastou-se na pintura e douramento: 73$600 em tintas e óleo, 4$800 em grude, 12$800 em gesso fino e grosso, 1$600 em brochas e 21$450 em "*couros e garras para cola*" (ibidem, f. 27 v.º).

[548] Idem, *CON*, L.º 78, f. 8 v.º, 45 v.º. Ainda outras obras pagas pela confraria do Senhor Jesus / Santíssimo Nome de Jesus: (1781 ou 1785 ?): Dinheiro ao carpinteiro António de Abreu, da Tabúa, de fazer uma cruz nova, e acabar uns ceroferários, "*hua grade nova para huma bandeira da mesma confraria, que tudo madeira, grude e feitio 5$200*" (idem, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 684, f. 4 v.º, 13). 1786: dinheiro a um carpinteiro que sentou o altar e fez uma mesa nova: 9 dias a $400 = 3$600, "*dinheiro a hum servente que acarretou a madeira do Altar quando se desmanxou para a caza do Sepulcro $150*", compra de 90 pés de pinho 4$500 e frete do dito, "*Dinheiro ao pintor que pintou a cruz e ceroferários $400*" (ibidem, proc. 684, f. 5 v.º). 1806 / 1807: por dinheiro a António Gonçalves Teixeira, mercador, que vendeu *belbute* para um pano para a tumba, manga da cruz, galão, retrós, forro e feitio 22$425; e 1$100 a Francisco António da Costa que consertou 4 castiçais de prata (idem, *CON*, L.º 78, f. 14 v.º, 15). 1807: "*por concerto da cruz de prata ao mestre Estevão 2$000*", "*por feitio madeira e perparos do Nixo da Senhora da Soledade e hum taboleiro para uso da sera da confraria 14$750*" (idem, *JRPC/CON*, proc. 687, f. 3; idem, *CON*, L.º 78, f. 16).

[549] Idem, *JRPC/CON*, cx. 12, proc. 917, f. 5 e 10.

Trindade e 6$000 de "*frete dos pintores e entalhadores e seus pertences*" [550], pintando Filipe Caetano posteriormente, em 1817 o tecto da mesma igreja, por 49$500 [551]. Em 1823, uma das últimas obras que conseguimos identificar da autoria de Filipe Caetano foi a pintura e "*oleamento*" da capela do SS., da igreja do Monte, pintando e dourando ainda dois frontais (30$000) [552] e no ano seguinte dourou a capela, pelo que recebeu 88$000 e dois barris de vinho [553].

4.1.6. Nicolau Ferreira Duarte

Estabelecido com oficina na rua da Carreira [554], foi o pintor de cavalete mais produtivo neste período, produzindo inúmeros quadros para os templos madeirenses. Dirigente de uma oficina, de onde faziam parte vários pintores, entre os quais **seu filho**, de que ainda não conseguimos aclarar o seu nome. No entanto, sabemos que para a capela de N.ª S.ª da Graça, no Porto Santo, Nicolau Ferreira em 1796, pintou no Funchal de "*novo o retabolo grande da Senhora Santa Anna por estar incapas as suas mãos 6$400*", e juntamente com seu filho, pintaram um frontal novo em pano, levando pelo trabalho e materiais gastos 21$320 [555]. A igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo, na década de 90, despendeu 28$320 "*que se deu por pano fino de largura do frontal, 4 livros de ouro, tintas de várias qualidades, feitio do frontal, ao f.º* (filho) *do Pintor Ferr.ª*(...) *mestre de óleo, pinceis e mais aviamentos*" [556].

Segundo o historiador e engenheiro Luiz Peter Clode, Nicolau Ferreira Duarte por vezes usava o pseudónimo de Nicolau João, pois sua bisavó paterna e seu trisavô tinham o apelido João [557]. De **Nicolau João**, conhecemos trabalhos documentados e realizados na capela de São Roque, em Machico, aquando da aquisição de uma nova imagem de São Roque [558]. Assim, no ano de 1795 o entalhador José Joaquim da Trindade fez por 5$000 um resplendor em madeira "*para as*

---

[550] **APPSt.º**, *Livro da Confraria do SS* (iniciado a 1778). Cit. Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, tese de mestrado em História de Arte, ob. cit., p. 146.

[551] **ARM**, *CMPST*, L.º 69, f. 35.

[552] Idem, *CON*, L.º 22, f. 28. Gastou-se 2 barris de alvaiade: 5$200; 8 canadas de óleo: 4$800; em secante: $400; grude: $300; 1 garrafa de aguarrás: $500. A Felipe C. da Trindade pagou-se 4$800 referentes a 4 dias de olear com alvaiade a dita capela e ao servente Francisco de Freitas que ajudou o dito pintor pagou-se 1$600 referentes a 4 dias de trabalho (idem, f. 28).

[553] Ibidem, f. 33: 1824: A confraria deu ainda dinheiro a *Phelps Page C.'* pela peça do pavilhão do sacrário, com suas franjas e galão de ouro, como também por 72 livros de ouro para dourar a nova capela do Senhor, tudo vindo de Lisboa: 190$000 (idem, f. 32 v.º); foram ainda comprados na ilha da Madeira 12 livros de ouro a 1$600 que faltaram para o completo douramento da capela (idem, f. 33).

[554] Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 446.

[555] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 824, f. 31 v.º: 1796. O retábulo e frontal vieram do Funchal "*sem ser dobrado mas sim enrolado em vinte e quatro folhas de papel branco para não pegar as pinturas umas ás outras*". Neste ano foi feita e estufada de ouro a pequena escultura de N.ª Senhora que anda pelas esmolas na caixinha: 4$650 (ibidem). Sobre as obras realizadas em finais do séc. XVIII na capela de N.ª S.ª da Graça vide anexo 7.16.

[556] **APPSt.º**, Livro da Confraria do SS (iniciado a 1778). Ibidem, p. 146.

[557] Art. cit. "O verdadeiro retrato de Nossa Senhora do Monte", rev. *AHM*, vol. I - II, p. 63.

[558] Em 1791 pagaram 1$500 a um marceneiro por um pé para a nova imagem (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 626, f. 3 v.º).

costas do nicho do Santo [São Roque]" e por 3$500, um "*pé de castiçal para o Santo do meio do Altar*", tudo dourado pelo pintor Nicolau João, por 13$200, que também pintou o frontal roxo e dourou os galões e franja, por 6$900 [559]. Ainda de Nicolau João conhecemos um quadro a óleo (45 x 36,5 cm) intitulado "*Este he o vardeiro Retrato da Sr.ª do m.te*" e que representa assim Nossa Senhora do Monte [560].

Na igreja matriz de São Sebastião, em Câmara de Lobos, em 1800 procederam-se a alguns consertos na igreja e na capela das Almas, que orçaram ao todo em 37$750. Nessas obras trabalhou então o pintor **Nicolau João de Freitas**, que pelo seu trabalho e tintas recebeu 15$000, consertando ainda o mestre Jorge nesse ano as bandeiras, por 1$400 [561].

Assim colocamos a questão: O pintor Nicolau João, que Luiz Peter Clode afirma ser Nicolau Ferreira Duarte será o mesmo pintor, um outro pintor, ou simplesmente o nome incompleto de Nicolau João de Freitas ?. Como é do conhecimento geral, era hábito nos registos dos livros de contas das confrarias e de *fábricas* das igrejas, os escrivães abreviarem os nomes dos mestres, pelo que Nicolau João que pintou o retrato da N.ª S.ª do Monte e realizou os douramentos na capela de São Roque, em Machico poderia ser perfeitamente Nicolau João de Freitas, o que nos parece ser o mais provável. Repare-se também que o retrato de N.ª S.ª do Monte apresenta a Senhora francamente estilizada, com um grande manto de tecido com poucas pregas no panejamento, mas ricamente decorado com ornamentos dourados, o que difere da técnica que Nicolau Ferreira habitualmente utilizava. Outro aspecto que importa salientar, é o facto do nome de Nicolau Ferreira Duarte quando era abreviado, geralmente aparecer somente como "*Nicolau Ferr.ª*", como também assim assinava os seus quadros e nunca encontramos outros quadros assinados por Nicolau João [562].

Abstraindo-nos destas questões de nomes, sabemos que o pintor Nicolau Ferreira Duarte nasceu no Funchal, na freguesia da Sé a 10 de Setembro de 1731, casou na freguesia da Sé a 9 de Julho de 1754 com D. Ana Margarida de Abreu Sá. Muito provavelmente por falecimento da sua esposa, casou novamente a 23 de Fevereiro de 1770, com D. Brásia Apolónia na freguesia de São Pedro, no Funchal [563].

---

[559] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 626, f. 6 v.º.

[560] Ob. cit. "O verdadeiro retrato de Nossa Senhora do Monte", rev. *AHM*, vol. I - II, p. 63. Esta tela mede 45 x 36,5 cm e estava em 1950 na posse de D. Maria Vitória do Nascimento Gonçalves (membro da família de Nicolau Ferreira Duarte) e faz hoje parte da colecção da Casa Museu Dr. Frederico de Freitas. É muito provavelmente uma cópia do quadro em que se baseou a gravura a buril de Francisco Gregório de Assis e Queiroz, efectuada em Lisboa por volta de 1790, ou vice-versa (pub. em Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, ob. cit., p. 125) e que referímos já quando de um pagamento em 1800 no convento de São Francisco.

[561] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 198, f. 98 v.º - 99.

[562] Podíamos ainda colocar a hipótese de Nicolau João ser o filho de Nicolau Ferreira Duarte, mas é uma hipótese muito ambígua !. Refira-se ainda que era tradição na família que possuía o quadro, que fora realizado por um antepassado familiar (in "O verdadeiro retrato de Nossa Senhora do Monte", art. cit., p. 63). Mas dada a época em que foi escrito o artigo e sem haver prova documental, são informações que nos colocam sempre algumas reservas.

[563] Era f.º do familiar do Santo Ofício, Francisco Ferreira Duarte e de sua esposa Josefa Maria da Encarnação, esta f.ª de João Gomes de Silva e de Maria Soeira da Silva, naturais do Estreito de Câmara de Lobos, e neto paterno de Francisco Ferreira Duarte (primeiro desta família que passou à Madeira, era natural da freguesia de Alecrim / dos

Nicolau Ferreira Duarte tinha de arrendamento de D. Mariana Jacinta de Abreu Bisforte uma casa de dois andares com seu quintal, situada na rua João Saraiva, no Funchal, pagando de renda 10$000 de três em três meses, fazendo nessa casa em 1780, "*uma cozinha, lar e forno*", pagando a arrendatária toda a despesa [564]. Em 1783, juntamente com sua esposa, Brázia Apolónia, vendeu um prédio a Pedro Gomes Brazão, situado na rua nova de São Pedro, do Funchal [565]. Nicolau Ferreira Duarte foi testemunha numa escritura realizada em 1765 com prováveis seus familiares, juntamente com o Doutor António Ferreira Duarte, de dote de casamento feita a Joaquim Ferreira Duarte por Ana Maria de Azevedo, que pretendia contrair matrimónio com ele e que por isso lhe cedeu todos os seus bens [566]. Ainda com o apelido Ferreira Duarte, encontramos: João Ferreira Duarte Silva, guarda da Alfândega do Funchal, sobrinho e procurador de Joaquim Ferreira Duarte [567]; Lourenço Ferreira Duarte [568]; Anastácio Ferreira Duarte [569]; Francisco Ferreira Duarte [570] e ainda o carpinteiro Mateus Ferreira Duarte [571].

Mártires, da cidade de Lisboa, casado com Maria dos Santos, era f.º de António Ferreira Duarte e de sua esposa Filipa João, esta f.ª de Mateus João e de Isabel Fernandes). Casou na Sé do Funchal com a 9 de Julho de 1754 com D. Ana Margarida de Abreu Sá, f.ª de Manuel de Abreu e Sá, da Tabúa, e de Luísa Madalena Ferreira da Silva e neta paterna de João da Silva Ferro e de D. Mariana de Ornelas de Meneses, da Tabúa, da família Uzel, de quem houve geração (cit.: Luís Peter Clode, "O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte", rev. *DAHM*, n.º 13, 1952, p. 38). Casou novamente em 1770 com Brásia Apolónia, natural da freguesia de São Pedro, f.ª de Manuel de Mendonça Furtado, natural de Santa Cruz e de Quitéria Maria de Nóbrega, natural do Caniço, neta paterna de António de Mendonça e de Catarina de Vasconcelos, naturais de Santa Cruz e materna de Vicente de Cairos e de Maria de Nóbrega, naturais do Caniço (**ARM**, *São Pedro, Funchal, Casamentos*, L.º 122, f. 100: 23 Fev. 1770).

[564] **ARM**, *RN*, L.º 1010, f. 143 - 143 v.º: 5 Jul.1780. Foram test. Manuel Nunes de Olival e João Vogado de Couto e Vasconcelos.

[565] Ibidem, L.º 1021, f. 38 – 38 v.º: 20 Nov. 1783. Foram test. Martinho de Freitas de Oliveira e Lourenço Machado Correia.

[566] Idem, L.º 2236, f. 8 v.º - 9: 6 Out. 1765. O doutor António Ferreira Duarte fez ainda um arrendamento em 1765 (idem, f. 104 v.º: 1 Mar. 1766); foi test. (idem, f. 107 v.º: Mar. 1766); chamado com a profissão de advogado (idem, L.º 2238, f. 189 v.º: 13 Jul. 1768). Posteriormente existe no Funchal um homónimo António Ferreira Duarte, cabo de esquadra da 1.ª Companhia do Funchal / oficial do batalhão, sendo por vezes test. nas escrituras notariais a partir de 1804 e pelo menos até 1816 (idem, L.º 2270, f. 71: 28 Mar. 1804; idem, f. 72 v.º: 31 Mai. 1804; idem, L.º 1124, f. 8 v.º: 28 Mai. 1809; idem, f. 24: 5 Jun. 1809; idem, f. 71: 31 Jul. 1809; idem, L.º 2259, f. 71 v.º: 30 Out. 1809; idem, L.º 2262, f. 61: 29 Mar. 1810; idem, L.º 1132, f. 15: 20 Ag. 1811; idem, L.º 2264, f. 10 v.º: 26 Ag. 1811; idem, L.º 1137, f. 40: 3 Mar. 1813; idem, L.º 1149, f. 75 v.º: 16 Set. 1816). Joaquim Ferreira Duarte foi nomeado em 1775 contratador dos direitos da Alfândega do Funchal por 6 anos de 1770 a 1776 (**IAN/TT**, *JPRFF*, RG, L.º 976, f. 298 v.º: 1 Jan. 1775) e foi test. em várias escrituras notariais (**ARM**, *RN*, L.º 2238, f. 184 v.º - 186: 12 Jul. 1768; idem, L.º 2230, f. 71 v.º e 78 v.º: 17 Set. 1768; idem, L.º 2242, f. 33 v.º: 1 Jun. 1772).

[567] Idem, *RN*, L.º 2182, f. 57 v.º: 20 Mar. 1778. João Ferreira Duarte morava na Calçada do Pico, no Funchal, foi ainda test. numa escritura de venda que fez Francisco José de Sequeira ao capitão Manuel Joaquim da Trindade (idem, L.º 1138, f. 71 v.º: 30 Jun. 1813).

[568] Lourenço Ferreira Duarte foi test. em várias escrituras notariais (idem, L.º 2237, f. 80 - 80 v.º: 31 Out. 1767; idem, f. 206: 8 Mar. 1768; idem, L.º 2238, f. 180: 7 Jul. 1768).

[569] Anastácio Ferreira Duarte, primeiro sargento da 3.ª Companhia do batalhão de artilharia da Madeira foi nomeado ajudante do Regimento de São Vicente (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 978, f. 437: 29 Abr. 1823), em 1811 fez uma compra a António Joaquim Pestana e sua esposa Maria Rosa de Abreu (**ARM**, *RN*, L.º 1130, f. 14 v.º - 16, 28 v.º - 29: 8 Fev. 1811).

[570] Francisco Ferreira Duarte vendeu a Manuel da Silva, carpinteiro da freg. dos Canhas, um terreno situado nos Canhas por 173$050 (**ARM**, idem, L.º 2242, f. 143 v.º: Dez. 1772).

[571] Vide anexo 5.

Como já referimos anteriormente, é numerosa a relação de trabalhos seguramente da autoria de Nicolau Ferreira Duarte, dispersos pelo arquipélago da Madeira, todos a óleo sobre tela. Algumas pinturas encontram-se assinadas e datadas, mas muitas outras não, embora tudo indique que lhe devam ser atribuídas, ou à sua oficina. Tornar-se-ia fastidioso aqui enumerar as obras deste artista, espalhadas por quase todas as igrejas da Madeira, onde são visíveis, quer a mesma técnica, quer as características principais do seu estilo, que descreveremos mais adiante [572].

Para além destas pinturas e de outras ainda por identificar, ou que possam estar em colecções particulares ou em capelas de difícil acesso, também realizava pinturas em pendões e bandeiras, que eram objectos cultuais mensageiros da palavra divina e essenciais para as procissões e funerais. Por exemplo, entre 1760 e 1764 para a capela de N.ª S.ª do Monte Varadouro, no Funchal, pintou sobre tecido de cetim uma imagem de N.ª S.ª no pendão (4$000) [573], que é um dos primeiros trabalhos de sua autoria que encontrámos documentado e para a igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos pintou em 1790, uma bandeira das Almas (13$900) [574]. Existindo na sala do Cabido da Sé os retratos dos bispos do Funchal, datando os mais antigos de meados do século XVIII [575], como já fizemos menção, Nicolau Ferreira pintou alguns desses retratos, nomeadamente dois retratos do bispo D. José da Costa Torres, um assinado, datado de 1796 e patente no Museu de Arte Sacra do Funchal, e outro que foi pintado por 7$450, quando o Bispo tinha 47 anos e não está assinado [576].

4.1.7. Outros pintores em actividade

Como podemos constatar na documentação consultada, os mestres entalhadores, carpinteiros, pintores e douradores mais conhecidos não realizavam sozinhos a maior parte das obras. Eram essencialmente empreiteiros, tendo nas suas oficinas vários mestres e discípulos a

---

[572] Vide anexo 6.

[573] **ARM**, *CON*, L.º 72, f. 21 v.º.

[574] Idem, JRPC/*CON*, cx. 4, proc. 247, f. 26, 69. Em finais do séc. XVIII, encontramos na Madeira pinturas executadas em pendões e bandeiras, embora por vezes não identificadas, mas pintadas pelos pintores madeirenses referenciados ao longo deste trabalho, sendo geralmente Nicolau Ferreira Duarte e Filipe Caetano da Trindade os autores destas pinturas. Encontramos por exemplo, uma bandeira com a imagem de N.ª S.ª do Rosário (17$600) para a igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos (idem, cx. 3, proc. 204, f. 4: ano de 1792); um pendão novo (8$100) para a cfr. de N.º S.ª do Monte do Carmo e a pintura de uma bandeira para a cfr. de São Pedro, ambas da igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo (idem, cx.1, proc.137, f.2v.º, idem, proc. 176, f. 2 v.º: ano de 1792); a pintura de um pendão para os enterros (15$000) para a igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço (ibidem, *CON*, L.º 9, f. 66: ano de 1794); a pintura de uma bandeira nova (5$600 pela pintura) para a igreja matriz de Santana, então pagas pela confraria de Santa Ana, a quem fez a bandeira pagaram $550, em pano 7$200, pau $400 e a quem fez a cova no dito pau $200 (idem, L.º 37, f. 39 -39 v.º).

[575] Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 283.

[576] 7$450: *L.º de receita e despesa da Sé do Funchal, 1789*, f. 187, cit. Luís Peter Clode, "O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte", rev. *DAHM*, n.º 13, p. 38, 1952; e Pita Ferreira, in rev. *AHM*, vol. IX, p. 45.

trabalharem para si, alguns dos quais ficaram no anonimato. Embora por vezes não se conheçam referências ao trabalho desses mestres e discípulos, sabemos para quem ou com quem trabalhavam, pois quando da realização de escrituras notariais, escolhiam-se para testemunhas quase sempre mestres com relações profissionais muito próximas. Por exemplo, o pintor **António Pinto Felgueira** em Março de 1784, foi testemunha em dois actos notariais: num, juntamente com o carpinteiro José Rodrigues Gonçalves, numa escritura de venda e trespasso celebrada entre o engenheiro João Vila Vicêncio e o pintor António da Trindade da Cruz e noutro, foi testemunha juntamente com o pintor Francisco Xavier da Silva, numa escritura de venda que fizeram o referido engenheiro e o pintor António da Trindade da Cruz ao carpinteiro Estevão Teixeira de Nóbrega [577].

Como já vimos anteriormente, o pintor António Pinto [Felgueira ?] realizou em 1766 trabalhos de douramento na igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos, juntamente com João Vila Vicêncio e António da Trindade, entre outros [578]. Em 1791 António Pinto [Felgueira ?], recebeu 26$300 pelo douramento de uma cruz de madeira entalhada à *romana* e do ceroferário para as procissões e enterros, que se mandou fazer para a capela de São Roque, em Machico [579].

Quanto ao pintor **Francisco Xavier [da Silva]**, foi também testemunha em vários actos notariais entre 1787 e 1802, nomeadamente numa escritura de procuração que fez o carpinteiro Domingos Nunes aos doutores Bartolomeu Luís Pimenta, ao reverendo João Manuel de Couto e Andrade e ao solicitador José António de Freitas, e numa escritura de procuração que fez José Jacinto Vila Vicêncio a Joaquim José Vieira. Foi ainda testemunha juntamente com Francisco Alexandre da Silva numa escritura de procuração que fez o pintor Boaventura Béze ao cônsul José António Monteiro e testemunha juntamente com o pintor João Francisco de Sousa Correia, numa escritura de venda de benfeitorias de Inácio Pinto a Manuel da Silva [580].

De igual modo, constatamos a presença do pintor **João Francisco Sousa Correia** [581] na ilha Madeira entre 1794 e pelo menos 1815, embora não se conheça até ao momento nenhum documento que refira estes dois últimos pintores a trabalharem em obras de igrejas, capelas ou confrarias. João Francisco Sousa Correia, se era pintor de quadros ou dourador não podemos afirmar, podemos é referir que possuía uma caligrafia muito bem feita, o que nos poderá sugerir que tivesse habilidade para o desenho figurativo. Por vezes, João Francisco Sousa Correia foi

---

[577] **ARM**, *RN*, L.º 1022. f. 51 - 52: 7 Mar. 1784; idem, L.º 1022, f. 52 - 53: 8 Mar. 1784.

[578] Idem, *CON*, L.º 3, f. 94 – 94 v.º.

[579] Idem, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 626, f. 3 v.º.

[580] Idem, *RN*, L.º 1036, f. 74 v.º - 75: 12 Mai. 1787; ibidem, L.º 1037, f. 80 v.º - 81: 19 Out. 1787; idem, L.º 1089, f. 15 v.º: 29 Jul. 1801; idem, L.º 1094, f. 77 v.º - 78 v.º: 30 Set. 1802.

[581] Era natural da freg. de São Pedro, no Funchal, f.º de João de Sousa Correia, natural da mesma freguesia e de sua esposa Isabel Maria Betencourt, natural da freg. de São Roque. Casou em 1794 com Rita Silveira Rosa, natural da freg. de São Pedro, f.ª de António José Correia, natural da freg. do Estreito de Câmara de Lobos e de sua esposa Antónia Rosa, da freg. da Sé. Foram test. do casamento Manuel de Santa Ana e Pedro de Santa Ana (**ARM**, *S. Pedro, Funchal, Casamentos*, L.º 124, f. 34 v.º: 22 Nov. 1794).

testemunha e assinava as escrituras a rogo de outras pessoas, que lhe pediam que assinasse por elas por não saberem escrever, principalmente pessoas vizinhas à sua morada, ou seja nos Arrifes, na freguesia de São Pedro, do Funchal [582].

Na década de 90, a capela do SS. da Sé do Funchal, mais precisamente em 1793, foi alvo de algumas pinturas com decorações vegetalistas feitas na parte superior do retábulo, pois com esta data e neste local, existe uma inscrição com as assinaturas dos pintores **Jacinto Januário [de Vasconcelos]** e **Ambrozio Joaquim de Sousa** [583]. Jacinto Januário de Vasconcelos, era da cidade do Funchal e em 2 de Fevereiro de 1793 foi testemunha juntamente com o capitão de navios, João da Cunha, numa escritura de obrigação que fez o morgado Diogo Betencourt Sá Machado e sua esposa D.ª Jacinta Rosa Betencourt à Venerável Ordem Terceira de N.ª S.ª do Monte Carmo, representada pelo tesoureiro André Nunes Lopes [584].

---

[582] Foi test. em várias escrituras, vejamos algumas delas. Numa venda que fez Mariana de Aguiar a João Gomes (**ARM**, *RN*, L.º 2219, f. 13: 1 Abr. 1794). Test. juntamente com José Joaquim Veloso Cabral, morador no Funchal, numa escritura de confirmação de venda entre a vendedora Clara Pereira, viúva de João Rodrigues Pimenta, pela pessoa de seu procurador, seu f.º João Rodrigues Pereira, moradores na freg. de Santo António e como obrigado, António de Freitas, casado, morador na freg. de São Roque (ibidem, L.º 2076, f. 44 v.º - 46: 15 Mai. 1799). Test. numa venda que fez Inácio Gonçalves e sua esposa Maria Gomes e Berbiana Maria e Antónia Maria a Simão de Freitas Correia, casado (idem, L.º 2077, f. 5 v.º - 6 v.º: 9 Ag. 1799). Test. juntamente com Joaquim Romão, numa escritura de venda de Manuel de Abreu Jardim e sua esposa a Maria de Jesus e a José da Silva Mendes (idem, L.º 2102, f. 57 – 58 v.º: 12 Abr. 1804). Test. juntamente com Manuel José Teles numa escritura de dívida e juro de Manuel Rodrigues Cró a Manuel de Caires (idem, L.º 2102, f. 72 v.º - 73 v.º: 21 Abr. 1804). Test. juntamente com o pedreiro José Alves e assinou a rogo de Ana Rosa por não saber assinar, numa venda de 2 bocados de terra que fez com seu esposo Manuel Gomes, da freg. do Monte a João Gomes Biscoito, da freg. de Santo António (idem, L.º 1103, f. 102 v.º - 103: Jun. 1804). Test. juntamente com Francisco António Gomes numa venda de cobre (843$000) que fez o britânico Thomas Price Adams a Manuel Baptista da Costa Caldeira (idem, L.º 1120, f. 89 – 89 v.º: 22 Jun. 1808). Test. juntamente com António João Pedro (tem uma caligrafia muito idêntica à do pintor, até parece que foi o pintor que a fez !, qual a sua profissão?), do Funchal, numa escritura de quitação geral de pagamento que dá Thomé João de Souza a António Gonçalves de Faria (idem, L.º1123, f. 40 v.º - 41: 20 Abr. 1809). Test. num aforamento que fez o Illm.º Diogo Berenguer de França Neto e sua esposa a Thomázia Filipa, e assinou a rogo da foreira por esta não saber assinar. (idem, L.º 2105, f. 95: 20 Abr. 1809). Test. juntamente com José Teixeira da Silva (idem, L.º 2259, f. 59: 20 Out. 1809). Test. (idem, L.º 2263, f. 39: 22 Nov. 1810). Test. juntamente com Manuel de Sousa e Silvestre de Jesus, dos Arrifes, e assinou a rogo da vendedora por esta não saber assinar, numa venda que fizeram João de Sousa e sua esposa Maria Jacinta Rosa ao trabalhador António Mendes (idem, L.º 1127, f. 62: 11 Abr. 1810). Assinou a rogo da vendedora por não saber assinar e foram test. o carpt. João Gonçalves, do Funchal e Manuel Gomes, morador na freg. de Santo António (Laranjal), numa venda de benfeitorias que fez Pedro Gomes e sua esposa Maria Joaquina, moradores na freg. de Santo António (Jamboto) a José de Castro (idem, L.º 1130, f. 38: 18 Fev. 1811). Test. juntamente com José Teixeira da Silva (idem, L.º 2268, f. 55 - 55 v.º: 30 Abr. 1813). Test. juntamente com João Ferreira, do Estreito de Câmara de Lobos, numa venda de fazendas que fez José Ribeiro Lucas (tem uma caligrafia na assinatura muito semelhante á do pintor; qual seria a profissão?), casado com Antónia Maria de Freitas e António Gomes, casado com Joana da Encarnação, moradores na freg. de Santo António no Funchal, ao negociante Francisco José de Oliveira (idem, L.º 1144, f. 53: 20 Mar. 1815).

[583] As assinaturas dos pintores foram encontradas em 2001, aquando da campanha de restauro realizada nesse ano, com a equipe de restauro dirigida pela técnica Eva Dellinger que conjuntamente com os seguintes alunos descobriram as assinaturas: Marco Teixeira, Cláudia Romana, Sissi Campos, Filipa Freitas, Luís Sousa e Francisco do Carmo. Encontramos vários dados referentes a Ambrózio Joaquim de Souza, não sabemos se é o pintor mas aqui fica a hipótese de o ser. Um Ambrózio Joaquim de Sousa foi ajudante da Fortaleza de N.ª S.ª da Conceição do Ilhéu, no Funchal. (**ARM**, *GC*, L.º 524, f. 30 v.º - 31 v.º: 6 Dez. 1796), e ainda outro Ambrózio Joaquim de Souza, era casado com Quitéria Maria Passos, ambos naturais da ilha da Madeira e moradores na de São Miguel (o seu fiador Manuel António de Freitas, era morador na Ribeira de João Gomes, na freg. de Santa Luzia), que disse em notário que por falecimento do capitão F.' Passos e Oliveira, passara a segundas núpcias com Quitéria Maria de Passos, que já tinha uma filha: Maria Cândida (idem, *RN*, L.º 2258, f. 143 - 144: 10 Mai. 1803.)

[584] **ARM**, *RN*, L.º 2190, f. 25 v.º - 27. Nesta escritura assinaram ainda como test. António Francisco de Ornelas e João Cunha.

Na Sé do Funchal, mais precisamente na sala do Cabido, existe uma galeria de retratos a óleo onde estão retratados os prelados da diocese do Funchal, muitos dos quais são retratos da segunda metade do século XVIII, como já escrevemos. Segundo o historiador José de Sainz Trueva, no quadro representando D. Luís Rodrigues de Villares, bispo do Funchal e na Ilha, entre 1798 e 1822, é visível o monograma do autor, *AIS* [585], muito provavelmente, de Ambrózio Joaquim de Sousa, pois a letra *J* era escrita muitas vezes como a letra *I*.

Para a igreja de Santa Quitéria, em Boaventura [586], em 1793 e 1794 realizaram-se obras no altar, então pagas pela confraria de Santa Quitéria, nomeadamente a "*tirada de lajas e retilhar a igreja, concerto do semalhão e pia*", sendo chamados pelo juiz e tesoureiro da confraria, Manuel de França Andrade para trabalharem nas obras, o carpinteiro Francisco de Freitas Mendes a $500 por dia, o torneiro Manuel da Costa a $500 e o pedreiro Manuel José de França a $600 [587], prolongando-se as obras até 1817 [588]. O pintor **António Fernandes Figueira**, casado com Antónia Maria e morador na rua da Conceição da cidade do Funchal, pelo menos entre 1771 e 1775, mas também morador na freguesia de São Jorge, em Santana (1795) [589], dourou e pintou o sacrário da igreja de Boaventura em 1793 / 1794 por 10$000 [590].

---

[585] José de Sainz-Trueva, "Heráldica em iconografia relacionada com a Madeira", rev. *Islenha*, n.º24, Jan. - Jun. 1999, p. 61.

[586] A igreja de Santa Quitéria, em Boaventura, foi criada num curato por alvará régio de 4 de Fevereiro de 1733. Foi mandado fazer orçamento e pôr a lanços a obra de uma nova igreja em 1753, concorrendo para a sua edificação os "*suplicantes com o trabalho que apontou o mestre das obras reais, e aproveitandosse os materiais velhos que nella houver capazes*". O menor lanço foi o de 5:580$000, feito pelo mestre Francisco Fernandes, o que foi considerado excessivo para uma igreja curada, sendo mandado novamente pôr à arrematação (**IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 973, f. 196: 11 Mai. 1753. Idem, L.º 974, f. 20 v.º: 29 Out. 1756.).

[587] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1062, fnn. Francisco de Freitas, aquando destas obras encomendou a George Renholdes "*6 parafusos e 8 missagras 1$650, uma fechadura com seu escudo de mital $800, uma fechadura e sua tranca e sua estapola $700*" e ainda mais missagras e 3 ferros pedreiros 5$550. (idem).

[588] Em 1801 foram feitos no Funchal 4 Santos Cristos e várias cruzes, que custaram 20$800, por 6 castiçais de casquinha pagaram 30$000, a ig. foi retelhada por 6 oficiais e 5 serventes: 9$000 (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1065, f. 3 v.º, 4 v.º). Em 1805 em pedra e cantaria pagaram 52$500 (idem, proc. 1068, f. 2). Em 1808 e 1809 em obras na ig. gastaram com os mestre 80$650, trabalhando os mestres: António, da Ponta Delgada (a $600 por dia); António Rodrigues ($500 e $400); Luís António ($400); Francisco Fernandes ($500); Francisco Afonso ($400); José Gomes Homem ($300); Nicolau ($250); António de Abreu ($600); Costa (carpinteiro) e seu discípulo; serventes ($100 e $150). Vieram 35 alqueires de cal: 9$000, 1500 telhas: 36$000 (idem, proc. 1069, f. 2 e 2 v.º). Entre 1810 e 1812 empregaram 1049 pés de tabuado na sacristia: 62$940, chaprão para portas: 34$200, traventa de castanho: 24$400, frete de chaprão e tabuado vindo do Funchal: 20$000, pagaram vários dias de trabalho aos mestres carpinteiros: 142$200, aos oficiais de carpinteiro na armação da casa da sacristia, ferragem de portas e janelas pago a Manuel G. Vieira, ao pedreiro de retelhar a ig. e casa e fazer parede, por um milheiro de telha (idem, proc. 1070, f. 2, 2 v.º). Em 1817 pagaram 80$000 ao carpinteiro António pela obra que fez e 2$000 a Manuel Vieira pela obra que fez para a ig. (idem, proc. 1072, f. 3 v.º).

[589] Em 1771: "*pintor da cidade*" (**APEF**, *L.º de lançamento de dinheiro da arca das confrarias e da arca da ig. de São Jorge*, (L.º iniciado em 1769), f. 91 v.º: 16 Dez. 1771.). Em 1775 morava no Funchal (**ARM**, *RN*, L.º 999, f. 40 - 40 v.º). Em 1795, morador na freg. de São Jorge, em Santana (idem, L.º 1064, f. 65 v.º - 66 v.º). António Joaquim Figueira (sabia assinar), f.º do pintor António Fernandes Figueira, fez um contrato com Inácia de Gouveia, viúva de Manuel de Gouveia, para servir de caixeiro e abrir uma loja de mercador que pertencia à mesma viúva (idem, L.º 2220, f. 3 - 4: 6 Jun. 1794).

[590] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 14, proc. 1062, fnn. Na pintura do sacrário gastou-se 7 livros de ouro: 9$100, e mais outros acessórios como alvaiade, óleo, uma fechadura para o dito, missagras, o escudo, uma pirâmide para cima do sacrário, broxas (ibidem).

Ainda em 1793, em princípio, o mesmo pintor António Fernandes [Figueira ?] dourou por 11$000 (mais 11$000 em gastos de ouro) um esquife de Nossa Senhora, feito pelo carpinteiro José dos Reis (12$400) e entalhado pelo entalhador Miguel Francisco [da Câmara] (17$000) para a confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro, no Funchal [591].

António Fernandes Figueira, desempenhava assim a profissão de pintor (dourador) entre 1771, aquando do pedido de empréstimo de 100$000 à confraria do SS. da igreja de São Jorge, no Norte da Ilha [592] e 1795, quando vendeu a Joaquim Gomes Jardim duas casas térreas com seus quintais, águas e mais benfeitorias, avaliadas em 349$000, situadas na rua da Conceição, na cidade do Funchal que herdou de seus pais e comprara entretanto aos restantes herdeiros, pagando ao morgado Manuel Acciauoly de Vasconcelos 3$000 de foro anual [593]. Essas propriedades também haviam em parte sido adquiridas em 1775 ao pedreiro Domingos Gomes e sua esposa Isabel do Carmo, nomeadamente uma casa térrea de telha com seu quintal, por 17$000, mais o valor do foro anual, passando-lhe os vendedores de "*quitação geral da quantia de 996$000 que lhes pertenceu em a outra casa pegada aqui vendida*" [594].

O pedido de um empréstimo de cem mil réis à confraria de São Jorge no "*Norte da Ilha*" indiciam as relações de ambos, pintor e confraria, e apontam, com certeza, para que António Fernandes Figueira desempenhava assim ali a profissão de pintor, pois se tal se não verificasse, não haveria, em princípio, aval a um tal empréstimo. António Fernandes Figueira foi assim autor de alguns dos trabalhos da matriz de São Jorge, pelo menos em 1771, restando agora saber se simplesmente de douramento de uma ou outra talha, juntamente com o pintor José António da Costa, se de algumas das várias pinturas de cavalete que decoram as paredes da capela mor e o armário paramenteiro da sacristia.

Outro pintor em actividade na Madeira pouco depois dessa época era **Bernardino João de Sena**, provavelmente filho de António Fernandes Figueira, que em 1801 dourou seis *tocheiras pequenas* (67$000) e quatro *tocheiras grandes* (80$000), entalhadas por João da Câmara e destinadas ao sepulcro novo da Sé [595]. Como se pode ver seguiam-se as tradições das famílias, tendo

---

[591] Idem, *GC*, L.º 227, f. 43.

[592] **APEF**, *L.º de lançamento de dinheiro da arca das confrarias e da arca da ig. de São Jorge*, (L.º iniciado em 1769), f. 91 v.º: 16 Dez. 1771.

[593] **ARM**, *RN*, L.º 1064, f. 65 v.º - 66 v.º: 7 Set. 1795.

[594] Ibidem, L.º 999, f. 40 – 40 v.º: 21 Mai. 1775.

[595] *Livro de receita e despesa da cfr. do SS da Sé (1801 - 1854)*, f. 3 e seguintes (cit. Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, ob. cit., p. 255). Da mesma família Sena, encontramos ainda Estevão João de Sena e Anastácio José de Sena que foram testemunhas numa escritura que fez o entalhador Miguel Francisco da Câmara (**ARM**, *RN*, L.º 2076, f. 81 v.º: Jun. 1799). Portanto, eram indivíduos que tinham algumas afinidades sociais e profissionais (?) com os mestres que se encontravam a trabalhar nesta época na Madeira. Uma investigação mais aprofundada nos restantes livros de notários, livros de fábricas ou mesmo nos registos paroquiais poderão nos dar mais algumas informações sobre estes indivíduos. Sabemos ainda, que Anastácio José de Sena em 1814 pretendia suceder a seu irmão Vicente José de Sena Júnior no ofício de escrivão dos órfãos de que era seu proprietário seu pai Vicente José de Sena (ibidem, L.º 1142, f. 170 v.º - 171: 14 Nov. 1814). Ainda com o sobrenome Sena encontramos António João de Sena, morador na freguesia

para a igreja de N.ª S.ª da Natividade, no Faial, dourado em 1813 por 130$000 uma mesa em madeira para a confraria do SS., feita no Funchal pelo carpinteiro Cabral em 1812 (520$000) [596], dourando ainda seis *tocheiras* entalhadas por 60$000 [597]. Bernardino João de Sena também mantinha relações profissionais com outros pintores da época, por exemplo em 1803 foi testemunha numa escritura notarial juntamente com o pintor Timóteo António Marques e António José Tavares (sem indicação da profissão), todos moradores na cidade do Funchal, numa escritura de quitação geral que deram os herdeiros de António Gomes de Faria a José Ferreira de Abreu [598].

Em 1790 o entalhador João da Câmara Sá fez as banquetas (25$000) e o pé da cruz grande para o altar mor da Sé do Funchal, sendo as duas peças douradas pelo mestre **Henrique José de Oliveira** [599], morador no beco dos Aranhas, gastando 62$400 em ouro, tintas e serviço de douramento [600].

A capela de Santo Amaro, situada em Santo António no Funchal [601], estava em consertos em 1783, nomeadamente "*a sanchristia para a dar aviada* [a obra]" pagando-se então ao mestre Manuel Gomes 140$000, 14$950 aos "*ofeçiais de pedreiro para abrir huas portas e outros concertos*" e 51$450 em "*dinheiro que se gastou na pintura do corpo da Igreja*", trabalhando em 1782 dois pintores: **Domingos Francisco**, que por tintas e trabalho que fez na capela mor, recebeu 43$400 e o pintor **Vital Domingos**, que pelo seu trabalho recebeu 1$250 [602], este último muito provavelmente *pintor de paredes*, pois nunca mais o encontrámos referido em obras de pintura ou douramento [603].

O convento de São Bernardino, em Câmara de Lobos, edificado no século XV, foi remodelado ao longo dos séculos XVII e XVIII, conforme consta na inscrição de 1763 no

---

de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, a fazer um contrato de colonia com as religiosas do convento de Santa Clara (idem, L.º 1140, f. 18 v.º - 20 v.º: 12 Jan. 1814).

[596] **ARM**, *JRPC/CO*N, cx. 9, proc. 690, f. 2 v.º.

[597] Ibidem, f. 2 – 2 v.º.: 1811 / 1812. Gastou-se no douramento 30 livros em ouro: 51$000, alvaiade: 8$800 e em óleo: 3$960.

[598] Idem, *RN*, L.º 2096, f. 106: 1 Fev. 1803.

[599] Henrique José de Oliveira era natural da freguesia de Nossa Senhora da Pena, de Lisboa, f.º de António [?] de Oliveira, natural de Câmara, e de Josefa Maria, natural de Alenquer. Casou em Julho de 1770 com Quitéria Francisca de Jesus, natural da freguesia da Sé, f.ª de Manuel da [M...?], natural da freguesia da Sé e de Maria Inácia, natural da ilha Terceira. (**ARM**, *Sé, Funchal, Casamentos*, L.º 60, f. 141: 17 Jul. 1770). Nos documentos encontrados não há referências a este casamento ser o do mestre dourador, mas aqui fica a hipótese de o ser.

[600] **IAN/TT**, *Cabido da Sé do Funchal*, L.º 8, *L.º da fábrica da Sé do Funchal (1769 – 1795)*, f. 199 v.º.

[601] Esta capela foi reedificada e ampliada nos sécs. XVII e XVIII, ficando totalmente em ruínas após um incêndio ocorrido a 9 de Janeiro de 1989. Foi objecto de intervenção entretanto, iniciadas por intervenção arqueológica, aguardando abertura ao público como provável centro cultural ao longo deste ano de 2003.

[602] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 530, f. 3.

[603] Em 15 Jul. 1799: Antónia Joaquina, viúva de Vital Domingos (pintor ?), da cidade do Funchal, pela pessoa de seu procurador António Joaquim Teixeira, fez um contrato com o morgado Pedro Júlio da Câmara Leme, para ela poder reedificar uma casa abatida situada em terreno do dito morgado, situado na rua das Pretas, acima da Igrejinha com suas benfeitorias. Foram test. deste acto notarial José António dos Santos, Basílio Teixeira de Andrade, João da Mata e Abreu e José Francisco da S.ª (**ARM**, *RN*, L.º 1079, f. 80 - 83).

frontispício da igreja. Em 1794 a confraria de Santa Ana desse convento pagou ao pintor Domingos Francisco 5$800 de pintar a bandeira e "*por tintas que se compraram*" [604]. Entre 1760 e 64 a capela de N.ª S.ª do Monte Varadouro adquiriu a Gaspar dos Reis dez pirâmides por 2$000, que foram pintadas pelo pintor Domingos [Francisco ?], pagando-lhe 2$400 pelo trabalho e tintas [605]. Refira-se ainda que aquando dos douramentos realizados em 1766 na igreja de S. Sebastião em Câmara de Lobos, também ali trabalhou o mestre Domingos [Francisco ?] [606].

Em inícios do século XIX, mais precisamente em 1803 / 1804 para a capela de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de S. Pedro do Funchal, entre outras despesas com pinturas [607], o pintor **José Jacinto** pintou um frontal [608] e o pintor **Francisco António da Silva** [609] em 1804, renovou o tapete oleado e prateou seis castiçais modernos por 24$000, para serem colocados no altar e que tinham sido entalhados por António de Agrela [610]; em 1805 renovaram-se os seis castiçais velhos (4$500) e o referido pintor Francisco António da Silva prateou-os por 12$000; em 1807 / 1808 ainda retocou o Santo Cristo do altar (2$400) e fez dois frontais (32$000), pintando o túmulo depois em 1809 / 1810 (16$400) [611]. O pintor Francisco António da Silva em 1805 retocou a capela do SS. da igreja do Monte (20$000), quando da colocação de um tapete e das cortinas com franjas e galões de ouro para o arco da capela, vindas de Lisboa (360$000), retocando ainda a capela em 1807 e 1808 [612].

No ofício de pintor encontramos também dois frades e um cónego. A capela de São Pedro, em Santa Cruz, esteve em obras na década de 90 e inícios do século XIX, como podemos constatar pelas contas da confraria do seu Orago. Em 1793 foi adquirido um altar para a capela ao doutor Jorge Moniz por 20$900 (incluindo o frete) [613], vindo para essa capela em 1790, da freguesia do Faial, um quadro de São Pedro [614] e em 1795, **frei António de Jesus** encarnou e pintou a imagem

---

[604] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 241, f. 9. Para a dita bandeira pagou-se 3$750 por vinte e uma varas de *tualha*; uma vara de linhagem, linhas para se coser e uma guita $750; um pau para 1$500, um arco para a roda dos *Alastaro* $200, uma corda para se lançar a dita bandeira $550 e ao carpinteiro de consertar o pau, $500 (ibidem).

[605] Idem, *CON*, L.º 72, f. 21 v.º.

[606] Ibidem, L.º 3, f. 94 – 94 v.º.

[607] Em 1803 gastaram-se 10$500 numa pua de lançaria para "*os profetas*" e pelo trabalho do pintor gastou-se 24$000 (**ARM**, *GC*, L.º 227, f. 54). Em 1812 - 1813 a confraria gastou 115$650 em retocar o tecto da capela fingindo estuque e de pintar toda a capela (ibidem, f. 72). Em 1814 - 1815 enviou 40$000 para Lisboa, para um novo pendão (idem, f. 77). 1820: despesas que foram para "*hûa cazula, frontal, pano de estante e bolça, de corporais e hû missal para a confraria vinda por caza de Monteiro e C.ª*" (idem, f. 82).

[608] Em 1803: 6$000 por pintar no frontal (**ARM,** ibidem, f. 54); em 1804 pede tintas, pregos e 6 varas de lançaria para forrar o frontal, para não pintar sobre a madeira (4$000) (ibidem, f. 57 v.º).

[609] Entrou para irmão da CNSBM em 1809, pagou $600 de entrada e morava no Beco dos Aranhas (**ARM**, *GC*, CSNBM, L.º de Matrícula de Irmãos).

[610] **ARM**, idem, L.º 227, f. 58.

[611] Ibidem, f. 67.

[612] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 317, f. 2; ibidem, proc. 318, f. 4. Idem, proc. 304, f. 3; idem, proc. 318, f. 5 v.º.

[613] Ibidem, cx. 13, proc. 1057, f. 4 v.º.

[614] 1790: "*Dinheiro a quem conduziu o quadro de São Pedro do Faial para esta Vila $800*" (**ARM,** ibidem, f. 2 v.º).

de São Pedro (4$500) [615], por certo uma escultura. Em 1799 o mesmo frei António de Jesus para a igreja de São Salvador, em Santa Cruz, pintou o quadro das Almas (26$000) [616]. Um outro frade, **frei Francisco de Sales** reformou e encarnou também uma imagem do Senhor Crucificado por 8$000, em 1799, para a confraria do Senhor Jesus e Almas, erigida na igreja de São Brás, no Campanário [617]. Já no século XIX e entre as pinturas que decoram o alçado do armário paramenteiro da sacristia grande da Sé, conforme já escrevemos, encontramos o quadro "*Adoração dos pastores*", assinado pelo **cónego Barros** e datado de 1811 [618].

Os estrangeiros que visitavam a Madeira a partir dos finais do século XVIII começaram a registar os motivos da paisagem, flora, fauna, população, indumentária e costumes da Ilha nos então álbuns de viagem, muitos dos quais foram depois passados a litogravura e ainda hoje gozam de grande reputação e divulgação [619]. Se algumas paisagens são profundamente romantizadas, alguns apontamentos de viagem são hoje documentos iconográficos imprescindíveis para o estudo de História e Arte na Região, embora e infelizmente, como *livros de viagem* e ainda por cima quase sempre elaborados por protestantes, poucos ou nenhuns elementos nos forneçam para este nosso trabalho.

Para além destes pintores estrangeiros e dos portugueses já mencionados anteriormente, em inícios do século XIX apareceram outros pintores a realizar pinturas de temática religiosa para decorar as igrejas e pinturas profanas para casas civis, começando alguns desses pintores a sua actividade ainda antes do início da aula de pintura e desenho do Funchal, em 1809. Por exemplo, em Julho de 1803, o major apontador das obras reais, recebeu uma ordem do governador da Madeira para pagar 20$000 por duas pinturas representando "*dois infernos Elefantiacos, que por bem da humanidade pertendo pôr na Real Prezença do P. Reg* [Príncipe Regente]" que mandou fazer aos jovens pintores **Diogo Luís Cipriano** e **Timóteo António Marques** [620].

Diogo Luís Cipriano, era filho de Ana Caetana das Neves (já viúva em 1802) e de António Cipriano da Conceição, ambos naturais da freguesia da Sé e tinha três irmãos: João, Caetano e Joaquim Cipriano, todos eles maiores de 14 anos e menores de 25 em 1802, e tinha ainda cinco

---

[615] **ARM,** ibidem, f. 6 v.º. Fr. António de Jesus Maria, do convento de São Francisco, do Funchal, tirou passaporte a 9 Set. 1820 para se deslocar a S. Miguel nos Açores, regressando em 1821 (idem, *GC*, L.º 734, f. 40, 34 v.º: 10 Abr. 1821).

[616] Ibidem, proc. 1049, f. 2 v.º. Em 1801 Frei António de Jesus recebeu mais 4$000 do "*resto de pintar o quadro*" (ibidem, f. 5). Em 1797 um carpinteiro por fazer o aro para o quadro, madeira para ele e pregos recebeu 8$000 (idem, proc. 1048, f. 8).

[617] Idem, cx. 11, proc. 897, f. 11: 7 Jul. 1799.

[618] Padre Manuel Juvenal Pita Ferreira, *A Sé do Funchal*, 1963, p. 24. Entre outras pinturas que decoram o alçado do armário paramenteiro encontramos ainda os quadros: "*o Velho Simeão, a Oração do horto, Figuras da Eucaristia, Jesus diante de Caifaz, o Caminho do Calvário, o Descimento da Cruz e a Ressurreição do Senhor*", entre outras pinturas existentes na sacristia, de fraco valor artístico provavelmente vindas de outra parte (convento de São Francisco ?).

[619] Entre outros temos: Picken, Bulwer, Pitt Springett, Selleny, Harcourt, Gellatly, Dillon, Innes, Eckersberg, ...

[620] **ARM**, *GC*, L.º 800,f. 27 - 27 v.º : 26 Jul. 1803.

irmãs: Maria Sebastiana e Joaquina Rita, maiores de 25 anos em 1802, Rita Joaquina e Luísa Maria do Monte, ambas menores de 25 anos em 1802 e Antónia Paula. Esta família em 1802 devia 766$179, respeitante a uma sociedade que haviam feito com João Caetano Jardim e José Cipriano [621].

Diogo Luís Cipriano, em 1811 vendeu a *Phelps Page e C.ª* parte de uns sobrados de umas casas situadas nas ruas do Carmo e do Mosteiro Novo, na freguesia da Sé, que havia herdado por falecimento de sua mãe, recebendo 214$325 [622]. António Cardoso Drumond, seu cunhado (casado com Antónia Paula), juntamente com seus irmãos João Cipriano, casado com Joaquina Rita, morador na freguesia de São Gonçalo, e Joaquim Cipriano, morador no sítio do Vale Formoso na freguesia de Santa Luzia e casado com Teresa Rita, também venderam em 1810 a sua parte da casa a *Phelps Page e C.ª* [623]. Diogo Luís Cipriano juntamente com a sua família vendeu os seus bens e emigrou para o Brasil, talvez aproveitando a ida da Família Real, por "*na sua terra natal* [não ter] *uma vida de expansão economica, indo bater ás portas do Brasil, que lhe foram hospitaleiramente abertas, e onde manifestou exuberantemente o seu talento de artista*", onde provavelmente colaborou na pintura de quadros e de tectos, que encontrou um extraordinário desenvolvimento no Brasil em finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, vindo a falecer aproximadamente em 1871, com 90 anos de idade.

Em 1915 foi descoberto um quadro de Diogo Luís Cipriano no depósito público no Rio de Janeiro, "*um quadro de reputado de valor pela Escola de Bellas Artes*", que um dos seus filhos reclamou e que segundo os relatos dos diários da época, era uma "*copia d'uma tela italiana, mas d'uma execução magistral que honra e enaltece o artista*". O quadro teria ido parar ao depósito do Ministério "*por uma questão levantada entre a familia de Cypriano, quando elle morreu*", sendo

---

[621] Idem, *RN*, L.º 2257, f. 90 v.º - 92 v.º: 31 Jul. 1802. Diogo Luís Cipriano casou com Carlota Cândida, f.ª de Brás Francisco e de Ana Norberta, ambos naturais da freguesia da Sé. Foram testemunhas do casamento Francisco Vencislão José e João Cipriano (**ARM**, *Santa Maria Maior, Funchal, Casamentos*, L.º 284, f. 84 v.º: 15 Ag. 1812). Teve pelo menos um filho, de nome Diogo Luís Cipriano Júnior, que casou aos 23 anos com D.ª Maria Ludevina Pestana Soares, viúva de José Soares Pereira, f.ª de António Pestana, natural da freguesia de Ponta Delgada e de D. Ana Joaquina, natural de Santa Maria Maior, os contraentes eram moradores na rua do Hospital Velho e foram testemunhas do casamento José de Nóbrega e Matos e o Reverendo Cura desta igreja, Tibúrcio Luís de Nóbrega (Idem, L.º 286, f. 41 – 41 v.º : 23 Jan. 1843).

[622] Ibidem, L.º 1129, f. 116 v.º - 117 v.º: 11 Jan. 1811. Diogo Luís Cipriano foi test. juntamente com José António de Afonseca Braga numa escritura de aforamento que fez o morgado António Caetano Aragão a António Joaquim Marques Basto, casado, negociante na cidade do Funchal (idem, L.º 2253, f. 197 v.º - 199, 200 v.º: 30 Jul. 1831).

[623] Idem, L.º 1129, f. 8 – 9 v.º: 1 Out.1810. Em 1804 o morgado António Cardoso Drumond deu a João Cipriano e a João Caetano Jardim uma quitação de pagamento (idem, L.º 2270, f. 87: 9 Abr. 1804). João Cipriano foi ainda test. por várias vezes em escrituras notariais (idem, L.º 1129, f. 28: 31 Out. 1810; idem, L.º 2267, f. 104 v.º - 105 v.º: 28 Out. 1812); foi test. juntamente com Roque Gonçalves, numa escritura de obrigação de dívida e de pagamento que fez António Francisco ao carpinteiro José dos Reis Silva (idem, L.º 1129, f. 3 – 3 v.º: 12 Set. 1810.). Joaquim Cipriano fez um reconhecimento de dívida de pagamento a *Phelps Page e C.ª*, juntamente com seus cunhados e irmã, António Cardoso Drumond e sua esposa Antónia Paula Drumond, moradores em Santa Cruz; talvez esta dívida em parte estivesse na origem da venda da parte da casa ao mesmo (idem, L.º 1128, f. 131: 20 Ag. 1810). Foi ainda test. em escrituras (idem, L.º 2258, f. 139 v.º: Mai. 1803, idem, L.º 1145, f. 88 v.º: 29 Jul. 1815). Também constamos da presença de Caetano Cipriano em várias vezes como test.: (idem, L.º 2256, f.?: 1802; idem, L.º 2258, f. 160 v.º: Mai. 1803), e Ambrósio Cipriano, provável familiar dos ditos Ciprianos (idem, L.º 2187, f. 85: 15 Jan. 1793).

então reclamado e manchete na comunicação social [624]. Será que existem mais telas deste pintor no Brasil? Onde trabalhou no Brasil?, são questões que poderão ser ou não desanuviadas, após algumas investigações sobre este assunto em terras brasileiras.

Quanto ao pintor Timóteo António Marques, era filho de Josefa da Encarnação (já viúva em Abril de 1800) e de Manuel Marques Pereira e tinha um irmão José Pedro Sitério, ambos menores de 25 anos em 1800. Venderam ao alferes José Rodrigues de Gouveia em Maio de 1798, uma fazenda situada na freguesia do Faial por 200$000, que foram utilizados para pagar uma obrigação que tinham ao convento de Santa Clara [625]. Timóteo António Marques casou em Abril de 1804 com Joana Cândida [626], e por falecimento de seus pais, entre outros bens, herdou metade de uma casa térrea com seu quintal situada na rua nova de São Pedro, em terra foreira ao padre João de Freitas da Silva em 4$000, vendendo-a a António Joaquim Correia, morador na rua da Carreira, juntamente com seu irmão em 1804, recebendo 188$850 pela sua parte, ou seja metade da casa [627], e que tinha sido edificada por seu pai por escritura de 18 de Agosto de 1768 [628].

Saliente-se que o pintor Timóteo António Marques deveria ter iniciado a sua carreira a executar trabalhos na oficina de Nicolau Ferreira, ou simplesmente foi um seguidor da sua técnica pictórica, pois dentro do estilo de Nicolau Ferreira, assinou um painel representando S. Miguel e as Almas para o altar colateral do lado do Evangelho, na igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço. É assim muito possível que possa ter sido o autor de outras obras semelhantes nesta igreja do Caniço e de outras até agora atribuídas à oficina de Nicolau Ferreira Duarte [629].

Timóteo António Marques estava ligado a obras de pintura e douramento em igrejas, aparecendo por vezes em actos notariais juntamente com outros mestres ligados a estes ofícios, como carpinteiros. Para além da já mencionada escritura em que foi testemunha juntamente com o pintor Bernardino João de Sena [630], em 1803 foi testemunha juntamente com o pedreiro Manuel

---

[624] No *Diário da Madeira* afirmava-se em 1915 que tinha falecido há 44 anos deixando filhos (**BMF**, "Um quadro valioso – obra d'um madeirense – um dos seus filhos reclama-o do governo brasileiro", *Diário da Madeira*, ano IV, n.º 1218, Funchal, 26-05-1915, p. 1). Refira-se que em 1803 já havia pintado um quadro na Madeira, pelo que se deduz que deveria ter nascido por volta de 1780.

[625] **ARM**, *RN*, L.º 2083, f. 55 - 56: 22 Abr. 1800; idem, L.º 2086, f. 37 – 38 v.º: 25 Fev. 1801.

[626] Seus pais eram naturais da freguesia de São Pedro, Funchal. Sua esposa era natural da freguesia da Sé, f.ª de Alexandre de Carvalho, natural de Lamego e de Andresa Maria da Conceição, natural da freguesia da Sé. Foram testemunhas do casamento José Carlos de Mendonça e Francisco José de Sousa Pereira (ibidem, Sé do Funchal, casamentos, L.º 62, f. 210, 29 Abril 1804).

[627] **ARM**, *RN*, L.º 2102, f. 24 v.º - 26: 21 Mar. 1804. Foram test. desta escritura Manuel Joaquim de Azevedo e António Rodrigues, da freg. da Ribeira Brava. Em data posterior encontramos prováveis familiares de Timóteo António Marques, ou seja, um indivíduo com o nome de Francisco António Marques (ibidem, L.º 2107, f. 86 v.º, 88: 6 Out. 1810; idem, L.º 1129, f. 129 v.º: 18 Jan. 1811) e um Manuel Marques, morador na freguesia do Faial que vendeu por 312$475 uma fazenda na freguesia do Faial ao capitão Caetano Velosa Castelo Branco (idem, L.º 1121, f. 137 - 138: 2 Dez. 1808, foi test. João Marques da Costa, da freguesia do Faial).

[628] Ibidem, L.º 1102, f. 112: 27 Abr. 1804. Este dinheiro foi utilizado para pagar a dívida ao mosteiro de Santa Clara.

[629] Vide fig. 5.8, 5.9, 72 – 73.

[630] **ARM**, *RN*, L.º 2096, f. 106: 1 Fev. 1803.

Valentim, numa escritura celebrada entre os carpinteiros José Alves e João Pereira para fazerem uma escada, porta, soalho da sala, balaustres, armação, *verdugada*, cambotas e duas portas, altar e sacristia de uma capela que possuía o morgado Diogo de Ornelas Frazão [631]. Timóteo António Marques e Manuel Valentim foram por certo trabalhadores nessa capela, para aparecerem como testemunhas no acto notarial.

Os inícios do século XIX marcam assim uma certa alteração de gosto na Madeira, com a divulgação da pintura decorativa de interiores, em que provavelmente teria trabalhado Timóteo Marques e de que encontrámos referência a outros artistas. Por esses anos, por exemplo, o proprietário Feliciano Filipe Silva contratou o carpinteiro José Nicolau para lhe construir uma casa na rua de Santa Maria [632]. Estando edificada, o pintor **João António Ventura**, morador na cidade do Funchal, fez um contrato com o referido proprietário, em 10 de Julho de 1812, para pintar por 110$000, pagos em dois prestações iguais, uma paga um mês depois de iniciada a pintura e outra depois de acabada.

O contrato especifica muito bem a obra em causa. Assim, o pintor daria o "*preto, verde, secante, tintas de diferentes cores finas, e o mais que for preciso*" e o dono da obra, "*o oleo, alvayade, agoarás, grude, e amarello que for preciso assim como os cavales e andames*" , pintando "*todas as madeiras com as cores agradaveis que forem do gosto e boa elleiçáo do mesmo pintor: a salla, e suas paredes seráo pintadas de cor azul, ou perola levando nos cantos do tecto alguns arabescos: o quarto de jantar e suas paredes, pintados de cor verde; e o gabinete cor de cana; e em todos os panos inferiores dos tres quartos assima declarados, porá aquellas côres que mais agradaveis forem; e nos cantos do tecto da torre, taobem fará alguá pintura de gosto, executando tudo com asseyo, e perfeiçáo*" [633].

Outro pintor que marcou a sua presença na Madeira foi Francisco Vieira, mais conhecido por **Vieira Portuense**, que foi nomeado em 1802 juntamente com o pintor Domingos Sequeira "*primeiro pintor da camara e da corte*", tendo ambos como principal obrigação dirigir as pinturas do Palácio da Ajuda. Era filho de um dourador e mercador de tintas, frequentando em Lisboa a aula de Joaquim Manuel da Rocha, viajando por vários países da Europa e regressando a Portugal em 1800 [634]. É considerado um pintor de transição, tanto na escolha de temas como no tratamento que deu à sua pintura, já reveladora de uma sensibilidade pré-romântica. Trabalhou temas da História de Portugal, alegorias, paisagens, e sendo atacado por uma pneumonia veio para a Madeira em Março de 1805 para tentar o restabelecimento de sua saúde "*por meio de mudança de ares*", e "*pelo seu ajustado comportamento, e acçoens*" a Corte pediu ao governador da Madeira que o atende-se

---

[631] Ibidem, L.° 1098, f. 91 v.° - 92 v.°: 11 Mai. 1803.

[632] Idem, L.° 1132, f. 24: 24 Ag. 1811.

[633] Idem, L.° 1135, f. 51 – 51 v.°: 10 Jul. 1812.

[634] Ob. cit. Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, p. 201 - 204.

benignamente [635]. No entanto, faleceu logo em Maio do mesmo ano, na casa de *pasto de Maria Watror*, com 40 anos de idade, sendo sepultado na Sé do Funchal [636], não se conhecendo até ao momento qualquer obra que executasse na Madeira.

O pintor **Francisco de Oliveira** em 1813 foi testemunha juntamente com Filipe Neri Fernandes e António de Freitas Olival que assinou a rogo de uma vendedora por não saber assinar, numa escritura de venda de uma casa de sobrado na Rua das Pretas que fez João Correia de Miranda, viúvo de Jacinta Maria, morador na Rua das Pretas, sua filha Rosa, solteira, e genro Nicolau Teixeira, viúvo de Joaquina Jacinta, a António de Andrade, solteiro, fanqueiro na rua do Sabão, morador na freguesia de São Roque [637]. Outro pintor em actividade na Madeira era **António João Henriques**, provavelmente *pintor de paredes*, pois ficou encarregado em Março de 1825 para pintar duas salas e duas varandas da casa da residência do Governador, com tintas aprontadas pelo tenente coronel inspector do Real Trem [638].

Outros dois pintores que muito provavelmente não deviam pintar quadros, mas sim paredes, pois ambos não sabiam assinar pelo que também não deveriam ter muito jeito para desenhar, eram **José de Andrade** [639] e **António da Silva**, também denominado com a profissão de "*pinteiro*". O último era filho de Domingos da Silva dos Santos, solteiro em 1810 / 1811, morador no bairro de São Paulo, na freguesia de São Pedro e recebeu de arrendamento de Maria Joaquina, por nove anos, pagando em cada ano 9$000, uma porção de terra situada no Lugarinho, Beco dos Aranhas, abaixo do cemitério. O contrato apresenta a condição de só poder fazer casa térrea e não de sobrado, "*sem poder fazer janela ou fresta para cima da terra dela foreira*", Dona Josefa [Teresa ?], que tinha aforado a Maria Joaquina, esposa de Manuel Henriques da Silva, moradores por detrás do beco dos Aranhas [640].

Alguns destes pintores aqui mencionados, provavelmente foram os autores de muitas das pinturas anónimas realizadas em finais do século XVIII e inícios do XIX e que abundam pelas igrejas e capelas madeirenses. Por exemplo na década de 60 do século XVIII, Luís Betencourt Albuquerque e Freitas havia fabricado uma capela dedicada a N.ª S.ª da Conceição, contígua às suas

---

[635] **ARM**, *GC*, L. 199, f. 21: 28 Mar. 1805.

[636] Idem, *Sé do Funchal, Livro de óbitos*, L.°19 (1795-1808), f. 218, 2 Mai. 1805.

[637] Idem, *RN*, L.° 1139, f. 22 - 24 v.°: 17 Set. 1813.

[638] Utilizou: 21 barris de alvaiade, 48 garrafas de aguarrás, 3,5 livras de secante, 11 onças de flor de anil, 6 libras de *verdacho*, 22 libras de ocre, 14 canadas de óleo, 3 libras de grude, ½ libra de *surapla*, 3 onças de *lacar*, 4 libras de *jalole*, 1 libra de *rocho terra* (**ARM**, *GC*, L.° 724, f. 372 – 372 v.°, 374 v.°: 1 e 11 Mar. 1825).

[639] Em 1815 foi test. juntamente com Manuel de Freitas (não sabia assinar, moço do apossado: António Vieira) numa escritura de posse de terrenos e benfeitorias que o alferes António José Borges e sua esposa Rita Perpétua venderam a António Vieira, morador no Caminho do Til, na freg. de Santa Luzia (**ARM**, *RN*, L.° 1143, f. 55 v.°: 9 Jan. 1815).

[640] **ARM**, idem, L.° 2263, f. 55 - 56 v.°, 122 - 123 v.°: 11 Dez. 1810 e 6 Fev. 1811). Foram test. na primeira escritura: o carpinteiro Valentim Pedro (não sabia assinar), solteiro e o ponteiro José Francisco Fernandes (não sabia assinar), ambos moradores na mesma localidade e ainda José Teixeira da Silva (sabia assinar), e na segunda escritura: António de Gouveia (não sabia assinar), natural da freg. de Santa Cruz e o tanoeiro André Ferreira (não sabia assinar), viúvo de Rosa Maria.

casas da rua da Carreira, na qual consta alguma pintura ao sabor típico da oficina do pintor Nicolau Ferreira [641]. A tela do camarim do altar mor da hoje igreja do Socorro, em Santa Maria Maior, de 1810 é feita por um dos seguidores da oficina de Nicolau Ferreira. Dispersos pelas capelas e arrecadações da torre da igreja do Colégio (algumas provenientes do Convento de São Francisco), existem algumas obras, em condições de conservação muito deficientes e datáveis desde o século XVII até meados e finais do XIX [642].

Do século XVIII e XIX existem ainda na capela de N.ª S.ª da Conceição, na vila de Câmara de Lobos, outras pinturas dedicadas à vida de Frei Pedro Gonçalves Telmo, que fazem parte de um conjunto de telas, muito provavelmente do século XVIII, ilustrando a vida do Santo, padroeiro dos marinheiros. O conjunto apresenta pelo menos mãos diferentes, sendo alguns trabalhos assinados por Nicolau Ferreira, de 1791 e outros por Bernes, já em 1908. [643].

Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, também se tentavam recuperar as pinturas realizadas em séculos anteriores quando o seu estado de conservação o permitia, mas o mais habitual era deitar fora as pinturas estragadas e fazerem-se novas. Podemos constatar alguns restauros, por exemplo em 1790, para a igreja de Santa Luzia, no Funchal, quando o quadro da Santa foi repintado (2$000), tendo a confraria de Santa Luzia comprado quatro "*escapullas para o dito*" ($300) [644]; e na igreja de Santa Ana, quando o balancete de 1817 foi aplicado "*para os quadros da Capela Mor que hoje se achão já danificados*" [645].

Os governadores e bispos da Madeira, para além de outras pessoas com alguma importância na sociedade madeirense, tinham o direito perpétuo de entrarem para irmãos da confraria de N.ª S.ª da Soledade [646], erecta no convento de São Francisco no Funchal. Nos registos de termos de entrada dessas entidades faziam-se iluminuras com desenhos decorativos onde constavam o respectivo brasão [647], o que nos mostra também a evolução do Barroco para o Neoclássico na Madeira. Por exemplo, em contraposição com as iluminuras barrocas [648], os termos

---

[641] Encontrando-se acabada a construção da capela, em 1770 Luís Betencourt Albuquerque e Freitas fez um dote anual à capela de 7$000, provenientes dos lucros de uma fazenda de frutos no Campanário, para reparos e manter os ornamentos da capela (**ARM**, *RN*, L.º 2232, f. 56 v.º - 57 v.º e 60 v.º - 61: 9 e 20 Abr. 1770). Vide fig. 83.

[642] Rui Carita, *O colégio dos Jesuítas do Funchal*, vol. II, Funchal, 1987, p. 167.

[643] Vide fig. 45 – 50, 114.

[644] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 326, f. 2 v.º. Neste período consertaram ainda o armário da Santa, e o tesoureiro da cfr. em tintas e ao trabalho do pintor pagou 3$350; em madeira para os ceroferários, cruz, tintas, prata, feitio dos ditos e para quem os prateou e pintou pagou 11$150. (ibidem, proc. 327, fl.2v.º: 1791). A cfr. do SS. pagou ainda 2$000 a Manuel Rodrigues por conserto de um ceroferário, 7$000 a Manuel Teixeira por um mastro e pintura (idem, *CON*, L.º 43, f. 9: 1785) e 10$200 no feitio de 6 castiçais dourados (ibidem, L.º 44, f. 6: 1786).

[645] Idem, *JRPC/CON*, cx. 9, proc. 696, f. 2. Ibidem, proc. 697, f. 2: 5 Out. 1817.

[646] Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a composição da História da Diocese do Funchal na ilha da Madeira*, f. 261; Transcrição e notas de Alberto Vieira, CEHA, SRTC, Funchal, 1996, p. 176.

[647] Em relação a outros brasões de armas, realizados ao gosto rococó vide as fig.s 115 – 118.

[648] Vide fig. 98.



Fig. 103 – Registo da entrada do governador Pedro Fagundes Bacelar de Antas, para irmão e presidente da confraria de N.ª S.ª da Soledade, erecta na igreja do convento de São Francisco, no Funchal (ARM, GC., L.º 246, f. 41: 1808).

de entrada dos governadores entre 1778 e 1814 [649] apresentam uma moldura decorada com motivos mais simplificados, predominando os motivos vegetais, florais e alguns pássaros, tudo trabalhado ao gosto rococó. Estas iluminuras foram evoluindo para um despojamento de decoração, ao gosto das características neoclássicas, como podemos constatar nas iluminuras de termos de entrada dos governadores entre 1816 e 1835 [650].

4.2. Caracterização

4.2.1. Os douramentos / marmoreados e pinturas aplicadas na talha

A talha como já vimos anteriormente, foi uma das formas artísticas mais beneficiadas pelo ambiente religioso da Contra-Reforma Católica, favorecida pelas potencialidades simbólicas do dourado, assistindo-se a uma grande produção a partir do século XVII. Terminada a obra de talha nos retábulos, frontais, sacrários, molduras, castiçais e outros objectos cultuais, era necessário prepará-la, pintá-la e dourá-la, aplicando-se folhas de ouro sobre uma base cuidadosamente preparada, o *estofo*. As igrejas eram enriquecidas visualmente com a aplicação de folhas de ouro, que era "*o mais precioso dos metais, uma substância para cujas qualidades físicas o tornam especialmente dotado para resistir à acção do tempo: é incombustível, não cria ferrugem, não tem cheiro nem sabor. Assim sendo, o dourado recria uma antevisão do próprio Céu, oferecendo ao crente a visão da eternidade*" [651]. Por vezes os douradores também prateavam alguns objectos de madeira, essencialmente castiçais, imitando a prata que era um material mais barato que o ouro.

Numa primeira fase, encontramos retábulos inteiramente cobertos assim a folha de ouro, sobre a qual se aplicava depois a policromia, como era tradição nos retábulos barrocos e que se estendeu até ao inicio do Rococó. Na Madeira encontramos retábulos com estas características na capela do SS. da Sé do Funchal, na capela mor da igreja de São Jorge, em Santana e na capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja matriz de São Pedro no Funchal [652].

Com o avançar do tempo, ao longo da segunda metade do século XVIII, ou seja, no apogeu das obras rococós na Madeira, estes dourados por toda a superfície dos retábulos deram lugar a

---

[649] João Gonçalves da Câmara (1778), Diogo Forjaz Coutinho (1782), e o bispo e governador Luís Rodrigues Vilares (1799/1800/01), José Manuel da Câmara (1801), Ascenso de Sequeira Freire (1804), Pedro Fagundes Bacelar de Antas e Menezes (1808) e Luís Beltrão de Gouveia de Almeida (1814). Vide fig. 99, 101 – 105.

[650] Florêncio José Correia de Melo (1816), Sebastião Xavier Botelho (1820), Rodrigo António de Melo (1822), António Manuel de Noronha (1823), Manuel de Portugal e Castro (1824), José Lúcio Travassos Valdez (1828), José Maria Monteiros (1829), Álvaro da Costa de Sousa de Macedo (1831) e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (1835). Vide fig. 106 - 113.

[651] Ob. cit. Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, p. 22. Numa primeira fase, primeiro era dourada e sobre o ouro é que se pintava, como trabalhava no século XVII a oficina de Manuel Pereira.

efeitos pictóricos a imitar determinados mármores, com a aplicação sobretudo dos chamados *marmoreados* nas partes lisas dos retábulos, limitando-se os dourados à aplicação nos relevos em talha. Em parte estes efeitos decorativos marmoreados valorizavam visualmente os retábulos, em detrimento da valorização visual proporcionada pela acumulação de elementos decorativos entalhados e que se foram simplificando, desaparecendo progressivamente com a chegada do gosto neoclássico.

Na Madeira não foi possível a utilização da pedra local na concepção dos retábulos [653], dado não só a dificuldade de trabalho, como a sua fraca capacidade decorativa, sendo a madeira o material por excelência da Região, mais económico e mais fácil de trabalhar. Com o advento do gosto "*à romana*", ensaiaram-se nos inícios do século XVIII algumas experiências com embrechados de mármores importados, mas nunca houve capacidade económica de os estender aos retábulos. Com o advento do gosto rococó e a estadia na Ilha de artistas estrangeiros, como Vila Vicêncio e depois Boaventura Béze, as colunas e algumas das partes lisas dos retábulos foram pintadas a fingir e até a recriar diversas categorias de mármore inacessíveis em Portugal Continental e muito menos no arquipélago da Madeira [654], como o *verte antico*, o *breccia* e o *lápis-lazúli*. Assim, embora as imitações de mármore não fossem uma novidade, com a divulgação do manejo dessas cores reproduzindo vistosas tonalidades, as mesmas tornaram-se numa das mais belas qualidades da arte dessa época [655].

Do Barroco ao Rococó, passou-se assim internacionalmente da preferência pelo mármore frio e o bronze pesado, para a intimidade e a elegância dos espaços. As cores solenes e mais graves, como o castanho e o púrpura, o azul escuro e o ouro, que no entanto nunca foram totalmente abandonadas na ilha da Madeira, são por vezes substituídos pelas cores leves e luminosas do pastel, cinzento, ocre, prata, verde *mignonette* e cor-de-rosa, aplicadas em diversos e por vezes muito bem conseguidos efeitos decorativos.

Na ilha da Madeira podemos observar alguns exemplos muito interessantes de pintura marmoreada no período Rococó. O dourador Boaventura Béze, por exemplo, para a capela do SS. da igreja de Santo António no Funchal, "*fingindo pedra em todas as colunas e o mais que for nesesario com a maior prefeisão que for posivel*" [656], aplicou um efeito marmoreado nas colunas e nalgumas partes lisas do retábulo e das paredes laterais, composto com pequenas formas elípticas

---

[652] Vide fig. 1.1, 1.2, 2 e 3.

[653] Embora tenha sido ensaiado, como no antigo retábulo da casa do capitão Nicolau Geraldo de Freitas Barreto, na Praça de Colombo (Palácio Marconi) e hoje reposto na mesma, conhecendo-se ainda outros exemplares, como o retábulo da capela da Piedade, no Museu das Cruzes.

[654] Mesmo assim a confraria do SS. da Sé importou de Londres mármore para a sua nova capela, curiosamente com características muito semelhantes ao mármore de Vila Viçosa.

[655] Robert C. Smith, *A talha em Portugal*, ob. cit., p. 133.

[656] **ARM**, *RN*, L.º 2077, f. 19 – 20 v.º. Idem, *JRPC/CON*, cx. 7, proc. 515, f. 3.

irregulares, num colorido em tons azuis claros, sendo a parte esculpida em dourado [657]. De igual modo foi decorada a capela de N.ª S.ª de Guadalupe da mesma igreja, mas apresentando um jogo de marmoreados azuis claros e rosas, o que lhe confere um aspecto algo mais feminino [658].

A 4 de Junho de 1804, a confraria da Senhora Santa [Isabel], erecta no convento de São Francisco do Funchal, representada por seu tesoureiro, João dos Santos Silva, contratou e ajustou com o pintor Filipe Caetano da Trindade para com as "*suas proprias maons e de seos ofeciais*" dourar, pintar a capela da confraria e "*fingir pedra, bornidas das cores mais agradaveis que a ele contratado lhe agradar*" [659]. Filipe Caetano foi ainda o responsável pelo douramento e pintura dos retábulos dos altares laterais da Sé do Funchal, realizando um contrato com as confrarias de Santa Ana / São Joaquim e de São José para dourar e pintar os respectivos altares das confrarias [660]. Nestes altares podemos observar tons que vão desde os castanhos avermelhados e azuis escuros, aos tons claros, tais como: castanhos, ocres , ocres rosados e azuis acinzentados, sendo estas cores aplicadas numa mancha de fundo e por cima desta cruzam-se linhas como que formando um padrão de linhas quebradas [661].

Ainda com efeitos de marmoreados são as colunas e alguns frisos do retábulo do altar mor da igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos, em tons azuis claros, trabalhados muito identicamente aos existentes na capela do SS. da igreja de Santo António, no Funchal. Os quatro altares laterais existentes na igreja de N.ª S.ª da Graça apresentam tons azuis e brancos, mas trabalhados em grandes manchas cromáticas, sem aquela minúcia decorativa existente nos altares das igrejas da Sé e de Santo António [662].

Entre os tons rosados acastanhados e azulados podemos ainda encontrá-los em diversas igrejas. Por exemplo, o retábulo mor da igreja de Santa Clara, no Funchal é em tons azulados e os altares laterais da mesma igreja em tons rosados acastanhados e brancos com pequenos apontamentos azuis [663]. O retábulo da capela mor da igreja do Monte, no Funchal é em tons azuis claros, uma capela lateral desta mesma igreja dedicada a N.ª S.ª, é em tons cinzentos acastanhados claros e os altares colaterais, em tons castanhos avermelhados escuros. Idêntico colorido é também utilizado na capela do SS. da igreja matriz da Ponta do Sol, tendo ainda esta capela uma barra curva no frontão e outra que acompanha as paredes laterais da capela em tons azuis [664]. Com tons rosados

---

[657] Vide fig. 6.8 - 6.12, 6.16 - 6.17.

[658] Vide fig. 6.18 - 6.21.

[659] **ARM**, *RN*, L.º 2102, f. 154 v.º - 155 v. Foram test. nesta escritura Gerardo da Conceição Silva e Manuel João de Freitas.

[660] Ibidem, L.º 2066, f. 125 - 126; idem, L.º 1072, f. 13 v.º - 15 v.º

[661] Vide fig. 7 - 7.11.

[662] Vide fig. 9, 9.8 - 9.9, 9.12 - 9.13.

[663] Vide fig. 13 - 13.4.

[664] Vide fig. 22, 22.1, 22.6 - 22.7, 10, 10.4 - 10.5.

acastanhados e brancos nas colunas e tons azulados na restante talha, é ainda o cromatismo utilizado no altar mor da actual igreja do Socorro, situada no Funchal [665].

Nos retábulos existentes nas igrejas matrizes do Caniço, Madalena do Mar, São Roque, retábulo mor da igreja de Santo António, os marmoreados estão ausentes e deram lugar simplesmente aos retábulos pintados de branco nas partes lisas, aplicando-se dourado nas partes entalhadas, proporcionando assim alguma dinâmica visual e equilíbrio em todo o conjunto dos retábulos [666].

O ofício de dourador e pintor de marmoreados, sendo um tanto activo em finais do século XVIII, entrou em decadência durante o XIX, por se construírem menos obras de talha e as poucas que se faziam, serem já em estilo Neoclássico. Passou assim a predominar cada vez mais as partes lisas e brancas em detrimento das partes entalhadas e douradas, como podemos observar nos retábulos proto-neoclássicos existentes na igreja matriz de Santa Cruz [667]. O mesmo haveria de afectar também os entalhadores, progressivamente substituídos por simples marceneiros.

4.2.2. A pintura de cavalete

Além do douramento e da pintura de marmoreados nos retábulos, no período Rococó temos ainda dois géneros de pintura em destaque: a pintura de cavalete, feita em oficina e transferida depois para as igrejas, capelas e outros locais, e a pintura de tectos, efectuada obrigatoriamente "*in loco*" [668].

O arquipélago da Madeira durante o período em estudo foi auto-suficiente em mão de obra de obras de pintura, contrariamente a períodos anteriores, sobretudo até meados do século XVIII, em que a Madeira adquiriu pinturas de oficinas estrangeiras e continentais, coabitando com algumas obras produzidas, provavelmente por pintores locais. Na segunda metade do século XVIII proliferaram as edificações e reedificações de igrejas, que disponibilizaram novos espaços para receber pintura, como as bocas das tribunas dos retábulos, as paredes laterais das capelas mores e as capelas erectas ao longo das naves pelas confrarias, o que permitiu o desenvolvimento de uma grande produção de painéis. Acrescia que o progressivo despojamento dos novos retábulos, igualmente levou à necessidade de encontrar um certo contraponto na pintura.

A situação no Continente entretanto havia mudado, pois um terrível terramoto varrera a cidade de Lisboa e levara ao encerramento, pelo menos durante um certo espaço de tempo, das oficinas de pintura que até então tinham produzido para a Madeira. O aparecimento e

---

[665] Vide fig. 23.1.

[666] Vide fig. 5, 5.8 - 5.9; 4, 4.3, 4.6, 4.9; 11 - 11.11; 6 - 6.3.

[667] Vide fig. 12, 12.4 - 12.9.

[668] Sobre a pintura de tectos vide o capítulo referente ao pintor João António Vila Vicêncio.

desenvolvimento das oficinas regionais nessa época e a ausência na Madeira de pinturas realizadas no continente português na segunda metade do século XVIII, pode talvez ser explicada pelos motivos atrás apontados.

Sobretudo pela acção das confrarias, os pintores madeirenses, e especialmente a oficina do pintor Nicolau Ferreira Duarte receberam então inúmeras encomendas. Estas instituições maioritariamente com poucos recursos económicos, também não podiam encomendar quadros aos pintores mais prestigiados do Continente ou do estrangeiro, pelo que optaram pelo produto local, mais barato e mais rápido. Nicolau Ferreira e sua oficina envolveram-se assim numa produção verdadeiramente frenética, trabalhando quase que em série para poder dar resposta às encomendas, embora em notório prejuízo da qualidade da pintura produzida.

Os encomendantes não eram no entanto muito exigentes na qualidade técnica, pois a função destes quadros era mais sugerir a ideia da mensagem a representar, mais ilustrativa e decorativa do que propriamente pedagógica, ou para mostrar estatuto de riqueza, contrariamente à pintura de devoção e didáctica realizada em períodos anteriores. Daí que os pintores madeirenses, aceitando qualquer tipo de encomenda, não se preocuparam muito com o esmeramento na reprodução de pormenores, porque demorariam muito tempo na sua execução e consequentemente, elevaria o preço. Daí a representação simples, repetitiva e tradicional das cenas e a pobreza dos materiais, sofrendo assim a pintura um retrocesso ao longo do século XVIII e XIX na Madeira, que não ultrapassou uma certa mediocridade de oficina.

Esta decadência da qualidade não foi só na Madeira, mas também em Portugal Continental na segunda metade do século XVIII, a pintura de um modo geral foi "*dominada pela figura de um «fa presto», um homem que aceitava qualquer tipo de encomenda e por qualquer preço*" [669], proliferando a quantidade em detrimento da qualidade. Já em finais do século XVII a pintura portuguesa modificara-se, enriquecendo a sua paleta e gradualmente libertara-se da influência espanhola, procurando outras fontes de referência, nomeadamente italianas. Estas transformações não implicaram contudo um acréscimo de qualidade e na verdade continuaram a imperar esquemas pictóricos medianos. Existe um conhecimento de um elevado número de pintores que em Lisboa e pela província exemplificam esta situação, havendo somente um pequeno grupo que conseguiu alguma notoriedade [670]. Refira-se também que segundo o Concílio de Trento, o perfil ético das

---

[669] Ob. cit. Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, vol. 3, p. 145. Em Portugal com a consolidação do tesouro real nos inícios do séc. XVIII (ouro do Brasil), Portugal durante o séc. XVII e primeira metade do XVIII, procedeu à importação de pintores para trabalharem em Portugal, com a intenção de D. João V estruturar em modelos e práticas europeias a pintura portuguesa. Estes artistas destinavam-se a suprir carências internas e ao mesmo tempo serviam de complemento de informação visual para os pintores portugueses. Não eram grandes talentos os estrangeiros, mas foram vários os artistas que demandaram Portugal, provenientes de Itália, Espanha e França. Refira-se também que alguns artistas portugueses foram aprender a pintar no estrangeiro, especialmente em Roma (idem, p. 137).

[670] Paulo Pereira (direcção de), *História da Arte Portuguesa*, ob. cit., vol. 3, p. 133.

imagens deveriam ter prioridade sobre os valores estéticos, o que não deixou de ser cumprido nas pinturas realizadas na Madeira.

Acrescia que o acervo e manutenção das capelas mores era da responsabilidade do Monarca, só que nem sempre o dinheiro enviado pela Fazenda Real era suficiente para as obras realizadas, pelo que muitas vezes as confrarias da igreja, sobretudo do Orago e do SS., tinham de colaborar nas despesas. Ora para estas confrarias, bem como para as que eram erectas ao longo do corpo da igreja, era mais fácil encomendarem as obras aos pintores locais. Pelo contrário, quando era a Fazenda Real a responsável pela empreitada dos quadros, geralmente tiravam-se localmente as medidas dos espaços e depois enviavam-se de Lisboa os quadros pintados [671].

Estes factores não explicam no entanto totalmente este retrocesso na pintura e também é necessário ter em conta a falta de recursos técnicos dos pintores locais, que muito provavelmente nunca se ausentaram da Ilha. Eram autodidactas, aprendiam uns com os outros através dos mestres mais experientes, ou pintavam com base na observação das pinturas que se encontravam espalhadas pelas igrejas madeirenses e através das estampas que circulavam pela Madeira.

As pinturas executadas na Ilha, talvez por não envolverem preços exorbitantes e o produto das oficinas dos pintores ter saída no mercado, não se encontrou qualquer escritura de contrato que envolvesse pintura de quadros nos documentos dos registos notariais consultados. O mesmo não se passou no entanto, com a execução e o levantamento dos retábulos de talha, que por envolverem outra responsabilidade e encargo económico foram muitas vezes registados.

Abordando a pintura madeirense neste período e de um modo especial a de Nicolau Ferreira e da sua oficina, que foi sem sombras de dúvidas o pintor que mais produziu em finais do século XVIII na Madeira, pode-se afirmar sem exageros, que em quase todas as igrejas do arquipélago madeirense existe um quadro seu ou atribuído à sua oficina, contabilizando-se perto de cinquenta telas assinadas e algumas mais largas dezenas atribuídas à sua oficina. Refira-se que as obras produzidas na Madeira por esta oficina não diferem muito umas das outras, embora se consiga distinguir diferentes "*mãos*" a nível técnico e cromático [672].

Na igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço, por exemplo os painéis existentes nos altares colaterais, sendo um deles (pintura colocada no lado inferior do retábulo) assinado pelo pintor Timóteo António Marques, apresentam uma técnica pictórica um pouco diferente das que se encontram assinadas por Nicolau Ferreira e executadas nos últimos anos do século XVIII. Por

---

[671] Por exemplo em 1749, para um painel para se colocar na capela mor da igreja de São Pedro no Funchal, a Fazenda Real mandou tirar as medidas ao espaço para se mandar fazer em Lisboa o painel (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 974, f. 24 – 24 v.º: 7 Jun. 1749), embora não saibamos se chegou a vir, dada a informação do Provedor sobre o trabalho de José António da Costa, como já escrevemos.

[672] Vide anexo 6. Seria interessante realizar um inventário pormenorizado das obras deste período e um estudo bem aprofundado, comparando as diversas pinturas entre si e quais foram as obras e gravuras que serviram de base às pinturas, o que nos era impossível realizar num trabalho deste âmbito, mas que seria interessante para a descrição e melhor compreensão da pintura neste período.

exemplo as figuras dos anjos representadas nestes quadros apresentam um contorno bem demarcado linearmente, a personalidade e os cânones das figuras é diferente e o quadriculado do chão representado apresenta uma perspectiva mais acelerada que os quadriculados que Nicolau Ferreira habitualmente representava nas suas pinturas. A modelação dos panejamentos, sobretudo nos contornos entre as personagens e os planos de fundo apresentam algumas falhas na modelação, o que difere de algumas assinadas por Nicolau Ferreira. Nas pinturas da igreja do Caniço o panejamento é mais rude, as cores mais "*sujas*", há um gosto pelas nuvens arredondadas e pelas transparências.

As pinturas existentes no tecto em abóbada de meia cana da capela mor desta igreja apresentam uma composição em forma de cruz, sobre um fundo branco, tendo nas pontas formas circulares decoradas com motivos vegetalistas em tons azuis e ocres; no centro está representado a pomba do Espírito Santo envolta de anjos e em baixo Santo Antão, tendo as figuras um tratamento semelhante aos painéis existentes nos altares [673]. Provavelmente estas pinturas foram feitas todas pela mesma altura, pois nunca mais se realizaram quaisquer pinturas para o tecto da nave principal, que se encontra em branco, ou mesmo para se colocarem nas paredes do corpo da igreja.

Os pintores na Madeira a nível temático, de acordo com uma pedagogia exaltadora da História das ordens religiosas, promoveram séries com a vida dos respectivos santos, enquanto as irmandades e colegiadas lhes seguiram o exemplo, buscando outra iconografia, desde a vida de Cristo à da Virgem. Não houve grandes alterações a nível temático nas pinturas realizadas na Madeira neste período, ao contrário do que alguns pintores faziam na Europa em que se procurava representar a mundanidade e o aristocracismo, com graciosidade decorativa, fantasia e erotismo. Na Madeira continuou a representação dos temas da pintura religiosa, permanecendo ainda parte do teatral, heróico e dramático, realista e popular dos temas barrocos.

Como é natural num país como Portugal, em que D. João IV aclamou N.ª S.ª da Conceição como padroeira e protectora do país, a temática Mariana é representada com muita frequência pelos artistas portugueses a partir do século XVII, como também aconteceu na ilha da Madeira onde esta temática ocupou um lugar destacado na iconografia da pintura de Nicolau Ferreira. Para além de N.ª S.ª da Conceição, também encontramos outras variações na representação de N.ª S.ª consoante o templo de que era padroeira. Muitas vezes encontramos séries de seis a oito painéis historiando os passos fundamentais da vida de Maria, como o Nascimento, a Apresentação, a Anunciação, a Epifania, a Imaculada, a Ascensão, etc., como podemos observar na capela de N.ª S.ª da Boa Morte da igreja de São Pedro no Funchal e na capela mor da igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal [674], entre outras.

---

[673] Vide fig. 5.1, 5.8 – 5.9, 71 – 73.

[674] Vide fig. 34 - 39, 58 – 59, 61.

Cenas da vida de Jesus foram igualmente bastante representadas por Nicolau Ferreira, desde o Nascimento, a Adoração dos Reis Magos, a Fuga para o Egipto, etc. [675]. Outros temas bíblicos também foram representados, tais como representações do Inferno e alusivos à vida mundana dos imperadores romanos. Encontramos por exemplo estes motivos na capela do SS. na igreja da Ponta do Sol e na capela mor da igreja de São Jorge em Santana, onde estão representadas nesta última igreja, entre outras cenas: "*S. Jorge diante do imperador Diocleciano*", "*No Templo de Apolo*", "*S. João Baptista diante de Herodes*", "*Degolação de S. João Baptista*" e "*Lictor oferecendo a Salomé a cabeça de S. João Baptista*" [676].

Os grandes centros de produção artística e que delinearam as bases das directrizes do rococó, nomeadamente a França e a Alemanha (Augsburgo), incrementaram grande influência por todo o espaço em que se desenvolveu este estilo, sobretudo através de estampas gravadas [677]. As gravuras e estampas artísticas que circulavam na Madeira desempenharam um papel muito importante junto dos pintores e oficinas madeirenses. As obras gravadas serviram de referência à produção pictórica de muitos artistas, sendo utilizadas pelos pintores "*menores*" ou de província e também pelos grandes e mais conhecidos, mesmo internacionalmente. Isolados na Ilha e estabelecidos na simplicidade de suas oficinas, os pintores madeirenses recorreram muitas vezes às gravuras que circulavam, desde as existentes nas igrejas, às pertencentes aos clientes ou às suas oficinas, no sentido de seguir esquemas iconográficos, composições e figuras [678].

Sob o apertado controlo da Igreja desde o Concílio de Trento, estas estampas eram gravadas como forma de doutrinar os ignorantes, tornando-se num instrumento de fé e propaganda, circulando desde a sociedade mais elitista, às classes mais desfavorecidas, que sem possibilidades de possuírem uma pintura religiosa em casa, compravam estas imagens como elementos de desenvolverem a sua fé e os aproximarem de Deus. Se tomar-mos alguns exemplos em inventários dos séculos XVII e XVIII e onde são referidas estampas e "*imagens de papel*", confirma-mos que na Ilha era comum possuírem-se estampas gravadas [679]. Nalgumas capelas da Madeira existiam igualmente gravuras, como podemos constatar no inventário do recolhimento do Bom Jesus, realizado em Janeiro de 1904, onde foram identificadas algumas imagens em papel e o padre Eduardo Pereira, em 1950, afirma ter descoberto na capela de N.ª S.ª da Saúde "*um tesouro de arte religiosa representado por mais de um milhar de Registos ou Estampas*", que alvitra que poderiam

---

[675] Vide fig. 40, 41, 46 – 48, 60, 63 – 64.

[676] Vide fig. 29 – 33, 65 - 70. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 745, 752.

[677] Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, ob. cit., p. 91 – 94.

[678] Compare-se por exemplo as semelhanças entre a pintura "*O Verdadeiro retrato de N.ª S.ª do Monte*" (vide fig. 79) e a gravura a buril de Francisco Gregório de Assis e Queirós (fig. publicada em ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 125). Seria interessante fazer um estudo aprofundado das gravuras e quadros que serviram de base à pintura dos quadros realizados nesta época na Madeira.

[679] Cit. ob. cit. Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, tese de mestrado em História da Arte, p. 85.

ter vindo do antigo convento de S. Francisco de Santa Cruz [680]. A confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro no Funchal mandou mesmo vir estampas de Lisboa, entre 1828 e 1830, pelo menos, para uma maior divulgação da devoção de Nossa Senhora [681].

Os pintores madeirenses não revelaram assim muita originalidade ao conceberem os seus trabalhos, que seguem um esquema iconográfico já longamente explorado pela pintura nacional e internacional. A clientela imponha também modelos temáticos aos artistas e deviam-se socorrer também das estampas e gravuras como indicação do que desejavam. Os pintores teriam no entanto um certo espaço de liberdade no que concerne às variações interpretativas, podendo criar composições, proceder à "*colagem*" de imagens provenientes de várias gravuras, tais como pequenos pormenores como mãos, rostos, cenários arquitectónicos e paisagísticos, introduzindo por vezes novos elementos consoante o tema do quadro. A passagem de um desenho gravado, basicamente linear e estrutural, para uma pintura a óleo exigia igualmente do pintor uma perícia e capacidade técnica para resolver problemas na modelação, de transformá-los, adaptá-los e interpretá-los, conciliando as capacidades inventivas com as habilidades técnicas.

A composição de "*Nossa Senhora da Piedade*", pintada por Nicolau Ferreira e existente na igreja do convento de Santa Clara, segue quase na integra a gravura que serviu de modelo a um quadro de Martim Conrado (1653) existente na capela de São José, na Camacha [682], seguindo o mesmo esquema compositivo, a postura do corpo de Cristo, a posição das figuras da Virgem, de São João e de Madalena. Já a paisagem de fundo sofreu algumas modificações, suprimindo os anjos existentes no quadro de Martim Conrado, aliás como este pintor do XVII fez na versão que executou depois para a matriz do Porto Santo [683].

O espaço de criatividade e originalidade do pintor são diminutos, no entanto, Nicolau Ferreira tem uma certa marca pessoal através da qual é possível identificar o estilo técnico e estético empregue nas pinturas. O pintor recorre à grandiosidade dos cenários arquitectónicos da prestigiada linguagem clássica europeia nomeadamente italiana, que também se encontra visível nos panejamentos e nas neblinas dos fundos. Nos cenários arquitectónicos e paisagísticos, Nicolau Ferreira integra as personagens em pose convencional e estática, geralmente em esquemas

---

[680] Eduardo Pereira, "Arte religiosa", rev. *DAHM*, vol. VIII, n.º 41, 1971, pp. 5 e 13. Cit. Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, tese cit., pp. 85 - 86.

[681] **ARM**, *GC*, L.º 227, f. 99, 102. No ano de 1827 - 28 pagou 2$000 em estampas e no ano de 1829 - 30 gastou $600.

[682] Vide fig. 72 e Rita Maria Camacho Correia Rodrigues, idem, p. 151. Outro exemplo de cópia de quadros é a tela "*Nascimento de Nossa Senhora*" que provavelmente é cópia de um quadro existente no Museu de Arte Sacra e proveniente do Convento de Santa Clara, que por sua vez já será cópia de um existente na igreja do Colégio na capela de Santa Quitéria que não difere muito de um existente na capela de N.ª S.ª do Pópulo (proveniente do convento de São Francisco), como também de um existente na capela de São Paulo. Cit. Rui Carita, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal. Descrição e Inventários*, vol. II, Funchal, 1987, p. 91.

[683] O mesmo se passou com Bento Coelho da Silveira e a mesma representação, na *Piedade* que assina na capela do Museu das Cruzes.



Fig. 79 – **A Imaculada Conceição, São Joaquim e Santa Ana**, realizado pelo pintor Nicolau Ferreira, 1799, igreja do convento de Santa Clara, no Funchal.

composicionais que privilegiam a linha vertical, contrariamente à utilização da linha diagonal que conferia um certo dinamismo às pinturas do Barroco.

As personagens representadas com mais naturalidade e harmonia na expressão, são trabalhadas por Nicolau Ferreira com uma razoável modelação de claro / escuro, embora com algumas desproporções e defeitos anatómicos, naturais num pintor que privilegiou a quantidade em detrimento da qualidade. Geralmente as figuras ocupam uma escala diminuta em relação aos grandes cenários que as envolvem e são dispostas nos quadros todas num mesmo plano, sendo muito rara a utilização de personagens em planos secundários.

Ao seu desenho fraco e mesmo defeituoso, o pintor contrapõe um intenso colorido que disfarça numa primeira análise do observador e dos fiéis os defeitos anatómicos das figuras. Utilizava uma paleta repetitiva, com pouco contraste e baseada em cores sem muitas *nuances*, predominando os tons ocres, avermelhados, azuis e brancos. O equilíbrio entre as figuras e os fundos, o ritmo seguro na composição e a relação entre as figuras, a explicitação da acção em termos simples e um colorido agradável parecem ser os ingredientes da receita utilizada, possuindo quase todas as pinturas que realizou características técnicas e composicionais muito semelhantes entre si. Por exemplo, seguem orientações idênticas os quadros existentes na capela de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro; capela mor da Sé do Funchal, capela mor da igreja de N.ª S.ª do Monte e na capela de N.ª S.ª da Conceição, em Câmara de Lobos [684], assim como em quadros marianos existentes hoje no Museu de Arte Sacra do Funchal.

Nicolau Ferreira deixou uma obra pictórica prolixa e repetitiva, na sua maioria deixando muito a desejar pela sua fraca qualidade e defeitos anatómicos, mas por vezes alcançando uma certa qualidade média. Do seu espólio destacam-se alguns núcleos mais significativos e de melhor qualidade. É o caso dos quadros existentes na igreja do convento de Santa Clara, no Funchal, versando sobre a vida da Virgem, Cristo, São José e Santo António, onde as figuras e os enquadramentos revelam a adopção de esquemas clássicos, no seguimento das gravuras e pinturas que lhe estão na origem [685].

---

[684] Vide fig. 34 - 43, 45 - 50, 58 - 61.

[685] Vide fig. 76 - 79.

4.3. A aula de desenho e pintura no Funchal e seus protagonistas

Na Madeira funcionou uma aula de desenho e pintura em inícios do século XIX [686], realizando o professor que a leccionou, Joaquim Leonardo da Rocha e alguns alunos, diversas pinturas sacras e profanas, mas sobretudo retratos. O pintor Joaquim Leornardo da Rocha tinha acompanhado em 1783 o bispo de Pequim em viagem para ir em "*serviço do Imperador da China*", por ordem do monarca português. Leonardo da Rocha não respeitou muito bem a ordem e decidiu ficar em casa do cônsul francês em Macau, Mr. Vialhard, que lhe teria sugerido para não seguir para Pequim. O Rei tendo conhecimento do caso, mandou prender o pintor e remetê-lo para Portugal [687].

Considerado em inícios do século XIX "*hum dos bons pintores da Segunda ordem, que havia em Lisboa*", refugiou-se em 1807 para a ilha da Madeira, a fim de fugir às tropas invasoras francesas. Havendo sempre sobejos do subsídio literário destinado ao pagamento dos mestres que leccionavam na Madeira, que davam para mais um ordenado e respondendo ao desejo dos "*habitantes de maior distinção da Ilha*" e, sobretudo, por grande acção do governador Pedro Fagundes Bacelar, pediu-se ao Rei o estabelecimento de uma cadeira de Desenho e Pintura no Funchal, "*para enriquecerem a educação de seus filhos com as ideias desta Arte liberal, e também se poder aproveitar dela a mais mocidade*" [688].

O pedido foi aceite por Carta Régia de 7 de Julho de 1809, sendo Joaquim Leonardo da Rocha nomeado mestre de Primeiras Letras e Lente de Desenho da cidade do Funchal, com obrigação de dar uma aula pública de desenho, três ou quatro vezes por semana, em lugar, dias e horas que o Governador determinasse. Tinha um ordenado anual de 300$000, que era o que recebiam os professores das cadeiras de Primeiras Letras e os outros professores régios [689], a que veio a juntar ainda a regalia de ter também casa paga para morar [690]. Posteriormente foram-lhe passadas cartas régias por três anos para continuar no dito cargo [691], leccionando até 1825, ano em que faleceu.

A seu pedido de 1812 "*para melhor poder subsistir n'hua terra como esta de tanta carestia, (...) não póde manter-se unicamente com 300$000, que percebe: a assuidade no desempenho das suas obrigaçoens, o recomendáo; e o trabalho porque peça, hé justamente o que*

---

[686] Fora de Portugal Continental, também estiveram em funcionamento outras Aulas de Desenho em inícios do séc. XIX, como na colónia portuguesa do Brasil. Ob. cit. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, *O rococó religioso no Brasil...*, p. 178.

[687] Correspondência oficial de Goa com o Governador de Macau: 22 Abr. e 6 Mai. 1785. Cit. "A propósito da "Aula de Desenho e Pintura: As catorze Figuras duma Tela", rev. *AHM*, vol. I - II p. 70 - 71. Leonardo da Rocha nasceu em 1756, matriculou-se com 25 anos na aula de desenho regida em Lisboa por seu pai, Joaquim Manuel da Rocha, que possuía uma certa nomeada na sua época e a que já fizemos referência quando escrevemos sobre Vieira *Portuense*.

[688] **ARM**, *GC*, L.° 203, f. 130 v.° - 131: 24 Abr. 1809. Cit. João Cabral do Nascimento, "Criação e Funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal", rev. *AHM*, vol. I - II, 1931, p. 35.

[689] Ibidem, L.° 199, f. 64: 7 Jul. 1809; idem, L.° 200, f. 3: 20 Mai. 1813; L.° 978, f. 93: 23 Out. 1809.

[690] Idem, L.° 726, f. 33.

[691] Idem, L.° 205, f. 132 v.°: 27 Ag. 1813. Idem, f. 161: 16 Out. 1816. Idem, L.° 201, f. 40 v.° - 41: 7 Abr. 1824. Entre 1819 e 1822 foi-lhe concedido Carta por mais três anos (idem).

corresponde a setenta descipulos, que actualmente tem, e a quem hé obrigado a dar tres liçoens por semana" pediu aumento do ordenado, sendo-lhe aumentado em 100$000, o que melhoraria a sua situação e seria "*também hum meio de se exforçar mais, e mais no adiantamento dos Alumnos, que para o serem corre á porfia a mocidade de toda desta importante Colonia*", sendo assim mais proporcionado ao trabalho [692].

Em finais da década de 20, já extinta a cadeira, referia-se que esta tinha um ordenado de 600$000 / 660$000 e que este era mal gasto, afirmando então o governador D. Manuel de Portugal e Castro que Leonardo da Rocha "*era dotado de náo vulgar habilidade, mas náo possuia os conhecimentos scientificos da Arte que professava*" [693].

Embora não muito distante, esta aula funcionava separadamente das outras existentes no Funchal, porque "*havendo destinado para ella as Casas que encontrei com as necessarias proporçoens, e de mais commudo aluguer, visto que o lugar que serve para as outras Aulas não offerecia tudo quanto demanda huma de tal naturesa* (...) *em resultado que há já bastantes descipulos admitidos, sem que para isto interviepse a mesnor deligencia, e pelo desejo que toda a Mocidade manifesta de entrar nesta aplicação*" [694].

A Aula estava debaixo da superintendência do governador da Madeira e este para o bom funcionamento e ordem da mesma, criou em 1810 umas *Instruções*, onde constavam as normas de funcionamento, tais como os dias e horas das aulas, castigos e prémios, sendo posteriormente aprovadas pelo Monarca [695]. Para uso na aprendizagem dos alunos o pintor escreveu também um folheto de carácter didáctico [696].

Em Janeiro de 1822 o Governador pediu ao pintor uma lista com os nomes dos discípulos que frequentavam a aula, dos matriculados, e no fim de cada semestre uma relação da aplicação e do comportamento dos mesmos [697]. Em Fevereiro 1825 ordenava ao almoxarife do Real Trem para entregar ao pintor uma lista de materiais: duas grosas de lápis preto de França para desenho; cinquenta folhas de papel imperial de diversos tamanhos para desenho; meia resma de papel ordinário em folha grande e uma resma de papel ordinário, do comum [698]. O governador da Madeira, Sebastião Xavier Botelho visitou a Aula em 1819 e afirmava que havia "*no Funchal uma*

---

[692] Idem, L.º 198, f. 60 v.º - 61: 3 Mar. 1812. Idem, L.º 200, f. 3: 20 Mai. 1813. **IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º 978, f. 157: 20 Maio 1813, Rio de Janeiro.

[693] Idem, L.º 727, f. 68. Idem, L.º 728, f. 110 v.º: 18 Março 1828.

[694] Idem, L.º 203, f. 151: 4 Abr. 1810.

[695] Ibidem, f. 151 e 176: 4 Abr. 1810 e 7 Mai. 1811. Idem, L.º 199, f. 87 v.º: 4 Ag. 1810; f. 103 – 103 v.º: 2 Set. 1811. Vide as instruções transcritas in "Criação e Funcionamento...", art. cit., pp. 37 - 39.

[696] Existia um exemplar na Escola Industrial do Funchal, oferecido pelo professor, o reverendo Fernando Augusto da Silva intitulado: *Medidas Generais / Do / Corpo Humano, / Arranjadas em Dialogo, / E / Methodo Facil, / Para Uso / Da / Real Aula / De Desenho, e Pintura / Da / Ilha da Madeira / Em 1810. / Lisboa.* Cit. "Criação e Funcionamento...", idem, p. 42.

[697] **ARM**, *GC*, L.º 713, f. 483 v.º: 21 Jan. 1822.

[698] Ibidem, L.º 724, f. 364 v.º: 1 Fev. 1825.

Aula de Desenho com bom mestre e bons discipulos", ao contrário das aulas de latim, retórica e filosofia moral e racional, que se encontravam desertas e abandonadas, porque os alunos não tinham interesse em frequentá-las [699].

Enquanto Leonardo da Rocha esteve a ensinar na Madeira, deixou-nos algumas pinturas, basicamente e ao que conheçamos, alguns retratos de morgados, pois ainda não foi efectuado o levantamento da sua obra. Em 1817 *renovou* por 60$000, dois retratos do rei D. João VI, em princípio ambos a meio corpo, um então na sala da Junta da Real Fazenda e outro, no Palácio de São Lourenço, residência do governador [700].

A residência do governador tinha uma sala própria armada de seda carmesim, com dossel e debaixo dele, a "*Real Efígie dos Senhores Reis de Portugal*", afirmando Sebastião Xavier Botelho que "*quando entrei no Governo achei esta casa em paredes nuas, com docel velhissimo, hum Retrato de Meio Corpo, feito nos principios da Regencia de Sua Magestade emquanto Principe Regente, e pedindo-se cortinas, e sanefas emprestadas naquelles dias em que se cumpria patentear a Salla portão plauzivel, e sagrado motivo. Deo cauza a este dezarranjo a alteração que o meu antecessor Florencio José Corrêa de Mello houve de fazer para receber a Serenissima Princeza Real, e não restabeleceo por falta de tempo. Eu a mandei compôr, e ornar, como convem ao seu destino, e como aquella que guarda em si o Retrato da Sagrada Pessoa de El Rey Nosso Senhor* [D. João VI], *o qual Retrato mandei fazer em grande, e com molduras correspondentes.*" [701].

A descrição acima refere o retrato pintado já em 1819 a óleo sobre tela (120 x 190 cm), representando o Rei num plano de corpo inteiro, representado com vestiário de homem de salão, num interior palaciano com a mão sobre a mesa referencia uma pose frequente em audiências e recepções. A mesa é aliás sinal de majestade e justiça, tal como a cortina drapeada por detrás da figura [702]. Pintou ainda um retrato de D. João VI mais tarde, tendo no verso da tela de 77 x 64 cm, a inscrição "*Joaq.^{m} Leonardo da Rocha Professor Regio de Desenho e Pintura fecit; na ilha da Madeira, em 1824*" [703].

Fez ainda vários retratos de meio corpo, dando destaque à reprodução dos tecidos e seus ornamentos, nomeadamente no do 1.º Conde de Carvalhal, de D. Matilde Augusta de Medina e Costa, do capitão Jacinto Feleciano de Oliveira e do brigadeiro Jorge Frederico Lecor [704]. Pintou

---

[699] "Criação e Funcionamento...", art. cit., p. 40.

[700] **ARM**, *GC*, L.º 713, f. 157 v.º: 17 Out. 1817.

[701] Vide fig. 89. **ARM,** idem, L.º 202, f. 192: 25 Maio 1820.

[702] "Retrato de D. João VI", rev. *DAHM*, n.º 1, Funchal, 1950, p. 7.

[703] "Criação e Funcionamento...", idem, p. 41. Aquando da escrita deste artigo na rev. do AHM a tela estava na posse do sr. Rui Silva.

[704] Vide fig. 85 - 88. 1.º Conde de Carvalhal, 86 x 69 cm, assinado Rocha, 1818 no fundo da tela à esquerda (pertencia ao Dr. Rui da Câmara); capitão Jacinto Feliciano de Oliveira, 65 x 53 cm, 1825, assinado J. L. Rocha, no fundo à direita, (pertencia ao autor desse artigo: João Cabral do Nascimento e hoje ao Eng. Crawford Cabral), D. Matilde Augusta de Medina e Costa (esposa do referido capitão), 65 x 53 cm, 1825 (idem), e um retrato do brigadeiro Jorge

ainda uma tela representando "*a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição do Ilhéu, de bandeira branca, vendo de perto a pôpa e o mastro da ré duma nau de guerra inglesa, de bandeira vermelha e flâmula; o trabalho de talha da pôpa da nau está admiràvelmente reproduzido – um barco remado por marítimos madeirenses conduz de bordo para terra uma porção de casacas vermelhas*" [705], existindo ainda actualmente no Palácio de São Lourenço, no Funchal alguns retratos com uma técnica semelhante aos realizados por Leonardo da Rocha, infelizmente repintados nos meados do século XX e hoje quase irreconhecíveis.

Tendo falecido Leonardo da Rocha a 9 de Maio de 1825, a referida aula de Desenho e Pintura, também denominada de Pintura Histórica, achava-se vaga e sem professor. Para preencher a vaga houve dois pintores pretendentes: João José do Nascimento e Filipe Cardoso da Costa e [Cunha] Melo, que competiram entre si para serem providos no lugar de professor da dita aula.

Filipe Cardoso [706], natural da Madeira para obter o referido cargo propunha-se receber o mesmo ordenado do falecido professor e ceder metade a Eusébia Barbara Valadas da Rocha, viúva do falecido professor, que estava "*em huma idade bastantemente avançada, e falta de todos os meios concernentes á sua subsistência para o resto da vida*" e que pedia metade do ordenado de seu marido enquanto fosse viva. Não foi atendido, pois o Governador recomendou ao Rei para não aceitar o pedido, porque existia um grande número de pessoas nas mesmas circunstâncias e que poderiam requerer igualmente iguais graças se esta fosse aprovada [707]. Filipe Cardoso para obter o lugar argumentava ainda que em concorrência com outros alunos, ganhara o primeiro prémio no ano de 1824, tinha habilidade "*bem notoria na dita Ilha*" e tinha servido gratuitamente sete anos de praticante da contadoria da Real Junta da Fazenda" [708].

João José do Nascimento, natural de Machico, fora aluno nas Aulas de Desenho da Corte durante quatro anos [709], não completando o curso pela invasão das tropas francesas. Concluiu depois o curso na Madeira com o professor Leonardo da Rocha, sendo também premiado nessa aula. Este pintor queria que se procede-se na Ilha ao indispensável concurso em que "*pertende entrar, para*

Frederico Lecor, 88 x 75 cm, 1817 (pertencia à família da sr.ª D. Laura de Castro Soares e hoje no Museu das Cruzes). Cit. "Criação e Funcionamento...", idem, p. 41.

[705] "A propósito da «Aula de Desenho e Pintura» As catorze Figuras duma Tela", rev. *AHM*, vol. I - II, p. 70. Tela que estava em poder de [Carlos de Carvalho], numismata e arqueólogo (s/ data, assinado J. L. Rocha, 80 x 58 cm).

[706] F.º de Francisco Januário Cardoso de Melo, provedor do Conselho do Funchal em 1834. Seu pai o legitimara, juntamente com uma irmã, D. Emília, em 1818, tendo sido a legitimação aprovada por D. João VI em 12 de Out. 1818 (Arquivo da C.ª, RG, T.º 14, f. 221 v.º: cit. "Criação e Funcionamento...", art. cit., p. 43.). Refira-se que até ao momento ainda não conseguimos identificar qualquer trabalho deste pintor.

[707] **ARM**, *GC*, L.º 718, f. 31 v.º: 16 Nov. 1825.

[708] Ibidem, L.º 727, f. 59 v.º - 60 v.º: 23 Jul. 1825.

[709] Segundo o art. do *AHM*, em 14 de Dez. 1802 matriculou-se em Lisboa na aula de Eleutério Marques de Barros, um dos discípulos de Bartolozzi. Nasceu em Machico em 1784, f.º de Estevão José de Nascimento e D. Ana Joaquina de Sousa. Casou na Sé, com 64 anos (L.º de Casamentos, f. 147 v.º: 17 Maio 1848), com D. Joana Vicência de Castro, de 38 anos, natural de S. Gonçalo e f.ª de José de Castro e de sua esposa Vicência Nunes. Na altura do casamento deu a profissão de "*retratista*", morava na rua das Pretas e declaravam já haver um f.º de nome João, com 9 anos e baptizado em S. Pedro. Cit. "Criação e Funcionamento...", art. cit., p. 42.

que á vista d'elle se faça justiça (...) *havendo já quem se propõe a requerê-la tendo menos direito*", que era Filipe Cardoso [710].

Contrariamente ao anterior governador Sebastião Xavier Botelho, D. Manoel de Portugal e Castro, filho do marquês de Valença, não viu muita utilidade para se continuar com a dita Aula, propondo ao Rei que se deveria extingui-la. Referia que Leonardo da Rocha "*náo produzio um único discipulo, que podesse com rasáo chamar-se náo digo bom, mas nem ainda mediano: pêlo que custando em cada um dos annos da sua duração, seis centos e sessenta mil reis, foi tudo em pura perda, pois que de tal despeza nem o Estado, nem o Público, retiráráo a mais pequena vantagem, o que mostra sufficientemente a sua inutilidade*". Acrescentava que muito menos deveria ser entregue a sua regência a Filipe Cardoso, que apesar da sua habilidade e conhecimentos, não vão além de "*ser qualificado por um mediocre curioso, em cuja classe há muitos outros, que, náo só o igualáo, mas excedem*" [711].

Outro opositor à cadeira de desenho era Alexandre Luís da Cunha, professor de Primeiras Letras na cidade do Funchal, que pretendia ser provido na nova Cadeira de Inglês e Francês a criar na cidade, com o ordenado de 600$000 proveniente da cadeira de desenho vaga, referindo que esta deveria ser abolida porque não tinha "*nenhuma utilidade para substituir aquella* [de Inglês e Francês] *tão vantajosa ao adiantamento das luzes, e commercio da mesma Ilha*" [712].

Os dois pintores não desistiram facilmente, apresentando em conjunto um pedido ao Monarca insistindo para leccionarem a dita Aula. Em 1828 João do Nascimento, conhecendo os parcos recursos do Estado, sujeitava-se a ganhar somente 300$000 anuais, mas não prescindindo das despesas de uma casa para a Aula e despesa desta, prontificando-se no entanto a ensinar para além de Desenho e Pintura Histórica, *Princípios de Gravura*, e as "*cinco ordens de arquitectura civil*" [713]. Já Filipe Cardoso queria a cadeira com o mesmo ordenado e mais os 200$000 para pagar a renda da casa para leccionar a Aula e sua residência, como tinha Leonardo da Rocha. Mostrava os vários méritos que tinha: o alvará de 13 de Agosto de 1781 que o julgava hábil, tendo completo o curso de cinco anos, obtendo prémio na 1.ª ou 2.ª Classe da Aula de Desenho, o que o dispensou dos restantes anos do curso; o prémio da 1.ª Classe, que foi matriculado em 22 de Janeiro de 1817 e permanecendo até 1824, perfazendo assim o curso de sete anos, considerando-se ainda hábil nos géneros de miniatura e óleo, e afirmando que "*nesta Ilha não tem émulos muito principalmente neste último, que hé mais dificil*" [714].

---

[710] **ARM**, *GC*, L.° 727, f. 6 v.°: 18 Abr. 1825.

[711] Ibidem, L.° 718, f. 68 v.° - 69 v.°: 7 Fev. 1826.

[712] Idem, L.° 727, f. 68 – 68 v.°.

[713] Idem, L.° 729, f. 111 - 111 v.°: 10 Mar. 1828.

[714] Idem, f. 112 - 112 v.°: 10 Mar. 1828.

O Governador não se intimidou com os requerimentos e voltou a informar para o Rei que na Madeira não havia professores de arte para poderem avaliar um possível concurso existente, como era costume proceder nestes casos e argumentava principalmente com a restrita economia com que se devia administrar a Fazenda Real, que possuía fracos rendimentos e volumosas despesas [715]. A Aula de Desenho do Funchal ficou assim sem seguimento, só voltando a ser reinstalada na sequência da instalação do Liceu, bastantes anos depois.

De João José do Nascimento conhecemos várias telas da primeira metade do século XIX, com motivos de cenas religiosas, paisagens e retratos. Em 1823, pintou um quadro para o altar mor da capela de N.ª S.ª do Desterro, na freguesia do Monte, representando a Sagrada Família a repousar sob uma árvore, aquando da fuga para o Egipto, sendo acolhida por três mulheres com oferendas que os socorrem carinhosamente. Nesta tela está patente uma certa naturalidade da cena e até uma comunicativa ternura [716]. Pintou ainda uma tela a óleo, figurando o milagre da N.ª S.ª da Nazaré, patente na capela de N.ª S.ª da Nazaré, em São Martinho, no Funchal [717]; uma tela a óleo intitulada "*O Instincto magnetiza almas Illustres*", representando algumas das individualidades mais categorizadas do meio social madeirense da época, dispostas em pé e sentadas num cenário ao ar livre como se "fossem bonecos dispersos pelo espaço", sendo um quadro valioso do ponto de vista documental e histórico "*embora não prime pelo esmerado da factura*" [718].

O pintor João José do Nascimento fez uma exposição em 1846, talvez a primeira realizada na Madeira de que há referências, na casa n.º 11 da Praça da Constituição, apresentando cinco painéis: "*A rua da Carreira*" adornada c om pessoas; "*Os dois meninos cavalleiros*"; "*O arrojo de*

---

[715] Idem, L.º 728, f. 110 - 111: 18 Mar. 1828. Vide fig. 91. Em 1828 era praticante da alfândega e a 6 de Set. esteve preso na cadeia da cidade do Funchal, por motivos de ordem pública, filiado nas desavenças entre legitimistas e liberais: cit.: Criação e Funcionamento..., rev. *AHM*, p. 44.

[716] Vide fig. 88. Juvenal de Araújo, *A capela de N.ª S.ª do Desterro na freguesia do Monte da ilha da Madeira*, Lisboa, 1942, p. 12 - 13. Esta capela foi instituída no séc. XVII pelo cónego Jorge Furtado de Sousa, que faleceu na Madeira em 1625. A tela foi restaurada em 1935 em Lisboa pelo professor José Campas (idem, p. 4 - 5, 13). Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 752.

[717] Tela inscrita num retábulo de talha dourada, barroca em estilo nacional, do primeiro quartel do séc. XVIII, inserido num vão de pedra em estilo maneirista. A capela foi construída no séc. XVII.

[718] Vide fig. 92. "A propósito da "Aula de Desenho e Pintura, As catorze Figuras duma Tela", rev. *AHM*, vol. I - II, p. 67 - 69. As figuras da esquerda para a direita são: João Francisco de Oliveira (1761-1829), comendador, médico, físico mor do exército, deputado e ministro do estado e representante de Portugal nas Cortes de Londres e Paris; o morgado Pedro Nicolau de Betencourt e Freitas, Juiz dos Resíduos e Capelas; o proprietário e comerciante Patrício Malheiro de Melo (1791 - 1842); João Eustáquio de Sousa, deputado e escrivão da Junta da Real Fazenda da ilha da Madeira, superintendente geral da alfândega, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício; o Dr. João Francisco Lopes Rocha (1747 - 1819), deão e arcediago da Sé, Provisor e Governador do Bispado; o proprietário, comerciante e cônsul dos Países-Baixos Pedro Jorge Monteiro; o Dr. António José Rodrigues Garcês (faleceu em 1821), médico e deputado pela Madeira nas Cortes Constituintes de 1821; o Dr. João António Monteiro (1769 - 1834), doutor em filosofia e lente na Universidade de Coimbra e mineralogista; o Dr. Lúcio António Lopes Rocha, cónego na Sé do Funchal; o Dr. Anastácio Moniz de Betencourt, formado em cânones, professor de retórica e filosofia no Funchal; o Dr. João Pedro de Freitas Pereira Drumond (1760 - 1825), advogado; o tesoureiro geral da Junta da Real Fazenda da ilha da Madeira, Vicente Júlio Fernandes; o morgado Pedro Júlio da Câmara Leme e o Dr. Luís António Jardim (1780 - 1825), formado em leis e advogado no Funchal. Este quadro encontrava-se na altura da escrita deste artigo em Lisboa, na posse dos herdeiros de Francisco João de Vasconcelos e Couto Cardoso, mas tendo depois regressado à Ilha.



Fig. 96 – Retrato da Infanta regente D. Isabel Maria, realizado pelo pintor João José do Nascimento, inícios do século XIX, Câmara Municipal do Funchal.

cinco Patriotas, que no glorioso Dia Cinco de Junho de 1834 ás 9 horas e um quarto da manhã se dirigiram á Fortaleza de S. Lourenço, deram vivas à Carta Constitucional, à Senhora D. Maria II, e ao Senhor Duque de Bragança. Atterração a D. Alvaro e á guarnição, fizeram despontar precoce o astro da Liberdade sobre o horizonte da Madeira"; "*A solemne acclamação da Carta Constiyucional, que teve lugar ás 11 horas e 3 quartos da manhã do mesmo glorioso Dia 5 de Junho, para a qual muito concorreram duas notabilidades Britanicas – uma residente nesta Ilha – outra o sr. Bertrand, que dirigiu as redeas do Governo até á chegada do Ex.mo Sr. Mousinho de Albuquerque*" e ainda o já referido painel "*O instincto magnetiza almas ilustres*" [719].

Na vereação camarária do Funchal de 30 de Março de 1827, por exemplo, acordou-se que o pintor João José do Nascimento "*tirasse o retrato a El-rei D. Pedro 4.º*", pelo preço de quarenta mil réis, assim e como pelo mesmo preço, o da "*Senhora Infanta Regente, a óleo e ambos para a Casa da Vereação*". Os quadros estariam prontos em Novembro, pois nesse mês a Vereação "*determinou que o quadro pequeno de S. Magestade*" se remetesse aos guardas-mores da Saúde, para a passar a figurar na Casa da Saúde da cidade [720].

João José do nascimento realizou ainda para a Câmara Municipal do Funchal um retrato do eleito deputado Dr. António Rodrigues Garcês, por certo após o seu falecimento em Lisboa, não tendo chegado a tomar posse como deputado (67 x 86 cm), hoje num gabinete da mesma Câmara, assim como os citados retratos de D. Pedro e da infanta regente D. Isabel Maria [721]. Anteriormente, realizara também o do infante D. Miguel e da futura D. Maria II, quando da celebração dos seus esponsais e todos hoje no salão nobre da mesma Câmara. Realizou ainda uma cópia do retrato de João Gonçalves Zarco, do Palácio de São Lourenço e um desenho a lápis da "*Galatée de Florian* (ed. de 1775)", assinado em mais de um lugar e datado de 1847, que deve tratar-se de um estudo para um retrato [722] e ainda dois retratos da arquiduqueza Leopoldina (89 x 71 cm) [723].

Uma investigação mais apurada na documentação da época, uma vistoria mais detalhada a colecções privadas e públicas, assim como depois da elaboração de um inventário mais detalhado do património existente pela Madeira, muito mais achegas para o conhecimento do panorama artístico madeirense será possível reunir. Assim, mais quadros deste e de outros pintores que estiveram em actividade em inícios do século XIX será futuramente possível inventariar. Neste momento, este foi o nosso possível contributo.

---

[719] Periódico *O Defensor*, n.º 329, de 18 de Abril de 1846. Cit. "Criação e Funcionamento ...", art. cit. , p. 44. Vide fig. 92 e 95.

[720] **ARM**, *CMF*, L.º 1371, f. 13 v. 30 Mar. e f. 39. 10 Nov. 1827.

[721] Vide fig. 94 e 96

[722] "Criação e Funcionamento ...", idem, p. 45. Os 2 retratos em meados do séc. XX pertenciam ao Sr. Dr. Rui da Câmara.

[723] Vide fig. 93. Muito semelhantes, um foi a leilão recentemente em Lisboa, com uma inscrição de ter sido pintado na Quinta do Vale Formoso e outro, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, que diz ter sido pintado na Quinta do Palheiro.

5. Conclusão

O arquipélago da Madeira passou por uma série de contingências de carácter interno e externo ao longo do século XVIII e inícios do XIX que influenciaram as características das obras de talha e de pintura produzidas neste período. Dessas contingências podemos destacar o terramoto de 1748, que proporcionou a (re)construção de inúmeras igrejas, mas também a conjuntura económica e política derivada de diversos factores, inclusivamente da centralização do poder real, que levaram à reforma da Fazenda Real em 1775 e actuaram em sentido contrário. Decorreram entretanto as guerras napoleónicas e depois as lutas entre absolutistas e liberais, que condicionaram de uma forma definitiva as condições económicas insulares e, consequentemente, a vida cultural e artística na Região.

O terramoto de 1748 desencadeou um elevado número de obras, que não se puderam circunscrever à consolidação ou reconstrução do que existia, dadas as profundas alterações que entretanto o culto católico fora sofrendo. As regulares Visitações da Igreja pressionavam constantemente as comunidades, em nome do "*asseio e decência*" do espaço cultual, no sentido do seu aumento, quer em espaço propriamente dito, quer em qualidade da sua decoração. Face às precárias condições económicas em que vivia a sociedade, era assim necessário mobilizar os fiéis de todos os estratos sociais a colaborarem com os seus donativos na realização dessas obras.

A Fazenda Real era responsável, em princípio, pelas obras que se realizavam na capela mor de cada igreja paroquial, dotando ainda a "*fábrica*" de cada freguesia de um quantitativo fixo para a manutenção geral do seu edifício. Face às necessidades crescentes determinadas pelo culto post tridentino em pompa e circunstância, também as confrarias foram chamadas a desempenhar um papel importante no desenvolvimento das oficinas regionais de talha e pintura. As confrarias, com a proliferação de capelas e altares mandados edificar por essas instituições, foram as principais responsáveis pelas novas encomendas de talha e de pintura às oficinas madeirenses. As confrarias, na sua maioria de fracos recursos económicos, aquando da realização de obras, optaram pelas oficinas locais, de mais fácil acesso do que as localizadas em Lisboa, o que explica em grande parte a ausência na Madeira de pinturas realizadas no continente português na segunda metade do século XVIII.

Essa alteração poderia ter sido ainda motivada pelo terramoto de 1755 em Lisboa, que levou ao encerramento temporário das principais oficinas de pintura da capital e, depois, ao seu envolvimento nas obras ali levadas a efeito, não apresentando assim grande disponibilidade para outras encomendas. Esse aspecto teria levada à necessidade de abertura no Funchal de um atelier de pintura de cavalete, o de Nicolau Ferreira Duarte, o que até então não teria surgido. Embora pudesse ter havido um ou outro atelier a funcionar anteriormente, do que ainda não possuímos provas

documentais convincentes, a partir de 1770 todas as encomendas apontam essencialmente para esse atelier, de grande produção, senão em qualidade, pelo menos em quantidade.

A talha dos retábulos e sacrários que ornamentava os altares havia-se estendido desde os finais do século XVII às paredes laterais das capelas, aos frontais, púlpitos, e outros objectos cultuais e de adorno, que absorveram a gramática decorativa empregue nos retábulos. Na talha foram empregues basicamente madeiras de castanho e de pinho, utilizando-se quase sempre o mesmo esquema estrutural da feitura dos retábulos. O esquema geral dos retábulos é composto por dois pares de colunas, sendo rematado todo o conjunto por um frontão interrompido. Os espaços entre as colunas são preenchidos por nichos com imagens ou com pinturas, estando entre as colunas centrais a boca da tribuna, onde está colocado o trono, a escultura do padroeiro ou então uma pintura alusiva à evocação da capela.

A traça geral, numa primeira fase, quando se começa a denotar a decadência do Barroco, a partir de finais da década de 1760, ainda emprega as colunas torças, numa amálgama decorativa baseada em concheados, volutas, motivos vegetais, "Cs" e "Ss", com um revestimento pictórico basicamente em folha de ouro. Depois, essa amálgama começa a desaparecer lentamente, havendo um equilíbrio visual entre as partes entalhadas e as partes lisas dos retábulos, tornando os mesmos mais dinâmicos e com uma maior leveza visual.

Este despojamento formal foi-se acentuando aos poucos e em detrimento da talha dourada, começaram a aparecer nos retábulos superfícies marmoreadas e depois brancas e lisas, conjugadas com diminutas partes entalhadas com grande naturalismo, empregando-se sobretudo motivos decorativos de grinaldas florais, fitas e delicados motivos vegetalistas, na sua maioria baseados em folhas de acanto. As colunas simplificaram-se, ficando com o fuste liso, ostentando apenas no terço inferior uma pequena decoração em espiral de motivos florais e na parte superior suspendendo-se um ramo por uma fita. Os dourados por vezes deram lugar a policromias, combinando-se os efeitos de imitar pedra, sobretudo os marmoreados (azuis, avermelhados, ocres, rosas, etc.) aplicados nas partes lisas dos retábulos.

A nova linguagem decorativa da talha evoluiu no sentido de uma maior simplificação ornamental, que se acentuou em finais do século XVIII e inícios do XIX, patenteando ritmos compositivos mais estáticos e geométricos; as colunas são decoradas no terço inferior com simples motivos florais e vegetalistas dispostos simetricamente ou simplesmente de fuste liso e branco, prognosticando assim a chegada do Neoclássico. Toda esta ambiência se manteve na Madeira pelo século XIX e continuou mesmo em vigor em pleno século XX, já sob o estilo apelidado de Neorococó ou Neoclássico.

Outro aspecto característico do Rococó e que marcou a sua presença na Madeira em finais do século XVIII, foi o emprego de estuques nos tectos e em molduras de quadros, que absorveram os motivos decorativos empregues na linguagem da talha. Inicialmente muito simples, teriam depois

seguido o caminho da pintura em geral, repetindo alguns efeitos marmoreados e com apontamentos dourados, para depois se circunscreverem a uma linguagem neoclássica e mais simplificada.

As obras de talha efectuadas no arquipélago da Madeira e na sua generalidade por entalhadores madeirenses, basearam-se em modelos desenhados e gravados, vindos do continente europeu, que aqui eram ligeiramente modificados, adaptando-se às medidas dos templos. Os entalhadores basicamente contribuíam com a sua mão de obra, tendo pouca originalidade e criatividade na concepção dos objectos de talha, seguindo quase sempre o mesmo esquema estrutural nos retábulos. Eram mais artífices do que artistas, aparecendo mesmo arrematar outro tipo de obras, como de pedreiro e carpinteiro, quer na edificação, quer na manutenção dos templos, demonstrando uma grande capacidade de adaptação às condições de mercado, indo desde as grandes obras relacionadas com o seu ofício, como a planificação e execução dos grandes retábulos, à feitura de pequenos objectos e consertos, com o intuito de ganharem dinheiro. A maioria dos entalhadores madeirenses possuíam mesmo bens imobiliários de algum vulto que administravam, como por exemplo Estevão Teixeira de Nóbrega, que foi um dos grandes responsáveis pela talha rococó existente no arquipélago da Madeira, através do seu contributo na execução de riscos e na direcção de obras, acabando mesmo como capitão engenheiro e mestre das obras reais na Ilha.

A ilha da Madeira apresenta um universo fechado de mestres da área das artes decorativas, a grande maioria parentes entre si e com uma relação profissional muito próxima, trabalhando juntos nas mesmas obras, o que igualmente acontecia nas restantes áreas dos mesterais. A segunda metade do século XVIII apresenta a novidade do posto máximo dessa área alterar a sua origem. O mestre das obras reais era o responsável por todas as obras régias, desde os orçamentos, direcções e vistorias das obras de fortificação e dos templos realizadas com dinheiros régios e havia vindo até então da área dos mestres pedreiros e carpinteiros. Nas últimas décadas do século XVIII esse aspecto alterou-se, cabendo o lugar a João António Vila Vicêncio, pintor e depois a Estêvão Teixeira de Nóbrega, entalhador.

O grande surto de construções religiosas permitiu aos pintores madeirenses executarem muitos trabalhos, embora levando-os a uma produção de quantidade em detrimento da qualidade desejada. O arquipélago da Madeira em finais do século XVIII e inícios do XIX apresenta-se auto-suficiente em mão de obra na produção de pinturas, existindo um razoável número de pintores a trabalharem nos douramentos, marmoreados e pintura de cavalete para as igrejas e capelas, sendo Nicolau Ferreira Duarte o pintor mais produtivo, de quem se conhece uma numerosa relação de pinturas a óleo sobre tela, dispersas por toda a Ilha.

Aliando os escassos recursos económicos e a pouca exigência técnica da clientela, pois a função dos quadros era mais ilustrativa e decorativa do que propriamente pedagógica ou para mostrar estatuto de riqueza, acrescido ainda de que segundo as determinações Tridentinas, o perfil

ético das imagens deveriam ter prioridade sobre os valores estéticos, fizeram com que a pintura na Madeira passasse por um retrocesso que não ultrapassou uma certa mediocridade de oficina ao longo do século XVIII e XIX, como também aconteceu em Portugal Continental.

O espaço de criatividade e originalidade dos pintores madeirenses foram diminutos, concebendo as cenas na sequência de esquemas iconográficos já longamente explorados na pintura anterior, mas que garantiam aos clientes uma imagética que os satisfazia sem grandes sobressaltos, sobretudo de evocação Mariana e sobre a vida de Jesus. Os pintores estavam acomodados nas suas modestas oficinas e pintavam a partir de modelos, sobretudo gravuras que circulavam na Madeira, "*colando*" por vezes diversos pormenores de diferentes quadros. Eram mais artífices que faziam a pintura como encomenda e colocavam o seu ofício ao serviço do negócio. Tinham assim muito pouco de criativo, embora para pintar estes quadros requeresse alguma capacidade técnica para resolver problemas na modelação de transformá-los, adaptá-los e interpretá-los, conciliando assim algumas capacidades inventivas com as habilidades técnicas.

Analisando sobretudo a pintura de Nicolau Ferreira, de quem se conhece uma grande relação de trabalhos datados e assinados, o mesmo utilizava cenários arquitectónicos ou paisagísticos, onde integrava as personagens em pose convencional e estática, empregando uma razoável modelação claro / escuro, embora com algumas desproporções e defeitos anatómicos, mas que contrapunha com um intenso colorido. Utilizava uma paleta repetitiva, com pouco contraste e baseada em cores sem muitas *nuances*, predominando os tons ocres, avermelhados, azuis e brancos, deixando-nos uma obra pictórica repetitiva, na sua maioria de fraca qualidade, embora pontualmente pudesse alcançar uma qualidade média.

A pintura em finais do século XVIII foi maioritariamente de quadros e tectos, e de temática religiosa, tendo-se realizado apenas alguns retratos assinados por Nicolau Ferreira Duarte, por Joaquim Leonardo da Rocha, que leccionou a Aula Régia de Desenho e Pintura no Funchal de 1809 a 1825, ano em que faleceu e depois pelo seu aluno João José do Nascimento. Pontualmente ainda aparecem outros nomes, que um estudo mais aprofundado poderá recortar melhor futuramente.

A grande maioria das obras de talha e de pintura da época em análise ainda permanecem colocadas nos locais originais, desempenhando as funções para que foram concebidas, ou seja o culto dos fiéis e a valorização dos espaços onde se encontram, contribuindo para a qualificação do património artístico madeirense e o conhecimento da sua realidade. Tendo no entanto o tempo e o Homem se encarregado de eliminar algumas dessas obras, dando lugar a outras mais recentes, como fazendo parte do decurso natural da História e da Humanidade, foi nossa intenção a sua sistematização, inventariação e análise, no sentido de que se não perdesse o enquadramento geral em que foram criadas.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1 FONTES MANUSCRITAS

6.1.1. Arquivo Regional da Madeira

6.1.1.1. Câmaras Municipais

Câmara Municipal da Ponta do Sol

L.º 208, Livro do tombo dos prédios, foros e pensões, cfr. SS., ig. N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol, 1815-1827.

Câmara Municipal do Porto Santo

L.º 62, Livro de receita e despesa, termos de eleições dos tesoureiros e de arrematação das esmolas, de entrada de irmãos e dos foros e juros que se pagam á confraria, cfr. das Almas, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1750-1826.

L.º 63, Livro de receita e despesa, termos de eleições e de entrada de irmãos, de quitação de missas, de arrematação de esmolas e inventário dos bens, cfr. das Almas, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1691-1784.

L.º 64, Livro de receita e despesa, cfr. N.ª S.ª da Graça, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1816-1827.

L.º 65, Livro de receita e despesa, termos de eleições e de entrada de irmãos, de obrigação e quitação de missas, dos foros que se pagam á confraria e inventário dos bens, cfr. N.ª S.ª do Rosário, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1708-1831.

L.º 66, Livro de receita e despesa, termos de eleições do tesoureiro e de entrada de irmãos e quitação de missas, cfr. N.ª S.ª do Rosário, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1772-1819.

L.º 67, Livro de receita e despesa e termos de eleições, cfr. Arcanjo São Gabriel, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1693-1776.

L.º 69, Livro de receita e despesa, cfr. Espírito Santo, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1777-1838.

L.º 70, Livro de receita e despesa, termos de eleições, quitação de missas, cfr. do Senhor Bom Jesus, ig. N.ª S.ª da Piedade, Porto Santo, 1728-1785.

6.1.1.2. Confrarias

Calheta:

L.º 17, Livro de receita e despesa, cfr. São Lourenço, Capela de São Lourenço, Fajã da Ovelha, 1799-1809.

Câmara de Lobos:

L.º 3, Livro de receita e despesa, cfr. São Sebastião, ig. de São Sebastião, Câmara de Lobos, 1707-1807.

L.º 16, Livro do compromisso, confirmação e Termos de entrada de irmãos, cfr. São Caetano, ig. N.ª S.ª da Graça, Estreito de Câmara de Lobos, 1708-1778.

Funchal:

L.º 3, Livro de registo de obrigações, eleições e patentes, IOTSF, Convento de São Francisco, Funchal, 1670-1793.

L.º 6, Livro de termos de entrada de irmãos e de profissão na Ordem, IOTSF, Convento de São Francisco, Funchal, 1774-1883.

L.º 8, Livro de termos de entrada de irmãos, IOTSF, Convento de São Francisco, Funchal, 1754-1809.

L.º 9, Livro do registo particular de determinações da mesa, IOTSF, Convento de São Francisco, Funchal, 1751-1808.

L.º 22, Livro de receita e despesa, cfr. SS., ig. do Monte, Monte, 1816-1865.

L.º 39, Livro de termos de entrada de irmãos e de eleições, cfr. SS., ig. Santa Luzia, Santa Luzia, 1681-1811.

L.º 40, Livro de entrada de irmãos, cfr. Santa Luzia, ig. Santa Luzia, Santa Luzia, 1792-1817.

L.º 41, Livro de receita e despesa, termos de eleições e quitações de missas, cfr. Santa Luzia, ig. Santa Luzia, Santa Luzia, 1727-1785.

L.º 42, Livro de receita e despesa e quitação de missas, cfr. São Pedro, ig. Santa Luzia, Santa Luzia, 1763-1778.

L.º 44, Livro de receita e despesa, cfr. SS., ig. Santa Luzia, Santa Luzia, 1781-1841.
L.º 47, Livro do Compromisso, cfr. das Almas do Purgatório, ig. N.ª S.ª Calhau / ig. N.ª S.ª da Natividade, Santa Maria Maior, Funchal, 1753-1755.
L.º 49, Livro de receita e despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, cfr. do Divino Espírito Santo, ig. N.ª S.ª do Calhau, Santa Maria Maior, 1760-1801.
L.º 51, Livro do Compromisso e sua Confirmação, cfr. N.ª S.ª do Rosário, ig. Santo António, Santo António, 1724-1775.
L.º 53, Livro de termos de entrada de irmãos, cfr. N.ª S.ª do Monte, ig. São Martinho, São Martinho, 1750-1772.
L.º 54, Livro de receita e despesa, termos de arrematação do vinho e do trigo das esmolas e inventário das alfaias, cfr. de N.ª S.ª do Rosário, ig. São Martinho, São Martinho, 1810-1863.
L.º 58, Livro de termos de entrada de irmãos com os róis dos que serviram de mordomos e dos que pagaram seus compromissos, cfr. Senhor Jesus e Almas, ig. São Martinho, São Martinho, 1722-1825.
L.º 60, Livro de receita e despesa e termos de eleições, cfr. Santo António, ig. São Martinho, São Martinho, 1719-1796.
L.º 61, Livro do Compromisso, sua aprovação e termos de entrada de irmãos com róis dos que serviram de mordomos e dos que pagaram seus compromissos, cfr. Santo António, ig. São Martinho, São Martinho, 1736-1845.
L.º 62, Livro dos pagamentos anuais dos irmãos e rol dos que pagaram seus compromissos, cfr. Santo António, ig. São Martinho, São Martinho, 1771-1823.
L.º 64, Livro dos pagamentos anuais dos irmãos e rol dos que pagaram seus compromissos, cfr. do Senhor Jesus e Almas, ig. São Martinho, São Martinho, 1772-1838.
L.º 68, Livro do Compromisso, sua confirmação e termos de entrada de irmãos, receita e despesa, cfr. São Miguel e Almas do Purgatório, ig. São Roque, São Roque, 1745-1774.
L.º 69, Livro de receita e despesa, cfr. Santo António e cfr. de São Roque, ig. de São Roque, São Roque, 1745-1763.
L.º 72, Livro de receita e despesa, termos de eleições e inventário dos bens, cfr. N.ª S.ª do Monte do Varadouro, Capela de N.ª S.ª do Monte do Varadouro, Sé, 1737-1782.
L.º 73, Livro de quitação de missas, cfr. N.ª S.ª do Monte do Varadouro, Capela de N.ª S.ª do Monte do Varadouro, Sé, 1726-1778.
L.º 79, Livro de termos de eleições e de apresentações de contas, cfr. do Corpo Santo / São Frei Pedro Gonçalves Telmo, Capela do Corpo Santo, Santa Maria Maior, 1745-1839.
L.º 80, Livro do Compromisso e termos de entrada de irmãos, cfr. do Corpo Santo / São Frei Pedro Gonçalves Telmo, Capela do Corpo Santo, Santa Maria Maior, 1738-1772.

Machico:

L.º 25, Livro de receita e despesa e autos de aprovação de contas pela mesa, cfr. SS., ig. N.ª S.ª de Guadalupe, Porto da Cruz, 1817-1887.

Ponta do Sol:

L.º 21, Livro de receita e despesa, termos de eleições e quitação de missas, cfr. N.ª N.ª Monte Carmo, ig. Santa Maria Madalena, Madalena do Mar, 1725-1779.
L.º 78, Livro de receita e despesa, cfr. Santo Nome de Jesus, ig. de N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol, 1799-1840.

Porto Moniz:

L.º 29, Livro das escrituras dos bens, cfr. SS., ig. N.ª S.ª da Conceição, Porto Moniz, 1682-1844.
L.º 32, Livro de escrituras dos bens, cfr. SS., ig. N.ª S.ª da Conceição, Porto Moniz, 1683-1772.

Santa Cruz:

L.º 9, Livro de receita e despesa e Termos de eleição do tesoureiro, cfr. N.ª S.ª Monte Carmo, ig. Espírito Santo, Caniço, 1728-1801.
L.º 20, Livro de receita e despesa e quitação de missas, cfr. do SS., ig. N.ª S.ª da Luz, Gaula, 1759-1811.

Santana:

L.º 36, Livro do Compromisso e sua confirmação, cfr. do Senhor Jesus, ig. de Santa Ana, Santana, 1731-1771.
L.º 37, Livro de receita e despesa, termos de eleições e de quitações de missas, cfr. de Santa Ana, ig. de Santa Ana, Santana, 1784-1808.

6.1.1.3. Governo Civil

Confrarias

L.º 224, Lançamento dos irmãos que pagam a anuidade, cfr. N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Convento de São Francisco, Funchal, 1808-1831.

L.º 227, Receita e despesa, quitação de missas e demais pensões a que é obrigada a confraria, cfr. N.ª S.ª Boa Morte, ig. São Pedro, Funchal, 1764-1845.

L.º 228, Registo dos títulos dos foros perpétuos, das propriedades e das escrituras a juro a retro, cfr. N.ª S.ª Boa Morte, ig. São Pedro, Funchal, 1716-1819.

L.º 229, Compromisso e sua Confirmação, cfr. N.ª S.ª Boa Morte, ig. São Pedro, Funchal, 1718-1775.

L.º 230, Registo de escrituras de contratos, cfr. N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Convento de São Francisco, Funchal, 1746-1814.

L.º 231, Registo de escrituras de contratos, cfr. N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Convento de São Francisco, Funchal, 1781-1824.

L.º 233, Deliberações da mesa, cfr. N.ª S.ª da Soledade, Convento de São Francisco, Funchal, 1802-1828.

L.º 234, Termos de eleições, cfr. N.ª S.ª da Boa Morte, Ig. São Pedro, Funchal, 1778-1838.

L.º 235, Termos de eleições, cfr. N.ª S.ª da Soledade, Convento de São Francisco, 1800-1835.

L.º 236, Termos de eleições e de quitação de missas, cfr. N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Convento de São Francisco, Funchal, 1704-1831.

L.º 237, Escrituras dos bens, rendas e foros, cfr. Almas, ig. N.ª S.ª da Assunção (Sé), Funchal, 1587-1815.

L.º 239, Termos de entrada de irmãos, cfr. São Miguel, ig. N.ª S.ª da Assunção (Sé), Funchal, 1772-1827.

L.º 240, Termos de entrada de irmãos, cfr. N.ª S.ª da Boa Morte, Ig. São Pedro, Funchal, 1778-1838.

L.º 243, Receita e despesa, cfr. N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Convento de São Francisco, Funchal, 1704-1828.

L.º 244, Receita e despesa, cfr. N.ª S.ª da Soledade, Convento de São Francisco, Funchal, 1699-1823.

L.º 246, Termos de entrada de irmãos, cfr. N.ª S.ª da Soledade, Convento de São Francisco, Funchal.

Governo Civil

Livros da Porta e registos de despachos: L.º 780 (Jul. 1805- Nov. 1807), L.º 781 (Jun. 1815-Dez. 1816), L.º 782, L.º 783, L.º 784, L.º 785, L.º 786, L.º 787, L.º 788 (Jan. 1830 – Dez. 1831).

Registo de negócios da Ilha do Porto Santo: L.º 527, L.º 528, L.º 529 e L.º 536.

Registo de termos de cumprimento de justiça e bemviver: L.º 532.

Registo Geral: L.º 521 (1782 -), L.º 522, L.º 523 (1793 -), L.º 524, L.º 534, L.º 535.

Registos de Cartas / Ofícios / Correspondência: L.º 190 (28 Nov. 1823 – 29 Abr. 1825), L.º 191 (12 Jan. 1825 – 1 Ag. 1827), L.º 192, L.º 193 (1 Jan. 1833 – 30 Jul. 1834), L.º 194 (26 Mar. 1821 – 19 Ag. 1824), L.º 195 (26 Mar. 1821 – 23 Jan. 1823), L.º 197 (6 Dez. 1800 – 21 Nov. 1803), L.º 198 (4 Dez. 1800 – 20 Abr. 1815), L.º 199 (12 Dez. 1803 – 14 Jul. 1813), L.º 200 (12 Ag. 1813 – 1 Jan. 1821), L.º 201 (23 Fev. 1819 – 24 Julho 1827, Dez. 1767 – Junho 1777), L.º 202 (11 Ag. 1813 – Jul. 1820), L.º 203 (20 Dez. 1803 – 23 Jul. 1811), L.º 204 (Jul. 1820 – Maio 1821), L.º 205 (6 Dez. 1800 – 17 Fev. 1819); L.º405 (1 Dez. 1835 – 29 Jul. 1836); L.º 525; L.º 526; L.º 710, L.º 713, L.º 714, L.º 715, L.º 717, L.º 718, L.º 719, L.º 720 (7 Ag. 1834- 8 Jul.1836), L.º 721 (7 Ag. 1834- 4 Dez. 1835), L.º722, L.º 723 (Abr. 1815- Fev. 1822), L.º 724 (8 Fev. 1822 – Jun.1825), L.º 725 (28 Nov. 1823- 1825), L.º 726 (25 Ag. 1825 – 24 Set. 1826), L.º 727 (8 Jun. 1824 – Mar. 1826), L.º 728 (Mai. 1827 – Mai.1828), L.º 729 (Abr. 1827 – Fev. 1832), L.º 734, L.º 800 (1802 - 1807); L.º 824 (1 Abr. 1813 – 3 Jul. 1834).

Registos de Patentes: L.º 756

Registos de provimentos de Justiça: L.º 822 (1778).

Registos particulares do Governo: L.º 517, L.º 518, L.º 519, L.º 520, L.º 530.

6.1.1.4. Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas / Confrarias (Autos de Tomadas de Contas)

Calheta:

Capela de N.ª S.ª da Boa Morte, Ponta do Pargo: cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, proc.190-194, cx.2,
1785-1794, 1796-1803, 1811-1816.

Capela de N.ª S.ª do Amparo, Ponta do Pargo: cfr. de N.ª S.ª do Amparo, proc.195-197, cx.2, 1797-1809.

Capela de São Lourenço, Fajã da Ovelha, proc.81-84, cx.1, cfr. de São Lourenço, 1789-1798.

Ig. de N.ª S.ª da Graça, Estreito da Calheta: cfr. das Almas, proc.23, cx.1, 1791-1798; cfr. SS, proc.24-51, cx.1, 1781-1796, 1798-1811, 1813-1815, 1817; cfr.de São Pedro e São Diogo, proc.52, cx.1, 1780-1803.

Ig. de N.ª S.ª dos Prazeres, Prazeres: cfr. SS., proc.116-124, cx.2, 1785-1798.

Ig. de Santo Amaro, Paúl do Mar: cfr. das Almas, proc.85-90, cx.1, 1792, 1795-1799, 1808-1809; cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo, proc.91-95, cx.1, 1790-1791, 1794-1802, 1808-1809; cfr. SS., proc.96-109, cx.1, 1779-1780, 1784-1789, 1791, 1794-1802; cfr. de Santo Amaro, proc.110-115, cx.1, 1787-1802, 1806-1809.

Ig. de São Brás, Arco da Calheta: cfr. das Almas, proc.1-2, cx.1, 1795-1798; cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo, proc.3-4, cx.1, 1795-1798; cfr. SS., proc.5-7, cx.1, 1779-1786, 1793-1797; cfr. de São Pedro, proc.8, cx.1, 1795-1798; cfr. de São Roque, proc.9, cx.1, 1792-1798; cfr. do Senhor Jesus, proc.10, cx.1, 1796-1797.

Ig. de São João Baptista, Fajã da Ovelha: cfr. das Almas, proc.53, cx.1, 1794-1798; cfr. de N.ª S.ª da Candelária, proc.54, cx.1, 1796-1798; cfr. de N.ª S.ª do Carmo, proc.55, cx.1, 1793-1795; cfr. SS, proc.56-77, cx.1, 1779-1790, 1792-1798, 1811, 1813, 1815-1819; cfr. de São João Baptista, proc.78-79, cx.1, 1790, 1793-1798; cfr. do Senhor Jesus, proc.80, cx.1, 1795-1798.

Ig. de São Pedro, Ponta do Pargo: cfr. das Almas, proc.125-130, cx.2, 1779-1797; cfr. da Ascensão, proc.131-135, cx.2, 1791-1802; cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo, proc.136-139, cx.2, 1786-1798; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.140-143, cx.2, 1776-1798; cfr. de N.ª S.ª do Socorro, proc.184-189, cx.2, 1780-1799; cfr. SS., proc.144-171, cx.2, 1779-1783, 1785, 1787-1789, 1792, 1794-1798, 1807-1809, 1811-1819; cfr. de São Pedro, proc.172-176, cx.2, 1779-1799; cfr. do Senhor Jesus, proc.177-183, cx.2, 1780-1798, 1803.

Ig. do Espírito Santo, Calheta: cfr. das Almas, proc.11, cx.1, 1809; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.12, cx.1, 1809; cfr. SS, proc.15-22, cx.1, 1793-1799, 1802-1805, 1807-1816.

Câmara de Lobos:

Capela de Nossa Senhora da Conceição, Câmara de Lobos: cfr. do Corpo Santo (São Frei Pedro Gonçalves Telmo), proc.236-239, cx.3, 1776-1785, 1796, 1810-1812, 1814-1815.

Capela do Espírito Santo, Câmara de Lobos: cfr. do Espírito Santo proc.235, cx.3, 1784-1786.

Convento de São Bernardino, Câmara de Lobos: cfr. de Santa Ana, proc.240-241, cx.3, 1788, 1793-1794; cfr. do Senhor Jesus, proc.242-246, cx.3, 1789-1797.

Ig. de N.ª S.ª da Graça, Estreito de Câmara de Lobos: cfr. das Almas, proc.247-250, cx.4, 1785-1798, 1815-1818; cfr. de N.ª S.ª da Candelária, proc.251-255, cx.4, 1782-1794, 1801-1803; cfr. de N.ª S.ª da Graça, proc.256-263, cx.4, 1792-1793, 1796-1800, 1809-1810, 1814-1815, 1818; cfr. de N.ª S.ª da Salvação, proc. 264-268, cx.4, 1785-1788, 1793-1795, 1801-1817; cfr. SS, proc.269-288, cx.4, 1779, 1785-1788, 1791-1794, 1796-1799, 1804, 1806-1818; cfr. de São Caetano, proc.289-293, cx.4, 1787-1794, 1801-1805; cfr. do Senhor Jesus, proc.294-301, cx.4, 1769-1773, 1778-1782, 1793-1797, 1799-1805, 1813-1819.

Ig. de São Sebastião, Câmara de Lobos: cfr. das Almas, proc.198, 200-201, cx.3, 1788-1807, 1809-1812, 1814-1815; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.202-206, cx.3, 1782-1784, 1786-1792, 1808-1815; cfr. SS., proc.207-221, cx.3, 1787-1800, 1803-1806, 1808-1815; cfr. de Santo António, proc.222-225, cx.3, 1797-1798, 1804-1806, 1811-1815; cfr. de São Pedro, proc.226-229, cx.3, 1773-1785, 1806-1811, 1813-1815; cfr. de São Sebastião, proc.230-234, cx.3, 1791-1792, 1797-1801, 1810-1811, 1813-1814.

Funchal:

Capela de Santo Amaro, Funchal: cfr. de Santo Amaro e Santo Antão, proc.530, cx.7, 1782-1785.

Capela do Corpo Santo, Funchal: cfr. do Corpo Santo (São Frei Pedro Gonçalves Telmo), proc.345-348, cx.5, 1788-1797, 1809-1815.

Convento de São Francisco, Funchal: cfr. das Almas, proc.377, cx.5, 1812.

Ig. de N.ª S.ª da Assunção (Sé), Funchal: cfr. de Santo António, proc.371, cx.5, 1791-1816; cfr. de São Miguel, proc.372, cx.5, 1811-1812.

Ig. de N.ª S.ª do Monte, Funchal: cfr. do Santíssimo Nome de Jesus, proc.302-305, cx.5, 1800-1812; cfr. SS., proc.306-323, cx.5, 1787-1792, 1800-1815.

Ig. de Santa Luzia, Funchal: cfr. de Jesus, proc.324-, cx.5, 1785; cfr. de Santa Luzia, proc.325-328, 330, cx.5, 1779-1780, 1790-1792, 1803-1805; cfr. SS., proc.331-341, cx.5, 1764, 1770, 1773-1774, 1777, 1786-1787, 1789-1792; cfr. do Senhor Jesus e Almas, proc.343, cx.5, 1802-1805.

Ig. de Santo António, Funchal: cfr. das Almas, proc.497-508, cx.7, 1798-1805, 1807-1808, 1810-1815, 1817-1818; cfr de N.ª S.ª de Guadalupe, proc.497, cx.7, 1781-1782; cfr. SS., proc.497, 509-529, cx.7, 1780-1790, 1794-1808, 1810-1814, 1816-1819; cfr. de Santo António, proc.497, cx.7, 1781-1785.

Ig. de São Gonçalo, Funchal: cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.349, cx.7, 1815; cfr. SS, proc.350-358, cx.5, 1810-1818; cfr. de São Gonçalo, proc.359-364, cx.5, 1808-1813, 1815.

Ig. de São Martinho, Funchal: cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.380-410, cx.6, 1779, 1781-1785, 1788-1790, 1792, 1796-1809, 1812-1818; cfr. SS, proc.411-438, cx.6, 1780-1785, 1787, 1789-1791, 1798, 1800-1801, 1803-1805, 1808-1809, 1811-1819; cfr. de Santo António, proc.439-463, cx.6, 1781-1785, 1789, 1791-1792, 1800-1806, 1808-1812, 1814-1819; cfr. do Senhor Jesus e Almas, proc.464-496, cx.6, 1780-1786, 1788, 1792-1793, 1795, 1797-1799, 1801-1807, 1809-1812, 1814-1815, 1817-1819.

Ig. de São Pedro, Funchal: cfr. N.ª S.ª da Boa Morte, proc.365-366, cx.5, 1792-1794, 1796.

Ig. de São Roque, Funchal: cfr. das Almas, proc.531-536, cx.7, 1782, 1787, 1789-1790, 1804-1805; cfr. de N.ª S.ª da Guia, proc.533, 535, 537-554, cx.7, 1774, 1776-1777, 1781, 1785-1786, 1789-1794, 1796-1797, 1803, 1808; cfr. SS, proc.535, 539-541, 555-582, cx.7, 1772, 1783-1785, 1787-1792, 1794-1799, 1801-1803, 1805-1807, 1809-1815, 1817, 1819; cfr. de São Pedro, proc.535, 583-584, cx.7, 1786, 1791, 1798; cfr. de São Roque, proc.533, 535, 585, cx.7, 1788, 1796, 1800, 1805; cfr. do Senhor Jesus, proc.533-535, 540, 555, 586-592, cx.7, 1773-1774, 1776, 1783-1788, 1791-1793, 1795, 1800, 1803.

Machico:

Capela de São Roque, Machico: cfr. de São Roque, proc.626-631, cx.8, 1790-1802.

Ig. de N.ª S.ª da Conceição, Machico: cfr. das Almas, proc.593-596, cx.8, 1790-1801; cfr. de N.ª S.ª da Conceição, proc.597-602, cx.8, 1789-1801, 1807-1808; cfr. de N.ª S.ª da Graça, proc.603-606, cx.8, 1790-1791, 1796-1801, 1808-1810; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc. 607-608, cx.8, 1796-1803; cfr. de Santa Ana, proc.609-610, cx.8, 1794-1801; cfr. SS, proc.611-620, cx.8, 1787-1799, 1801-1803; cfr. de Santo António, proc.621-622, cx.8, 1798-1802; cfr. de São Pedro, proc.623-624, cx.8, 1792-1801; cfr. do Senhor Jesus, proc.625, cx.8, 1790-1797.

Ig. de N.ª S.ª da Guadalupe, Porto da Cruz: cfr. SS., proc.632-650, cx.8, 1794-1802, 1804-1808, 1810, 1812-1817.

Ponta do Sol:

Ig. de N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol: cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.678, cx.9, 1791-1792; cfr. SS, proc.680-682, cx.9, 1785-1789, 1793-1806; cfr. do Senhor Jesus, proc.683-687, cx.9, 1781-1786, 1788-1789, 1792-1798, 1807-1809.

Ig. de N.ª S.ª da Piedade, Canhas: cfr. das Almas, proc.652-653, cx.9, 1783-1784, 1811-1815; cfr. de N.ª S.ª da Piedade, proc.654, cx.9, 1786-1789; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.655, cx.9, 1793-1798; cfr. SS., proc.656-667, cx.9, 1782-1783, 1785-1787, 1789-1796, 1808-1810, 1815-1816; cfr. de Santo António, proc.668, cx.9, 1780-1786; cfr. de São Pedro, proc.669, cx.9, 1793-1798; cfr. do Senhor Jesus, proc.670-672, cx.9, 1787, 1791-1798, 1807-1809, 1816.

Ig. de Santa Maria Madalena, Madalena do Mar: cfr. SS, proc.673-676, cx.9, 1792, 1795-1798; cfr. do Senhor Jesus, proc.677, cx.9, 1797-1798.

Porto Moniz:

Capela de Santa Maria Madalena, Porto Moniz: cfr. de Santa Maria Madalena, proc.751-755, cx.10, 1780, 1789-1790, 1796-1800, 1802-1817.

Capela de São Pedro, Porto Moniz: cfr. de São Pedro, proc.756-757, cx.10, 1791, 1805-1806.

UNIVERSIDADE DA MADEIRA
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO
E ARQUIVO

Ig. de N.ª S.ª da Conceição, Porto Moniz: cfr. das Almas, proc.720-722, cx.10, 1792, 1798-1799, 1804-1809; cfr. de N.ª S.ª da Conceição, proc.723-727, cx.10, 1783-1784, 1787-1789, 1796-1809; cfr. de N.ª S.ª do Carmo, proc.728, cx.10, 1783-1784; cfr. SS., proc.729-750, cx.10, 1780-1783, 1785-1786, 1791-1792, 1794-1796, 1798-1809, 1813-1816.

Ig. de N.ª S.ª da Encarnação, Ribeira da Janela: cfr. das Almas, proc.758-763, cx.10, 1790-1791, 1796-1804, 1807-1809; cfr. de N.ª S.ª da Encarnação, proc.774-790, cx.10, 1796-1804, 1807-1809, 1811-1812, 1814-1818; cfr. de N.ª S.ª do Carmo, proc.764-773, cx.10, 1790-1792, 1794-1795, 1797, 1799-1804, 1808-1809; cfr. SS, proc.791-814, cx.10, 1792-1817.

Ig. de N.ª S.ª do Livramento, Achadas da Cruz: cfr. de N.ª S.ª do Livramento, proc.718-719, cx.10, 1791-1794, 1802-1809.

Ig. de Santo Antão, Seixal: cfr. SS., proc.816-818, cx.10, 1811, 1814, 1817; cfr. de Santo Antão, proc.819-823, cx.10, 1812-1817.

Porto Santo:

Capela de N.ª S.ª da Graça, Porto Santo: cfr. de N.ª S.ª da Graça, proc.824, cx.11, 1775-1796.

Ribeira Brava:

Ig. de N.ª S.ª da Ajuda, Serra de Água: cfr. das Almas, proc.913-921, cx.12, 1787-1799, 1807-1812, 1815-1817; cfr. de N.ª S.ª da Ajuda, proc.922-935, cx.12, 1784, 1789-1791, 1793-1795, 1805-1806, 1808-1811, 1817-1818; cfr. SS, proc.936-946, cx.12, 1781, 1793-1795, 1808-1815.

Ig. da Santíssima Trindade, Tabúa: cfr. das Almas, proc.947, cx.12, 1791-1794; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.948-951, cx.12, 1782-1784, 1787-1794, 1796-1799, 1810-1815; cfr. de Santa Ana, proc.952-953, cx.12, 1791-1794, 1806-1815; cfr. da Santíssima Trindade, proc.954-957, cx.12, 1780-1784, 1789-1793, 1813-1815; cfr. SS, proc.958-961, cx.12, 1780-1785, 1810-1815.

Ig. de São Brás, Campanário: cfr. de N.ª S.ª da Conceição, proc.825-839, cx.11, 1780-1799, 1807-1809; cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo, proc.840-851, cx.11, 1781-1784, 1786-1792, 1795-1809, 1813; cfr. SS., proc.852-879, cx.11, 1779-1780, 1782-1783, 1785-1788, 1790-1794, 1796-1800, 1802-1806, 1809, 1811-1812, 1816-1818; cfr. de São Brás, proc.880-885, cx.11, 1780-1788; cfr. de São Pedro, proc.886-892, cx.11, 1779, 1781-1785, 1787-1788, 1792, 1794; cfr. do Senhor Jesus e Almas, proc.893-902, cx.11, 1780-1785, 1789-1792, 1798-1802, 1806-1814.

Ig. de São Bento, Ribeira Brava: cfr. das Almas, proc.903-905, cx.12, 1796, 1813-1815; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.906-907, cx.12, 1810-1812, 1815; cfr. SS, proc.908-909, cx.12, 1810-1812, 1814-1815; cfr. de São Bento, proc.910, cx.12, 1791-1893; cfr. de São Caetano, proc.911, cx.12, 1786-1789; cfr. de São Pedro, proc.912, cx.12, 1791-1793.

Santa Cruz:

Capela de São Pedro, Santa Cruz: cfr. de São Pedro, proc.1057-1059, cx.13, 1799-1802, 1810.

Convento de N.ª S.ª da Piedade, Santa Cruz: cfr. de Santa Ana, proc.1060-1061, cx.13, 1790-1798, 1800-1802.

Ig. de N.ª S.ª da Luz, Gaula: cfr. de N.ª S.ª da Luz, proc.1028-1036, cx.13, 1790-1801, 1811-1816; cfr. SS., proc.1037-1046, cx.13, 1791-1792, 1795-1796, 1798-1801, 1811-1818; cfr. de Santo António, proc.1047, cx.13, 1799-1801.

Ig. de São Lourenço, Camacha: cfr. das Almas, proc.963-968, cx.13, 1804-1809, 1812-1816, 1818; cfr. de São Lourenço, proc.969-976, cx.13, 1805, 1807-1809, 1813, 1815-1818.

Ig. de São Salvador, Santa Cruz: cfr. das Almas, proc.1048-1049, cx.13, 1791-1801; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.1050-1051, cx.13, 1794-1798; cfr. de Nosso Senhor dos Passos, proc.1052, cx.13, 1799-1801; cfr. SS, proc.1053, cx.13, 1788-1797, 1801; cfr. de Santo António, proc.1054-1055, cx.13, 1790-1801; cfr. do Senhor Jesus, proc.1056, cx.13, 1790-1798.

Ig. do Espírito Santo e Santo Antão, Caniço: cfr. do Arcanjo São Miguel, proc.977-986, cx.13, 1803, 1805-1808, 1811-1813, 1815-1819; cfr. do Divino Espírito Santo, proc.987-988, cx.13, 1804, 1807; cfr. de N.ª S.ª da Conceição, proc.989, cx.13, 1795; cfr. de N.ª S.ª do Monte do Carmo, proc.990-994, cx.13, 1772-1775, 1803-1812; cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.995-1006, cx.13, 1796-1797, 1799-1803, 1805, 1807-1812, 1815-1819; cfr. de Santa Quitéria, proc.1007-1009, cx.13, 1812, 1815-1818; cfr. SS., proc.1010-1020, cx.13, 1766, 1800, 1803, 1807-1818; cfr. de Santo Antão, proc.1021-1023, cx.13, 1804-1805, 1807-1809, 1812-1813; cfr. de Santo António, proc.1024, cx.13, 1817-1819; cfr. do Senhor Jesus, proc.1025-1027, cx.13, 1803-1804, 1807-1809, 1811-1813.

Santana:

Ig. de N.ª S.ª da Natividade, Faial: cfr. de N.ª S.ª do Faial, proc.689, cx.9, 1811-1816; cfr. SS, proc.690-692, cx.9., 1811-1818.

Ig. de Santa Ana, Santana: cfr. de Santa Ana, proc.693-695, cx.9, 1809-1810, 1812, 1813-1815; cfr. SS., proc.696-704, cx.9, 1810-1819.

Ig. de São Jorge, São Jorge: cfr. SS., proc.705-714, cx.9, 1790-1791, 1793, 1797-1798, 1800, 1805-1809, 1816-1819; cfr. de São Jorge, proc.715-717, cx.9, 1804, 1806-1809.

Ig. de São José, Arco de São Jorge: cfr. SS., proc.688, cx.9, 1800-1803;; cfr. de São José, proc.688, cx.9, 1800-1803.

São Vicente

Capela de N.ª S.ª do Rosário, São Vicente: cfr. de N.ª S.ª do Rosário, proc.1197-1215, cx.14, 1785-1786, 1788-1791, 1794-1798, 1803-1819.

Ig. de Santa Quitéria, Boaventura: cfr. de Santa Quitéria, proc.1062-1072, cx.14, 1792-1794, 1799-1802, 1804-1814, 1816-1817.

Ig. do Senhor Bom Jesus, Ponta Delgada: Cfr. das Almas, proc.1073-1080, cx.14, 1792-1793, 1795-1817; cfr. SS., proc.1081-1100, cx.14, 1792-1794, 1796, 1798-1800, 1802-1803, 1806-1807, 1809-1815, 1817; cfr. do Senhor Bom Jesus, proc.1101-1103, cx.14, 1802-1803, 1810-1817; cfr. de Santo António, proc.1104-1105, cx.14, 1806-1817.

Ig. de São Vicente, São Vicente: cfr. das Almas, proc.1106-1121, cx.14, 1786-1798, 1807-1810, 1812-1814, 1816-1819; cfr. SS., proc.1122-1157, cx.14, 1778, 1780-1782, 1784-1788, 1790-1796, 1798-1799, 1801-1802, 1804-1805, 1807-1818; cfr. de São Vicente, proc.1158-1179, cx.14, 1783, 1785, 1792-1795, 1797-1798, 1805-1817, 1819; cfr. do Senhor Jesus, proc.1180-1196, cx.14, 1792-1798, 1806-1807, 1809-1819.

6.1.1.5. Provedoria da Real Fazenda

Índex Geral do Registo da Antiga Provedoria da Real Fazenda (1419-1775).

6.1.1.6. Registos Notariais

Notário de António José de Gouveia: L.º2249 (19 Maio – 22 Out. 1799).

Notário de António Rodrigues do Carmo e Costa: L.º991 [6] (7 Jan. – 21 Mai. 1773). L.º995 [10] (19 Abr. – 14 Jul. 1774). L.º996 [11] (15 Jul. – 11 Nov. 1774). L.º997 [12] (12 Nov. 1774 – 10 Fev. 1775). L.º998 [13] (10 Fev. – 23 Abr. 1775). L.º999 [14] (18 Jul. – 26 Abr. 1775). L.º1000 [15] (10 Set. – 2 Ag. 1775). L.º1001 [16] (20 Dez. 1775 – 8 Abr. 1776). L.º1002 [17] (11 Abr. – 30 Jul. 1776). L.º1008 [23] (13 Abr. – 19 Ag. 1779). L.º1010 [25] (12 Jan. – 10 Jul. 1780). L.º1011 [26] (12 Jul. – 13 Dez. 1780). L.º1012 [27] (14 Dez. – 7 Abr. 1781). L.º1013 [28] (7 Abr. – 30 Out. 1781). L.º1014 [29] (30 Out. – 3 Fev. 1782). L.º1015 [30] (4 Fev. – 25 Mai. 1782). L.º1016 [31] (25 Mai. – 23 Out. 1782). L.º1017 [32] (23 Out. – 1 Fev. 1783). L.º1018 [33] (1 Fev. – 8 Abr. 1783). L.º1019 [34] (10 Abr. – 15 Jun. 1783). L.º1020 [35] (18 Jun. – 16 Out. 1783). L.º1021 [36] (17 Out. 1783 – 24 Jan. 1784). L.º1022 [37] (24 Jan. – 19 Abr. 1784). L.º1023 [38] (20 Abr. – 30 Jun. 1784). L.º1024 [39] (30 Jun. – 27 Out. 1784). L.º1025 [40] (30 Out. 1784 – 8 Jan. 1785). L.º1026 [41] (8 Jan. – 11 Mar. 1785). L.º1027 [42] (12 Mar. – 28 Mai. 1785). L.º1028 [43] (28 Mai. – 13 Ag. 1785). L.º1029 [44] (20 Ag. – 2 Nov. 1785). L.º1030 [45] (2 Nov. – 16 Jan. 1786). L.º1031 [46] (17 Jan. – 10 Mar. 1786). L.º1032 [47] (13 Mar. – 17 Mai. 1786). L.º1033 [48] (17 Mai. – 11 Ag. 1786). L.º1034 [49] (26 Jun. – 30 Nov. 1786). L.º1035 [50] (1 Dez. 1786 – 13 Mar. 1787). L.º1036 [51] (13 Mar. – 13 Ag. 1787). L.º1037 [52] (13 Ag. – 3 Nov. 1787). L.º1038 [53] (5 Nov. 1787 – 18 Fev. 1788). L.º1039 [54] (10 Jun. – 9 Nov. 1788). L.º1040 [55] (20 Fev. – 9 Jun. 1788). L.º1041 [56] (13 Nov. 1788 – 3 Mar. 1789). L.º1042 [57] (4 Mar. – 29 Mai. 1789). L.º1043 [58] (30 Mai. – 30 Set. 1789). L.º1044 [59] (1 Out. 1789 – 25 Jan. 1790). L.º1045 [60] (25 Jan. – 15 Abr. 1790). L.º1046 [61] (20 Abr. – 17 Ag. 1790). L.º1047 [62] (18 Ag. – 27 Nov. 1790). L.º1048 [63] (27 Nov. 1790 – 2 Mar. 1791). L.º1049 [64] (4 Mar. – 16 Jun. 1791). L.º1050 [65] (17 Jun. – 7 Out. 1791). L.º1051 [66] (19 Dez. 1791 – 3 Fev. 1792). L.º1052 [67] (4 Fev. – 26 Mai. 1792). L.º1053 [68] (26 Mai. – 22 Ag. 1792). L.º1054 [69] (23 Ag. – 20 Nov. 1792). L.º1055 [70] (20 Nov. 1792 – 13 Fev. 1793). L.º1056 [71] (13 Fev. – 5 Jun. 1793). L.º1057 [72]. L.º1058 [73] (30 Set. 1793 – 3 Jan. 1794). L.º1059 [74] (4 Fev. – 2 Mai. 1794). L.º1060 [75] (2 Mai. – 5 Ag. 1794). L.º1061 [76] (5 Ag. – 4 Dez. 1794).

L.º1062 [77] (4 Dez. 1794 – 23 Mar. 1795). L.º1063 [78] (23 Mar. – 18 Jun. 1795). L.º1064 [79] (18 Jun. – Out.1795). L.º1065 [80] (13 Out. 1795 – 22 Fev. 1796). L.º1066 [81] (26 Fev. – 15 Jun. 1796). L.º1067 [82] (2 Jun. – 25 Out. 1796). L.º1068 [83] (26 Out. – 22 Nov. 1796). L.º3427 [frag. de L.º] (Dez. 1782 – 13 Jan. 1783).

Notário de Demétrio Florindo Sousa: L.º2272 (27 Julho – 11 Set. 1813).

Notário de Francisco Inácio Xavier: L.º2183 [2] (21 Nov. 1876 – 31 Maio 1877). L.º2182 [5] (23 Maio – 6 Nov. 1878). L.º2184 [46] (23 Maio – 7 Jul. 1788). L.º2185 [55] (27 Fev. – 28 Abr. 1790). L.º2186 frag. [?] (12 Mar. – 24 Mar. 1791). L.º2188 [68] (15 Set. 22 Nov. 1792). L.º2189 [71] (7 Mar. – 10 Maio 1793). L.º2190 (22 Jan. – 6 Mar. 1793). L.º2191 (1 Ag. – 28 Set. 1793). L.º2216 (23 Maio – Julho 1793). L.º2217 (25 Set. – 20 Dez. 1793). L.º2218 (21 Dez. 1793 – Fev. 1794). L.º2219 (11 Fev. – 8 Abril 1794). L.º2220 (5 Jun. – 13 Ag. 1794). L.º2052 (14 Ag. – 20 Out. 1794). L.º2221 (21 Out. – Nov. 1794). L.º2222 frag. (17 Dez. 1794 – 3 Jan. 1795). L.º2223 frag. (18 – 23 Jan. 1795). L.º2224 (23 Jan. – 24 Março 1795). L.º2225 (3 Set. – 13 Dez. 1796). L.º2226 (12 Dez. 1797 – 11 Jan. 1798). L.º2227 (2 Jan. – 4 Março 1798). L.º2248 frag. (28 Fev. – 27 Março 1798). L.º2247 (27 Março – 6 Julho 1798). L.º2228 frag. (7 – 19 Julho 1798). L.º2229 frag. (12 – 30 Nov. 1799). L.º2254 frag. (29 Abril – 7 Maio 1800). L.º2269 frag. (25 Junho – 20 Julho 1801). L.º2269 frag. (25 Junho – 20 Julho 1801). L.º2255 frag. (21 Abril – 13 Maio 1802). L.º2257 (17 Set. 1802 – 20 Jan. 1803). L.º 2256 [116] (17 Set. 1802 – 20 Jan. 1803). L.º2258 [117] (4 Fev. – 26 Maio 1803). L.º2270 frag. (25 Março – 26 Junho 1804). L.º2271 frag. (8 Jan. – 28 Nov. 1808). L.º2261 frag. (19 Março – 6 Abril 1809). L.º2260 (7 Abril – 14 Julho 1809). L.º2259 (5 Set. 1809 – 11 Fev. 1810). L.º2262 (13 Fev. – 25 Out. 1810). L.º2263 [134] (26 Out. 1810 – 17 Fev. 1811). L.º2265 frag. (30 Março 1811 – 6 Ag. 1811). L.º2264 (7 Ag. – 11 Dez. 1811). L.º2266 [137] (8 Jan. – 23 Julho 1812). L.º2267 (25 Julho 1812 – 18 Fev. 1813). L.º2268 frag. (18 Fev. – 30 Abril 1813). L.º2272 frag. (11 Maio – 16 Junho 1813).

Notário de Francisco João Rebelo: L.º2241 [1] (25 Junho – 26 Ag. 1771). L.º2242 [3] (22 Abril 1772 – 3 Abril 1773). L.º2233 (26 Nov. 1774 – 8 Fev. 1776). L.º2243 [6] (14 Dez. 1782 – 1 Set. 1783).

Notário de Henrique José dos Santos: L.º2234 (13 Dez.1780 – 25 Junho 1781). L.º2244 [L.º7] (6 Set. 1783 – 20 Abril 1784). L.º2235 (20 Abril 1784 – 29 Out. 1784). L.º2245 (30 Out. 1784 – 30 Abril 1785). L.º2246 (12 Maio 1785 – 19 Dez. 1785).

Notário de Jacinto Henriques Teles: L.º2049 [1] (23 Jan. 1793 – 25 Jan. 1794). L.º2050 [3] (9 Ag. 1794 – 26 Nov. 1794). L.º2051 (8 Fev. 1794 – 9 Fev. 1794). L.º2052. L.º2053 [4] (27 Nov. 1794 – 1 Fev. 1795). L.º2054 (17 Abr. 1795 – 10 Jul. 1795). L.º2055 [7] (11 Jul. 1795 – 17 Set. 1795). L.º2056 [8] (19 Set. 1795 – 16 Abr. 1795). L.º2057 (3 Fev. 1795 – 16 Abr. 1795). L.º2058 [9] (12 Nov. 1795 – 24 Jan. 1796). L.º2059 [10] (25 Jan. – 30 Mar. 1796). L.º2060 (11 Jul. – 25 Ag. 1796). L.º2061 (27 Ag. – 8 Nov. 1796). L.º2062 (31 Maio – 10 Jul. 1796). L.º2063 [11] (31 Mar. – 30 Maio 1796). L.º2064 (8 Nov. 1796 – 7 Jan. 1797). L.º2065 (5 Jun. – 22 Jul. 1797). L.º2066 [20] (25 Jul. – 14 Out. 1797). L.º2067 (2 Mar. – 24 Abr. 1797). L.º2068 (25 Abr. – 3 Jun. 1797). L.º2069 (8 Jan. – 1 Mar. 1797). L.º2070 (14 Out. 1797 – 1 Jan. 1798). L.º2071 (22 Fev. – 22 Mai. 1798). L.º2072 (2 Jan. 1798 – 22 Fev. 1798). L.º2073 (25 Mai. 4 Ag. 1798). L.º2074 [25] (6 Ag. – 22 Out. 1798). L.º2075 [26] (23 Out. 1798 – 2 Fev. 1799). L.º2076 (17 Abr. – 7 Ag. 1799). L.º2077 (8 Ag. – 5 Nov. 1799). L.º2078 [27] (3 Fev. – 15 Abr. 1799). L.º2079 (20 Jan. – 20 Mar. 1800). L.º2080 [33] (23 Mai. – 7 Jul. 1800). L.º2081 (12 Set. – 31 Out. 1800). L.º2082 [36 B] (1 Nov. – 12 Dez. 1800). L.º2083 (22 Mar. – 21 Mai. 1800). L.º2084 [34] (8 Jul. – 11 Set. 1800). L.º2085 (7 Nov. 1799 – 20 Jan. 1800). L.º2086 (12 Fev. – 10 Abr. 1801). L.º2087 (3 Jun. – 10 Ag. 1801). L.º2088 (12 Dez. 1800 – 12 Fev. 1801). L.º2089 (11 Abr. – 2 Jun. 1801). L.º2090 (11 Ag. – 23 Out. 1801). L.º2091 [42] (23 Out. 1801 – 3 Mar. 1802). L.º2092 (5 Jan. – 15 Mar. 1802). L.º2093 (12 Ag. – 24 Nov. 1802). L.º2094 [44] (15 Mar. – 18 Mai. 1802). L.º2095 (21 Mai. – 13 Ag. 1802). L.º2096 [47] (26 Nov. 1802 – 15 Fev. 1803). L.º2097 (19 Fev. – 19 Mai. 1803). L.º2098 [43] (18 Mai. – 8 Ag. 1803). L.º2099 [50] (9 Ag. – 1 Dez. 1803). L.º2100 [51] (2 Dez. 1803 – 1 Mar. 1804). L.º2101 [53] (21 Ag. – 4 Dez. 1804). L.º2102 [52] (3 Mar. – 21 Ag. 1804). L.º2103 (17 Dez. 1804 – 8 Fev. 1805). L.º2104 (28 Dez. 1809 – 9 Fev. 1810). L.º2105 (28 Ag. – 17 Out. 1809). L.º2106 (29 Out. – Dez. 1810). L.º2107 (11 Ag. – 19 Out. 1810)

Notário de Januário Francisco da Costa: L.º1068 [1] (25 Nov. 1796 – 5 Mar. 1797). L.º1069 [2] (6 Mar. – 15 Mai. 1797). L.º1070 [3] (15 Mai. – 31 Jul. 1797). L.º1071 [4] (31 Jul. – 7 Nov. 1797). L.º1072 [5] (7 Nov. 1797 – 5 Jan. 1798). L.º1073 [6] (6 Jan. – 4 Mar. 1798). L.º1074 [7] (4 Mar. – 19 Abr. 1798). L.º1075 [8] (19 Abr. – 7 Jul. 1798). L.º1076 [9] (9 Jul. – 17 Out. 1798). L.º1077 [10] (23 Out. 1798 – 5 Jan. 1799). L.º1078 [11] (5 Jan. – 20 Abr. 1799). L.º1079 [12] (18 Abr. – 18 Ag. 1799). L.º1080 [13] (21 Ag. – 28 Nov. 1799). L.º1081 [14] (29 Nov. 1799 – 18 Fev. 1800). L.º1082 [15] (19 Fev. – 11 Mai. 1800). L.º1083 [16] (11 Mai. – 31 Jul. 1800). L.º1084 [17] (31 Jul. – 6 Nov. 1800). L.º1085 [18] (6 Nov. 1800 – 2 Jan. 1801). L.º1086 [19] (3 Jan. – 22 Mar. 1801). L.º1087 [20] (22 Mar. – 30 Mai. 1801). L.º1088 [21] (3 Jun. – 17 Jul. 1801). L.º1089 [22] (17 Jul. – 5 Nov. 1801). L.º1090 [23] (5 Nov. 1801 – 6 Fev. 1802). L.º1091 [24] (8 Fev. – 23 Abr. 1802). L.º1092 [25] (24 Abr. – 18 Jun. 1802). L.º1093 [26] (19 Jun. – 13 Ag. 1802). L.º1094 [27] (13 Ag. – 17 Out. 1802). L.º1095 [28] (19 Out. – 22 Dez. 1802). L.º1096 [29] (22 Dez. 1802 – 14 Fev. 1803). L.º1097 [30] (16 Fev. – 5 Abr. 1803). L.º1098 [31] (5 Abr. 16 Mai. 1803). L.º1099 [32] (17 Mai. – 6 Ag. 1803). L.º1100 [33] (6 Ag. – 20 Nov. 1803). L.º1101 [34] (21 Nov. 1803 – 10 Mar. 1804). L.º1102 [35] (12 Mar. – 8 Mai. 1804). L.º1103 [36] (9 Mai. – 3 Jul. 1804). L.º1104 [37] (3 Jul. – 26 Ag. 1804). L.º1105 [38] (27 Ag. – 28 Nov. 1804). L.º1106 [39] (29 Nov. 1804 – 15 Fev. 1805). L.º1107 [40] (16 Fev. – 13 Mai. 1805). L.º1108 [41] (13 Mai. – 17 Jul. 1805). L.º1109 [42] (17 Jul. – 8 Nov. 1805). L.º1110 [43] (9 Nov. 1805 – 4 Mar. 1806). L.º1111 [44] (5 Mar. – 22 Mai. 1806). L.º1112 [45] (22 Mai. – 30 Jul. 1806). L.º1113 [46] (31 Jul. – 15 Out. 1806). L.º1114 [47] (15 Out. 1806 – 8 Jan. 1807). L.º1115 [48] (12 Jan. – 6 Abr. 1807). L.º1116 [49] (6 Abr. – 4 Jul. 1807). L.º1117 [50] (4 Jul. – 12 Out. 1807). L.º1118 [51] (14 Out. 1807 – 9 Fev. 1808). L.º1119 [52] (10 Fev. – 9 Mai. 1808). L.º1120 [53] (11 Mai. – 12 Jul. 1808). L.º1121 [54] (19 Jul. 31 Ag. 1808). L.º1122 [55] (10 Dez. 1808 – 24 Mar. - 1809). L.º1123 [56] (25 Mar. – 20 Mai. 1809). L.º1124 [57] (23 Mai. 23 Ag. 1809). L.º1125 [58] (29 Ag. – 6 Dez. 1809). L.º1126 [59] (6 Dez. 1809 – 5 Mar. 1810). L.º1127 [60] (7 Mar. – 20 Mai. 1810). L.º1128 [61] (22 Mai. – 6 Set. 1810). L.º1129 [62] (11 Set. 1810 – 26 Jan. 1811). L.º1130 [63] (29 Jan. – 25 Abr. 1811). L.º1131 [64] (26 Abr. 7 Ag. 1811). L.º1132 [65] (8 Ag.1811-29 Out.1811). L.º1133 [66] (29 Out.1811-31Dez.1811). L.º1134 [67] (7 Jan.1812-30 Maio 1812). L.º1135 [68] (30 Maio a 10 Out. 1812). L.º1136 [69] (14 Out.1812-3 Fev. 1813). L.º1137 [70] (4 Fev. a 14 Maio 1813). L.º1138 [71] (17 Maio a 27 Ag. 1813). L.º1139 [72] (30 Ag. A 22 Dez. 1813). L.º1140 [73] (24 Dez. 1813 a 1 Abril 1814). L.º1141 [74] (4 Abril a 27 Junho 1814). L.º1142 [75] (30 Junho a 26 Nov. 1814). L.º1143 [76] (28 Nov. 1814 a 25 Fev. 1815). L.º1144 [77] (27 Fev. a 20 Maio 1815). L.º1145 [78] (23 Maio a 20 Set. 1815). L.º1146 [79] (22 Set. a 31 Dez. 1815). L.º1147 [80] (3 Jan. a 19 Abril 1816). L.º1148 [81] (19 Abril a 5 Julho 1816). L.º1149 [82] (6 Julho a 27 Set. 1816). L.º1150 [83] (29 Set. a 31 Jan. 1817). L.º1151 [84] (3 Fev. a 26 Abril 1817).

Notário de José da Costa Leal: L.º2250 [21] (18 Jan. – 22 Maio 1827). L.º2251 [22] (22 Maio 1827 – 13 Jan. 1828). L.º2252 [23] (15 Jan. 1828 – 30 Março 1829). L.º2253 [26] (24 Dez. 1830 – 30 Jul. 1831).

Notário de José Joaquim da Silva: L.º2236 [4] (26 Set. 1765 – 21 Março 1766). L.º2237 [7] (31 Julho 1767 – 8 Março 1768). L.º2238 [8] (9 Março – 13 Julho 1768). L.º2230 (14 Julho 1768 – 3 Dez. 1768). L.º2231 (4 Dez. 1768 – 6 Abril 1769). L.º2239 [11] (8 Abril – 7 Ag. 1769). L.º2232 (4 Fev. – 12 Julho 1770). L.º2240 [16] (19 Dez. 1770 – 21 Março 1771). L.º2241 [17] (22 Março – 23 Maio 1771).

Notário de Manuel António de Oliveira: L.º2192 (17 Nov. 1795 – 17 Jan. 1800)

Notário de Pedro Gonçalves Correia: L.º2241 (16 Set. 1771 – 2 Out. 1771).

6.1.2. ARQUIVO DO PAÇO EPISCOPAL DO FUNCHAL

Livro de lançamento dos termos do dinheiro deitado na arca da Matriz de São Jorge, pertencente ás Confrarias, Devoções e Fábrica desta Igreja, 1769.

Livro da Fábrica, da Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Ilha do Porto Santo, 1736- 1785.

Livro da Fábrica da Colegiada do Porto Santo, 1789 a 1879.

Livro da Arca, Entrada e saída de dinheiro da Igreja de São Pedro (Funchal) e Confrarias dela, L.º9, séc. XVIII.

6.1.3. ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO

Provedoria da Junta da Real Fazenda do Funchal

Registo Geral da Fazenda e Contos: L.º971 (1569 - 1775); L.º972 (1569 - 1775); L.º973 (1569 - 1775); L.º974 (1569 - 1775); L.º975 (1569 - 1775); L.º976 (1569 - 1775).

Registo de Títulos Reais: L.º977 (1775 - 1825).

6.2. FONTES IMPRESSAS / COLECTÂNEAS DOCUMENTAIS

Arquivo Histórico da Madeira – *Instrumentos Descritivos – Relatório do inquérito aos arquivos públicos na RAM*, Boletim do Arquivo Regional da Madeira, Vol XXII, Imprensa Regional da Madeira, 1999.

NORONHA, Henrique Henriques *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na ilha da Madeira 1722*de, , Transcrição e notas de Alberto Vieira, SRTC / CEHA, Funchal, 1996;

VERÍSSIMO, Nelson, *Madeira, Referências Bibliográficas*, Funchal, 1996 (policopiado com adenda);

VIEIRA, Alberto, *Guia para a História e investigação das Ilhas Atlânticas*, CEHA, SRTC, 1995.

Registos Paroquais, casamentos:

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho de Câmara de Lobos (1564 - 1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 4, leitura paleográfica e revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal: Santa Luzia, Santa Maria Maior e São Pedro (1568-1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 3, leitura paleográfica de Luís de Sousa Melo (1568-1859) e Fátima Barros (1860-1893), revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho de Santa Cruz (1539 - 1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 2, leitura paleográfica e revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho de Machico (1577 - 1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 1, leitura paleográfica e revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho da Ribeira Brava (1539 - 1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 5, leitura paleográfica e revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos da Ponta do Sol (1565 - 1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 7, leitura paleográfica e revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2001.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal: N.ª S.ª do Monte, São Gonçalo e São Roque (1569-1893), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais 6, leitura paleográfica de Luís de Sousa Melo (1569-1859) e Fátima Barros (1860-1893), revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2000.

Índice dos Registos de Casamentos do Concelho do Funchal: freguesia da Sé (1539-1911), Arquivo Histórico da Madeira, Série Índices dos Registos paroquiais, leitura paleográfica de Luís de Sousa Melo (1539-1859) e Fátima Barros (1860-1911), revisão de Fátima Barros, SRTC, DRAC, ARM, 2002.

6.3. BIBLIOGRAFIA

6.3.1. Obras de carácter geral

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 tomos, Coimbra, 1910 – 1922.

ALMEIDA, José Carlos Ferreira de, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Porto, 1988.

ANACLETO, Regina, *Neoclassicismo e Romantismo, in História da Arte em Portugal*, vol. 10, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

BORGES, Nélson Correia, *Do Barroco ao Rococó*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 9, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

CIRLOT, Juan-Eduardo, *Dicionário de Símbolos*, São Paulo, Ed. Moraes, 1984.

CONTI, Flavio, *Como reconhecer a arte rococó*, edições 70, 1978.

Enciclopédia Luso Brasileira, Editorial Verbo, Lisboa, 1972.

Encyclopédie Française Larousse, Librairie Larousse, Paris, 1972.

FRANÇA, José Augusto (direcção), *Dicionário da pintura portuguesa*, Lisboa, Estúdios Cor, 1973.

Grande Enciclopédia Luso-Brasileira, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa, 1945.

HAUSER, Arnald, História Social da Arte e da Cultura – Rococó, Classicismo e Romantismo, vol. IV, Estante Editora, 1989.

HESPANHA, António Manuel, "A Arquitectura dos Poderes", *O Antigo Regime*, 4.º vol. da *História de Portugal (1620 – 1807)*, pp. 273 a 279.

HESPANHA, António Manuel, *O Antigo Regime (1620 – 1807)*, 4.º vol. da História de Portugal (direcção de José Mattoso), Lisboa, 1993.

LOJA, António, "Ventos da História, sinais de Iluminismo e Revolução na Madeira do século XVIII", in *As sociedades ... do Século XVIII*, pp. 137 a 157.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Sistemas familiares", in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. *O Antigo Regime*, pp. 279.

MOURA, Carlos, *O Limiar do Barroco*, in *História da Arte em Portugal*, vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*, São Paulo, Cosac & Naify, 2003.

PENTEADO, Pedro, Confrarias Portuguesas da Época Moderna: problemas, resultados e tendências da investigação, in rev. *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, T.º VII, Lisboa, 1995.

PEREIRA, Paulo (direcção de), *História da Arte Portuguesa – Do barroco à contemporaneidade*, vol. 3, Círculo de Leitores, Temas e Debates e Autores, 1995.

SANTOS, Reynaldo dos, *Oito séculos de Arte Portuguesa – História e espírito*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1963 – 68.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. V (1640 – 1750) e VI (1750 – 1807), Verbo, Lisboa, 1980 e 1982.

SERRÃO, Joel (direcção), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols. Iniciativas Editoriais, Porto, 1979;

, *Pequeno dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

SIMÕES, João Miguel dos Santos, *Azulejaria portuguesa nos Açores e na Madeira*, Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1963.

SMITH, prof. Robert Chester, *A Talha em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1962;

, *Frei José de Santo António Vilaça. Escultor beneditino do século XVIII*, 2 vols., Lisboa, 1972.

6.3.2. Obras sobre a História da Madeira

I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986, Actas, 2 vols., CEHA, Funchal, 1990;

II Colóquio, idem, 1989, Comissão dos Descobrimentos, 1990;

III Colóquio, idem, 1992, CEHA, Funchal, 1993;

BARROS, Maria Bernardete Pestana Andrade Henrique de, *Dona Guiomar de Sá Vilhena, Uma mulher do século XVIII*, SRTC, ed. CEHA, Funchal, 2001.

CARITA, Rui, "As obras de defesa da Madeira no séc. XVIII", in rev. Islenha, n.º 23, Jul. – Dez. 1998, pp. 167 – 178.

, *Conhecimento e Definição do Território. Os Engenheiros Militares (Séculos XVII-XIX)*, catálogo de exposição in Torre do Tombo, Lisboa, Junho a Julho de 2003.

, *História da Madeira – O século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, SER, Funchal, 1999.

, *História da Madeira – O séc. XVIII: Arquitectura de Poderes*, vol. IV, SRE, Funchal, 1996.

, *Paulo Dias de Almeida e a Descrição da Ilha da Madeira de 1817 / 1827*, Funchal, 1982, DRAC.

, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal – Descrição e Inventário*, vol. II, Funchal, SRE, 1987.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas, *Dinamismo sócio-económico do Funchal na Segunda metade do século XVIII*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1994;

FREITAS, Graça, SANTOS, Manuel, "Notas sobre a freguesia do Estreito de Câmara de Lobos", in rev. *Girão*, n.º 4, 1.º semestre 1990, p.132.

GOMES, Eduarda Maria de Sousa, *O Convento da Encarnação do Funchal, subsídios para a sua História: 1660 – 1777*, ed. CEHA, Funchal, 1995;

JARDIM, Dina, *A Misericórdia do Funchal no século XVIII*, CEHA, Funchal, 1996;

MONCADA, Luís Cabral de; MARTINS, José António Bettencourt de Mendonça e Vasconcelos, *Espinoza Martel e Mendonça e Vasconellos - Alegretes*, Lisboa, 2002.

PEREIRA, Eduardo C. N., *Ilhas de Zargo*, vol. I, II, 4.ª edição, Funchal, 1989.

PIO, Manuel Ferreira, *Santa Cruz da Ilha da Madeira*, Funchal, 1967;

RIBEIRO, João Adriano, *Subsídios para a História do Concelho*, Ponta do Sol, 1993.

RIBEIRO, Orlando, *A ilha da Madeira até meados do séc. XX* (1.ª ed., em francês, 1948), Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1985;

RODRIGUES, Paulo Miguel, "A Madeira e os interesses britânicos nas vésperas da primeira ocupação inglesa (1796-1801)", in rev. *Islenha*, n.º28, Funchal, Jan. – Jun. 2001, págs. 5 a 12.

, *A Política e as questões militares na Madeira – o período das Guerras Napoleónicas*, Funchal, CEHA, 1999.

SARMENTO, Tenente-coronel Alberto Arthur, *Freguezias da Madeira*, Funchal, 1953.

SILVA, Padre Fernando Augusto da, *Subsídios para a História da Diocese do Funchal*, vol. I, Funchal, 1946.

SILVA, Padre Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, 3 vols., Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1946;

SMITH, Adam, *As Sociedades Insulares no contexto das interfluências culturais do século XVIII*, Actas do Colóquio, Funchal, Outubro de 1993, ed. CEHA, Março de 1994;

SOUSA, João José Abreu de, *O Movimento do porto do Funchal e a conjuntura da Madeira de 1727 a 1810, alguns aspectos*, DRAC, Funchal, 1989;

, *O Convento de Santa Clara*, idem, 1991;

TRINDADE, Ana Cristina Machado, *A Moral e o Pecado Público no arquipélago da Madeira, na segunda metade do século XVIII*, CEHA, SRTC, Funchal, 1999.

VERÍSSIMO, Nelson, "A confraria do Corpo Santo no século XVIII", in rev. *Islenha*, n.º 10, Jan. – Jun. 1992, págs. 116 a 124;

, "As instruções para o governador D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho (1781 – 1798)", in *As sociedades insulares*, págs. 185;

, "Confrarias: algumas questões sobre conflitos jurisdicionais na 2.ª metade do séc. XVIII", in rev. *Islenha*, n.º 14, Jan. – Jun., Funchal, 1994, págs. 26 a 31;

, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do séc. XVII*, DRAC, SRTC, Funchal, 2000.

VIEIRA, Alberto, *A vila de São Vicente, evocação dos duzentos e cinquenta anos (1744 – 1994)*, câmara municipal de São Vicente, 25 de Agosto de 1994;

, "O Funchal no contexto das mudanças político – ideológicas do século XVIII. O corso e a guerra de represália como arma", in *colóquio As Sociedades...* .

6.3.3. Obras sobre História de Arte na Madeira

"A propósito da "Aula de Desenho e Pintura: As catorze Figuras duma Tela", in rev. *AHM*, vol. I-II p.67 – 72.

ARAÚJO, Juvenal Henriques de, *Capela de N.ª S.ª do Desterro na freguezia do Monte da ilha da Madeira. Breve Registo*, Lisboa, 1942.

CARITA, Rui, *O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, vol. II., SRE., Funchal, 1987.

CARITA, Rui e SAINZ-TRUEVA, José Manuel de, Funchal, *Roteiro Histórico e Cultural da Cidade*, Câmara Municipal do Funchal, 1997.

CARITA, Rui, "A capela de São João da Ribeira (II), *Jornal da Madeira*, 29 Mar. 1988;

, "A Confraria de S. José da Sé do Funchal e a Família da Ilustríssima Dona Guiomar de Sá Vilhena", in rev. *Islenha*, nº27, Funchal, Jun. – Dez. 2000, pp. 61-70;

, "As obras de defesa da Madeira no séc. XVIII", rev. *Islenha*, n.º23, Jul. – Dez. 1998, pp. 167-178;

, "O altar mor da matriz do Porto Santo", in Revista do *Diário de Notícias*, Funchal, 10 Set. 1995;

, O Notável espólio da Capela do Loreto, *Diário de Notícias*, Funchal, 2 de Jul. de 1995, p.12;

"Os mestres das obras reais no séc. XVIII e a reconstrução do Paço Episcopal", in rev. *Islenha*, n.º 17, Funchal, Jul. – Dez. 1995, pp. 18 – 24;

CLODE, eng.º Luís Peter, "O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte", in *DAHM*, vol. III, n.º13, 1952, Funchal, p. 38.

FERREIRA, Ana Paula de Sousa, *A igreja de São Roque*, trabalho realizado no âmbito do mestrado em História e Cultura das Regiões, Funchal, UMa, 2000 (policopiado).

FERREIRA, padre Manuel Juvenal Pita, *A Sé do Funchal*, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1963;

, "A ourivesaria sacra da igreja paroquial de S. Gonçalo", in *DAHM*, n.º 7, Funchal, 1951;

, "Artistas madeirenses", in *DAHM*, vol. V, n.º 30, Funchal, 1960, pp. 53 – 59;

, "Notas para a história da freguesia de Santa Cruz", rev. DAHM, n.º 19 e 20, Funchal, 1955;

, "Notas para a história da freguesia de Santa Cruz – Igreja Matriz de Santa Cruz", rev. DAHM, n.º 8, Funchal, p.20.

, "Santa Cruz", *idem*, n.os 9 e 13, idem e 1952;

FONSECA, Fernando Taveira da, "A reforma da Universidade de Coimbra (1772) e o seu reflexo na sociedade insular", com. ao colóquio *As sociedades insulares ...* .

FREITAS, Eugénio de Andrea da Cunha e, "Inventário de uma fidalga madeirense no século XVIII", in *AHM*, vol. VI, Funchal, 1939, pp. 71 – 73;

FREITAS, J. Lourenço de G. e, "A antiga igreja matriz de Gaula", revista *Islenha*, n.º22, Funchal, Jan.-Jun. 1998, pp. 11 – 30.

GOMES, Fátima Freitas, "Oficiais e ofícios mecânicos no Funchal (séculos XVIII a princípios do século XIX)", in *Actas do II Colóquio...*, pp. 201 – 211;

,"Arqueologia de um ofício: o cerieiro", in rev. *Islenha*, n.º1, Jul. – Dez. 1987, pp. 95 – 110;

, "Ourives madeirenses, séculos XVI a XIX", in rev. *Islenha*, n.º 10, Funchal, Jan. – Jul. 1992, pp. 39 – 58.

GONÇALVES, Maria Alexandra de Sousa, *A igreja de São Brás, no Campanário*, trabalho realizado no âmbito do mestrado em História e Cultura das Regiões, Funchal, UMa, 2001 (policopiado).

GOUVEIA, David Ferreira de, "Santo António no Folclore", in rev. Islenha, n.º 6, Jan. – Jun. 1990, pp. 21 – 33.

GUERRA, Jorge Valdemar, "A Quinta de Nossa Senhora das Angústias, em torno dos seus proprietários", in rev. *Islenha*, n.º 14, Jan. – Jun. 1994, pp. 122 – 134.

LADEIRA, Paulo Jesus, *A confraria de N.ª S.ª da Boa Morte da freguesia de São Pedro do Funchal*, trabalho realizado no âmbito do mestrado em História e Cultura das Regiões, Funchal, UMa, 2000 (policopiado).

, *A igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo*, idem.

MATOS, padre Silvério Aníbal de, *São Jorge e suas Ermidas*, Edição da Câmara Municipal de Santana, Junta de Freguesia de São Jorge e Casa do Povo de São Jorge, Funchal, 2000.

NASCIMENTO, João Cabral do, "O nosso património artístico", in rev. *AHM*, 1933, vol. III, p.5-6, 97, 160.

,"Criação e funcionamento da Aula de Desenho e Pintura do Funchal", in rev. *AHM*, 1931, vol. I, p.34-40

, Idem, 1934-35, vol. IV, pp. 139-158.

, "Estampas antigas com assuntos madeirenses", in rev. *AHM*, vol. IV, Funchal, 1934 – 35, pp. 14 – 16.

, "O verdadeiro retrato de Nossa Senhora do Monte", in rev. *AHM*, vol. I, 1931, p.63

PEREIRA, Eduardo, "Arte religiosa", in rev. *DAHM*, vol. VIII, n.º41, 1971, pp.5 – 13.

PITA, cónego Manuel Gonçalves, "O sacrário da igreja de Nossa Senhora da Graça", in rev. *Girão*, n.º 5, 2.º semestre de 1990, p. 217.

RODRIGUES, Rita Maria Camacho Correia, Martim Conrado, «insigne pintor estrangeiro» - um pintor do século XVII na Ilha da Madeira, tese de mestrado em História da Arte, UMa, Funchal, 2000.

RIBEIRO, João Adriano, "Os primeiros 100 anos da Igreja de Santa Quitéria (Boaventura)", in *Diário de Notícias*, Funchal, 9 Set. 1990;

, "A capela de Nossa Senhora do Rosário nos séculos XVII – XVIII", *idem*, 7 Out. 1990;

RIBEIRO, Jorge Martins, "Alguns aspectos do comércio da Madeira com a América do Norte na segunda metade do século XVIII", com. ao *III Colóquio*, pp. 389-401

SAINZ-TRUEVA, José de, "Património para quê? (33). Iconografia madeirense", in *Diário de Notícias*, Funchal, 5 Jan. 1986;

, "Capela de Nossa Senhora da Saúde", in rev. *Atlântico*, n.º 13, Funchal, 1988, pp. 5-14;

, "Heráldica em iconografia relacionada com a Madeira", in rev. *Islenha*, n.º24, Jan.-Jun.1999, pp.57-70;

, "O solar de Nossa Senhora da Piedade", *idem*, n.º20, Inverno de 1989, pp. 295-304;

, "Presença de Nicolau Ferreira, Um pintor madeirense do séc. XVIII na vila da Câmara de Lobos", in rev. *Girão*, n.º5, 2.º semestre de 1990, pp. 201-203.

, "Tectos estucados da cidade do Funchal", in rev. Islenha, n.º 12, p.62.

SANTOS, Eugénio dos, "A sociedade madeirense na época moderna: alguns indicadores", in *Actas do I Colóquio Internacional...*, 2.º vol., pp. 1212-1225;

SANTOS, Rui, "A demolição da muralha da cortina da cidade", in rev. *Islenha*, n.º25, Funchal, Jul.-Dez. 1999, pp.38-58.

SILVA, Padre Fernando da , "A propósito da Aula de Desenho e Pintura, As catorze figuras de uma tela", in rev. *AHM*, 1931, vol. I, pp. 67-72.

V., F., "São Francisco do Funchal", in rev. *DAHM*, n.º 23, Funchal, 1956, p.39.

ANEXOS :

Anexo

Textos, tabelas e gráficos:

Índice:

1. Prateiros e ourives em actividade na ilha da Madeira, em finais do séc. XVIII e inícios de XIX 1-3

2. Receitas e despesas (1765 -1807) da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro, no Funchal 4-7

3. Avaliadores de pedreiro e carpinteiro, ajuramentados pelo Senado da Câmara Municipal do Funchal 8-9

4. Assinaturas dos pintores, entalhadores e mestres das obras reais 10-12

5. Outros carpinteiros e marceneiros em actividade (1768-1827) 13-21

6. Trabalhos do pintor Nicolau Ferreira Duarte 22-23

7. Obras e aquisições de objectos para as igrejas e capelas 24

7.1. Igreja de São Martinho, no Funchal 25
7.2. Igreja de Santo António, no Funchal 26-27
7.3. Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos28
7.4. Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol 29
7.5. Igreja de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água 30
7.6. Igreja do convento de São Francisco, no Funchal 31-37
7.7. Igreja de São Roque, no Funchal 38
7.8. Igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha 39
7.9. Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal 40
7.10. Igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo 41-42
7.11. Igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo 43-44
7.12. Igreja de Santa Maria Madalena, no Porto Moniz 45
7.13. Igreja de N.ª S.ª da Luz, em Gaula 46
7.14. Igreja matriz de Santa Maria Maior, no Funchal 47
7.15. Igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos 48
7.16. Capela de N.ª S.ª da Graça, no Porto Santo 49
7.17. Outras igrejas e capelas 50-58

Prateiros e ourives em actividade na ilha da Madeira, em finais do séc. XVIII e inícios de XIX				
Nome e ofício	**Data**	**Referências à actividade:**	**Encomenda:**	**Fontes**
António Adão	1774	conserto da prata da confraria.	Confraria de N.ª S.ª da Guia, ig. São Roque, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx.7, proc. 537, f.4v.º
António Caetano de Freitas (ourives)	Set. 1794	Test. numa escritura de notário, solteiro.		ARM, *RN.*, L.º2050, f.36v.º
António João (ourives)	1803 (17 Jan.)	Test. numa escritura de notário, ourives.		ARM, *RN.*, L.º1096, f. 42 – 43 v.º.
António João da Silva (ourives)	1804 / 1805	Fez consertos na prata da confraria: 9$000.	Confraria do SS., ig. de Santo António, no Funchal	ARM, *JRPC / CON*, cx.7, proc. 518, f. 2 v.º.
António João de Freitas (ourives)	1809 (13 Junho)	Test. no testamento que fez Ana Joaquina Quitéria Mondim.		ARM, *RN.*, L.º 1124, f.35
	1810 (19 Maio)	Test. numa escritura de notário, era da cidade do Funchal, sabia assinar.		ARM, *RN.*, L.º 2262, f.119.
António João Pedro (ourives)	1782 (14 Ag.)	Morador na rua das Pretas, entra por irmão na confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, ig. S. Pedro, Funchal, sem pagar esmola de entrada, mas com a condição que enquanto fosse vivo limparia a prata a N.ª S.ª; porém, por não querer limpar a prata e faltar às obrigações do seu compromisso do termo de entrada por irmão, foi-lhe anulado este termo de entrada.		ARM, *GC.*, L.º 240, f.12.º
	1788	Tinha emprestado dinheiro a Manuel Gomes Barcelos, sapateiro, e sua mulher Francisca Quitéria.		ARM, *RN.*, L.º 1039, f.71.
António Timóteo (ourives)	1812 (31 Dez.)	solteiro, já emancipado, sabia assinar, fez uma venda a Mateus Figueira.		ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 165 v.º - 166 v.º
Francisco António Gomes (caldeireiro)	1793 (15 Junho)	Comprou propriedades ao lavrador João Gomes.		ARM, *RN.*, L.º 2216, f.65v.º
Francisco de Canha	1767	Limpou e consertou a prata da confraria (já em 1748, 1749 e 1750 tinha limpado a prata desta confraria).	Confraria de N.ª S.ª do Monte Varadouro, erecta na capela da mesma invocação, freguesia da Sé, Funchal.	ARM, *CON*, L.º 72, f. 26.
Francisco José Gomes (prateiro)	1795 (20 Fev.)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2224, f. 78 v.º - 79.
Francisco Lopes Fernandes (ourives)	1809 (22 Ag.)	Era da cidade do Funchal, test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 185 v.º
Francisco Valentim (ourives)	1016	Casado com Andreza Maria da Conceição. Fez uma venda ao vigário Miguel Caetano Moniz e seu irmão, o vigário João Felipe Moniz Barreto.		ARM, *RN.*, L.º 1016, f. 20 v.º
Gregório Lopes (ourives)	1792 (10 Dez.)	Era da cidade do Funchal, test. numa escritura de notário, sabia assinar.		ARM, *RN.*, L.º 2187, f.43
	1795 (28 Jan.)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2224, f.22v.º
	1795 (6 Fev.)	Gregório Lopes Troes, prateiro, e sua mulher Ana Maria Teixeira, arrendam por 9 anos uma casa *alto e baixo*, situada na Rua Direita, na cidade do Funchal, a M. Tearner.		ARM, *RN.*, L.º 2224, f.54v.º
João António	1807	Consertou a cruz: 2$500.	Confraria de Santa Ana, ig. de Santa Ana, em Santana.	ARM, *CON*, L.º 37, f. 49
João Jacinto Teixeira (ourives da prata)	1789	João Jacinto Pestana (Teixeira ?): recebeu 2$200 por ter concertado e limpado quatro castiçais e uma crus, e 8$800 pelo conserto de alguma prata.	Confraria de N.ª S.ª da Ajuda, ig. N.ª S.ª da Ajuda, na Serra Água.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 12, proc. 924, f. 3 v.º, 5, 9.
	1790 (23 Março)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN*, L.º2185, f.55.
	1792	Mandou fazer uma cruz de prata para a confraria.	Confraria de N.ª S.ª da Graça, ig. N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos.	ARM, *JRPC / CON*, cx., proc. 256, f. 2.
	1793 (10 Jul.)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2216, f. 110 v.º
	1793	Fez um bordão para a imagem de São Roque: 6$000, um diadema do Santo Cristo: 2$800 e um título e cravos do Santo Crucifixo para o altar e utilizado nos dias festivos: 1$400.	Confraria de São Roque, Capela de São Roque, em Machico.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 8, proc. 626, f.5.
	1795	Recebeu 56$750, por conta do diadema da imagem grande do Santo.	Confraria de São Roque, Capela de São Roque, em Machico.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 8, proc. 626, f.7.
	1796	Fez uma peanha para N.ª S.ª: 64$700.	Confraria de N.ª S.ª dos Terceiros, convento de São Francisco, Funchal.	ARM, *GC.*, L.º 243, f. 134, 137.
	1803	Limpou um frontal que pesava 85 marcos e valia 523$600.	Confraria de N.ª S.ª dos Terceiros, convento de São Francisco, Funchal.	ARM, *GC.*, L.º 243, f. 144 e L.º 236, f. 138 v.º - 142.
	1811 / 1812	Consertou a *Alampada* da confraria do Santíssimo Nome de Jesus: 4$200.	Confraria do SS., Ig.ª N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol.	ARM, *CON*, L.º 78, f. 23.
	1818.	limpou uma *Alampada*, turríbulo, naveta, jarro do lavatório, caldeirinha e *Emsopo* e uma salva pequena, tudo para servir no Domingo do Senhor na dita freguesia: 2$000.	Confraria do SS., ig. de São Gonçalo, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 5, proc. 358, f. 16.

João Pacheco (ourives da prata)	1794 (3 Jan.)	Tinha 24 anos, natural da freguesia da Sé, filho de Manuel Pacheco e D. Ana Joaquina Rosa, já falecidos, celebrou esponsais com Maria Luzia Eduarda, de 24 anos, natural da Sé, filha de Inácio Pacheco e de Paula Maria Jardim, já falecidos.		ARM, *RN.*, L.º 1058, f. 60 v.º - 61 v.º.
José António Pinto de Macedo (prateiro)	1795 (3 Jan.)	Ourives, da cidade do Funchal.		ARM, *RN.*, L.º 2222, f. 116 v.º.
	1798	Prateiro, fez a coroa de prata da imagem de N.ª S.ª da Graça que veio de Lisboa.	Confraria de N.ª S.ª da Graça, ig. da mesma invocação, no Estreito de Câmara de Lobos.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 4, proc. 258, f. 5, 6.
José Francisco de Freitas Ferraz (prateiro)	1791	Branqueou uma cruz e crucifixo 2$600.	Confraria de São Pedro, ig. São Pedro, na Ponta do Pargo.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 2, proc. 175, f. 2.
	1794	Esbranqueceu e consertou uma *Alampada.*	Confraria do Senhor Jesus, ig. São Pedro, na Ponta do Pargo.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 2, proc. 175, f. 3, idem, proc. 180, f. 8.
	1794	Consertou uma *Alampada.*	Confraria de N.ª S.ª do Socorro, ig. São Pedro, na Ponta do Pargo.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 2, proc. 188, f. 6.
	1797	Fez uma ambula (40$000), oiro para a dita (20$000), mais prata (32$900).		ARM, *CON*, L.º 44, f. 21 v.º.
	1801	Entregaram-lhe a lâmpada velha e dois castiçais em prata no valor de 119$600 réis, para com esta prata fazer uma lâmpada nova, levando pelo seu serviço 104$200.	Confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, ig. de São Pedro, no Funchal.	ARM, *GC.*, L.º 227, f. 51 v.º - 52.
	1802	Fez lenternas: 196$400 e prata para elas: 211$500, pelo feitio e prata de um *Agnus Dei* para o sacrário 12$250, pela prata e feitio da guarnição da guarda do sacrário.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª do Monte, Funchal.	ARM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 312, f. 2 – 2 v.º; idem, proc. 314, f. 2 – 2 v.º, idem, proc. 315, f. 2 v.º.
	1807	Limpou e consertou a prata da confraria do SS. 4$400.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª do Monte, Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 5, proc. 318, f. 4.
	1807	Limpou e consertou a *Alampada* e a crus 3$000.	Confraria do SS., ig. São Roque, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 7, proc. 572, f. 6.
	1817	Limpou e consertou a prata da confraria do SS. 6$400.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª do Monte, Funchal.	ARM, *CON*, L.º 22, f. 6.
José João Correia (ourives)	1788	Avaliou o valor de uns cordões.		ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 18.
José Paulo Belém (ourives).	1777 (7 Março)	Test. numa escritura de notário, sabia assinar.		ARM, *RN.*, L.º2183, f.48v.º
Manuel dos Passos (ourives)	1789	Conserto da crus.	Confraria do SS., ig. de Santa Luzia, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx.5, proc. 339, fl.2v.º.
	1790	Fez uma ambula: 51$950, e mais ouro para o seu douramento: 21$700.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª do Monte, Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx.5, proc.309, f.3
	1791	Dourou uma custódia com seu cálix, levando do seu trabalho 10$000 e de ouro 18$000; concertou a *Alampada* da igreja: $800.	Confraria do SS., ig. de Santa Luzia, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, Cx. 5, proc. 341, fl.8 e 9.
	1796	Limpou uma crus e duas varas de prata: $900.	Confraria do SS., ig. São Roque, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 7, proc. 563, f.21.
	1797	Consertou e dourou uma ambula 24$000.	Confraria do SS., ig. de São Pedro na Ponta do Pargo.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 1, proc. 158, f.2 e 10.
	1800	Pôs uma copa na ambola nova 19$100.	Confraria do SS., ig.ª N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 9, proc. 682, f. 20.
Manuel dos Santos	1777 (9 Fev.)	Oficial de prateiro, test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2183, f. 34 v.º.
	1777 (29 Março)	Oficial de prateiro, test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2183, f. 59.
	1777 (4 Junho)	Oficial de prateiro, test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2184, f. 62 v.º.
	1794	Fez e colocou a porta de um purificador: 9$000 e por uma chaves do sacrário 1$300.	Ig. de N.ª S.ª da Encarnação, na Ribeira da Janela.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 10, proc. 793, f. 3, 6, 7.
	1811 (18 Nov.)	Ourives, desta cidade, test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2264, f. 98 v.º.
Miguel Florêncio (caldeireiro).	1776 (10 Ag.)	Testemunha no casamento entre José Joaquim Atouguia e Maria de Jesus. (assinou como testemunha, desenhando uma flor no meio do nome).		ARM, *Casamentos*, São Pedro, Funchal, , L.º 122 , f. 181.
	1782 (22 Jan.)	Caldeireiro, fez um contrato com João de Freitas, tesoureiro da cfr. de São Miguel, erecta na Sé, para fazer para a dita confraria uma *Alampada* "*segundo o risco que em seu poder existe*" "*que se possa pôr a alumiar o dito Altar; boa e capas comforma o seu risco*", e estar pronta no tempo de um ano, o tesoureiro lhe dará toda a prata que for preciso, pelo seu trabalho recebeu 95$000, ficando por seu fiador e principal pagador, seu sogro, José Ferreira Gramacho (assinatura com carimbo de desenho de um animal).		ARM, *RN.*, L.º 1014, f. 86 - 87.
	1786 (27 Abril)	Oficial de caldeireiro, pagamento de *Insigna* (assinatura com letra mal feita) a Francisco Gomes, desta cidade, seu discípulo (não sabia assinar).		ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 195.
	1786 (24 Ag.)	Oficial de caldeireiro, vendeu uma casinha a Manuel Francisco, mestre pedreiro, morador na Rochinha. (assinatura com carimbo de desenho de um animal).		ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 251 v.º - 252 v.º.
	1795	Aquisição de uma campainha nova por 1$400.	Confraria das Almas, ig. de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 12, proc. 917, f. 6.

	1796 / 1797	compra de prata para as *Alampadas*: dinheiro a Miguel Florenças por levantar as *Alampadas* 70$000, 72 outavas de prata comprada para as *Alampadas* a José Francisco Freitas 7$200, 32 oitavas compradas a Domingos Tomás Canha 47$000 e dinheiro ao tesoureiro Francisco Fernandes Camacho para as *Alampadas* 10$000	Confraria do SS., ig. de Santo António, no Funchal.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 7, proc. 513, f. 3.
Marcelino dos Santos (prateiro).	1801	conserto das *alenternas*, cruz, varas e ceroferários 23$400	Confraria do SS., ig.ª N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol.	JRPC *ARM, / CON*, cx. 9, proc. 682, f. 23.
Paulo Joaquim de Sousa (ourives)	1825	O Governador Civil ordena-lhe para que faça uma parede em pedra.		ARM, *GC.*, L.º 191, f. 131.
Pedro Francisco Gomes (ourives do ouro)	1783	Manuel da Silva e Carvalho e sua esposa D. Maria Rita de M.' e Vasconcelos, fizeram-lhe uma venda.		ARM, *RN.*, L.º 1019, f. 58 - 58 v.º.
	1783 (14 Ag., 18 Nov.)	Composição amigável entre partes o reverendo Dr. João Manuel de Couto e Andrade com Pedro Francisco Gomes. O ourives mandando levantar uma casa de 2 sobrados na rua das Pretas, no Funchal, para a parte do campo de fronte da casa do Reverendo, embargou-a por tapar a vista e lhe devassar suas janelas. Concordaram que a casa continue até a altura da beira da casa do Reverendo, ficando ambas da mesma altura e não poder levantar nenhuma torre que possa tapar a vista.		ARM, *RN.*, L.º 1020, f. 48. Idem, L.º 1021, f. 35 - 36.
	1788 (5 Março)	O alferes Francisco António de Gois e sua mulher Ana Joaquina de Conta, da freguesia de Ponta Delgada vendeu "*a Pedro Francisco Gomes ourives do ouro desta cidade digo Maria Joaquina de Freitas*"		ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 17 v.º.
	1793 (Maio)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2216, f. 21 v.º.
	1793 (8 Fev.)	Ourives.		ARM, *RN.*, L.º 2217, f. 67.
	1794 (17 Maio)	Test. numa escritura de notário.		ARM, *RN.*, L.º 2051, f. 62 v.º.
	1810 (17 Jan.)	Representante dos mesteres da CMF.		ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 65 v.º.
	1810 (19 Fev.)	Representante dos mesteres da CMF.		ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 123.
Severino Alberto (de Freitas Ferraz, filho de José Francisco)	1814 / 1815	Encarnou o Senhor de cinzento: 26$000.	Confraria do SS, ig. São Sebastião, Câmara de Lobos.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 3, proc. 221, f. 6.
	1821	Consertou a boca do sacrário: 6$600 e consertou a *alampada* da capela do Senhor como também por limpeza de mais prata 2$300.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª do Monte, Funchal.	ARM, *CON*, L.º 22, f. 18 v.º, 19.
Tomé da Silva (prateiro)	Set. 1794	Casado, test. numa escritura de notário; ourives.		ARM, *RN.* L.º 2050, f. 36 v.º.
		Conserto da prata: 3$100.	Confraria do SS, ig. São Bento, na Ribeira Brava.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 12, proc. 909, f. 26.
		Conserto do ceroferário: dois tostões.	Confraria do SS., ig. N.ª S.ª da Luz, Ponta do Sol.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 9, proc. 680, f. 4, 29.
	1805	Fez uma cruz de prata para a confraria: 146$100.	Confraria de N.ª S.ª Monte do Carmo, ig. de São Brás, no Campanário.	ARM, *JRPC / CON*, cx. 11, proc. 848, f. 15 v.º, 25.
Vicente José de Faria (ourives)	1820	Fez uma cruz e ceroferários: 246$100 e prata para os ditos: 289$891.	Confraria do SS., da ig. de N.ª S.ª de Guadalupe, no Porto da Cruz.	ARM, *CON*, L.º 25, f.7 v.º - 8.
	1822	Por conta do trabalho dos ceroferários e cruz recebeu 30$000.	Idem	ARM, *CON*, L.º 25, f. 9.
	1826	Por conta dos ceroferários que fez 102$500.	Idem	ARM, *CON*, L.º 25, f. 20.
	1830	Recebeu por feitio de um turíbulo: 30$000, uma naveta: 22$000, um vaso do lavatório: 22$000, um purificador: 5$000, uma cruz do Santo Cristo: 25$000, uma cruz para acompanhar o ceroferário: 70$000 e por conta dos ceroferários: 46$000.	Idem	ARM, *CON*, L.º 25, f. 30 v.º, 31.

Ainda durante as nossas pesquisas, encontramos outras obras importantes em prata, mas anónimas:

Para a ig. São Roque, no Funchal, a cfr. do SS. em 1787 deu 20$800 para fazer um relicário (ARM, *JRPC / CON*, cx. 7, proc. 557, f. 4). e 154$000 a um prateiro para fazer um lâmpada (para esta lâmpada contribuíram os tesoureiros da cfr. de N.ª S.ª da Guia com 55$000 (idem, f. 4 v.º). A cfr. do SS. deu ainda dinheiro para decorar as varas do pálio (idem, proc. 568, f. 2 v.º: 1802), 108$000 para mandar fazer uma cruz de prata (idem, proc. 577, f. 2 v.º: 1812) e 285$900 para prata e para o prateiro fazer vários ceroferários (idem, proc. 578, f. 2 v.º: 1812 / 1813).

Na ig. de Santa Luzia, no Funchal, entre 1790 e 1793, a cfr. do SS. gastou 21$000 numa custódia, 63$800 num jarro de prata e 68$900 numa umbela. Para a ig. N.ª S.ª do Monte, no Funchal, a cfr. SS. pagou 396$000 por 4 castiçais de prata lavrada, mandados vir de Lisboa (idem, proc. 321, f. 3.: 1812) e 50$490 por uma nova umbela, mandada vir de Lisboa, por casa de Roberto Page H.' (1818). Na ig. de N.ª S.ª Ajuda, na Serra Água, a cfr. de N.ª S.ª da Ajuda em 1817 pagou 11$000 pelo feitio e prata do resplendor da Senhora e Menino (idem, cx.12, proc. 935, f. 2). Para a ig. paroquial do Estreito Calheta, a cfr. do SS. deu 69$580 para ajuda da custódia que pretendiam mandar vir de Lisboa (idem, cx. 1, proc. 49, f.3v.º).

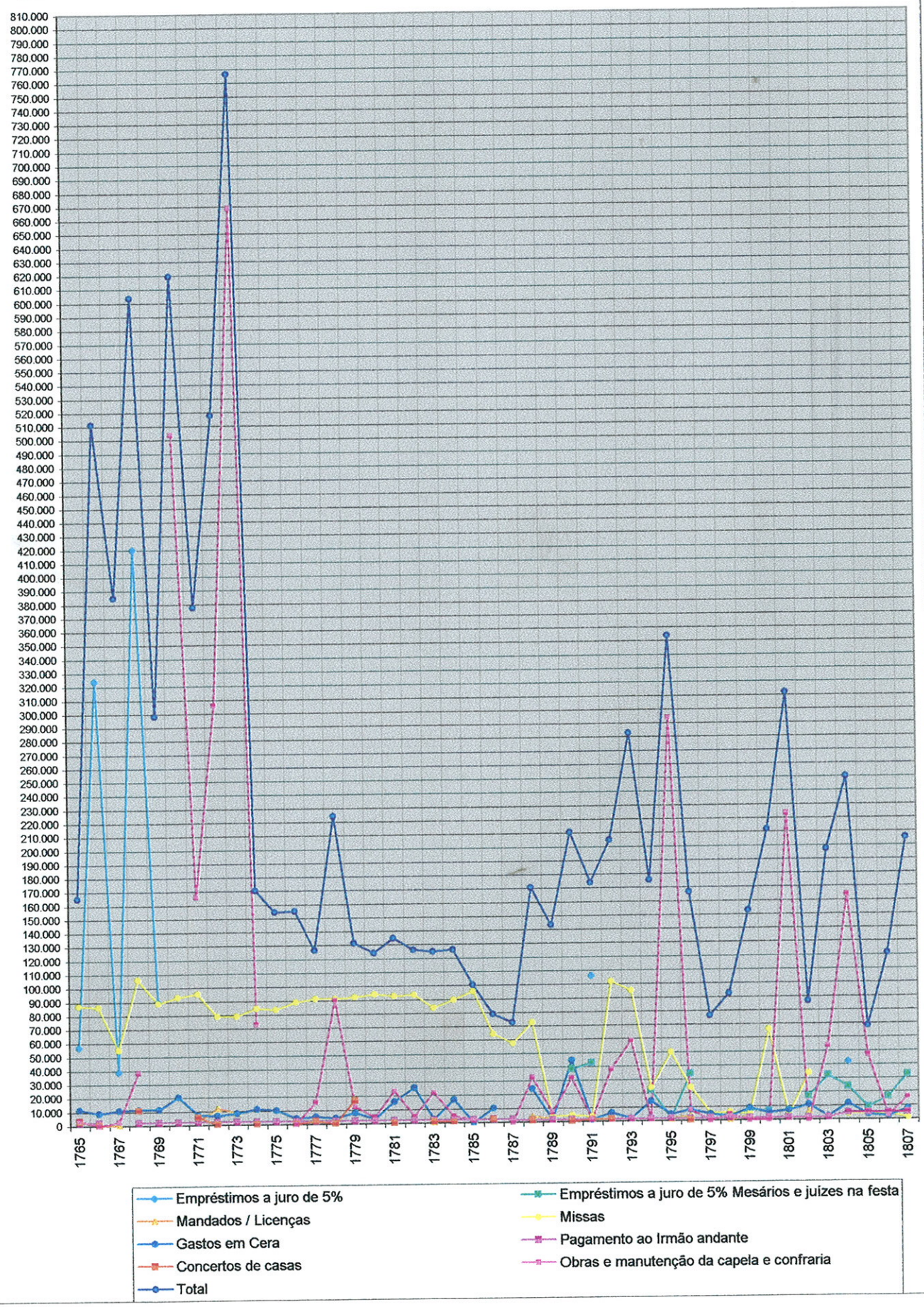
DESPESAS da confraria de N.ª S.ª da Boa Morte (Igreja de São Pedro, no Funchal) 1765 - 1807

Ano	Empréstimos a juro de 5%	Tresiado de escrituras / mandados / Avaliadores / demandas	Missas	Gastos em Cera	Pagamento ao Irmão andante	Concertos nas casas situadas nos Arrifes, São Pedro e Hospital Velho.	Despesa com a Capela: Serviços e objectos de limpesa (vassoura, sabão gomar)	Papel / Livros / Encadernações	Pagamento a quem cobre os painéis	Dinheiro que devem os Menzários e os Juizes (festa)	Flores (Rosas)	Tecidos, linhas e feitios de capas, lançaria, cobertas, cortin	Cal /pedra / gesso / telha / vidros	Pregos e grude	Madeiras : pinho / vinhático / casquinha /jacarandá	Serventes / serviços de transporte	Dinheiro dado e em salário ao Pintor	Pintor Quadros e dourar e prateai	Pintor - materiais / tintas / óleo / verniz	Livros de Ouro e prata	Dr.º dado ao Pintor para Julião Francisco	Dinheiro dado ao M.' José Nóbrega	Trabalho de José da costa	Dinheiro dado em caixa	Torneiro - (castçais)	Entalhador	Prateiro e prata (lâmpada)	Carpinteiro	Pedreiro e servente	Ferreiro (serviços / ferrajes / ferros /materiais)	Salários não especificados (aos oficiais)	Géneros alimenticios para os trabalhadores (carne farinha	Outras despesas nas obras / aquisições	Outras despesas	Balance da conta do ano anterior	Total da despesa
1765	57.000		86.200	11.700	2.000	3.450	.150	.925				1.800		.250															.150						165.025
1766	324.000	.200	86.100	8.880	2.000	.800										.050																		64.800	511.280
1767	39.000	.600	54.850	11.000								2.200																						.400	276.855	384.905
1768	420.000		106.200	10.525	2.000	10.800					4.800	29.779	.700																.500	2.550					14.628	603.482
1769	90.000		88.750	11.520	2.000																														106.038	298.308
1770			93.100	20.640	2.000							11.200	3.200		104.710		145.400	17.000	.400	2.400	54.000			6.400	3.000			2.050			62.500	36.175	55.190			619.365
1771		2.400	95.350	7.320	2.000	5.650						2.650	3.200	1.600	16.510		10.000	10.000			12.300	12.100		34.500				1.150			2.575	16.670	42.609		99.038	377.622
1772		11.760	78.850	6.515	2.000	.150							16.050	4.850	19.300	1.000	28.850	71.350	34.600			11.400	3.000		6.000			18.629		8.700	29.279	16.259	36.200		113.028	517.770
1773		8.520	78.850	8.250	2.000		.300				2.400			1.050	10.100		97.350	32.100	17.450	294.225		10.800	20.000	62.040	4.050	22.550		7.900		2.100	3.275	51.887	29.088			766.285
1774			84.550	11.212	2.000	.150		.500			2.400				1.650			45.500		9.600					1.050			5.000		4.400			2.550			170.562
1775			79.600	10.150	2.000																														58.808	154.608
1776			84.850	4.200	2.000	.500																								.900					58.608	155.108
1777			87.100	5.250	2.000	2.250		4.000				9.600																					2.200	10.158	126.608
1778		2.200	91.300	4.200	2.000	.900		6.400				65.250																		.200				18.450	33.378	224.278
1779			92.050	8.050	2.000	17.200	.050	.400				11.320																.450								131.520
1780			94.300	3.150	2.000							4.460																							20.448	124.358
1781			92.800	15.750	2.000	.900																												23.450		134.900
1782			93.500	25.800	2.000																													5.000		126.300
1783		.200	83.800	2.600	2.000	1.000					3.400																		.300					18.300	13.208	124.808
1784			89.400	16.800	2.000	1.000									4.000													.750							12.358	126.308
1785			95.800	.350	2.000																								2.200							100.350
1786			64.300	10.200	2.000	2.300																														78.800
1787			57.450		2.000																								.300						12.770	72.520
1788		3.903	72.600	24.187	1.800	1.250	.300				4.800	5.650																		5.250			16.536		34.637	170.913
1789		2.300	3.850	1.800	1.800																						.050			.550		6.500		126.437	143.287
1790			4.500	44.375	1.800	.100				38.400		29.200	1.200																1.200					89.956	210.887
1791	106.000		4.600	1.450	1.800	1.700			.100	42.618																	1.100					.050		15.638	174.056
1792		4.682	101.700	6.100	1.800	1.750		1.500	.200			21.600															7.650			5.320		1.770		50.636	204.708
1793			89.200	2.112	1.800		.100		.200		2.400	4.400	.300				11.000			11.000					17.000			12.400							125.074	282.736
1794			24.250	14.200	1.800		.100		.200	22.139				.900																				111.785	175.374
1795		1.800	50.000	4.750	1.800		.300			1.599					1.050			70.000		42.000							160.700						19.700		353.699
1796		3.560	24.100	7.920	1.800	.475	.300			34.117		7.400																						86.880	166.552
1797			5.425	4.750	1.800		.300																											63.925	76.200
1798		.700	6.030	2.900	1.800		.300			3.557																	3.750							74.136	92.473
1799		3.300	4.750	8.460	1.800		.350			7.640																								126.636	152.936
1800			66.150	5.300	1.800		.300			6.226																								131.878	211.604
1801			4.050	6.800	1.800		.350																				223.800							75.728	311.728
1802		5.800	34.050	9.800	1.800		.350			17.085																								16.565	86.450
1803				2.250	1.800		.450		2.200	32.043		11.300			5.030		31.930			3.000														107.240	197.243
1804	42.000		4.050	11.630	4.800		2.200	.200		23.898	6.600	70.300	.300	.600		2.500	11.000	29.600	4.000						17.000			3.240	.800				12.000	10.000		250.118
1805			4.250	3.600	4.800		1.300			8.874								12.000							5.400	1.200							19.182	7.672		68.278
1806			4.250	2.400	4.800		1.300			16.633																1.200								90.609	121.192
1807			1.350	7.750	4.800		2.900			32.518		1.700				.100	.800												9.390		1.200				143.016	205.524
Total	1.078.000	51.925	1.481.500	202.562	92.000	44.925	11.700	13.925	2.900	287.347	26.800	289.809	19.050	9.250	162.350	3.650	336.330	287.550	56.450	362.225	66.300	34.300	23.000	102.940	14.100	61.950	235.000	216.019	14.690	30.120	98.829	120.991	221.675	104.772		

ANEXO 2

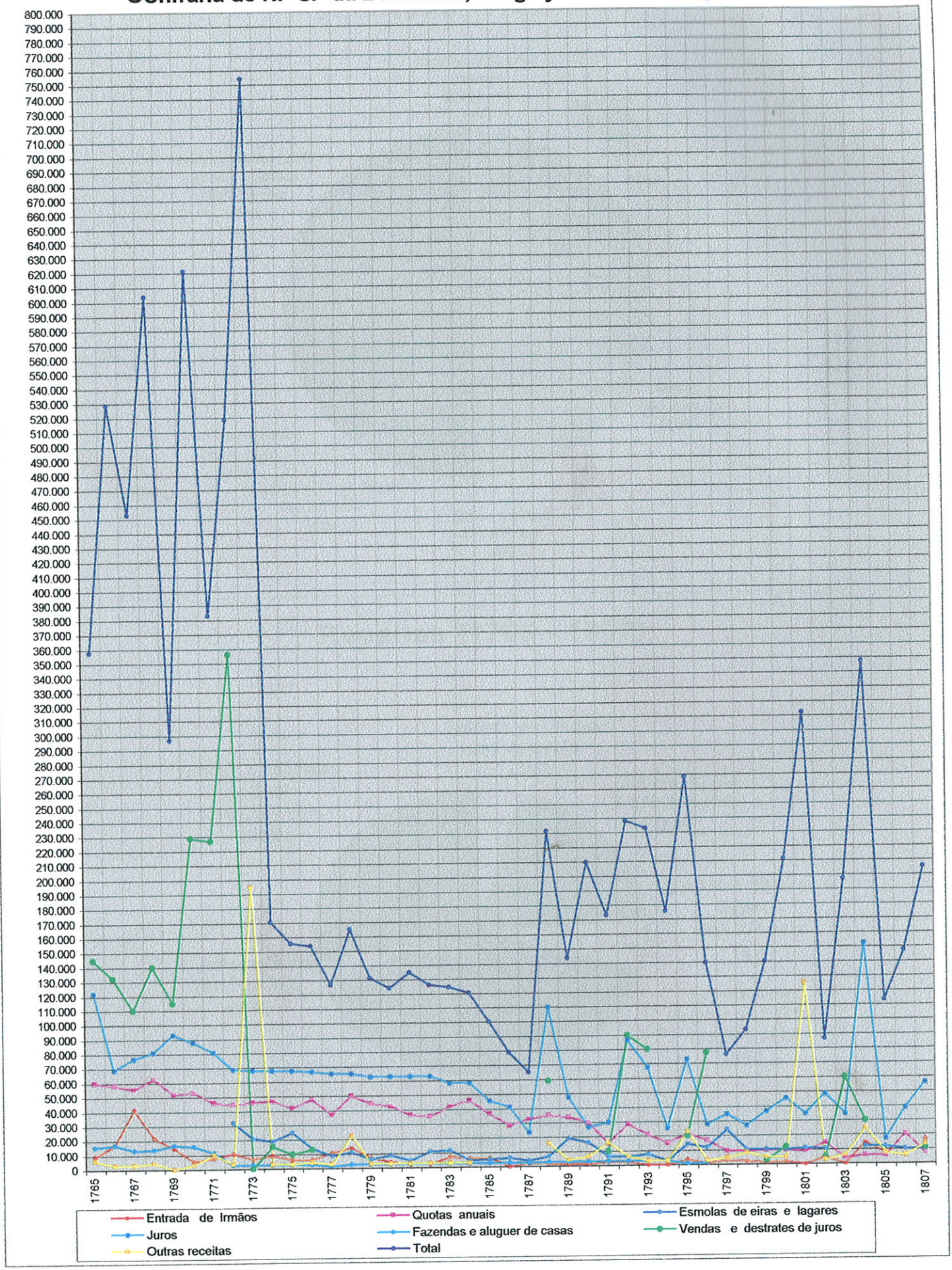
DESPESAS (1765 - 1807)

Confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro, Funchal

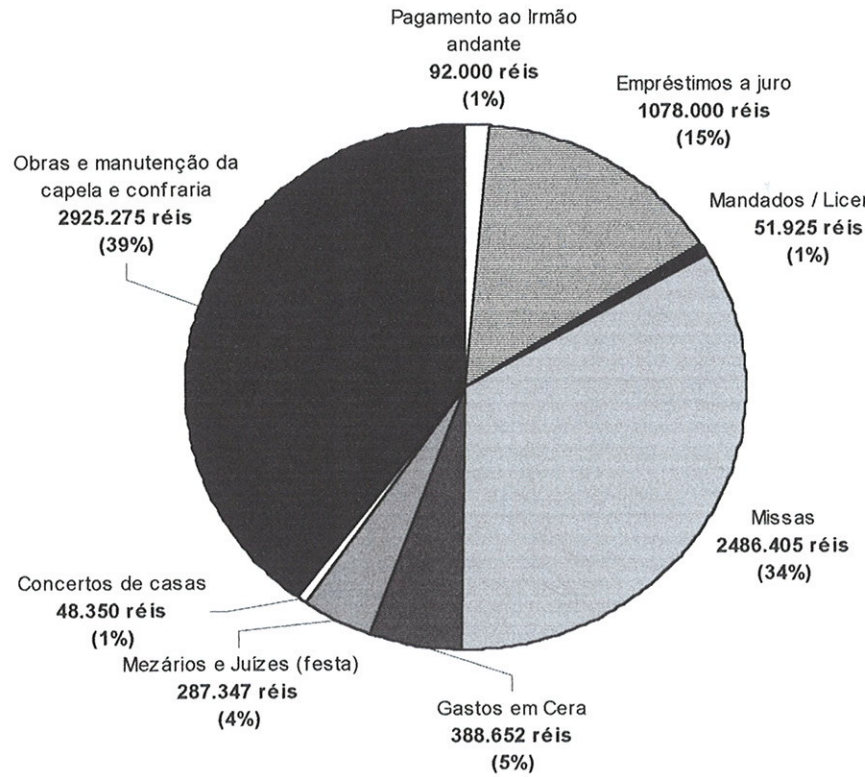


RECEITAS (1765 - 1807)

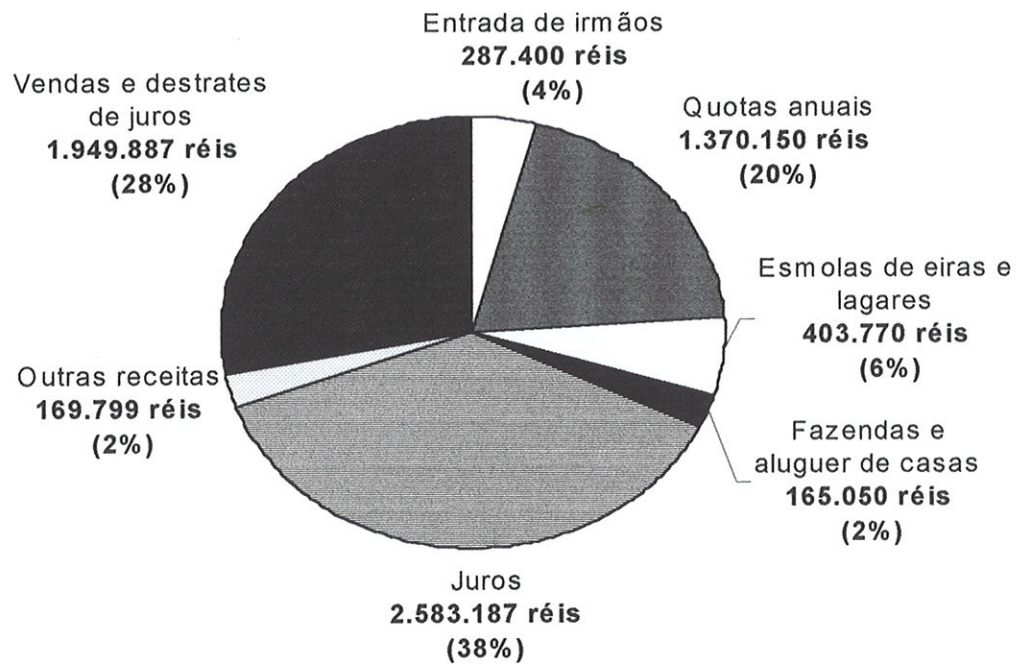
Confraria de N.ª S.ª da Boa Morte, da igreja de São Pedro, Funchal



DESPESAS (1765 - 1807)



Receitas (1765 - 1807)

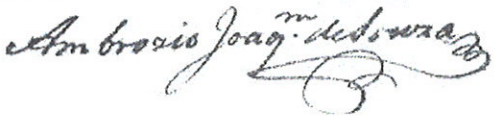


Avaliadores de pedreiro e carpinteiro, ajuramentados pelo Senado da Câmara M. do Funchal:

Ano	Pedreiro	Carpinteiro	Fonte:
1767 (4 Nov.)	António Manuel de Gouveia	Cristóvão Gomes Jardim	ARM, *RN*, L.°2237, f.89v.°.
1769 (13 Abril)	António Manuel de Gouveia	Cristóvão Gomes [Jardim]	ARM, *RN*, L.°2239, f.5v.°
1773 (1 Abril)	António José Barreto	António Pereira da Silva	ARM, *RN*, L.°991, f.88.
1775 (2 Fev.)	Matias José	José Francisco	ARM, *RN*, L.°997, f.83.
1781 (25 Fev.)	Matias José	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2234, f.31.
1781 (11 Março)	Matias José	Domingos Nunes	ARM, *RN*, L.°2234, f.45v.°
1783 (13 Fev.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1018, f.26
1783 (12 Nov.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°2244, f.23v.°.
1783 (1 Dez.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1021, f.47-48.
1784 (19 Jan.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1021, f.93-94.
1784 (18 Fev.)	António José Barreto		ARM, *RN*, L.°2244, f.71.
1784 (23 Set.)	António José Barreto		ARM, *RN*, L.°2235, f.88.
1788 (Março)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1040, f.18
1788 (28 Nov.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1041, f.19v.°
1788 (2 Dez.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1041, f.26v.°
1789 (Jan.)	Manuel Luís	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1041, f.53
1789 (30 Março)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1042, f.40v.°-41
1790 (19 Out.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1047, f.48v.°-49
1790 (12 Nov.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1047, f.77v.°-78
1790 (17 Nov.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1047, f.86v.°-87
1791 (6 Abril)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1049, f.30-31
1792 (7 Março)	António de Freitas	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1052, f.21v.°-22
1793 (26 Jan.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1055, f.67v.°-68v.°
1793 (19 Ag.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2191, f.67.
1793 (28 Nov.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2049, f.76v.°-77v.°.
1794 (17 Março)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2219, f.87.
1794 (20 Março)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1059, f.47v.°-48v.°
1794 (15 Maio)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1060, f.10-20
1794 (19 Maio)	Francisco Pedro de Sousa	António Félix Álvaro	ARM, *RN*, L.°1060, f.28v.°-29
1794 (23 Junho)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2220, f.41.
1794 (25 Junho)		Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1095, f.98.
1794 (1 Nov.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1061, f.67-68
1794 (12 Dez.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1062, f.10-10v.°
1795 (24 Março)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2224, f.121.
1795 (1 Set.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1064, f.63v.°-64v.°
1795 (10 Out.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1064, f.92v.°-93v.°
1796 (31 Março)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2063, f.45.
1796 (5 Abril)	José Joaquim Vieira		ARM, *RN*, L.°1066, f.31v.°-32.
1796 (10 Abril)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1066, f.37v.°-38v.°
1796 (28 Abril)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1066, f.57.
1796 (Out.)	António José Barreto "*mestre das obras reais*"	Manuel João Teixeira	ARM, *JRPC/CON*,cx.5,proc.366,f.4
1797 (9 Set.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1071, f.48v.°-50
1797 (7 Nov.)	José Joaquim	Domingos Nunes	ARM, *RN*, L.°1071, f.1v.°-2.
1798 (20 Jan.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1073, f.22v.°-24
1798 (3 Abril)	Manuel Luís e António José Barreto.	Estevão Teix. de Nóbrega e Martinho José de Sá.	ARM, *RN*, L.°1074, f.65-68
1798 (5 Abril)	António José Barreto "*mestre das obras reais*"		ARM, *RN*, L.°1079, f.80v.°.
1798 (13 Abril)	Manuel Luís	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°2247, f.78v.°.
1798 (17 Abril)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1074, f.84-85
1798 (19 Abril)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1075, f.1-3
1799 (6 Fev.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1078, f.47-49
1799 (20 Fev.)	António José Barreto	Domingos Nunes	ARM, *RN*, L.°1078, f.79v.°-81
1799 (25 Fev.)	Ant.° José Barreto "*Engenh. e mestre das obras reais*"	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1078, f.82v.°-84v.°
1799 (14 Nov.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2229, f.87v.°
1799 (9 Dez.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1081, f.12-13v.°
1800 (15 Jan.)	Manuel Luís	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1081, f.58-60
1800 (13 Ag.)	António de Pontes	António Fernandes	ARM, *RN*, L.°1084, f.62-63
1800 (14 Nov.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1085, f.27v.°-28v.°
1802 (21 Jan.)	Manuel Valentim	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1090, f.90-91.
1802 (15 Fev.)	António de Abreu	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°2092, f.83.
1802 (1 Maio)	António José Barreto (como mestre das obras reais, faz a estimativa de um aforamento que fez a CMF).		ARM, *RN*, L.°1092, f.8v.°-9.
1802 (13 Julho)	João Pedro Fernandes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1093, f.44v.°-46v.°
1802 (24 Set.)	João Pedro Fernandes	António João da Silva	ARM, *RN*, L.°1094, f.65v.°
1802 (3 Out.)	João Pedro Fernandes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1094, f.83v.°-85
1802 (2 Dez.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1095, f.101v.°-102v.°
1803 (17 Jan.)	António de Abreu	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1096, f.42-43v.°
1803 (3 Fev.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1096, f.74v.°
1803 (16 Fev.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1097, f.5v.°
1803 (2 Março)	Felipe João de Freitas	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.°1097, f.34v.°
1803 (1 Junho)	António Gonçalves Salgado (pedreiro ?).	Manuel Pestana (carpinteiro ?) e João Rodrigues (carpinteiro ?).	ARM, *RN*, L.°1099, f.33v.°-35
1803 (3 Junho)	António de Abreu	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.°1099, f.37v.°-41v.°
1803 (23 Junho)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.°1099, f.101-102v.°
1803 (5 Julho)	António de Abreu	António Marques de Mendonça	ARM, *RN*, L.°1099, f.125-126v.°

1803 (25 Julho)	João Pedro Fernandes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1099, f.173-174
1803 (20 Ag.)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1100, f.33v.º-35
1803 (20 Set.)	Manuel Luís		ARM, *RN*, L.º1100, f.82
1803 (Out.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1100, f.128v.º-130v.º
1804 (14 Jan.)	António José Barreto (avalia um aforamento que fez a CMF, na qualidade de mestre das obras reais).		ARM, *RN*, L.º1101, f.74-75.
1804 (21 Março)	Manuel Luís	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2102, f.25.
1804 (31 Março)	António de Abreu	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2102, f.40.
1804 (7 Maio)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2270, f.126.
1804 (4 Julho)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2102, f.188.
1805 (25 Fev.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1107, f.28v.º
1805 (12 Março)	Manuel Valentim Fernandes	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1107, f.46v.º
1805 (13 Março)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1107, f.49v.º
1805 (20 Abril)	João Pedro Fernandes	António João da Silva e Costa	ARM, *RN*, L.º1107, f.117
1805 (28 Junho)	António de Abreu	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1108, f.106-107
1805 (24 Dez.)	João de Freitas	António João Baptista	ARM, *RN*, L.º1110, f.84-86
1805 (24 Jan.)	João de Freitas	António João da Silva e Costa	ARM, *RN*, L.º1110, f.134v.º-136
1806 (16 Out.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1114, f.5-6v.º.
1806 (28 Nov.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1115, f.140.
1806 (3 Dez.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1114, f.106v.º
1807 (29 Jan.)	Manuel Gomes Garcês	Francisco de Freitas Mendes	ARM, *RN*, L.º1115, f.39.
1807 (1 Julho)		Estevão Teixeira de Nóbrega "*mestre das Obras Reais*".	ARM, *RN*, L.º1117, f.6-7.
1807 (16 Set.)	António José Barreto	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1117, f.149.
1807 (1 Nov.)	Nicolau Francisco Gomes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1118, f.44v.º.
1808 (3 Fev.)	João de Freitas	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1119, f.23.
1808 (15 Fev.)	João de Freitas	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1119, f.14.
1808 (3 Junho)	António José Barreto "*mestres das obras públicas*"	Est. Teix. de Nóbr. "*mestres das obras públicas*"	ARM, *RN*, L.º1120, f.59v.º
1808 (28 Out.)	António José Barreto "*mestre das obras reais*"		ARM, *RN*, L.º1121, f.100v.º.
1808 (4 Nov.)	João de Freitas	António João da Silva e Costa	ARM, *RN*, L.º1121, f.106v.º.
1809 (9 Março).		Estevão Teixeira de Nóbrega (fez uma medição)	ARM, *RN*, L.º1122, f.120
1809 (8 Abril)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1125, f.81.
1809 (12 Abril)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2260, f.12v.º
1809 (29 Abril)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2260, f.38.
1809 (12 Maio)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2260, f.61.
1809 (27 Junho)	Manuel Valentim Fernandes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2260, f.112v.º.
1809 (8 Agosto)	António José Barreto	Est. Teix. de Nóbrega e Ant.º João da Silva Costa.	ARM, *RN*, L.º2260, f.166v.º
1809 (26 Set.)		Estevão Teix. de Nóbrega "*mestre das obras reais*".	ARM, *RN*, L.º1125, f.35v.º
1809 (17 Out.)	António José Barreto "*mestre das obras reais e capitão*"		ARM, *RN*, L.º2259, f.129v.º-130v.º.
1809 (23 Out.)	António José Barreto "*capitão*"	Estevão Teixeira de Nóbrega "*capitão*"	ARM, *RN*, L.º2259, f.64v.º.
1809 (15 Nov.)	João de Freitas	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2259, f.95.
1810 (5 Jan.)	Domingos Rodrigues	Manuel João	ARM, *RN*, L.º2259, f.177v.º.
1810 (10 Jan.)	João de Freitas	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º2259, f.183.
1810 (15 Jan.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1126, f.70v.º.
1810 (23 Jan.)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1126, f.71v.º.
1810 (19 Fev.)	António José Barreto (na qualidade de mestre das obras reais, mede um aforamento que faz a Câmara).		ARM, *RN*, L.º1126, f.123.
1810 (9 Março)	António José Barreto	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1127, f.63v.º.
1810 (7 Maio)	António José Barreto	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2262, f.136v.º.
1810 (23 Maio)		Estev. Teix. de Nóbrega "*medido pelo estimador*".	ARM, *RN*, L.º2262, f.124v.º
1811 (18 Jan.)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1130, f.14v.º-16.
1811 (7 Março)	Domingos Rodrigues	Estev. Teix. de Nóbrega "*mestre das obras reais*".	ARM, *RN*, L.º1130, f.56v.º.
1811 (20 Março)	Nicolau Francisco Gomes	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1130, f.82.
1811 (19 Abril)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º2265, f.91.
1811 (24 Abril)	Domingos Rodrigues	Estevão Teixeira de Nóbrega "*mestre de oficina de carpinteiro e de obras régias*".	ARM, *RN*, L.º1130, f.133.
1811 (26 Abril)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1130, f.3v.º.
1811 (16 Julho)		Estevão Teixeira de Nóbrega (fez um auto de vistoria num aforamento que fez a Câmara).	ARM, *RN*, L.º1131, f.108.
1811 (23 Julho)		Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1131, f.124.
1812 (6 Junho)	Nicolau Francisco Gomes	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1135, f.25.
1812 (4 Ag.)	Domingos Rodrigues	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º2267, f.12.
1812 (3 Set.)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1137, f.109v.º.
1812 (6 Out.)	João de Freitas	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1135, f.142-142v.º.
1812 (14 Dez.)	avaliadores Manuel Fernandes Gomes e Agostinho Gomes		ARM, *RN*, L.º1136, f.75.
1813 (17 Jan.)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1136, f.117v.º.
1813 (31 Jan.)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1136, f.142v.º.
1813 (15 Fev.)	João de Freitas	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1137, f.106v.º.
1813 (28 Julho)	Domingos Rodrigues	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1138, f.123v.º.
1813 (12 Nov.)	José Gomes Jardim	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1138, f.48.
1814 (28 Maio)	João de Freitas	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1141, f.87v.º.
1814 (31 Out.)	José Gomes Jardim	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1142, f.174v.º
1815 (1 Julho)		Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1146, f.9v.º.
1815 (30 Set.)	António de Gouveia Spínola (pedreiro ?).	Manuel João Teixeira	ARM, *RN*, L.º1146, f.16.
1816 (25 Abril)	Domingos Rodrigues	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1150, f.148v.º.
1816 (20 Maio)	José Gomes	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1148, f.128v.º.
1817 (13 Fev.)	José Gomes Jardim	Estevão Teixeira de Nóbrega	ARM, *RN*, L.º1151, f.27v.º.
1817 (19 Fev.)	Nicolau Francisco Gomes	António João da Silva Costa	ARM, *RN*, L.º1151, f.42.

Assinaturas dos pintores, entalhadores e mestres das obras reais:

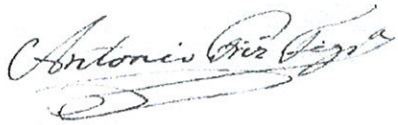
Ambrózio Joaquim de Sousa (pintor)..... 
ARM, *RN.*, L.º 2258, f. 144. (Maio 1803).

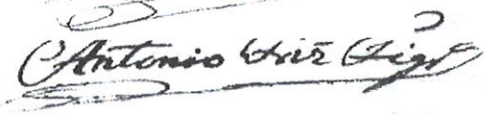
António da Trindade da Cruz (pintor): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 1022, f. 53. (8 Março 1784).

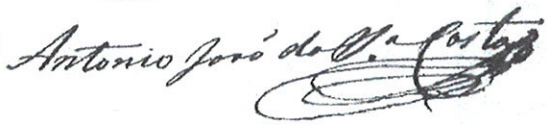
António de Agrela de Azevedo (entalhador): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 2185, f. 39 v.º. (16 Março 1790).



ARM, *RN.*, L.º 2191, f. 127 v.º. (16 Set. 1793) .....

António Fernandes Figueira (pintor): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 999, f. 40 v.º. (21 Maio 1775)

ARM, *RN.*, L.º 1064, f. 66. (7 Set. 1795) ..... 

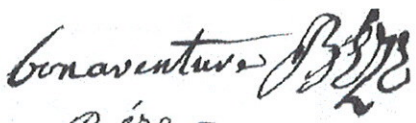
António João da Silva e Costa (pedreiro, avaliador da CMF): 
ARM, *RN.*, L.º 1096, f. 64. (26 Jan. 1803).

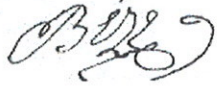
António José Barreto (mestre das obras reais, pedreiro): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 2066, f. 56 v.º. (26 Ag. 1797).

António Pinto Felgueira (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1022, f. 53. (8 Março 1784) 

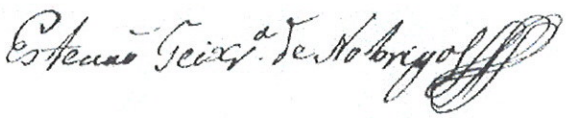
Bernardino João de Sena (pintor): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 2096, f. 106. (Fev. 1803).

Boaventura Béze (dourador): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 1089, f. 15 v.º. (9 Julho 1801).

ARM, *RN.*, L.º 1082, f. 19. (8 Março 1800). ..... 

ARM, *GC.*, L.º 525, f. 15 v.º. (9 Maio 1794). ..... 

Diogo Luís Cipriano (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 2257, f. 92. (31 Julho 1802). 

Estevão Teixeira de Nóbrega
(entalhador, carpinteiro, mestre das obras reais): ..... 
ARM, *RN.*, L.º 1010, f. 147. (10 Julho 1780)

ARM, *RN.*, L.º 1034, f. 90 v.º. (22 Nov. 1786) ..... 

Filipe Caetano da Trindade e Silva (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 2242, f. 94. (23 Nov. 1772) 

ARM, *RN.*, L.º 2102, f. 155 v.º. (4 Junho 1804). .. 

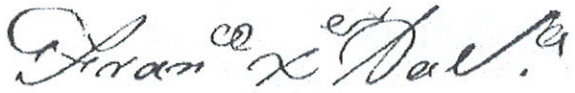
Francisco de Oliveira (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1139, f. 24 v.º. (17 Set. 1813).



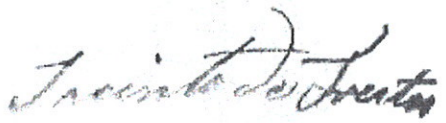
Francisco Xavier [da Silva] (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1022, f. 53. (8 Março 1784)



ARM, *RN.*, L.º 1037, f. 81. (19 Out. 1787) .....



Jacinto de Freitas (filho de
Estevão Teix. de Nóbrega): .....
ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 168 v.º. (23 Dez. 1809).



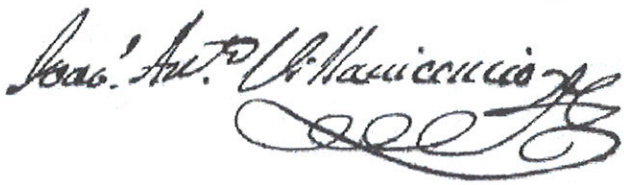
Jacinto Januário de Vasconcelos (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 2190, f. 27. (2 Fev. 1793).



João António Ventura (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1135, f. 51 v.º. (10 Julho 1812).



João António Vila Vicêncio (pintor, capitão
engenheiro mestre das obras reais): .....
ARM, *RN.*, L.º 1022, f. 7 v.º. (27 Jan. 1784)



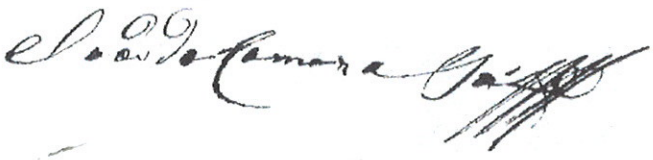
ARM, *RN.*, L.º 1049, f. 13 v.º. (18 Março 1791) .....



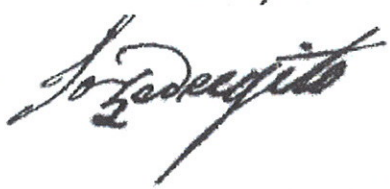
José Barreto (pedreiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 2186, f. 118. (22 Março 1791)



João da Câmara Sá (entalhador): .....
ARM, *RN.*, L.º 1072, f. 15 v.º. (14 Nov. 1797).



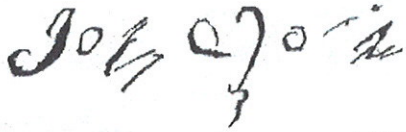
José do Egipto (carpinteiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 1105, f. 126. (20 Nov. 1804).



José dos Reis da Silva (Carpinteiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 2093, f. 78. (Out. 1802).



José Rodrigues (carpinteiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 1072, f. 15 v.º. (14 Nov. 1797)



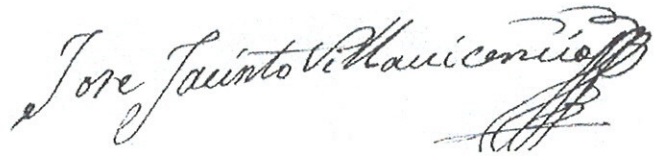
João Francisco Sousa Correia (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 2102, f. 73 v.º. (Abril 1804).



ARM, *RN.*, L.º 2102, f. 58 v.º. (Abril 1804) .....



José Jacinto Vila Vicêncio: .....
ARM, *RN.*, L.º 1037, f. 81. (19 Out. 1787)



José Joaquim da Trindade (entalhador): .....
ARM, *RN.*, L.º 2083, f. 98. (15 Maio 1800).



ARM, *RN.*, L.º 1145, f. 117. (28 Ag. 1815). .....



Julião Francisco Ferreira (entalhador): .....
ARM, *RN.*, L.º 2239, f. 108. (3 Julho 1769).



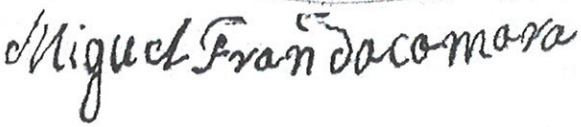
Julião Francisco Ferreira (latueiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 1021, f. 16 v.º. (2 Out. 1783)



Manuel João Teixeira (carpinteiro): .....
ARM, *RN.*, L.º 2184, f. 113 v.º. (Julho 1788)



Miguel Francisco da Câmara (entalhador): .....
ARM, *RN.*, L.º 1021, f. 17 v.º. (3 Nov. 1783)



ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 168 v.º. (23 Dez. 1809). .....



Nicolau Ferreira Duarte (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1010, f. 143 v.º. (5 Julho 1780)



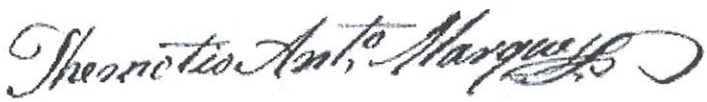
Paulo Dias de Almeida (capitão, desenhador):
ARM, *RN.*, L.º 1145, f. 122 - 123. (4 Set. 1815).



Timóteo António Marques (pintor): .....
ARM, *RN.*, L.º 1098, f. 92 v.º. (11 Maio 1803).



ARM, *RN.*, L.º 2102, f. 26. (21 Março 1804). .....



Vicente de Paula Teixeira (mestre de obras públicas): .....
ARM, *RN.*, L.º 1112, f. 50 v.º. (Junho 1806)



Outros carpinteiros e marceneiros em actividade (1768-1827) :

Agostinho João de Sousa (carpt., morador na freg. do Estreito da Calheta, sa.): 29 Nov. 1811: test. juntamente com o alveneiro Joaquim de Azevedo, da freg. de Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1133, f. 66 v.º). 14 Nov. 1812: test. (idem, L.º 1136, f. 37).

Alexandre Rodrigues de Gouveia (carpt., da freg. de Santo António): 3 Nov. 1796: fez uma escritura de juro e obrigação a Francisco Rodrigues da Silva (ARM, *RN.*, L.º1068, f.4).

António da Silva (carpt., nsa.): 17 Fev. 1768: test. (ARM, *RN.*, L.º 2237, f. 174).

António da Silva (carpt., nsa.): 30 Junho 1827: test. (ARM, *RN.*, L.º 2251, f. 57 v.º).

António de Abreu (carpt., nsa.): 12 Maio 1770: test. (ARM, *RN.*, L.º 2232, f. 99 v.º).

António de Andrade (carpt., morador na freg. de Santa Luzia, casado com Maria Luzia, nsa.): 19 Out. 1809 (ARM, *RN.*, L.º2259, f.57). 23 Out. 1809: Comprou 2 casas térreas com seus quintais a Maria e Vicência Rosa, solteiras, maiores de 25 anos (idem, L.º 2259, f. 64 v.º). 22 Dez. 1810: Policarpo António Teives e sua esposa fez-lhe um trespasso de um sítio (idem, L.º 1129, f. 101 v.º - 103). 5 Fev. 1812: test. (idem, L.º 1134, f. 27 v.º).

António de Francisco de Miranda (carpt., nsa.): 12 Junho 1775: Fez um contrato, juntamente com o carpt. Manuel José Álvares da Cunha para acabarem uma obra numa casa do capitão Manuel Moniz de Menezes, no Porto da Cruz) (ARM, *RN.*, L.º 2233, f. 69 v.º).

António de Freitas (carpt., morador na rua do Pinheiro, nsa.): 11 Maio 1803: test. (ARM, *RN.*, L.º 1098, f. 90 v.º). 1 Fev. 1813: (idem, L.º 2267, f. 192). 3 Nov. 1806: test. (idem, L.º 1114, f. 48). 20 Maio 1813: Ana Joaquina arrendou-lhe uma casa térrea com seu quintal na rua do Pinheiro (idem, L.º 1138, f. 8). 3, 26 Nov. 1814: test. juntamente com o carpt. António Fernandes, morador na mesma rua (idem, L.º 1142, f. 155 v.º, 185). 7, 25 Nov. 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 161 v.º, 182).

António de Gouveia e Freitas (carpt., morador na freg. de Santa Luzia, sa.): 10 Nov. 1812: test. juntamente com o carpt. Manuel Afonso (ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 121 – 121 v.º).

António de Jesus (carpt., morador na Ponte Nova, sa.): 13 Nov. 1808: test. (ARM, *RN.*, L.º 2271, f. 184 v.º - 186). 13 Nov. 1808: test. (idem, L.º 2271, f. 191 v.º).

António de Nóbrega (carpt., morador em frente da Quinta dos Frias, na freg. de São Pedro, nsa.): 3 Abril 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 162). 24 Abril 1812: test. juntamente com o carpt. José dos Passos (idem, L.º 1134, f. 111 v.º e 112 v.º). 17 Set. 1812: test. juntamente com seu discípulo José Francisco (idem, L.º 1135, f. 135 v.º). 29 Julho 1815: Firmo António de Vasconcelos arrendou-lhe por 9 anos um sítio baldio situado nos Moinhos, freg. de São Pedro (idem, L.º 1145, f. 86 v.º - 87 v.º).

António de Sousa (carpt., do Funchal, nsa): 16 Ag. 1791: vendeu uma junta de bois a António da Silva, morador às Portas Novas, freg. de Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1050, f. 62 – 62 v.º). 15 Nov.1793: test. juntamente com o carpt. Bernardo Francisco Gomes Jardim (idem, L.º 2217, f. 90). 26 Fev.1795: test. (idem, L.º2224, f.85). 23 Nov.1802: é test. juntamente com os carpt.s Manuel José de Abreu e António José Pereira, todos moradores na cidade do Funchal (idem, L.º 1095, f. 67).

António Dias (carpt., sa.): 13 Abril 1810: test. (ARM, *RN.*, L.º 2262, f. 76).

António do Espírito Santo (carpt., casado com Maria Joaquina): Nov. 1809: fez uma venda de benfeitorias e um trespasso de arrendamento a Manuel Francisco, morador na Carreira (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 106 v.º).

António do Rosário (carpt., nsa.): 2 Julho 1769: test. (ARM, *RN.*, L.º 2239, f. 103 v.º).

António dos Santos (carpt., morador aos Arrifes, nsa.): 14 Nov. 1808: test. (ARM, *RN.*, L.º 1121, f. 115). 19 Nov. 1811: Fez um contrato e ajuste de obra com D. Joana de Ornelas, solteira de 25 anos, para fazer várias obras numa casa que possuía no sítio da Pena, em Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1133, f. 36 v.º - 37 v.º). 6 Dez. 1814: test. numa escritura de Manuel Joaquim da Trindade (idem, L.º 1143, f. 12 v.º).

António Fernandes (carpt., morador na rua do Pinheiro, nsa.): 19 Abril 1814: test. (ARM, *RN*, L.º 1141, f. 15 v.º). 6 Julho 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 12). 6 Julho 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 13 v.º). 1 Nov. 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 152, 154 v.º). 3 e 26 Nov. 1814: test. juntamente com carpt. António de Freitas, moradores na rua do Pinheiro (idem, L.º 1142, f. 155 v.º, 185). 2 e 3 Dez. 1814 test. (idem, L.º 1143, f. 8, 9 v.º). 15, 20 e 23 Nov. 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 171 v.º, 177, 181 v.º).

António Ferreira de Gouveia (carpt., da freg. da Calheta, nsa.): 14 Dez. 1812: test. juntamente com o carpt. António Rodrigues, de São João, da freg. da Calheta (ARM, *RN.*, L.º 1136, f. 74 v.º).

António Figueira (carpt., nsa.): 27 Abril 1812: test. (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 102).

António Francisco (carpt., morador na rua de Santa Maria Maior, casado com Isabel Maria, sa.): 10 Nov. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 89).

António Francisco Ribeiro (carpt., nsa.): 24 Abril 1790: a CMF faz-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 1046, f. 11 - 11 v.º).

António Francisco Xavier (carpt., morador no beco dos Aranhas, casado com Ana Maria do Carmo, nsa.): 15 Set. 1794: Estevão Teixeira de Nóbrega emprestou-lhe 281$600 para fazer uma casa no beco dos Aranhas (ARM, *RN.*, L.º 2050, f. 37 v.º - 39). 4 e 7 Abril 1804: test., numa escritura de juro à cfr. do SS. da Sé (idem., L.º 1102, f. 42, 50).

António Gomes (marceneiro, sa.): 24 Fev. 1827 (ARM, *RN.*, L.º 2250, f. 65 v.º).

António Gonçalves (carpt., morador na Rua de Santa Maria, solteiro, nsa.): 11 Out. 1811: o morgado Alexandre Teles de Menezes Catanho fez-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2264, f. 45). 18 Jan. 1813: test. (idem., L.º 2267, f. 181).

António João (carpt.): 29 Abril 1801: tinha uma casa com quintal no caminho que vai para o Monte (ARM, *RN.*, L.º 1087, f. 64).

António João (carpt., morador nos Arrifes, freg. de São Pedro, viúvo de Josefa Antónia [da Luz], nsa.): 28 Jan. 23 Julho 1807: test. juntamente com o carpt. José Francisco (ARM, *RN.*, L.º 1117, f. 31). 9 Julho 1808: test. juntamente com o carpt. José Francisco (idem, L.º 1120, f. 117 v.º). 1813: fez uma venda (idem, L.º 2267, f. 189 v.º). 27 Nov. 1810: test. juntamente com o pedreiro José Luís (RN., L.º1129, f.63). 9 Dez. 1810: test. (idem, L.º 1129, f. 89 v.º). 13 Set. 1811: test. (idem., L.º 1132, f. 45, 46 e 47). 13 Set. 1814: vendeu uma casa sobradada com seu quintal situada na freg. de São Pedro ao pedreiro José Lúcio (idem, L.º 1142, f. 114 v.º - 116).

António João da Silva (carpt., sa.): 31 Julho 1767: test. (ARM, *RN.*, L.º 2237, f. 2).

António João de Abreu (carpt., casado com Josefa Maria da Encarnação, morador na Rua dos Netos, sa.) – Maio 1782: fez uma procuração para a ilha da Madeira, a sua mulher e a Manuel Fernandes, sapateiro (ARM, *RN.*, L.º 1015, f. 76 v.º). 1 Jan. 1794: test. (idem, L.º 2218, f. 46 - 47). 6 Nov. 1805: test. (idem, L.º 1109, f. 180).

António João Rodrigues (carpt., casado com Josefa Andrade da luz, morador nos Arrifes, sa.): Julho 1790: Fez uma venda a seu cunhado, o reverendo Francisco de Freitas da Silva (ARM, *RN.*, L.º 1046, f. 99 v.º - 100). 21 Março 1792: faz uma venda a seu cunhado e irmão o reverendo António Agostinho de Carvalho (idem, L.º 1052, f. 33 v.º - 34 v.º). Dez. 1802: test., nsa. (idem, L.º 1096, f. 7 v.º). 2 Fev. 1806: foi test. juntamente com o carpt. Joaquim Gomes (idem, L.º 1110, f. 170 v.º). 21 Março 1811: foi test. juntamente com o pedreiro José Lúcio (idem, L.º 1130, f. 84).

António Joaquim (carpt., sa.): 31 Jan. 1796: o capitão Tristão Joaquim de França Neto fez-lhe uma locação de uma casa (ARM, *RN.*, L.º 1065, f. 71 v.º - 72 v.º). 8 Nov. 1796: test. (idem, L.º 2064, f. 2).

António Joaquim de Sousa (carpt., viúvo de Rosa Margarida, sa.): 10 Nov. 1808: vendeu uma casa a Maria da Conceição, viúva, moradora em São Gonçalo (ARM, *RN.*, L.º 2271, f. 184 v.º - 186).

António Joaquim dos Reis (marceneiro, morador às Portas Novas, freg. de Santa Luzia, sa.): 25 Out. 1814: António Martins devia-lhe dinheiro (ARM, *RN.*, L.º 1142, f. 145 - 146).

António José (carpt., do Funchal, sa.): 14 Set.1768: test. (ARM, *RN.*, L.º 2230, f. 69). 1786: test. (idem, L.º 1033, f. 12). 7 Mar. 1792: vendeu uma casa ao cabeleireiro Francisco Martins (idem, L.º 1052, f. 21 v.º - 22). 29 Mar. 1808: test. (idem, L.º 1119, f. 80).

António José Correia (carpt., da cidade do Funchal, nsa.): 29 Ag. 1778: test. (ARM, *RN.*, L.º 2182, f. 63).

António José de Bastos (carpt., morador na Calçada do Socorro, sa.): 3 Fev. 1812: D.ª Josefa Luciana de Ornelas fez-lhe um arrendamento por 9 anos (ARM, *RN.*, L.º 1134, f. 21).

António José de Freitas (carpt., morador no Funchal, casado com Maria Rosa de Ornelas): juntamente com o carpt. Pedro António de Sousa fez um arrendamento por 9 anos ao carpt. Domingos de Freitas, todos moradores na cidade do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 52). 24 Março 1789: juntamente com o carpt. Pedro António de Sousa fizeram uma venda a João Fernandes Ribeiro, da cidade do Funchal (idem, L.º 1042, f. 32 v.º). 18 Abril 1796: fez uma venda e era cunhado de Quitéria Maria de Ornelas (idem, L.º 1066, f. 48 - 49).

António José Dias (marceneiro, morador no beco do Forno, sa.): 24 Ag. 1788: entrou para irmão da cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. de S. Pedro no Funchal (ARM, *GC*, L.º 240, f. 32 v.º). 16 Nov. 1799: test. (idem, L.º 2229, f. 96 v.º).

António José dos Passos (carpt., casado com Felisberta Joaquina, nsa.): 4 Março 1810: vendeu uma casa (ARM, *RN.*, L.º 2262, f. 33).

António José dos Santos (carpt., sa.): 6 Fev. 1785: test. (ARM, *RN.*, L.º 2245, f. 55 v.º).

António José Gonçalves (carpt., da cidade do Funchal, sa.): 2 Fev. 1806: test. (ARM, *RN.*, L.º 1110, f. 171 v.º). 11 Abril 1806: test. (idem, L.º 1111, f. 56).

António José [Gonçalves Delgado] (carpt., maior de 25 anos, solteiro, morador no moinho da Torrinha, freg. de Santa Luzia): Fev. 1811: fizeram-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2263, f. 129).

António José Pereira (carpt.): 23 Nov. 1802: foi test. juntamente com os carpt. Manuel José de Abreu e António de Sousa, todos moradores na cidade do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1095, f. 67).

António Manuel (carpt., sa.): 16 Nov. 1799: test. (ARM, *RN.*, L.º 2229, f. 94 v.º).p

António Manuel Rodrigues (marceneiro, morador na rua nova de São Pedro, sa.): 10 Maio 1809: mestre de tenda aberta, do ofício de marceneiro (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 58).

António Pereira da Silva (carpt., casado com Maria do Espírito Santo, sa.): 27 Jul. 1781: Roque José Araújo Viana emprestou-lhe 100$000 (ARM, *RN.*, L.º 1013, f. 82 v.º - 83). 29 Jan. 1795: test. (idem, L.º 2224, f. 23 v.º e 24). 29 Jan. 1795: o morgado Leandro Dias de Ornelas e Vasconcelos fez-lhe um aforamento (idem, L.º 2224, f. 24 v.º).

António Pinto (carpt., morador no sítio do Lombo, na Quinta Grande, casado com Josefa Maria, nsa): 2 Nov. 1802: O Illm.º Francisco J.' de Carvalhal fez-lhe uma obrigação de dinheiro de 134$000 (ARM, *RN.*, L.º 1095, f. 30 - 31 v.º).

António Rodrigues (carpt., sa.): 15 Ab.1793: fez uma compra a Manuel Lopes e a Maria dos Passos (ARM, *RN.*, L.º 2189, f. 96 v.º).

António Rodrigues de Gouveia (carpt., casado com Maria das Mercês, morador na freg. de Santa Luzia): 15 Set. 1793: tinha uma dívida a Manuel Gomes Figueira, da freg. de Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1057, f. 90 v.º - 91 v.º). 6 Ag. 1796: quitação geral da dívida anterior (idem, L.º 1067, f. 54 v.º - 55).

António Rodrigues de São João (carpt., da freg. da Calheta, nsa.): 14 Dez. 1812: test. juntamente com o carpt. António Ferreira de Gouveia, da freg. da Calheta (ARM, *RN.*, L.º 1136, f. 74 v.º).

António Sardinha (carpt.): Maio 1804: test. (ARM, *RN.*, L.º 1103, f. 9 v.º).

António Vieira [de Assunção] (carpt., morador no Carmo / Pombal, freg. de Santa Luzia, sa.: só assinava António Vieira): 31 Jul. 1787: fez uma obrigação de dívida e forma de pagamento a Tristão de França de Mendonça, por seu procurador, seu f.º José António de França (ARM, *RN.*, L.º 1036, f. 130 - 131). Dez. 1792: natural da freg. de São Jorge, f.º de António Vieira e de Ana Fernandes, naturais da freg. de São Jorge, fez esponsais e promessas de casamento com Joana Rosa, natural da freg. de Santa Luzia (idem, L.º 1055, f. 27 - 27 v.º). 21 Jan. 1795: Sebastiana da Conceição, em nome dos órfãos, seus netos, filhos de António dos Ramos, com assistência do Curador Geral, fez-lhe um aforamento (idem, L.º 1062, f. 41 – 41 v.º). 20 Nov. 1796: João António de Agrela vendeu benfeitorias a seu cunhado, João de Oliveira e ao carpt. António Vieira (idem, L.º 1068, f. 14 v.º - 15). 20 Fev. 1806: test. (idem, L.º 1110, f. 206 v.º). 22 Ag. 1809 (idem, L.º 2260, f. 186). 6 Ag. 1811: test. (idem, L.º 1131, f. 127 v.º). 16 Nov. 1811: test. (idem, L.º 1133, f. 32 v.º). 27 Out. 1812: test. (idem, L.º 2267, f. 103 - 104).

Bartolomeu Pereira (marceneiro, morador na cidade do Funchal): 7 Junho 1791: contratou o marceneiro Joaquim Roque da Silva para trabalhar no seu ofício, na sua tenda pelo tempo de um ano, pagando-lhe por cada dia de trabalho $350 e com a condição de satisfazer-lhe o arrendamento da casa de uma residência até 15$000 (ARM, *RN.*, L.º 1049, f. 88 - 89 v.º)

Bento José Jardim (carpt., sa.): 19 Junho 1811: test. juntamente com o carpt. João Joaquim (ARM, *RN.*, L.º 1131, f. 73).

Bernardo Francisco [Gomes Jardim] (carpt., sa.): 1786: test. (ARM, *RN.*, L.º 1033, f. 12). 15 Nov. 1793: test. juntamente com o carpt. António de Sousa (idem, L.º 2217, f. 90).

Bernardo Luís Lúcio (carpt., da cidade do Funchal, sa.): 18 Abril 1809: foi test. juntamente com o carpt. Manuel João Teixeira (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 22 v.º).

Brás Ferreira (carpt., nsa.): 1 Abril 1793: test. (ARM, *RN.*, L.º 2189, f. 60).

Caetano de Freitas (carpt., sa.): 3 Ag. 1815: test. (ARM, *RN.*, L.º 1145, f. 99 v.º).

Cristóvão Dias (carpt., casado, morador na freg. de Santa Luzia, f.º de Maria Vieira viúva de Manuel Dias, da freg. do Monte): sua mãe fez-lhe uma confissão de dívida e consignação de pagamento (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 89 v.º).

Desidério Mendes da Silva (carpt., morador nos Arrifes, na freg. de São Pedro, casado com Ana da Assunção, sa.): 17 Abril 1790: test. (ARM, *RN.*, L.º 2185, f. 76 v.º). 22 Abril 1790: test. (idem, L.º 2185, f. 86). 13 Nov. 1792: Francisco José Jardim e Timóteo Joaquim, sangradores, deram-lhe uma quitação geral (idem, L.º 2188, f. 106 v.º - 107). 15 Nov. 1794: comprou benfeitorias a António de Sousa e a sua esposa Mariana Jacinta de Jesus (idem, L.º 2221, f. 43 v.º). 10 Jul. 1798: foi credor de dinheiro a João J. Freitas (idem, L.º 2228, f. 49). 5 Abril 1799: test. (idem, L.º 2078, f. 105 v.º). 18 Junho 1802: test. (idem, L.º 2257, f. 38 v.º - 41). 25 Abril 1803: deu emancipação a seu f.º, José Mendes Justino, carpt. (idem, L.º 2258, f. 121 - 121 v.º). 30 Abril 1803: deu licença de emancipação a seu f.º, Elisiário Mendes da Silva, [carpt.], solteiro, de 25 anos (sa.) (idem, L.º 2258, f. 128 - 128 v.º). Dez. 1808: Joaquim Afonso tinha-lhe uma obrigação de dívida e pagamento (idem, L.º 1121, f. 142). 21 Março 1814: é um dos representantes dos mesteres na CMF (idem, L.º 1140, f. 107).

Diogo Pereira (carpt., do Funchal): 11 Fev. 1795: test. numa escritura de trespasso de venda que fizeram Dona Josefa de Alemanha, viúva do Dr. Domingos João Aliz.', Vicente Júlio Fernandes, Pedro José de Olival, ao carpt. José Nicolau (ARM, *RN.*, L.º 1062, f.58 v.º - 59).

Domingos de Freitas (carpt., morador em fronte do convento de Santa Clara, na freg. de São Pedro, nsa.): 19 Out. 1783: tem uma quitação geral do carpt. Gaspar António (ARM, *RN.*, L.º 1021, f. 4 v.º - 5). 29 Abril 1788: os carpt. António José de Freitas e Pedro António de Sousa fizeram-lhe um arrendamento por 9 anos (idem, L.º 1040, f. 52). 9 Mar. 1790: casado com Quitéria de Jesus, fez uma venda a Francisco Fernandes, solteiro, da cidade do Funchal (idem, L.º 1045, f. 45 v.º - 46). 8 Set. 1790: João Fernandes Ribeiro fez-lhe um aforamento (idem, L.º 1047, f. 19 v.º - 20). 9 Nov.1805: test. (idem, L.º 1110, f. 2). 25 Nov. 1805: casado com Joana Rosa das Virgens, venderam uma casa de sobrado *alto e baixo* com seu quintal, situada no beco das Mercês, ao reverendo cónego Vicente Ramos de Oliveira (idem, L.º 1110, f. 35). 2 Nov. 1806: foi test. juntamente com o carpt. José Nicolau (idem, L.º 1114, f. 47). 13 Fev. 1810: João Fernandes Ribeira arrendou-lhe por 9 anos uma propriedade, situada por debaixo do lugar das Cruzes, na freg. de São Pedro, foi test. o *minorista* José Joaquim de Freitas (idem, L.º 1126, f. 102.). 22 Jan. 1811: fez uma venda (idem, L.º 2263, f. 108 v.º). 11 Ag.1811: test. (idem, L.º 1132, f. 4 v.º).

Domingos Fernandes [Camacho] (carpt., do Funchal, nsa.): 20 Fev. 1810: test. (ARM, *RN.*, L.º 2262, f. 12 v.º). 9 Ag. 1812: test. (idem, L.º 1135, f. 91 v.º).

Domingos Gomes (carpt., natural da freg. do Monte, casado com Ana da Encarnação): Fev. 1783: seu cunhado, António Pestana Garcês emprestou-lhe dinheiro (ARM, *RN.*, L.º 1018, f. 20 – 20 v.º).11 Fev. 1792: fez um dote de casamento a sua f.ª, Antónia Rita, que casou com Francisco Martins, cabeleireiro (idem, L.º 1052, f. 9 - 9 v.º). 1794: Sebastião Fernandes, morador na Achada, freg. de São Pedro, fez-lhe um reconhecimento de dívida (idem, L.º 1061, f. 1 - 1 v.º).

Domingos Lourenço (carpt., da cidade do Funchal, nsa.): 9 Nov. 1805: test. (ARM, *RN.*, L.º 1110, f. 3).

Domingos Nunes (carpt., da cidade do Funchal, sa.): Março 1795: Sebastiana Pestana, da freg. de São Pedro, tinha-lhe uma dívida (ARM, *RN.*, L.º 1062, f. 94 v.º - 95).

Domingos Vieira (carpt.): 19 Junho 1788 (ARM, *RN.*, L.º 2184, f. 84 v.º).

Elisiário Mendes da Silva (carpt., morador nos Arrifes / Calçada do Pico, freg. de São Pedro, sa.): 30 Abr. 1803: solteiro, de 25 anos, seu pai, Desidério Mendes da Silva, deu-lhe licença de emancipação (ARM, *RN.*, L.º 2258, f. 128 – 128 v.º). 5 Jan. 1809: foi test. juntamente com Luís António de Leça (idem, L.º 1122, f. 24 v.º). 28 Fev. 1809: foi test. juntamente com Miguel Francisco de Freitas (sa.) (RN., L.º1122, f.111). 29 Nov. 1811 (idem, L.º 2264, f. 117 v.º). 14 Maio 1812: test., nsa. (idem, L.º 2266, f. 118). 29 Jan. 1813: Manuel João de Freitas Galdo, morador em Boaventura, freg. de Ponta Delgada, devia-lhe 600$000 (idem, L.º 1136, f. 137). 22 Março 1813: António Correia de Aguiar, casado com Francisca de Santiago, morador na freg. de Santo António devia-lhe dinheiro (idem, L.º 2268, f. 28 v.º - 29 v.º). 30 Mar. 1813 (idem, L.º 2268, f. 55 - 55 v.º). 9 Dez. 1816: test. (idem, L.º 1150, f. 101 v.º).

Estevão Dias (carpt., morador no beco dos Aranhas, casado com Maria de Jesus, nsa.): 19 Junho 1812: Maria Joaquina fez-lhe um arrendamento por 9 anos (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 161).

Eusébio da Encarnação (carpt., da Ponta do Sol) – 1778: o morgado José Bento Esteves Vogado da Cunha Ribeira Tojal fez-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 1008, f. 92 - 92 v.º).

Félix Caetano (carpt., morador no Funchal, sa.): 14 Fev. 1811: test. (ARM, *RN.*, L.º 1130, f. 31). 26 Julho 1811: foi test. juntamente com o carpt. Manuel dos Passos (idem, L.º 2265, f. 178). 7 Julho 1811: test. (idem, L.º 1131, f. 91 v.º). 7 Julho 1811: foi test. numa escritura de aforamento que fez António Ferreira, casado com Francisca do Rosário, da freg. de Santa Luzia a Francisco António carpt., morador nesta freguesia (idem, L.º 1131, f. 92 e 93 v.º).

Filipe da Silva (carpt., morador no sítio da Achada, freg. de São Pedro, nsa.): 24 Ag. 1811: António João Pereira e sua esposa Maria da Encarnação arrendaram-lhe uma fazenda por 9 anos, situada na Achada (ARM, *RN.*, L.º 1132, f. 24).

Filipe Rodrigues (carpt., nsa.): 13 Fev. 1817: test. juntamente com o carpt. Ricardo José (ARM, *RN*, L.º 1151, f. 28 v.º).

Francisco António (carpt., morador em Santa Luzia, nsa.): 7 Nov. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 81 v.º). 7 Julho 1811: António Ferreira, casado com Francisca do Rosário, da freg. de Santa Luzia fizeram-lhe um aforamento; foi test. o carpt. Félix Caetano (idem, L.º 1131, f. 92). 14 Junho 1813: test. (idem, L.º 1138, f. 51 v.º).

Francisco da Assunção (carpt., do Funchal, nsa.): 21 Março 1807: test. (ARM, *RN.*, L.º 1115, f. 124). 7 Abr. 1807: test. (idem, L.º 1116, f. 5). 1 Junh. 1807: test. (idem, L.º 1116, f. 110). 31 Maio, 8 e 10 Jun. 1815: test. (idem, L.º 1145, f. 12 v.º, 21, 26 v.º).

Francisco da Conceição (carpt., do Funchal, nsa.): 28 Mar. 1807: test. (ARM, *RN.*, L.º1115, f.135v.º). 6 Abr. 1807: test. (idem, L.º1116, f.2v.º)

Francisco de Freitas Betencourt (carpt., nsa.): 19 Fev. 1769: test. (ARM, *RN.*, L.º 2231, f. 63).

Francisco de Freitas Correia (carpt., sa.): 27 Junho 1798: test. (ARM, *RN.*, L.º 2247, f. 30 v.º).

Francisco de Paula (carpt., nsa.): 21 Out. 1806: test. (ARM, *RN.*, L.º 1114, f. 22 v.º).

Francisco Gomes (carpt.): 22 Set. 1767 (ARM, *RN.*, L.º 2237, f. 80 - 80 v.º).

Francisco Gomes (aprendiz de carpt., sa.): 28 Jan. 1813: morador na rua da Conceição, no Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1136, f. 137).

Francisco Gomes da Silva (carpt., sa.): 10 Março 1790 (ARM, *RN.*, L.º 2185, f. 28).

Francisco Gonçalves (carpt.): Maio 1788: o convento da Encarnação fez-lhe um arrendamento por 4 anos (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 80).

Francisco José Vieira (carpt., sa.): 5 Nov. 1792: test. (ARM, *RN.*, L.º 2188, f. 91). 20 Mar. 1810: test. numa escritura de venda de um terreno do sapateiro João de Sousa ao alveneiro João Fernandes Luís, morador aos Arrifes (idem, L.º 1127, f. 31).

Francisco Pereira (carpt., morador na rua das Cruzes, casado com Joaquina Cândida, nsa.): 30 Jan. 1813: test. (ARM, *RN.*, L.º 1136, f. 140). 1 Fev. 1813: test. juntamente com o carpt. António de Freitas, morador na rua do Pinheiro (idem, L.º 2267, f. 192).

Francisco Pereira Cunha (carpt., morador na rua dos Tanoeiros, solteiro, nsa.): 12 Out. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 48 v.º). 12 Out. 1809: vendeu um pedaço de fazendas de vinhas e ½ de uma casa *palhaça,* na freg. da Calheta, no lombo do Salão que herdou de seus pais António Pereira e Isabel Maria (idem, L.º 1125, f. 48 v.º - 49 v.º).

Francisco Rodrigues (carpt., morador na Levada do Cavalo, freg. de São Pedro, casado com Joaquina Rosa, nsa.): 25 Fev. 1812. recebeu um empréstimo de Manuel Francisco (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 53).

Gaspar António (carpt., casado com Joana do Espírito Santo): 19 Out. 1783: deu uma quitação geral ao carpt. Domingos de Freitas (ARM, *RN.*, L.º 1021, f. 4 v.º - 5). 26 Jan. e 5 Fev. 1796: viúvo, fez uma venda ao sapateiro Francisco Gomes, da freg. de Santa Luzia (idem, L.º 1065, f. 67 v.º - 68, 77 v.º - 78).

Gregório José de Abreu (marceneiro, sa.): 19 Dez. 1792: test. (ARM, *RN.*, L.º 2187, f. 59 v.º).

Inácio Fernandes [de Velosa] (carpt., sa.): 2 Set. 1812: test. (ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 77). 20 Ag. 1814: test. (idem, L.º 1142, f. 89). 2 Set. 1814: test. juntamente com o pedreiro António Pereira (idem, L.º 1142, f. 104 v.º).

Inácio Teixeira (carpt., nsa.): 7 Junho 1804: test. (ARM, *RN.*, L.º 2270, f. 172 v.º). 25 Julho 1807: test. (idem, L.º 1117, f. 37 v.º).

Isidoro Joaquim de Faria (carpt., sa.): 21 Maio 1813: test. (ARM, *RN.*, L.º 1138, f. 11 v.º).

Januário João de Nóbrega (carpt., morador na Rua das Torres, freg. de Santa Maria Maior, casado com Juliana Joaquina, sa.): 3 Ag. 1812 (ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 9 - 10).

João Agostinho Correia (marceneiro, morador no Funchal, sa.) – 27 Jan. 1827 test. (ARM, *RN.*, L.º 2250, f. 12 v.º).

João Agostinho Rodrigues (marceneiro, morador aos Arrifes, sa.): 20 Junho 1813: test. (ARM, *RN.*, L.º 1138, f. 61 v.º). 27 Jan. 1827 test. (idem, L.º 2250, f. 12 v.º).

João Ambrósio (carpt., nsa.): 16 Fev. 1811: test. juntamente com o carpt. João Caetano Rodrigues (ARM, *RN.*, L.º 1130, f. 34).

João António de Agrela (marceneiro, morador no Funchal): 1 Junh. 1797: o Senado [da CMF ?] fez-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2068, f. 94 v.º). Abr. 1799, o entalhador António de Agrela de Azevedo assina nesta escritura (idem, L.º 2076, f. 23 v.º).

João Baptista Jardim (carpt., casado com Antónia dos Santos) – Abril 1783: fizeram uma venda a João Baptista Teixeira, da cidade do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1019, f. 27 v.º - 28 v.º).

João Caetano [Rodrigues] (carpt., morador aos Arrifes, sa.): 8 Set. 1796: entrou para irmão da cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. de S. Pedro, no Funchal (ARM, *GC*, L.º 240, f. 41). 16 Fev. 1811: test. juntamente com o carpt. João Ambrósio (idem, L.º 1130, f. 34). 26 Nov. 1812: test. (idem, L.º 1136, f. 54 v.º - 55). 19 Dez. 1812: test. (idem, L.º 1136, f. 79 v.º).

João Canceio Rodrigues (marceneiro, morador no Funchal, sa.): 3 Junho 1831: test. (ARM, *RN.*, L.º 2253, f. 138 v.º - 139).

João Climaco Rodrigues (carpt., morador no Funchal): 14 Set. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 22 v.º).

João da Silva (carpt., da freg. do Paul do Mar, casado com Francisca Antónia): Jan. 1793: já viúva, sua esposa fez uma venda ao reverendo Simão Lúcio de Nóbrega, do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1055, f. 84 - 85).

João de Almeida (carpt., sa.): 22 Nov. 1785: test. (ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 96 - 96 v.º). 7 Set. 1795: test. numa escritura de venda que fez o pintor António Fernandes Figueira a Joaquim Gomes Jardim (idem, L.º 1064, f. 65 v.º- 66 v.º). 7 Março 1812: test. (idem, L.º 1134, f. 68). 1 Fev. 1817: test. (idem, L.º 1150, f. 184).

João de Freitas (carpt., nsa.): 18 Nov. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 107). 11 Nov. 1827: test. (idem, L.º 2251, f. 235).

João de Freitas (carpt., morador ao sítio da Caboqueira, freg. de São Pedro, casado com Francisca Anastácia, sa.): 27 Jul. 1807: test. (ARM, *RN.*, L.º 1117, f. 42). 3 Maio 1809: (idem, L.º 1123, f. 56). 18 Julho 1810: test. (RN., L.º 1128, f. 97 v.º). 10 Fev. 1812: test. (idem, L.º 2266, f. 42 – 42 v.º). 20 Maio 1812 (idem, L.º 2266, f. 122 v.º). 9 Julho 1812: test. juntamente com o carpt. Manuel de Freitas (idem, L.º 2266, f. 186). 9 Fev. 1817: test. (idem, L.º 1151, f. 19 v.º).

João de Freitas Martins (carpt., sa.): 26 Jan. 1795: test. (ARM, *RN.*, L.º 2224, f. 16). 20 Ag. 1811: foi test. juntamente com o cabo de esquadra António Ferreira Duarte (idem, L.º 1132, f. 15).

João de Oliveira (carpt., da freg. de Santa Luzia, nsa.): test. (ARM, *RN.*, L.º 1108, f. 50).

João dos Santos (carpt., do Funchal, casado com Isabel Maria, sa.): 27 Fev. 1787: test. juntamente com o carpt. Manuel António, numa escritura de quitação e desobrigação que deu o capitão engenheiro João António Vila Vicêncio e sua esposa a Estevão Teixeira de Nóbrega (ARM, *RN.*, L.º 1035, f. 84 - 85). 1789: João Rodrigues Martins vendeu-lhe meia parede (idem, L.º 1043, f. 42). 31 Jan. 1793: test. (idem, L.º 2190, f. 20). 21 Março 1793: o morgado António José Spínola de Carvalho fez-lhe um aforamento (idem, L.º 1056, f. 30 - 30 v.º). 12 Junho 1797: já viúva, fez uma partilha amigável com seu sogro, Manuel António do Nascimento (idem, L.º 1070, f. 71 v.º - 75 v.º).

João Ferreira (carpt., morador no Ribeiro Seco, freg. de São Martinho, nsa.): 27 Março 1810: test. (ARM, *RN.*, L.º 1127, f. 45). Maio 1812: test. (idem, L.º 2266, f. 107 v.º - 108).

João Francisco de Sousa (marceneiro, do Funchal, sa.): 2 Dez. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 129 v.º - 130). 1 Fev. 1813: test. (idem, L.º 1136, f. 146 v.º). 21 Ag. 1815: test. juntamente com António Pinto Felgueira, da freg. de Câmara de Lobos, numa escritura de procuração que fez Maria Joaquina G.ª, moradora nas Mercês, viúva de Manuel Jesus Oliveira, a Martins Gonçalves Serrão (idem, L.º 1145, f. 108 - 109).

João Gomes (carpt., morador no beco dos Aranhas, sa.): 16 Abril 1793: test. (ARM, *RN.*, L.º 2189, f. 98). 14 Maio 1812: test. juntamente com o pedreiro Francisco Gonçalves (idem, L.º 1134, f. 135 v.º).

João Gonçalves (carpt., morador na rua dos Moinhos, nsa.): 24 Abril 1775: test. (ARM, *RN.*, L.º 2242, f. 143 v.º). 22 Maio 1805: test. juntamente com o carpt. Manuel Teixeira (idem, L.º 1108, f.27v.º). 17 Fev. 1810: o morgado Luís Correia Accioly aforau-lhe uma propriedade na freg. de Santa Luzia (idem, L.º1126, f.116v.º). 18 Fev. 1810 test. juntamente com o pintor João Francisco Sousa Correia e Manuel Gomes (idem, L.º 1130, f. 38).

João Joaquim (carpt., sa.): 19 Junho 1811: foi test. juntamente com o carpt. Bento José Jardim (ARM, *RN.*, L.º 1131, f. 73).

João Joaquim de Freitas (carpt., morador na rua da Queimada de Baixo, casado com Maria da Conceição, sa.): 1 Março 1810: test. juntamente com o marceneiro Teodoro Joaquim de Freitas (ARM, *RN.*, L.º 2262, f. 28). 11 Set. 1811: fez um reconhecimento de dívida (idem, L.º 2264, f. 22).

João José Pereira (carpt., morador aos Arrifes, nsa.): 23 Set. 1811: aprendiz, test. (ARM, *RN.*, L.º 1132, f. 52 v.º).

João Manuel (carpt., casado com Josefa Maria da Encarnação): 29 Out. 1786: fez uma venda de uma casinha (ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 271). 18 Março 1790: sua esposa, já viúva, fez uma venda ao tanoeiro António Fernandes (idem, L.º 2185, f. 43).

João Mendes Brazão (carpt.) – 1778: fez um contrato para fazer uma porta, forrar o tecto de uma sala e assoalhada de pinho por 600$000 numa casa do morgado José António de Castelo Branco (ARM, *RN.*, L.º 1008, f. 110 v.º - 111).

João Nunes (carpt., casado com Maria de O.' Ferreira, morador ao Pico dos Frias, sa.): 18 Fev. 1784: fez uma compra a António João Gonçalves (ARM, *RN.*, L.º 2244, f. 71). 1785: fizeram uma venda a Josefa Maria, viúva de Francisco, morador na Achada, freguesia de São Pedro. 6 Dez. 1797, João Nunes, carpt., que se encontrava preso a 3 dias no calaboiço, assina termo de *benevivendo* na secretaria do Governo por ordem do Governador "*por ser urgulhoso e descomodido com sua imbriagues*" e para viver com modéstia, pacificamente e não beber demasiado (ARM, *GC.*, L.º 525, f. 35 v.º).

João Pedro de Freitas (carpt., morador na rua de São Francisco, sa.): 16 Agosto 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 178 v.º).

João Pereira (carpt., do Funchal, sa.): 26 Abril 1803: foi test. juntamente com o pedreiro António de Sousa (ARM, *RN.*, L.º 1098, f.54v.º). 11 Maio 1803: juntamente com o carpt. José Alves fez um contrato e ajuste de obra com o morgado Diogo de Ornelas Frazão, para fazer uma escada, porta, soalho de uma sala, balustre, armação, *verdugada*, cambotas e duas portas, altar e sacristia de uma capela; foram test. o pintor Timóteo António Marques e o pedreiro Manuel Valentim (ARM, *RN.*, L.º 1098, f.91 v.º-92 v.º). Dez. 1803: test. (idem, L.º1101, f.36). 10 Junho 1804: fez um contrato e ajuste de obra numa casa, com João Fernandes Ribeiro (idem, L.º 1103, f. 86 v.º - 87 v.º). 13 Março 1805: test. (idem, L.º 1107, f. 50 v.º). 12 Maio 1810: test. (idem, L.º 1127, f. 80). 18 Dez. 1810: fez um ajuste de obra para fazer obras numa casa de sobrado no beco dos Aranhas, pertencente a Estevão José Casimiro (idem, L.º 2263, f. 63 v.º - 64). 5 Abril 1811: Ana Joaquina, solteira, arrendou-lhe por 2 anos uma casa, foi test. o carpt. Manuel Caetano, morador aos Arrifes (idem, L.º 1130, f. 102 - 103). 30 Out. 1811: test. (idem, L.º 2264, f. 76 v.º). 5 Nov. 1814: test. (idem, L.º 1142, f.156 v.º). 25 Out. 1815: test. (idem, L.º 1146, f.57). 28 Março 1817: test. (idem, L.º 1151, f.101 v.º).

João Pereira de Jesus (carpt., morador no sítio dos Álamos, freg. de São Pedro, casado com Maria Joaquina de [?], nsa.): fez uma compra aos herdeiros de José Rodrigues Martins (ARM, *RN.*, L.º 2270, f. 91 v.º).

João Rodrigues (carpt., nsa.): 17 Out. 1783: test. (ARM, *RN.*, L.º 2244, f. 19 v.º).

João Vieira (carpt., sa.) – Maio 1782: deu um perdão de ferimento ao pedreiro Felipe João, da cidade do Funchal. (ARM, *RN.*, L.º 1015, f. 20 v.º). 16 Fev. 1807: fez um ajuste de obra com Manuel de Andrade e Vicente José de Freitas para fazer 4 casas térreas (ARM, *RN.*, L.º 1115, f. 83 v.º - 84 v.º).

Joaquim António (carpt., morador na Ponte Nova / rua das Dificuldades, no Pombal, no Funchal, nsa.): Abril 1775: test. (ARM, *RN.*, L.º 2233, f. 54 v.º). 22 Nov. 1785: test. (idem, L.º 2246, f. 96 - 96 v.º). 7 Fev. 1793: test. (idem, L.º 2190, f. 85). 14 Nov. 1810: test. juntamente com o carpt. José de Nóbrega (idem, L.º 1129, f. 43 v.º). 7 Julho 1811: António Ferreira, casado com Francisca do Rosário fez-lhe um aforamento (idem, L.º 1131, f. 94 v.º).

Joaquim de Santa Ana (carpt., nsa.): 10 Jan. 1796: test. (ARM, *RN.*, L.º 2192, f. 24). 13 Out. 1796: test. (idem, L.º 2192, f. 60).

Joaquim dos Santos (carpt., sa.): 27 Fev. 1787: test. juntamente com o carpt. Manuel António, numa escritura de quitação geral e desobrigação entre o cap. engenheiro João Vila Vicêncio e o carpt. Teixeira de Nóbrega) (ARM, *RN.*, L.º 1035, f. 84 - 85).

José Caetano (carpt., morador nos Arrifes): 15 Ag. 1796: entrou para irmão da cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. S. Pedro, no Funchal (ARM, *GC.*, L.º 240, f. 41).

José Francisco (carpt., da freg. de Santa Luzia, sa.): 14 Ag. 1804: test. numa escritura de aforamento que fez o major Agostinho d'El Rey a António Teixeira (ARM, *RN.*, L.º 1104, f. 101 - 102). 11 Out. 1804: test. (idem, L.º 1105, f. 59 v.º).

José Nicolau (carpt., nsa.): 2 Nov. 1806: foi test. juntamente com o carpt. Domingos de Freitas (ARM, *RN.*, L.º 1114, f. 47).

Joaquim Francisco Gomes (carpt., sa.): 7 Março 1812: test. (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 65 v.º - 66).

Joaquim Gomes (carpt., morador em Santa Luzia): 11 Nov. 1802: comprou benfeitorias a Maria Francisca, viúva de António Vieira (ARM, *RN.*, L.º 1072, f. 9 – 9 v.º). 14 Out. 1802 (idem, L.º 2256, f. ?). 2 Fev. 1806: test. juntamente com o carpt. António João Rodrigues (idem, L.º 1110, f. 170 v.º).

Joaquim José de Freitas (carpt., morador no Pombal): 21 Set. 1812: foi test. juntamente com o latoeiro do Trem Real: António de Sousa Machado (ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 63 v.º - 69).

Joaquim Mendes da Silva (carpt., morador em Santa Maria Maior, casado): 13 Set. 1827: arrendatário (ARM, *RN.*, L.º 2251, f. 155).

Joaquim Roque da Silva (marceneiro): 18 Abril 1789: seus pais, João da Silva, pedreiro, e sua mãe Maria da Ressurreição deram-lhe emancipação (ARM, *RN.*, L.º 1042, f. 57). 7 Junho 1791: o marceneiro Bartolomeu Pereira contratou-o para trabalhar durante um ano em marcenaria, na sua tenda, pagando-lhe por dia $350 e satisfazer-lhe o arrendamento da casa de uma residência até 15$000 (ARM, *RN.*, L.º 1049, f. 88 - 89 v.º)

José António (carpt., morador às Portas Novas, freg. de Santa Luzia, casado com Ana Maria): 20 Junho 1798: sua viúva vende benfeitorias a António de Freitas, da freguesia de Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1075, f. 74 - 75).

Jorge António da Silva (carpt., sa.): 31 Jan. 1793: test. (ARM, *RN.*, L.º 2190, f. 20).

José Alves (marceneiro, nsa.): 28 Março 1804: foi test. juntamente com António Ferreira Duarte (ARM, *RN.*, L.º 2270, f. 77).

José Alves (carpt., da freg. do Monte, nsa.): 11 Maio 1803: juntamente com o carpt. João Pereira fez um ajuste de obra com o morgado Diogo de Ornelas Frazão para fazer uma escada, porta, soalho de uma sala, balustre, armação, *verdugada*, cambotas e duas portas, altar e sacristia de uma capela; foram test. o pintor Timótio António Marques e o pedreiro Manuel Valentim (ARM, *RN.*, L.º 1098, f. 91 v.º - 92 v.º). 3 Jul. 1804: fez um contrato e ajuste de obra com o morgado João Francisco da Câmara leme, para fazer 17 janelas (idem, L.º 1104, f. 2 v.º - 3). 14 Out.1807: test. (idem, L.º 1118, f. 3). 11 Dez. 1810: test. juntamente com o carpt. Pedro António Alves (idem, L.º 1129, f. 92). 25 Fev.1814: test. (idem, L.º 1140, f. 85).

José António (carpt., morador na Ponte Nova, sa.): 3 Out. 1802: foi test. juntamente com o carpt. Mateus Ferreira Duarte, numa escritura de venda de uma casa (ARM, *RN.*, L.º 1094, f. 83 v.º - 85).

José António de Abreu (carpt., sa.): 27 Nov. 1811: test. (ARM, *RN.*, L.º 2264, f. 111 v.º).

José António Patrício (marceneiro, nsa.): 15 Abril 1804: test. (ARM, *RN.*, L.º 2270, f. 95).

José da Costa Jardim (carpt.) – 22 Nov. 1785: Manuel Figueira de Chaves e sua esposa Antónia Maria Rosa da Conceição, venderam-lhe uma meia parede (ARM, *RN.*, L.º 1030, f. 34 v.º).

José da Silva (carpt., nsa.): 30 Abril 1770: test. (ARM, *RN.*, L.º 2232, f. 83).

José de Abreu (carpt., sa.): 12 Junho 1788: test. (ARM, *RN.*, L.º 2184, f. 73 v.º). 27 Junho 1794: (idem, L.º 2220, f. 48).

José de Desidério (carpt., da freg. do Arco da Calheta, nsa.): 2 Março 1793: test. (ARM, *RN.*, L.º 2190, f. 85).

José de Faria (carpt., nsa.): 25 Fev. 1786: test. (ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 142).

José de Freitas (marceneiro, sa.): 30 Maio 1777: test. (ARM, *RN.*, L.º 2183, f. 95 v.º).

José de Freitas (carpt., da freg. da Madalena do Mar, nsa.): 4 Fev. 1795: o morgado Leandro Dias de Ornelas e Vasconcelos fez-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2224, f. 43 v.º).

José de Freitas (carpt., morador em Santiago / sítio da Rochinha / rua nova de Santo António, freg. de Santa Maria Maior, casado com Maria dos Santos, nsa.): 21 Fev. 1795: test. (ARM, *RN.*, L.º 2224, f. 80 v.º). 24 Set. 1809: fez uma escritura de confissão de dívida a António Teixeira (idem, L.º 2259, f. 21). 19 Fev. 1810: arrendou uma pequena casa térrea situada na Rua Nova da Rochinha a José de Freitas artilheiro, foi test. António Gomes (idem, L.º 1126, f. 125 v.º). 22 Jul. 1811: foi test. numa compra que fizeram o capitão Teixeira de Nóbrega e o major Feliciano António de Matos, na ribeira do Torreão (idem, L.º 1131, f. 120 - 121 v.º). 11 Out. 1811: o morgado Alexandre José Teles de Meneses e Catanho fez-lhe um aforamento (idem, L.º 2264, f. 46 v.º). 23 Out. 1811: test. (idem, L.º 1132, f. 84). 11 Nov. 1811: o pedreiro Inácio Rodrigues fez-lhe um empréstimo (idem, L.º 1133, f. 25). 18 Nov. 1812: fez um ajuste de obra com José Martins, morador no sítio dos Arrifes para fazer obras numa casa, foi test. o pedreiro Francisco Fernandes (idem, L.º 1136, f. 39). 2 Maio 1814: test. num aforamento que fizeram ao carpt. José Pestana (idem, L.º 1141, f. 38 v.º).

José de Gouveia (carpt., morador na freg. de São Martinho, nsa.): 3 Fev.1811: fez uma escritura de rescisão de escritura com Maria Joaquina (ARM, *RN.*, L.º 2263, f. 117). 4 Fev. 1812: Joaquim dos Santos faz-lhe um arrendamento por 9 anos (idem, L.º 1134, f. 24 v.º).

José de Nóbrega (carpt., nsa.): 14 Nov. 1810: test. juntamente com o carpt. Joaquim António (ARM, *RN.*, L.º 1129, f. 43 v.º).

José do Egipto [da Costa] (carpt., do Funchal, casado com Luzia Emília da Conceição, sa.): 2 Nov.1794: test. (ARM, *RN.*, L.º2221, f.24 v.º). 20 Nov. 1804: juntamente com o carpt. José Nicolau, fizeram um contrato e ajuste de obra com Pedro Jorge de Abreu, para fazerem obras numa casa que possuía na freguesia do Monte, junto à igreja, do lado leste, vencendo 10 tostões por dia, podendo contratar mais dois mestres para trabalhar na obra, devendo estar pronta até 15 de Abril de 1805 (foram test. António Gomes Romão e João Gomes Garcês) (idem, L.º 1105, f. 125 - 126). 29 Ag. 1805: a firma Monteiros e C.ª arrendou-lhe por 6 anos, uma loja situada na Rua do Esmeraldo, pagando 59$000 de renda por ano (idem, L.º1109, f.83-84). 24 Fev.1808: António Gomes da freg. do Monte faz-lhe um pagamento (idem, L.º 1119, f. 38 v.º). 28 Fev. 1808: test. (idem, L.º1126, f. 37v.º).

José dos Passos (carpt., sa.): 24 Abril 1812: test. juntamente com o carpt. António de Nóbrega (ARM, *RN.*, L.º 1134, f. 111 v.º e 112 v.º). 14 Jan. 1813: test. (idem, L.º 1136, f. 114 v.º).

José dos Reis (carpt., solteiro, do Funchal, nsa.): 1 Junho 1788: pediu um empréstimo à cfr. de São José, da Sé (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 88). 5 Abril 1796: fez uma compra a Feliciana Pereira, viúva de Manuel Gomes (idem, L.º 1066, f. 31 v.º - 32). 13 Ag. 1778: emprestou 26$560 ao lavrador Francisco Pereira, casado, morador na Achada, freg. de São Pedro (idem, L.º 2182, f. 55). 13 Set. 1778: emprestou 30$000 ao lavrador Inácio Fernandes, casado, morador na freguesia de São Roque, foi test. Manuel Ferreira, marceneiro, casado, sa. (idem, L.º 2182, f. 68 v.º - 69).

José dos Reis Silva (carpt.: assinatura JRS, solteiro): 15 Set. 1794: foi test. numa escritura em que Estevão Teixeira de Nóbrega emprestou 30$000 ao sapateiro Caetano de Aguiar (ARM, *RN.*, L.º 2050, f. 36 v.º - 37 v.º). 15 Set. 1794: foi test. numa escritura em que Estevão Teixeira de Nóbrega emprestou 281$600 ao carpt. António Francisco Xavier para fazer uma casa (idem, L.º 2050, f. 37 v.º - 39). Out. 1802: test. (idem, L.º 2093, f. 78). 18 Set. 1804: test. (RN., L.º2101, f.49). 23 Dez. 1804: test. (idem, L.º 2103, f. 13). 13 Nov. 1808: test. (idem, L.º 2271, f. 193). 31 Ag. 1810: test. juntamente com o tanoeiro António Francisco numa escritura de arrendamento por 9 anos que fez Diogo de Ornelas Frazão Figueiroa a Henriques José de Couto; assinatura é só JRS (idem, L.º 1128, f. 144 v.º - 145). 12 Set. 1810: o tanoeiro António Francisco devia-lhe 110$000; foram test. João Cipriano, da cidade do Funchal e Roque Gonçalves, da freg. de Santa Luzia (idem, L.º 1129, f. 3 – 3 v.º). (idem, L.º 1134, f.). Jan. 1812: Reconhecimento de dívida e obrigação de pagamento que faz João Francisco, em que JRS tinha-lhe emprestado em 29 Jan.1810 a quantia de 100$000 e em 27 de Junho 1811 mais 100$000, para a compra de 2 casinhas (idem, L.º1134, f.8v.º-9)

José Filipe (carpt., sa.): 10 Dez. 1775: test. (ARM, *RN.*, L.º 2233, f. 95).

José Francisco (carpt., nsa.): 14 Jan. 1794: test. (ARM, *RN.*, L.º 2218, f. 53 v.º). 17 Março 1794: test. (idem, L.º 2219, f. 87). Junho 1794: test. (idem, L.º 2220, f. 19 v.º). 14 Julho 1809: test. (idem, L.º 1124, f. 83 v.º).

José Francisco (carpt., morador no sítio do Pombal / Ponte Nova, casado com Barbara Joaquina, sa.): Jan. 1801: comprou uma casa (ARM, *RN.*, L.º 1086, f. 32). Jan. 1805: foi test. (idem, L.º 1106, f. 78). 3 Ag. 1806: test. (idem, L.º 113, f. 14, 15 v.º e 16). 23 Julho 1807: foi test. juntamente com o carpt. António João (idem, L.º 1117, f. 31). 9 Julho 1808: foi test. juntamente com o carpt. António João (idem, L.º 1120, f. 117 v.º). 11 Ag. 1806: vendeu umas benfeitorias ao alveneiro António Ferreira, morador na Carne Azeda e foi test. o carpt. Manuel Caetano (idem, L.º 1113, f. 36 - 37). 27 Fev. 1810: o morgado Luís Correia Accioly aforou a sua mulher, já viúva, uma propriedade baldia (idem, L.º 1126, f. 139 v.º). 17 Set. 1812: test. com o carpt. António de Nóbrega (idem, L.º 1135, f. 135 v.º). 12 Fev. 1814: test. (idem, L.º 1140, f. 66 v.º). 20 Nov. 1816: test. juntamente com o marceneiro José Gonçalves (idem, L.º 1150, f. 72).

José Francisco de Nóbrega e Sousa (carpt., sa.): 22 Out. 1816: test. (ARM, *RN.*, L.º 1150, f. 28).

José Francisco de Oliveira (carpt., nsa.): 19 Fev. 1812: test. juntamente com o carpt. Vicente Anastácio de Azevedo (ARM, *RN.*, L.º 1134, f. 45 v.º).

José Francisco Pereira (carpt., morador no Ribeiro Seco, freg. de São Pedro, casado com Rita Clara, nsa.): 5 Ag. 1812: fez uma venda (ARM, *RN.*, L.º 2267, f. 13 - 14).

José Gomes (carpt., morador na Ribeira de São Lázaro, casado com Maria Margarida, sa.): 19 Dez. 1809 (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 160).

José Gonçalves (marceneiro, sa.):20 Nov.1816: test. juntamente com o carpt. José Francisco, morador à Ponte Nova (ARM,*RN.*,L.º1150, f.72)

José Gouveia (carpt., nsa.): 22 Março 1815: test. juntamente com o carpt. Pedro António Alves (ARM, *RN.*, L.º 1144, f. 53 v.º).

José Joaquim de Mendonça (carpt., sa.): 13 Abril 1804: foi test. juntamente com o carpt. Luís Pereira num ajuste de obra que fez o carpt. Manuel Fernandes com o capitão Filipe de Carvalhal Esmeraldo para fazer uma casa na Rua da Carreira (ARM, *RN.*, L.º 1102, f. 70 -73v.º). 17 Julho 1805: foi test. juntamente com o carpt. Martinho José de Sá (idem, L.º 1109, f. 2).

José Mendes Justino (carpt., f.º do carpt. Desidério Mendes da Silva, sa.): 25 Abril 1803: teve emancipação de seu pai (ARM, *RN.*, L.º 2258. f. 121 - 121 v.º).

José Nicolau (carpt., do Funchal): 11 Fev. 1795: Dona Josefa de Alemanha, viúva do Dr. Domingos João *Aliz.* ', Vicente Júlio Fernandes, Pedro José de Olival e sua esposa fizeram-lhe um trespasso de venda; foi test. o carpt. Diogo Pereira (ARM, *RN.*, L.º 1062, f. 58 v.º - 59). 29 Nov. 1798: fez um contrato de obrigação com Januário Francisco da Câmara (idem, L.º 2075, f. 61 v.º). 20 Nov. 1804: juntamente com o carpt. José do Egipto, fizeram um ajuste de obra com Pedro Jorge de Abreu para fazerem obras numa casa que possuía na freg. do Monte, junto à ig. (leste), vencendo 1$000 por dia, podendo contratar mais 2 mestres para trabalhar na obra, devendo estar pronta até 15 de Abril de 1805 (foram test. António Gomes Romão e João Gomes Garcês) (idem, L.º 1105, f. 125 - 126). 24 Ag. 1811: faz um ajuste de obra para completar uma casa de Feleciano Filipe Silva, na rua de Santa Maria (idem, L.º 1132, f. 24).

José Pereira (carpt., morador na freg. de Santa Luzia, nsa.): 5 Fev. 1807: fez um ajuste de obra com Diogo de Ornelas Frazão Figueiroa (ARM, *RN.*, L.º 1115, f. 51 v.º - 52 v.º). 18 Ag. 1810: test. (idem, L.º 1128, f. 130). 19 Ag. 1810: fez um ajuste de obra com o reverendo Féliz Ferreira de Vasconcelos para fazer uma casa por 2:970$000 (idem, L.º 1128, f. 130).

José Pestana (carpt., nsa.): 2 Maio 1814: fizeram-lhe um aforamento, foi test. o carpt. José de Freitas (ARM, *RN.*, L.º 1141, f.38 v.º).

José Rodrigues (carpt., sa.): 30 dez. 1791e 9 Fev. 1792: test. em duas escrituras de aforamento que fez Francisco Correia Betencourt, *fidalgo cavaleiro da casa de Sua Magestade* e sua esposa D. Ana Berenguer de Araújo, ao capitão engenheiro João António Vila Vicêncio (ARM, *RN.*, L.º 1051, f. 80 v.º - 81 v.º; idem, L.º 1052, f. 7 v.º - 8). 18 Março 1791: test. juntamente com o carpt. Manuel João Gomes, numa escritura que fez João António Vila Vicêncio e António Pinto Figueira para este acartar areia da vila da Ribeira Brava para a ig. da Serra de Água (idem, L.º 1049, f. 13 v.º). José Rodrigues (carpt., casado com Ana Joaquina, nsa.): 2 Nov. 1808: foi test. juntamente com o carpt. Manuel Afonso da freg. de Santa Luzia (idem, L.º 1121, f. 103). 18 Dez. 1811: o carpt. José Viturino de Freitas trespassa-lhe um sitio, foi test. o pedreiro José Rodrigues (idem, L.º 1133, f. 89 v.º). 10 Fev. 1812: test. juntamente com o carpt. Manuel Gonçalves Farinha (idem, L.º 2266, f. 52). 11 Dez. 1812: fez uma venda a Manuel de Ornelas, casado e cabo de esquadra da 6.ª Companhia do Batalhão (idem, L.º 2267, f. 153 - 154 v.º). 8 Março 1813: deu distrate e quitação a Manuel de Ornelas, cabo de esquadra da 6.ª Companhia do batalhão (idem, L.º 2268, f. 18 v.º - 19). 29 Jan. 1814: fez um ajuste de obra com António Gonçalves de Oliveira, para completar a obra de carpt. que faltava numa casa, situada no beco dos Aranhas por 220$000 (idem, L.º 1140, f. 44 v.º - 46).

José Rodrigues (carpt., morador ao Caminho do Til, freg. de Santa Luzia, nsa.): 3 Maio 1816: fez com o reverendo cónego Tomás Tolentino da Silva uma confissão de dívida e reconhecimento de sentença de anulação de contrato de locação e consignação de pagamento (idem, L.º 1148, f. 31 - 31 v.º).

José Rodrigues (serrador de carpt., do Funchal): 4 Nov. 1793: deu uma quitação geral a José de Gouveia, da freg. de Santa Luzia (ARM, *RN.*, L.º 1058, f. 38 – 38 v.º).

José Rodrigues Cabral (marceneiro, sa.): 9 Março 1770: test. (ARM, *RN.*, L.º 2232, f. 39). 21 Maio 1777: test. (idem, L.º 2183, f. 87).

José Rodrigues Gonçalves (carpt., nsa.): 7 Março 1784: foi test. juntamente com o pintor António Pinto Felgueira, numa escritura de venda e trespasso entre o engenheiro João Vila Vicêncio e o pintor António da Trindade (ARM, *RN.*, L.º 1022. f. 51 - 52).

José Vitorino de Freitas (carpt., nsa.): 18 Dez. 1811: trespassou um sítio com o carpt. José de Freitas, morador em Santa Maria Maior, foi test. o pedreiro José Rodrigues (ARM, *RN.*, L.º 1133, f. 89 v.º).

Leão Pedro Fernandes (marceneiro, do Funchal): 2 Março 1812: test. (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 58 v.º).

José Pereira de Lima (carpt., do Funchal): 4 Março 1795: test. juntamente com o pedreiro Pedro José (ARM, *RN.*, L.º 1062, f. 73 - 74).

Leandro dos Passos (carpinteiro, nsa.): 12 Fev. 1817: test. (ARM, *RN.*, L.º 1151, f. 26 v.º - 27).

Lourenço Justiniano [de Freitas] (carpt., morador no sítio da Achada, sa.): Mar. 1817: test. numa escritura de venda que fez José Pereira (sa.) e Maria Joana ao pedreiro João Gomes, morador no sítio dos Arrifes (ARM, *RN.*, L.º 1151, f. 98 v.º).

Luís António (carpt., da freg. de Santa Luzia): 9 Fev. 1808: test. (ARM, *RN.*, L.º 1118, f. 146).

Luís de Freitas (carpt., nsa.): Abril 1775: test. (ARM, *RN.*, L.º 2233, f. 54 v.º).

Luís de Nóbrega (carpt., morador em São Roque):1Out.1791:vendeu benfeitorias a José de Freitas, da freg. de São Roque (ARM, *RN.*, L.º 1050, f. 96 v.º - 97).

Luís José de Abreu (carpt., nsa.): 7 Abril 1804: vendeu 600 paus de til ao negociante Manuel José de Oliveira (ARM, *RN.*, L.º 2270, f. 81). 8 Maio 1804: comprou madeira juntamente com António de Freitas a António da Silva, da freg. do Faial (idem, L.º 2270, f. 128).

Luís Pereira (carpt., casado, morador no Funchal, sa.): 13 Abril 1804: foi test. juntamente com o carpt. José Joaquim de Mendonça num ajuste de obra que fez o carpt. Manuel Fernandes com o capitão Filipe de Carvalhal Esmeraldo para fazer uma casa na rua da Carreira (ARM, *RN.*, L.º 1102, f. 70 - 73 v.º). 24 Nov. 1808: o morgado José Joaquim de Freitas Drumond Aragão fez-lhe um aforamento (idem, L.º 2271, f. 221 v.º). 10 Dez. 1812: foi test. juntamente com o carpt. Vicente Anastácio de Azevedo (idem, L.º 2267, f. 153).

Manuel Afonso (carpt., morador no Caminho do Til, Santa Luzia, solteiro, nsa.): 2 Nov. 1808: foi test. juntamente com o carpt. José Rodrigues (ARM, *RN.*, L.º 1121, f. 103). 29 Jan. 1810: fizeram-lhe um aforamento (idem, L.º 2259, f. 211). 26 Mar. 1810 (idem, L.º 2262, f. 56 v.º). 12 Nov. 1810: test. juntamente com o pedreiro José Luís (idem, L.º1129, f.41). 10 Nov. 1812: foi test. juntamente com António de Gouveia e Freitas, morador em Santa Luzia (idem, L.º 2267, f. 121 - 121 v.º).

Manuel Agostinho (carpt., nsa.): 6 Out. 1806: test. juntamente com o carpt. Manuel Caetano (ARM, *RN.*, L.º 1113, f. 136).

Manuel Agostinho de Gouveia (carpt., f.º de Manuel de Gouveia e de Francisca Maria, já falecidos): 6 Dez. 1789: fez esponsais e promessas de casamento com Maria do Socorro, moradores nesta cidade (ARM, *RN.*, L.º 1044, f. 56 v.º).

Manuel António (carpt., nsa.): 27 Fev. 1787: test. juntamente com o carpt. João dos Santos, numa escritura de quitação geral e desobrigação entre o capitão João Vila Vicêncio e o carpt.. Teixeira de Nóbrega) (ARM, *RN.*, L.º 1035, f. 84 - 85).

Manuel António (carpt., morador às Fontes): 21 Junho 1809 (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 109 v.º).

Manuel António de Sousa (carpt., morador no Funchal, sa.): Abril 1805: test. (ARM, *RN.*, L.º 1107, f. 91).

Manuel António Gonçalves (carpt., morador nas Fontes, sa.) – 1 Dez. 1783: fez-lhe uma venda Maria Quitéria, viúva de António Francisco Galvão, da cidade do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1021, f. 47 - 48). 27 Maio 1788: fez uma compra a Antónia Josefa, viúva de Pedro Gomes (idem, L.º 1040, f. 82 v.º). 21 Nov. 1788: Antónia Josefa deu-lhe uma quitação geral de uma escritura (idem, L.º 1041, f. 12 v.º). Dez. 1794 e Jan. 1795: fez uma compra a Sebastiana Maria e seu marido António Rodrigues, curto de alcunha, e teve quitação geral (idem, L.º 1061, f. 81 v.º - 82 v.º; idem, L.º 1062, f. 32 v.º - 33). 18 Abril 1797: D.ª Quitéria Luzia Correia, viúva do morgado Dom Francisco de Sá Betencourt Catanho fez-lhe um arrendamento por 9 anos (idem, L.º 1069, f. 35 - 36). 19 Ag. 1813: fizeram-lhe um aforamento (idem, L.º 1138, f. 71 v.º).

Manuel Cabral (carpt., nsa.): 8 Março 1784: foi test. juntamente com o carpt. Domingos Nunes numa compra de uma casa que fez Estevão Teixeira de Nóbrega (ARM, *RN.*, L.º 1022, f. 53 v.º). 25 Set. 1815: test. (idem, L.º 1146, f. 11 v.º).

Manuel Caetano (carpt., morador aos Arrifes, casado com Maria Justina, nsa.): 6 Out. 1806: test. juntamente com o carpt. Manuel Agostinho (ARM, *RN.*, L.º1113, f.136). 2 Fev. 1807: test. (idem, L.º 1115, f.51v.º-52v.º). 29 Jan.1811: deu um distrate a António de Abreu, trabalhador; foi test. Mateus Dias, morador em São Filipe (idem, L.º 2263, f.110v.º). 5Abril 1811: test. numa escritura de arrendamento de uma casa por 2 anos que fez Ana Joaquina, solteira, ao carpt. João Pereira (idem,L.º1130, f.102-103).

Manuel Caetano [de Vasconcelos] (carpt., da freg. de Santa Luzia, sa., só assina Manuel Caetano): 28 Nov. 1805: test. (ARM, *RN.*, L.º 1110, f. 41 v.º). 11 Ag. 1806: test. numa escritura de venda que fez o carpt. José Francisco e sua esposa Barbara Joaquina ao alveneiro António Ferreira (idem, L.º 1113, f. 36 - 37). 26 Maio 1810: fez um ajuste de obra com o negociante britânico, Thomás Eduard, para construir um armazém de 3 sobrados (idem, L.º 2262, f. 129 - 129 v.º).

Manuel Correia (carpt., do Funchal, nsa.): 30 Out. 1809: recebeu quitação geral de pagamento de José Gomes, morador no beco dos Aranhas (ARM, *RN.*, L.º 1125, f. 74).

Manuel da Silva (carpt., da freg. dos Canhas): Dez. 1772: comprou uma fazenda, situada nos Canhas, por 173$050, a Francisco Ferreira Duarte (ARM, *RN.*, L.º 2242, f. 143 v.º).

Manuel da Silva Boião (marceneiro, sa.): 1 Fev. 1769: test. (ARM, *RN.*, L.º 2231, f. 51).

Manuel de Castro [de Gouveia] (carpt.): 11 Junho 1784: test. (ARM, *RN.*, L.º 2235, f. 47 v.º).

Manuel de Freitas (carpt., morador ao caminho da Torrinha, nsa.): 24 Set. 1786: test. (ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 261 v.º). 10 Maio 1793: foi test. juntamente com o pedreiro José Rodrigues de Quintal, numa venda de António Rodrigues ao carpt. Manuel Fernandes, morador a Santa Clara (idem, L.º 2189, f. 146 v.º). 7 Julho 1806: test. (idem, L.º 1112, f. 87 v.º). 7 Abril 1811: test. (idem, L.º 2265, f. 64). 15 Set. 1813: test. (idem, L.º 1139, f. 18). 1 Abril 1814: test. (idem, L.º 1140, f. 124). 3 Out. 1816: test. juntamente com o pedreiro Manuel de Aguiar, numa escritura de contrato esponsalítico entre o pedreiro Manuel dos Santos e Tomásia dos Santos (idem, L.º 1150, f. 6).

Manuel de Freitas (carpt., sa.): 11 Abril 1808: test. (ARM, *RN.*, L.º 1119, f. 104 v.º). 9 Julho 1812: test. juntamente com o carpt. João de Freitas (idem, L.º 2266, f. 186).

Manuel de Freitas (marceneiro, sa.): 5 Jan. 1807: test. (ARM, *RN.*, L.º 1114, f. 145).

Manuel de Gouveia (carpt., sa.): 24 Maio 1814: test. (ARM, *RN.*, L.º 1141, f. 82 v.º). 19 Jan. 1815: test. (idem, L.º 1143, f. 67 v.º).

Manuel de Sá (carpt., sa.): 16 Março 1790: test. (ARM, *RN.*, L.º 2185, f. 39).

Manuel do Nascimento (carpt., morador a Santa Clara, nsa.): 4 Maio 1811: test. (ARM, *RN.*, L.º 2265, f. 65 v.º - 67 v.º).

Manuel dos Passos (carpt., morador no Funchal): 26 Jul.1811: foi test. juntamente com o carpt. Félix Caetano (ARM, *RN.*, L.º 2265, f. 178).

Manuel Fernandes (carpt.): 13 Abril 1804: fez um ajuste de obra com o capitão Filipe de Carvalhal Esmeraldo para fazer uma casa na rua da Carreira, foram test. os carpt. José Joaquim de Mendonça e Luís Pereira (ARM, *RN.*, L.º 1102, f. 70 - 73 v.º).

Manuel Fernandes (carpt., morador no Largo de Santa Clara, sa.): 15 Ag. 1796: entrou para irmão na cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. S. Pedro, no Funchal (ARM, *GC*, L.º 240, f.41v.º). 10 Maio 1793: fez uma compra a António Rodrigues, solteiro, morador no

Estreito de Câmara de Lobos, foram test. o pedreiro José Rodrigues de Quintal e o carpt. Manuel de Freitas (idem, *RN*, L.º 2189, f. 146 v.º).

Manuel Fernandes (carpt., morador no sítio do Lugarinho, no Beco dos Aranhas, casado com Antónia Maria): 7 Nov. 1810: Maria Joaquina, esposa de Manuel Henrique da Silva fez-lhe um arrendamento por 9 anos (ARM, *RN.*, L.º 2263, f. 22).

Manuel Fernandes (carpt., morador aos Arrifes, nsa.): Abr.1796: test. (ARM, *RN.*, L.º 1066, f. 56 v.º). 5 Jul. 1809: fez um ajuste de obra com António Leandro *d'Escocia* para refazer uma casa segundo um plano que está desenhado, por 4:800$000 (idem, L.º 1124, f. 70). 5 Jan. 1810: fez um ajuste de obra para acabar a obra de carpt. numa casa de Roque Caetano de Araújo (idem, L.º 2259, f. 176 - 177). 28 Nov. 1811: test. juntamente com o carpt. Manuel Teixeira Lima (idem, L.º 2264, f. 115 v.º). 11 Nov. 1813: fez um dote ao mosteiro de Santa Clara pela entrada de sua f.ª Rita da Piedade (idem, L.º 1139, f. 83 v.º - 84 v.º). 13 Nov.1813: fez a sua f.ª Rita da Piedade uma disposição testamentária e contrato, foi test. o aprendiz de carpt. Vicente Ferreira (idem, L.º 1139, f. 83 v.º - 84 v.º). 15 Nov. 1813: D. Bernarda Cândida fez-lhe um empréstimo, foi test. o pedreiro José Gomes Jardim (idem, L.º 1139, f. 86 v.º - 87 v.º). 31 Out. 1815: fez um ajuste de obra com o major Francisco Manuel da Costa e Andrade que tinha edificado uma casa de sobrado com sua torre na rua da Mouraria: para acabar a dita obra de pedreiro e carpt. por 5:200$000 (idem, L.º 1146, f. 60 - 61). 24 Abr. 1816: deu uma exoneração e quitação, a George & Robt.º Blackburn & C.ª (idem, L.º 1148, f. 15 v.º - 16 v.º).

Manuel Fernandes (marceneiro): 11 Ag. 1783: test. (ARM, *RN.*, L.º 2243, f. 94).

Manuel Fernandes do Nascimento (marceneiro, sa.): 12 Nov. 1799 (ARM, *RN.*, L.º 2229, f. ?).

Manuel Ferreira (carpt., nsa.): 9 Maio 1808: test. (ARM, *RN.*, L.º 1119, f. 146).

Manuel Ferreira (marceneiro, sa.): 13 Set. 1778: test. num empréstimo de 30$000 que fez o carpt. José dos Reis ao lavrador Inácio Fernandes (ARM, *RN.*, L.º 2182, f. 68 v.º - 69).

Manuel Francisco (carpt., morador no Funchal, nsa.): test. (ARM, *RN.*, L.º 1101, f. 20 v.º).

Manuel Gomes (carpt., casado com Rosa Maria, morador ao Pico dos Frias, nsa.): 1788: fez uma compra ao sapateiro Manuel dos Santos (ARM, *RN.*, L.º 1039, f. 91). 29 Nov. 1789: fez uma compra ao pedreiro Gaspar de Nóbrega, morador ao Pico dos Frias (idem, L.º 1044, f. 47). 9 Dez. 1789: o sapateiro Miguel Francisco era cunhado e irmão em relação a si e sua mulher (idem, L.º 1044, f. 60). 9 Abril 1810: test. (idem, L.º 1127, f. 56 v.º).

Manuel Gonçalves Farinha (carpt., nsa.): 10 Fev. 1812: test. juntamente com o carpt. José Rodrigues (ARM, *RN.*, L.º 2266, f. 52).

Manuel João de Abreu (carpt., sa.): 5 Fev. 1795: test. (ARM, *RN.*, L.º 2224, f. 53).

Manuel João [Gomes] (carpt.,sa.): 18 Mar. 1791: test. juntamente com o carpt. Manuel João Gomes, numa escritura que fez João Ant.º Vila Vicêncio e Ant.º Pinto Figueira para este acartar areia da vila da R. Brava para a ig. da Serra de Água (ARM, *RN.*, L.º 1049, f. 13 v.º).

Manuel João Teixeira (carpt., sa.): 1775: Nunes Pereira e sua esposa Ana Margarida Rosa fizeram-lhe uma locação de uma casa (ARM, *RN.*, L.º 1008, f. 84 v.º - 85 v.º). Jul.1788: test. juntamente com Nicolau Francisco Borges (idem, L.º 2184, f. 113 v.º). 7 Ag. 1793: test. João Teixeira, f.º de Manuel João Teixeira (profissão ?) (idem, L.º 2191, f. 47). 22 Ag. 1794: test. (idem, L.º 2052, f. 17). 18 Abril 1809: test. juntamente com o carpt. Bernardo Luís Lúcio (idem, L.º2260, f.22v.º). 2 Jun.1797 (idem, L.º 1070, f. 19 v.º). 19 Ag. 1798: test. (idem, L.º1076, f.52v.º-54). 20 Mai.1805: test. (idem, L.º1108, f.24).

Manuel João de Sá (carpt., nsa.): 27 Dez. 1804: test. (ARM, *RN.*, L.º 1106, f. 57).

Manuel Joaquim Teixeira (marceneiro, casado com Maria Joaquina do Nascimento, sa.): 24 Nov. 1808: o morgado José Joaquim de Freitas Drumond Aragão fez-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2271, f. 201 v.º). 24 Set. 1809: test. (idem, L.º 1125, f. 33). 4 Out. 1816: test. (idem, L.º 1150, f. 10).

Manuel José (carpt., casado com Antónia da Conceição, morador na Rua dos Moinhos, nsa.): 15 Ag. 1781: irmão da cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, Ig. S. Pedro, Funchal (ARM, *GC*, L.º 240, f. 12 / 12 v.º).

Manuel José Álvares da Cunha (carpt., sa.): 12 Junho 1775: fez um contrato, juntamente com o carpt. António de Francisco de Miranda, para acabarem uma obra numa casa do capitão Manuel Moniz de Menezes, no Porto da Cruz (ARM, *RN.*, L.º 2233, f. 69 v.º).

Manuel José de Abreu (carpt., nsa.): 5 Nov. 1783: fez um ajuste de convenção com Francisco de Jesus e sua mulher, foi test. António da Silva do Espírito Santo (ARM, *RN.*, L.º 2244, f. 23 v.º).

Manuel José de Abreu (carpt., morador no Funchal, sa.): 20 Nov. 1785: test. (ARM, *RN.*, L.º 2246, f. 93 v.º). 20 Nov. 1785: fez um contrato com o sapateiro João Joaquim Galdo (idem, L.º 2246, f. 93 v.º). 1788: reconhecimento de dívida e obrigação de pagamento que lhe fizeram José Marcelino Belém e sua esposa Antónia Rosa (idem, L.º 1038, f. 32 v.º), fez uma compra a Rosa Maria de Ar.º, viúva de Francisco André de Lemos (idem, L.º 1062, f. 53 v.º - 54 v.º). 31 Julho 1795: Rosa Maria de Ar.º, viúva de Francisco André de Lemos fez-lhe um abono e hipoteca (idem, L.º 1064, f. 43 v.º - 44). 23 Nov. 1802: foi test. juntamente com os carpt. António de Sousa e António José Pereira, todos moradores no Funchal (idem, L.º 1095, f. 67). 4 Nov. 1805: test. (idem, L.º 1109, f. 171).

Manuel José de Freitas (carpt., morador ao Pico dos Frias, nsa.): 30 Dez. 1789: D. Ascensão Guiomar Lomelino de Moura Accioly fez-lhe um arrendamento (ARM, *RN.*, L.º 1044, f. 76 v.º). 22 Set. 1793: test. (idem, L.º 2191, f. 133 v.º). 30 Set. 1796: fez uma compra a Maria Josefa viúva de Diogo Pereira Garcês, António Vieira e sua mulher Mariana de Faria Vieira (idem, L.º1067, f.78 v.º-79 v.º). 25 Set.1797: carpt. e tesoureiro da cfr. de São José da Sé, fez um contrato com o pintor Filipe Caetano para este fazer o altar da cfr. (foram test. o entalhador António de Agrela de Azevedo e Vicente Ferreira Silva (idem, L.º 2066, f.125-126).

Manuel José de Ascensão (carpt., esposo de Domingas das Neves): 20 Abr. 1796: ausente da ilha da Madeira, fez uma compra ao lavrador Manuel Gomes Jardim e sua esposa Isabel Joaquina, moradores na Levada do Cavalo (ARM, *RN.*, L.º 1066, f. 48 - 49).

Manuel Marques (marceneiro, morador em santa Luzia, casado com Maria Joaquina, sa.): 30 Out. 1810: o morgado Pedro António da Câmara e sua esposa D. Francisca da Câmara fizeram-lhe um aforamento (ARM, *RN.*, L.º 2263, f. 7 v.º).

Manuel Nunes de Freitas (carpt.): Agosto 1795: fez juntamente com o pedreiro Francisco Gomes de Gouveia, uma escritura de confissão de dívida ao capitão Tristão Joaquim de França Neto (ARM, *RN.*, L.º 1064, f. 48 v.º - 49).

Manuel Pereira (carpt., morador no Pico dos Frias / Álamos na freg. de São Pedro, nsa.): 23 Ag. 1792: entrou para irmão na cfr. de N.ª S.ª da Boa Morte, da ig. S. Pedro, no Funchal (ARM, *GC*, L.º 240, f. 36 v.º). 15 Abril 1804: solteiro, fez uma compra aos herdeiros de José Rodrigues Martins (idem, *RN* ., L.º 2270, f. 95).

Manuel Pereira (carpt., sa.): 16 Set. 1767: test. (ARM, *RN.*, L.º 2237, f. 40 v.º).

Manuel Pereira (carpt., morador à Caboqueira, freg. São Pedro, sa.): 19 Junho 1813: António Gomes Jardim fez-lhe um reconhecimento de dívida e obrigação de pagamento (ARM, *RN.*, L.º 1138, f. 60 v.º - 61). 20 Junho 1815 (idem, *GC*, L.º 781, f. 4).

Manuel Pestana (carpt., sa.): Julho 1802: test. (ARM, *RN.*, L.º 1093, f. 63).

Manuel Rodrigues (carpt., sa.): 30 Abril 1770: test. (ARM, *RN.*, L.º 2232, f. 83). (mordomo na cfr. de N.ªS.ª da Boa Morte, da ig. São Pedro, de 1800 a 1803)

Manuel Rodrigues (carpt., nsa.): 31 Out. 1794: test. (ARM, *RN.*, L.º 2221, f. 20 v.º). 7 Julho 1805: comprou benfeitorias a Norberto Gomes (idem, L.º 1108, f. 126 v.º - 128).

Manuel Teixeira (carpt., casado com Maria das Neves, morador na rua dos Moinhos, sa.): 29 Maio 1803: test. (ARM, *RN.*, L.º 2098, f. 48). 15 Junho 1803: comprou casas de um sobrado a António João Martins e sua esposa Joana Maria situadas no Torreão, acima da freg. de São Pedro (idem, L.º 2098, f. 84 v.º - 88). 12 Maio 1804: test. (idem, L.º 2270, f. 135). 12 Maio 1804: Manuel Joaquim Betencourt Henriques arrendou-lhe por 9 anos um serrado de inhames (idem, L.º 2270, f. 135 v.º - 137). 22 Maio 1805: foi test. juntamente com o carpt. João Gonçalves (idem, L.º 1108, f. 27 v.º). 27 Set. 1815: fez um reconhecimento de dívida de 713$000 a Maria Joaquina (idem, L.º 1146, f. 13 v.º - 14). 3 Março 1816: Maria Joaquina, viúva de José Vieira, deu-lhe uma quitação de pagamento e distrate (idem, L.º 1147, f. 72).

Manuel Teixeira Lima (carpt., nsa.): 28 Nov. 1811: test. juntamente com o carpt. Manuel Fernandes (ARM, *RN.*,L.º 2264, f. 115 v.º).

Manuel Vieira (carpt., sa.): 14 Set. 1768: test. (ARM, *RN.*, L.º 2230, f. 69).

Martinho de Freitas [Lourenço] (marceneiro, sa.): 18Jun. 1768: test. (ARM, *RN.*, L.º 2238, f. 167). 1 Fev. 1769: test. (idem, L.º 2231, f. 51).

Martinho José de Sá (carpt., sa.): 6 Ag. 1796: test. (ARM, *RN.*, L.º 1060, f. 68). 17 Jul. 1805: test. juntamente com o carpt. José Joaquim de Mendonça (idem, L.º 1109, f. 2).

Mateus Ferreira Duarte (carpt., morador na Calçada do Pico dos Frias, na freg. de São Pedro, casado com Quitéria de Jesus, assina MA): Abril 1788: obrigou-se a um empréstimo à cfr. de São José, da Sé (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 23 v.º - 24). 4 Maio 1788: a cfr. de São José, da Sé, deu-lhe distrate e quitação geral, como herdeiro do casal de seu sogro António Pereira da Silva (idem, L.º 1040, f. 57). 8 Março 1790: test. (idem, L.º2185, f.24). 24 Maio 1793: obrigou-se a uma dívida a Lamor Hill Befet C.ª (idem, L.º 2216, f. 5 v.º). 3 Out. 1802: foi test. juntamente com o carpt. José António, morador na Ponte Nova, numa escritura de venda de uma casa (idem, L.º 1094, f. 83 v.º - 85). 9 Julho 1809: test. (idem, L.º 2260, f. 130 v.º). 10 Dez. 1810: fez uma venda a José Joaquim Martins (idem, L.º 2263, f.52 – 53 v.º). 3 Junho 1812: test. (idem, L.º 1135, f. 6).

Maurício José (marceneiro, sa.): 31 Maio 1815: test. (ARM, *RN.*, L.º 1145, f. 13 v.º).

Mendes da Silva (carpt.): 10 Maio 1795: test. (ARM, *RN.*, L.º 1063, f. 57 v.º - 58).

Miguel Gomes (carpt., morador ao Pico dos Frias, nsa.): 23 Junho 1794: test. (ARM, *RN.*, L.º 2220, f. 41).

Nicolau José Vieira (carpt.): 26 Jan. 1811: foi um dos representante dos mesteres da CMF, num aforamento que fez a CMF (ARM, *RN.*, L.º 1129, f.148v.). 16 Julho 1811: foi um dos representante dos mesteres da CMF, num aforamento que fez a CMF (idem, L.º 1131, f. 108). 18 Junho 1811: foi um dos representantes dos mesteres da CMF (idem, L.º 1131, f. 71).

Paulino António (carpt., nsa.): 2 Nov. 1811: test. (ARM, *RN.*, L.º 2264, f. 81 v.º).

Paulo Fernandes (carpt., nsa.): 13 Ag. 1813: test. (ARM, *RN.*, L.º 2272, f. 69).

Pedro [António] Alves (carpt., da freg. de Santa Luzia, sa.): 30 Jan. 1809: foi test. numa escritura que celebraram os serralheiros Henrique João de Ornelas e Bartolomeu Francisco de Meneses para trabalharem na mesma tenda (ARM, *RN.*, L.º 1122, f. 65 - 66). 30 Junho 1810: test. juntamente com o alveneiro João Fernandes Luís (idem, L.º 1128, f. 74 - 74 v.º). 11 Dez. 1810: test. juntamente com o carpt. José Alves (idem, L.º 1129, f. 92). 22 Março 1815: test. juntamente com o carpt. José Gouveia (idem, L.º 1144, f. 53 v.º).

Pedro António de Sousa (carpt., morador na freg. do Estreito de Câmara de Lobos, casado com Maria de Jesus, nsa.): 29 Abril 1788: juntamente com o carpt. António José de Freitas fez um arrendamento por 9 anos ao carpt. Domingos de Freitas, todos da cidade do Funchal (ARM, *RN.*, L.º 1040, f. 52). 24 Março 1789: juntamente com o carpt. António José de Freitas fizeram uma venda a João Fernandes Ribeiro da cidade do Funchal (idem, L.º 1042, f. 32 v.º). 3 Abril 1793: já viúvo, fez uma venda a André Rodrigues Siqueira (idem, L.º 2189, f. 68).

Pedro de Freitas (carpt., morador por cima dos Arrifes, freg. de São Pedro, nsa.): 19 Junho 1814: test. juntamente com o pedreiro Manuel Gonçalves (ARM, *RN.*, L.º 1141, f. 112 v.º).

Policarpo José (carpt., solteiro, morador nas Maravilhas, nsa.): 27 Ag. 1809 (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 193 v.º).

Ricardo José (carpt., nsa.): 13 Fev. 1817: test. juntamente com o carpt. Filipe Rodrigues (ARM, *RN.*, L.º 1151, f. 28 v.º).

Roque João (carpt., nsa.): 16 Maio 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 68 v.º). 8 Junho 1810: test. (idem, L.º 1128, f. 35 v.º).

Sebastião Gomes (carpt.): 1778: fez uma venda a João dos Santos Romão (ARM, *RN.*, L.º 1008, f. 85 v.º - 86 v.º).

Sebastião Rodrigues (carpt., sa.): 11 Nov. 1793: test. (ARM, *RN.*, L.º 2217, f. 73 v.º). 20 Out. 1806: test. (idem, L.º 1114, f. 22 v.º). 13 Nov. 1806: test. (idem, L.º 1114, f. 66).

Silvestre [de Jesus ?] (carpt.): 9 Junho 1794: test. (ARM, *RN.*, L.º 2220, f. 8 v.º).

Teodoro de Freitas (carpt., nsa.): 5 Dez. 1815: test. (ARM, *RN.*, L.º 1146, f. 107 v.º).

Teodoro Joaquim de Freitas (marceneiro, sa.): 16 Maio 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2260, f. 68 v.º). 1 Março 1810: test. juntamente com o carpt. João Joaquim de Freitas (idem, L.º 2262, f. 28).

Tomás de Aquino (carpt., sa.): 1 Março 1817: test. (idem, L.º 1151, f. 50 v.º).

Tomé João Correia (carpt., morador no Funchal, sa.): 12 Março 1790 (ARM, *RN.*, L.º 2185, f. 32 v.º e 33). Maio 1810: fez um ajuste de obra juntamente com o pedreiro João de Freitas para fazer uma casa nobre na freg. de São Roque por 7:400$000 ao Illm.º e Exm.º Fernando Correia Henriques de Noronha (idem, L.º 1127, do f. 80 para diante).

Valentim de Faria e Abreu (carpt., sa.): 4 Março 1777: test. (ARM, *RN.*, L.º 2183, f. 48 v.º). 6 Fev. 1785: test. (idem, L.º 2245, f. 55 v.º).

Valentim Pedro (carpt., solteiro, nsa.): 11 Dez. 1810: test. juntamente com o ponteiro José Francisco e José Teixeira da Silva numa escritura de arrendamento de fazenda que fez Maria Joaquina ao pintor António da Silva (ARM, *RN.*, L.º 2263, f. 55 - 56 v.º).

Vicente Anastácio de Azevedo (carpt., desta cidade): 19 Fev. 1812: test. juntamente com o carpt. José Francisco de Oliveira (ARM, *RN.*, L.º 1134, f. 45 v.º). 10 Dez. 1812: test. juntamente com o carpt. Luís Pereira (idem, L.º 2267, f. 153).

Vicente de Freitas (marceneiro, nsa.): 21 Out. 1809: test. (ARM, *RN.*, L.º 2259, f. 62 v.º).

Vicente de Freitas (marceneiro, sa.): 29 Março 1815: test. (ARM, *RN.*, L.º 1144, f. 57).

Vicente de Freitas (carpt., natural da ilha da Madeira, casado na cidade de Lisboa): tirou passaporte em 7 Dez. do corrente (1820 ?) para ir para Lisboa (ARM, *GC.*, L.º 734, f. 101).

Vicente Ferreira (carpt., sa.): 13 Nov. 1813: test. numa escritura de disposição testamentária que fez o carpt. Manuel Fernandes, morador aos Arrifes, a sua f.ª Rita da Piedade (ARM, *RN.*, L.º 1139, f. 86 v.º). 1 Março 1816: test. (idem, L.º 1147, f. 71 v.º).

Vicente José de Freitas (carpt., do Funchal, nsa.): 1 Dez. 1806: test. (ARM, *RN.*, L.º 1114, f. 103). 16 Fev. 1807: fez um ajuste de obra com Manuel de Andrade e o carpt. João Vieira para fazer 4 casas térreas (idem, L.º 1115, f. 83 v.º - 84 v.º). 4 Nov. 1811: Alexandre José Teles de Menezes Catanho e sua esposa fizeram-lhe um aforamento (idem, L.º 1133, f. 9 v.º). 29 Jan. 1817: test. (idem, L.º 1150, f. 175).

Trabalhos do pintor Nicolau Ferreira Duarte

Data	Localização	Obras / Título	Dimensões As., / N/a, / Atrib. Preço	Bibliografia / Fontes / Observações.
1772 / 73	Ig. de São Pedro (Capela de N.ª S.ª da Boa Morte)	N.ª S.ª da Boa Morte A Apresentação de N.ª S.ª no Templo O Nascimento de N.ª S.ª A Imaculada Conceição A Anunciação do Anjo Os Esponsórios	N/a. 127$250 (?) .[1]	ARM, *CG.*, L.º 227, f. 16 v.º, 17 v.º, 19.
1780 (?) 1791 (?)	Capela de N.ª S.ª da Conceição (Câmara de Lobos) [2].	Epifania Apresentação de Jesus no Templo Fuga para o Egipto Jesus entre os Doutores Natividade de Maria Esponsórios Anunciação Apresentação Visitação	140 x 180 cm (cada) 161$500 (ou +). Os painéis encontram-se datados de 1791, mas em 1780 deu-se pagamentos aos pintores pelos painéis [3].	ARM, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 236, f. 9v.º, 14. José de Sainz-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira um pintor madeirense do séc. XVIII na vila de Câmara de Lobos", revista *Girão*, n.º5, 2.º semestre 1990, p.201-203. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p.704.
1782	Ig. N.ª S.ª do Carmo (Fch)	Entrega do Escapulário		Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 201 – 202.
1789	Sacristia da ig. de Penha de França	Alçado do armário		Rui Carita, *História da Madeira, o Século XVIII: Economia e Sociedade*, vol. V, SRE, 1999, p.446.
1790	Capela da Misericórdia de Santa Cruz	Visitação		Ob cit. Rui Carita, vol. V, p. 446. Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202 Contém a inscrição: "Nicolau o fez, 8b 5 de 1790"
?	Ig. do Espírito Santo e Santo Antão, altares laterais, no Caniço	2 telas	Atr. (?)	www. monumentos. pt
1790 1800	Sé do Funchal (telas das capelas laterais da nave)	Crucificação Santa Ana Nascimento de Cristo Almas S. Miguel	50$000	IANTT/ Cabido da Sé do Funchal, L.º8, Livro da Fábrica da Sé (1769 - 1795), f. 204: 1790. Ob. cit., Sainz - Trueva, p.202
?	Sé do Funchal (paredes da capela mor)	Anunciação Apresentação da Virgem no Templo Casamento da Virgem Natividade Adoração dos Magos Fuga para o Egipto	Um deles encontra-se assinado.	Ob. cit. Rui Carita, vol. V, p. 446. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p.752.
1781	Actual sede da Banda Municipal de Câmara de Lobos (sítio da Torre em Câmara de Lobos).	1 tela		Ob. cit., Sainz - Trueva, p.203 Obs.: Pertencente a um antigo oratório de casa rural
1794	Capela de N.ª S.º da Ajuda, em São Martinho (Funchal)	Sagrada Família e o anjo Virgem (?) Virgem e o Menino (?)	35$000 N/a.	Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202; www monumentos. pt. Obs.: O pintor suplicou em 3 de Novembro de 1794 que lhe fosse pago 35$000 da pintura em tela e do douramento nas obras da capela já completas. A tela da Sagrada Família e o Anjo foi restaurada pelo Dr. António Aragão
	Capela da Consolação (sítio da Quinta, no Caniço, em Santa Cruz)	Nossa Senhora das Dores Cristo Crucificado	Atr. Atr.	Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 709. www monumentos. pt
1796	Museu de Arte Sacra	Retrato do bispo D. José da Costa Torres.	As.	Luís Peter Clode, O nome completo do pintor Nicolau Ferreira é Nicolau Ferreira Duarte e Pita Ferreira in *AHM*, p.45, vol. IX.

[1] **ARM**, *GC.*, L.º 227, f.17 v.º. Em 1770 pagou-se ao pintor (não referido) 14$000 por pintar o quadro do altar mor. Em 1772, pagou-se 65$200 ao pintor Nicolau Ferreira pelos 6 quadros da capela, 6$150 em lançaria para os quadros e 6$800 em óleo. Talvez não fosse este o preço total pago pelos quadros, pois em 1773 referem-se mais despesas em prestações pagas ao pintor (não referido) pelos quadros / painéis totalizando 35$100; neste ano a confraria pagou (não especifica os serviços: douramento da capela ?) cerca de 120$000 em despesas com o pintor, tintas e géneros alimentícios. A confraria pagava as tintas, óleos e vernizes, recebendo o pintor apenas o ordenado pelos dias de trabalho que realizava (idem, f.16v.º, 17v.º, 19). O restauro a que se procedeu na década de 90 (1990), juntamente com uma larga campanha de restauro na talha da igreja, fez com que estes quadros ficassem com um colorido mais intenso, perdendo assim um pouco do seu cromatismo original.

[2] Situada à margem da baía, foi uma das primeiras instituições de beneficência criadas no arquipélago sobre protecção de S. Pedro Gonçalves Telmo, advogado dos marítimos e pescadores. Este imóvel, de primitiva construção de finais do século XV, encontrando-se arruinado; em 1702 o Bispo D. José de Sousa Castelo Branco autorizou a sua reconstrução, sendo reedificado em 1723 recebendo importantes melhoramentos, ficando enriquecido com o altar de talha barroca do entalhador Manuel da Câmara, pai e filho (José de Sainz-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira Um Pintor Madeirense do séc. XVIII na Vila de Câmara de Lobos", rev. *Girão* n.º 5, 1990, p. 201 - 203).

[3] Em 1780 pagaram 131$900 aos pintores pela pintura dos painéis e 29$600 por óleo, alvaiade, vermelhão, flor de anil sacra e alvaiade em pedra. Alguma parte do balance de 268$760, proveniente das contas entre 1776 até 1785 foram para pagamento aos mencionados pintores (**ARM**, *JRPC/ CON*, cx. 3, proc. 236, f. 9 v.º, 14). Infelizmente, a falta de registos das contas da confraria entre 1786 e 1795, não nos permite verificar as quitações dos pintores, que constariam *"na última conta que o thezoureiro dér, e depois de finda a obra."* (idem). Nos finais do séc. XVIII, a capela passou por uma campanha de obras. Gastou-se 84$100 em tabuado e travetas na porta nova, conserto do soalho da sacristia, feito pelo mestre Filipe, que também pintou as portas. O mestre Matias Figueira fez ainda uma janela para a sacristia. Repare-se que no ano de 1777, gastou-se 307$650 nestas despesas, e No ano de 1780 gastou-se 254$850, aquando das despesas com os pintores com os painéis, quando a despesa normal da confraria rondava os 100$000 por ano (idem, f.4v.º, 5.). No início do séc. XX (1908) o pintor Luís Bernes, restaurou alguns destes quadros, retirando-lhe um pouco da sua cor original, levando-o a assinar o quadro "Fuga para o Egipto" (ob. cit. Sainz- Trueva, p. 202).

		Ecce Homo	Atr.	
	Igreja do Arco da Calheta	"Nascimento de Jesus"	N/a. (?)	Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p.702.
		Flagelação (?)		
		Santo António (?)		
		Adoração dos Reis Magos (?)		
	Igreja de São Jorge	S. Jorge diante do imperador Diocleciano	215 x 288 cm	Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 745, 752. Obs.: os quadros da capela mor contêm legendas em latim.
		No Templo de Apolo (com legendas em latim)	215 x 288 cm	
		Ressurreição dum morto	215 x 288 cm	
		S. João Baptista diante de Herodes (tendo ao lado uma formosa Virgem com esta inscrição na fimbria do vestido: "Sint lumbi vestri praesincti")	185 x 400 cm	
		Degolação de S. João Baptista	215 x 288 cm	
		O Lictor oferecendo a Salomé a cabeça de S. João Baptista, destacando-se à direita um grande palácio, e num vestíbulo riquíssimo um sacerdote empunhando na mão esquerda um archote e na direita um azorrague	185 x 400 cm	
		Um jovem iluminado por fortes raios solares sob copado arvoredo que rodeia um poderoso castelo, de joelhos e o rosto apoiado na mão, tendo à frente uma serpente	200 x 400 cm	
		Divindades pagãs representadas por uma coluna chamejante, um animalejo e diante destes uma mulher de idade e uma donzela	188 x 210 cm	
		Uma Virgem meia oculta por uma cortina, contemplando um ancião que conduz um jovem embuçado	188 x 200 cm	
		Condução da Arca da Aliança, acompanhada de tocadores e povo	185 x 200 cm	
		São Jorge a cavalo (é S. Jorge a cavalo, subjugando com as patas deste uma fera, presa pelo santo com o auxílio duma lança e em segundo plano ergue-se um castelo perto do qual está ajoelhada uma donzela, esta tela está no retábulo da boca do camarim)		
		Apresentação de Jesus no Templo (esta tela está nas paredes laterais da igreja)	150 x 150 cm	
		Visitação de N.ª S.ª a Santa Isabel (esta tela está nas paredes laterais da igreja)	150 x 150 cm	
1789	Igreja de Água de Pena	Vários quadros		Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 752. // Rui Carita, História da Madeira, p. 446.
	Casa Museu Frederico de Freitas	Uma tela		
1796	Museu Quinta das Cruzes.	São João com o Cordeiro	99 x 61 cm (89 x 52,2 cm)	Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202 Obs.: Proveniente da demolida capela de São Francisco Xavier, no Porto da Cruz (antiga colecção de João Silvério Caires, adquirida em 1956 pela Junta Geral do Distrito).
	Capela de N.ª S.ª da Consolação, na Levada de Santa Luzia	A Sagrada Família (?)		Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 709.
		Mais três telas com motivos Marianos		
1793	Capela de São João da Ribeira (retábulo)	São Zacarias		Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202
		Santa Isabel		
		O Nascimento de N.ª S.ª		
		O Baptismo de Jesus		
		A morte de S. João Baptista		
		Dois telas		
	Ig. paroquial de Santana	A tela do altar mor		Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 202 Obs.: Esta tela foi repintada em 1912 por A. Taveira.
1799	Ig. do convento de Santa Clara, telas nos altares laterais ao arco triunfal e paredes do corpo da igreja (Funchal)	S. José	As.	
		Santo António		
		A Imaculada Conceição, São Joaquim e Santa Ana.		
		O descimento da Cruz		
	Ig. de Santo António, na capela do SS (Funchal)	Quatro telas: Fé, Esperança, Relijiam, Veritas	N/a.	
		Quatro telas na parte inferior das paredes laterais da capela		
		Seis painéis no tecto da capela		
		Um painel no tecto da capela de N.ª S.ª de Guadalupe		
1784	Capela do Livramento, Funchal	Tela do altar mor		
1804	Ig. de N.ª S.ª da Luz , na capela do SS. (Ponta do Sol).	Seis painéis	244$000	ARM, *JRPC/CON*, cx.9, proc.682, f.30. *Ilhas de Zargo*, p.737, 752. Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 201.
1774 ou 1790 (?)	Ig. de N.ª S.ª do Monte, Funchal	Apresentação da Virgem no Templo		Ob. cit., Sainz - Trueva, p. 201. Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, vol. II, 4.ª edição, 1989, p.736, 752.
		A Imaculada Conceição		
		A Adoração dos Pastores		
		A Natividade		
		A Anunciação do Anjo		
		Jesus entre os Doutores		
		A Fuga da Sagrada Família para o Egipto		
		A tela do retábulo do altar mor		

Obras e aquisições de objectos para as igrejas e capelas

Anexo 7.1

Igreja de São Martinho, no Funchal

Ao longo do período em análise, nesta igreja encontramos as diversas confrarias da igreja a adquirirem e concertarem ornamentos. Por exemplo a confraria de Santo António em 1770 concertou o pendão (1$100), fez um Santo Cristo com cravos e cruz dourados para o altar; em 1771 pagou 7$300 por uma bandeira; em 1778 mandou vir um pendão de Lisboa que custou 12$577; em 1781 arrecadou 100$000 para enviar para Lisboa em letra para comprar cortinas; em 1786 fez algumas despesas na janela da capela, nomeadamente em vidros, madeira e despesas com o pedreiro e carpinteiro e mandou fazer 3 tabelas "*Sacra, Evangelho e Lavabo*", em papel $300, ao carpinteiro na talha 1$500, ouro e dourador, somando tudo 3$400; em 1787 pagou 10$000 a António Ferreira (carpinteiro ?), morador na Praia, pelo conserto do Santo Cristo [1].

A confraria do Senhor Jesus e Almas em 1780 deu 5$582 para o tapete que veio de Londres e 1$410 para a letra para as cortinas que mandaram vir de Lisboa [2]; em 1806 gastou 20$300 para o pano da tumba [3]; em 1780, 1801, 1802, 1814, 1817 e 1819 gastou respectivamente $300, $600, $200, $900, $400 e 5$100 no "*concerto da tumba*" [4]. Quanto à confraria de N.ª S.ª do Rosário em 1779 pagou 4$800 pelo custo do feitio de uma pequena imagem de N.ª S.ª "*para a mesa*"; em 1782 deu 15$550 para o pendão; em 1800 e 1802 concertou os castiçais; em 1804 / 05 gastou 27$800 para o andor de N.ª S.ª e 3$600 "*ao organista de afinar o órgão*" [5]. Em 1813 deu 160$000 para a obra da igreja; em 1814 gastou $800 em consertar capas e bandeiras; em 1817 entregou 103$350 ao reverendo padre Isidoro Gomes para os vestidos de N.ª S.ª e em 1819 deu a José António Monteiro para a despesa do vestido de N.ª S.ª, 45$000 para uma arca nova para guardar as *prendas* de N.ª S.ª e 34$770 para acabar de pagar a coroa nova que veio de Lisboa [6].

Nos livros da confraria do SS. encontramos várias despesas, relacionadas com mestres e obras, senão vejamos: em 1781 Manuel de Matos Prestes recebeu 11$800 por 2 lanternas grandes e 1 pequena e recebeu 6$700 do trabalho que teve com 2 lanternas e sua pintura, e com mais 10 rodas pintadas que fez para os castiçais novos em 1797 [7]; em 1787 gastou 15$000 no conserto da sacristia; em 1804 gastou 152$400 na sacristia do SS., escada do sacrário, *que se fez de novo*; em 1805 para se continuar a obra da sacristia e sacrário 19$640 [8]; Em 1805 gastou 1$550 no conserto da mesa do altar e cúpula do sacrário e 10$500 no pavilhão novo do camarim *que serve de encerrar e desencerrar o Senhor quando se expõem*; em 1812 gastou 23$000 para um novo tapete; em 1814 gastou 20$000 na pintura dos arcos da igreja e 42$000 nos castiçais para o Altar 42$000; em 1815 gastou 35$600 no feitio de 8 castiçais 35$600 e 47$000 em ouro para dourá-los e em 1816 gastou 42$400 para uns castiçais novos [9].

---

[1] **ARM**, *CON*, L.º60, f.33, 35, 41, 43v.º, 46v.º, 47.

[2] Idem, *JRPC/CON*, cx.6, proc.464, fl.2v.º.

[3] Ibidem, proc.485, f.2.

[4] Idem, proc.464, f.2; idem, proc.479, f.2; idem, proc.480, f.2; idem, proc.491, f.2; idem, proc.494, f.2; idem, proc.496, f.2.

[5] Idem, cx.6, proc.380, f.3; idem, proc.383, f.2; idem, proc. 394 e 395, f.2v.º; idem, proc.398, f.2v.º e proc. 399, f.2; idem, proc. 400, f.2.

[6] Idem, *CON*, L.º54, f.9; 10; 13; 15.

[7] Idem, *JRPC/CON*, cx.6, proc. 412, f.3, idem, proc.418, f.3.

[8] Ibidem, proc.418, f.2v.º; idem, proc.426, f. 2v.º; idem, proc.427, fl. 2v.º.

[9] Idem, proc.427, f.2v.º; idem, proc.431, f.2; idem, proc.433, f.2v.º; idem, proc.434, f.2; idem, proc.435, f.2.

Igreja de Santo António, no Funchal

A antiga igreja de Santo António foi erecta no século XVI, mas com o aumento da população na freguesia esteve em obras em 1711, orçadas em 2:233$920. No entanto, o terramoto da madrugada de 31 de Março de 1748 arruina muito a velha igreja. A Fazenda Real tomou providências para se reconstruir uma nova igreja, inspeccionando o mestre das obras reais Domingos Martins em 1779, a velha igreja [1], tendo lugar a nova construção a partir de 1784, com o risco do então capitão engenheiro e mestre das obras reais, João António Vila Vicêncio, que também arrematou a obra de edificação e ajustou igualmente com o vigário para fazer a construção de duas torres, fora do preço da dita arrematação. O referido mestre das obras reais fez uma sociedade a 27 de Janeiro de 1784 com o alferes António Francisco da Cruz Camacho, ficando este por seu fiador e sócio para a construção da igreja e torres [2] e ficando por inspector da obra o reverendo Francisco José Camacho [3].

Começando-se a desmanchar a antiga igreja, aproveitaram-se alguns materiais, no entanto manteve-se erguida a capela do SS., para assegurar o serviço da paróquia. Para a construção da nova igreja surgiram algumas complicações de firmeza do solo, pelo que se efectuaram estacagens com troncos de castanheiro, iniciando-se os alicerces sobre essa base [4].

A pedra de cantaria para a construção da igreja veio da pedreira do Covão, em Câmara de Lobos [5]. Após retirada da pedreira era transportada para o calhau de Câmara de Lobos por boieiros [6], sendo depois transportada de barco para o Funchal. Entre 1785 e 1789 vieram 17 barcos de cantaria e

---

[1] **ARM**, *GC*, L.º538, f.5v.º: 1 Jan. 1779. Cit. Rui Carita, *História da Madeira*, ob. cit., vol. V, p.434.

[2] Idem, *RN*, L.º1022, f.7v.º-9v.º. João António Vila Vicêncio: foi testemunha na escritura de dote e esponsais que fez António Francisco da Cruz Camacho a sua filha Gregória Joaquina Rosa (Idem, f.7-7v.º: 27 Jan. 1784).

[3] Idem, *JRPC/CON*, cx.7, proc. 510, f.41. Duas juntas de bois que possuía o reverendo Francisco José Camacho ganharam desde o início da obra até 1790, 231$100, em carreto de pedra, cantaria, madeiras, areia, taboado e gesso.

[4] Rui Carita, idem, p.434. Entre 31 Jul. 1788 a Jan. 1790 gastou-se 10.979$883 nas obras (**IAN/TT**, *PJRFF*, RG, L.º426, f.31: cit. ob. cit. Rui Carita, p.434). Posteriormente em 1789 as obras do adro foram arrematadas a Pedro Paulo Drumond e em 1808/09 Agostinho Gomes arrematou as obras dos muros em 1.300$000 (**IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º427, f.31, 100, cit. ob. cit., Rui Carita, p.434).

[5] Andando a arrancá-la de lá e a fende-la o pedreiro José Figueira ganhando $400 por dia, Lucas Gomes, Mateus Pereira a $300 e $350, e Manuel de Jesus a $350, João Fernandes a $350; os serventes Manuel Rodrigues, António de Freitas, António Gomes, António de Andrade a $300 (**IAN/TT**, *JRPC/CON*, cx.7, proc.510, f.12, 22-23v.º). Encontramos ainda João Rodrigues a arrancar pedra na ribeira a $300 (idem, f.7v.º). Manuel Martins Neves a preparar areia: 4 moios de areia (pelo menos 5 vezes: idem, f.24, 26, 36, 36v.º) e que foi conduzida nas bestas de Manuel Martins de Oliveira a $400 ao moio (idem, f.16). Pagou-se ainda a Sebastião *Miz.'* e a Manuel Fernandes de tirar areia na furna do Pico (idem, f.16, 16v.º).

[6] A transportar a pedra da pedreira do Covão para o Calhau de Câmara de Lobos, encontramos os boieiros: António Correia, João da Cruz, José de Freitas, outro José de Freitas, António Correia, Inácio Rodrigues, João da Cruz, António Fernandes, Manuel de Freitas, João Dias, João Rodrigues, Francisco Fernandes, António Rodrigues, Manuel João, António José, José Vieira, João Vieira e João de Freitas custando cada caminho de cantaria $300 (Idem, f.13, 14, 14v.º, 20, 23, 23v.º).

ainda 2 mais pequenos, custando respectivamente 3$600 e 2$800 por cada frete de barco [7]. A pedra chegada ao Funchal era novamente transportada por boieiros para o local de construção [8], para depois os pedreiros e alveneiros a empilharem para a edificação da nova igreja.

Entre outros pedreiros e alveneiros ajudados pelos serventes, destaque-se pela assiduidade o pedreiro Manuel Gomes, a $500 por dia; os alveneiros: António Lopes e Manuel de Andrade, ambos a $400 e ainda Manuel Gomes, a $400, $450 e a $500 por dia e seus discípulos: José a $250 e outro "*mais pequeno*" a $050 [9]. Quanto aos carpinteiros trabalharam: Manuel Alexandre Rodrigues de Gouveia, Manuel, António João Jardim, Manuel Pereira, todos a $400 e o carpinteiro Francisco da Silva a $350 e a $250 [10]. Encontrando-se em estado avançado de construção as paredes da igreja adquiriram "*hum cabo para subir pedra 5$000*" [11], e já estavam a realizar a cobertura, veja-se que entre 1787 e 1789 adquiriram 10 milheiros de telha, custando cada um cerca de 20$000, alguma da qual telha adquirida nas casas comerciais de Pedro Jorge Monteiro e outra na de Paulo Malheiro [12].

---

[7] Idem, f.12 – 14v.º, 16v.º, 23 – 24v.º, 25v.º, 26v.º, 29, 29v.º.

[8] Encontramos os boieiros que também transportavam outros materiais para a igreja, como madeira, areia, cal, gesso, etc., levando $700 por dia de trabalho, ou então $400 por cada transporte realizado: Manuel de Aguiar, Francisco Gonçalves, Manuel Fernandes, o tenente Francisco Gonçalves, Manuel Fernandes Namorado, Manuel Gonçalves Tenente, António João, João Dias, Inácio Rodrigues, João Rodrigues Coelho, António Rodrigues de Oliveira, António Rodrigues, José de Freitas, João Pereira, Manuel de Freitas, Manuel Martins de Oliveira; ainda os alferes Francisco Gonçalves Camacho, Francisco Fernandes Camacho e António Francisco; e os areeiros: Francisco de Freitas, Manuel Rodrigues e Francisco de Freitas.

[9] Encontramos ainda a trabalhar na edificação da igreja os pedreiros: João Pedro a lavrar cantaria a $450 por dia, António Pedro a $500, Manuel Pereira a $500 e seu discípulo Francisco a $150, $250 e $300; os mestres António João a $500 e Lucas Gomes a $400 e a $500 na pedreira, António da Costa a $450, José Figueira a $500 na pedreira, Miguel Figueira a $400, José de Freitas a $500, António Lopes a $400, Manuel de Jesus a $400, Manuel José Figueira a $500; e os alveneiros: António Gomes a $400, Manuel António a $400, Manuel Gomes Biscoito a $400, Francisco Martins a $400. (idem, proc.510). O concerto das ferramentas estava confinado ao mestre Jorge (idem, proc.510, f.12v.º-14v.º). Serventes ou discípulos dos mestres a ajudarem nas obras, todos a ganharem por cada dia de trabalho $250, encontramos vários: Francisco Fernandes Bargante, Manuel Fernandes, Agostinho Fernandes, Pedro Pereira Camacho, Francisco Fernandes Camacho, Francisco de Freitas, António Fernandes, António Ferreira, António Gomes, Manuel de Freitas, João Gomes, Inácio Fernandes Neves, Manuel Pereira, Manuel Fernandes Pera, António Rodrigues Coelho, António de Andrade, Francisco Rodrigues Coelho, António Martins, Manuel Gomes, João Dias, Manuel Ferreira, João Fernandes, Francisco da Costa, Francisco Fernandes, Francisco de Castro, Sebastião Martins, António da Costa, Manuel Rodrigues, Lourenço Fernandes, Francisco Marques, Domingos Rodrigues Pimenta, Francisco Rodrigues, João da Costa, Manuel de Castro, José Rodrigues, José de Freitas, Agostinho Pereira, Bento Dias, José Gomes, Mateus Pereira e António de Freitas, sendo estes dois últimos dos mais constantes a trabalharem durante os vários anos que decorreram as obras.

[10] Idem, f.20v.º - 21v.º, 26, 28. Trabalharam os serradores: Francisco Fernandes Camacho, Manuel Rodrigues de Gouveia, Inácio Pereira Camacho, João Gomes Rebelo, José Freitas, João Fernandes Rabolo, Agostinho Fernandes ganhando $400 por dia, a serrar a madeira para as obras da edificação da igreja, e desempenharam outras actividades relacionadas com o corte de madeiras como: "*a cortar os tis e a condução a madeira para o caminho de carregar bois*", "*a falquejar pinheiros*", "*cortar os tis na Ribeira da Lapa*" e "*a cortar castanheiros*" (idem, f.10, 13, 15, 15v.º, 20.).

[11] Idem, f.30v.º.

[12] Idem, f.20v.º, 21, 25, 30v.º. A cal utilizada foi adquirida na casa de António Rodrigues Pereira e na dos capitães João António e Pedro João (idem, f.11, 11v.º, 14v.º, 16, 20, 25, 35).

Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos

Em relação a esta igreja matriz, entre outras obras realizadas por outros mestres [1], o carpinteiro Pedro António de Sousa na sua oficina em 1791 fez um esquife para a confraria das Almas (em diversos pagamentos recebeu 49$050), 6 castiçais entalhados por 21$500 (12$000 pelo entalhe, 3$500 para ouro e 6$000 ao pintor que os dourou) [2].

Em inícios de 1797, por ordem do reverendo governador do bispado, sob inspecção do tesoureiro da confraria e intervenção do vigário João Filipe Moniz Barreto, fez- se a "*obra da casa de sobrado*" para se realizar as determinações da mesa e guardar as alfaias e móveis da confraria das Almas e um cemitério, "*para os ossos dos defuntos como há em muitas Igrejas*" [3]. A casa foi orçada em 780$000 (550$000 na obra de pedreiro e 230$000 na de carpinteiro) [4] e o cemitério foi feito com uma *meia* janela, armação, coberto de telha e parede de pedra e cal, orçado em 111$970 pelo pedreiro José Joaquim e o carpinteiro Bernardo Gomes, que fizeram as obras à custa da confraria das Almas [5].

---

[1] Na década de 80 e 90, nesta igreja encontramos ainda o carpinteiro Bernardo Gomes [Vieira], *o Arqueiro*, a consertar a tumba e altar das almas (1$400) (**ARM**, *JRPC/CON*, cx.4, proc.247, f.4v.º), consertou de uma tumba ($050), fez 6 castiçais do altar (4$000) (idem, proc.248, f.13, idem, proc.250, f.24) e fez 2 ceroferários juntamente com seu f.º para a confraria do Sr. Jesus (idem, proc.294, f.12: 1774). Fez ainda uma cruz para a imagem de N.ª S.ª da Graça ($600) (idem, proc.257, f.10: 1796) e 2 ceroferários para a cfr. das Almas (2$300) (idem, proc.248, f.28, 87: 1796) sendo prateados por Eugénio António Oliveira (2$000) (idem, proc.248, f.28, 87), tendo ainda o mestre Eugénio prateado uma cruz e 6 castiçais (3$500) (idem, proc.248, f.22, 83: 1795), recebendo no ano seguinte da cfr. de N.ª S.ª da Graça 4$000 pelo prateamento da cruz e 2 ceroferários e 1$000 pelo conserto da mesma cruz (idem, proc.257, f.11: 1796). Constamos ainda a presença do carpinteiro Bernardo Henriques que consertou, pintou e trouxe para a igreja a bandeira dos enterros (1$100) (idem, proc.247, f.22: 1791). Valentim António concertou as *alenternas*: 1$400 (idem, proc.247, f.4v.º: 1785) e consertou 2 *alenternas*: $700 (idem, f.31: 1791). O latoeiro Julião Francisco Ferreira (entalhador ?) vendeu 4 rodas de folhas de flandres para a tocheira e uma *ale*nterna do mesmo (idem, proc.248, fl.27v.º, 84: 1796). Ainda em 1815 pagou a confraria das Almas 46$900 a um oficial que fez um esquife para a confraria (idem, proc. 250, f.3).

[2] **ARM**, idem, proc.247, f.5, 9, 26, 31, 41, 56, 70, 80). O carpinteiro Pedro António de Sousa não sabia assinar.

[3] Ibidem, proc.248, f.103, 104. O governador João António de Sá Pereira proibiu em 1768 os enterramentos dentro das igrejas como era habitual, face ao mau cheiro que por vezes lançava e consequentes graves problemas advindos para a saúde pública, embora esta ordem não fosse aceite por todas as paróquias daí alguns cemitérios serem ainda construídos no séc. XIX. Cit. ob. cit. Rui Carita, vol. V, p.215-216.

[4] Idem, proc.248, f.105. A casa teve 11,5 palmos de altura, 25 de comprimento e 20 palmos de largura; 2 meias janelas com 6 palmos de altura e 5 de largura e uma porta para o caminho com 10 palmos de alto e 5 de largo, tudo em cantaria. Feita de pedra e cal "*com seus cantos cortados, será xispada, rebocada por fora e por dentro, serão as suas portas de aro com suas ferragens*".

[5] Idem, proc.248, f.47, 54v.º, 103-103v.º, 105-105v.º. Trabalharam na obra do cemitério os pedreiros Manoel Gomes Figueira, Manoel Gomes *do Pau*, Jorge, António Figueira e António João, todos a $500 por dia, os serventes Manuel Figueira, Pedro Figueira, António Gomes, José Figueira, todos a $400 por dia e a $350 por dia os serventes João Fernandes, António Fernandes Correia, António Lopes, António Figueira e ainda a $300 o servente Francisco de Sá. (idem, f.45v.º, 46, 103). Veio pedra de alvenaria do lugar do Covão, transportada pelo boieiro António de Freitas, ainda outros burriqueiros e as bestas de José Santos a carregarem cal (idem, f.45v.º, 102, 103). Pagou-se a José Gomes Cunha cantaria que veio para a janela a $250 ao palmo. (idem, f.47, 101). Veio ainda telha do Funchal por barco, e acarretada de Câmara de Lobos para a obra, por Manoel de Barros (idem, f.47, 102).

Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol

Existia na Ponta do Sol uma capela dos meados do século XV, que passou a igreja matriz de freguesia ainda nesse século e teve obras de ampliação, pelo menos, nos primeiros anos do século XVII, a cargo do então mestre das obras reais Jerónimo Jorge. Após novas obras de ampliação e reconstrução em finais do século XVII e no primeiro quartel do XVIII [1] ficou com a configuração que lhe conhecemos hoje. Por esta altura, a igreja e a capela do SS. foram alvo de algumas obras de restauro e melhoramentos [2]. O seu estado de degradação, fez com que a partir de finais da década de 80 do mesmo século XVIII a capela passasse por uma intensa campanha de restauro. Entre 1788 e 1789 encontramos várias despesas com carpinteiros e pedreiros, em *armar e desarmar o monumento* e em consertos na capela do SS., tais como em *assoalhar, retelhar e apontelar* a capela [3], entre as quais encontramos o carpinteiro Euginio Varela, a fazer duas escadas novas para o monumento e a consertar o Trono que foi depois retocado pelo pintor António da Trindade da Cruz (2$600 em 2 livros de ouro) [4].

Entre 1794 e 1804, vamos encontrar nas obras da capela, uma série de mestres moradores na Ponta do Sol a trabalharem assiduamente muitos dias. Trabalharam então vários pedreiros [5], carpinteiros, serventes e ferreiros [6], adquirindo-se diversos materiais, tais como madeiras, telhas, vidros, uns na própria localidade e muitos outros em diversas casas comerciais no Funchal [7].

---

[1] Carta Régia de 12 Mar. 1574 da mercê anual de 8$000 para a fábrica (L.º7, f.64v.º e L.º1, f.161v.º); Mandado do CF de 31 Jan.1698 para se arrematar a obra da ig. por 892$000 (L.º13, f.96): cit. **ARM**, *Índex Geral do Reg. da Antiga PRFF*, f.125.

[2] Em 1734 realizam-se obras na janela da capela do SS. "*que era muito precisa por estar a antiga muito aruinada*" (**ARM**, *CON*, L.º 77, f. 55 - 56). Carta do Bispo do Funchal D. Manuel Coutinho enviada ao vigário da Ponta do Sol acerca do orçamento das obras da ig. (**ARM**, mf. 725: APEF, 98.8: 29 Jan.1733). Petição do reitor da confraria do SS. solicitando licença ao bispo para utilizar certa quantia da arca do depósito a fim de mandar executar um monumento para o Senhor para a Semana Santa e rebocar a capela do SS. (Ibidem, mf.725: APEF: 98.16: 10 Nov.1734). Em 1744 procedeu-se a alguns consertos no sepulcro e janela da capela onde trabalhou o pintor António Martins a pintar a capela e assentar ouro (Idem, f. 95 v.º, 96).

[3] Trabalharam vários mestres, todos ganhando $400 por dia: os carpinteiros Euginio Varela de Abreu e Domingos Ferreira Gago, os pedreiros Domingos da Silva, Manuel Rodrigues Buxo, José de Sousa e [?] Silva Ruivo, os serventes: Manuel Gomes, Hilário de Oliveira, Manuel Pereira, todos a $200; (**ARM**, *JRPC/CON*, cx.9, proc.680, f.6v.º, 8v.º, 9v.º, 35, 36, 37). e o ferreiro Gregório Nunes de Sousa: pelos ferros e pregos para o monumento, por duas chapas e uma missagra para "*acautelar a meza dos Irmãos*", por uma fechadura para a loja da dita casa (idem, f.4, 6, 6v.º, 9) e em 1789 fez 2 trancas para o monumento (idem, proc.681, f.3v.º). Em 1789, o tesoureiro Roque Ferreira Gago dá ao tesoureiro do ano de 1790, o capitão Manuel Isidoro Correia Jardim por ordem do Reverendo Vigário para pagamentos da obra da capela 65$550 (idem, proc. 681, f.3v.º). O capitão António Ferreira Gago, era tesoureiro da confraria do Senhor Jesus / Santíssimo Nome de Jesus entre 1795 e 1807 (idem, proc. 686; *CON*, L.º 78, f.2-15).

[4] **ARM**, *JRPC/CON*, cx.9, proc. 680, f. 6, 6 v.º, 11.

[5] José dos Santos a $350, e a $400: António da Silva, Manuel Gomes [B.'] e Domingos da Silva (idem, proc. 682, f.4v.º-20).

[6] Francisco Teixeira a $400 e a $450; Domingos Ferreira Gago a $400 (idem, proc. 682, f.4v.º-20). Euginio de Abreu Varela a $400 e a $450. O mestre carpt. Eugínio Varela aparece a comprar materiais e a acompanhar: "*tabuado de pinho comprado*" (idem, proc.682, f.7), "*1 dúzia de taboado e meia duzia de xapram comprado*" (682, f.10), "*9 tabuas de pinho mole a 50 reis pé que mandou vir*" (idem, f.10v.º), a fazer a porta da sacristia 1$200 (idem, f.13v.º), "de fazer as molduras do tecto da capella 12$000" (idem, f.4v.º-20) 1800 / 1801: dinheiro a Euginio Varela pelo gasto de taboas, e escadas para o Papso 20$500 (CON, L.º78, f.4). Em 1804 Euginio Varela e Manuel Cabral fazem a escada e consertam o caixão da cera (idem, f.29v.º), Francisco António faz 2 trancas e pregos para a escada (idem, f.29v.º), José Ferreira a $400, o mestre Domingos Lourenço 3 dias a $700, Manuel Cabral 3 dias a $600 e 11 a $500, ao mestre João Cabral 3 dias a $550 (idem, f.30). Encontramos ainda em 1804, a trabalharem os mestres: José Ferreira a $400, o mestre Domingos Lourenço 3 dias a $700, Manuel Cabral 3 dias a $600 e 11 a $500, ao mestre João Cabral a $550 e "*dinheiro para hua pele de lixa $200*" (idem, f.30). Serventes a $200: Manuel Gomes, Hilário de Jesus, António de Abreu, António Rodrigues Cabral (idem, f.4v.º-20). Ferreiros: Jerónimo Lourenço de Freitas que fez ferragens para 2 portas da capela recebeu 8$100 (idem, f.20).

[7] Corte de um pau no sítio da Fajã 1$100, serragem de um pau nos Canhas 1$950 e aos serradores na vila 3$500 (idem, f.7). Entre 1794 e 1799: andaimes, cal, telha comprada a João Fernandes, "*taboado comprado na cidade*", madeira de várias casas do Funchal: Jacinto João Pestana, na casa de Banger, "*duzia e meia de tabuado e duzia e meia de xapram da casa de Alen*", telhas compradas a João Fernandes, 18 vidros para as vidraças das janelas 9$600, "*tabuado comprado em casa da Englés da Passa*" e no "*Calhao da Cidade*" e na "*casa de Guilherme Alen pelo mestre José da Trindade em 1796 para a obra da capela 65$350*", "*madeira de castanho comprada a Telles José Pitta 12$400*", "*dois xaproins de pinho comprado ao alferes Roque Francisco Gago*" (era tesoureiro da confraria em 1789), "*madeira de pinho comprado ao capitão Vicente Bernardo de Vasconcelos 25$550*" e "*madeira de pinho comprado a José Joaquim Ferreira*", mais "*treze xaproins compradas em casa de Além 68$960*", mais "*madeira comprada em casa de Alem 18$470*" (idem, f.7v.-20).

Igreja de N.ª S.ª da Ajuda, na Serra de Água

A construção da nova igreja da Serra de Água foi arrematada pelo carpinteiro João António da Silva de Viveiros [1] em 29 de Outubro de 1786, na *Sala da Real Junta*, nomeadamente a feitura da obra de pedreiro e carpinteiro da igreja por quatro contos de réis, ficando por seus fiadores os carpinteiros Domingos Nunes e Estevão Teixeira de Nóbrega. O mestre arrematador celebrou um contrato de sociedade com os seus fiadores para edificarem em conjunto a igreja. O dinheiro proveniente da Alfândega do Funchal para as despesas da obra ficou "*numa arca fechada a duas chaves*" em casa de Domingos Nunes, ficando uma chave na mão do mestre arrematador e outra na posse de Estevão Teixeira de Nóbrega, para que ao abrir-se a arca estarem todos juntos, e "*na arca estava um livro para lançarem a entrada e saída do mesmo dinheiro*" [2].

É autor do risco da igreja, o capitão engenheiro e mestre das obras reais, João António Vila Vicêncio que também ficou nomeado para inspector pela Real Junta da Madeira e incumbindo-se pela construção deste novo edifício. Como para a sua edificação eram necessários avultadas quantidades de areia e como o local de construção ficava distante do litoral, contratou a 18 de Março de 1791, o capitão António Fernandes Figueira, morador na Ribeira Brava, para conduzir toda a areia necessária, desde a praia da Ribeira Brava até à zona de construção pelo preço de 3$000 por cada moio transportado. Foram-lhe adiantados 120$000 para a compra de três bestas muares para o transporte da areia, e com a condição que depois de estar feito o transporte até completar os 120$000 podia fazer novo contracto e pedir outro valor por cada carga de materiais que fizesse para a dita obra [3].

[1] João António da Silva de Viveiros (carpinteiro, não sabia assinar), em 22 Março 1793 foi testemunha numa escritura notarial juntamente com seu filho António João da Silva de Viveiros, também carpinteiro (**ARM**, *RN*, L.º 2189, f. 42).

[2] **ARM**, *RN*, L.º 2246, f. 270 - 271: 29 Out. 1786.

[3] Ibidem, L.º 1049, f. 13 – 13 v.º.

Igreja do Convento de São Francisco, no Funchal

A igreja e o convento franciscanos do Funchal foram erigidos desde os finais do século XV e ao longo dos séculos seguintes tiveram as mais diversas obras [1]. Albergando uma comunidade de cem religiosos ao longo do século XVIII, o conjunto passou por várias ampliações para suportar toda a comunidade. A igreja do convento de São Francisco precisava de um espaço mais amplo e digno, pois a actual "*se achava totalmente arruinada e incapaz de nella se celebrarem os oficios divinos*", como por diversas vezes se queixaram os franciscanos. Em 1750, os religiosos da Comunidade deste convento requereram ao Rei, através do Provedor da Fazenda a sua reedificação dado que "*pela sua pobresa a não podiam reedificarem*". Foram vistos os riscos de Domingos Rodrigues Martins, que o Provedor enviou e o Rei veio a ordenar que se executasse a obra pelos riscos que lhe remeteram, assim como fez uma esmola aos suplicantes de oito contos de réis [2], contribuindo ainda para a edificação da igreja inúmeras pessoas com esmolas e dádivas através de testamentos [3].

As obras arrastaram-se lentamente e prolongaram-se até aos inícios do século XIX, nunca se chegando a concluir completamente a enorme igreja, que acabou por ser demolida nos meados do mesmo século, após a extinção das instituições dos conventos. Consta-nos assim que as obras não foram logo avante, pois em 1769 afirmava-se que algumas instalações apresentavam um certo estado de degradação, como podemos constatar pela determinação da Mesa da Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, que determinou que se remodelasse o tecto da sacristia da capela da Irmandade, que estava podre e ameaçava ruína, juntamente com a *Casa da Meza* que necessitava de ser reformada. Em 10 de Julho de 1773 determinou-se que se abrissem duas janelas e se "*estradasse*" a capela da

---

[1] A igreja era de uma só nave, com dois altares laterais, no lado do Evangelho dedicado a Santo António e no outro lado, dedicado às Almas. No corpo da nave existia 4 capelas: no lado do Evangelho a primeira era dedicada ao Espírito Santo, seguindo-se a N.ª S.ª dos Anjos, S. João Baptista e a de S. Diogo (antigamente de Santiago), do lado da Epístola: Rainha Santa Isabel, N.ª S.ª da Conceição, N.ª S.ª da Encarnação, N.º S.ª da Graça e ainda ao lado da porta principal uma dedicada a S. Benedito de Palermo; tendo ainda para além de outras pertencentes às Irmandades dos Terceiros, tais como a da Ordem Terceira de São Francisco situada na capela mor e a de N.ª S.ª da Soledade. Sobre a descrição da igreja vide: Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na ilha da Madeira 1722*, transcrição e notas de Alberto Vieira, SRTC / CEHA, Funchal, 1996, pp. 235 - 239.

[2] **IAN/TT**, *JPRFF*, *RG*, L.º 973, f. 112 v.º, Lisboa 11 Dez. 1750; passado por resolução de Sua Majestade de 28 de Nov. 1750 em consulta do CF de 18 Mar. 1750. Vide ainda: Rui Carita, *História da Madeira - O século XVIII Arquitectura de Poderes*, vol. IV, SRE, Funchal, p. 327. Refira-se que os franciscanos eram uma comunidade de religiosos dados sempre como pobres, como podemos observar numa Carta Régia a favor dos mesmos, onde D. João IV entendeu, por que "(...) *tinham dificuldades financeiras* (...) *Conceder-lhes com o particular fim de auxiliar a decencia do mesmo culto, e de fazer esmola aos referidos religiosos, huma ordenaria annual de quatro pipas de vinho e quatro moios de trigo, que lhes derão fornecidos das ordinárias, que se acham vagas*": Rio Janeiro, 27 Agosto 1819. Registado Palácio do Governo 7 Nov. 1820 e 10 Nov. 1820.

[3] O reverendo cónego Manuel José Pereira fez uma dádiva para a obra da igreja, nomeadamente 4 *escritos que tinha em seu poder, fazendo esmola dos produtos de sua côngrua* provenientes das freguesias do Arco, São Martinho, Porto da Cruz e Faial que se acham vencidos e não cobrados até o presente (**ARM**, *RN*, L.º 1042, f. 36 v.º - 37: 26 Mar. 1789). Joaquim Manuel de França deixou em testamento para a obra da igreja 2 contos de réis (ibidem, L.º1104, f. 94 - 95 v.º: 30 Jul. 1804).

Venerável Ordem Terceira da Penitência, se fizesse toda a mais obra que precisava de ser feita na dita capela e altar na sacristia [4].

Por ocasião da edificação da nova igreja, embora a referida Venerável Ordem Terceira tivesse uma capela suficiente, que não precisava de ser demolida, para que se enquadrasse na restante obra veio a ser demolida. Escreveu-se então que a capela estava "*fora a respeito da planta com que* (...) *pertende fabricar a sua nova Igreja com aquella regularidade e prespectiva concernente a hum tam grande edeficio segundo as regras da arte*". Então, "*para a boa ordem e regulamento da nova igreja*" condescenderam com a demolição da capela e a construção de uma nova, apesar do incomodo e despesa considerável que seria a sua reedificação, "*obrigando-se por este motivo a mendigar pelos fieis por nam se achar com possibilidades nem ainda para a fabrica dos seus respectivos alicerces*" [5].

Para a reedificação da capela, a Venerável Ordem Terceira propôs em 1781 várias condições à *Religiosa Comunidade Terceira* do convento de São Francisco, "*para ao depois senam alterarem duvidas e ficar suspensa a obra da capella*". Após a aprovação destas condições fez-se escritura, para então se dar início à demolição da capela antiga e à construção da nova.

Vejamos algumas dessas condições que impunham e que nos permite verificar as disputas existentes entre as confrarias e até com a própria igreja, na conquista de espaço e no protagonismo do mesmo. Ao demolir a sua capela, a Ordem Terceira teria outra porção de espaço correspondente à que tinha no lado direito da capela mor, tanto para a reedificação da capela, como para a sacristia, que era então de "*45 palmos de comprido, e de 23 e ½ de largo no corpo da capella, e 32 e ½ de comprido, e 29 de largo no corpo da sachristia, alem da grocura das paredes*". Acertou-se assim que "*faltando para o sitio da capella dos Terceiros, que se hade reedificar no lado da capella Mor e cruzeiro, alguns palmos da medição sobre dita, sera fazer á mesma Ordem outros tantos palmos, que faltaram na Igreja de V.ª R.mª para as sepulturas dos seus Irmaos defuntos*" [6].

Outra condição seria que a porta do cruzeiro, que era a porta principal da igreja e que teria duas chaves, uma ficaria na sacristia para uso da comunidade religiosa do convento e outra estaria em poder do reverendo padre comissário da Ordem Terceira. Os Terceiros teriam ainda uma chave da porta da Capela, que daria para o adro, e não possuiriam cópia dessa chave os reverendos prelados, por não ser essa porta a que fechava a clausura. "*A Religioza communidade nam fara merce da capella do cruzeiro que fica contigoa a da Ordem Terceira a particular, ou Confraria algua sem que mostrem esttarem contratados com a Ordem Terceira sobre a parede que feixa hua e outra capella, pois nam tem duvida a Ordem ficar com o ditto cruzeiro para nelle por o retabulo que lhe parecer* (...) *No cazo que Vossa Rmª dé a capella do cruzeiro a algua Confraria, só tera a ordem Terceira obrigação de fazer parede que a devide huma porta de cantaria , e madeira, na forma da porta que hade ficar na*

[4] **ARM**, Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, L.º 9, f. 44 e 50.

[5] Ibidem, f. 60 - 60 v.º

[6] Idem, f. 60 v.º - 61, 62 v.º.

sacristia da Communidade, ou entrada da Igreja para ella, conforme o risco, e conrespondencia de ambos os cruzeiros, por ser esta fabrica de mayor gasto, que a ditta parede" [7].

"*A Religiosa Communidade fabricará a parede de sua capella mor pela parte da capella dos Terceiros com a proporsional grocura que sustentar se possa o frixal, e como da dita capella reedificada, concorrendo os Terceiros com a fabrica de meia parede descontandosse o comprimento que hoje tem a nossa capella dos Terceiros por que nessa parte não pagarão nada, e poderam os mesmos Terceiros meter hua porta para a sacra via quando a Ordem imtenda lhe ser necessario, e nam cause algua deformidade na perspectiva da nova capella, e neste cauzo satisfaram os mesmos Terceiros a ametade do gasto que a religioza communidade ouver feito com a dita sacra via, servindo esta de comodo aos Terceiros*" [8].

Como em nada prejudicava a comunidade religiosa, o reverendo padre custódio, aceitou as condições propostas para a erecção da capela, exceptuando a clausula em que se dizia "*que nam tem duvida a dita Ordem ficar com a cappela do Cruzeiro para della fazer o que quizer, porque no cazo em que se nam ajustem com alguas confrarias, a quem nos adermos, respectiva as paredes, adevertencia ordem reedificar a sua custa na mesma forma em que a outra correspondente do Cruzeiro da parte da sacristia por nam haver deformidade, e se fará e concluirá a escritura em forma, e atempo que nam imbarase, e demore a continuação da obra da Igreja* (...)", celebrando-se uma escritura de contracto no notário de António Rodrigues do Carmo em 20 de Fevereiro de 1781 [9].

A confraria dos Santos Passos, erecta na igreja de São João Evangelista, possuía um passo em São Francisco, pelo que os membros das Ordens Franciscana e Terceira pretendiam alargar ao mesmo as alterações efectuadas. Citam então que como os membros das várias capelas de São Francisco "*condescenderam todas para o reedifício*", ou seja tinham optado pela reedificação das respectivas capelas, esperava-se que esta confraria "*condescendesse o mesmo*", permitindo a demolição do dito passo para se o tornar a reedificar. Pretendiam ainda os franciscanos que os membros da confraria dos Santos Passos contribuíssem para a despesa "*se pudessem*", como escreveram:

"*E como, tanto a Religião Serafica, como a Ordem Terceyra são pobres, como hê bem notório suplicáo humildemente desta Ilustre Meza queyra concorrer com huma parte para o reedificio e nova fabrica do dito Paço* (...) [e para o passo ficar] *livre das chuvas e agoas, que o tem danificado*". A confraria dos Santos Passos concedeu-lhes a faculdade da demolição do Passo, no entanto não concordou na contribuição monetária [10].

Questões, como a orientação da planta da capela, suscitava algumas polémicas, pois surgiram questões com a porta da nova capela que ficaria para a rua de São Francisco, ficando o altar na parede

---

[7] Idem, 61 v.º - 62, 63.

[8] Idem, 62 v.º - 63.

[9] Idem, 64 – 64 v.º: 24 Jan. 1781.

[10] Idem, *RN*, L.º 1012, f. 88 v.º - 89: 27 Mar. 1781.

do Cruzeiro ou se orientaria para o adro como estava. Houve opiniões que se a porta ficasse para a rua de São Francisco, pois ficaria a capela com "*perfeição, belesa e boa prespectiva, no que respeita ao exterior*". No entanto edificando a capela desse modo, surgiriam algumas dificuldades na construção, pois seria necessário "*rebayxar o terreno interior da mesma capella por nam ter lugar de se lhe fazer adro, o que se faria com muito custo por ser o dito terreno implicado com muita pedra, baxo que fosse o terreno ficaria dificil a entrada para a Igreja, por ficar esta muito alta do pavimento e nam quererem os Reverendos Religiosos, que a sua Capella Mor tivesse porta mais, que a da sua sacra via no Presbiterio*".

Acrescia ainda que "*a porta do Cruzeiro só poderia ter servidam para a Nova Capella por detras do Altar, no que se dava muita indecencia em subirem, e decerem cotidianamente homens, e mulheres pelo Presbiterio da nossa Capella, principalmente nos dias de indulgencias, e estando nella o Santissimo Sacramento*". Acrescenta ainda a petição que "*a porta para a rua daria occaziam a haverem duvidas entre os R. Reverendos Religiosos com o Ordinário, principalmente na occaziam dos interos, o que se devia evitar* (...) *Que havendo alguns dos Nossos Irmãos que tenhão officio de corpo prezente na Igreja, e ao depois nam podendo passar o esquife pela parte do Cruzeiro, que entam ficaria nas costas do Altar, seria muito improprio o serem reconduzidos os ditos nossos Irmaos pela rua em razam de se darem a sepultura na nossa Capella*" [11].

Para fazer valer as suas intenções, além destes motivos apontados, os franciscanos afirmavam que S. Thomas dizia que os católicos adoravam virados para Oriente, em contraposição dos judeus "*os quais estando, nas trevas da sua ignorancia em opiniam de não ter nascido para elles o sol de justissa, adoravam virados para o occidente*". Por estes motivos aqui ponderados a Mesa concordou que se fizesse a porta principal para o lado do adro [12].

João António Vila Vicêncio fez um risco para o corpo e porta da capela, o retábulo e nicho para se colocar a imagem de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, em 1781 [13]. Para fazer face à despesa, ajustou-se vender por 50$000 o antigo altar para a igreja dos Prazeres, cuja importância seria paga pela Real Junta da Alfândega [14]. O risco para o altar, foi no entanto apresentado pelo pintor António da Trindade da Cruz, em Abril de 1785, sendo aprovado pela Mesa que o executasse, do que foi celebrado escritura, onde consta o preço do ajuste e mais clausulas [15].

Não foi fácil arranjar o dinheiro necessário para a reedificação desta capela, pelo que a Venerável Ordem Terceira da Penitência propôs à confraria de N.ª S.ª da Conceição da mesma Ordem, que a primeira "*pela decadência dos rendimentos e pelos muitos gastos quotidianos que fazia para a*

---

[11] Idem, *IOTSF*, L.º 9, f. 66 – 66 v.º: 15 Abr. 1781.

[12] Ibidem, f. 67: 15 Abr. 1781.

[13] Idem, f. 65 - 68: 23 Fev., 15 Abr., 30 Maio 1781.

[14] Idem, f. 68: 30 Maio 1781.

[15] Idem, f. 82 v.º - 83: 12 Abr. 1785.

utilidade espiritual" solicitou à segunda que colaborasse na reedificação da nova capela. Alegavam então que a confraria de N.ª S.ª da Conceição utilizava a meias a citada capela e nela colocara a imagem de N.ª S.ª da Conceição, pelo que deveria concorrer "*com metade dos gastos para a reedificação da capela, retábulo, altar, apainelamento e mais ornamentos necessários*". Os Terceiros evocavam ainda "*a mútua união e boa relação existente entre as duas irmandades*", comprometendo-se a perder a Ordem Terceira o total domínio e posse da capela.

A confraria da Conceição concordou em concorrer com metade dos gastos, dando em cada ano 60$000 até completar a metade dos gastos e emprestar à dita Ordem 450$000 a juro de 5% para com a maior brevidade se acabar a obra, com a condição de ficarem ambas igualmente com o mesmo domínio e posse da capela [16]. Logo depois, este contrato foi anulado a 30 de Julho de 1781, pois a Mesa de N.ª S.ª da Conceição não quis contribuir para o gasto, dando somente os 60$000 por ano, "*sendo esta quantia inserta por dizer o juis e mais irmãos* [da confraria de N.ª S.ª da Conceição] *que prezentes se achavão, que seria dos lucros das suas arecadaçoens sem detreorar o seu capital de forma que não entrando alguns rendimentos talvez por senão fazer hua boa arecadapsão, veria a ficar a sobredita escriptura frustrada, por hum e muitos annos, e sem rigoroza obrigaçam de lhe ser procurada no cazo de aver falta nos annuaes arecadaçoens, retardando por esta forma a contribuipsão do estipulado*" [17].

Não tendo a confraria de N.ª S.ª da Conceição contribuído como seria desejável para as despesas da obra, os administradores da Ordem Terceira de São Francisco, entraram na construção da nova capela em 1781, ficando com todo o encargo até 1791. Nesse ano já se havia gasto 2:878$232 e apesar de gastar tudo quanto possuía a dita Ordem, a dita capela encontrava-se fechada por estar incompleta por não poder financeiramente a dita Ordem concluir o seu fabrico [18]. A Ordem Terceira de São Francisco propôs novamente, em Abril de 1793, que concorressem em igual porção de pagamento as duas confrarias, porque assim era justo porque a confraria de N.ª S.ª da Conceição também a usava, para que assim se concluísse a capela e pudessem celebrar os seus actos religiosos de que há tantos anos se achavam privadas as duas irmandades [19].

---

[16] Idem, *GC*, L.º 231, f. 1 v.º - 3 v.º, 3 Maio 1781; Idem, L.º 243, f. 177 - 177 v.º; *IOTSF*, L.º 9, f. 69 v.º - 72 v.º: 30 Maio 1781. *RN*, L.º 1013, f. 64 v.º - 65 v.º: 11 Jul. 1781.

[17] Idem, *IOTSF*, L.º 9, f. 72 - 72 v.º: 30 Jul. 1781.

[18] Idem, *GC*, L.º 243, f. 177 – 177 v.º. A Mesa da Venerável Ordem Terceira em Janeiro de 1793 *por se achar a dita Ordem privada de poder continuar a obra da nova capela*, chegou mesmo a pôr a possibilidade de parar com alguns oficios religiosos para poder poupar dinheiro para as obras. Por exemplo chegaram a pensar que não se fizesse a procissão em Quarta Feira de Cinzas poupando-se assim a grande despesa que fazia em cera, e não se celebrasse o *Tríduo das quarenta horas*, sendo estes dispêndios aplicados na dita obra. É claro que este acórdão privava os fiéis das suas Graças e do Culto Divino nestas duas acções, então o novo irmão secretário, João Leandro Afonso, vigário da Colegiada de São Pedro, ofereceu-se a pedir esmola na cidade para as despesas destas funções, e pediu esmola juntamente com o vigário da Colegiada de Santa Maria Maior do Calhau, o doutor Caetano Alberto de Araújo. Conseguiram ambos dos fiéis 69$602 providenciando-se desta forma as funções, sem faltar a continuação da obra (*IOTSF*, L.º 9, f. 86 v.º - 87).

[19] Ibidem, f. 132, 177 - 177 v.º. Por agora a confraria de N.ª S.ª da Conceição deveria concorrer com 1 conto de reis, *entrando nesta importância os 450$000 emprestados e seus juros corridos até hoje que são 263$417 e mais 286$583 para completar o conto de réis* (*RN*, L.º 2189, f. 141 – 142 v.º).

Para a conclusão da capela faltava a execução do novo altar, que estava em curso e estava ajustado por 440$000, falta ainda "*fazer o simalhão da capella por dentro de chaprão, alizares, xispar, e rebocar, queiar, retrocar coadros que são sinco, fazer degráos da porta, pintar, dourar o altar que em tudo se gastará pelo menos 360$000 en o estrado da capella que se fes este anno se gastou 81$000*". Tudo somava 3:319$232 (tirando o custo do altar de 440$000), vindo a custar a cada uma das confrarias 1:659$616, na qual seria abatida a quantia de 450$000 e seus juros decorridos (263$417) que a confraria de N.ª S.ª da Conceição tinha emprestado à Ordem Terceira para o levantamento da capela. As duas confrarias celebraram finalmente um acordo, ficando ambas com igual posse da capela, que deveria estar concluída daí a 6 meses [20].

Procedeu-se depois à edificação dos altares em talha, realizando em 1784 e 1786 o entalhador Estevão Teixeira de Nóbrega o altar de N.ª S.ª Mãe dos Homens e de São José, assim como o altar do Espírito Santo e de São João Baptista [21]. Para a confraria de N.ª S.ª da Conceição dos Terceiros, Estevão Teixeira de Nóbrega executou em 1796 um esquife para servir os irmãos defuntos, recebendo 14$000 no ano de 1798. O esquife foi dourado pelo pintor António da Trindade (3$000 pelo trabalho e 4$200 por 3 livros de ouro), sendo novamente reformado por um carpinteiro, em 1800 (2$700) e pintado segunda vez pelo mesmo pintor (2$000) [22].

A 4 de Junho de 1804, a confraria da Senhora Santa [Isabel], representada por seu tesoureiro, João dos Santos Silva, contratou e ajustou com o pintor Filipe Caetano da Trindade para com as "*suas proprias maons e de seos ofeciais*" dourar, pintar na capela da confraria e "*fingir pedra, bornidas das cores mais agradaveis que a ele contratado lhe agradar, linpamdo aparelhos velhos que tiverem deneficasáo para que algum tempo náo posa ter algua obra deneficasáo*". O acordo importava em 350$000 pagos em mesadas de 20$000 e o restante pago daí a uma ano, quando estivesse concluída a obra. No contrato constava a condição do tesoureiro dar todos os materiais necessários que o pintor pedisse [23].

As nova capelas, retábulos, altares, etc., da nova igreja do convento de São Francisco não tiveram muita longevidade temporal no local, pois em 1834, com a extinção dos Conventos, tudo foi

---

[20] Idem, *GC*, L.º 243, f. 132, 177 – 177 v.º.

[21] Idem, *RN*, L.º 1024, f. 81 - 82, idem, L.º 1034, f. 90 – 90 v.º. Os altares do Espírito Santo e de São João Baptista, administrados por D.ª Guiomar Madalena de Sá e Vilhena que tinha ainda a capela dos Mártires, instituídas por D. Maria Betencourt, que no seu testamento referenciou esta última a ser construída sob invocação do Espírito Santo (**ARM**, *JRC*, cx. 5, n. 11, processo de D. Maria Betencourt), mas que parece ter vindo, pelo menos no séc. XVIII a chamar-se dos Mártires (Ibidem, cx. 2, n.º 6, f. 3, capela do Dr. João José de Sá) cit. Maria Bernardete Pestana Andrade Henriques de Barros, "*Dona Guiomar de Sá Vilhena A Vivência singular de uma mulher no séc. XVIII*", dissertação de Mestrado em História, Universidade da Madeira, Funchal, Setembro 1999.

[22] Idem, *GC*, L.º243, f.137, 139, 141. O esquife não foi feito no convento, pois foi pago $100 a quem o levou para o convento. Infelizmente alguns livros de receita e despesa desta confraria, existentes no ARM, estão fora de consulta devido ao seu mau estado de conservação, o que nos poderia dar mais algumas informações sobre os mestres e as obras no convento de São Francisco. Fica o registo da despesa de 11 de Junho de 1802 "*para se tirar em lapiz o verdadeiro retrato da Imagem da Senhora para por elle se tirar a chapa*" (*GC*, L.º233, f.1): Gravura de Nossa Senhora do Monte ?.

[23] Idem, *RN*, L.º 2102, f. 154 v.º - 155 v.º Foram testemunhas nesta escritura Gerardo da Conceição Silva e Manuel João de Freitas.

encaminhado para outros locais [24], essencialmente para outras igrejas. O conjunto franciscano do Funchal foi demolido, tanto o convento como a igreja, em 1865, com o pretexto da edificação naquele local de uns novos paços do concelho do Funchal. No recinto foi aberto depois o actual Jardim Municipal.

Segundo ordens do governador do Funchal, o provedor do Funchal, Manuel de Santana e Vasconcelos ficou com a chave do edifício, "*que serviria para usos profanos*" e com a assistência de um fiscal por parte da Fazenda, mandou proceder ao inventário de todos os bens existentes e pertencentes ao extinto convento do Funchal. Foram colocados à disposição do governador do bispado do Funchal todos os objectos sagrados e de culto (vasos sagrados: cálices, patenas e cibórios, entre os quais se encontravam o diadema de prata e pedras do Senhor dos Milagres e a *Alampada* do Altar do mesmo que pertenciam ao culto da dita imagem que foi transferida para a Catedral, paramentos e ornatos dos templos), a fim de serem distribuídos pelas igrejas mais necessitadas. Quanto aos objectos e "*alfaias de metais preciosos não sagrados*", foram entregues na Comissão da Fazenda Pública e os livros foram enviados para o governo civil [25].

Os altares e retábulos foram assim encaminhados para diversas igrejas da Madeira. Por requerimento de João Carvalhal Esmeraldo, que era proprietário e administrador da Capela de N.ª S.ª da Graça, por herança de D. Guiomar de Sá Vilhena, por exemplo, foi-lhe entregue por seus procuradores, tudo o que na dita capela existia e lhe pertencia [26]. O provedor, a pedido da Câmara Municipal do Funchal entregou também um dos sinos grandes existentes na torre, para servir no relógio da Sé Catedral e pôs à disposição do pároco da freguesia do Caniço o sino de tamanho imediato a este [27]. As grades da capela da Piedade foram deslocadas em 1837 para a capela de N.ª S.ª da Boa Morte, erecta na igreja de São Pedro do Funchal [28].

---

[24] O Governador segundo informações do Cabido, mandou que a igreja do extinto convento da Calheta, igualmente da Ordem Franciscana, passasse a servir de Paroquia daquela freguesia, porque a que servia há muito de igreja paroquial se achava em estado perigoso e arriscado, pelas rochas e carreiras pouco sólidas que lhe eram eminentes, sendo para aí removidos todos os objectos de culto existentes na antiga igreja paroquial e que por ser mais *remota* do centro da povoação poderia ficar a servir de cemitério (Idem, *GC*, L.º 421, f. 13 v.º- 14: 27 Set. 1834). Cf. também a ordem do Governador para saber a relação dos objectos existentes na extinta igreja de S. Bernardino em Câmara de Lobos e no extinto convento da Calheta (Idem, L.º 721, f. 86 v.º, 87). O maior dos sinos do extinto convento de S. Bernardino entregou-se ao vigário do Estreito de Câmara de Lobos e o sino menor ao vigário da Tabúa, (Idem L.º 421, f. 90; L.º 720, f. 68) enquanto que os quadros dos altares, o púlpito e o vestiário da sacristia, assim como dois sinos e as 3 campainhas ficaram entretanto em guarda no convento até se lhes dar outro destino (Idem, L.º 421, f. 95).

[25] **ARM**, *GC*, L.º 721, f. 17 v.º - 18, 77 v.º, 78 v.º, 79: 27 Ag. 1834. Idem, L.º 720, f. 62 v.º - 63: 9 Jan. 1835. Para a confraria de N.ª S.ª da Conceição podemos ainda observar outras despesas: em 1768 pagou 3$200 a Nicolau de Lira de encarnar a Senhora; entre 1782 a 1784 pagou 2$300 por lançaria e ao pintor que pintou a "*Verónica do Senhor*", e 1$000 a quem pintou uma tarja no *Livro dos Termos dos Irmãos*; em 1794 pagou 1$550 por uma moldura dourada para o altar; em 1796 deu 15$000 ao reverendo Fr. Bernardo para a obra do camarim (Idem, L.º 243, f. ?; idem, L.º 244, f. 111, idem, L.º 243, f. 134; idem, f. 137).

[26] Ibidem, f. 104, 108 v.º. Idem, f. 94 v.º: 4 Fev. 1835.

[27] Idem, f. 79, 80 v.º, 86, Jan. 1835. Idem, L.º 720, f. 69 v.º - 70.

[28] Idem, L.º 227, f. 110. Para a deslocação destas grades pagou-se 16$600 aos pedreiros que as tiraram e as tornaram a colocar, sendo arranjadas pelo serralheiro José Pires (20$000), gastando-se no seu douramento e pintura 18$600.

Igreja de São Roque, no Funchal

Já existia pelo menos desde os meados do século XVI uma pequena igreja em São Roque, no Funchal, inicialmente de responsabilidade camarária, que sofreu algumas remodelações no século XVII e inícios do XVIII [1]. Em finais do século XVIII, mais precisamente em inícios de 1790, a antiga igreja foi deitada abaixo, procedendo-se logo à sua reconstrução, poucas dezenas de metros mais acima, em 1791, sob a direcção do mestre das obras reais João António Vila Vicêncio [2]. As obras de pedreiro continuaram até aos inícios do século XIX, como podemos constatar pela inscrição de 1802: "*Na feliz regencia do Sereníssimo Princepe D. João, nosso Senhor, á custa de sua real fazenda foi mandado levantar este templo consagrado ao gloriozo S. Roque, debaixo da inspeção da Real Junta em o ano do Senhor de MDCCCII*".

Por essa data o futuro mestre das obras reais António João da Silva Costa arrematou na Sala da Junta da Real Fazenda, o complemento de toda a obra da nova igreja, por 15:150$000 [3]. Como sozinho não podia dirigir tão grande obra, "*em razáo dos muitos cuidados, e actividade de que ella depende para exigir algum enterece, e satisfaçáo pública*" admitiu por sócios, em escritura de 26 de Janeiro de 1803, o tenente António Valério e João de Freitas Martins para que juntos fizessem a lista dos gastos: entraram ainda como ainda os sócios: João de Freitas, Manuel Fernandes e João Pedro Fernandes que aceitaram concorrer com todos "*os bons officios, para o exito, e augmento da referida obra*" [4].

Entretanto, quando da edificação da igreja, o carpinteiro José Alves edificara já uma casa junto à igreja, para a residência do vigário da igreja, então o padre António Francisco da Silva [5].

---

[1] Existia uma igreja no séc. XVI com a mercê anual de 4$000 para a sua Fábrica (L.º7, f.130v.º). Mandado do CF de 1678 para se fazer a igreja (L.º11, f.150v.º) Em 1704 o CF envia um mandado para se arrematar a obra da nova igreja e sacristia por 795$000 (L.º14, f.132v.º). Cit. in *Index Geral da Antiga Provedoria da Real Fazenda da Madeira* (1419-1775), f.114v.º.

[2] De 30 Jul. 1 Set. 1791 pagamentos ao referido mestre das obras reais, de 2:428$260 pelas assistências às obras da nova igreja (Ana Paula de Sousa Ferreira, *A igreja de São Roque*, trabalho realizado no âmbito deste Mestrado, Universidade da Madeira, Funchal, 2000).

[3] António João da Silva e Costa foi avaliador ajuramentado na Câmara Municipal do Funchal, a partir de 1803 até 1817 (pelo menos até 1817) (vide anexo 3). Em 1836, talvez já desempenhando serviços para os engenheiros das obras reais, fez uma vistoria da obra da casa de residência do vigário do Porto da Cruz que se fez por arrematação, afirmando que "*se acha a Parochia no estado lastimoso* (...), *e increpar o vigário pela sua omipsão em requerer a este governo os necepsarios reparos, tendo-o sómente feito para a casa de sua rezidência, sem falar na Igreja*" (**ARM**, *GC*, L.º 405, f.24v.º; idem, L.º 720, f. 154: 19 Fev.1836). O referido mestre vistoriou ainda a residência paroquial do vigário da igreja da Calheta (idem, L.º 720, f. 162).

[4] **ARM**, *RN*, L.º 1096, f. 62 v.º - 64.

[5] Ibidem, L.º 1109, f. 22 v.º - 23 v.º: 29 Jul.1805.

Igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha

A freguesia da Fajã da Ovelha possuía nos inícios do século XVIII uma capela dedicada a São Lourenço [1] e uma pequena igreja que "*por estar arruinada* (...), *e ser muito pequena, e em sitio desacomodado*" foi mandado fazer de novo em 1744. A nova igreja foi orçada em 7:168$785, tendo em 1747 o carpinteiro Francisco Gomes arrematado a obra por 6:350$000, trespassando em 1763 a obra ao carpinteiro Amaro de Freitas, ficando por seu fiador Manuel Teixeira, do Estreito da Calheta. A rápida conclusão das obras não foi fácil, pois em 1762 o Vigário afirmava que "*ameaçando a dita Igreja cada vez maior ruína, o mesmo suplicante e o povo daquelle lugar requererão por várias vezes ao Provedor da Fazenda* (e) *aos arematantes, a que fizessem a dita obra ao que lhe não deferira*", ordenando o Conselho da Fazenda ao Provedor da Fazenda do Funchal para obrigar os ditos oficiais concluírem a obra a que se tinham obrigado [2].

[1] A capela de São Lourenço foi alvo de alguns consertos em finais do séc. XVIII e inícios do XIX: em 1789 pagaram a um oficial que remendou o soalho da sacristia $300, em 1790 para ajuda de uns castiçais 7$000 e em 1795 houve despesas no conserto da capela e telhado da mesma (**ARM**, *JRPC/CON*, cx.1, proc. 81, f. 2). Em 1801 o Reverendo Bispo deu dinheiro ao tesoureiro Manuel Sardinha para comprar madeiras para conserto da capela (8$000) e para ajuda do gasto do alpendre da dita ermida (10$000) (idem, *CON*, L.º 17, f. 1 v.º, 2). Em 1805 pagaram $500 a quem desmontou o alpendre da telha para não causar mais prejuízo, provavelmente causado pelo vento (idem, f. 3 v.º).

[2] Mandado do CF para se fazer planta e orçamento (**IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 972, f. 106 v.º: 24 Jul.1744). Arrematada ao carpinteiro Francisco Gomes (idem, f. 196 – 196 v.º: 24 Jan. e 21 Abr. 1747). Trespasso e ordem para se concluir a obra (idem, L.º 975, f. 38 – 38 v.º: 27 Nov. 1762 e 19 Mai. 1763). Entrega de ornamentos no valor de 398$810 para a igreja, pois "*os moradores eram sumamente pobres e não podiam concorrer para semilhantes despesas*" (idem, L.º 976, f. 185 v.º, 186: 28 Mai. 1771 e 2 Jun. 1772).

Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal

A capela de N.ª S.ª do Monte datava dos meados do século XV, tendo sido entregue à Câmara Municipal do Funchal nos inícios da década de 90 desse século, altura em que foi feito inventário. A pequena capela foi elevada a matriz de freguesia nos finais do século XVI e, sendo insuficiente para o número de fregueses e se encontrar velha e arruinada, edificou-se uma nova igreja por volta de 1739 [1]. No entanto, o terramoto de 1748 deixou a igreja muito arruinada obrigando à sua reparação [2]. Já em pleno século XIX, entre outras obras realizou-se a mesa dos Irmãos da confraria do SS. [3].

[1] Pedido do vigário para se fazer uma nova igreja (**IAN/TT**, *PJRFF, RG*, L.º 971, f. 150 v.º: 4 Set., 23 Ag. e 12 Nov. 1737). Foi arrematada na obra base de 6:742$000 (L.º 972, f. 24: 23 Maio 1739). Mandado do CF para se fazer o lajeado (sendo este preciso por se situar num local muito alto, frio e húmido) e retábulo mor porque o da igreja velha era muito pequeno, no entanto aproveitando-se quanto possível (idem, f. 81, 12 Mar. 1741, 20 de Abr. 1742 e 20 Abr. 1744).

[2] O frontespício "*saltara fora* (...) *fazendoçe em pedaços*", pelo que houve que ser refeito e fazendo-se também orçamento do muro do adro e ruínas provocadas pelo terramoto (idem, L.º 973, f. 57 - 57v.º: 11 de Set. 1749). Fora orçada em 5:252$410 e arrematada por Gaspar de Ornelas por 3:099$000. Entretanto as obras realizadas pelo pedreiro Gaspar de Ornelas, com o terramoto ficaram danificadas, dando-lhe o Monarca mais 474$580 para acabar as obras porque o mestre estava com dificuldades, tendo inclusivamente empenhado o dote da filha para acabar as obras, mas não o conseguindo (idem, f. 120 - 120 v.º, 135v.º: 11 Set. 1751). Para as obras de reconstrução o CF enviou mais 3:029$730 (idem, f. 215 v.º - 216: 4 Mar. e 9 Jul. 1754).

[3] Em 1833 o carpinteiro José Pereira fez a nova mesa dos Irmãos (80$$000), "*claretes, guarniçoens para os entremeios da nova meza dos Irmaos, e outra guarnição que fica o [?] asima da dita meza*", sendo a mesa pintada pelo pintor Cândido da Silva (30$000) (**ARM**, *CON*, L.º 22, f. 61 v.º e 62.). Em 1789 gastou-se 50$150 na pintura e douramento da mesa (idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 308, f. 3). Ainda em 1851 gastou-se em dinheiro: para a nova pintura da capela do SS, da mesa dos Irmãos e seu dourado 67$230; tintura das cortinas da boca da capela do SS. 15$000; em verniz para lustrar a nova pintura da capela 1$569 e por custo de mão de obra em envernizar as colunas e altar da capela do SS. 3$000 (idem, *CON*, L.º 22, f. 102 - 103).

Igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo

A ilha do Porto Santo era muito débil em defesa militar, estando sempre exposta a saques de corsários e piratas, principalmente franceses e mouriscos, que desde o século XVI até ao século XVIII pilharam por diversas vezes a igreja paroquial, dedicada a N.ª S.ª da Piedade. A título de exemplo, refira-se o saque em 11 de Dezembro de 1690, em que "*saltaram nesta ilha dois navios francezes os quais asaquiaram e juntamente roubaram as igrejas e levaram todos os bens desta confraria* [Almas] *e os livros della*" [1]. Outras vezes a causa da destruição foi os incêndios, o que todas estas causas juntas, dificultavam bastante a manutenção regular e em bom estado de uma igreja.

Não esqueçamos ainda a vida penosa que a população do Porto Santo levava, devido à sua agricultura de débeis rendimentos, derivada do fraco solo e ausência de chuva [2]. Os rendimentos da agricultura praticada no Porto Santo, como também na Madeira, era desproporcionada aos grandes encargos senhoriais, não esquecendo também um certo imobilismo dos portosantenses, por vezes mais interessados "*em alegar genealogias para fugirem ao trabalho*" [3]. A situação chegou a ser tão catastrófica em meados do século XVIII, que certos ofícios em 1770 já tinham desaparecido do Porto Santo, tendo que se deslocarem do Funchal vários indivíduos para ensinar os ofícios de carpinteiro, pedreiro, oleiro, sapateiro, ferreiro, alfaiate, cirurgião e sangrador [4]. Para as obras civis requisitavam mestres, sobretudo oriundos da vila de Santa Cruz, da qual muito dependiam, bem como de Machico de onde se deslocavam por vezes vendilhões e ceifeiros. Outras vezes, chegou-se a trazer população do Porto Santo para a Aldeia Nova da Rainha D. Maria I, no Santo da Serra, que era uma zona muito fria, contrariamente ao Porto Santo, o que fez com que não se habituassem. As condições no Porto Santo eram tão difíceis que chegou a ser utilizado como local de degredo [5].

A igreja matriz de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo, contemporânea às primeiras paróquias estabelecidas na Madeira, pelas condições difíceis que se vivia na Ilha e pela normal degradação ao longo dos tempos, foi alvo de constantes obras. Posteriormente, foi arrematada a construção de uma nova igreja em 1699 [6].

---

[1] **ARM**., *CMPST*, L.º 63, f. 103: ano de 1691.

[2] Idem, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 824, f. 18 - 20, 31: ano de 1781 / 1782, 1792.

[3] Eduardo C. N. Pereira, *Ilhas de Zargo*, Vol. II, 4.ª edição, 1989, p. 688 e 748. Idem, "Lenda, Tradição e História", rev. *DAHM*, n.º 19 e 20, Funchal, 1955, p. 34 - 37.

[4] **ARM**, *GC*, L.º 527, f. 75 – 75 v.º, 89, 130 v.º - 131, cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 178.

[5] Idem, ob. cit., Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 288 - 90.c

[6] Carta régia de 1574 da mercê anual de 4$000 à Fábrica da igreja e em 1598 de acrescentamento de 4$000 para ficar com 8$000 (L.º 1, f. 161 v.º; L.º 7, f. 64 v.º). Mercê de 400$000 para reedificação da igreja (L.º 10, f. 37: 1 Dez. 1667);

A confraria de N.ª S.ª da Graça realizou obras na sua capela [7] e entre 1793 e 1817 [8] a confraria do Espírito Santo fez várias obras na sua capela, nomeadamente a sua reedificação [9], aplicando nessas obras os balances da confraria que haviam juntado desde a década de 80 do século XVIII [10]. As obras avançaram aos poucos, conforme as possibilidades financeiras da confraria. O mestre pedreiro João Francisco Fernandes, de Santa Cruz, que ganhava por $500 / $800 por dia, foi o mestre responsável pela obra [11]. Trabalharam ainda os mestres Gregório Fernandes ($700), Joaquim António ($700), Domingos de Melim ($300), os alveneiros António de Brito e Agostinho Gomes (ambos a $600), Manuel Lourenço ($200 e $300), Manuel Fernandes de Oliveira ($300) e vários serventes a $200 [12].

Mandado do CF para a feitura da nova igreja arrematada por António de Abreu em 909$900 (L.º 14, f. 100: 9 Nov. 1699) cit. **ARM**, *Índex Geral do Reg. da Antiga PRFF* (1419 - 1775), f. 165 v.º.

[7] No ano de 1816 " *por emportancia que adiantou o thezoureiro para a obra da Capella de N.ª S.ª como da conta que deo 108$620*" , madeira ao mestre José Botelho 29$400, ao dito mestre 10$000, e dinheiro por madeira a José Duarte em trigo e cevada 37$000, aos trabalhadores 107$100, no ano de 1817 em madeira 26$800 e aos trabalhadores 56$500, em 1818 conserto da ferramenta 11$600, aos trabalhadores 108$150, a cal 48$000 e madeira e pólvora 6$500 (**ARM**, *CMPST*, L.º 64, f. 2 - 4).

[8] Depois, ainda neste período, em 1820 adquiriram traveta 13$000, tabuado 40$000 e lajes para assoalhar, ao mestre José de Nóbrega por 14 lajes e por ajudar a lajear, ao mestre Pedro Manuel Baptista por lavrar 12 lajes, ao mestre António Coelho de assoalhar (ibidem, L.º 69, f. 37 v.º) e em 1822 "*por hum Santo Christo para o Altar 2$400*" (idem, f. 40). Ainda a confraria de N.ª S.ª da Graça em 1819 pagou 32$020 a José Joaquim de Freitas, aos trabalhadores 291$450, chaprão 21$000, cal 72$800 (idem, L.º 64, f. 5). Em 1820 pagou 7$000 a António Escórcio por um pau, 13$020 ao mestre António Figueira , 7$800 em cal e 34$600 aos trabalhadores (idem, L.º 64, f. 6).

[9] Idem, L.º 69, f. 14 v.º. A quem fez o risco para a porta de cantaria para a capela pagaram 1$200 (idem, f. 15 - 16: 1794). Já entre 1778 e 1785 tiveram algumas despesas em consertos, tais como a porta e forro da sacristia, estrados da capela, fazer uma pia para a água benta e um crucifixo para o altar, trabalhando alguns mestres e serventes do Porto Santo e alguns mestres da ilha da Madeira: Domingos do Porto da Cruz, Gregório, João, ainda António de Brito e o servente Manuel (idem, f. 6 – 6 v.º, 8 v.º - 9, 11 v.º - 12). Em 1777 / 1778 a confraria do Espírito Santo pagou 5$000 a um pintor para retocar o quadro do Divino Espírito Santo e suas molduras (idem, f. 4 – 4 v.º).

[10] Idem, L.º 69, f. 8 v.º - 9, 12 v.º, 13 - 14 v.º. (1780, 86 - 89, 91, 92).

[11] Idem, f. 14 – 14 v.º. Refira-se que João Fernandes em 1794 / 1795 havia retelhado uma capela no convento de N.ª S.ª da Piedade, em Santa Cruz (idem, *JRPC/CON*, cx. 13, proc. 1060, f. 5 v.º).

[12] Idem, *CMPST*, L.º 69, f. 15 - 16, 17, 17 v.º, 18 v.º, 20.

Igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo

Existia na Ponta do Pargo uma antiga igreja dedicada a São Pedro, edificada aquando da criação da paróquia, em meados do séc. XVI. A actual igreja foi erguida em finais do século XVII e ampliada em finais do século XVIII [1].

A nova igreja possuía um retábulo no altar mor com tribuna e camarim muito velho e incapaz para se colocar o SS. (muito provavelmente vindo da antiga igreja, ou de outra), pelo que o vigário da igreja requereu em 1767 que se fizesse um novo. O mestre das obras reais orçou-o em 1:498$440, tendo-lhe sido novamente ordenado pelo Conselho da Fazenda que fizesse novo orçamento, feito "*à vista do retábulo antigo, e suas medidas* (...) *sem acrescentar mais obra*" [2]. O mestre das obras reais deu o novo orçamento de 630$000 para um novo retábulo, camarim e tribuna, sendo arrematado por 600$000. No entanto, não teve ainda despacho favorável do Conselho da Fazenda, pois foi mandado pôr novamente à arrematação com o intuito de baixar o preço [3].

Não sabemos se foi logo executado, no entanto, o retábulo que existe actualmente é do século XIX, em estilo neoclássico, e pelos livros de contas das confrarias não nos apercebemos de obras realizadas para o retábulo, em finais do século XVIII. Nas despesas das confrarias só existem despesas em obras miúdas, por exemplo a confraria de N.ª S.ª do Rosário em 1780 consertou a armação da capela da Senhora que se abateu (3$500) e mandou rebocar a capela (3$800), pintando o arco e paredes da mesma [4]. A confraria de N.ª S.ª do Socorro em 1780 mandou fazer um frontal (4$000) [5], tendo ainda a confraria das Almas pagado 4$000 a um pintor para pintar o frontal [6]. A confraria de N.ª S.ª do Monte do Carmo em 1792 adquiriu um pendão novo (8$100) e estufou a imagem de N.ª S.ª (4$000), mandou fazer duas coroas e um Menino (2$800) e adquiriu um escapulário para a imagem de N.ª S.ª (1$000) [7], enquanto que a confraria de São Pedro em 1796 adquiriu pano e corda para uma bandeira (4$300) gastando 2$400 na sua pintura [8].

---

[1] L.º 12, f. 129 v.º, cit. **ARM**, *Índex Geral do Registo da Antiga PRFF*, f. 129 v.º A obra da nova igreja teve um mandado do CF de 1690 para ser arrematada, sendo orçada em 2:231$600 com desconto de 60$000: valor da pedra da igreja velha.

[2] IAN/TT, *PJRFF, RG*, L.º 975, f. 177: Lisboa 20 Mai.1766, passado por despacho do CF de 20 Jul. 1767.

[3] Ibidem, f. 211 v.º: 18 Mar. 1768.

[4] Idem, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 140, f. 4 v.º.

[5] Ibidem, proc. 184, f. 2.

[6] Idem, proc. 125, f. 2.

[7] Idem, proc. 137, f. 2 v.º.

[8] Idem, proc. 176, f. 2 v.º.

Quanto à confraria de maior poder económico, a do SS., em finais da década de 70 realizou obras na capela, pois em 1779 o tesoureiro da confraria entregou 46$411 ao vigário Filipe Rodrigues Jardim "*para a continuação da obra da capela*" e em 1780 entregou 45$693 [9]. Posteriormente adquiriu um pavilhão (15$400), fez uma mesa nova em madeira de pinho, casquinha e castanho [10], mandou consertar no Funchal a imagem do Senhor da Cruz e de N.ª S.ª [11] e colaborou com 15$000 na compra de um órgão que o vigário da igreja, Manuel do Nascimento Pereira mandou vir de Lisboa [12]. O mestre Nicolau António Rodrigues fez ainda uma cruz (1$200) para o Senhor que é utilizado na procissão da Semana Santa [13].

[9] Idem, proc. 144, f. 2; idem, proc. 145, f. 2. Ainda em 1780 pagaram 1$800 por um caixão de til comprado a José Dias para colocar o trigo e 7$050 por seis varas prateadas para o pálio e ferro das pontas (idem).

[10] Em 1787 pagaram 15$400 por um pavilhão, 24$000 por 4 dúzias de tabuado de pinho de casquinha para uma mesa nova, 10$575 por nove chaprões de pinho, madeira de castanho para a mesa, e 83$300 pelo trabalho dos mestres carpinteiros na porta e mesa (idem, proc. 151, f. 2 v.º).

[11] Em 1794, pagaram 15$000 pelo conserto da imagem do Senhor da Cruz, $200 a dois homens que foram levar ao calhau o Senhor, $400 ao oficial que fez o caixão para transportar o Senhor, $500 a quem levou o Senhor a consertar na cidade do Funchal e $300 a quem o foi buscar (idem, proc. 155, f. 3). Em 1795 pagaram 6$400 pelo conserto do Santo Cristo e Nossa Senhora e carretos na cidade, e $200 pelo carreto do caixão do Santo Cristo do calhau para a igreja (idem, proc. 156, f. 2 v.º). Em 1795 o padre José Valentim Alvares das Neves pagou 6$000 para encarnar o Senhor da Cruz e Nossa Senhora, no Funchal; o trânsito de sua casa para casa do pintor, e de casa do pintor para a igreja do Carmo para se benzer custou $400 (idem, f. 4). Em 1796 pagaram 18$100 por um vestido para a Senhora do pé da cruz (idem, proc. 157, f. 2).

[12] Idem, proc. 155, f. 5: 23 Fev. 1799.

[13] Idem, proc. 156, f. 8: 1795. Em 1809 deram 10$000 para ajuda da compra dos ornamentos ricos (idem, proc. 162, f. 2). Em 1817 pagaram 38$700 pelo conserto de um Santo Cristo para o descimento e 2$200 pela condução para o Paul do Mar e volta do dito (idem, proc. 169, f. 2).

Anexo 7.12

Igreja de Santa Maria Madalena, no Porto Moniz

Em relação a esta igreja, esteve em obras em finais do séc. XVIII [1], continuando as mesmas nas primeiras décadas do séc. XIX, nomeadamente a construção da torre, a partir de 1804, trabalhando para a edificação desta obra pedreiros vindos de fora da localidade, porque os mestres da zona eram "*incapázes*" para realizarem uma obra desta envergadura [2]. A igreja foi retelhada em 1810 [3], realizando-se ainda obras na casa dos romeiros [4], fez-se a sacristia [5] e a porta principal [6]. Fizeram algumas aquisições de ornamentos em Lisboa (100$000) e uma dúzia de castiçais dourados (80$000) [7], continuando as despesas com carpinteiros, pedreiros, cal e madeira, pelo menos até 1818 [8], sendo todas estas despesas pagas pela confraria de Santa Maria Madalena. Para estas obras utilizou-se tabuado, travetas e chaprões de til, pinho e castanho, algum adquirido no Sul da Madeira e outro no Funchal, em São Vicente e no Porto Moniz [9].

---

[1] Em 1780 pagaram 22$600 a Manuel de Ponte da Câmara nas obras da igreja e o tesoureiro da confraria de Santa Maria Madalena deu 20$000 ao vigário Manuel de Castro e Vasconcelos para as mesmas obras. (**ARM**., *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 751, f. 2). Em 1789 e 1790 observamos algumas despesas em mestres pedreiros, cal, ferro: 234$550 (ibidem, proc. 752, f. 2, 2 v.º).

[2] Pagaram 133$900 aos alveneiros a quebrar e brocar pedra com pólvora, 240$000 aos pedreiros na sua edificação, 151$250 aos serventes a seco; 101$600 em chaprões, tabuado de til e de pinho e a oficiais de carpinteiro. (idem, proc. 754, f. 5, 5 v.º: 1804).

[3] Pagaram 49$300 em mudar as sineiras, cantarias e retelhar a torre, gastando-se com pedreiros e carpinteiros 114$400 na igreja e nas casas (idem, proc. 755, f. 7: 1813). Estando o sino quebrado venderam-no em Lisboa e compraram nesta cidade 2 sinos novos, um de 10 arrobas e 18 libras (108$320) e outro de 4 arrobas e 10 libras (41$400) (idem, proc. 754, f. 6 v.º, 8 v.º: 1807).

[4] Gastou-se dinheiro em cal (4$500), um milheiro de telha, tabuado de til e de pinho, serradores, areia, carreto de madeira, pedreiros (idem, proc. 754, f. 2, 2 v.º: 1802). Em serventes (37$700), alveneiros (35$700), pedreiros (78$400), cal, cantaria, pólvora na pedreira, travetas, chaprões. A casa foi travejada com madeiras de til (idem, f. 7 - 7 v.º, 10: 1806 / 1808).

[5] Gastou-se em madeira (20$400), num milheiro de telha (28$000), e cal, entregando em 1802 o tesoureiro da confraria ao vigário da igreja 125$000 (idem, proc. 753, f. 5, 5 v.º: 1807).

[6] Na porta gastou-se 7 chaprões (10$400) e 21 tábuas de pinho (22$000). (idem, proc. 754, f. 6, 8 v.º: 1805 / 1807).

[7] Idem, proc. 755, f. 4, 8: 1810.

[8] Idem, f. 8 v.º - 11 v.º.

[9] Tabuado de til e de pinho para a casa dos romeiros e obra da torre (idem, proc. 754, f. 2 – 2 v.º, 5 – 5 v.º: 1802 / 1804). Madeiras de til para armar, forrar e travejar a casa dos romeiros (72$200), tabuado de pinho (51$000), madeira de til (8$100), alguma madeira comprada no Porto Moniz e outra vinha do Funchal e de São Vicente. (idem, proc. 754, f. 10: 1808). Madeira de castanho (30$750) e madeira comprada no sul (79$000) (idem, proc. 755, f. 8: 1810). Duas tábuas (1$800) compradas a João Rodrigues Coelho e tabuado comprado a António Rodrigues de S.ª (28$750) e madeira comprada a Tomás Alz.' dos Santos (9$200). (idem, proc. 755, f. 5, 8: 1811 e 1814).

Anexo 7.13

Igreja de N.ª S.ª da Luz, em Gaula

Existia em Gaula uma primitiva matriz que perdurou até 1714, no entanto, foi edificada uma segunda matriz entre 1714 e 1748, resultante da reconstrução da anterior. Estando edificada, o grande obreiro da igreja, o vigário responsável pela paróquia de 1743 a 1777, em 1748 afirmava que na igreja havia a necessidade de se reformar o retábulo da capela mor, fazer um camarim dourado e um quadro para o mesmo altar [1]. O terramoto de 1748 danificou a igreja recém construída, tornando-se inevitável realizar obras de reparo, que foram avante a partir de 1754. Estas obras foram orçadas em 3:430$355 e arrematadas pelo pedreiro Manuel Rodrigues por 3:400$000, sendo considerado pelo Conselho da Fazenda um valor elevado, pelo que foi mandado pôr novamente a lanços cujo desfecho se conhece [2]. A obra realizada posteriormente perdurou até 1964, altura em que foi devorada por um incêndio.

Na década de 60 do séc. XVIII a confraria do SS. pagou ainda o forro do frontispício, onde trabalharam vários mestres durante onze dias (13$200), e para o trabalho do camarim e frontispício vieram duas dúzias de tabuado de pinho que foi serrado por dois serradores (12 dias a $350: 8$400). Nas ilhargas do camarim gastaram uma dúzia e meia de tabuado de pinho (15$000) trabalhando dois oficiais a $450 e dois discípulos a $250, o que tudo soma 10$800 [3]. Estando realizadas as obras da capela mor a confraria do SS. adquiriu vários objectos de prata, ceroferários, cachimbos, pálio, túmulos, entre outros objectos de culto para o uso da igreja e da confraria [4].

Ainda relativamente ao período de finais do séc. XVIII e inícios de XIX, sobre a confraria de N.ª S.ª da Luz, só chegaram aos nossos dias registos de receita e despesa entre 1790 e 1816, o que não nos permite observar o seu contributo monetário e outros dados relativos às obras. Refira-se que em 1791 a confraria de N.ª S.ª da Luz para ajuda do pagamento dos castiçais que vieram de Lisboa deu à Fábrica da igreja 6$440 [5].

---

[1] **IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 972, f. 239: 13 Out. 1747. Vide: J. Lourenço de G. e Freitas, "A antiga igreja matriz de Gaula", rev. *Islenha*, n.º 22, Funchal, Jan. - Jun. 1998, p. 14 - 26.

[2] Ibidem, L.º 973, f. 199: 11 Out. 1753.

[3] **ARM**, *CON*, L.º 20, f. 12 - 12 v.º.

[4] Em 1764 para a confraria do SS., António Gonçalves fez 45 cachimbos (2$250) que depois foram prateados. Foram feitos e dourados 2 túmulos, um grande e um pequeno e dourou-se 6 varas para o pálio (**ARM**, *CON*, L.º 20, f. 10). Em 1765 veio de Lisboa uma cruz de prata, que custou 160$955 (ibidem, f. 15) e fizeram-se banquetas para a capela mor e um torneiro fez 2 dúzias de castiçais ($200 cada), pondo ele a madeira; gastaram 3$500 em 10 livros de prata para prateá-los e pagaram 4$800 a quem os prateou. (idem, f. 16 v.º e 17). Posteriormente, o tesoureiro da confraria do SS. desta igreja entregou a José Joaquim de Carvalho e Silva, vigário da igreja, várias somas monetárias para ajuda da compra de vários objectos: em 1782 e em 1784 deu 5$000 e 10$250 respectivamente, para ajuda da compra de uma âmbula; em 1785 e 1787 deu respectivamente 21$400 e 3$300 para se mandar buscar a Lisboa uma imagem do Senhor Morto; em 1786 deu 13$894 para a ajuda da compra de um tapete, e para o mesmo fim em 1788 deu 5$650; o balance de 5$094 referente ao ano de 1787 "*com mais alguma couza que o povo deo no Verão*", foi para ajudar a pagar um pavilhão que custou 28$000; em 1798 deu 10$500 para pratear as varas do pálio (idem, f. 32 v.º, 34 v.º; idem, f. 34 v.º, 35 v.º; idem, f. 35; idem, f. 36; idem, f. 36; idem, f. 41).

[5] Idem, f. 3.

Anexo 7.14

Igreja matriz de Santa Maria Maior, no Funchal

Esta igreja era da protecção do Senado da Câmara Municipal do Funchal, que votaram São Sebastião como protector da cidade contra as epidemias de peste, que por diversas vezes ameaçaram a ilha da Madeira e tal como anteriormente a solução foi fechar os portos e rezar, e em momentos especialmente difíceis expunha-se a imagem do padroeiro da cidade, Santiago Menor.

Muito afectada pelo sismo de 1748, a igreja foi remodelada pela Câmara em meados do século XVIII, sob a orientação do então mestre das obras reais, o engenheiro Domingos Rodrigues Martins, transformando a igreja na única existente na Madeira com a traça exterior puramente barroca. A Fazenda Real contribuiu com 10 mil cruzados para a sua reedificação, provenientes "*da cobrança da contribuiçam dos 4,5 % do ano de 1749, e do presente, e do que a mesma cidade e freguesias dela devem até o ano de 1738 entregandose ele em tres pagamentos iguais., o 1.º em fiança para o início da obra, o 2.º com o exame dessa Provedoria de ter gasto justamente a quaantia recebida, e do mesmo modo o terceiro*" [1].

Em 1766 iniciaram-se contactos entre a Câmara e o Cabido para a transferência da imagem do Santo Padroeiro [São Tiago Menor] da Sé para a igreja. No entanto a inauguração e trasladação do santo para a nova igreja só se efectuou a 30 de Abril de 1768, com procissão solene e com a participação das principais entidades da Ilha nomeadamente o governador, bispo e companhias de ordenanças que guarneceram as ruas com fileiras por onde passou a procissão e iluminaram e dispararam as fortalezas dos subúrbios do Funchal nas noites de 28, 29 e 30 de Abril [2].

O aluvião de 1803 arruinou a igreja de N.ª S.ª do Calhau [3] que era a igreja paroquial, pelo que a nova igreja de Santiago, também denominada do Socorro, passou a ser a igreja paroquial como se lê na fachada "*Hic lapis indicat liberalitatem senatus et populi hance cclesiam Fidelissimo Principi Regenti offerentium in locum parochiae per inundationem aquarum destructae. Anno Domini MDCCCIII*". A capela quinhentista de São Sebastião, padroeiro secundário da cidade do Funchal, propriedade da Câmara Municipal foi demolida pela mesma em Janeiro de 1803, com a desculpa que era necessário aquele espaço "*por ficar no centro da cidade e ter uma área bastante ampla*" para abrir um mercado público, tendo as imagens, paramentos e mais trem da igreja sido transferidas para a igreja de São Tiago / Socorro, também propriedade camarária [4].

---

[1] **IAN/TT**, *PJRFF*, *GC*, L.º 973, f. 121 – 121 v.º: Lisboa, 20 Out. 1750, Funchal 22 Mai. 1751. Em 10 de Junho de 1765 a igreja teve um mandado do CF para se entregarem ao vigário sobre fiança 399$700 para ornamentos: L.º 22 da PJRFF, f. 103 v.º. Cit **ARM**, *Índex Geral do Reg. da Antiga PRFF.*

[2] **ARM**, *GC*, L.º 526, f. 15 - 16: 15 e 18 Abr. 1768. Vide também Rui Carita, *História da Madeira*, vol. IV, p. 254 - 256.

[3] Para a capela de N.ª S.ª do Calhau, em 1764 / 1765 desembolsaram 12$400 para pagamento da feitura e pintura de doze anjos (idem, *CON*, L.º 49, f. 58 e 98 v.º.) e dinheiro para a pintura das tarjas do pendão (idem, f. 98).

[4] Idem, *GC*, L.º 800, f. 14: Jan. 1803.

Anexo 7.15

Igreja de São Sebastião, em Câmara de Lobos

O camarim e trono da capela mor desta igreja foi forrado com 18 tábuas de castanho, trabalhando o mestre José Barreto durante 15 dias, ganhando 5$750 na dita obra do camarim e na banqueta do altar. Foram feitos os nichos do altar mor por um entalhador, no Funchal (14$000), para a feitura destes compraram-se 4 chaprões de vinhático (2$250) a Inácio Nunes, do Covão em Câmara de Lobos. Um destes nichos era dedicado a Santa Quitéria, feito por 14$450, que não foi pago pela confraria de São Sebastião, o que nos leva a deduzir que os dois nichos referidos anteriormente pela quantia 14$000, era só referente ao nicho de São Sebastião [1].

Estas obras envolveram a Fazenda Real, como se pode ver na despesa de 1773: "*por dinheiro de todo o importe do [?] senhor como se ve do orsamento que fes o cappitam Inginheiro cuja sua certidam se acha em arca, para que em todo o tempo conte a verdade orsada pelo risco 210$000*" [2]. Obras de menor porte continuaram a ser realizadas, muitas das quais pagas pelas confrarias da igreja [3], por exemplo, em 1792 a igreja comprou uma bandeira com a imagem de N.ª S.ª do Rosário para os dias de festa, que custou 17$600, pagando a confraria das Almas 6$000 e o restante foi pago com esmolas.

---

[1] **ARM**, *CON.*, L.º 3, f. 94 e 96. Estando a obra de talha e pintura realizada, mandaram vir de Lisboa em 1781 um par de cortinas com sanefas de veludo carmesim para o altar do Santo (90$000) (idem, f. 109). Em 1789 pagaram 32$700 por castiçais que se mandaram fazer, e 33$600 em ouro e a quem os dourou (idem, f. 121). Em 1790 pelo feitio de uma cruz, com um Santo Cristo para o altar mor onde está colocada a imagem do dito Santo [Sebastião ?], ao entalhador pelo feitio da talha da mesma cruz, madeira e ouro 14$100. (idem, f. 123 v.º). Para um tapete para a capela mor (21$550) (idem, f. 123 v.º) e um tapete para os degraus do altar do Santo (34$300): despesa de 1804.

[2] Ibidem, L.º 20, f. 27.

[3] A confraria de Santo António pagou 25$000 ao carpinteiro José Nunes por estradar a capela (idem, *JRPC/CON*, cx. 3, proc. 223, f. 2 v.º: 1805). A confraria do SS. fez vários consertos em casas que possuía, por exemplo em 1788 e 1789 mandou o pedreiro António Sousa, consertar as casas em que residia D.' António Manuel Moniz Herédia, a casa do reverendo Manuel Gouveia Freitas (idem, proc. 207, f. 9 v.º, proc. 208, f. 16 v.º) trabalhando António Sousa e António Gomes a $400, Manuel de Jesus a *pontar* a pedra a $550 (idem, proc. 207, f. 7 v.º). Em 1805 mandou consertar a casa onde morava o mestre Mateus Rodrigues e outra casa da parte do Norte da mesma casa, trabalhando nestas obras os mestres pedreiros: João dos Santos, Luís de Araújo, Manuel de Abreu, Lucas, João Pinto, José Gonçalves, Manuel Pinto, João Teixeira, Manuel Figueira, José de Sousa, José Gonçalves, Luís Araújo, o f.º de João Gomes, o mestre Bernardo e seu f.º, Manuel António, António Nunes, Francisco e seu discípulo Manuel, o alveneiro Lucas Gomes; os carpinteiros: José Nunes, João, José, António Figueira; os serventes: o f.º de Domingos Ferreira, Manuel João, Manuel Figueira, Manuel de Abreu. Compraram madeiras em casa de Phelps, a Joaquim dos Santos e aos capitães Francisco Figueira Henriques e João Joaquim Figueira Henriques (idem, proc. 213, f. 11 v.º - 15 v.º). Em 1814 / 1815 retelharam a casa da confraria trabalhando o mestre Bernardino Gomes e Manuel Ferreira que ajudou a retelhar. O mestre Bernardino Gomes fez ainda um forno na casa da confraria onde morava José António (18$000) (idem, proc. 221, f. 6). Em 1789 Manuel José Nunes fez um frontal por 10$000 (idem, proc. 207, f. 10), um Santo Cristo e uma cruz para o sacrário por 14$000. Em 1789 Sebastião Figueira e António Aguiar retelharam a casa da confraria (idem, proc. 207, f. 10). Na década de 90 mandam vir de Lisboa sobre letra os cortinados de damasco liso para os arcos e uma manga da cruz (idem, proc. 207, f. 13 v.º, em 1790: 215$670. Idem, proc. 208, f. 35 v.º, em 1795: 244$000). Em 1790 o mestre Manuel João Gomes fez uma cruz para a confraria (3$700) (idem, proc. 208, f. 9). Em 1798 / 1799 fizeram-se várias despesas na casa da *Mesa* e sacristia (cal, areia, caiar, madeira), cantaria para a soleira da janela lavrada pelo mestre Bernardo, trabalhando ainda o mestre pedreiro António Correia, Sebastião da Silva, Manuel de Barros a amassar cal e o carpinteiro Vitorino Teixeira que entre outros serviços fez as molduras para os vidros da janela (idem, proc. 211, f. 7 v.º - 10). O carpinteiro Jorge da Silva e Vitorino Teixeira fizeram vários consertos na capela (idem, proc. 212, f. 8 v.º). Em 1806, a confraria deu 20$000 ao padre *Sr. PantaLião* para se renovar e retocar a N.ª S.ª (idem, proc. 215, f. 5).

Capela de N.ª S.ª da Graça, no Porto Santo

Em inícios do século XVIII as inundações contribuíram para a degradação desta capela e seus alicerces, até que em 1738 chegou a temer-se a degradação total. A capela foi reconstruída de novo entre 1740 e 1741, tendo-se posteriormente realizado pequenas obras de reparo para manter a boa apresentação da capela [1].

Entre 1775 e 1797, então pagas pela confraria de N.ª S.ª da Graça, tendo neste último ano o comandante da ilha do Porto Santo, Manuel da Câmara Betencourt Noronha Perestrelo, como tesoureiro e administrador da confraria, juntamente com as esmolas do povo, "*consertou, reparou, e aseou a mesma capella, e a pôz com toda a decencia devida*" [2], tendo-se anteriormente consertado o alpendre, muros da portada (1775 / 1776), feito a grade para a porta, um banco, uma estante grande, uma arca (1776 / 1777) e a casa dos romeiros (1792) [3]. Entre alguns mestres do Porto Santo [4], trabalharam outros vindos da ilha da Madeira, tais como o servente António José ($350) e o pedreiro João Fernandes, de Santa Cruz ($500) [5].

---

[1] Padre Eduardo C. N. Pereira, "Lenda, Tradição e História", rev. *DAHM*, n.º 19 e 20, Funchal, 1955, p. 27 - 28.

[2] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 824, f. 34.

[3] Ibidem, f. 4 v.º, 7 v.º, 12 - 13.

[4] Joaquim António Barreto, Domingos Melim (ganhava por dia $250), António Fernandes, o alveneiro António de Freitas ($700), o mestre Manuel Pereira, Pedro Alves, António Alves, os carpinteiros Domingos Vieira e Gregório (ambos a $500); os serventes: José Perestrelo ($200 e $175), Luís Pestana "*no barro*" $100; Manuel de Brito, José Calaça Doromundo ($150), Inácio Perestrelo ($150 e $200), António Teixeira de Melim ($150), João Escórcio de Brito ($200), João Mendonça Henriques ($150 e $200), José Coelho de Menezes ($200), Miguel Perestrelo ($200) e António de Brito ($200) (idem, f. 4 - 4 v.º, 7 v.º - 8, 12 - 13, 20 - 20 v.º, 30 v.º)

[5] Idem, f. 4 v.º, 7 v.º - 8, 12 - 13, 20 – 20 v.º. Utilizaram-se diversos materiais: 4 travetas de til (1$600), 4 dúzias de tabuado de pinho (17$200) que veio do Funchal para Santa Cruz e daí para o Porto Santo, 82 varas de castanho, 12 tábuas de pinho compradas a Manuel Fernandes, 3 tábuas de vinhático, 17 palmos de madeira de castanho para a cruz do adro, alguns chaprões, 1500 telhas, tudo da ilha da Madeira; cal, pregos de cabeça de pipa, de 1 e de 1,5 reais, de 1 e de ½ telhado, ferragem para 2 janelas, 4 ferros pedreiros, fechadura e ferragem para 2 armários na sacristia. (idem, f. 8 v.º, 18 - 20).

Outras igrejas e capelas:

Igrejas situadas no Porto Moniz:

Na Ribeira da Janela, no Porto Moniz, foi criada a paróquia de **N.ª S.ª da Encarnação,** em 1733. Em 1776 reconstruiu-se a igreja desta invocação situada nesta localidade, segundo projecto do mestre das obras reais Domingos Rodrigues Martins [1]. Em oposição a algumas das ricas fábricas paroquiais e confrarias que existiam no Funchal, as das zonas rurais sentiam maiores dificuldades financeiras aquando da realização de obras, pois a maioria da população era pobre, vivendo maioritariamente da agricultura que rendia uma miséria, mas para manter a decência do culto divino a população era capaz de exercer alguns sacrifícios financeiros, porque o mais importante era a salvação da alma, por isso tentavam edificar e manter o melhor que podiam as igrejas e capelas com a ajuda da Fazenda Real.

À igreja de N.ª S.ª da Encarnação foi feita uma Visitação em 28 de Julho de 1791, sendo ordenado ao pároco da igreja, António Fernandes, que a estradasse, consertasse os altares, fizesse um quadro de Nossa Senhora, refizesse umas cadeiras presbíteras, uma porção de muros, comprasse tapetes, panos verdes para cobrir os altares, um pavilhão para o sacrário, renovasse as roupas da sacristia e os cálices e adquirisse vários objectos de prata: um purificador, um jarro para dar água na comunhão, uma âmbula porque a existente era muito pequena. Até 1794 gastaram 481$233 nestas despesas, aplicando nelas o dinheiro da arca da igreja e das sobras das contas das confrarias [2].

A **igreja matriz de N.ª S.ª da Conceição**, edificada entre 1660 e 1668, foi arruinada pelo terramoto de 1748. Após suplica do vigário e fregueses da paróquia, foi mandada reedificar depois de 1755 [3]. Não se conhecendo a data precisa da sua edificação e dos altares, sabemos que entre 1792 e 1798 as diversas confrarias da igreja, tiveram algumas despesas no altar (altar mor ou das capelas ?) [4].

---

[1] Ob. cit., Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 433.

[2] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 775, f. 3: 14 Ag. 1794. A confraria do SS. em 1792 para estas despesas deu 43$200 (idem, proc. 791, f. 3 v.°) e em 1811 adquiriu alfaias no valor de 340$350 (idem, proc. 808, f. 3).

[3] Mandado do CF para pôr-se a lanços a obra da igreja (**IAN/TT**, *PJRFF, RG*, L.° 973, f. 253: 10 e 29 Jan. 1755, 8 Mar. 1755). Mandado para pôr novamente a lanços, sendo o único lanço existente, o do pedreiro Pedro Fernandes no valor de 7:550$000 (idem, f. 268, 281 v.°: 7 e 12 Jul. 1755, 1 Ag. 1755, 17 e 31 Jan. 1756)

[4] A confraria das Almas em 1792 gastou 7$900 em madeira para o altar, em 1798 gastou 15$000 no douramento e pintura de um frontal e camarim do mesmo altar e 2$300 com os oficiais que fizeram o estrado do altar e grade (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 10, proc. 720, f. 2; ibidem, proc. 721, f. 2). A confraria de N.ª S.ª da Conceição em 1798 gastou 61$400 na compra de uma dúzia de castiçais e 3$400 pagos ao pintor de pintar a banqueta do altar. (idem, proc. 725, f. 3 v.°, 4 v.°). A confraria do SS. em 1798 gastou 27$800 na compra de cortinas de cetim branco com galão de ouro bordadas de "*lantejollas*" para a porta do sacrário (idem, proc. 736, f. 3 v.°). Ainda em 1799 a confraria das Almas consertou a tumba: 2$600 e em 1804 gastou 24$900 por uns ceroferários e uma bandeira (idem, proc. 721, f. 2 v.°; idem, proc. 722, f. 2) e a confraria do SS. em 1805 teve um primeiro custo no valor de 145$120 para a compra de um Santo Cristo para o descimento, 178$310 por um pálio e uma manga da cruz e 2$600 por uma coroa de espinhos e um parafuso (idem, proc. 742, f. 2 v.° - 3).

Igrejas situadas em Machico:

A **igreja de N.ª S.ª da Conceição**, teve início a sua construção nos últimos anos do século XV prolongando-se até 1630. Esteve com obras na capela mor em finais da década de 90 do século XVIII, pelo que a confraria de N.ª S.ª da Conceição deu ao reverendo vigário António Francisco Spínola 10$000 para as obras das paredes da capela mor. Gastou ainda 25$900 pelo serviço de vários mestres durante sete dias, nomeadamente o carpinteiro José do Egipto e os mestres Roberto, António e José de Freitas, ganhando cada um por dia respectivamente: 1$000, $900, $800 e 1$000 [5].

Para além de uma série de pequenas obras pagas pelas diversas confrarias erectas na igreja [6], a confraria do Senhor Jesus, em 1794, pagou 1$600 ao capitão José Cristóvão por "*fazer uma imagem para a esmolla*", pagou $200 a quem fez o nicho para a dita imagem e $150 a um carpinteiro que encaixou a cruz com a imagem grande no altar das Almas [7].

Existia em Machico uma primitiva **capela de São Roque**, do século XV, de que já nada resta. A que existe actualmente foi reconstruída no século XVIII, possui um altar datado de 1751, em talha barroca dourada e pintada, e no tecto está pintado um brasão de heráldica de fé [8]. A confraria de São Roque, erecta nesta capela, vivia financeiramente das receitas de esmolas de barcos de pesca e de arrais, esmolas anuais, esmolas do vinho tirada pelos lagares, esmolas de trigo e centeio tiradas no Porto Santo e das esmolas da cruz e do pendão nos enterros, contribuiu em muito para os consertos na capela, tendo na década de 90 do século XVIII, entre outros consertos [9], adquirido diversos objectos em prata e realizado algumas obras de pintura [10].

---

[5] Idem, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 598, f. 2; idem proc. 600, f. 4.

[6] A confraria de N.ª S.ª da Graça entre 1796 e 98 contribuiu nos pequenos consertos, nomeadamente no retelhamento da igreja, sacristia, alpendre e soalho da sacristia e em 1808 gastou 26$800 no muro novo e conserto de outro, em retelhar e no conserto dos canos (idem, proc. 604 e 605, idem, proc. 606, f. 2). A confraria de Santo António, de fracos recursos económicos, pois até para a festividade do Santo ia a Santo António da Serra buscar as capas, em 1801 / 1802 pagou $400 ao pedreiro António de Sousa e seu servente João de Faria por consertar a porta da sacristia; o mesmo pedreiro juntamente com o servente Manuel de Freitas retelharam o alpendre e fizeram alguns reparos na igreja; Joaquim da Costa retelhou a igreja com telhas compradas a Nicolau José de Freitas e o mestre João Alves consertou o soalho da sacristia por $200 (idem, proc. 622, f. 3 – 3 v.º). A confraria do SS. retelhou várias vezes a capela entre 1788 e 1803 (idem, proc. 612 - 620); em 1793 comprou tabuado para consertar o Altar da Ceia (5$800) e pagou ao oficial pelo trabalho de 6 dias a $500 por dia, em 1794 comprou madeira "*para se fazer um falso pelo telhado da capela*"; em 1798 gastou 1$800 no conserto da porta da mesa do Senhor (idem, proc. 615, f. 3; idem, proc. 618, f. 2). A confraria de N.ª S.ª do Rosário entre 1796 e 1801 pagou $600 ao armador Manuel Francisco da Silva por armar o altar na festa do Natal (idem, proc. 607).

[7] Idem, proc. 625, f. 3.

[8] José de Sainz-Trueva, "Tectos madeirenses armoriados continuando um inventário", rev. *Islenha*, n.º 6, Jan. - Jun. 1990, p. 77.

[9] Fizeram-se alguns pequenos consertos em armários, fechaduras e tecidos. Em 1790 pagaram 15$000 por 10 dias de trabalho a 6 homens ($250 por dia), que fizeram de novo uma parede por onde corre o lanço de desaguar as águas da capela e a casa dos romeiros 15$000 (idem, proc. 626, f. 2 v.º). Em 1793 fizeram-se alguns consertos em telhas, no lanço da capela, compraram um tapete verde para o pé do degrau do altar e capela (29$000) e a "*António Joaquim de S.' como consta do seu escrito 13$350*". (idem, f. 5). Em 1795 pagaram 2$250 ao mestre Miguel, do Porto da Cruz e outro, que retelharam a capela e casa dos romeiros e ao carpinteiro António Francisco que fez portas novas e ainda uma vidraça (idem, f. 6 v.º, 7). Em 1798 / 1799 compraram travetas a Julião para o aro da porta do púlpito; pagaram 4 dias ($650 cada) ao carpinteiro Manuel Agostinho por fazer a porta do púlpito, trabalhando ainda o pedreiro Gregório no seu conserto, para esta obra vieram 2 chaprões comprados ao capitão Cristóvão Esmeraldo; o ferreiro Manuel de Jesus consertou uma fechadura (idem, proc. 628, f. 2, 2 v.º). Em 1801 pagaram 8$700 ao mestre António Pais e seu discípulo e mais despesas com mestres, areia, cal; $600 ao mestre António por fazer uma chave e consertar a fechadura da casa dos romeiros. A confraria deu 93$700 à capela por ordem do Bispo do Funchal. (idem, proc. 630, f. 3). Em 1801 / 1802 pagou 4$600, referentes a 6 dias que o pedreiro António

Igrejas situadas em São Vicente:

Para a **igreja matriz de São Vicente,** entre outras despesas de consertos e pequenas aquisições realizadas em finais do século XVIII e inícios de XIX [11], algumas confrarias da igreja, em 1797 adquiriram ceroferários e uma cruz em pau dourado "*com sua manga de cetim verde e guarnição de espiguilha de ouro e suas mangas de saeta*", para utilizar nas procissões, porque as antigas estavam incapazes [12].

A **igreja do Senhor Bom Jesus, na Ponta Delgada**, foi construída a partir de uma capela desta invocação em finais do século XVI e remodelada em 1636. Em 1700 realizaram-se obras de ampliação, sendo novamente reparada em inícios do século XIX, aquando da realização de obras na capela mor, capela do SS. e na sacristia. Em finais do século XVIII a confraria do SS. reedificou a sua capela, entregando para este fim, ao vigário da igreja, Joaquim José de Faria 63$275 em 1798 e 12$000 no ano seguinte [13]. A confraria de Santo António adquiriu seis castiçais de madeira (15$600), gastando 7$200 em ouro e 14$000 para dourá-los [14]. No entanto, todo este espólio foi devorado num incêndio que deflagrou a 12 de Julho de 1908 e que reduziu esta igreja a escombros, salvando-se somente a sacristia. Em 1910 deu-se início à reconstrução das paredes da igreja e em 1915 colocou-se no interior um retábulo neorococó, feito pelo escultor Manuel Bernardes [15].

---

de Freitas andou a picar a parede da capela. O boieiro José da Silva conduziu areia para São Roque a $400 ao moio e Manuel de Farinha andou a tirar areia, adquiriu-se 150 telhas para a capela compradas a Francisco Xavier de Souza, pagou-se "*a hum homem de lançar areia no adro*", 40 moios de areia comprados a António de Freitas (idem, proc. 631, f. 3 v.° e 4).

[10] Em 1795 aquando de vários consertos na prata, realizados pelo prateiro João Jacinto Teixeira, a confraria também mandou vir de Lisboa: castiçais, um Santo Cristo, constantes na conta de Inácio da Silva Carvalho soma 86$718 e mais prémio de letra 21$729 (foram para Alfândega e daí para Machico) (idem, proc. 626, f. 5, 7). Em relação às obras de pintura vide capítulo referente ao pintor Nicolau Ferreira Duarte.

[11] A confraria das Almas adquiriu um pendão (20$875) pintado, e o carpinteiro António José da Costa Magno concertou a madeira da urna (idem, proc. 1109, f. 4, 5 v.°: 1793 / 1794; idem, proc. 1110, f. 2: 1797). A confraria de São Vicente recebeu do vigário João Manuel de Couto 40$000 do empréstimo que tinha feito para "*a obra da Senhora do Rosário*" e entregou ao vigário Joaquim José de Faria 30$000 para os ornamentos da igreja (idem, proc. 1160, f. 2 v.°: 1792), adquiriu jarrinhas douradas para o altar (6$100), um tapete para o altar mor (25$000) (idem, proc. 1165, f. 2 v.°: 1797) e 2 cachimbos dourados para o altar mor (6$000) (idem, proc. 1169, f. 2: 1808). A confraria do SS. pagou $200 ao carpinteiro João (idem, proc. 1136, f. 2: 1794) e 3$000 aos carpinteiros que consertaram a capela do Carmo para nela se colocar o sacrário (idem, proc. 1144, f. 3) e em 1814 pagou 2$500 aos carpinteiros António Rodrigues e Simão António de Freitas e um servente (idem, proc. 1152, f. 2).

[12] A confraria do Senhor Jesus entregou para estas aquisições 6$800 em 1797, e 26$200 em 1798 (idem, proc. 1185, f. 2 v.°). A confraria de São Vicente entregou 50$000 (idem, proc. 1164, f. 2 v.°: 1797). A confraria das Almas gastou 43$450 (idem, proc. 1109, f. 2).

[13] Idem, proc. 1085, f. 2 v.°; idem, proc. 1086, f.2. Adquiriram um novo jarro do lavatório em prata (idem, f. 2: 1798).

[14] Idem, proc. 1104, f. 2.

[15] "Trabalhos de esculptura – Inauguração em vulto do Coração de Maria", *Diário da Madeira*, Ano IV, n.° 1199, 07 – 05 – 1915, p. 1.

Igrejas situadas no Funchal:

A **igreja de Santa Luzia**, construída entre 1719 e o segundo quartel do século XVIII [16], na década de 30 as confrarias colaboraram com o seu dinheiro, nomeadamente a de Santa Luzia (206$375), São Pedro (6$930), Jesus (25$000), SS. (27$280) e a Fábrica Pequena da igreja (106$950), para edificar o novo altar em estilo barroco [17]. Em finais do século XVIII, mais precisamente em 1790, o quadro da Santa foi [re ?]pintado (2$000) tendo-se comprado 4 "*escapullas para o dito*" ($300) [18], despesas estas então pagas pela confraria de Santa Luzia.

Na **Capela de São Paulo**, situada junto às portas da muralha da cidade do Funchal, na freguesia de São Pedro, em 1790 realizaram-se obras de construção de um camarim no altar mor, várias pinturas e o levantamento de dois altares colaterais, possuindo hoje uma amalgama de vários estilos procedentes das várias intervenções realizadas desde o século XV ao século XX, desde uma maneirista, uma protobarroca, uma rococó e uma neoclássica tardia [19]. Em 1816 o vigário geral do bispado do Funchal, o doutor Lúcio António Lopes Rocha, administrador da capela de São Paulo, vendeu por 100$000 a António Francisco da Silva, vigário da igreja de São Roque, um pedaço de terra situada no Galeão, freguesia de São Roque, no Funchal para "*obras de necessidade de que carece a dita capela, especialmente do estradamento*" [20].

Roque José de Araújo Viana edificou às suas custas uma **capela** de invocação às **Almas**, no beco de N.ª S.ª das Mercês, em terra foreira do capitão cabo Nuno de Freitas da Silva e sua esposa, D.ª Ana Guiomar de Moura Lomelino Accioly. Para esta capela estar sempre decente para celebrar os ofícios divinos, Roque Viana fez-lhe um dote de 100$000 emprestados a 5%, que rendiam anualmente 5$000 para serem aplicados no reparo da capela e compra de seus ornamentos quando faltassem [21].

Para a **capela do Corpo Santo,** situada em Santa Maria Maior, edificada no século XVI com arquitectura gótica e maneirista, em 1810 o tesoureiro da confraria do Corpo Santo / São Frei Pedro Gonçalves Telmo, mandou consertar a porta principal e realizar outras obras na sacristia, fazer um caixão para a cera e um banco. A confraria queria ainda acabar a mesa, pintar o tecto da capela, olear as portas

---

[16] Mandado do CF de 9 Set. 1719 para a construção da nova igreja, visto que a velha se achava velha e arruinada (L.º 15, f. 33 v.º) Mandado de 13 Fev. 1740 para se dourar o altar mor da dita igreja não passando porém a despesa de 200$000 (L.º 18, f. 40 v.º e 98). Mandado de 3 Dez. 1740 para remessa de 144$000 para pagamento das imagens de N.ª S.ª da Conceição, S. Pedro e Santa Luzia (L.º 18, f. 12 v.º) cit. **ARM**, *Índex Geral do Reg. da Antiga PRFF.*

[17] A confraria de Santa Luzia, em 1732 pagou $200 a quem desmanchou o altar. (**ARM**, *CON*, L.º 41, f. 6), 4$000 com gastos no orçamento do altar ao procurador, 4$000 ao escrivão, 4$000 ao mestre da obra e 1$000 ao escultor; 22$000 em dinheiro para Lisboa para expedição do dito altar por ordem de *S. Illm.ª*, dinheiro ao pintor de suas mãos, feitura de banquetas (idem). Despesas com o camarim, altar (idem, f. 7); dinheiro remetido para Lisboa para os papéis do altar 8$000; dinheiro que se havia tirado para a obra do *semelhao* do arco do camarim, e porta da cerca, deu 53$140. Em 1731 teve alguns gastos na igreja nova: pagou $200 a quem desmanchou o altar na igreja velha, $400 a um pedreiro que abriu os buracos que se firmam o altar e $380 a quem armou o trono na igreja nova. (idem, f. 12 v.º).

[18] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 326, f. 2 vº. O tesoureiro da confraria para consertar o armário da Santa, tintas e dinheiro que deu ao pintor (3$350) e para madeira para os ceroferários, cruz, tintas, prata para feitio dos ditos e a quem prateou e pintou os ditos (11$150) (idem, proc. 327, f. 2 v.º: 1791). Ainda a confraria do SS. deu 2$000 a Manuel Rodrigues pelo conserto de um ceroferário, 7$000 a Manuel Teixeira por um mastro e pintura (idem, *CON*, L.º 43, f. 9: 1785) e 10$200 para feitio de 6 castiçais dourados (idem, L.º 44, f. 6: 1786).

[19] Padre Fernando Augusto da Silva, rev. *DAHM*, n.º 34, 1964, pp. 29 e 30. Rui carita , "A capela de São Paulo", *Jornal da Madeira*, Abr. a Out. 1985.

[20] **ARM**, RN, L.º 1150, f. 82 - 83: 27 Nov. 1816.

[21] Ibidem, L.º 1013, f. 82 v.º - 83: 27 Jul. 1781.

"*para que as madeiras se não comrrompesem com as extacoens*", fazer um novo púlpito e desmanchar o altar da capela mor onde estava colocado a imagem de São Pedro, para o fazer de novo. No entanto, como não havia dinheiro para fazer todas estas obras ao mesmo tempo, a confraria optou por acabar os consertos iniciados na capela, bem como fazer um púlpito novo porque o velho estava abatendo-se, acabar as portas, janelas e bancadas, porque a obra do altar seria mais dispendiosa e ainda se achava decente [22]. De 1810 a 1815, entre outros mestres que trabalharam na capela, o carpinteiro Inácio Teixeira realizou entre 1813 e 1815 as grades para o arco da capela mor (43$550) [23].

A **igreja de São Gonçalo** foi mandada levantar pelo rei D. Pedro II, realizando-se obras na primeira metade do século XVIII [24]. Para esta igreja, em 1816, Francisco António de Sousa consertou uma lanterna por $300 e em 1818 fez 24 cachimbos (12 a $200 cada um e 12 a $150) [25].

Também foram realizadas algumas obras em capelas erigidas em fortalezas, por exemplo o Governador da Madeira mandou reedificar o tecto da **capela da fortaleza do Ilhéu** em 1803 [26]. Não se pense que na ilha Madeira, dominada pela ideologia católica, só se realizou obras em templos católicos, pois segundo um tratado de 19 de Fevereiro de 1810 a comunidade inglesa, maioritariamente protestante, radicada na Madeira começou a construir um templo nesta ilha. Este templo à luz da mentalidade cristã tem um "*frontespício* [que] *não he de templo, quaes os que se uzão no rito cactolico; e não tem nem torre, nem sinos, que anunciem o da sua relligião*". O Governador mandou tirar neste ano uma planta para remeter ao Rei, para determinar se aprovava ou não a continuação da edificação do templo [27]. Refira-se que em 1777 os ingleses já tinham adquirindo um terreno no Funchal para construírem um cemitério [28].

---

[22] Idem, *CON*, L.º 79, f. 39, 43 v.º: 25 Nov. e 8 Dez. 1810. Refira-se que o vigário da capela era a favor em se dar prioridade em se desmanchar o altar e se fazer de novo.

[23] Idem, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 347, f. 10; idem, proc. 348, f. 7 v.º. Anteriormente encontramos algumas despesas em consertos, tábuas, feitio de 12 castiçais (em pratear 12$000), em 1795 compraram por $800 meio cento de telhas para o telhado da capela, trabalhou o mestre Francisco Gomes durante 4 dias ganhando $450 por dia (idem, proc. 345, f. 5).

[24] Ordem do CF para arrematar o retábulo para a capela mor "*finginsosse pedraria com seos seguidos de ouro*", com seu camarim para expor o SS. na sua festa, conjuntamente com três tirantes de ferro para colocar no corpo da igreja e um na capela mor para segurar a igreja que podia abater ou arruinar (as paredes laterais estavam se afastando uma da outra). O escrivão da Fazenda juntamente com o pedreiro Manuel Correia e o carpinteiro Francisco Martins em Janeiro de 1718 orçaram o valor dos tirantes, restantes materiais necessários e mais o trabalho dos oficiais para se colocar os ditos. Enquanto que o entalhador João Rodrigues de Almeida em Março de 1718 orçou o retábulo em 755$000 pela madeira e trabalho para fazê-lo "*a qual obra hade ter de alto 23 palmos e de largo 16, cuja obra hade ter 4 colunas salomonicas com seu pedestal, e com reprezas para as ditas colunas com seu frizo por sima das colunas, com seu remate que pertençer á dita obra com seu camarim todo emtalhado*", (**IAN/TT**, *PJRFF, RG*, L.º 972, f. 166: 23 Fev. 1746). Estes tirantes parece que não surtiram muito efeito, pois em 1747, havia a necessidade de se fazer de novo a capela mor porque estava em risco de cair e fazer "*huma casa de camarim de sacristia, e casa sobre ela para guarda dos ornamentos, e mais fábrica da dita Igreja, de se renovar e levantar mais o tecto do corpo da mesma Igreja, de uma janela sobre a porta principal para lhe dar luz; de tres tirantes de ferro, um para o corpo da Igreja e dois para a capela mor, e de fazerem de novo as portas principal e travessa mudandose esta para a parte do Norte, tapandose a que se acha da parte do Sul, da reforma do aqueduto que tras agoa á porta da dita Igreja*", sendo ordenado pelo CF para se pôr estas obras a lanços e se arrematar pelo menor. (idem, f. 247: 15 Set. 1747, 11 Mar. 1748).

[25] ARM, *JRPC/CON*, cx. 5, proc. 356, f. 18; idem, proc. 358, f. 13. Estas despesas foram pagas pela cfr. do SS.

[26] Idem, *GC*, L. 800, f. 15: 21 Jan. 1803.

[27] Idem, L.º 202, f. 123: Funchal 19 Ag. 1819. Esta atitude deve estar subordinada aos conflitos existentes entre o governador da Madeira e os generais ingleses que haviam ocupado a ilha da Madeira em 1807.

Igrejas e capelas situadas em outras localidades:

A **igreja de São Brás, no Campanário** desconhece-se a data do início da construção da primitiva igreja, provavelmente no século XVI. Essa igreja foi demolida e em meados do século XX construiu-se uma nova, tendo esta em arrecadação alguma obra de talha rococó de oficina de finais do século XVIII (de Estevão Teixeira de Nóbrega ?) pertencente à antiga igreja [29]. No entanto sabemos que a antiga foi reconstruída por volta de 1683, sofrendo posteriormente grandes remodelações [30]. Entre outras despesas realizadas pelas diversas confrarias da igreja [31], a confraria de N.ª S.ª da Conceição em 1793 / 1794 fez alguns consertos na capela, entre os quais o pavimento da mesma com madeira (18$725) [32].

Na **capela de N.ª S.ª da Boa Morte** situada no sítio do Cabo, na freguesia da Ponta do Pargo, afirmou-se numa visitação realizada em 1779, que a capela encontrava-se sem tecto, pelo que precisava do mesmo, de ser forrada, de um soalho novo, de diversos ornamentos e de uma pequena sacristia edificada da parte Sul para se guardar os mesmos. Enfim, a capela achava-se num estado lastimoso e degradante, como veio expresso no acto da visitação em que afirmam que os arredores encontravam-se "*indecente*[s] *a lugar inmundo quanto mais a sagrado, enfim óbra de aporcalhados camponios*" [33].

Por não se ter realizado logo as obras, numa visitação de 1791, proibiu-se ao sacerdote de celebrar missa na capela, pelo que o zelador da mesma, o vigário Manuel do Nascimento Pestana, devia tomar as medidas necessárias para se efectuar as referidas obras, pois para essas despesas havia dinheiro suficiente na posse dos herdeiros do defunto chaveiro [34]. Após tomadas as providências, procedeu-se à realização das obras entre 1795 e 1800, nomeadamente a construção da sacristia, a armação do tecto e colocação da telha, forro e estradamento da capela e do altar, feitio de portas, janelas, um vestuário e uma banqueta para o altar [35], sendo estas obras realizadas por diversos mestres da localidade [36].

---

[28] Cit. ob. cit. Rui Carita, *História da Madeira*, vol. V, p. 308 - 309.

[29] Maria Alexandra de Sousa Gonçalves, trabalho realizado sobre a igreja de São Brás, no âmbito deste mestrado, 2001.

[30] Carta Régia de D. Sebastião de 12 de Março de 1574 da mercê anual de 4$000 à Fábrica da igreja (L.º 7, f. 64 v.º). Mandado do CF de 29 de Março de 1677 para o provedor da fazenda Ambrózio Vieira de Andrade fazer a arrematação da obra da capela mor da dita igreja, orçada em 550$000 (L.º 11, f. 77: cit. *Índex Geral do Reg. da Antiga PRFF*, f. 120 v.º.

[31] A confraria de N.ª S.ª do Monte Carmo, em 1784, comprou um frontal para a Senhora do Carmo que veio a bordo do bergantim Fiel, do capitão José Fr.' de Mendonça, por ordem do senhor António Joaquim Gonçalves, da ilha da Madeira, sendo o total da despesa de 101$868. (**ARM**, *JRPC/CON*, cx. 11, proc. 848, f. 23). A confraria do SS. em 1802 deu dinheiro ao procurador da confraria, o capitão Joaquim Melchior, para mandar vir de Lisboa um pálio de damasco de ouro e varas de prata, no valor de 516$963 (idem, proc. 871, f. 2). A confraria do Senhor Jesus e Almas em 1811 pagou ao carpinteiro João Pinto de Sousa, que serve presentemente na freguesia do Campanário, 26$700 por madeira, feitio, ferragem e pintura de uma tumba que fez para a confraria recebendo 26$700. (idem, proc. 899, f. 10).

[32] Idem, cx. 11, proc. 834, f. 2 v.º.

[33] Idem, cx. 2, proc. 190, f. 16 – 16 v.º. Refira-se que entre 1785 e 1793 para se celebrar missa na capela um paroquiano trazia os ornamentos da igreja de São de Pedro, situada na Ponta do Pargo (idem, f. 3 - 5).

[34] Idem, f. 16 - 16 v.º; idem, proc. 191, f. 4 v.º.

[35] Idem, proc. 191, f. 2 – 5 v.º. Em 1800 veio de Lisboa uma casula de damasco com *sebastes* carmesins, um missal moderno, dois véus e uma bolça do cálice (33$000) (idem, proc. 192, f. 2 v.º, 4).

[36] Trabalharam os pedreiros: Manuel José (ganhando $500 por dia), Paulo de Agrela ($500), Sebastião da Lima ($400), e os serventes, todos a $250: Manuel Gonçalves Magro, Manuel Sardinha, Francisco Rodrigues Melim, José Pereira: filho de João Pereira (idem, proc. 191, f. 5: 1796) e os carpinteiros: João Gonçalves Chada, morador na freguesia da Ponta do Pargo (a $450) (idem, proc. 190) e António José (idem, proc. 191, f. 6: 1796).

A **igreja de N.ª S.ª das Neves,** situada na paróquia dos Prazeres, tornou-se autónoma em meados do século XVIII. Após longos anos de dependência das paróquias do Estreito da Calheta e do Paul do Mar, procedeu-se à edificação de um novo templo em inícios da segunda metade do século XVIII [37]. Aquando ou após a edificação do templo, em 1781, estava previsto vir para esta igreja, o velho retábulo, avaliado em 50$000, da capela da irmandade da Ordem Terceira de São Francisco, erecta no convento deste mesmo nome, no Funchal [38]. Porém, em 1792 para a igreja dos Prazeres foi adquirido, por 16$000, o velho altar mor da igreja de N.ª S.ª da Graça, do Estreito da Calheta aquando da feitura de um novo para esta última igreja [39]. No, entanto o que existe actualmente é uma obra realizada de raiz para a igreja, ao gosto neoclássico.

A **igreja de N.ª S.ª de Guadalupe,** no Porto da Cruz foi demolida em 1960. A sua construção remonta a finais do século XVI ou princípios do seguinte. No século XVIII sofreu importantes obras de beneficiação. Um mandado de 1748 ordenava a construção de uma nova igreja orçada em 2:712$945 e arrematada por 2:480$000, pelo que o Conselho da Fazenda mandou novamente pô-la à arrematação por esta ser ainda muito elevada [40]. Em inícios do século XIX encontramos algumas aquisições para a capela do SS., então pagas pela sua confraria: um tapete (74$800) [41], ferragem para o esquife do Senhor Morto de Sexta-feira Santa ($700) [42]; o mestre Jacinto Lúlio de Noronha fez uma vidraça para a fresta da capela (1$800) [43], colocaram cortinas na *boca* da capela, feitas com 48 côvados de damasco carmesim (124$800) [44], o carpinteiro Aureliano assoalhou a capela e foi retelhada pelo mestre Manuel da Costa [45].

Entre outros donativos e obras em casas, pontes e estradas, o negociante inglês Robert Page, estabelecido na ilha da Madeira, contribuiu nos reparos da **capela da Misericórdia de Machico** dando dinheiro e "*um rico quadro*" para o altar mor, e deu uma contribuição para a igreja de São Sebastião da cidade do Funchal [46].

No Faial, anteriormente à **igreja de N.ª S.ª da Natividade** havia uma antiga capela sob esta invocação, situada na margem da ribeira, mas que se danificou com a violência das correntes. Foi erguida uma nova igreja na vertente da ribeira, orçada em 8:561$060 e realizada pelo pedreiro Cristóvão Gomes

---

[37] Mandado do CF para se fazer planta, e orçamento da ig. após requerimento do vigário. Lisboa 13 Fev. 1743; passado por despacho do CF de Sua Majestade, Funchal 23 Nov. 1742. (**IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 972, f. 94). Posta em praça e sendo o menor lanço o de 4:100$000. Foi novamente mandado por em praça por ordem do CF. Lisboa 20 Nov. de 1745 / passada por despacho do CF de 4 Jun. 1745 (idem, f. 172).

[38] **ARM**, *IOTSF*, L.º , f. 68: 30 Maio 1781.

[39] Ibidem, *JRPC/CON*, cx. 1, proc. 122, f. 5.

[40] Mandado para se fazer orçamento e dar conta do menor (**IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 972, f. 156 v.º: 19 Nov. 1745, 21 Dez. 1745). Arrematada em 2:480$000 (idem, L.º 973, f. 149 v.º: 30 Out. 1748, 9 Jan. 1749).

[41] **ARM**, *JRPC/CON*, cx. 8, proc. 638, f. 2: 1804.

[42] Ibidem, proc. 639, f. 2; idem, proc. 640, f. 2: 1805 / 1806.

[43] Idem, proc. 648, f. 3 e 3 v.º: 1815 / 1816.

[44] Idem, *CON*, L.º 25, f. 6 v.º: 1819.

[45] Assoalhar (idem, f. 23 v.º, 26 – 26 v.º: 1827 / 1828); Retelhar: idem, f. 29: 1829).

[46] Idem, *GC*, L.º 714, f. 107 - 109 v.º: 13 Set. 1824.

que a arrematou segundo o despacho do Conselho da Fazenda pelo lanço de 19 mil cruzados e 380 mil réis [47].

Posteriormente, em 1753, procedeu-se ao orçamento da casa de residência do vigário e ao orçamento do retábulo para o altar mor e seu douramento pelo entalhador Francisco Martins e assistência do mestre das obras reais [48], realizando-se somente na década de 70 depois da entrega de 2:000$000 para a obra do camarim e retábulo [49]. As obras miúdas continuaram até inícios do século XIX, pois na década de 10 procedeu-se às normais aquisições de vários objectos de culto então pagas pela confraria de N.ª S.ª do Faial e do SS., tais como: uma mesa de madeira para a confraria do SS., feita em 1812 pelo carpinteiro Cabral, no Funchal, por 520$000, sendo dourada no ano seguinte pelo pintor Bernardino [João de Sena ?] por 130$000 [50]. Este carpinteiro realizou ainda no Funchal, em 1813, as grades da capela do SS. por 160$000 [51]. Fizeram-se ainda 6 tocheiras entalhadas (60$000), e douradas pelo dito pintor Bernardino (60$000) [52], uma cruz e ceroferários entalhados (20$000) e dourados (12$000) [53], um tapete para a capela mor [54] e uma custódia com cercaduras de pedras vinda de Lisboa por 718$742, recebendo 150$000 da Junta Real para ajuda do pagamento desta [55].

Com estas despesas avultadas nestas aquisições, a confraria, que tinha um rendimento anual entre os 100$000 e os 200$000, ficou com um balance negativo, pois em 1813 devia 1:351$407 ao zelador da confraria, o padre Sebastião Paulo de Menezes, que havia adiantado o dinheiro [56].

Para a **igreja de São José,** situada no Arco de São Jorge, então pagas pela confraria do SS. e de São José, entre 1800 e 1803 o mestre Eugénio consertou no Funchal por 12$000 algumas imagens, adquiriu dois frontais para os altares laterais (20$000), realizando-se ainda neste período, por ordem do bispo aquando de uma Visita que realizou à igreja, o conserto da cozinha, a casa da residência, a casa do cemitério, retelhamento e caiamento da igreja e alimpamento do adro [57].

A **capela de São Pedro**, situada em Santa Cruz, também esteve em obras na década de 90 do século XVIII e inícios do século XIX, como podemos constatar pelas contas da confraria de São Pedro. Em 1793 foi adquirido ao Doutor Jorge Moniz por 20$900 (incluindo o frete) um altar para a capela [58],

---

[47] **IAN/TT**, *PJRFF*, *RG*, L.º 972, f. 123: Lisboa, 20 Nov. 1744.

[48] Ibidem, L.º 973, f. 196 - 196 v.º: 28 Jan. 1753.

[49] Citado no Index Geral..., f. 151 v.º, citando o L.º 23, f. 41, segundo mandado do CF de 12 Jan. 1770. Pois em 1769 tinham mandado pôr a lanços a obra, notificando os principais oficiais respectivos para aparecerem nos editais públicos realizados no dia 12 de Março de 1769, entre as 10 e as 12 horas (L.º 975, f. 233 v.º - 234: 14 Jan. 1769, 27 Jan. 1769).

[50] Idem, f. 2 v.º Gastaram-se 19$400 no transporte desde o Funchal até o porto do Faial, 48$750 no douramento, em óleo, tintas, alvaiade, aguarrás e mais preparos, e 51$000 em 30 livros de ouro.

[51] Idem, cx. 9, proc. 690, f. 2.

[52] Idem, f. 2 – 2 v.º: 1811 / 1812. Gastaram no douramento 30 livros em ouro: 51$000, alvaiade: 8$800 e em óleo: 3$960.

[53] Idem, proc. 689, f. 3 - 3 v.º:1815 / 1816.

[54] Idem, f. 2: 120$000: 1811.

[55] Idem, proc. 690, f. 2: 1812.

[56] Idem, proc. 690, f. . Já em 1817 a confraria só lhe devia 841$765 (idem, proc. 692, f. 2).

[57] Idem, proc. 688, f. 3, 3 v.º, 4.

[58] Idem, cx. 13, proc. 1057, f. 4 v.º.

vindo ainda em 1790 da freguesia do Faial um quadro de São Pedro [59]. Ao Frei António de Jesus, pagaram 4$500 de encarnar e pintar a imagem de São Pedro em 1795 [60]; posteriormente, entre outras obras e aquisições de ornamentos para a capela [61], caiaram e forraram o tecto da mesma em 1801 [62].

[59] Em 1790 pagaram $800 a quem conduziu o quadro de São Pedro, do Faial para São Jorge (idem, f. 2 v.º).

[60] Idem, f. 6 v.º. Fr. António de Jesus Maria, do convento de São Francisco, do Funchal, tirou passaporte a 9 Set. 1820 para se deslocar a S. Miguel, regressando em 1821 (**ARM**, *GC*, L.º 734, f. 40, 34 v.º: 10 Abr. 1821).

[61] Compraram 7 côvados de damasco para o frontal do altar (12$754) e mais despesas de tecidos para o dito (idem, proc. 1057, f. 2: 1790); gastos na vidraça da janela da capela (6$150) (idem, f. 3 v.º: 1792); para uma vidraça do frontispício da capela (7$450), areia para a obra da capela (1$850), a quem serrou um castanheiro para a dita obra (1$100) e ao alveneiro que fez alvenaria para a dita obra (1$200) (idem, f. 4 v.º: 1793). Pagaram 3$200 a Miguel Coelho que trabalhou na obra da casinha sobre a sacristia, $900 ao mestre pedreiro João; trabalharam ainda o alveneiro António de Sousa, o servente José Nunes, José o *Sanfonia*, o servente José Rodrigues, o servente António Rodrigues, um carpinteiro e seu discípulo, comprando-se uma tábua a Inácio Caetano (idem, f. 5 v.º: 1794). Pagaram 6$500 a Hilário Gomes e mais 2 serradores que serraram um castanheiro para a obra da capela, trabalhando ainda o serralheiro António de Gouveia, o carpinteiro Joaquim, o pequeno Rafael a ajudar o dito, Miguel Coelho a cobrar pedra para a dita obra, o pedreiro António Pereira, o alveneiro Filipe da Lombada, o pedreiro João Fernandes, o servente António Teixeira, António Caramuio que trouxe 7 moios de areia, e outros serventes (idem, f. 6 v.º, 8, 8 v.º). Houve gastos com a *Alampada* da capela (8$300), em retelhar a capela, no conserto da imagem do Santo (1$200) (idem, proc. 1058, f.3 v.º). Foram adquiridos uma casula e 2 bancos (idem, f. 4: 1799), 2 bandeiras para 2 barcos (5$000) e ao mestre e cal para pintar a capela pagaram 2$200 (idem, proc. 1059, f. 3: 1810). Fizeram ainda uma imagem de Santo Cristo 6$000 (idem, proc. 1058, f. 7 v.º: 1802).

[62] Idem, proc. 1058, f. 5 v.º - 6. Tabuado para forrar o tecto da capela (44$300), aos oficiais que a forraram (13$800) e para este trabalho de dourar gastaram em brochas, andaimes, aguarrás, tintas, massa de giz e óleo: 17$750.

Anexo

Ilustrações relativas à talha e pintura:

Índice:

A talha

Fig. 1.2 – 1.9: Igreja de São Jorge, em Santana 1-4
Fig. 2 – 2.3: Capela do SS., na Sé do Funchal 5-6
Fig. 3.1 – 3.4: Capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro no Funchal .. 7
Fig. 4 – 4.15: Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar 8-13
Fig. 5 – 5.16: Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço 14-19
Fig. 6.1 – 6.21: Igreja de Santo António, no Funchal 20-25
Fig. 7 – 7.11: Altares laterais nas naves da Sé do Funchal 26-31
Fig. 8 – 8.3: Capela de N.ª S.ª do Monte Varadouro, na Sé do Funchal 32
Fig. 9 – 9.13: Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos 33-37
Fig. 10 – 10.5: Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol 38-39
Fig. 11 – 11.14: Igreja de São Roque, no Funchal 40-44
Fig. 12.1 – 12.9: Igreja de São Salvador, em Santa Cruz 45-49
Fig. 13 – 13.4: Igreja do convento de Santa Clara, no Funchal 50-51
Fig. 14 – 14.4: Igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha 52
Fig. 15 – 15.3: Igreja de São Lourenço, na Camacha 53
Fig. 16 – 16.2: Capela de N.ª S.ª da Misericórdia, no Porto Santo 54
Fig. 17 – 17.1: Igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo 55
Fig. 18 – 18.2: Capela de Penha de França, no Funchal 56
Fig. 19 – 19.1: Capela de São João da Ribeira, no Funchal 57
Fig. 20 – 20.1: Capela de N.ª S.ª da Consolação 57
Fig. 21: Oratório na rua das Mercês, no Funchal 58
Fig. 22 – 22.8: Igreja de N.ª S.ª do Monte 59-63
Fig. 23 – 23.1: Igreja do Socorro, no Funchal 64
Fig. 24 – 24.2: Igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo 65
Fig. 25 – 25.7: Sacrários 66-67
Fig. 26 – 26.2: Púlpitos 68

As pinturas

Fig. 27 – 118: Pinturas 69-91



Igreja de São Jorge, em Santana:

Fig. 1.2 – Pormenor do retábulo da capela mor.



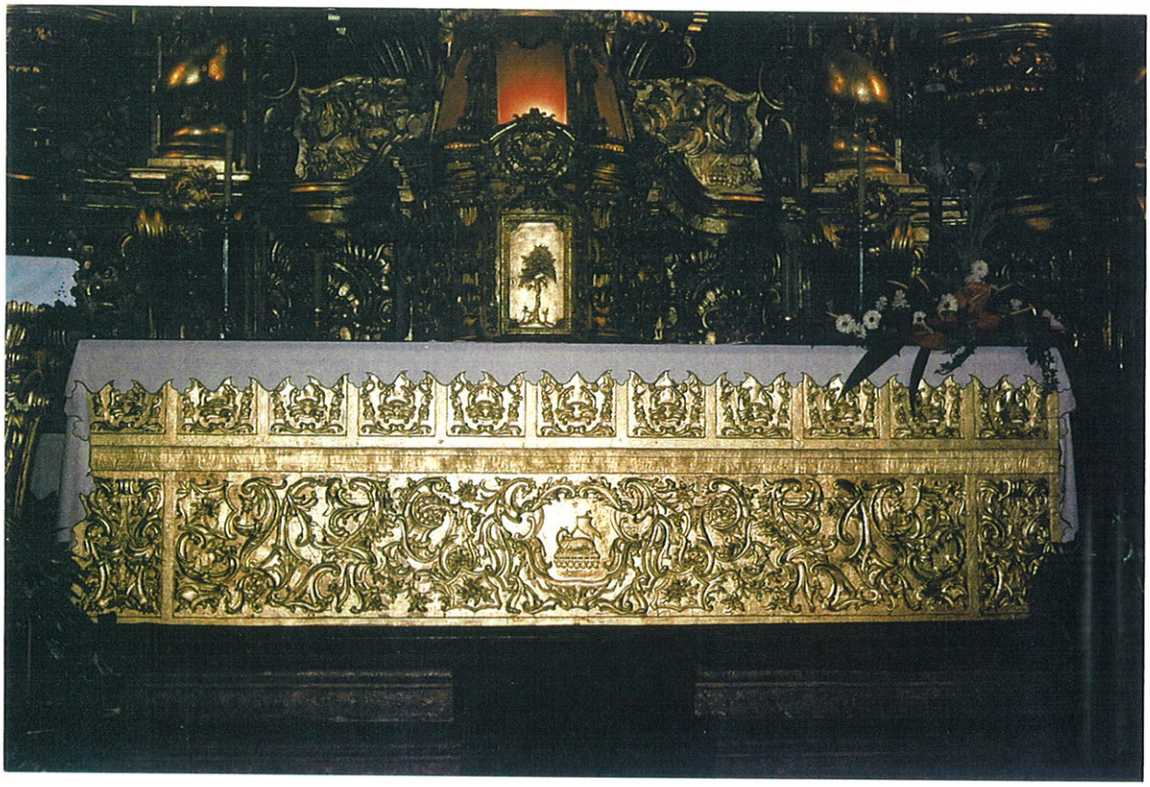
Igreja de São Jorge, em Santana:

Fig. 1.3 – Pormenor da talha do retábulo da capela mor.

Fig. 1.4 e 1.5 – Capelas laterais, situadas na nave.





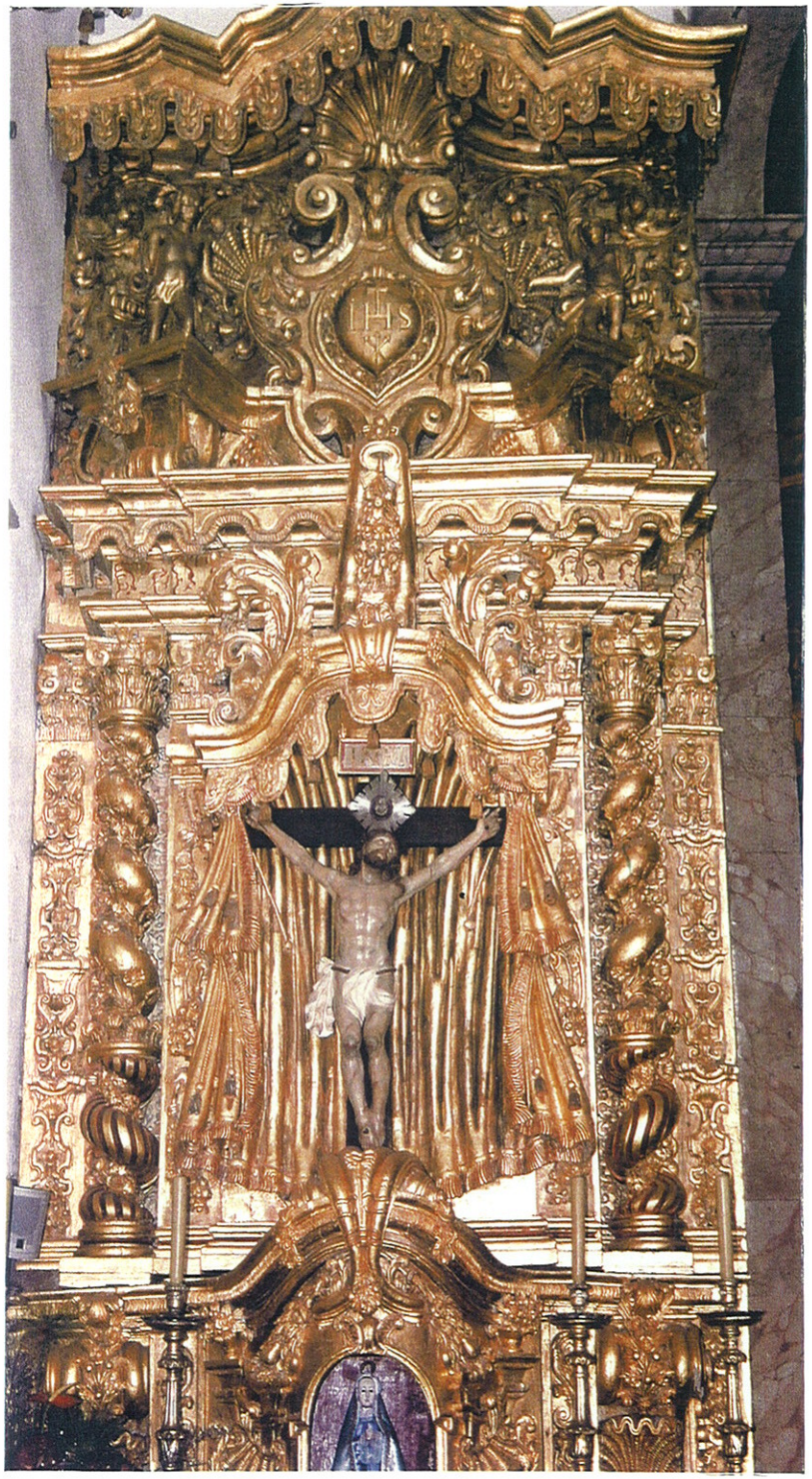




Igreja de São Jorge, em Santana:

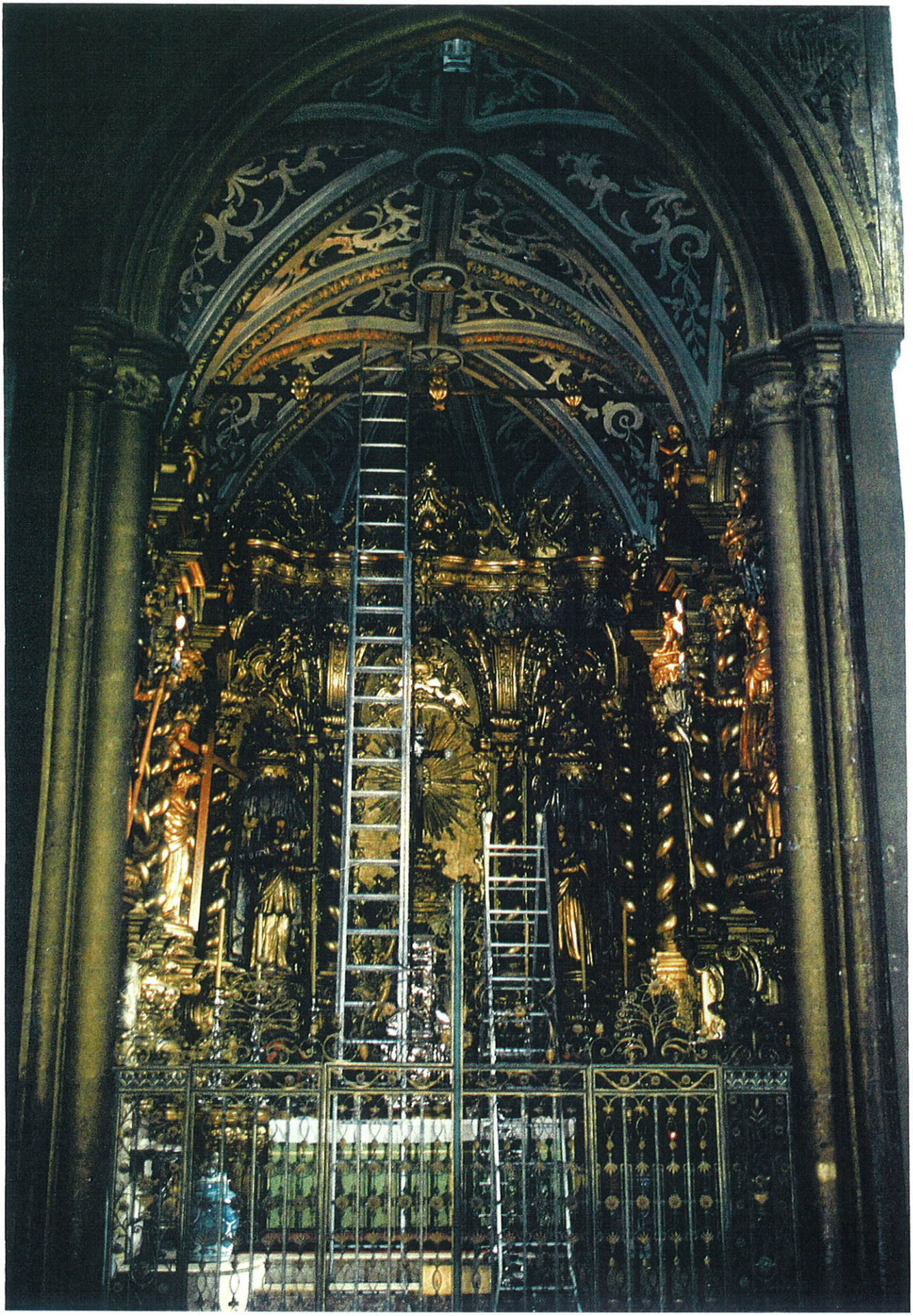
Fig. 1.6 – Frontal do altar da capela mor.

Fig. 1.7 – Sacrário e trono do retábulo da capela mor.





Igreja de São Jorge, em Santana:
Fig. 1.8 e 1.9 – Retábulos dos altares laterais ao arco triunfal.

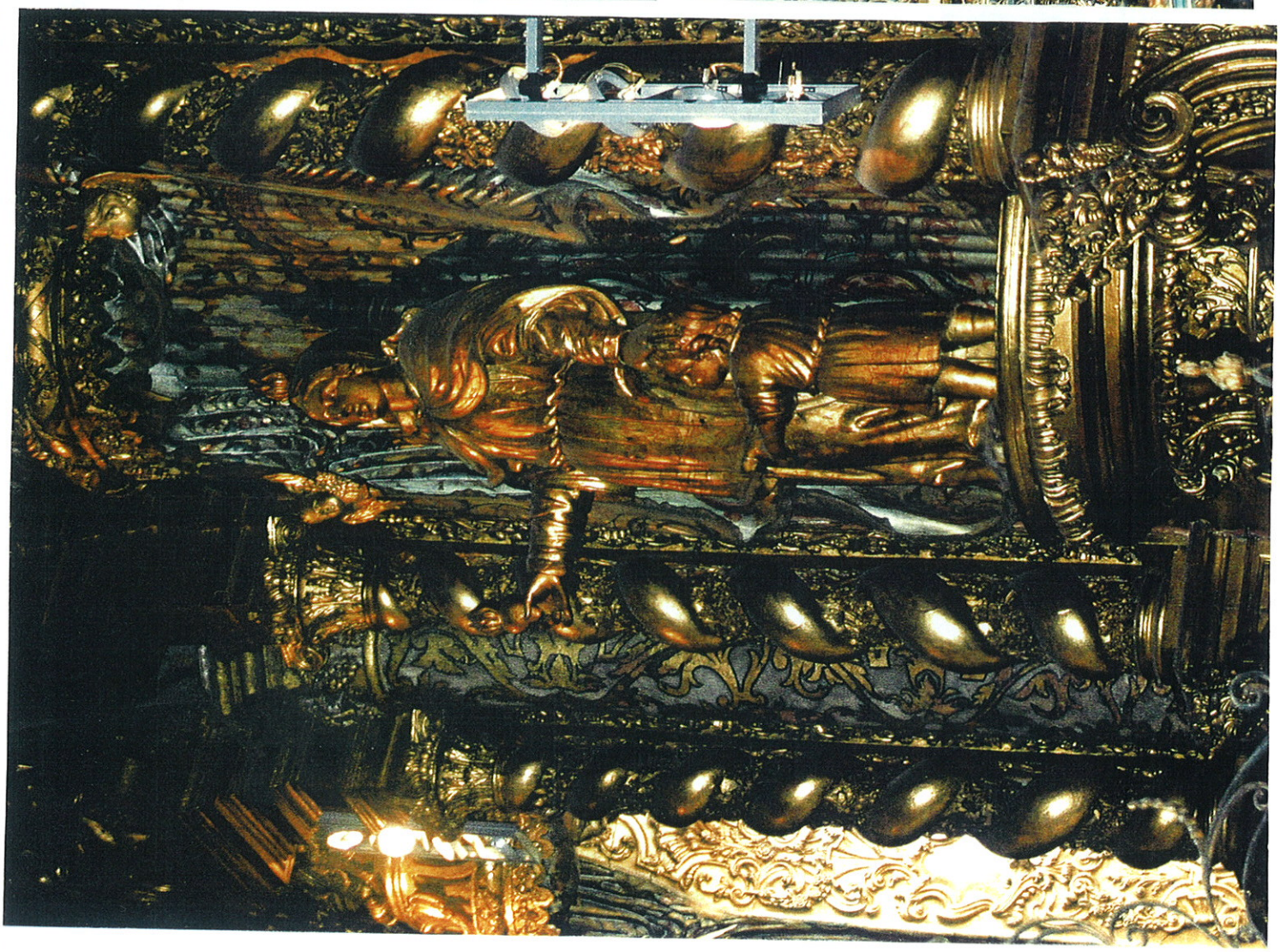


Igreja da Sé, no Funchal:

Fig. 2 – Capela do SS.







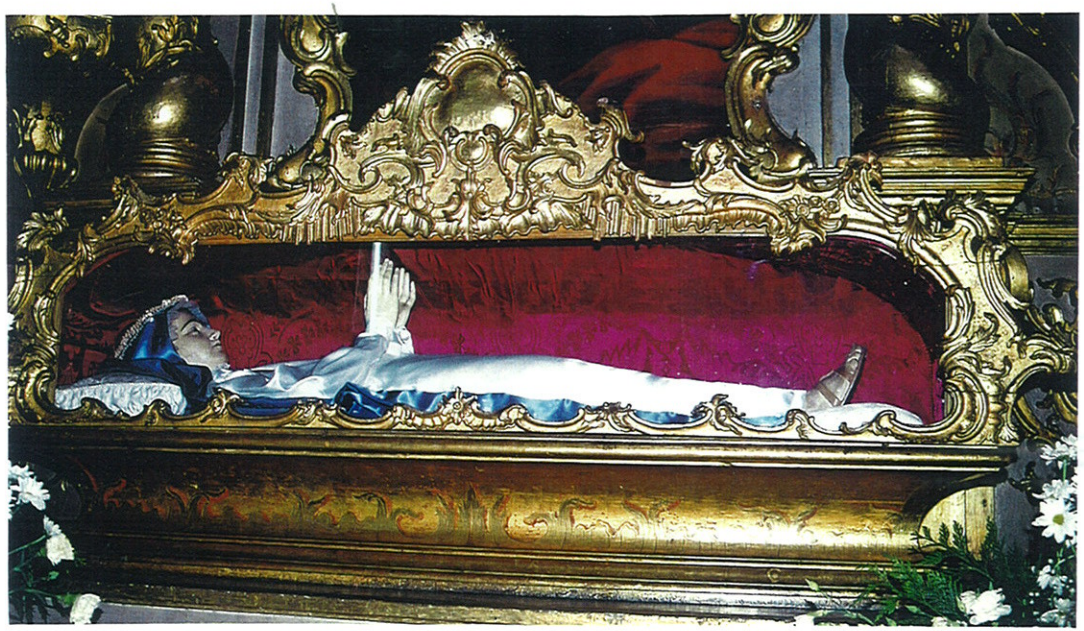
Igreja da Sé, no Funchal:

Fig. 2.1, 2.2 e 2.3 – Pormenores da talha do retábulo da capela do SS.









Capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, no Funchal:

Fig. 3.1 e 3.2 – Paredes laterais

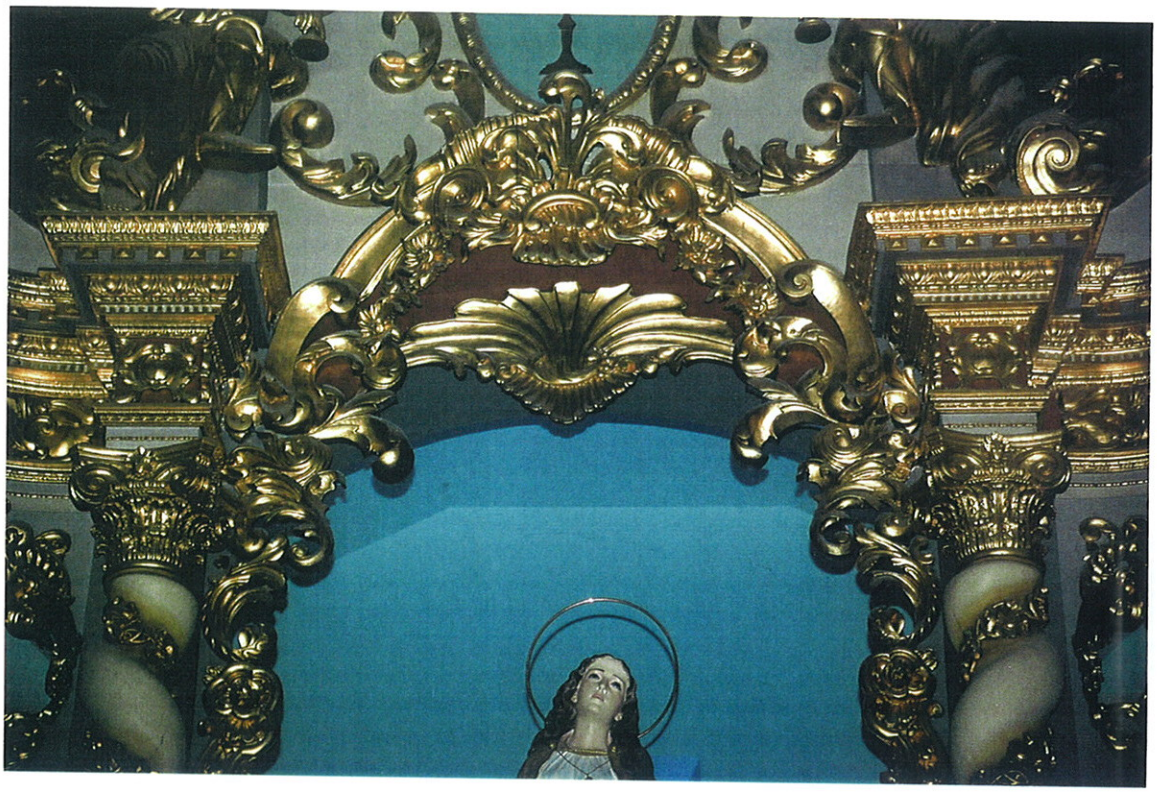
Fig. 3.3 – Nicho de Sant'Ana

Fig. 3.4 – Túmulo de N.ª S.ª



Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar :

Fig. 4 – Retábulo da capela mor.



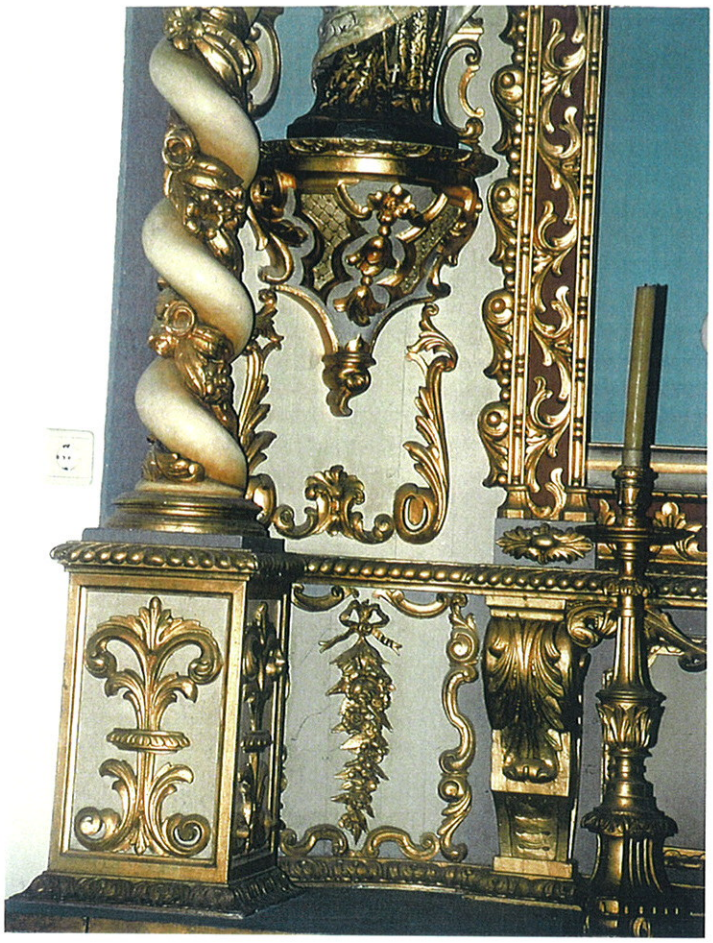


Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar :

Fig. 4.1 e 4.2 – Pormenores do retábulo da capela mor







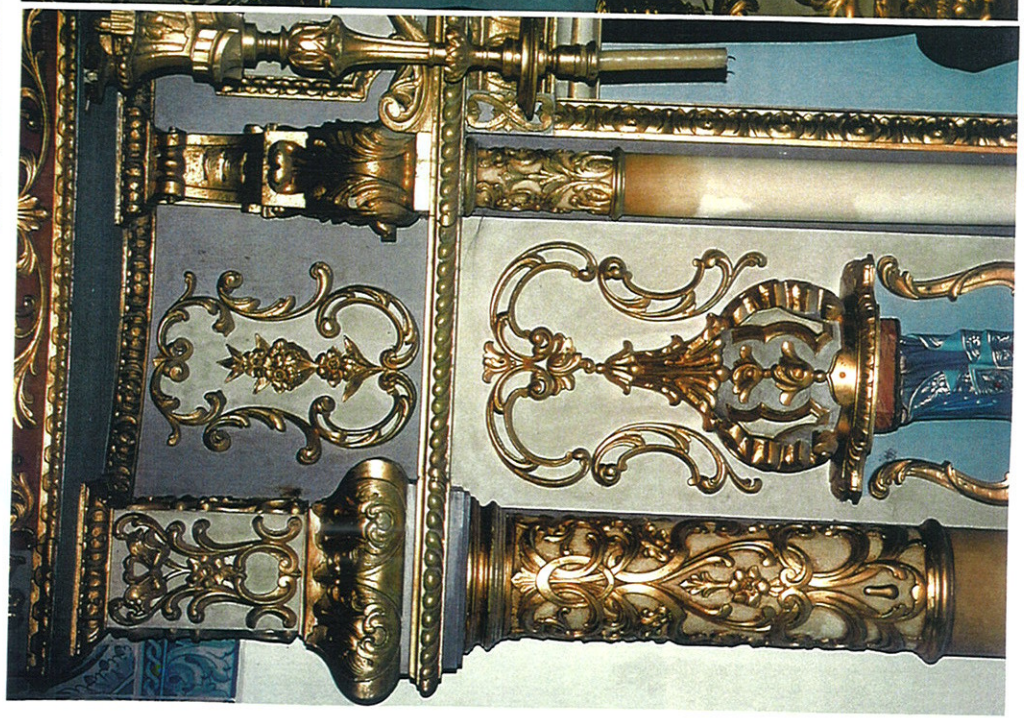
Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar :

Fig. 4.3 – Retábulo do altar de N.ª S.ª de Fátima.

Fig. 4.4 e 4.5 – Pormenores do retábulo.







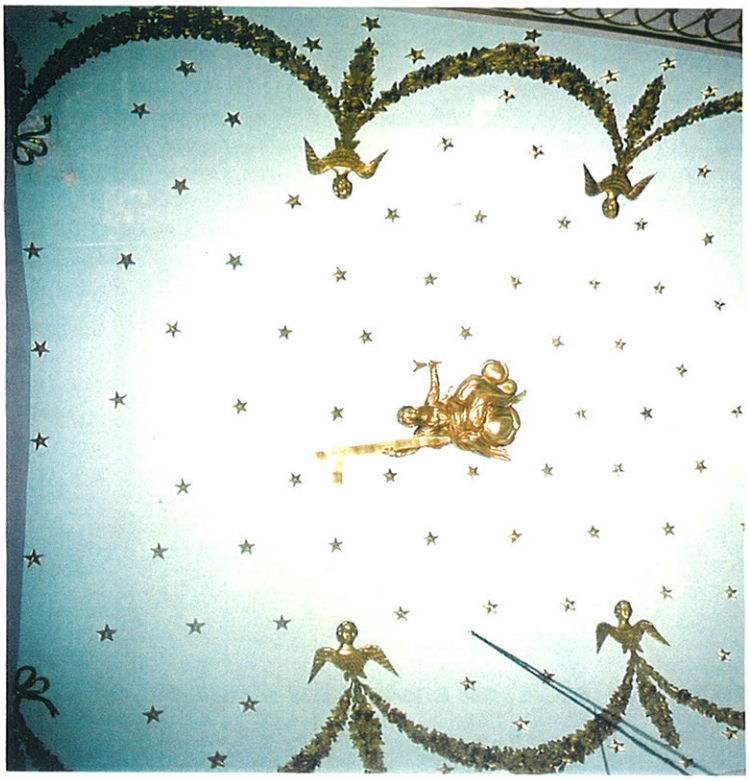
Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar:

Fig. 4.6 – Retábulos dos altares do Sagrado Coração de Jesus e de Santo António

Fig. 4.7 e 4.8 – Pormenores do retábulo do altar de Santo António (em cima)





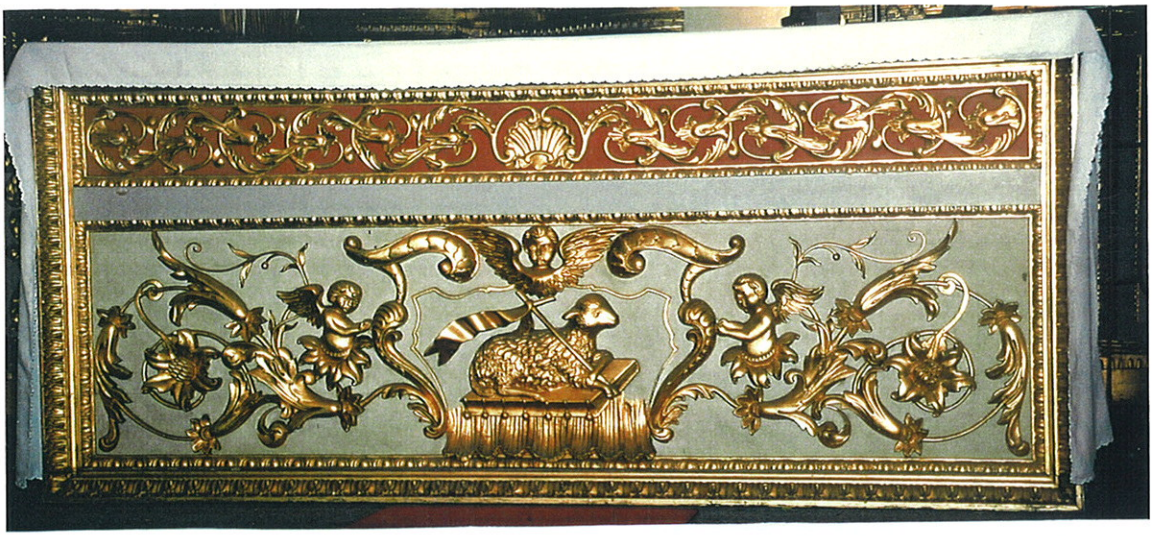


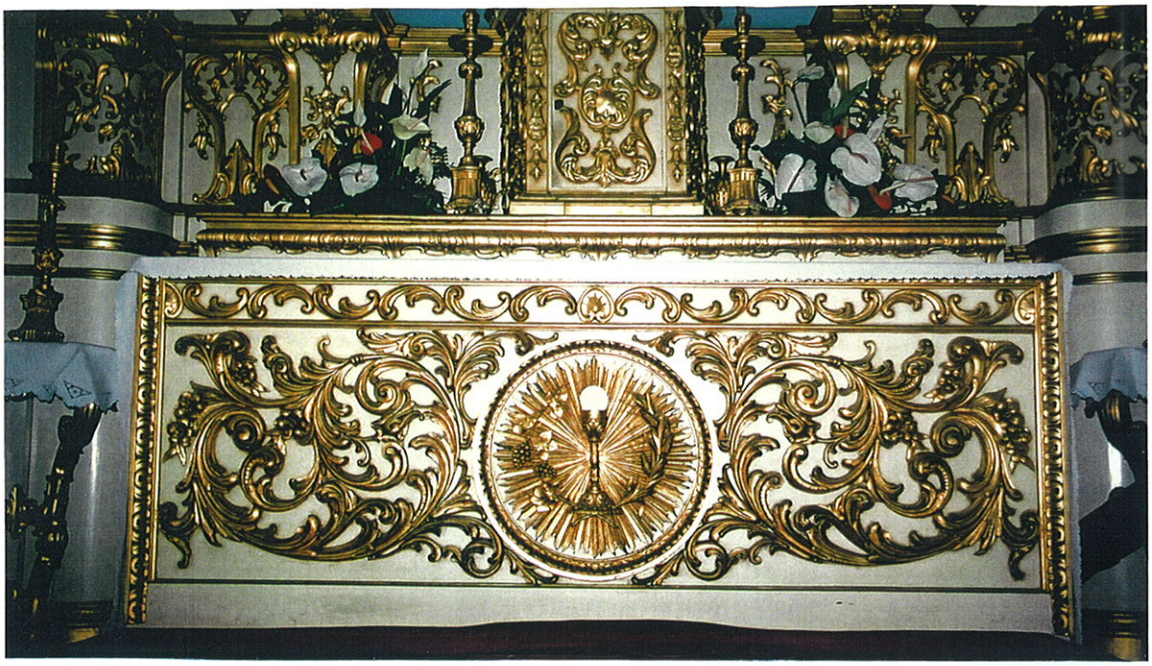


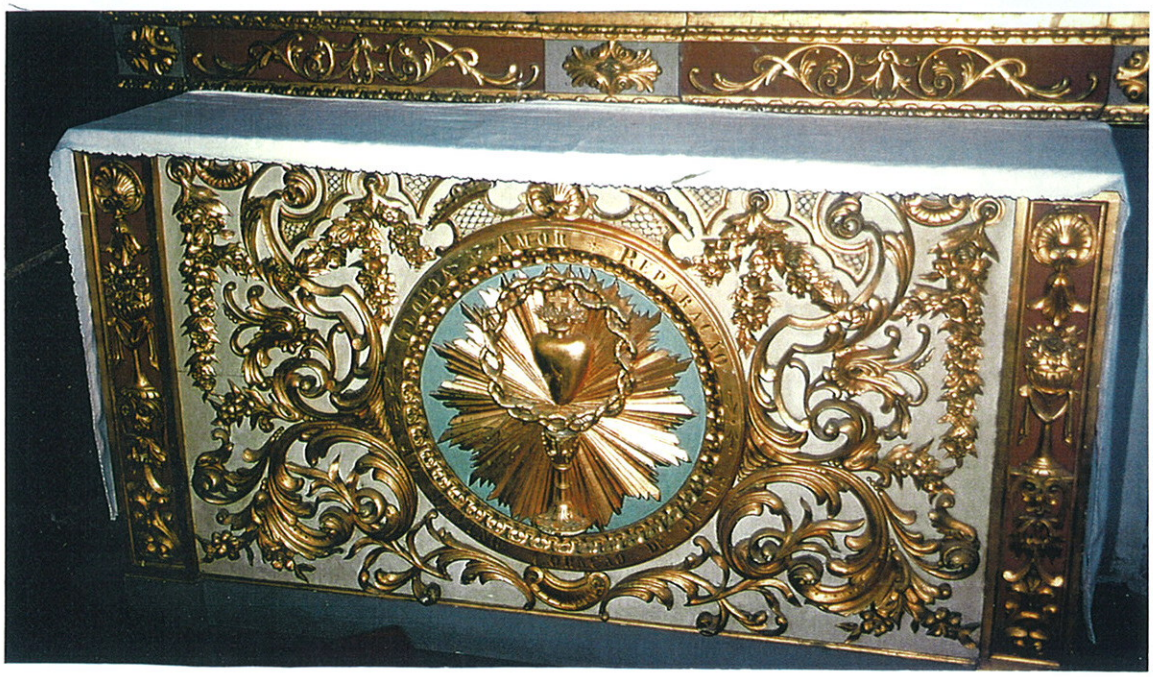
Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar (capela do SS.) :

Fig. 4.9 e 4.10 – Retábulo do altar (em cima).

Fig. 4.11 e 4.12 – Tecto e pormenor da parede lateral (em baixo).







Igreja de Santa Maria Madalena, na Madalena do Mar :

Fig. 4.13 – Frontal da capela mor (em cima).

Fig. 4.14 – Frontal da capela do SS. (ao centro).

Fig. 4.15 – Frontal do altar do Sagrado Coração de Jesus (em baixo).



Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

Fig. 5 – Retábulo da capela mor.



Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

Fig. 5.1 – Vista do interior (em cima)

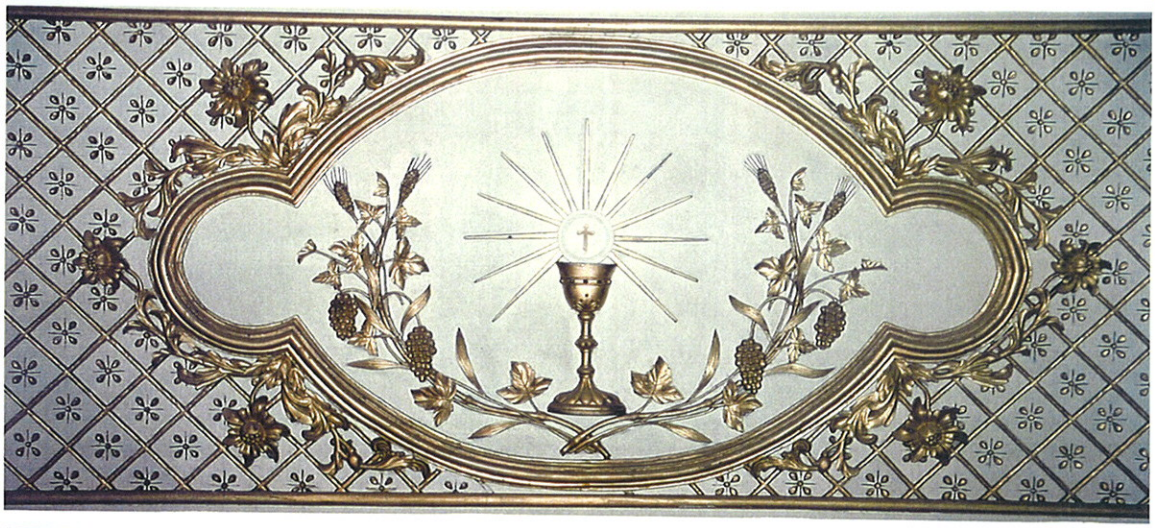
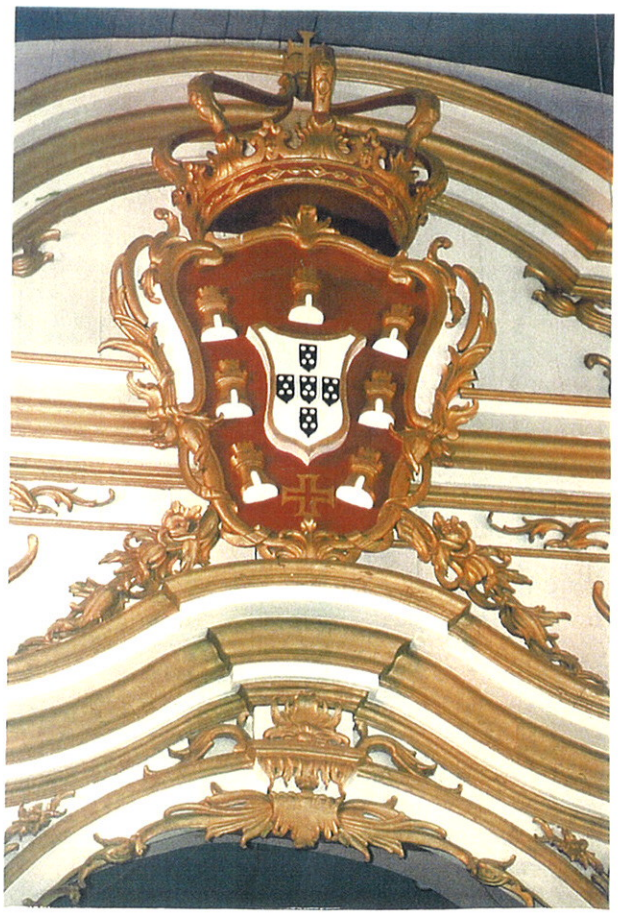


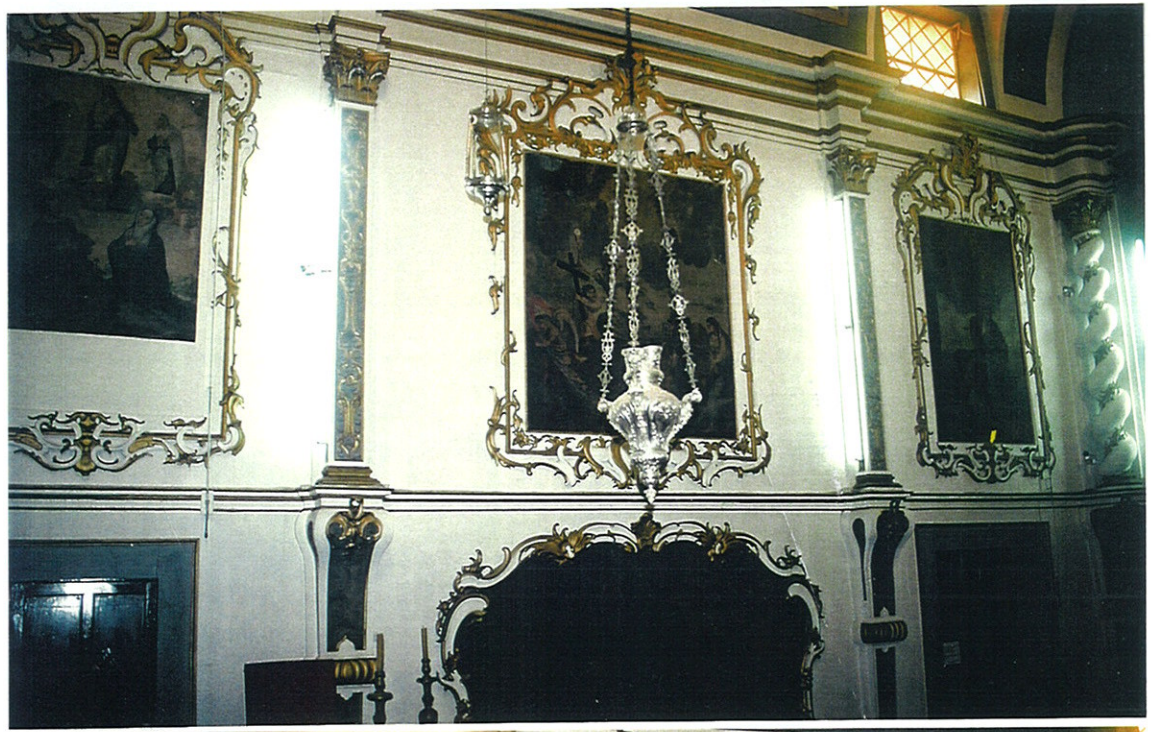
Fig. 5.2 – Pormenor do frontal da capela mor (ao centro).

Fig. 5.3 e 5.4 – Pormenores do retábulo da capela mor (em baixo).







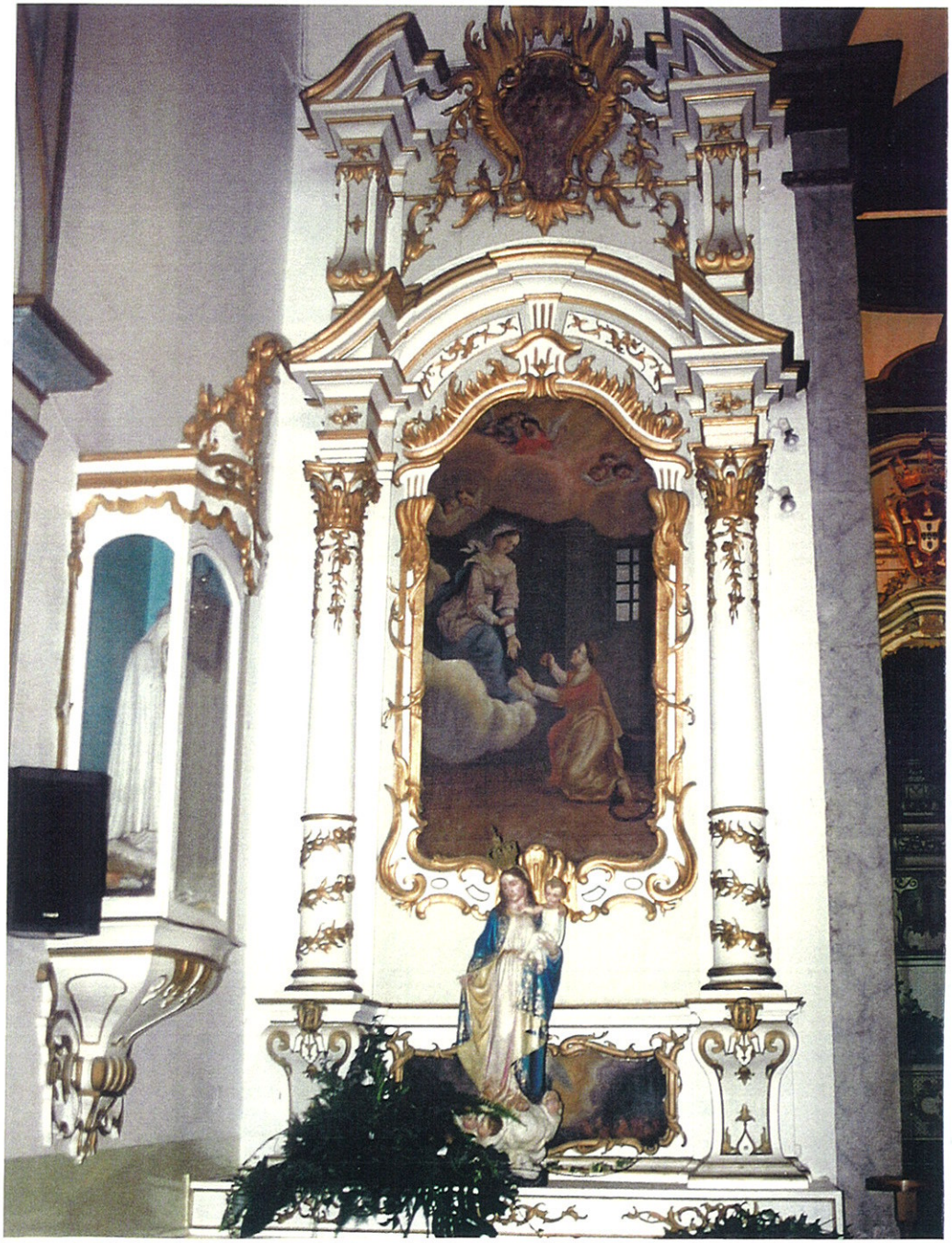




Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

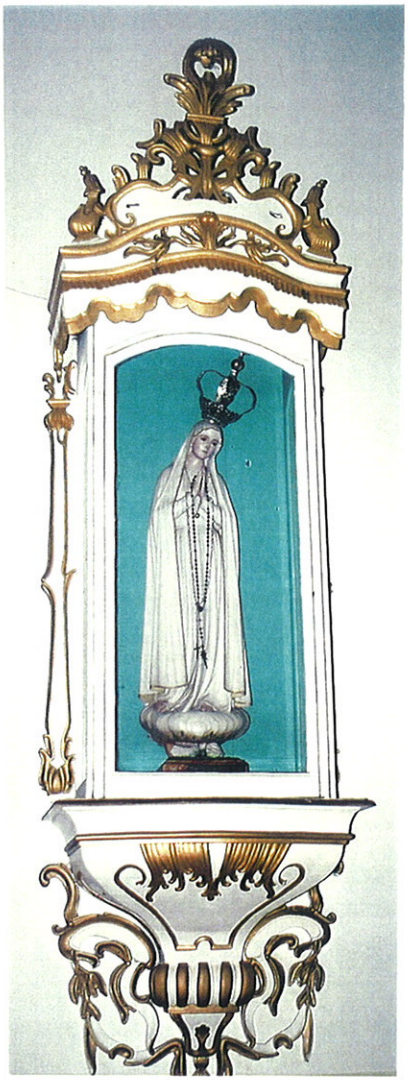
Fig. 5.5 e 5.6 – Paredes laterais da capela mor.

Fig. 5.7 – Pormenor da talha de uma janela na capela mor.





Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:
Fig. 5.8 e 5.9 – Altares laterais ao arco triunfal.









Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

Fig. 5.10 – Nicho com N.ª S.ª de Fátima, na parede da nave principal, no lado do Evangelho (em cima, à esquerda).

Fig. 5.11, 5.12 e 5.13 – Pormenores da talha do retábulo dos altares laterais ao arco triunfal (em cima, à direita e em baixo)







Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

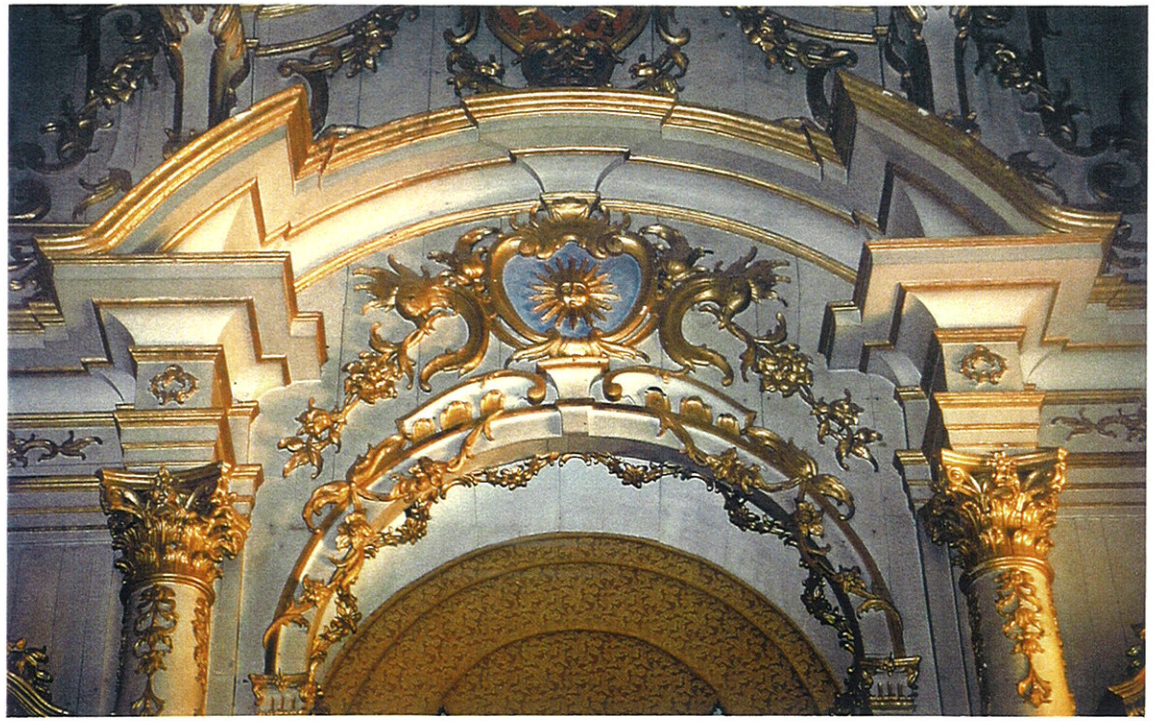
Fig. 5.14 – Retábulo do altar do Sagrado Coração de Jesus (em cima, à esquerda).

Fig. 5.15 – Retábulo do altar de Santo Antão (em cima, à direita).

Fig. 5.16 – Cadeiral (em baixo).







Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 6.1 – Capela mor e altares laterais ao arco triunfal.

Fig. 6.2 e 6.3 – Pormenores da talha do retábulo da capela mor









Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 6.4, 6.5, 6.6 e 6.7 – Pormenores da talha nas paredes laterais da capela mor.



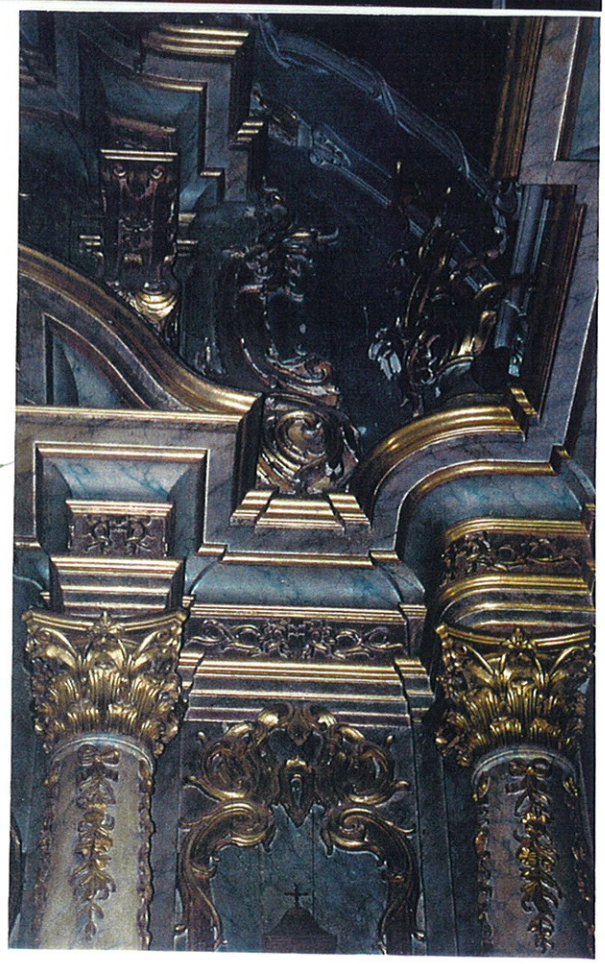
Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 6.8 – Retábulo da capela do SS.









Igreja de Santo António, no Funchal (retábulo da capela do SS.):

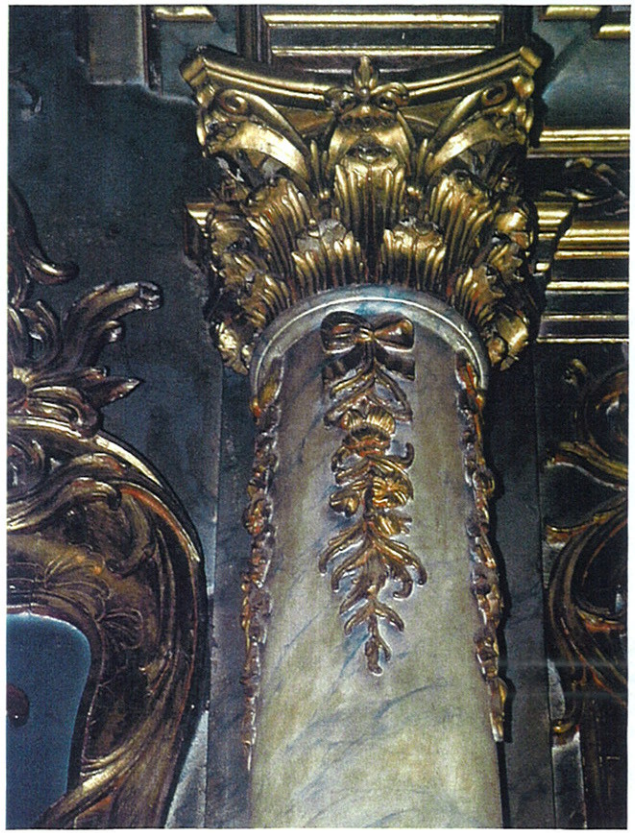
Fig. 6.9 – Pormenor das paredes laterais (em cima, à direita).

Fig. 6.10, 6.11 e 6.12 – Pormenores do retábulo (em cima, à esquerda e em baixo).











Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 6.13 e 6.14 – Retábulos dos altares laterais ao arco triunfal

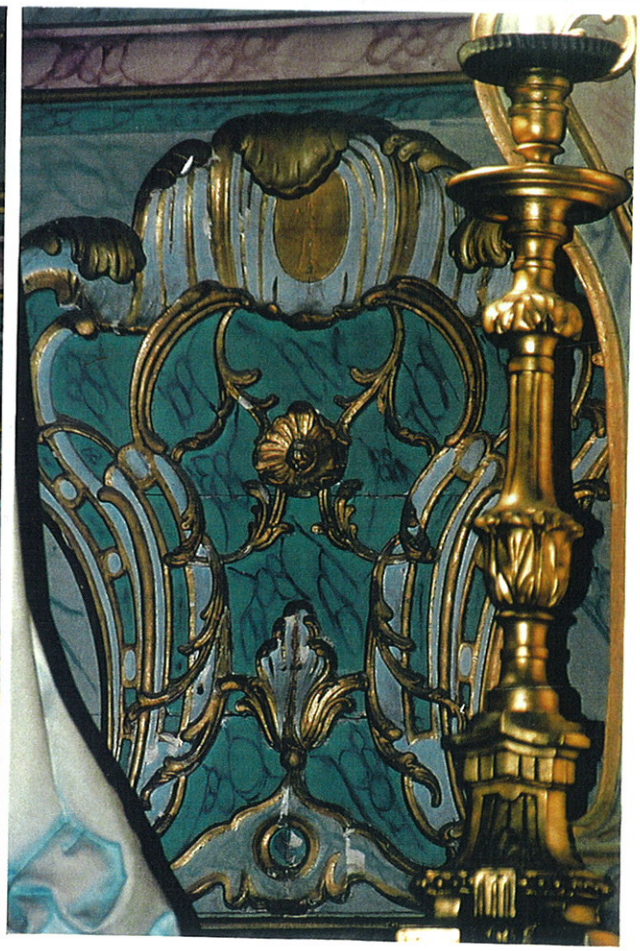
Fig. 6.15 – Pormenor do frontal de um altar lateral ao arco triunfal (em cima, à esquerda).

Fig. 6.16 e 6.17 – Pormenores da talha da capela do SS. (à direita)









Igreja de Santo António, no Funchal

Fig. 6.18, 6.19, 6.20 e 6.21 – Capela de N.ª S.ª de Guadalupe e pormenores da talha.



Igreja da Sé, no Funchal

Fig. 7 – Retábulo do altar de São Miguel e as Almas



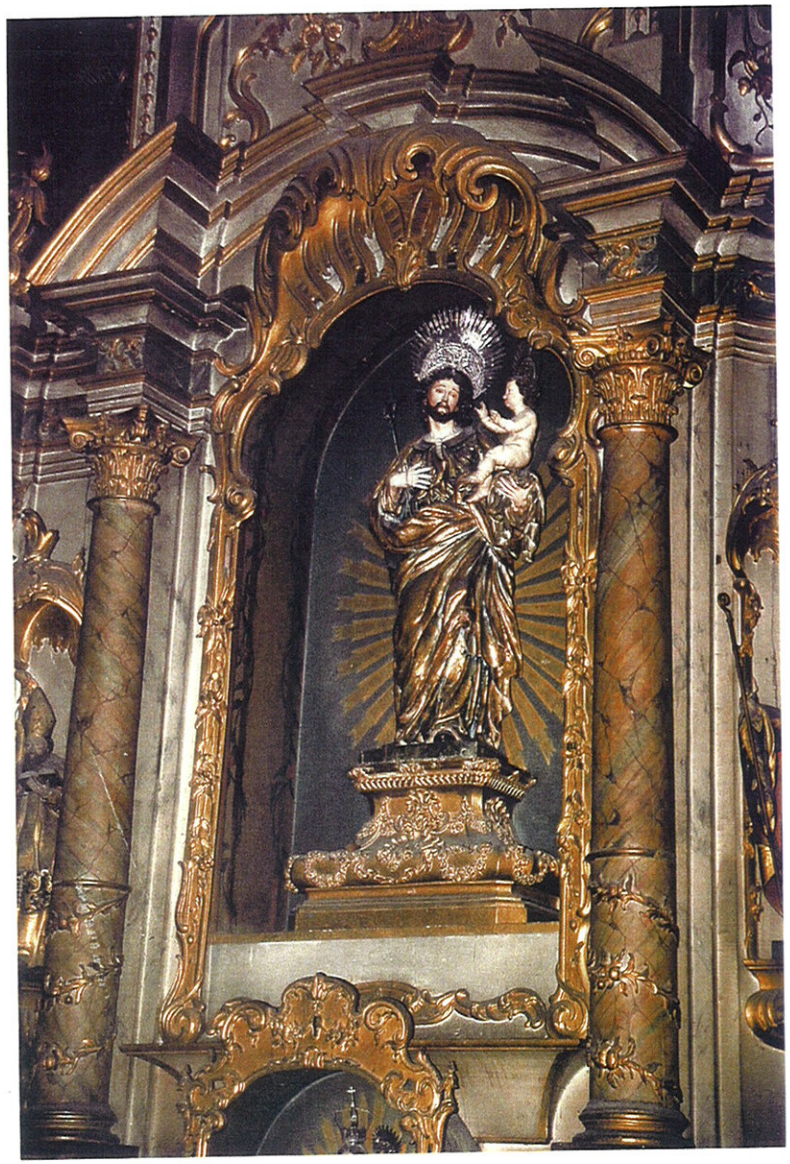
Igreja da Sé, no Funchal

Fig. 7.1 – Retábulo do altar de N.ª S.ª de Fátima



Igreja da Sé, no Funchal

Fig. 7.2 – Retábulo do altar de São José.







Igreja da Sé, no Funchal:

Fig. 7.3, 7.4 e 7.5 – Pormenores do retábulo do altar de São José







Igreja da Sé, no Funchal:

Fig. 7.6 – Retábulo do altar de N.ª S.ª

Fig. 7.7 – Retábulo do altar de Cristo Crucificado

Fig. 7.8 – Retábulo do altar de São Miguel







Igreja da Sé, no Funchal:

Fig. 7.9 e 7.10 – Pormenores do retábulo do altar de São Miguel e as Almas (em cima).

Fig. 7.11 – Pormenor do retábulo do altar de São Miguel (em baixo).









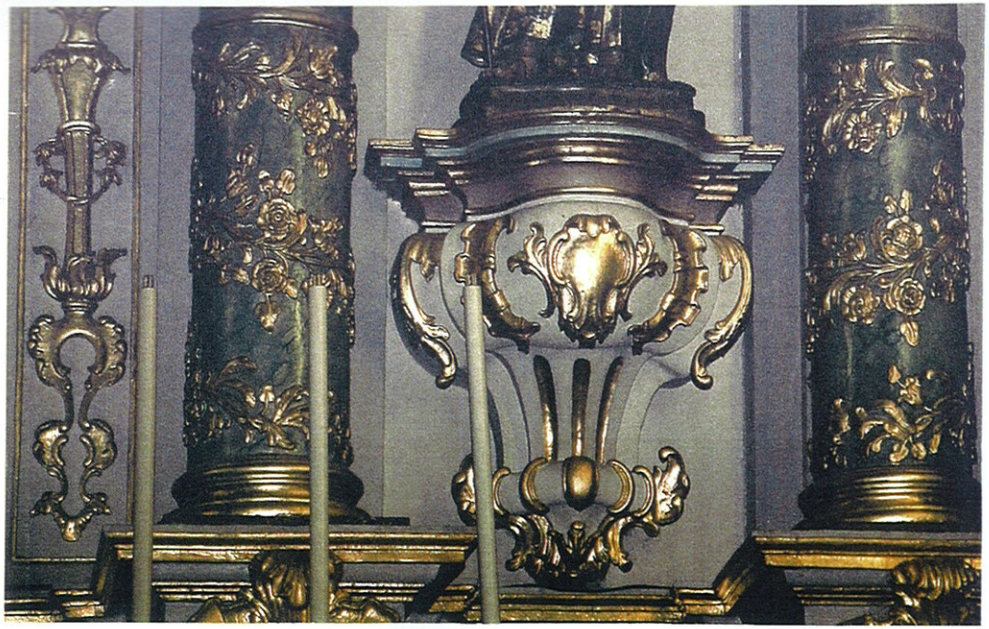
Igreja da Sé, no Funchal

Fig. 8, 8.1, 8.2 e 8.3 – Retábulo e pormenores da capela de N.ª S.ª do Monte Varadouro.



Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos:

Fig. 9 – Retábulo da capela mor









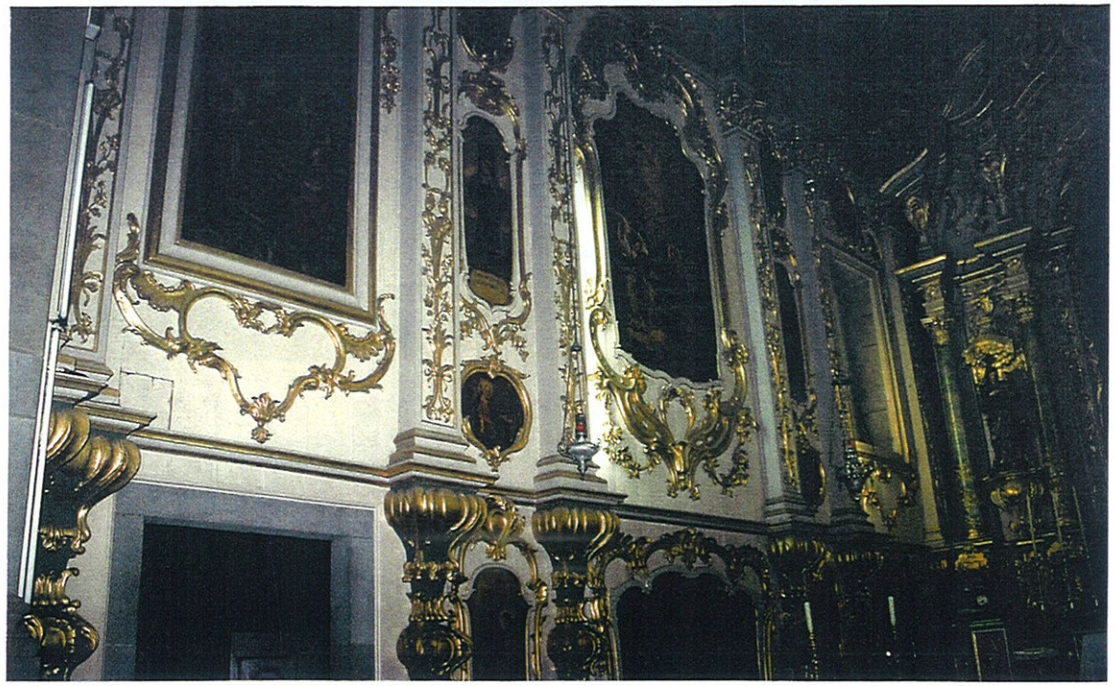
Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estr. de Câmara de Lobos::

Fig. 9.1, 9.2 e 9.3 – Pormenores do retábulo da capela mor (em cima, à esquerda e em baixo)

Fig. 9.4 – Moldura na parede lateral da capela mor (em cima, à direita)







Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estr. de Câmara de Lobos:

Fig. 9.5, 9.6 e 9.7 – Paredes laterais da capela mor.









Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estr. de Câmara de Lobos:

Fig. 9.8 e 9.9 – Retábulos dos altares laterais ao arco triunfal, dedicados ao Sagrado Coração de Jesus e de Maria (em cima).

Fig. 9.10 e 9.11 – Pormenores dos referidos retábulos (em baixo).





Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos:
Fig. 9.12 e 9.13 – Retábulos dos altares, colocados nas paredes laterais da igreja.





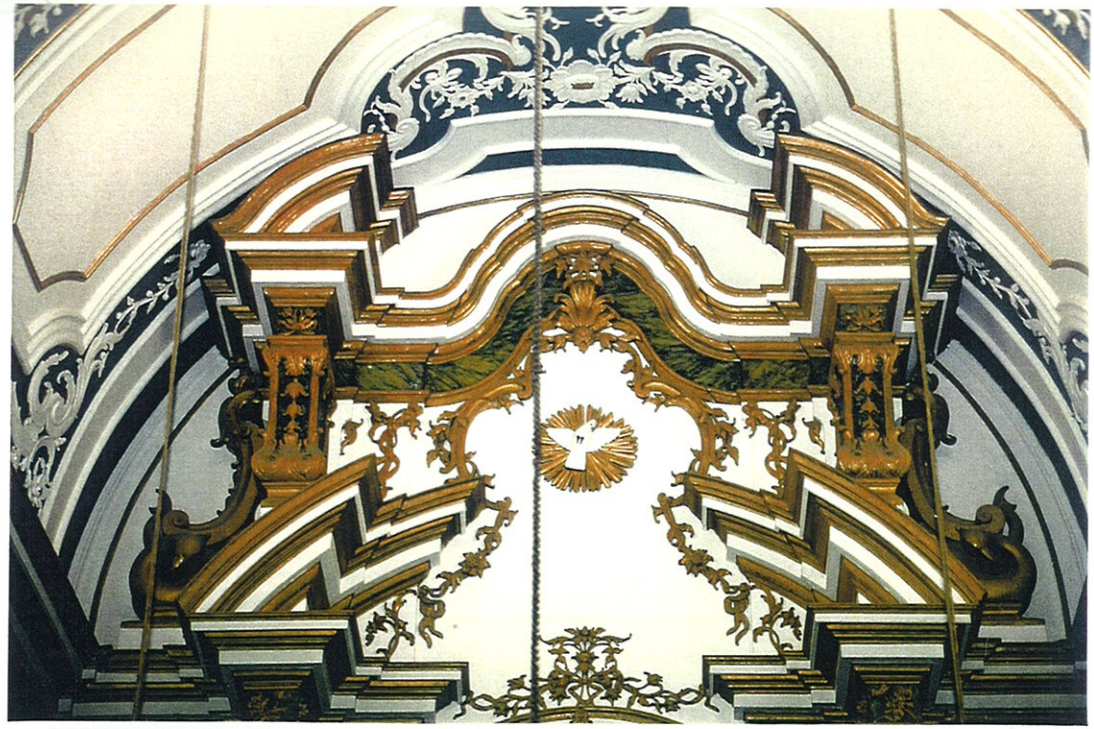
Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol:

Fig. 10 – Retábulo da capela do SS. (em cima).

Fig. 10.1 – Retábulo da capela do Sagrado Coração de Jesus (em baixo).









Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol (retábulo da capela do SS.):

Fig. 10.2 – Frontão do retábulo (em cima, à esquerda)

Fig. 10.3 – Parede lateral (em cima, à direita)

Fig. 10.4 e 10.5 – Pormenores das colunas (em baixo)



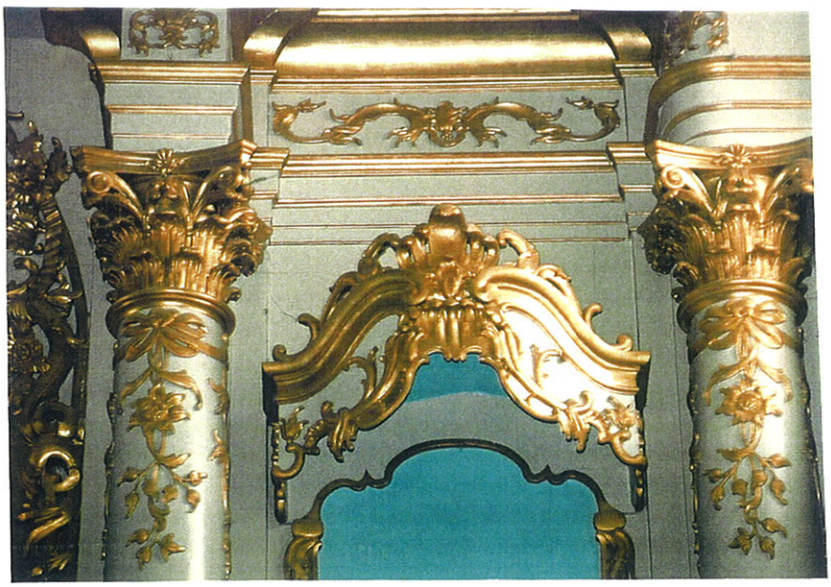
Igreja de São Roque, no Funchal:

Fig. 11 – Retábulo da capela mor





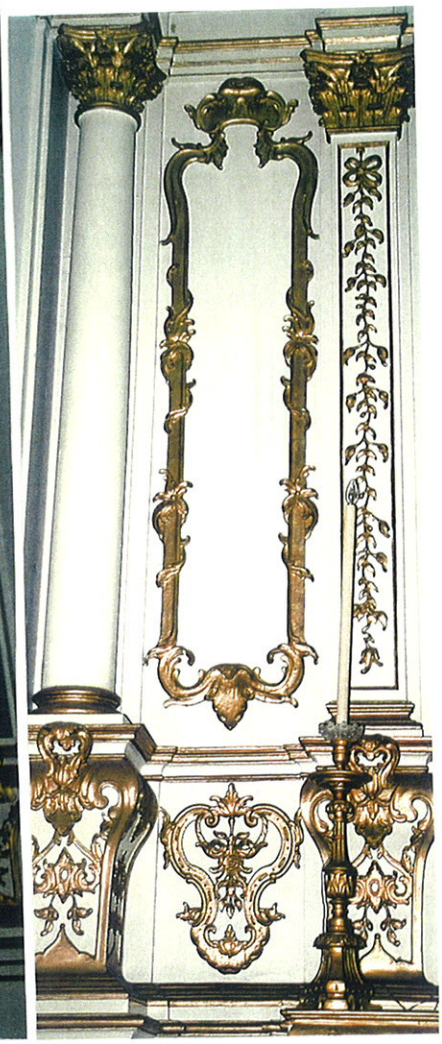




Igreja de São Roque, no Funchal:

Fig. 11.1 e 11.2 (em cima), 11.3 e 11.4 (em baixo) – Pormenores do retábulo da capela mor.







Igreja de São Roque, no Funchal:

Fig. 11.5 – Retábulo da capela do SS. (em cima; à esquerda).

Fig. 11.6 e 11.7 – Pormenores do retábulo da capela do SS. (em cima, à direita e em baixo).









Igreja de São Roque, no Funchal:

Fig. 11.8 e 11.9 – Retábulos dos altares laterais ao arco triunfal (em cima).

Fig. 11.10 e 11.11 – Pormenores dos referidos retábulos (em baixo).







Igreja de São Roque, no Funchal:

Fig. 11.12 – Frontal do altar da capela do SS. (em cima).

Fig. 11.13 e 11.14 – Frontais dos altares laterais ao arco triunfal (ao centro e em baixo).





Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

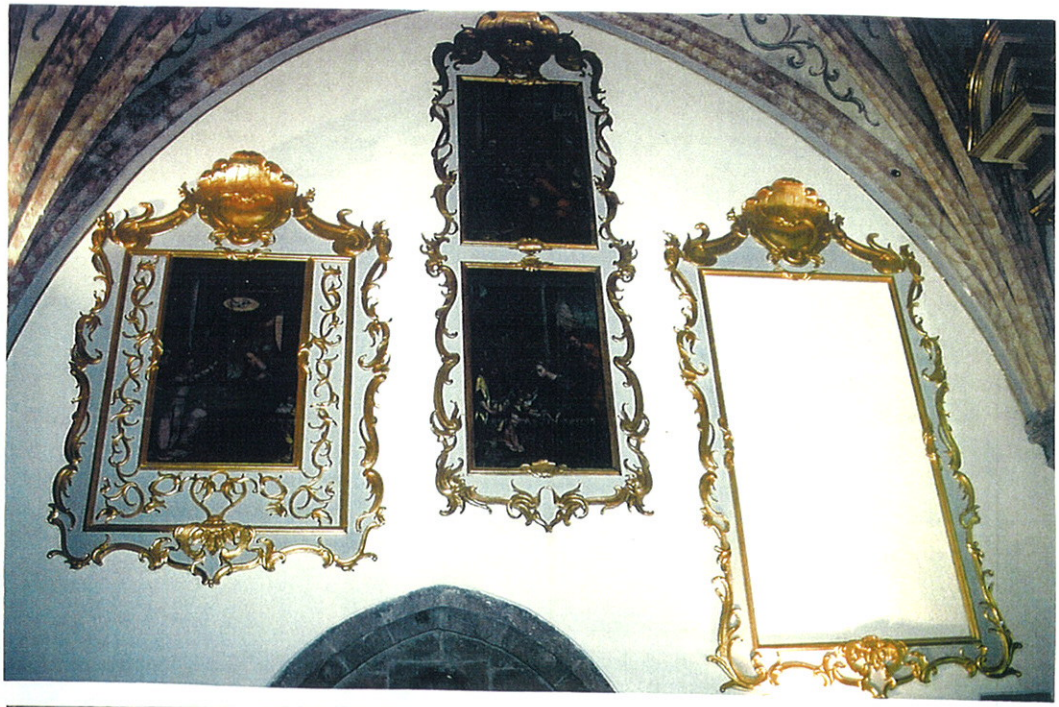
Fig. 12.1 – Frontão do retábulo da capela do SS. (em cima).

Fig. 12.2 – Colunas do retábulo da capela do SS. (ao lado).

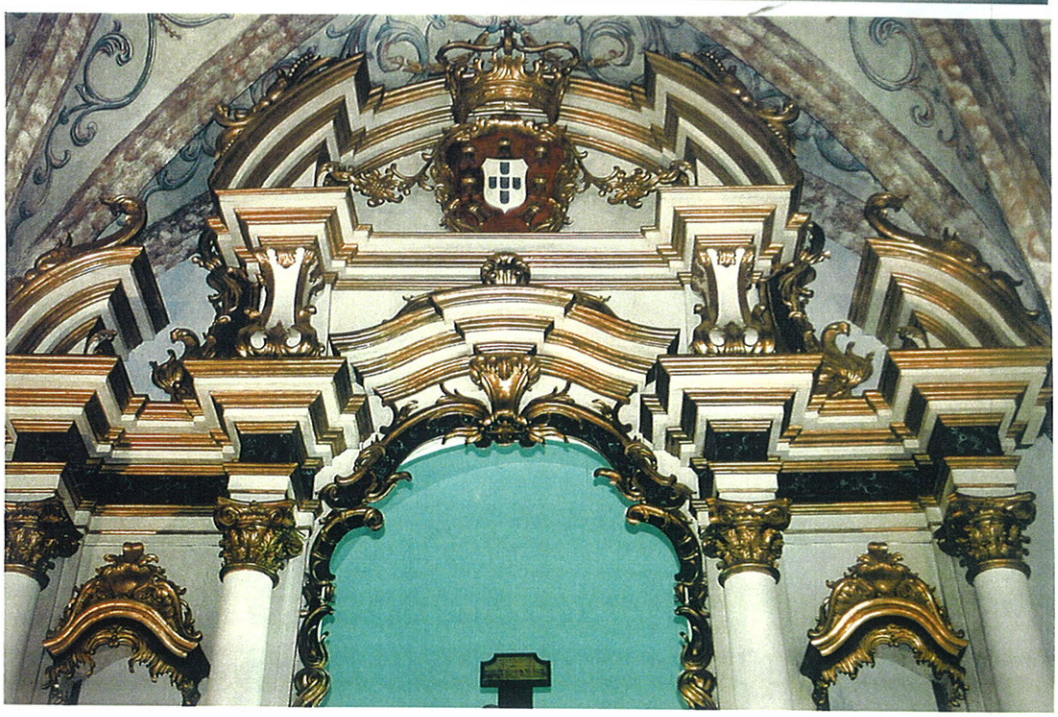


Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

Fig. 12.3 – Retábulo da capela mor







Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

Fig. 12.4 e 12.5 – Paredes laterais da capela mor (em cima e ao centro).

Fig. 12.6 – Pormenor do retábulo da capela mor (em baixo).





Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

Fig. 12.7 – Retábulo do altar de S. Miguel e as Almas (em cima, de lado) Fig. 12.8 – Retábulo do altar de N.ª S.ª (em baixo, de lado).



Igreja de São Salvador, em Santa Cruz:

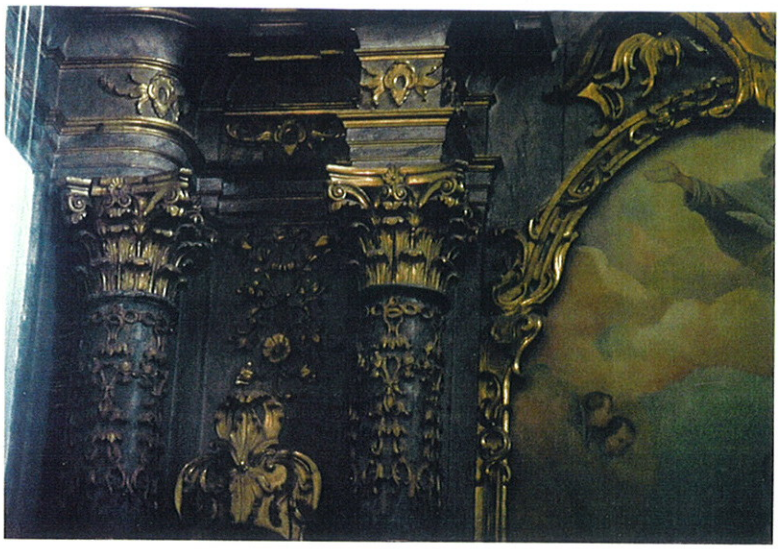
Fig. 12.9 – Retábulo do altar do Sagrado Coração de Jesus (lateral ao arco triunfal).



Igreja do convento de Santa Clara, no Funchal:

Fig. 13 – Retábulo da capela mor (ao lado).

Fig. 13.1 e 13.2 – Pormenores das colunas do retábulo da capela mor (em baixo).









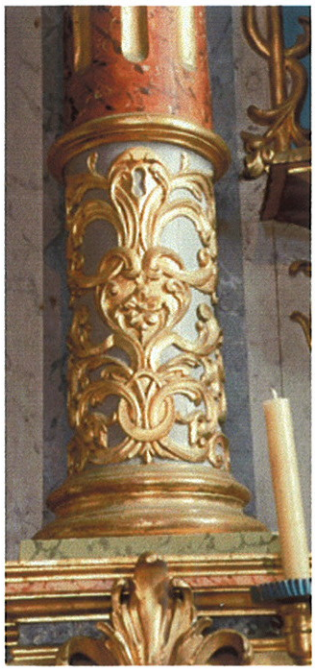
Igreja do convento de Santa Clara, no Funchal:

Fig. 13.3 – Altar de N.ª S.ª da Piedade, situado no lado do Evangelho da nave (em baixo).

Fig. 13.4 – Retábulo do altar lateral ao arco triunfal, dedicado a Santo António (em cima)











Igreja de São João Baptista, na Fajã da Ovelha:

Fig.14 – Vista do interior da igreja. (em cima, à esquerda).

Fig.14.1 – Parede lateral da capela mor. (em cima, ao centro).

Fig.14.2 – Pormenor da coluna do retábulo da capela mor (em cima, à direita).

Fig.14.3 – Capela mor (em baixo, à esquerda).

Fig.14.4 – Pormenor do retábulo da capela mor (em baixo, à direita).

(fotos cedidas pela DRAC).









Igreja de São Lourenço, na Camacha:

Fig.15 – Altares laterais ao arco triunfal e capela mor. (em cima, à esquerda).

Fig.15.1 – Pormenor do retábulo da capela mor. (em cima, à direita).

Fig.15.2 – Retábulo da capela mor. (em baixo, à esquerda).

Fig.15.3 – Pormenor do retábulo da capela mor. (em baixo, à direita).

(fotos cedidas pela DRAC).







Capela da Misericórdia, no Porto Santo:

Fig.16 – Retábulo da capela mor (em cima, à esquerda).
Fig.16.1 – Pormenor do retábulo (em cima, à direita).
Fig.16.2 – Pormenor do frontão do retábulo (em baixo).
(fotos cedidas pela DRAC).





Igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo:

Fig.17 – Pormenor do frontão do retábulo da capela do SS. (em cima).

Fig.17.1 – Retábulo da capela do SS. (em baixo).

(fotos cedidas pela DRAC).







Capela de Penha de França, no Funchal:

Fig.18 – Retábulo da capela mor. (em cima, à esquerda).

Fig.18.1 – Pormenor das colunas do retábulo. (em cima, à direita).

Fig.18.2 – Pormenor do frontão do retábulo. (em baixo).

(fotos cedidas pela DRAC).









Fig.19 e 19.1 – **Capela de São João da Ribeira , no Funchal**: altares laterais ao arco triunfal. (em cima).

Fig.20 e 20.1 – **Capela de N.ª S.ª da Consolação, no Funchal:** altares laterais ao arco triunfal. (em baixo).

(fotos cedidas pela DRAC).



Fig. 21 – **Oratório da residência da família Leal**, rua das Mercês, n.º 37, hoje Escola Secundária do Funchal, finais do séc. XVIII. (foto: Maurício Barros, arquivo fotográfio J. Sainz-Trueva; pub. na *revista* Islenha, n.º 6, p. 29).



Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 22 – Retábulo da capela mor



Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 22.1 – Retábulo da capela do Sagrado Coração de Maria.



Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 22.2 – Retábulo da capela do SS.





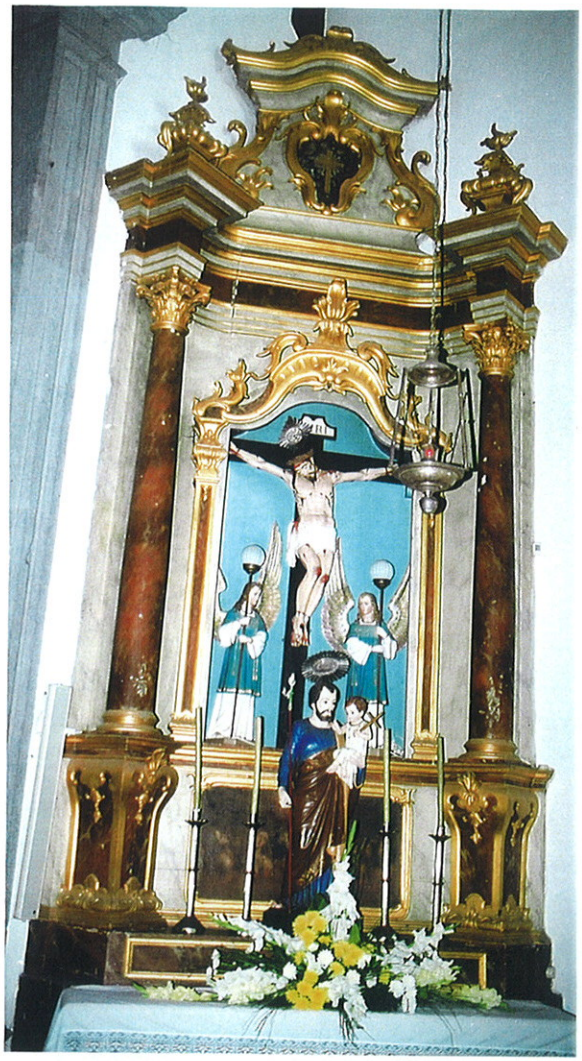


Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 22.3 – Pormenor do retábulo da capela mor (em cima, à esquerda).

Fig. 22.4 – Pormenor do retábulo da capela do Sagrado Coração de Maria (em cima, à direita).

Fig. 22.5 – Pormenor de talha, colocado por cima do arco triunfal (em baixo).







Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 22.6 e 22.7 – Retábulos dos altares laterais ao arco triunfal (em cima).

Fig. 22.8 – Pormenor de um dos retábulos (em baixo).





Igreja Matriz de Santa Maria Maior, no Funchal:

Fig.23 – Vista do interior da igreja (em cima) (foto cedida pela DRAC.).

Fig.23.1 – Retábulo da capela mor (em baixo).







Igreja de São Pedro, na Ponta do Pargo:

Fig.24 – Retábulo da capela do SS.. (em cima, à esquerda).

Fig.24.1 – Retábulo de um altar lateral ao arco triunfal, no lado da Epístola. (em cima, à direita).

Fig.24.2 – Retábulo da capela mor. (em baixo).

(fotos cedidas pela DRAC).









Sacrários:

Fig. 25 – Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço (em cima, à esquerda).

Fig. 25.1 – Igreja de São Salvador, em Santa Cruz (em cima, à direita).

Fig. 25.2 e 25.3 – Igreja de Santo António, no Funchal (em baixo).







Sacrários:

Fig.25.4 – Igreja de N.ª S.ª da Graça, no Estreito de Câmara de Lobos (em cima, à esquerda).

Fig.25.5 – Igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol (em cima, à direita).

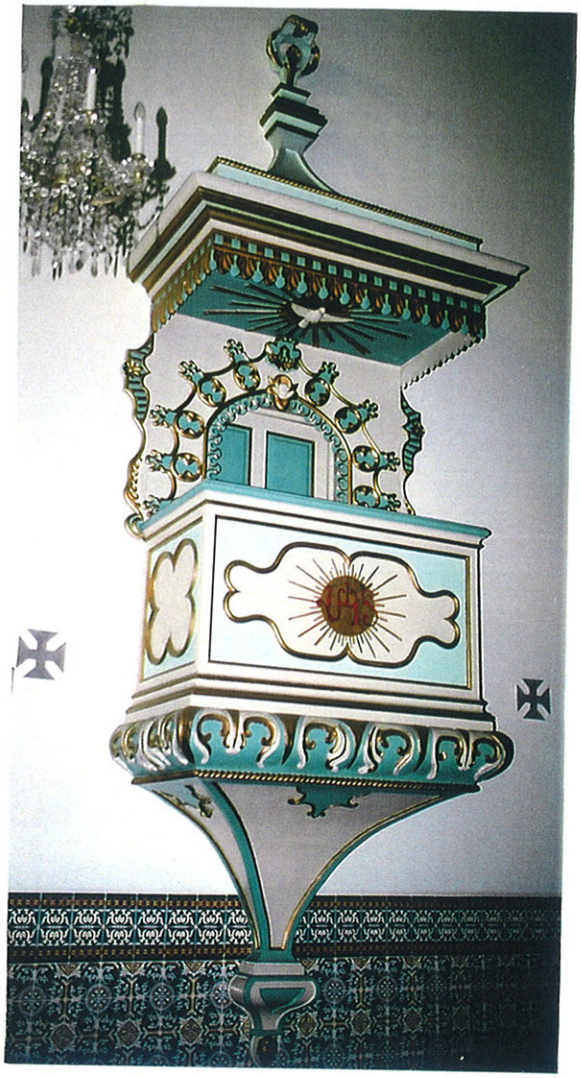
Fig.25.6 – Igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal (em baixo, à esquerda).

Fig.25.7 – Igreja de N.ª S.ª da Piedade, no Porto Santo (em baixo, à direita: foto cedida pela DRAC.).









Púlpitos:

Fig. 26 – Igreja de Santo António, no Funchal (em cima, à esquerda).

Fig. 26.1 – Igreja de N.ª S.ª do Monte, (em cima, à direita).

Fig. 26.2 – Igreja de São Roque, no Funchal (em baixo, à esquerda).







Igreja de São Jorge, em Santana:

Fig. 27 e 28 – Pormenores do tecto da capela mor (em cima, à esquerda e em baixo).

Fig. 29 – Quadro na parede lateral da capela mor (em cima, à direita).

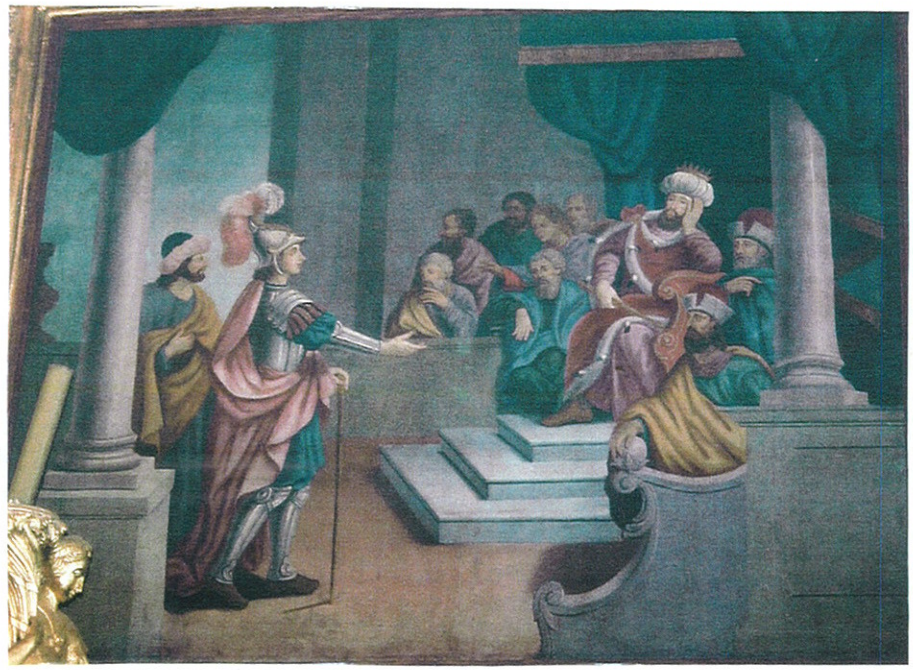






Igreja de São Jorge, em Santana:

Fig. 30, 31, 32 e 33 – Quadros, nas paredes laterais da capela mor.











Capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, no Funchal; Nicolau Ferreira:

Fig. 34 e 35 – A Anunciação, A Apresentação no Templo (em cima).

Fig. 36 e 37 – A Imaculada Conceição, Esponsórios (em baixo).









Nicolau Ferreira:

Fig. 38 e 39 — A Morte de N.ª S.ª, O Nascimento de N.ª S.ª, **na Capela de N.ª S.ª da Boa Morte, na igreja de São Pedro, no Funchal** (em cima).

Fig. 40 e 41 — A Fuga para o Egipto, O Nascimento de Jesus, **na capela mor da Sé do Funchal** (em baixo).





Capela mor da Sé do Funchal; Nicolau Ferreira:

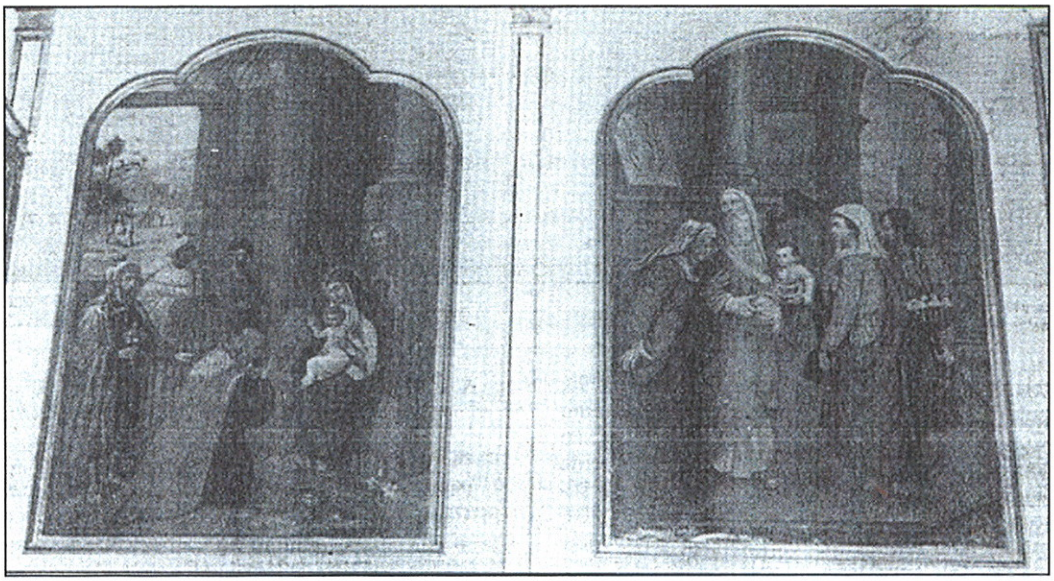
Fig. 42 – A Apresentação no Templo (em cima).

Fig. 43 – Esponsais (em baixo).

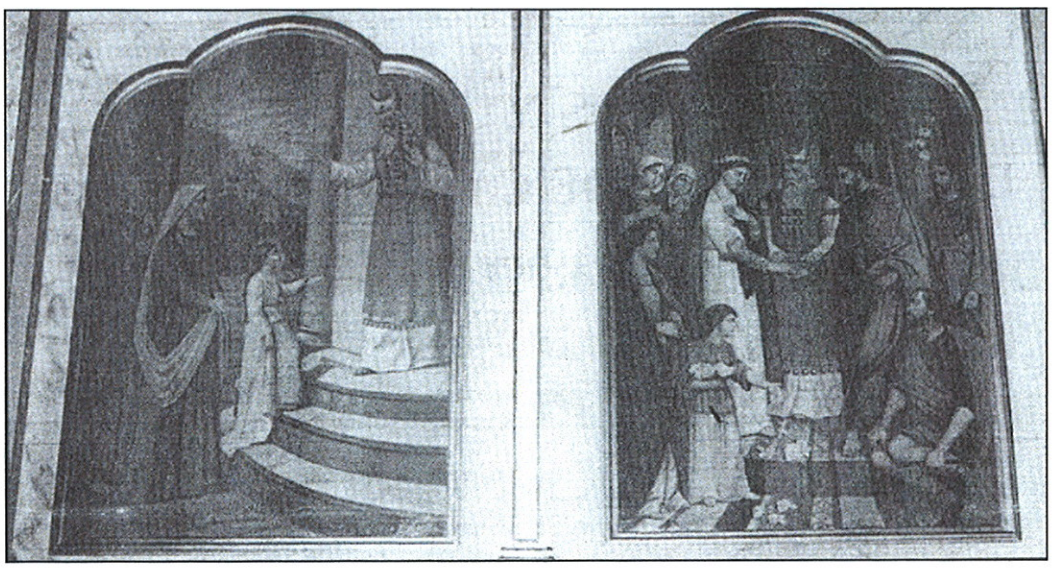


Capela de São Miguel e as Almas, na Sé do Funchal; Nicolau Ferreira, 1800:

Fig. 44 – São Miguel e as Almas.







Capela de N.ª S.ª da Conceição, em Câmara de Lobos; pinturas de Nicolau Ferreira:

Fig. 45 e 46 – Epifania, Apresentação de Jesus no Templo (em cima).

Fig. 47 e 48 – Fuga para o Egipto, Jesus entre os Doutores (ao centro).

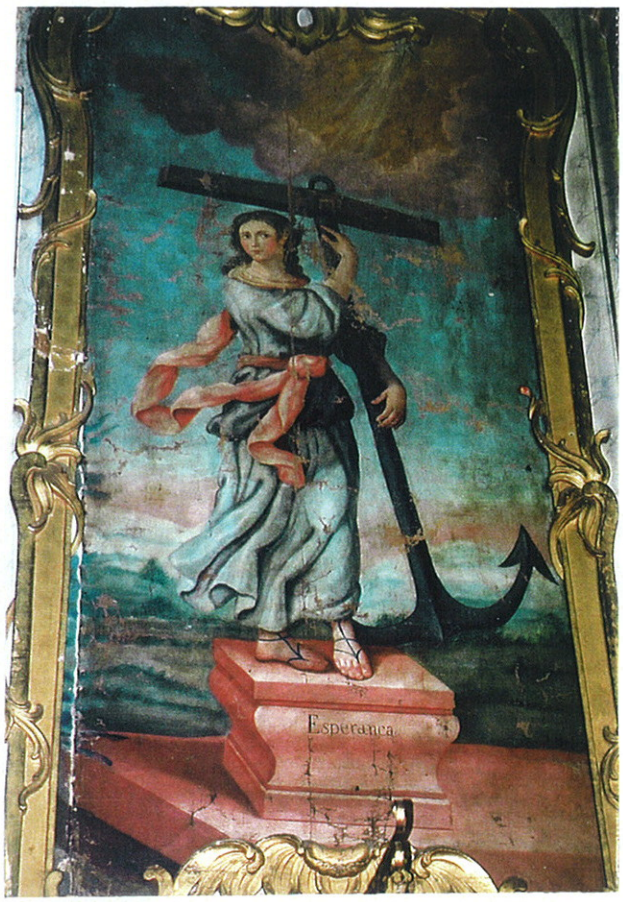
Fig. 49 e 50 – Apresentação, Esponsórios (em baixo).

(pub. in: José de Sainz-Trueva, "Presença de Nicolau Ferreira um pintor madeirense do séc. XVIII na vila de Câmara de Lobos," revista *Girão*, n.º 5, 2.º semestre, 1990, p. 201 - 202).









Capela do SS., na igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 51, 52, 53, 54 – *Religiam, Veritas, Esperança, Fé.*







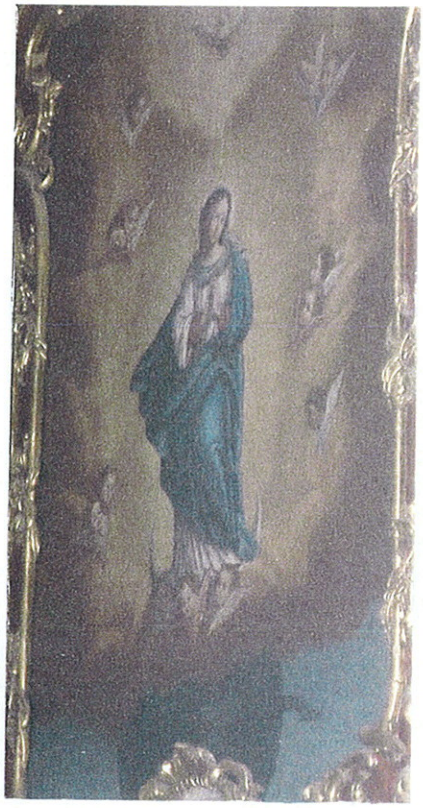
Igreja de Santo António, no Funchal:

Fig. 55 – Quadros nas paredes laterais da capela do SS. (em cima).

Fig. 56 – Tecto da capela do SS. (ao centro).

Fig. 57 – Tecto da capela de N.ª S.ª de Guadalupe (em baixo).











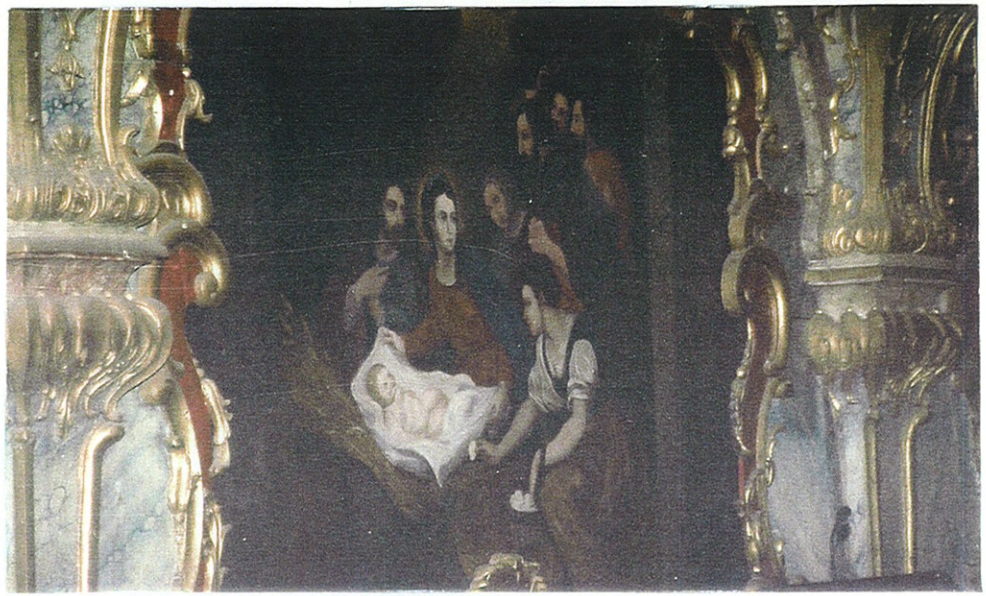
Capela mor da igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal:

Fig. 58, 59, 60 – A Apresentação no Templo, A Imaculada Conceição, O Nascimento. (em cima).

Fig. 61 – A Anunciação. (em baixo, à esquerda).

Fig. 62 – Nossa Senhora. (em baixo, à direita).







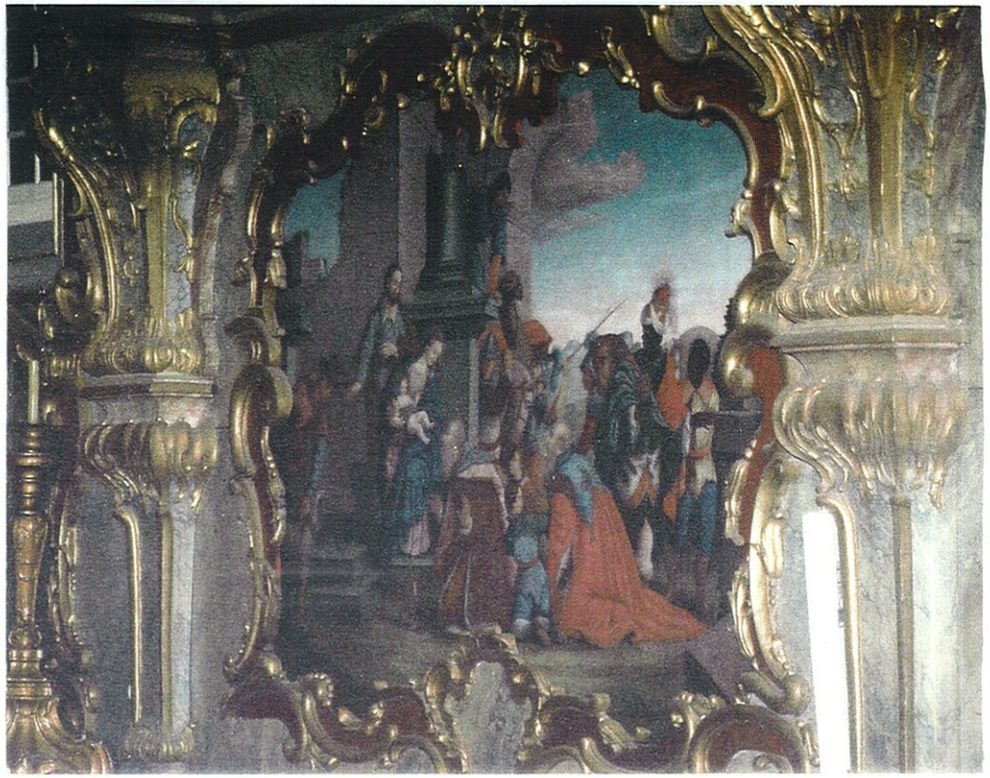


Fig. 63 e 64 – O Nascimento de Jesus, Adoração dos Magos (em cima). **Nicolau Ferreira, paredes laterais da capela mor da igreja de N.ª S.ª do Monte, no Funchal.**

Fig. 65 e 66 – Quadros nas **paredes laterais da capela do SS., na igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol** (em baixo).









Fig. 67, 68, 69 e 70 — Quadros nas **paredes laterais da capela do SS., na igreja de N.ª S.ª da Luz, na Ponta do Sol**.











Igreja do Espírito Santo e Santo Antão, no Caniço:

Fig. 71 – O Espírito Santo e Santo Antão, no tecto da capela mor. (em cima, à esquerda).

Fig. 72 – São Miguel e as Almas, no altar lateral ao arco triunfal, realizado pelo pintor Timóteo Marques. (em baixo, à esquerda).

Fig. 73 – Pinturas nos altares laterais ao arco triunfal (em baixo).







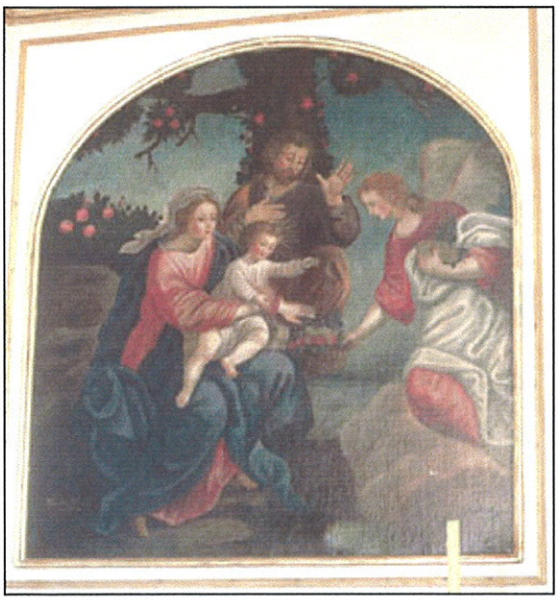
Igreja do convento de Santa Clara, no Funchal; Nicolau Ferreira:

Fig. 76 e 77 – Santo António, São José. (em cima).

Fig. 78 – N.ª S.ª da Piedade. (em baixo,).

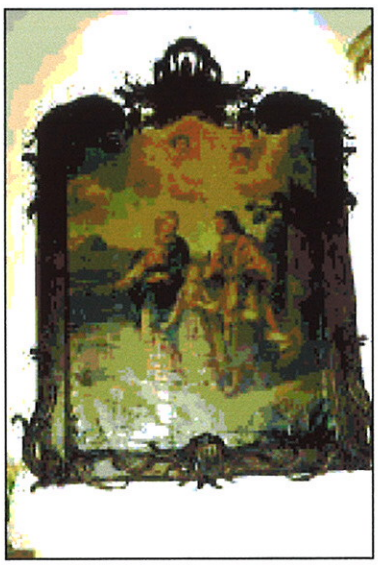












Pinturas de Nicolau Ferreira / oficina de Nicolau Ferreira:

Fig. 79 e 80 – Pinturas na capela de São João da Ribeira, no Funchal (em cima, imagem cedida pela DRAC).

Fig. 81 – "A Sagrada Família e o Anjo", na capela de N.ª S.ª da Ajuda, em São Martinho, no Funchal (ao centro à esquerda, imagem cedida pela DRAC).

Fig. 82 – "Este he o verdadeiro retrato de Nossa Senhora do Monte" (ao centro, imagem pub. na revista *AHM*, vol. I – II, p. 63).

Fig. 83 – "São Francisco Xavier", no retábulo da capela de N.ª S.ª da Conceição, na rua da Carreira, Funchal. (pub. in: Rui Carita, *História da Madeira O séc. XVIII Economia e Sociedade*, vol. IV, p. 380.)

Fig. 84 – "A Sagrada Família", na capela de N.ª S.ª da Conceição, na rua da Levada de Santa Luzia.









Fig. 85 – Retrato da D. Matilde Augusta de Medina e Costa.
Fig. 86 – Retrato do Brigadeiro Jorge Frederico Lecor.
Fig. 87 e 88 – Retrato do 1.º Conde de Carvalhal / Retrato do capitão Jacinto Feleciano de Oliveira.
(pub. in: revista *AHM*, vol. II, p. 39, 46, 36 e 44).





Pinturas de Joaquim Leonardo da Rocha:

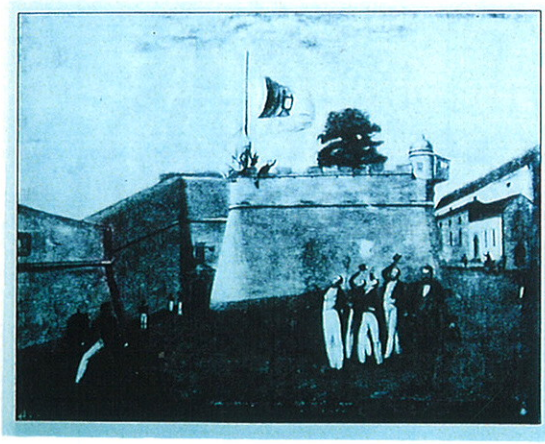
Fig. 89 – Retrato de D. João VI. (pub. in: revista *DAHM*, n.º 1, p. 7).
Fig. 90 – "João Gonçalves Zarco", de J. Leonardo da Rocha (?). (pub. in: revista *DAHM*, n.º 21, p. 13).











Pinturas de João José do Nascimento:

Fig.91 – "**A Sagrada Família**", 1823, capela de N.ª S.ª do Desterro (pub. in.: ARAÚJO, Juvenal, *Capela de N.ª S.ª do Desterro*, p. 13).

Fig.92 – "**O Instincto magnetiza almas ilustres**" (pub. in.: revista *Islenha* n.º 12, p.185).

Fig.93 – "**Princesa Leopoldina do Brasil**", óleo s/ tela, 89 x 71 cm, legendado: ARQUIDUQUEZA LEOPOLDINA / PRINCEZA REAL DO REINO / UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL / E ALGARVE. PACEANDO / NA QUINTA DE PALHEIRO / DE FERREIRO NA ILHA DA / MADEIRA EM 12 DE S.bro. 1817, col. Particular, Lisboa (pub. in.: revista *Islenha* n.º 24, p.62).

Fig.94 – "**Dr. António Rodrigues Garcês**" (?) (pub. in.: revista *AHM*, p.42).

Fig.95 – "**Aclamação da Monarquia Constitucional em 5 de Junho de 1834**" (pub. in.: revista *AHM*, vol.IV, p.138)



Fig. 97 – ARM, *GC.*, confraria de N.ª S.ª da Soledade, L.º , f. 28. (ano de 1801).







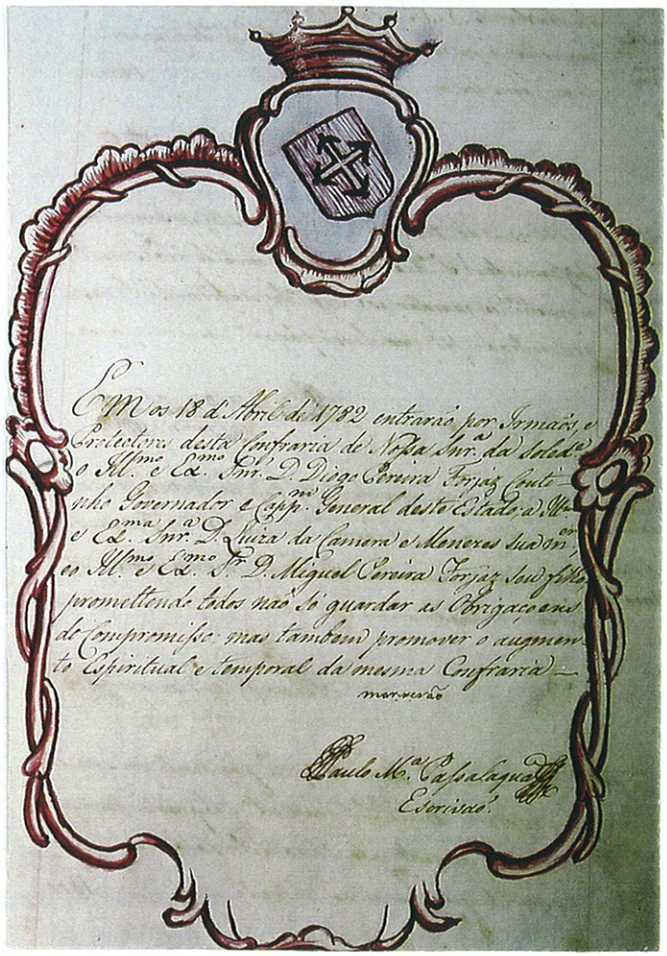
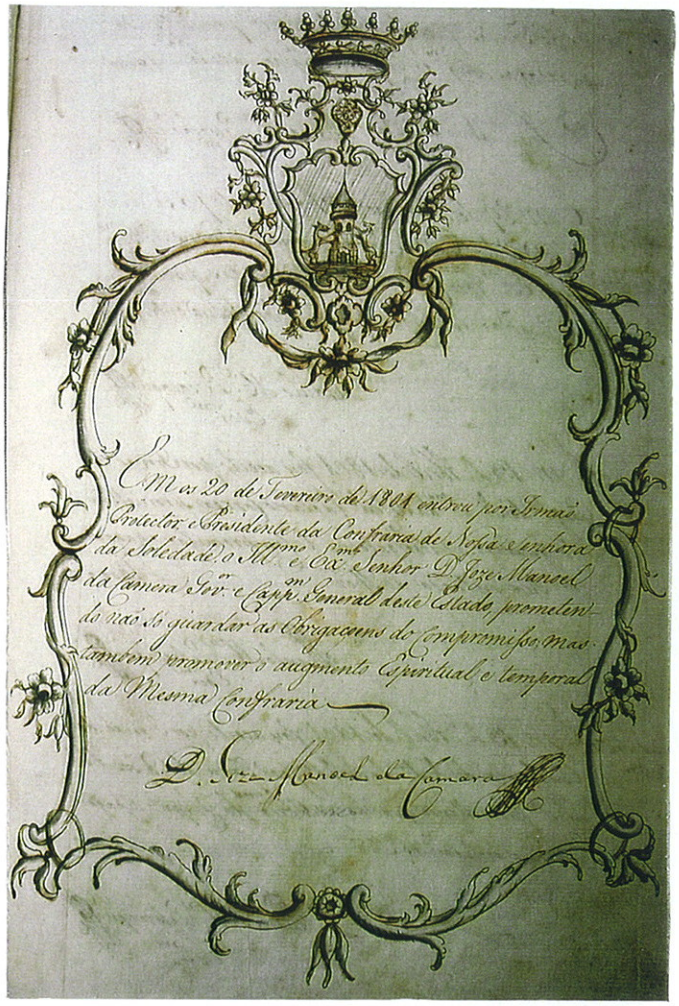


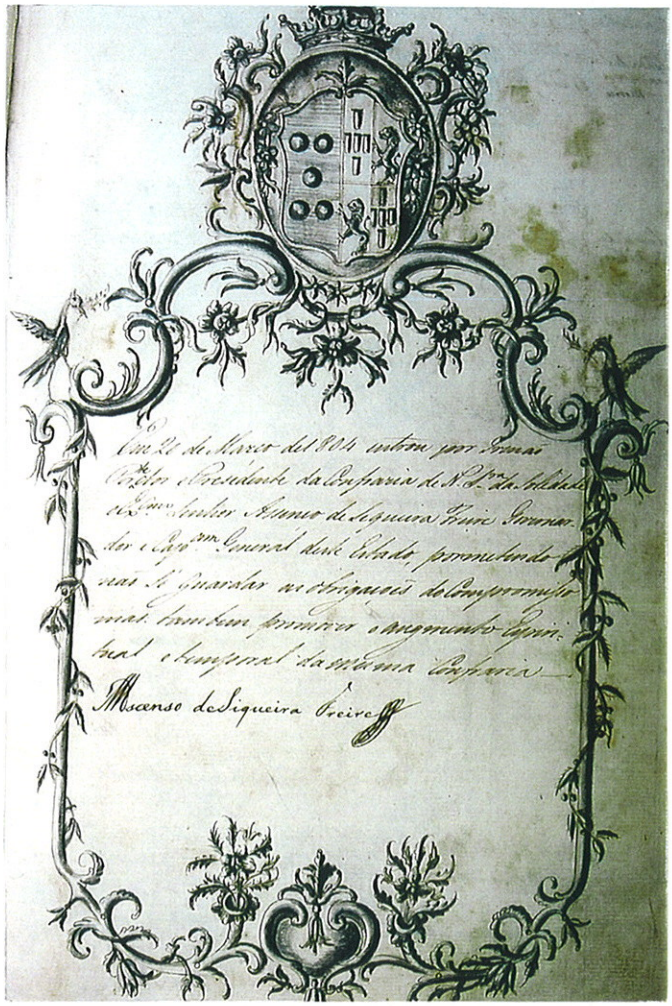
Fig.98 e 99 – ARM, *IOTSF.*, L.º 9, f. 1 (1751) (em cima, à esquerda) (1801). / ARM, *GC.*, L.º 246, f. 1 (1778) (em cima, à direita).

Fig. 100 e 101 – ARM, *GC.*, Confraria de N.ª S.ª da Soledade, L.º 235, f. 1 (1800). / ARM, *GC.*, L.º 246, f. 4 (1782). (em baixo).



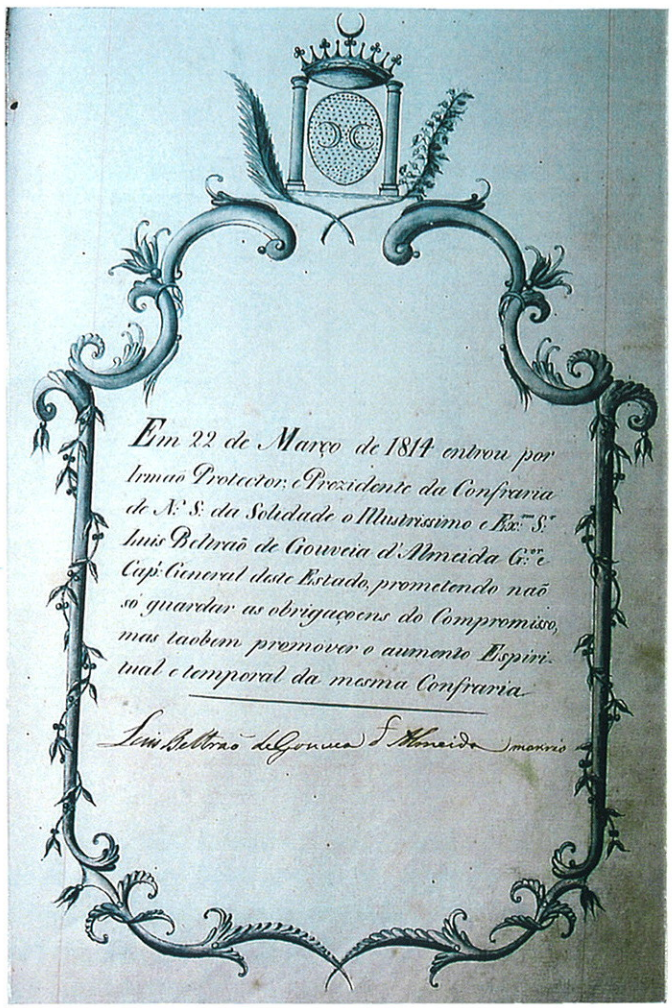
Em os 20 de Janeiro de 1801 entrou por Irmão Protector e Presidente da Confraria de Nossa Senhora da Soledade o Illmo e Exmo Senhor D. Joze Manoel da Camera Gov.r e Capp.m General deste Estado prometendo não só guardar as Obrigaçoens do Compromisso mas tambem promover o augmento Espiritual e temporal da Mesma Confraria

D. Joze Manoel da Camara



Em 22 de Março de 1804 entrou por Irmão Protector e Presidente da Confraria de N.ª S.ª da Soledade o Illustrissimo e Exc.mo Senhor Antonio de Saldanha Sequeira Gouvea Sarmento e Capp.m General deste Estado prometendo não só guardar as Obrigaçoens do Compromisso mas tambem promover o augmento Espiritual e temporal da mesma Confraria

Manoel de Saldanha Sequeira



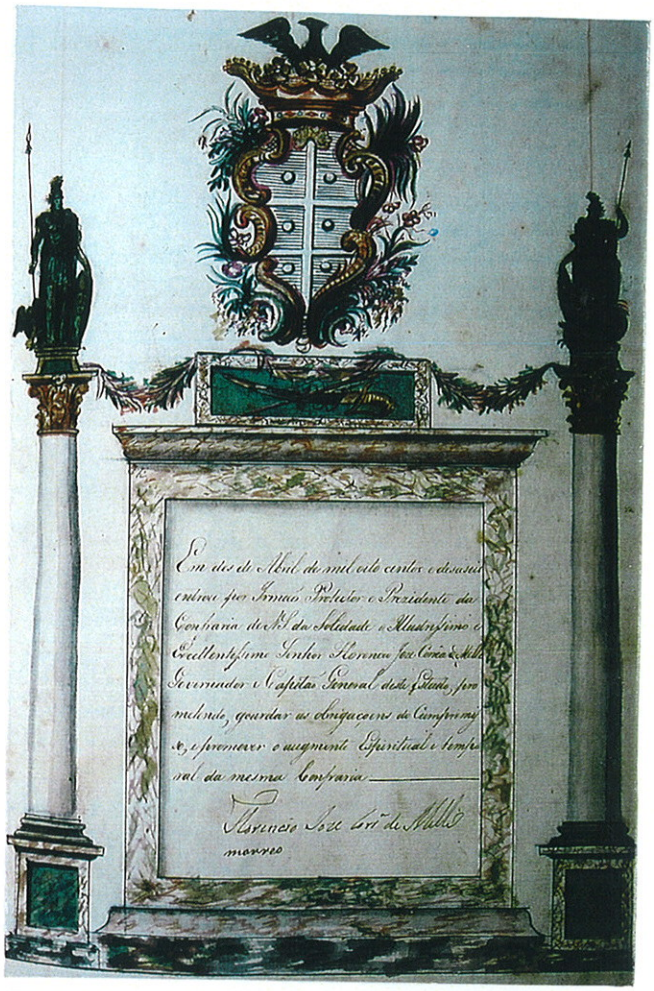
Em 22 de Março de 1814 entrou por Irmão Protector e Prezidente da Confraria de N.ª S.ª da Soledade o Illustrissimo e Exc.mo S.r Luis Beltrão de Gouveia d'Almeida G.or e Capp.m General deste Estado, prometendo não só guardar as obrigaçoens do Compromisso, mas taobem promover o aumento Espiritual e temporal da mesma Confraria

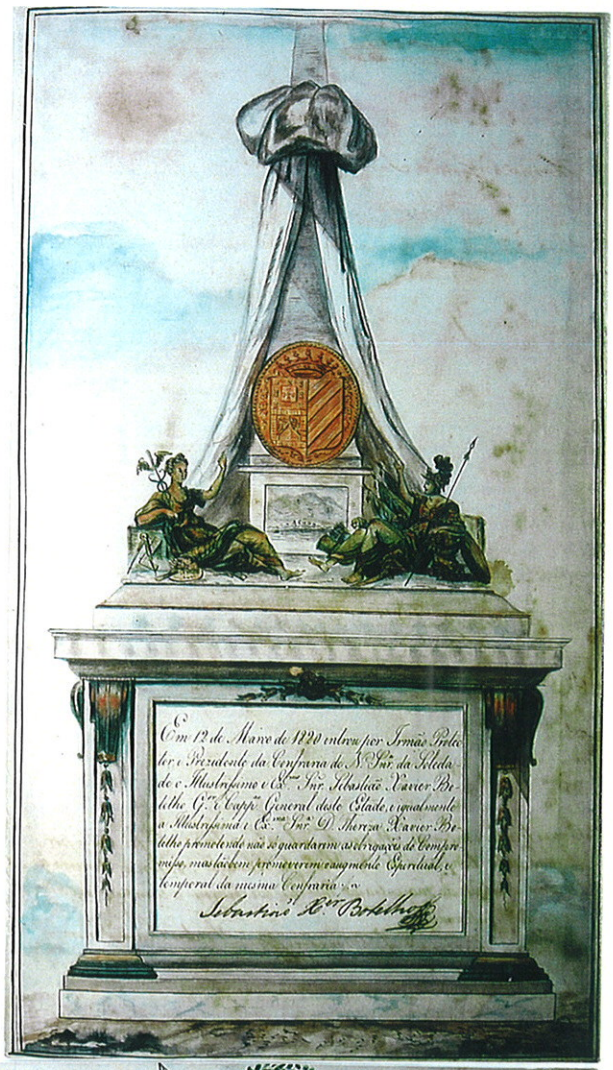
Luis Beltrão de Gouvea d'Almeida marquez

Registo da entrada de Governadores da Madeira, para a confraria de Nossa Senhora da Soledade, erecta na igreja do convento de São Francisco, do Funchal.

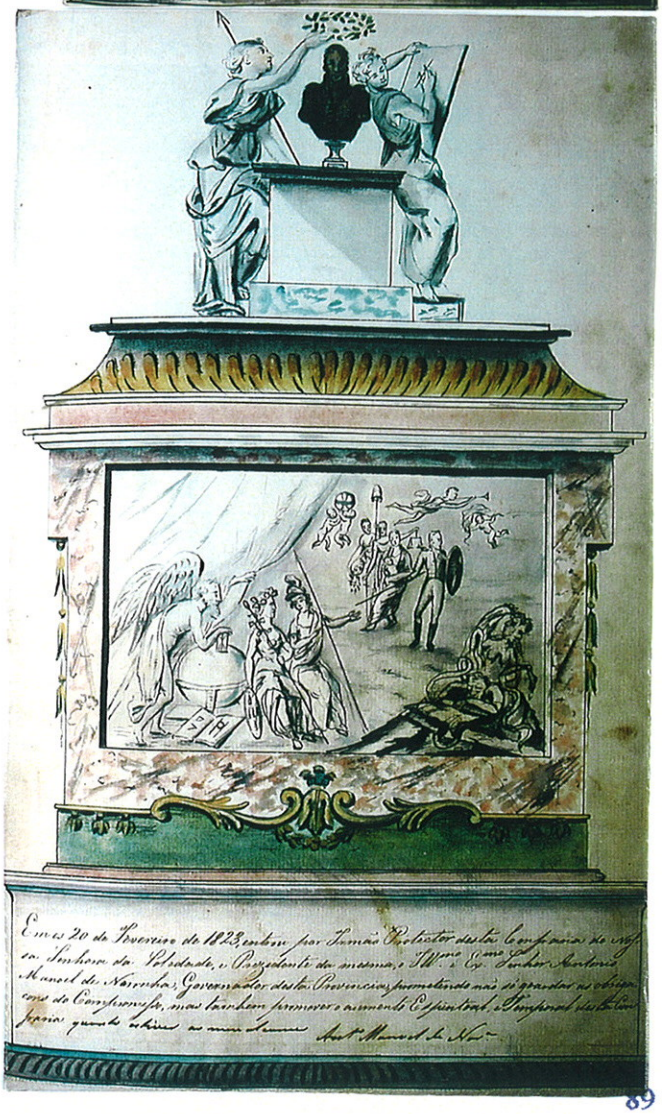
Fig.102 e 104 – ARM, *GC.*, L.º 246, f. 24 (1801). / idem, f. 40 (1804). (em cima).

Fig. 105 – Idem, f. 42 (1814). (em baixo).









Registo da entrada de Governadores da Madeira, para a confraria de Nossa Senhora da Soledade, erecta na igreja do convento de São Francisco, do Funchal.

Fig.106 e 107 – ARM, *GC.*, L.º246, f.47 (1816). / idem, f.51 (1820). (em cima).

Fig. 108 e 109 – Idem, f. 59 (1822). / idem, f. 60 (1823). (em baixo).









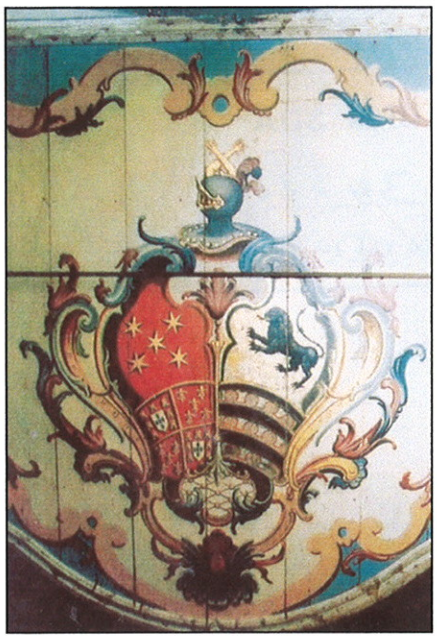
Registo da entrada de Governadores da Madeira, para a confraria de Nossa Senhora da Soledade, erecta na igreja do convento de São Francisco, do Funchal.

Fig. 110 e 111 – ARM, *GC.*, L.º 246, f. 63 (1824). / idem, f. 66 (1828). (em cima).

Fig. 112 e 113 – Idem, f. 69 (1831). / idem, f. 81 (1835). (em baixo).









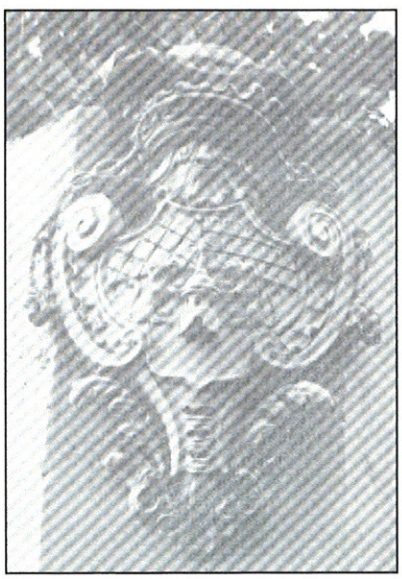


Fig. 114 – "Milagre do Corpo Santo", óleo s/ tela, na capela de N.ª S.ª da Conceição, em Câmara de Lobos, séc. XVIII (em cima, Pub. na revista *Islenha*, n.º 10, p. 116).

Bazões de armas, ao gosto rococó:

Fig. 115 – Brazão de armas reais que apresenta algumas semelhanças com a pedra de armas reais colocada na fachada da igreja de Santo António, no Funchal (ao centro à esquerda, Foto. Rui Camacho, Pub. na revista *Islenha*, n.º 26, p.127).

Fig. 116 – Brazão de armas, situado numa casa na rua da Carreira, no Funchal (ao centro nomeio. Pub. na revista Islenha, n.º 5, p. 91).

Fig. 117 – Composição heráldica, pintada sobre madeira. (ao centro à direita. Pub. na revista *Islenha*, n.º 5, p. 91.)

Fig. 118 – Brazão de armas de família em estilo "rocaille". Colocado num cunhal da porta principal da Quinta do Deão, no Funchal, desconhecendo-se hoje o seu paradeiro (em baixo. foto: Museu Vicentes. Pub. na revista *Islenha*, n.º 7, p. 98).